

6

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

ECONOMIA E SOCIEDADE

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

I Encontro Internacional
Relações Portugal - Espanha



CEPESE

REVISTA

6

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

ECONOMIA E SOCIEDADE

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

I Encontro Internacional
Relações Portugal - Espanha



C E P E S E

Título

POPULAÇÃO e SOCIEDADE — n.º 6 / 2000

Edição

CEPESE — *Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade*

Rua do Campo Alegre, 1055

4169 - 004 Porto

Telefone e Fax: 22 600 15 13

[http:// www.lettras.up. pt/cepese](http://www.lettras.up.pt/cepese)

E-mail: cepese@mail.telepac.pt

Fundadores

Fernando Alberto Pereira de Sousa

Jorge Carvalho Arroiteia

Joaquim Manuel Pantoja Nazareth

Director

Fernando de Sousa

Coordenadores

Celso Almuiña (Espanha)

Maria da Conceição Meireles Pereira (Portugal)

Secretária de Direcção

Margarida Carvalho

Comissão de aconselhamento científico

Professor Doutor António Henrique de Oliveira Marques — Universidade Nova de Lisboa

Professor Doutor Celso Almuiña — Universidade de Valladolid

Professora Doutora Esther Martinez Quinteiro — Universidade de Salamanca

Professor Doutor François Guichard — Universidade de Bordéus III

Professor Doutor Jorge Carvalho Arroiteia — Universidade de Aveiro

Professor Doutor Lorenzo López Trigal — Universidade de León

Comissão Científica

Ângelo Vítor Patrício — ISLA de Bragança

Artur Manuel Villares Pires de Oliveira — Universidade Lusíada

Fernando Alberto Pereira de Sousa — Universidade do Porto

Gilberta Pavão Nunes Rocha — Universidade dos Açores

Isolina Rosa Prior Ladeira Alves Pereira — Universidade Lusíada

Joaquim Manuel Pantoja Nazareth — Universidade Nova de Lisboa

Jorge Fernandes Alves — Universidade do Porto

Maria Cristina Sousa Gomes — Universidade Católica

Maria da Conceição Meireles Pereira — Universidade do Porto

Maria de Fátima Sequeira Dias — Universidade dos Açores

Maria José Moutinho dos Santos — Universidade do Porto

Teresa Maria Ferreira Rodrigues — Universidade Nova de Lisboa

Execução gráfica

Gráficos Reunidos, Ld.ª

Rua Álvares Cabral, n.º 22 - 32

4050 - 040 Porto

Tiragem

750 exemplares

Depósito legal n.º 94 133/95

ISSN 0873 — 1861

**I ENCONTRO INTERNACIONAL
RELAÇÕES PORTUGAL - ESPANHA
COOPERAÇÃO E IDENTIDADE**

ZAMORA, 1 E 2 DE OUTUBRO DE 1999

COM O PATROCÍNIO DE:

Fundação Rei Afonso Henriques
Fundação para a Ciência e Tecnologia
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação Dr. António Cupertino de Miranda
Fundação Eng.º António de Almeida
Governo Civil do Porto
Reitoria da Universidade do Porto

REENCONTRO PENINSULAR: PREDOMÍNIO DOS FACTORES EXÓGENOS

Adriano Moreira

(Professor Jubilado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa

Professor do Instituto Superior Naval de Guerra

Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior)

ABSTRACT

The recognised similarities are greater concerning their relationship to a developing international order which is expressively exogenous in relation to the two countries, but more so with respect to Portugal. Both contributed to the idea of Europe with pioneering and active participation in Euroworld, which ended in 1945; both belong to the poor south as opposed to the rich north; and both are connected to the American and African continents. They are redefining the reciprocal perception of civil partnerships and they are progressively lessening the secular european concept of intimate enemies.

1 – A longa história dos países europeus, não obstante a identidade assumida em comum perante o resto do mundo, desenvolveu uma linha dura, que caracteriza as relações entre os Estados fronteiriços, e que é a de se considerarem mais como inimigos íntimos do que como vizinhos.

Rara, se alguma, das definições territoriais deixou de ser feita por acto de guerra, e o penoso caminho que levou à formulação do conceito renascentista da soberania absoluta, fiou a paz do isolamento de cada uma dessas entidades, seguras de que assim não sofreriam ingerências na jurisdição interna.

Acidentes da vida internacional exigiram políticas ocasionais de convergência para a realização de interesses comuns, seguidas muito rapidamente do regresso à política do interesse vital de cada um.

A relação peninsular das soberanias portuguesa e espanhola não se afastou desta moldura geral, alternando modelos conjunturais, mas fazendo prevalecer a desconfiança, sobretudo portuguesa, que se aprofundou à medida que o centralismo castelhano pareceu inseparável do projecto de unificação política ibérica.

Por isso o surpreendente Agostinho da Silva escreveu um dia que o maior feito português “foi o ter resistido a Castela”, um conceito na mesma linha da conclusão de Unamuno, que antes considerara necessário portugalizar a Espanha. Queria dizer que as nacionalidades hispânicas recusassem o modelo da “Espanha una, grande, e livre”, conceito que se esgotou com a morte de Franco em 20 de Novembro de 1975¹.

O encontro accidental num projecto comum teve expressão na Batalha do Salado (1340), feito de especial significado a caminho da definição de uma fronteira mediterrânica peninsular, que volta à actualidade neste fim de século.

Mas a tarefa transcendente que foi a construção do sistema euromundista, na qual viriam a convergir as missões nacionais separadamente assumidas por várias potências da frente marítima, designadamente a Inglaterra, a França, a Holanda, implicou uma primeira definição de zonas de influência, que é o objectivo do Tratado de Tordesilhas de 1494 ao fixar as respectivas áreas da expansão projectada por D. João II de Portugal e pelos Reis Católicos Fernando e Isabel de Castela.

Tratava-se de evitar conflitos entre ambas as soberanias, e o significado do texto é talvez o seguinte: a) início da execução do projecto euromundista, que receberia um ponto final com a guerra de 1939-1945; b) a definição de uma política colonial da Santa Sé que verdadeiramente apenas mudou com o Concílio Vaticano II; c) viragem da concepção das relações internacionais a caminho de reconhecerem no Estado soberano o seu actor principal. A América Latina é a melhor expressão, com a sua fronteira interna luso-espanhola, daquela concepção.

Todavia, o grande facto que acentuou o ilhamento recíproco de ambas as soberanias, foi o projecto da unidade política da Península Ibérica, alternadamente acarinhado por cada uma das coroas.

Do lado português contam-se a ambição de D. Afonso V que perdeu as ilusões na batalha de Toro (1476?); a persistência de D. Manuel I, jurado herdeiro da coroa de Castela, esperançoso de que a sua oportunidade perdida se concretizasse no filho Miguel (1498-1500), também jurado herdeiro mas que morreu ainda menino.

O projecto teve efectivação com a Monarquia Dual que durante sessenta anos, entre 1580-1640, manteve o mesmo soberano para ambos os Estados, guardando os símbolos dessa união talvez apenas em Olivença, no antigo Palácio Cadaval. Ostenta as duas coroas, como que perpetuando, naquele território português, a lembrança do equívoco histórico filipino, de que o Almirante Pinheiro de Azevedo, depois da Revolução de 25 de Abril, na qualidade de Presidente dos Amigos de Olivença, foi o último a exigir uma clarificação final.

A longa guerra da Restauração da independência portuguesa teve sequelas duradouras no fortalecimento do conceito de que Espanha é o inimigo por excelência, implicando o desaparecimento do bilinguismo das

elites, a progressiva presença da língua e da cultura francesa com alheamento da cultura castelhana, o divórcio entre os respectivos sistemas de ensino e investigação, o traçado defensivo das vias de comunicação, a inexistência de instituições internacionais de filiação partilhada, uma cultura popular adversa do iberismo sinónimo de unidade política, e atenta a uma difusa ameaça à independência.

Esta preocupação foi assumida pelo conceito estratégico nacional mantido pela política externa portuguesa anterior ao 25 de Abril, e encontrou no Dr. Franco Nogueira uma voz de articulação com o novo regime.

Não se tratou apenas dos seus escritos finais, também no sustentou no Grupo de Reflexão Estratégica que funcionou no Ministério da Defesa português, por iniciativa do Ministro Fernando Nogueira, até à substituição da maioria social-democrata pelos socialistas em 1995, mantendo a linha que vê na ameaça ibérica o maior desafio à identidade nacional, com gravidade acrescida pela adesão à União Europeia².

A própria iniciativa espanhola, no quadro da crise dinástica aparecida em 1868 com a abdicação da Rainha Isabel, de convencer os reis portugueses, D. Fernando ou o filho D. Luís, a aceitarem a coroa de Espanha, e que não teve viabilidade, encontrou o obstáculo que se traduziu em D. Fernando declarar que aceitava com a condição de que “as duas coroas de Espanha e Portugal jamais possam cair na mesma cabeça”. A opinião popular foi activamente contra o projecto.

2 – A geografia é uma variável fortemente condicionante da estratégia e a posição de Portugal não deixou muito espaço entre a opção pelo mar como pilar da independência, e a aproximação peninsular para resistir às ameaças.

A geração dos Infantes optou expressamente pela primeira alternativa, uma orientação que se manteve para além de variáveis contingências, até à crise do século XIX, que para Portugal teve a expressão mais agressiva no Ultimatum britânico de 1890.

Tratou-se de uma crise interior do sistema euromundista, com as suas maiores potências lançadas à ocupação da África, e de uma clara manifestação progressiva da natureza exógena do Estado português.

A reconsideração que alguns pensadores e políticos fizeram das relações peninsulares, em regra não teve em conta que pelo Tratado de Fontainebleau de 1807, assinado entre Napoleão e o Príncipe Godoy, se decidira a partilha de Portugal em três unidades políticas separadas, tratando o país como dispensável.

Esta situação exógena do país parece ter inspirado Antero de Quental quando, por 1868, dizia que “para toda a Península não há hoje senão uma única política possível: a da federação-republicana-democrática”, e, no decurso desse século, a hipótese de procurar apoio numa união peninsular, nem sempre de contornos definidos, animou federalistas como Henriques

Nogueira, Latino Coelho, Teófilo Braga, ou partidários de uma aliança e cooperação como Oliveira Martins, Morais Barreto, e, já neste século, o algumas vezes incompreendido António Sardinha³.

Trata-se de um realismo inspirado no Velho do Restelo, que não queria o Reino deitado a longe, e merece ter uma imagem reabilitada que o enfileire entre os precursores dos europeístas do fim do século.

A perturbação e disfuncionamento do sistema euromundista, de que as duas guerras mundiais foram picos, fizeram vacilar o pensamento estratégico português entre as duas referências.

A intervenção na I Guerra Mundial, um processo em que teve especial intervenção do grande Governador de Angola que foi o General Norton de Matos, deu individualidade à política portuguesa em relação à neutralidade espanhola, pretendeu assegurar uma presença entre os vencedores que evitasse perder parcelas do império, manteve o padrão das alianças com o poder marítimo, esquecendo o impulso que o Ultimato (1890) tinha provocado no sentido de eliminar a dependência da Inglaterra. A doutrina representada pelo futuro Almirante Botelho de Sousa, na Conferência da Paz de 1919, continua sobrevivente na percepção da vocação marítima portuguesa e orientou muito profundamente o conceito político da resistência à descolonização de 1974⁴.

Mas a percepção da disfunção causada pela ameaça soviética, identificada como causa principal da guerra civil espanhola, inclinou no sentido do “bastião ibérico”, de que o General Santos Costa, Ministro da Guerra, seria arauto ainda durante a guerra fria, e de que o General Raul Esteves, observador naquele conflito e experiente da II Guerra Mundial, seria firme opositor, sustentando a diferenciação de funções estratégicas entre Portugal e Espanha⁵.

Em 17 de Março de 1939 foi assinado em Lisboa o Tratado de Amizade e de Não Agressão entre os dois países, que foi chamado Pacto Ibérico pelos espanhóis e Pacto Peninsular pelos portugueses, para os quais aquela primeira designação parecia recordar sempre a ameaça histórica.

Lembramos que o último comunicado de guerra do Quartel General dos nacionalistas seria de 1 de Abril, pondo fim à guerra civil, e que em 3 de Setembro a Inglaterra e a França declararam guerra à Alemanha que se recusou a retirar da Polónia invadida em 1 de Setembro.

Por razões exógenas, os dois governos encontraram-se aliados na defesa de uma concepção ideológica da Europa, de que os factos imporiam leituras nem sempre coincidentes: naquela data, a proeminência euromundista era dogmática, a apreciação do conflito em progresso seria aqui subordinada ao conceito tradicional da balança de poderes europeia, mas a aproximação aos valores democráticos não obedecia a metodologias coincidentes, e o europeísmo teria percepções diferenciadas no tempo breve do desastre euromundista.

Entre mais razões, os interesses coloniais portugueses, inscritos no conceito estratégico nacional secular, não tinham réplica no conceito espanhol e implicaram uma distanciada adesão à rápida evolução anticolonialista ocidental, função esta da substituição da balança de poderes europeia pela balança mundial de poderes.

Em 1940, quando em Portugal se comemoraram a Independência e a Restauração com uma profissão de fé, abençoada por Roma, na perenidade da missão colonizadora e evangelizadora do país, a Alemanha, depois de ocupar a Dinamarca e a Noruega, já invadira a Holanda e a Bélgica e impusera a derrota à França.

Portugal, que não pareceu supor em qualquer momento que a futura paz impediria o tradicional retorno ao equilíbrio europeu, encontrou-se na situação de Lisboa ser, ao mesmo tempo, um elo de ligação à Europa dominada pelas tropas de Hitler, e à secular aliada que era a Grã-Bretanha, titular da relação privilegiada com os EUA.

Com a oposição de Serrano Suñer, o governo português considerou necessário um adicional ao Tratado de Amizade e Não Agressão, o qual foi assinado em 29 de Julho de 1940, e proclamava a decisão de parar os alemães nos Pirinéus, se necessário pela força. Por essa data aquela fronteira viu transitar uma avalanche de refugiados possuidores de passaportes com visto para Portugal, um acontecimento a que está ligado o nome de Sousa Mendes, grande protector dos perseguidos judeus, e que as autoridades espanholas da época consideravam uma imprudência.

Eram factores exógenos que promoviam o reencontro peninsular, com fundamento mais tarde confirmado pela Directiva nº. 18 de Hitler (doc. 444 P.S. de Nuremberg), que definia a chamada operação Felix. Tratava-se do seguinte: “o objectivo da intervenção alemã na península Ibérica é expulsar a Inglaterra do Mediterrâneo Ocidental. E assim: 1.º Gibraltar deve ser tomado e o Estreito fechado, 2.º os ingleses deverão ser impedidos de se apoderar de qualquer outro ponto na península ou nas Ilhas Atlânticas”.

Disse Morrison, mais tarde (1947) que “as melhores informações obtidas do inimigo indicavam que a Alemanha preparava a ocupação da Espanha e de Portugal, havia disso indícios significativos. A rádio alemã tinha iniciado uma campanha antiportuguesa, na qual os EUA eram acusados de pretenderem anexar os Açores”⁶.

Não faz parte do nosso tema recordar o processo que levou ao Acordo de 17 de Agosto de 1943 que permitiu a utilização das bases dos Açores pelos aliados “sendo garantida em troca a manutenção da soberania (portuguesa) sobre todas as colónias”⁷.

3 – O reencontro peninsular desenvolver-se-ia condicionado pelo processo de definição da nova ordem mundial que teve a sua expressão no Pacto do Atlântico, assinado no dia 4 de Abril de 1949 em Washington, onde Portugal foi representado por Caeiro de Malta.

Nasceu assim a maior aliança institucional da história ocidental, e o conceito de balança de poderes europeia cedia lugar ao conceito de balança mundial de poderes que vigoraria até 1989, data do fim real do Pacto de Varsóvia, terminando assim a Ordem dos Pactos Militares, até então vigente.

Foi então que o Doutor Oliveira Salazar, em entrevista para a United Press, sustentou a coerência entre o Pacto Peninsular e a nova Aliança, e que “o valor e significado da própria adesão de Portugal são diversos conforme a Espanha esteja ligada ao Pacto, e, na hipótese de não estar, conforme a política que seguir em caso de conflito que ponha o Pacto em funcionamento”.

No período que decorreu até à integração da Espanha na NATO em 20 de Maio de 1982, e com o acordo desta, desde 1954 que se reuniam anualmente os Estados-Maiores peninsulares, em Lisboa ou Madrid, realizaram-se manobras conjuntas aeronavais e terrestres, utilizando sempre que possível as tácticas e as técnicas da NATO, ao mesmo tempo que a Espanha recebia apoios dos EUA para modernizar as forças armadas, as infraestruturas logísticas e as vias de comunicação⁸.

O governo socialista espanhol, por meio de um referendo que teve lugar em 1986, modificou a dinâmica do acesso da Espanha à NATO, vindo a obter um dos cinco estatutos diferenciados dos membros da Aliança, incluindo a garantia de o território espanhol não abrigar armas nucleares, a redução da presença americana em Espanha, a não integração da Espanha na “estrutura militar aliada”.

A novidade da presença de Portugal e Espanha numa organização transnacional, com um projecto estratégico comum, e tendo por inimigo o perturbador soviético que originara o Pacto Ibérico, foi uma consequência dos factores exógenos em cujo desenvolvimento os dois países não tiveram real participação.

A balança mundial de poderes, a Ordem dos Pactos Militares, a nova hierarquia das potências, a proeminência das fronteiras transnacionais sobre as fronteiras históricas, redefiniram o ambiente em termos de completamente desactualizarem os velhos conceitos e ultrapassadas experiências.

4 - A participação na ONU, sendo esta a expressão da proposta Nova Ordem definida sem a intervenção dos dois Estados peninsulares, vai obrigar a uma nova leitura da mudança operada em consequência da guerra.

Nos dez anos de espera para que Portugal e Espanha fossem admitidos como membros, a principal razão da delonga foi suficientemente demonstrativa de que a balança de poderes era definitivamente mundial. Não se tratou principalmente de dúvidas sobre a democraticidade dos regimes políticos peninsulares, firmemente anti-soviéticos, tratou-se de não afectar o equilíbrio de votos na Assembleia Geral, um objectivo rapidamente inutilizado pelo crescimento acelerado das autodeterminações.

Enquanto que a Espanha pareceu ter-se apercebido da mudança, iniciando a liberalização do regime, a abertura ao internacionalismo, e a aproximação ao terceiro-mundismo, Portugal recusou o projecto descolonizador e progressivamente deu mostras de considerar inevitável a terceira guerra mundial, entendendo que a sua intransigência, a resistência armada de catorze anos contra os movimentos independentistas, estava ao serviço dos interesses europeus e guardavam uma reserva que seria importante naquela hipótese.

A Espanha, liberta da questão colonial na crise do século XIX, conseguiu resolver o seu residual problema africano sem perder as praças do Norte de África (Ceuta, Melilla), e logo no início da década de sessenta foi eleita membro do Conselho de Segurança com os votos indispensáveis dos neutralistas.

O anti-sovietismo do Pacto Ibérico era um elemento comum que ganhara relevo global com a definição ideológica da NATO, mas passava a funcionar também como um elemento exógeno condicionante das opções peninsulares numa ordem mundial dos Pactos Militares que substituiu a ordem euromundista em cujos alicerces ambas as soberanias tinham colocado as primeiras pedras.

5 - Mas foi a questão europeia que principalmente determinou o reencontro peninsular por razões exógenas vindas do sistema em construção.

Em primeiro lugar, a ideia orientadora dos fundadores teve essencialmente que ver com a rivalidade histórica das grandes potências da época euromundista, especialmente a França e a Alemanha, e nenhuma preocupação com as singularidades do sul, em que se situam os peninsulares.

Por isso não se encontram, entre os doutrinadores e responsáveis pelo projecto que teve em Jean Monnet o Inspirador, interventores portugueses ou espanhóis de relevo, que vemos aparecer apenas no arrastamento desencadeado pelo novo europeísmo.

Mas se Portugal passou pela experiência da EFTA, que lhe pareceu compatível com a manutenção do Império e com o desejado eventual regresso à balança de poderes tradicional, a Espanha, sem as limitações coloniais, sem conflito essencial com a ONU, abriu-se mais cedo e francamente ao projecto.

Usando para isso um património cultural que Portugal não possui, o qual se traduz no facto de ter assumido no passado responsabilidades históricas no governo efectivo da ordem europeia, de contar com Carlos V na sua mitologia nacional, de, vencidas as questões internas do regime, se encontrar na Europa como que de regresso a casa.

A definição de um estatuto da Espanha com peso específico nos sistemas em cuja definição não participara, teve expressões visíveis na eleição para o Conselho de Segurança da ONU, para a Presidência do Parlamento Europeu, para a Direcção Geral da UNESCO, para o Secretariado

da NATO no ponto crítico da mudança do conceito estratégico que foi representado pela intervenção no Kosovo em 1999.

Quando, respectivamente a 28 de Março e 28 de Julho de 1977, ambos os países, Portugal e Espanha, solicitaram a adesão à Comunidade Europeia, a Espanha partia para uma reconciliação com a Europa que dependia apenas da democratização interna, e Portugal partia de um abandono revolucionário do conceito estratégico nacional em 1974, de um processo de reconciliação interna com o passado histórico recente, a braços com a redefinição do Estado em termos democráticos, sem mais alternativa do que aderir ao projecto europeu. Não se tratou de uma escolha entre alternativas, era a escolha disponível, era a condição exógena que se acentuava.

Acrescida deste modo a novidade histórica da presença comum de Portugal e Espanha em organizações supranacionais, os factores da evolução da segurança tenderam para recordar a época do Salado pela criação de uma nova fronteira mediterrânica assumida pela NATO, e animadora do movimento no sentido de criar uma identidade de defesa do velho continente.

A cimeira europeia celebrada em Colónia em 3 e 4 de Junho de 1999 designou um espanhol ilustre, Javier Solana, que dirigira como Secretário Geral da NATO a intervenção no Kosovo, para Secretário Geral do Conselho de Ministros da União Europeia, pelo que assim passou a ser o chamado senhor PESC da União, acumulando o Secretariado geral da União da Europa Ocidental, tudo orientado para um papel relevante nas chamadas Missões de Petersberg ⁹.

6 - Esta evolução é inevitavelmente acompanhada por uma redefinição da hierarquia das potências intervenientes, um factor permanente seja qual for a ordem internacional.

O exame do processo europeu até à criação da PESC com o seu titular, revela que a definição está em processo, que a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Itália, e visivelmente a Espanha, se vão evidenciando como núcleo duro da União Europeia política, que não terá necessariamente uma estrutura reproduzindo modelos federais históricos, mas terá uma gestão política específica para ter futuro.

Nestas circunstâncias, a especial condição portuguesa de ter perdido o conceito estratégico histórico, tornou aguda a discussão sobre os desafios - europeu, atlântico, e ibérico.

Foi mais rápida a posição das correntes políticas convergentes nas respostas aos dois primeiros desafios, mas voltou a ser problematizada, pela opinião pública que observava horizontalmente as correntes políticas, a questão ibérica ¹⁰.

Vamos dispensar aqui o regresso à temática política que já ficou referida, para evidenciar um facto inteiramente novo, consequência da livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais, em função de uma teoria de transparência das fronteiras consagrada por Maastricht.

Trata-se de as sociedades civis respectivas de Portugal e Espanha terem desenvolvido um crescente tecido de relações transfronteiriças, em termos de já assumirem intervenções em domínios antes reservados à discreta discussão entre soberanias.

O caso do Plano Hidrológico espanhol é paradigmático, porque os principais rios portugueses nascem em Espanha, e se os critérios antigos das soberanias parecem inspirar por vezes o descaso espanhol para com os interesses portugueses, as comunidades portuguesas e espanholas afectadas parecem por vezes convergir para um entendimento mais rápido do interesse comum.

Isto não impede que a discussão partidária invoque o perigo espanhol, até porque se trata de uma alegação comprovadamente mobilizadora do patriotismo, cada vez que se verifica que os produtores e os investidores espanhóis conseguem melhor expansão para o mercado português, do que os portugueses para o mercado espanhol.

A questão tornou-se relevantíssima em 1999 com o caso do acordo BSCH-Champalimaud que mobilizou defensivamente a banca portuguesa, e também o governo socialista que reclama méritos na chegada ao euro, e portanto na renúncia à gestão da macro-economia.

O tempo tribulo de todas as experiências políticas explica porque é que as memórias históricas podem ser mobilizadas para as campanhas do presente, e o perigo espanhol voltou a ser enfatizado, mesmo nas declarações governamentais.

A questão das relações entre países de dimensão diferenciada é um aspecto da inimizade histórica entre vizinhos, e temos exemplos nas várias fronteiras da Alemanha, ou na velha questão entre os EUA com o Canadá ou com o México, sempre queixoso este de estar tão longe de Deus e tão próximo dos EUA.

Por agora adiantamos apenas que a regionalização da Espanha mudou o teor das relações entre as sociedades civis de ambos os povos peninsulares, e que o tecido transfronteiriço, com exemplo na relação entre a Galiza e a Região Norte de Portugal, está a redefinir a percepção recíproca das sociedades civis, e a amenizar progressivamente o conceito secular de inimigos íntimos.

Avultam em contrapartida as semelhanças reconhecidas no que toca à relação com uma ordem internacional em formação que é expressivamente exógena em relação aos dois países, mas com maior expressão dessa consideração para Portugal: ambos contribuíram para a ideia de Europa com a participação pioneira e activa no Euromundo que findou em 1945, ambos pertencem ao Sul pobre em relação ao Norte rico, ambos são pontes para a outra margem dos continentes americano e africano.

O pilar europeu é suficientemente forte para garantir a identidade separada e pacífica dos seus membros, é suficientemente estimulante para fazer renascer capacidades de competição em todas as áreas, mas nenhum factor exógeno é porém capaz de substituir a decisão de responder com a autonomia possível aos desafios do fim do século.

Por vezes se afirma, como traço definitivo da conjuntura portuguesa, que é um país periférico na economia europeia.

Deve acrescentar-se que é um país de articulação e fronteira no arranjo interno para o qual se caminha na redefinição da NATO, é um país de articulação e fronteira com o Norte de África, é um país de articulação e fronteira com o Atlântico Sul a caminho de organizar a própria segurança. Não faltam missões específicas. A decisão e a credibilidade dependem de factores internos.

NOTAS

1. José Medeiros Ferreira, *Um século de problemas – As relações luso-espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, 1989.
2. As Actas dessas reuniões ainda não foram divulgadas. Franco Nogueira, *Juízo Final*, Lisboa, 1992.
3. Joel Serrão, *Antero de Quental. Prosas Socio-Políticas*, Lisboa, 1982, pags. 230 e seguintes. Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, II vol., Lisboa, 1925. Teófilo Braga, *As modernas ideias na literatura portuguesa*, vol. II, Porto, 1892.
4. António Sardinha, *A aliança peninsular*, Porto, 1930. António Sardinha, *A lareira de Castela*, Lisboa, 1944. António Emílio Sachetti, *Estratégia de Dissuasão*, ISCSP, Lisboa, 1989. General Pedro Cardoso, *Triângulo Estratégico Português: Prospectiva*, in *Estratégia*, vol. IX, Lisboa, 1997. Luís Andrade, *Portugal and the Atlantic Alliance. The role of Azores*, in *Estratégia*, vol. IV, Lisboa, 1992. José Medeiros Ferreira, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, Lisboa, 1982. Carlos M. S. Costa Ramos, *A importância do mar na evolução do conceito estratégico nacional*, in *Estratégia*, vol. II, Lisboa, 1991.
5. General Andrade e Silva, *Teatro de operações de Portugal*, Lisboa, 1950, com Prefácio do General Santos Costa. José Medeiros Ferreira, *Estudos*, cit., pags. 105-106. José Medeiros Ferreira, *Um século de problemas*, cit., pag. 58.
6. Samuel Eliot Morrison, *Atlantic Battle*, N. Y., 1947, (citado por Augusto de Castro).
7. MNE, *Dez anos de política externa. (1936-1974)*, A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, vol. XIII, pags. 121 a 123, I.N.C.M., Lisboa, 1985. Augusto de Castro, *Subsídios para a História da Política Externa Portuguesa durante a Guerra*, Lisboa, 1955, pag. 27.
8. Salientam-se as bases navais de Cádiz e Ferrol, o oleaduto de Cádiz ao Vale do Ebro, ligando Rota (Cádiz) à base de S. Pablo (Sevilha), e esta a Torregon de Ardoz (Madrid) e Saragoza para abastecer as bases de Valenzuelo e Sangurgo.
9. Roman D. Ortiz, *Un paso al frente de la defensa europea*, in *Revista Española de Defensa*, año 12, n.º 135, Maio de 1999.
10. Maria João Seabra, *Vizinhança Inconstante, Portugal e Espanha na Europa*, Lisboa, 1995, pag. 24.

ANÁLISIS COMPARATIVO DEL MERCADO DE TRABAJO Y FISCALIDAD ENTRE PORTUGAL Y ESPAÑA

Paloma de Villota

(Profesora Titular de Economía Aplicada. Universidad Complutense de Madrid)

ABSTRACT

In the first place, this research work presents an introduction to the comparative analysis of the Portuguese/Spanish labour market, based on a gender perspective in order to emphasize some of the existent imbalances. Secondly, it analyses the public expenditure to determine the economic efforts made by both countries, in comparison with other member states of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), according to its policies for professional reintegration (analysis of the relationship between the public expenditure and the Gross Domestic Product). It also analyses the employment policies of the Member States, basing our study on the European Commission recommendations following the Extraordinary Council's Meeting of Luxembourg of 1997, which determined the basis for each countries' National Employment Action Plans, setting as their goal an improvement in the capacity for professional reintegration of the unemployed, through the implementation of adequate training and job-seeking programmes, together with an equal opportunities policy to combat discrimination between men and women, and encouraging women's integration in the labour market, therefore creating harmony between work and family. Finally, it evaluates the transcendence of fiscal policies from a levying perspective (personal levies over income) as an incentive or disincentive of job offers, in conformity with the individualisation perspective of fiscal rights recommended by the European Commission.

Mercado de trabajo

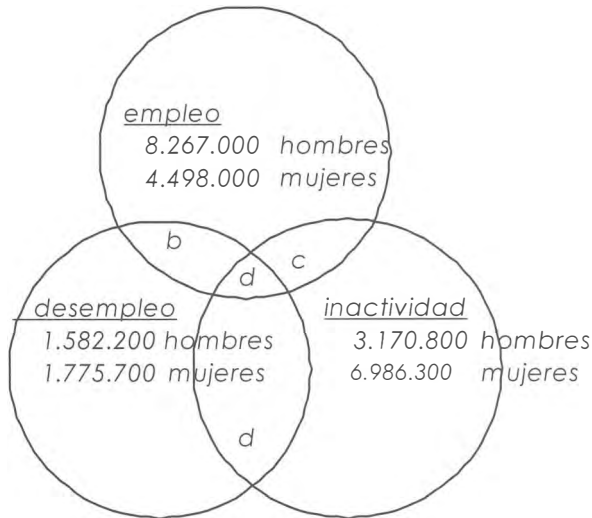
Antes de iniciar el estudio de las principales magnitudes del mercado de trabajo en Portugal y España conviene recordar las diferencias existentes

en el ciclo vital de mujeres y hombres para comprender mejor la persistente elevada tasa de inactividad femenina en muchos países. Para ello el gráfico de Freyssinet refleja el comportamiento real de la oferta de trabajo en consideración no sólo de situaciones de actividad, empleo o desempleo sino también de inactividad.

En el gráfico se dibujan tres círculos entre los que se distribuye la población de acuerdo con tres categorías laborales: inactividad (correspondiente fundamentalmente a personas encargadas del trabajo doméstico no retribuido), empleo y desempleo perfilándose áreas de intersección entre los círculos en las que cabe situar a aquellas personas que comparten dos o más categorías sociolaborales.

Este planteamiento ofrece una alternativa más amplia frente a planteamientos tradicionales que exclusivamente barajan situaciones dicotómicas de empleo y desempleo como únicas coordenadas de enfoque en el análisis del mercado de trabajo¹.

Interrelación entre empleo, desempleo e inactividad Datos para España en 1997



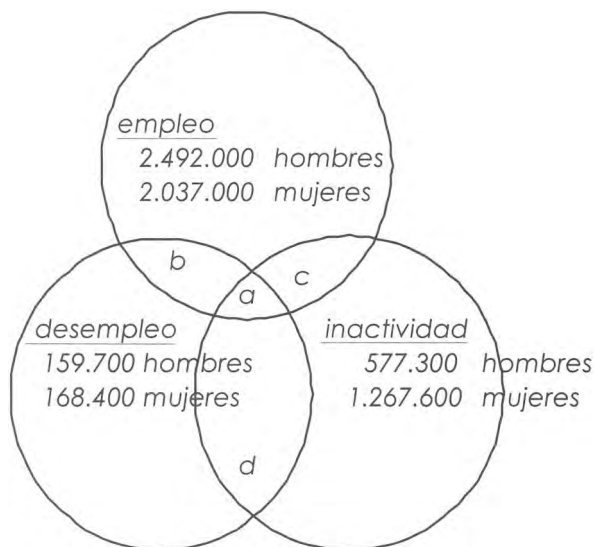
Freyssinet (1984, cited in Silvela *et aliter*, 1995:36)

- a – economía informal y trabajo doméstico
- b – trabajadores/as que involuntariamente tienen jornada a tiempo parcial o que realizan una jornada laboral inferior a la legal
- c – trabajadores/as que voluntariamente tienen jornada a tiempo parcial o con jornada laboral inferior a la legal
- d – trabajadores/as desanimados/as, parados/as y prejubilados/as

(Los datos proceden de Eurostat Employment in Europe 1997, p. 16)

Este esquema de Freyssenet se ha adaptado para el caso de España y aparece reproducido sin los datos españoles en J. Rubery *et alter* en: “Women and the European Employment rate: the causes and the consequences of variations in female activity and employment patterns in the European Union”. Comisión Europea, DGV, Bruselas, abril 1996, pág. 47.

Interrelación entre empleo, desempleo e inactividad Datos para España en 1997



Esquema adaptado de Freyssenet (1984, cited in Silvela *et alter*, 1995:36)

Esquema que, en mi opinión, permite una profundización en el comportamiento de la oferta de trabajo y puede iluminar la acción de la política de empleo al suministrar mayor nivel de información sobre las personas situadas en las áreas de intersección entre los círculos. Posibilita igualmente una mayor atención y mejor comprensión de los flujos de entrada y salida en el mercado de trabajo con especial énfasis en el paso de la “inactividad” al empleo y/o al desempleo superando el modelo masculino dicotómico de empleo y desempleo diseñado en torno al concepto de “homo economicus”.

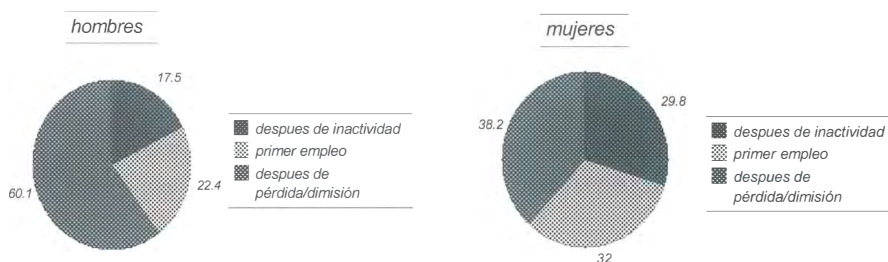
Es menester considerar que no se deben explicar las fluctuaciones del mercado de trabajo ateniéndose exclusivamente a las oscilaciones del ciclo económico con un planteamiento al margen de la realidad vital de hombres y mujeres, encargadas fundamentalmente estas últimas de las tareas de cuidado no remunerado de las personas (ancianos, niños y enfermos) necesarias para el mantenimiento de la calidad de vida.

En este sentido apuntan J. Rubery *et alter* en el estudio anteriormente citado que existe:

“la necesidad de una más adecuada definición del status en la actividad económica que reconozca y ponga de manifiesto que las personas no pueden dividirse entre las que tienen un status económico y las que carecen del mismo”.

A continuación se insertan dos gráficos que reflejan la proporción de personas desempleadas provenientes de la inactividad o el flujo entre inactividad y desempleo para la Unión Europea y España que presenta una fuerte asimetría de género en ambos casos.

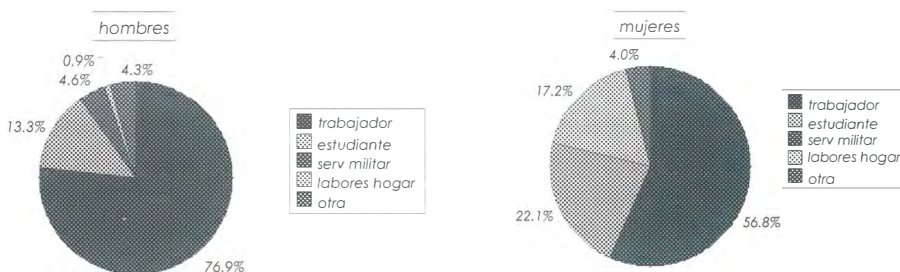
Principales grupos de parados por sexo que buscan un empleo. EUR 12, 1988



(FUENTE: EUROSTAT Retrato Social de Europa 1991, p. 51)

En análisis de flujos de entrada y salida en el mercado de trabajo que se perfila a través del gráfico anterior resulta de un valor inestimable constatar que en la Unión Europea casi el 30% de las mujeres paradas a finales de la década de los ochenta (1988) procedían de la inactividad en comparación con el 17'5% de los varones y solo en un superior 38'2%, del empleo en comparación con el 60,1% para los varones desempleados.

Paradas/os por situación anterior a la búsqueda de empleo en España en 1991



(FUENTE: elaboración propia a partir de EPA Segundo Trimestre 1991, p. 200)

España en 1991 presenta una elevada proporción de mujeres paradas estudiantas (22'1%) e inactivas (17'2%) - formalmente dedicadas a tareas del hogar – que de acuerdo con la terminología de la Encuesta de Población Activa que se encontraban buscando activamente empleo.

El cuadro siguiente recoge en las columnas tercera, sexta y novena la dimensión de la asimetría de género medida en puntos porcentuales de diferencia entre la tasa de ocupación, desempleo e inactividad masculinas y femeninas en la Unión Europea mostrando España una mayor desigualdad entre los sexos que Portugal tanto en la tasa de ocupación (29'6 frente a 18'6 puntos porcentuales) como en la tasa de desempleo (12'2 frente a 1'7) y en la de inactividad (28'3 frente a 18'5) .

CUADRO 1 - TASA DE ACTIVIDAD, INACTIVIDAD Y DESEMPLEO EN LA UNIÓN EUROPEA EN 1997

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	Ocupación	Ocupación		desempleo	Desempleo		Inactividad	Inactividad	
	Hombres	Mujeres	dif	hombres	Mujeres	dif	Hombres	Mujeres	dif
Alemania	69.8	53.6	16.2	9.3	10.8	-1.5	22.9	39.8	-16.9
Austria	80.4	59.5	20.9	3.6	5.3	-1.7	16.7	37.2	-20.5
Bélgica	67.5	47.0	20.5	7.2	11.9	-4.7	27.3	46.7	-19.4
Dinamarca	83.9	71.1	12.8	4.6	6.6	-2.0	12.1	23.2	-11.1
España	63.5	33.9	29.6	16.1	28.3	-12.2	24.4	52.7	-28.3
Finlandia	66.9	60.8	6.1	12.6	13.7	-1.1	23.2	28.8	-5.6
Francia	67.7	52.7	15.0	10.7	14.4	-3.7	24.3	38.5	-14.2
Grecia	74.8	40.1	34.7	6.2	14.9	-8.7	20.2	52.9	-32.7
Holanda	78.1	54.9	23.2	3.9	6.9	-3.0	18.7	40.8	-22.1
Irlanda	70.2	45.3	24.9	10.0	10.3	-0.3	22.0	49.6	-27.6
Italia	66.2	36.7	29.5	9.3	16.6	-7.3	26.9	56.1	-29.2
Luxemburgo	75.6	46.5	29.1	1.8	3.8	-2.0	22.3	51.1	-28.8
Portugal	77.2	58.6	18.6	6.0	7.7	-1.7	17.9	36.4	-18.5
Reino Unido	77.7	63.9	13.8	7.8	6.0	1.8	15.6	32.0	-16.4
Suecia	71.2	67.7	3.5	10.2	9.5	0.7	20.4	25.0	-4.6

(FUENTE: elaboración propia a partir de Comisión Europea: "El empleo en Europa, 1998")

En el análisis de la evolución del desempleo femenino en la Unión Europea resalta el caso Español por la dimensión alarmante del mismo en comparación con los restantes Estados miembros.

La tasa de desempleo femenina en la Unión Europea ha pasado de 10,3% en 1991 a 12,5% en 1996 y Portugal con un 5'8 % y 8'8% respectivamente presenta unos niveles inferiores al conjunto europeo mientras que España con una tasa de 23'4 % y 29'5% muestra una gran disimilitud en comparación con los restantes países comunitarios.

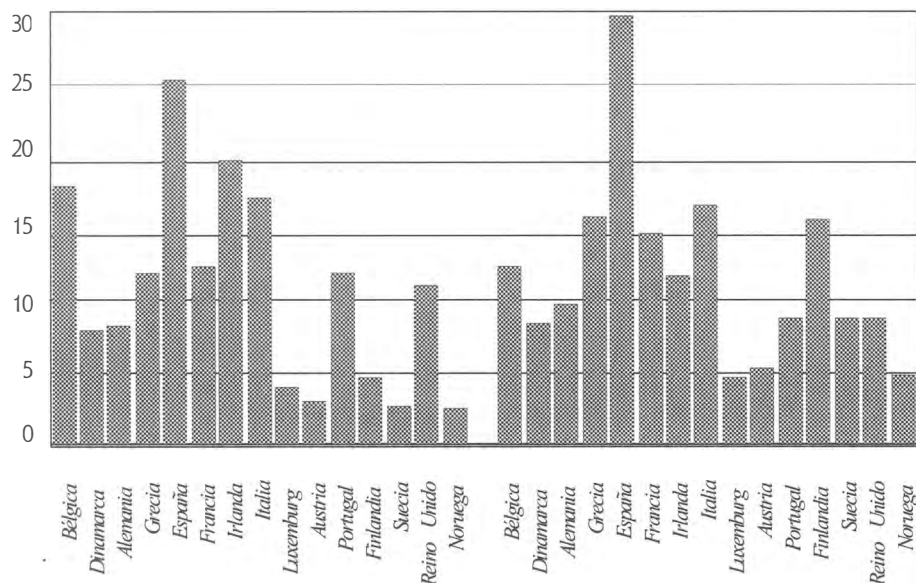
CUADRO 2 - TASA DE DESEMPLEO EN LA UNIÓN EUROPEA: MUJERES

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
EUR 15						10.3	10.9	12	12.8	12.5	12.5
Bélgica	18	17.7	15.2	13	11.5	10.7	9.5	10.9	12.5	12.3	12.4
Dinamarca	7.9	7.2	7.4	9	9	10.1	10	11.2	9	8.6	8.4
Alemania	8.3	8	8	7.5	6.2	6.6	8.3	9.4	10.4	9.7	9.7
Grecia	11.9	11.7	12.8	12.6	12	13.1	13.2	13.9	14	14.1	15.8
España	25.4	28.3	28.4	25.6	24.4	23.4	25.3	28.8	31.6	30.5	29.7
Francia	12.3	13.5	12.9	12.7	12.2	11.7	12.9	13.5	14.6	14.2	14.6
Irlanda	19.7	19.2	18.6	16.7	15.2	16.8	15.4	16	14.8	12.1	11.8
Italia	17.2	16.8	17.6	17.5	15.8	15.9	14.1	14.9	15.7	16.3	16.6
Luxemburgo	4	3.8	2.9	2.4	2.4	2.1	2.8	3.1	4.3	4.4	4.7
Holanda		14	12.7	11.9	10.9	10	7.8	7.7	8.1	8.7	8.1
Austria	3.1	4.1	4	3.6	3.6	3.7	3.8	4.5		4.9	5.3
Portugal	11.9	9.9	8.6	7.6	6.7	5.8	4.9	6.5	8	8.1	8.8
Finlandia	4.6	4.4	4	3.4	2.8	5.8	10.6	15.7	16.7	16.3	15.6

(FUENTE: Eurostat: Anuario 1997, p. 108)

La disimilitud reflejada en el gráfico adjunto ilustra la evolución negativa para las mujeres de 1986 a 1996 en el conjunto del Estado español con una tasa de paro que en ocasiones quintuplica la de Portugal (1992) y duplica la presentada por la Unión Europea.

**Tasas de paro femenino en la UE
1986 (izquierda) 1996 (derecha)**

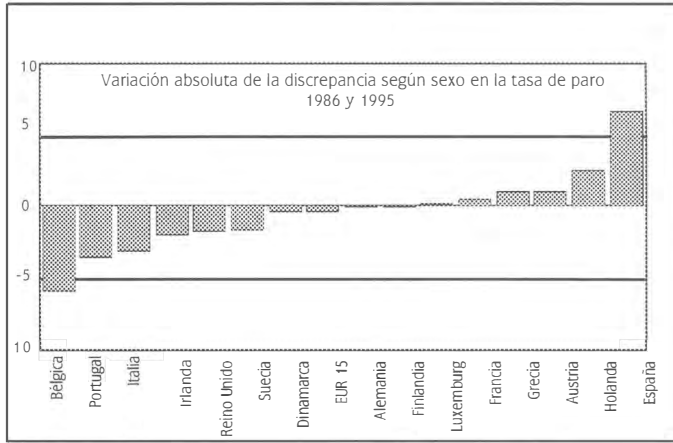


(Elaboración propia a partir de Eurostat "Anuario 1997". Bruselas, 1998)

La evolución de esta variable como apuntan diversos estudios entre los que podría enumerarse el de L. Moltó² difiere de la tasa de paro masculina que presenta un claro componente cíclico

“disminuye, al crecer el nivel de actividad, con la recuperación de finales de los ochenta, mientras que aumenta con la crisis de los noventa; por el contrario, la tasa de paro es claramente inferior en el resto de los países que en España, especialmente al final del periodo, partiendo de una situación similar al principio de éste, observándose un decrecimiento de casi dos puntos porcentuales en la diferencia entre las tasas de paro femenino y masculino con el agravamiento de la recesión”.

Situación que se plasma en el gráfico adjunto que refleja como en España la disparidad entre las tasa de paro masculina y femenina ha aumentado entre 1986 y 1996 en contraste con lo ocurrido en la mayoría de los países de la Unión Europea. Portugal ha sido el país, junto con Bélgica, que ofrece mejores resultados en la reducción de la disparidad entre los sexos.



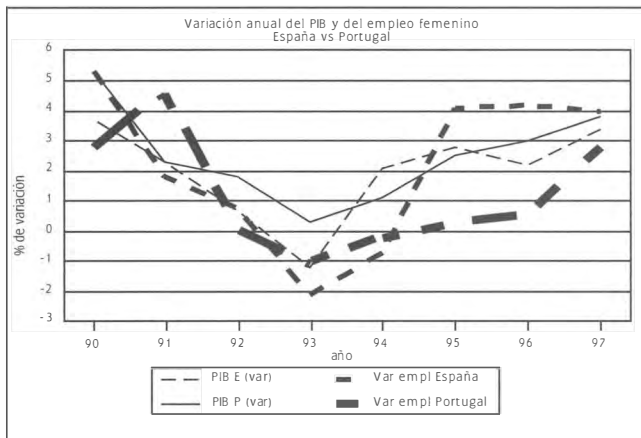
(FUENTE: elaboración propia a partir de Eurostat, Anuario 1997).

El cuadro siguiente registra la magnitud de la variación del empleo femenino anual y el incremento o decremento del Producto Interior Bruto a precios constantes de 1990 a 1997 para Portugal y España:

VARIACIÓN ANUAL DEL PIB Y DEL EMPLEO

	90	91	92	93	94	95	96	97
PIB E (var)	3.7	2.3	0.7	-1.2	2.1	2.8	2.2	3.4
PIB P (var)	5.3	2.3	1.8	0.3	1.1	2.5	3.0	3.8
Var empl España	5.3	1.8	0.8	-2.1	-0.7	4.1	4.2	4
Var empl Portugal	2.8	4.8	0.1	-1.1	-0.2	0.3	0.6	2.8

(FUENTE: elaboración propia a partir de Comisión Europea "El empleo en Europa, 1998")

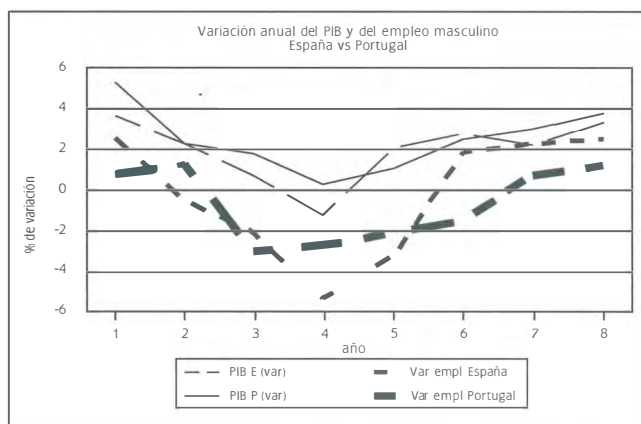


(FUENTE: elaboración propia a partir de Eurostat, Anuario 1997)³

El gráfico anterior refleja la evolución del empleo femenino en relación al PIB en los años noventa, mostrando Portugal y España al inicio de la década una variación del empleo superior, igual o similar al crecimiento económico que no se reinicia en España hasta 1995 con un crecimiento del empleo femenino en torno o superior al 4% anual, mientras que en Portugal una variación más elevada del empleo femenino en relación al crecimiento del PIB no se vuelve a producir después de 1991.

El análisis de la tasa de variación del empleo femenino y la coyuntura económica deviene fundamental por considerar que las que encuentran trabajo en momento de bonanza económica y que proceden de la inactividad cuya voluntad de incorporarse al mercado de trabajo se encuentra al margen del ciclo económico aunque pueden verse afectadas por él. Por ello, en ocasiones, los nuevos puestos de trabajo creados no reducen el número de desempleadas ni la tasa de desempleo generando perplejidad y confusión para los políticos en algunos momentos en España sin comprender o querer entender la profundidad de las causas que generan este fenómeno y la anómala tasa de inactividad femenina de nuestro país en comparación con los restantes países de la Unión Europea que con el tiempo tenderá a reducirse.

EVOLUCIÓN DEL PIB Y EMPLEO MASCULINO - ESPAÑA VS PORTUGAL



(FUENTE: elaboración propia a partir de Eurostat, Anuario 1997).

Basta una rápida ojeada al gráfico anterior para captar el comportamiento cíclico de la variación anual de empleo masculino que no se repite para las mujeres y que es menester tener en consideración en toda aproximación al estudio del mercado de trabajo.

En un intento de explicación de las causas generadoras de la elevada magnitud del desempleo femenino español en comparación con el portugués y centrándome en la distribución del empleo por sectores económicos, cabe

avanzar algunas hipótesis que deberán ser posteriormente contrastadas en estudios comparativos de mayor envergadura.

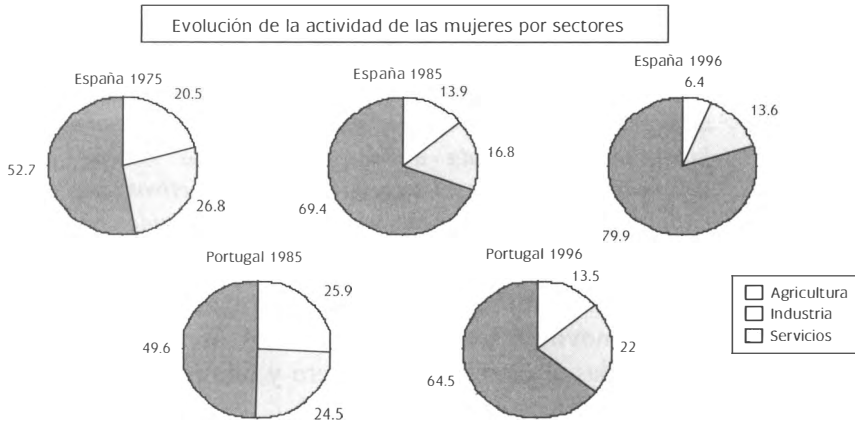
Es un hecho incuestionable que en ambos países y de forma paralela el sector agrario se ha reducido durante los últimos años. De forma drástica en Portugal pasando de ocupar el 25'9% de la mano de obra femenina a sólo el 13'6 en 1996 y en menor medida en España, pasando de aglutinar el 13'9% del empleo femenino en 1985 a sólo un 6'4% once años más tarde.

El sector secundario pierde peso fundamentalmente en España englobando sólo el 13'6% de la mano de obra femenina en comparación con el 22% de Portugal en 1996. Si se retrocede en el tiempo, por ejemplo al año 1975, se puede observar que la pérdida de volumen del sector secundario español es anómala y supera los 13 puntos porcentuales (de 26'8% a 13'6%), presentando una divergencia muy clara en comparación con Portugal que en 1995 sigue ocupando al 22% de la mano de obra femenina.

Por último cabe destacar que en ambos países al igual que en otros Estados miembros de la Unión Europea el sector terciario ha crecido de forma espectacular en los últimos años con un incremento notorio de la participación femenina en el mismo, 10 puntos porcentuales en España y casi 15 puntos en Portugal (véase gráfico adjunto).

Del análisis de la evolución sectorial del mercado de trabajo en los últimos años cabe colegir que tanto la expulsión de mano de obra del sector agrario, rasgo compartido por ambos países, como el adelgazamiento del sector secundario en España han coadyuvado a generar el fenómeno de desempleo en nuestro país como consecuencia de la incapacidad del sector servicios, pese a su incesante aumento, para absorber el excedente de oferta de trabajo procedente de los otros dos sectores. A estas causas habría que añadir otras de carácter demográfico que desbordan los límites de este trabajo y recordar, en último término, la manifiesta voluntad de las mujeres de ambos países por incorporarse al empleo retribuido (reflejado en el aumento de la tasa de actividad durante los últimos años. En España en 1975 la tasa de actividad femenina era del 32'5% mientras que en Portugal ascendía a 50'7%, veintiún años más tarde esta diferencia se aligera al situarse la tasa española en a 46'2% y la portuguesa a 62'1%. Como consecuencia del efecto de los factores aquí expuestos junto con otros que exigiría llevar a cabo un análisis comparativo más profundo, el desempleo femenino en España va a superar al portugués en una proporción desmesurada.

El análisis de las políticas de empleo activas o políticas de reinserción en el empleo analizadas en el apartado siguiente pueden ayudar a entender también este fenómeno e intentar explicitar los esfuerzos realizados por parte de los responsables políticos para tratar de paliarlo.



(FUENTE: elaboración propia a partir de Comisión Europea "El empleo en Europa, 1998").

Perspectiva de la OCDE del mercado de trabajo y análisis de la evolución del gasto público en programas activos y pasivos de empleo en España y otros países

El objetivo de este apartado es llamar la atención sobre la necesidad de llevar a cabo políticas de empleo activas para corregir los desequilibrios en el mercado de trabajo. La importancia cuantitativa en España de las medidas pasivas (de mantenimiento del ingreso), justificadas por la elevada tasa de desempleo durante los últimos años, muestra una dirección inadecuada si el objetivo básico de la política de empleo se orienta hacia la reinserción laboral de los/as desempleados/as y no solo al mantenimiento del nivel de renta de las personas que han perdido el puesto de trabajo. Por el contrario Portugal ha apostado en mayor medida que España por las políticas activas de empleo.

El Comité de Mano de Obra y Asuntos Sociales de la OCDE, buscando conciliar eficiencia económica y equidad social al inicio de la presente década, suscribió el informe del Secretariado titulado *Nuevo marco para las políticas de mercado de trabajo*, basado en los principios de política activa, subrayando que el actual proceso de globalización económica implicaba una interdependencia creciente de los mercados de trabajo con el diseño de la política social. Reconoció, igualmente, que en los próximos años esas políticas deberían tener como objetivo la mejora de la calidad de la mano de obra y la capacidad de adaptación del mercado de trabajo al cambio económico y social.

El Informe apuntaba hacia una solución adecuada para la política de mercado laboral en la combinación de los objetivos de **eficiencia y equidad**, sin olvidar los objetivos de carácter social que siempre deben estar presentes en la elaboración de las políticas públicas.

“Una política de mercado de trabajo bien diseñada tiene con frecuencia la ventaja de responder simultáneamente a los objetivos de eficiencia y de equidad. Para que la acción gubernamental pueda influir sustancialmente en la oferta, las medidas especiales a favor de la demanda orientada a los desfavorecidos habrán de seguir desempeñando un papel acorde con los objetivos sociales de la política del mercado de trabajo y conducente al empleo normal”.

Dicha acción pública deberá materializarse principalmente en las tareas siguientes: Primero, movilizar los recursos humanos, segundo, desarrollar las calificaciones adaptadas al empleo y en tercero y último lugar promover un espíritu de búsqueda activa.

1) Movilizar los recursos humanos

En esta línea de actuación debe concederse prioridad a medidas activas como la formación, los programas de colocación y de reinserción destinados a los desempleados, los inactivos y los beneficiarios de la ayuda social, de forma que se rompa el círculo de dependencia, se reduzcan las desigualdades en el acceso al empleo y, en general, se introduzca a los trabajadores en la gran corriente de las actividades productivas. Esas prioridades deberán reflejarse en la asignación de los recursos.

El principio fundamental que sirve de base a la idea de «sociedad activa» es favorecer el desarrollo de los mercados y la actividad para todos, con el fin de luchar contra la pobreza, la dependencia y la exclusión de la sociedad. Resaltándose la situación de quienes se encuentran o tienen el riesgo de acabar en situaciones de desempleo de larga duración y la vulnerabilidad de ciertos grupos para los que será necesaria la elaboración de programas específicos de acción. Con esta idea de sociedad activa se enfatiza en la subutilización de la mano de obra femenina:

“No sólo la actividad femenina es con frecuencia inferior a su potencial, sino que la mujer sigue estando subutilizada desde un punto de vista cualitativo, ya que su actividad se concentra excesivamente en empleos poco calificados y con escasas posibilidades de desarrollo profesional. Habrá, pues, que poner énfasis en una política activa a favor de la igualdad de oportunidades, en particular, mediante medidas que faciliten alternativas a las trabajadoras con responsabilidades familiares y obligadas al cuidado de los hijos, integrándolas en las medidas tomadas en materia de formación y de mercado de trabajo destinadas a igualar las oportunidades de acceso a los empleos lucrativos. Habrá igualmente que adoptar las disposiciones necesarias en campos más amplios, como la enseñanza, la fiscalidad⁴, la infraestructura y la política social⁵”.

2) Desarrollar las calificaciones adaptadas al empleo

Con la aparición y/o el agravamiento del “déficit” de personal cualificado con graves repercusiones en los resultados económicos, hay que desarrollar nuevos lazos con el sistema de enseñanza y reforzar el papel primordial desempeñado por el sector privado en la formación y mejora de las calificaciones de los trabajadores.

Con el objetivo que todos y cada uno de los trabajadores cuente con una base suficiente de formación adecuada es necesario e indispensable coordinar la política seguida en el mercado de trabajo con la política educativa y de formación profesional con una participación a tres bandas de empresarios, asalariados y grupos desfavorecidos.

Será necesario para ello que los estudios secundarios sean lo suficientemente amplios para adaptarse más tarde a los continuos cambios que se producen en el mercado laboral. Del mismo modo es fundamental mejorar la formación de adultos y su continua adaptación profesional y la necesidad de velar por parte de las administraciones públicas por los/las desempleados/as y para que todos cuenten con una formación adecuada.

3) Promover un espíritu de búsqueda activa

Debido al incremento de lo que se denominan costes de transacción (tiempo y dinero dedicado a la búsqueda de empleo y al reclutamiento de personal adecuado), el ajuste entre trabajadores y empleos (curva de Beveridge) deviene fundamental. Por tanto los servicios de empleo resultan imprescindibles para conseguir una mayor eficiencia en el mercado de trabajo y para asegurar la igualdad de oportunidades en el empleo.

Conviene asegurar, igualmente, la coherencia de los servicios prestados a corto plazo con los que tienen un efecto a más largo plazo y ofrecen cursos de formación para mejorar la aptitud para el trabajo:

“Será conveniente aumentar la eficiencia del mercado de trabajo prestando una amplia gama de servicios a los diversos participantes en el mercado de trabajo, tanto si se trata de demandantes de empleo como si se trata de empresas que buscan personal con determinadas calificaciones; esos servicios no debieran responder solamente a objetivos inmediatos, a corto plazo, sino contribuir a largo plazo al desarrollo profesional de los trabajadores y a la gestión con vistas al futuro de los recursos humanos de las empresas”⁶.

Resumiendo, el desafío actual exige un contexto muy amplio de actuación dentro de la política económica, social, educativa y cultural de un

país. La coordinación estrecha entre la política económica global y la seguida dentro del mercado de trabajo deviene imprescindible para asegurar un crecimiento duradero de la producción y el empleo:

“Las medidas que mejoran el funcionamiento del mercado de trabajo, que refuerzan la oferta de mano de obra y facilitan la adaptación a los cambios estructurales evitan el riesgo de ver comprometida una expansión duradera. A la inversa, cuanto más asegure la política macroeconómica un crecimiento no inflacionista de la producción, tanto mayores serán las oportunidades de empleo y de inserción en la vida profesional. El reto principal consistirá en mantenerse dentro de ese círculo <virtuoso> durante los próximos diez años⁷”.

La OCDE establece unas categorías específicas para clasificar los programas de las políticas de empleo, diferenciando en primer término entre medidas activas y pasivas⁸:

MEDIDAS ACTIVAS

1. **Administración y servicios de empleo**⁹

- Oficinas de empleo
- Administración de programas
- Oficinas de seguro de desempleo

2. **Formación profesional**¹⁰

2.a) Formación de trabajadores adultos y de trabajadores amenazados de pérdida de su empleo

- Centros de formación
- Formación dentro de la empresa

2.b) Formación de adultos ocupados

- Formación para la creación, ampliación o reconversión de empresas

3. **Medidas en favor de los jóvenes**¹¹

3.a) Medidas para los jóvenes desempleados y los jóvenes desfavorecidos

3.b) Ayuda destinada al aprendizaje y a otros tipos de formación general de los jóvenes

4. **Medidas de ayuda a la contratación**¹²

4.a) Subvenciones al empleo permanente en el sector privado

4.b) Ayuda a los desempleados que crean empresas

4.c) Creación directa de empleo (en el sector público o en organismos sin fines de lucro).

5. Medidas en favor de los minusválidos¹³

- 5.a) Readaptación profesional
- 5.b) Empleos destinados a minusválidos

MEDIDAS PASIVAS¹⁴**6. Prestaciones de desempleo**

Seguro de desempleo que engloba todas las prestaciones en efectivo para indemnizar por el paro, salvo la jubilación anticipada.

7. Jubilación anticipada por motivos ligados al mercado de trabajo

Jubilación anticipada por motivos relacionados con el mercado de trabajo. Esta categoría abarca solamente los mecanismos especiales en los que se concede una pensión de jubilación a las personas que no tienen empleo o a aquéllas cuyo puesto de trabajo ha desaparecido en beneficio de otras personas.

El volumen de gasto de estos programas depende en gran medida de la forma en que las pensiones de jubilación anticipada sean subvencionadas en lugar de ser financiadas dentro de los regímenes ordinarios de jubilación (método actuarial).

Esta tipología presenta importantes lagunas metodológicas como los propios autores ponen de relieve:

“las categorías de gastos utilizados son el resultado de una elección pragmática, dictada en parte por los datos de que se dispone. Por ejemplo, no ha sido posible definirlos uniformemente desde un punto de vista funcional; por lo tanto, dos categorías- los programas para los jóvenes y las medidas para incapacitados-se han definido de acuerdo con grupos específicos, mientras que las demás se han definido según su función”¹⁵.

Resultados ofrecidos por distintas medidas activas de empleo en la OCDE

Los resultados microeconómicos de los programas de las políticas de empleo activas perpetradas en distintos países se pueden contrastar comparando la posición “a posteriori” de los participantes en el mercado de trabajo, centrándose en dos variables: paro y ganancias.

Puede ocurrir, en primer lugar que no se genere efecto alguno en algún participante por lo que la inscripción en el programa en ese caso particular se consideraría como una “pérdida irrecuperable”. Igualmente es posible que sea positivo para la persona que siguió el programa pero que entrañe efectos

secundarios sobre otros empleados, desplazando por acción del efecto sustitución a unos trabajadores por otros sin que el saldo total aumente y ,en tercer lugar, cabe que se produzca el desplazamiento de la producción a expensas del nivel de empleo de otras empresas. La complejidad de los estudios realizados difiere por el tamaño de la muestra que puede oscilar entre una encuesta realizada a varios cientos de personas y otras a varias decenas de miles. Los cuestionarios a los participantes en los programas de empleo se enriquecen, en ocasiones, con encuestas a los empresarios y estudio de cuestiones administrativas específicas.

Es imposible enumerar los éxitos y fracaso de los diferentes programas activos llevados a cabo en distintos países de la OCDE, pero su lectura deviene indispensable para desarrollar “a posteriori” estudios evaluatorios de los programas perpetrados para reiterar exclusivamente aquellos que arrojen un saldo positivo.

Tras la enumeración das las distintas medidas activas y pasivas de la política de empleo y sus posibles resultados en el ámbito de la OCDE comienza el análisis comparativo del esfuerzo económico efectuado en cada país, medido en porcentaje de su Producto Interior Bruto a partir 1985.

Análisis de las políticas de empleo desde la perspectiva del gasto público

Es preciso aclarar desde el principio que en la cuantificación de las políticas de empleo, desde la perspectiva análisis del gasto presupuestario en relación al Producto Interior Bruto, en las comparaciones de la OCDE se contabilizan todos los gastos públicos realizados para estos fines, tanto los gastos corrientes del sector publico como las transferencias realizadas a particulares y a empresas y no se distingue entre el Tesoro, Administraciones Locales y fuentes cuasi publicas de financiación como la Seguridad Social financiada por medio de cotizaciones obligatorias.

No obstante, cuando las autoridades del mercado de trabajo subvencionan las actividades realizadas por otros organismos públicos, como las administraciones locales, sólo se incluyen los fondos complementarios aportados por estos últimos si se utilizan en políticas relacionadas con el mercado de trabajo, no si responden a otras preocupaciones. Las reducciones de impuestos y cotizaciones a la seguridad social destinadas a determinadas categorías solo se incluyen en los gastos si se refieren a actividades relacionadas con ellas.

A continuación se analiza la evolución del gasto público en políticas de empleo en España y Portugal en comparación con otros Estados miembros de la OCDE. Países que sin alcanzar la magnitud del desequilibrio español en el mercado de trabajo: tasa de desempleo, desempleo femenino, etc., llevan a cabo numerosas políticas activas de empleo que se traducen en un esfuerzo económico visible a través de elevadas partidas presupuestarias.

Hasta el presente los desequilibrios mostrados por el mercado laboral español contrastan con la escasa relevancia del gasto público asignado a políticas activas y, por ello, deviene ineludible un cambio de rumbo que se visualice en los presupuestos, es decir, un cambio cualitativo en la política de empleo que se refleje a nivel cuantitativo. Los programas de empleo de carácter activo exigen que España transforme parte de las medias de empleo pasivas (que en 1993 suponían un 346% del PIB) en otras de carácter activo que para ese año apenas alcanzaban el 0,5% del PIB (véase el cuadro adjunto).

CUADRO 2 - ESPAÑA
EVOLUCIÓN DEL GASTO PÚBLICO DEDICADO A LOS PROGRAMAS RELACIONADOS CON EL MERCADO DE TRABAJO
COMO % DEL PIB

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1. Servicios de empleo y admon de programas	0.09	0.09	0.09	0.1	0.12	0.13	0.13	0.12	0.11	0.1	0.09	0.09
2. Formación profesional	0.02	0.04	0.08	0.09	0.11	0.1	0.1	0.11	0.12	0.22	0.32	0.35
a) Form de parados adul y trab con riesg perd empleo	0.02	0.04	0.05	0.06	0.07	0.07	0.07	0.07	0.09	0.17	0.24	0.26
b) Formación de adultos ocupados	--	--	0.02	0.03	0.03	0.03	0.03	0.03	0.03	0.06	0.08	0.09
3. Medidas destinadas a los jóvenes	--	0.03	0.07	0.08	0.08	0.07	0.07	0.07	0.07	0.09	0.09	0.08
a) Medidas destinadas a los jóvenes parados y desfav	--	0.03	0.07	0.08	0.08	0.07	0.07	0.07	0.07	0.09	0.09	0.08
b) Ayuda al aprend y otros tipos de form de carác gral	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
4. Subv a la creación dir de empleo y contratación	0.22	0.47	0.42	0.48	0.49	0.45	0.45	0.28	0.19	0.17	0.31	0.14
a) Subvención al empleo permanente en el sector privado	0.08	0.18	0.11	0.12	0.15	0.14	0.12	0.09	0.09	0.11	0.24	0.08
b) Ayuda a los parados que crean nuevas empresas	0.04	0.18	0.2	0.23	0.21	0.19	0.21	0.14	0.05	0.02	0.01	0.01
c) Creación dir de empl (sect pub y org sin fines lucro)	0.1	0.11	0.11	0.12	0.13	0.12	0.12	0.05	0.06	0.04	0.05	0.05
5. Medidas en favor de los incapacitados	0.01	0.01	0.01	0.01	--	--	--	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01
a) Rehabilitación	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
b) Empleos destinados a los incapacitados	--	--	--	0.01	--	--	--	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01
6. Seguro de desempleo	2.87	2.54	2.49	2.35	2.3	2.43	2.77	3.07	3.46	3.09	2.46	2.12
7. Jubil anticip por motivos relac con merc trabajo	0.02	0.01	0.04	0.07	--	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL:	3.23	3.23	3.19	3.18	3.09	3.18	3.53	3.66	3.95	3.68	3.28	2.79
Medidas activas (1-5):	0.34	0.64	0.66	0.76	0.79	0.75	0.76	0.58	0.49	0.59	0.81	0.67
Movilización de los rec humanos (2a, 3a, 4a, 4b, 5a)	0.15	0.43	0.43	0.49	0.51	0.47	0.47	0.49	0.39	0.39	0.58	0.43
Formación no dirigida a grupos específicos (2b, 3b):			0.02	0.03	0.04	0.03	0.04	0.03	0.03	0.06	0.08	0.09
Trabajo como objetivo social (4c, 5b)	0.1	0.11	0.11	0.13	0.13	0.12	0.12	0.06	0.07	0.05	0.06	0.06
Servicios de empleo y administración de programas	0.09	0.09	0.09	0.1	0.12	0.13	0.13	0.12	0.11			
Medidas pasivas (6-7):	2.89	2.59	2.53	2.42	2.3	2.43	2.77	3.07	3.46	3.09	2.46	2.12

(FUENTE: elaboración propia a partir de OCDE *Perspectivas de empleo* 1992, 1994, 1995 y 1998).

Las cifras del cuadro anterior patentizan el desequilibrio de las políticas de empleo activas en España (programas 1 a 5) frente a las medidas pasivas (programas 6 y 7) que según los años oscilan entre un valor mínimo para las primeras de 0,34% en 1985 y dos valores máximos de 0,79% y 0'81% en 1989 y 1995 respectivamente; las políticas pasivas de empleo fluctúan entre un mínimo de 2,3% en 1989 y un máximo del 3,46% en 1993 (para una mejor comprensión del gasto en políticas pasivas de empleo resulta imprescindible tener presente la magnitud del desempleo).

Pese a los desequilibrios del mercado laboral español que afectan a las mujeres fundamentalmente, como se expuso en la primera parte de este estudio, los programas activos de empleo que intentan corregir este desequilibrio representan cantidades insignificantes de nuestros créditos presupuestarios y tienen como único objetivo la contratación de mujeres en aquellas profesiones en las que se encuentran subrepresentadas. Programa que significa un esfuerzo económico del 0%del PIB o para hablar con mayor rigor del 0,0009% del PIB de 1987¹⁶. Pienso que la magnitud del desempleo femenino y otros desequilibrios exigirían un mayor esfuerzo por parte de los/las responsables de la política económica.

A continuación se inserta la evolución del gasto público en programas activos del mercado de trabajo en diferentes países miembros de la OCDE.

CUADRO 3 - EVOLUCIÓN DEL GASTO PÚBLICO EN POLÍTICAS ACTIVAS
COMO % DEL PIB EN PAÍSES DE LA OCDE

País	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Alemania	0.81	0.91	1.01	1.07	1.02	1.03	1.35	1.72	1.58	1.37	1.36	1.45
Australia	0.42	0.38	0.33	0.29	0.25	0.26	0.34	0.75	0.75	0.72	0.84	0.66
Austria	0.28	0.33	0.36	0.26	0.28	0.31	0.35	0.30	0.32	0.36	0.36	0.39
Bélgica	1.23	1.31	1.23	1.14	1.12	1.17	1.15	1.10	1.24	1.36	1.40	1.50
Canadá	0.63	0.62	0.55	0.5	0.51	0.53	0.61	0.65	0.65	0.66	0.61	0.57
Dinamarca	...	1.09	1.08	1.21	1.29	1.26	1.45	1.64	1.88	1.82	1.97	1.93
Finlandia	0.91	0.92	0.94	1.07	0.97	1.01	1.38	1.81	1.77	1.68	1.58	1.73
Francia	0.67	0.74	0.81	0.79	0.72	0.80	0.89	0.98	1.28	1.29	1.31	1.32
Grecia	0.21	0.26	0.26	0.3	0.47	0.50	0.52	0.39	0.31	0.30	0.36	0.27
Irlanda	1.58	1.65	1.6	1.61	1.49	1.51	1.47	1.58	1.68	1.66
Italia	0.45	0.69	0.77	0.8	...	0.69	0.70	0.90	...	1.88	1.36	1.13
Japón	0.16	0.18	0.17	0.11	0.09	0.08	0.09	0.09	0.10	0.13
Luxemburgo	0.58	0.51	0.49	0.46	0.35	0.36	0.28	0.27	0.24	0.19	0.19	0.20
Países Bajos	1.09	1.12	1.1	1.1	1.07	1.04	1.11	1.15	1.24	1.40	1.28	1.38
Nueva Zelanda	0.84	0.71	0.7	0.85	0.85	0.83	0.74	0.82	0.74	0.80	0.74	0.71
Noruega	0.66	0.5	0.39	0.41	0.89	1.01	1.04	1.16	1.30	1.34	1.34	1.16
Portugal	...	0.41	0.45	0.54	0.5	0.72	0.81	0.96	0.89	0.87	0.71	0.83
España	0.34	0.64	0.66	0.76	0.79	0.76	0.76	0.58	0.49	0.59	0.81	0.67
Suecia	2.11	2.01	1.88	1.77	1.54	1.69	2.44	3.04	2.56	2.97	2.99	2.36
Suiza	0.2	0.2	0.2	0.22	0.21	0.22	0.24	0.30	0.38	0.44	0.48	0.53
Reino Unido	0.74	0.86	0.86	0.76	0.67	0.61	0.56	0.51	0.52	0.57	0.54	0.46
Est. Unidos	0.28	0.26	0.25	0.24	0.24	0.24	0.25	0.24	0.24	0.21	0.20	0.19

(FUENTE: elaboración propia a partir de OCDE *Perspectivas de Empleo* 1988, 92, 94 y 96).

Para interpretar adecuadamente los porcentajes presupuestarios de gasto en políticas activas y pasivas de empleo es menester recordar que la segunda mitad de la década de los ochenta se caracterizó, en su mayor parte, por una disminución del paro que permitió reducir en casi todos los países miembros de la OCDE los gastos destinados a las prestaciones por desempleo. No obstante, los programas activos se mantuvieron en gran medida o incluso se expandieron, sobre todo en el sur de Europa, Francia y Alemania, por lo que fueron representando una proporción cada vez mayor del gasto total. El aumento relativo de los programas activos a menudo tuvo por *objeto movilizar los recursos humanos* y, en ocasiones, fue acompañado de una reducción del gasto destinado a los programas de empleo cuyo objeto tenía un carácter más social.

Por el contrario, a finales de la década de los ochenta, el paro sufrió un nuevo recrudecimiento, que comenzó en 1989 en Norteamérica, Oceanía y algunos países del norte de Europa y algo más tarde en el resto de este continente. Por lo que se refiere a Alemania, la situación reinante en los Länder del Este obligó a redoblar extraordinariamente los esfuerzos tanto en el caso de los programas activos como en el de los pasivos, mientras que en la parte Occidental apenas se produjeron cambios.

Cabe señalar que la situación española muestra unas cifras dispares y divergentes con las directrices de la OCDE, cuya explicación resulta difícil aunque la elevada y persistente tasa de desempleo en los últimos años ha exigido importantes desembolsos en concepto de prestaciones por desempleo. No obstante resulta patente que el esfuerzo público en el ámbito del mercado de trabajo para formación y reinserción de colectivos desempleados o desfavorecidos no ha sido suficiente en comparación con otros países¹⁷. Portugal, a partir de 1991, pese a tener una tasa de desempleo menor se ha esforzado con más de 0'8% de su PIB (1992, 0,96%) durante los últimos años, sólo en el año 1995 presenta un porcentaje del gasto público en programas activos de empleo inferior al español (0,71% y 0,81% respectivamente. Véase cuadro anterior).

Las prestaciones por desempleo constituyen la categoría de gasto más importante en casi todos los países y su volumen depende en gran medida de la tasa de desempleo. En 1996, los Estados miembros con mayores porcentajes del PIB en seguro de desempleo resultan ser: Países Bajos, 4'06% del PIB, Finlandia, 3'27% del PIB, Alemania, 2'37% del PIB, Irlanda, 2'29% del PIB, Dinamarca, 2'54% del PIB, Bélgica, 2'12% del PIB y España 2'12%. Ahora bien, estos países registran altas tasas de desempleo como se subraya en el capítulo I pero no existe una correlación estrecha entre ambos parámetros al existir países como Italia y Grecia con tasas elevadas de paro, 12'1% y 10'3% respectivamente, que sólo dedican el 0'68% y 0'45% del PIB a prestaciones por desempleo. El gasto público de esta naturaleza depende de varios factores entre los que cabe destacar tanto el conjunto de prestaciones ofrecidas como los requisitos exigidos para su obtención y, por último, el

nivel de cobertura de las prestaciones por desempleo o colectivo que efectivamente las recibe respecto al número total de desempleados.

Las prestaciones por desempleo absorben junto con el coste de las jubilaciones anticipadas, la mayor parte del esfuerzo económico realizado en casi todos los países. En orden decreciente el ranking resultante es: Dinamarca, 4'35% del PIB; Países Bajos, 4'06%; Finlandia, 3'68%; Bélgica, 2'77%, Alemania, 2'52%; Irlanda, 2'42%; Suecia, 2'26%; España, 2'12% y Portugal, 1'02 como reflejan los cuadros anterior y siguiente.

CUADRO 4 - PAÍSES CON MAYOR GASTO PÚBLICO EN POLÍTICAS PASIVAS (DESGLOSADA EN SUS COMPONENTES, DESEMPLEO Y JUBILACIÓN ANTICIPADA) COMO % DEL PIB EN ORDEN DECRECIENTE EN 1996

	P PASIVAS	DESEMPLEO	JUBIL ANT
Dinamarca	4.35	2.54	1.81
P. Bajos	4.06	4.06	0.00
Finlandia	3.68	3.27	0.41
Bélgica	2.77	2.12	0.65
Alemania	2.52	2.37	0.15
Irlanda	2.42	2.29	0.13
Suecia	2.26	2.26	0.00
España	2.12	2.12	0.00
Francia	1.81	1.44	0.37
Portugal	1.02	0.89	0.13
Italia	0.88	0.68	0.20
Grecia	0.45	0.45	0.00

(FUENTE: elaboración propia a partir de OCDE Perspectivas de empleo 1998)

El ranking de países según el orden decreciente de la tasa de desempleo modificaría la clasificación anterior, lo cual no deja de ser sorprendente. Por ejemplo, España con una tasa de desempleo del 22'4% encabezaría esta clasificación y no la anterior, seguida de Finlandia, 16'2%; Italia, 12'3%; Irlanda, 12%; Francia, 12'2%; Bélgica, 9'5% y Países Bajos, 6'5%.

Por tanto, una mayor tasa de desempleo no implica necesariamente un gasto público más elevado en políticas pasivas. El nivel de cobertura de las prestaciones sociales, al que ya se ha aludido anteriormente, y otros aspectos en conexión con la política social pueden explicar esta disimilitud.

Para finalizar con este apartado, me gustaría hacer hincapié en que, a pesar de las dificultades metodológicas, reseñadas al comienzo, los porcentajes de gasto público en políticas de empleo respecto al PIB resulta una herramienta útil de análisis comparativo que permite contrastar el esfuerzo económico realizado por los distintos países en medidas pasivas

para el mantenimiento del ingreso de las personas desempleadas (seguro de desempleo y jubilación anticipada), en comparación con el esfuerzo llevado a cabo en medidas activas con la finalidad de incorporar a las personas sin empleo en el mercado de trabajo. Dentro de las diferentes medidas activas cabe establecer un subdivisión entre aquellas que mejoran la eficiencia del mercado de trabajo, de la economía en su conjunto tales como la mejora de los servicios de empleo, formación profesional y medidas destinadas a los jóvenes. Frente a otras medidas activas de carácter social prioritario como la creación directa de empleo, subvenciones al empleo destinadas a grupos específicos y medidas para personas con discapacidades que pueden ir encaminadas a aumentar las oportunidades de empleo a determinados colectivos sin crear necesariamente puestos de trabajo nuevos.

CUADRO 5 - EVOLUCIÓN DEL GASTO PÚBLICO EN POLÍTICAS PASIVAS COMO % DEL PIB EN DIFERENTES PAÍSES DE LA OCDE (FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA A PARTIR DE OCDE *PERSPECTIVAS DE EMPLEO* 1988, 92 Y 94 Y 95)

País	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Alemania	1.41	1.32	1.36	1.36	1.22	1.15	1.63	1.99	2.60	2.51	2.37	2.52
Australia	1.3	1.3	1.13	0.97	0.86	1.11	1.73	1.94	1.88	1.62	1.29	1.30
Austria	0.96	1.01	1.11	1.05	0.95	0.97	1.08	1.16	1.45	1.88	1.62	1.29
Bélgica	3.43	3.33	3.18	2.94	2.8	2.90	2.75	2.90	3.01	2.88	2.77	2.77
Canadá	1.87	1.86	1.64	1.57	1.58	1.91	2.28	2.25	2.00	1.94	1.52	1.30
Dinamarca		3.9	3.92	4.15	4.46	4.40	4.74	5.01	4.89	5.15	4.61	4.35
Finlandia	1.34	1.54	1.56	1.4	1.16	1.16	2.25	3.94	5.12	4.69	4.01	3.68
Francia	2.41	2.29	2.21	2.07	1.9	1.87	1.94	2.01	2.11	1.95	1.79	1.81
Grecia	0.43	0.51	0.47	0.42	0.41	0.43	0.71	0.80	0.41	0.43	0.44	0.45
Irlanda	3.69	3.72	3.55	3.27	2.95	2.88	2.81			2.93	2.71	2.42
Italia	1.04	0.87	0.81	0.72		0.84	0.88	0.91	1.16	1.12	0.87	0.88
Japón			0.4	0.38	0.34	0.22	0.23	0.26	0.30	0.35	0.39	0.40
Luxemburgo	1.06	0.94	1.02	0.99	0.78	0.73	0.76		0.69	0.59	0.60	0.67
Países Bajos	3.24	2.99	2.84	2.69	2.39	2.17	2.08	2.22	2.40	3.29	3.14	4.06
Nueva Zelanda	0.65	0.86	1.07	1.55	1.73	1.90	1.95		1.59	1.26	1.14	1.17
Noruega	0.5	0.38	0.36	0.54	1.02	1.18	1.24	1.51	1.60	1.32	1.10	0.90
Portugal		0.41	0.37	0.31	0.28	0.31	0.52	0.68	1.01	0.94	1.12	0.96
España	2.89	2.59	2.53	2.42	2.3	2.42	2.75	3.07	3.46	3.09	2.46	2.12
Suecia	0.87	0.88	0.81	0.68	0.64	0.88	1.65	2.71	2.76	2.53	2.26	2.16
Suiza	0.28	0.23	0.23	0.18	0.13	0.14	0.36	0.93	1.61	1.41	1.15	1.28
Reino Unido	2.11	2	1.61	1.14	0.86	0.95	1.38	1.28	1.23	1.60	1.41	1.26
Estados Unidos (1)	0.57	0.52	0.47	0.41	0.45	0.49	0.68	0.61	0.45	0.43	0.35	0.34

Con relación al caso español me gustaría añadir a modo de conclusión que el análisis comparativo con otros países respecto a los niveles del gasto público en medidas activas obliga a tomar una postura crítica, al comprobar el escaso esfuerzo económico realizado durante los últimos años para la creación de empleo. Situación que exige un cambio de rumbo obligatorio tras el Consejo Extraordinario de Luxemburgo que deben reflejar los Planes Nacionales de Acción para el Empleo que los Estados miembros están obligados a elaborar cada año. Planes que igualmente deberán prestar una mayor atención a la política de igualdad de oportunidades en el empleo como uno de uno de los pilares básicos de dicha Cumbre. Es de esperar que en el futuro, debido a las presiones procedentes de la Unión Europea, se aminoren paulatinamente los desequilibrios de género tanto en el mercado laboral español como en el portugués. Aunque afortunadamente para Portugal, estos desequilibrios no presentan tan desmesuradas proporciones.

Política fiscal en España y Portugal desde una perspectiva de género

La Comisión Europea desde la difusión del Primer Programa de Acción Comunitario para la Igualdad de Oportunidades entre Hombres y Mujeres ha venido señalando como uno de sus objetivos prioritarios la “individualización de los derechos sociales y fiscales” para permitir a “hombres y mujeres actuar como sujetos independientes a la hora de buscar empleo y compaginar la vida laboral y familiar” para evitar así un trato discriminatorio por razón de sexo. Por tanto, la “individualización de derechos fiscales” significaría o debe de interpretarse como el derecho a la neutralidad fiscal y a disfrutar de idénticas deducciones y desgravaciones independientemente del sexo y del estado civil del sujeto pasivo.

Quiero subrayar que este apartado se inscribe dentro de las líneas marcadas por el Cuarto Programa de Acción Comunitario para la Igualdad de Oportunidades entre Hombres y Mujeres (1996-2000) y por la reciente Resolución del Parlamento Europeo sobre la situación de las madres solas y las familias monoparentales de 18 de septiembre de 1998 e intenta poner de manifiesto los rasgos que caracterizan a la neutralidad impositiva desde la perspectiva de no discriminación por razón de sexo en concordancia con los cambios producidos en la evolución de la estructura familiar en Portugal y España con la creciente importancia de los núcleos monoparentales.

Hacia la individualización de los derechos fiscales

Los trabajos realizados hasta la fecha revelan que la individualización de los derechos fiscales se consigue si el impuesto personal sobre la renta se fundamenta en los siguientes principios:

- 1.- Neutralidad ante el estado civil del sujeto pasivo.
- 2.- Neutralidad ante la tipología familiar a la que pertenece el sujeto pasivo.
- 3.- Neutralidad del impuesto ante el acceso al mercado de trabajo o al tipo de jornada laboral.
- 4.- Intransferibilidad de las deducciones entre los miembros de la unidad familiar.

La elección de un modelo personal de tributación que contemple a mujeres y hombres con dependientes a su cargo ha sido propuesto por Julie A. Nelson [1996]¹⁸ en Estados Unidos y exige tener en cuenta las circunstancias personales derivadas del cuidado de hijos, ancianos y enfermos dentro de los márgenes de actuación del sector público tanto desde el punto de vista de los impuestos como desde la vertiente del gasto. Los cuatro pilares básicos que deben sustentar el sistema impositivo, según el modelo individualizado de Nelson, son análogos a los anteriores:

- 1.- Neutralidad impositiva ante el estado civil del sujeto pasivo.
- 2.- No consideración de las economías de escala¹⁹ en los hogares (a igual nivel de renta igual tributación)
- 3.- Consideración de la distribución real del ingreso y del consumo dentro de las familias²⁰. No presunción por parte de los políticos responsables que todo se comparte equitativamente en su seno.
- 4.- Inclusión de relaciones de dependencia económica, entendiendo por tal aquellas personas no autosuficientes (niños y ancianos) pero nunca una esposa dedicada a las tareas del hogar.

La consideración de personas a cargo del sujeto pasivo afectaría a hijos, ancianos y enfermos pero, en ningún caso, a la esposa encargada del hogar quien jamás podría quedar encuadrada en la categoría de persona dependiente, dado que aporta a la unidad familiar un conjunto de servicios que incrementan el bienestar o renta en especie del conjunto. Algunos países, en la actualidad, continúan beneficiando fiscalmente a las familias tradicionales y mantienen la deducción por cónyuge²¹. En Italia con declaración tributaria individual, se sigue aplicando y Portugal (sistema splitting) tiene una deducción personal superior por cada contribuyente de la familia que para un/a soltero/a. Por su parte, Francia que aplica el denominado “cociente familiar” no admite esta deducción, pero se permite la desgravación del 50% de los salarios pagados al personal doméstico – con independencia de que la esposa trabaje o no fuera del hogar, sin que esta deducción pueda exceder de 45.000 francos; en Irlanda (tributación opcional) si se declara conjuntamente además de las 2.900 libras de deducción correspondiente a la declaración individual se permite duplicar la cifra anterior y se diferencia entre persona

viuda, a quien corresponde una deducción de 3.400 libras, y padre soltero – que resulta perjudicado – con solo 2.900 libras, deducción idéntica a la de una persona independiente sin cargas familiares (las madres solteras no son mencionadas aunque por analogía deberán aplicarse las deducciones correspondientes a los anteriores).

El elemento fundamental para evitar la discriminación fiscal es la aceptación de la declaración individual. Medida esencial, que no sólo tiene un significado económico, sino que también implica la extinción de la responsabilidad solidaria de la esposa que la ley le atribuye. En la legislación española en la declaración matrimonial conjunta los miembros de la unidad familiar quedan “conjunta y solidariamente sometidos al Impuesto...”²², responsabilidad por la que cada cónyuge deviene cómplice de las posibles irregularidades cometidas por el otro. Con la tributación individual se ha intentado poner fin a la subordinación legal en la esfera económica dentro del régimen matrimonial que, hasta hace pocos años, llegaba a extremos tales como la exigencia del permiso marital a la esposa para la administración de sus propios bienes. De hecho el sistema fiscal español no ha admitido la posibilidad de declarar individualmente hasta 1989 por imperativo del Tribunal Constitucional. Desafortunadamente este cambio no fue promovido por el gobierno en el poder. La sentencia del Tribunal Constitucional dice textualmente:

“La regulación de la declaración única y conjunta de los esposos, impone a cada uno de ellos el deber de denunciar ante la Hacienda Pública las incorrecciones en la estimación de sus propias rentas, introduce un elemento de discordia en el seno familiar, violentando la intimidad de las personas, por lo que desde esta perspectiva – la del derecho a la intimidad –, resulta incompatible con la institución la actual regulación del deber conjunto de los cónyuges y, en consecuencia, también desde ella el precepto ha de ser declarado inconstitucional”.

El impuesto personal implica la individualización del sujeto pasivo y ofrece múltiples posibilidades dentro del régimen tributario en la determinación del/de la contribuyente acorde con la realidad. Por ello debe ser considerado no sólo como agente económico maximizador de ganancias sino en relación con las personas con las que convive. El concepto de “persona en relación” de Nelson o contribuyente con personas a su cargo, pensamos que encaja de forma adecuada con la realidad sociológica que nos rodea, superándose así, de acuerdo con las recomendaciones de la Comisión Europea, la adopción de modelos en los que el sujeto pasivo se identifica inexorablemente con un varón, trabajador, soltero, sin cargas familiares o casado con esposa responsable de la casa y de los hijos.

Declaración tributaria conjunta, declaración individual y opcional

Vemos que la determinación de la unidad contributiva en el seno del impuesto personal no es un tema trivial y sobre el mismo se ha escrito y polemizado mucho. Las dos posturas extremas están representadas, de una parte, por los defensores de la idea que postula la determinación de la capacidad económica y, por tanto, contributiva con referencia a la unidad familiar como célula de integración del conjunto de ingresos obtenidos por todos sus miembros, y, por otra, los seguidores de la idea del individuo como centro único de imputación de rentas.

El sistema de tributación conjunta considera a la familia tradicional como el centro de imputación de las rentas obtenidas por sus miembros: marido, mujer y en ocasiones, los hijos. En el caso de que ambos cónyuges realicen un trabajo remunerado, el ingreso obtenido por el segundo perceptor es sumado al primero y gravado conjuntamente a un mayor tipo impositivo como consecuencia de la progresividad del impuesto. Este hecho supone una discriminación contra los segundos perceptores de renta incluso en aquellos países en que en la tributación conjunta se aplica una escala de gravamen inferior a la de los solteros, como ocurre por ejemplo en Estados Unidos. Los países con tributación "opcional" como Noruega y España (este último desde 1989) permiten elegir a los contribuyentes entre la declaración conjunta con su cónyuge o de forma independiente. En caso de optar por la tributación conjunta se aplica una escala con tipos inferiores y con deducciones más amplias que las correspondientes a la declaración individual con el fin de atraer a los contribuyentes hacia aquel tipo de declaración que supone una reducción de los costes administrativos de gestión del tributo.

Las soluciones distintas al modelo individual que tratan de paliar el problema del exceso de tributación en la acumulación de rentas – como el *splitting* o el *cociente familiar* – pueden producir efectos no deseados como ocurre en Francia, país en el que se aplica el "cociente familiar", que se incentiva a las mujeres casadas con hijos a permanecer en casa²³. Si la unidad contributiva fuera exclusivamente la persona – como en el modelo individual – este problema quedaría prácticamente resuelto, pero si, por el contrario, se sigue considerando como unidad contributiva a la familia la situación resulta más compleja como consecuencia de que el concepto de familia evoluciona a lo largo del tiempo. Diversos estudios han puesto de manifiesto las deficiencias de los sistemas tributarios basados en la acumulación de las rentas de los miembros de la familia²⁴.

La unidad familiar como centro de imputación de rentas es un modelo sustentado por grandes teóricos de la Hacienda Pública y ha sido plasmado en textos que han ejercido gran influencia a nivel internacional, como por ejemplo el Informe Carter²⁵. Se hace imprescindible, por tanto, una revisión en profundidad desde una nueva perspectiva de estos planteamientos, recogiendo los cambios sociales de los últimos años: incorporación de las

mujeres al mercado laboral, pérdida de hegemonía social de la familia tradicional (entendida ésta por la familia mononuclear con un único perceptor de rentas coincidente con el varón o modelo “breadwinner”, en terminología anglosajona), aparición de uniones de hecho y familias monoparentales, etc. Todas estas tendencias junto a varias décadas de reconocimiento de la igualdad legal entre hombres y mujeres han provocado cambios substanciales que no pueden ser pasados por alto.

La aceptación del modelo individual se ha ido generalizado durante los últimos años en el ámbito de la Comunidad Europea de tal manera que en la actualidad la mayoría de los estados miembros tienen una imposición individual u opcional, como ilustra el cuadro siguiente:

País	Sistema de declaración (1999)
Alemania	Opcional entre individual y splitting (**)
Austria	Individual
Bélgica	Conjunta: se acumulan las rentas excepto las procedentes de trabajo
Dinamarca	Individual
España	Opcional entre individual y conjunta
Finlandia	Individual
Francia	Conjunta con aplicación del cociente familiar (*)
Grecia	Conjunta con imposición separada para cada cónyuge
Holanda	Individual con acumulación de rentas de capital para el cónyuge con mayores ingresos
Irlanda	Opcional entre Individual, acumulación al marido o splitting
Italia	Individual
Luxemburgo	Conjunta con aplicación de splitting
Portugal	Conjunta con aplicación de splitting
Reino Unido	Individual
Suecia	Individual

* Consiste en dividir el ingreso total de la familia por un coeficiente que tiene en cuenta la composición de la misma y el número de perceptores de renta.** Sistema de Splitting: cuando hay más de un perceptor la renta de la familia se divide por un coeficiente que no tiene en cuenta la estructura familiar.

(FUENTE: elaboración propia a partir de datos OCDE y “Fiscalidad Europea Básica”, Editorial CISS, 1998)

Como apunta Diane Sainsbury [1994]²⁶ el modelo impositivo individual es preferible al que preconiza la “disolución” o invisibilidad en mayor o menor medida de la esposa en el matrimonio y, que, coincide con una ideología defensora de la familia tradicional – “con el prototipo del marido, cabeza de familia, administrador y soporte financiero del hogar y la

esposa dedicada exclusivamente al cuidado de los hijos y a la realización de los quehaceres domésticos - que ha influenciado básicamente la legislación fiscal hasta hace escasas décadas y que en la actualidad algunos países mantienen más o menos veladamente”.

En el modelo de tributación personal hay que articular mecanismos destinados a compensar los costes inherentes al cuidado de hijos, ascendientes y enfermos que convivan con el/la contribuyente en aquellos países en los que la política social no incluya los gastos inherentes al cuidado de personas. Mecanismos en la mayor parte de los casos meramente testimoniales pues no resuelven el problema en su verdadera magnitud.

El modelo individual propuesto se sustituye el concepto de individuo por el de “persona en relación” que socialmente implica el reconocimiento ineludible de las personas dependientes del/de la contribuyente en el régimen tributario. Con ello se evitaría un sesgo excesivamente individualista, vacío de contenido, que no tiene en cuenta su dimensión social o personas a su cargo: hijos menores, ascendientes mayores, enfermos, etc. Todo ello con el fin de evitar una panorámica distorsionada de la realidad, alejada de las vivencias de muchas mujeres y de los esfuerzos realizados por compatibilizar familia y empleo.

A continuación se reproduce parcialmente el esquema de Diane Sainsbury en el que se refleja la impronta de la ideología familiar tradicional en la política social en su conjunto y en la fiscal, en particular, en su análisis comparativo de cuatro países: Holanda, Gran Bretaña, Suecia y Estados Unidos en la década de los sesenta. Suecia resultó ser el país que más se alejaba del modelo tradicional (marido- cabeza de familia y único perceptor de ingresos) aunque tampoco encajara plenamente dentro de las características del modelo individual, aunque sí es el más cercano:

DIMENSIÓN	MODELO FAMILIA TRADICIONAL MARIDO UNICO PERCEPTOR DE RENTA	MOD. INDIVIDUAL
Ideología de la Familia tradicional	División del trabajo Marido-perceptor de renta Mujer- cuidado y atención de la familia	Reparto de roles indistintamente marido/mujer
Receptor beneficios (sociales)	Cabeza de familia	Individuo
Sujeto pasivo (fiscal)	Familia	Individuo
Impuestos	Declaración conjunta Deducciones por dependiente	Declaración Separada
Ambito de los cuidados	Principalmente privado	fuerte participación estatal
Trabajo para cuidado de Otros familiares	no pagado	pagado en parte

(FUENTE: Diane Sainsbury: “Women’s and Men’s Social Rights: Gendering Dimensions of Welfare States” en Diane Sainsbury (Ed.) Gendering Welfare State”, SAGE Publications, London 1994)

Es evidente la importancia creciente de las familias monoparentales y por tanto el número de hogares constituidos por un adulto y uno/a o varios/as hijos/as. Su número ha ido en aumento en los últimos años en todo el ámbito de la Unión Europea: de 1986 a 1996 el número de familias monoparentales ha crecido un 89,5% mientras que las parejas con hijos (uno o más) han disminuido en su conjunto un 10,2% a pesar que el total de parejas (con o sin hijos) haya aumentado un 3,7%. Esta realidad social es a la que se refiere la Comisión Europea en el Cuarto Programa al indicar a los Estados Miembros que sus políticas fiscales y sociales han de tener en cuenta la organización social de la familia y no solo aquella en la que “el hombre era el único que aseguraba la subsistencia del hogar”. Por tanto, ignorar o discriminar cualquier tipo de núcleo familiar distinto del tradicional supone apartarse de las recomendaciones de la Comisión y pasar por alto las tendencias sociológicas actuales. Igualmente hay que puntualizar que entre las familias monoparentales predominan las constituidas por mujeres con hijos a cargo por lo que un trato distinto a estas familias supone, a la postre, una clara discriminación por razón del sexo, tal y como los datos de Eurostat ponen al descubierto:

TIPOS DE FAMILIAS EN LA UNIÓN EUROPEA (1981-1991)

Familias por tipos (miles)

Parejas sin hijos hom solos con hijos parejas con hijos muj solas con hijos

	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Belgica	913	929	51	83	1 476	1 428	204	302
Dinamarca	468	734	22	16	667	537	135	102
Alemania	5899	8394	256	394	9264	11098	1357	2146
Grecia		761		38		1570		155
España	2178	2122	158	136	6494	6605	705	837
Francia	5420	5493	129	233	7812	8287	758	1369
Irlanda	130	145	19	19	482	499	77	94
Italia	3393	4124	435	442	9658	9575	1087	1398
Luxemburgo	32	32	2	3	56	57	8	10
Holanda	1169	1387	49	92	2184	2062	249	296
Austria		710		41	1112	1156		238
Portugal	727	797	29	35	1646	1682	198	219
Finlandia	512	490	10	24	604	704	75	145
Suecia	1087	1177		28	939	852		160
Reino Unido	5184	6272	394	296	7875	7549	1399	1864

(FUENTE: Eurostat Anuario 96, pág. 60)

Con los datos aquí expuestos se evidencia que al igual que en la Unión Europea, tanto en Portugal como en nuestro país, se ha producido en los últimos años una pérdida de peso, en todos los ámbitos, de la familia tradicional con un único perceptor de ingresos a la par que se refuerza la existencia de otro tipo de núcleos familiares.

El modelo de tributación en Portugal

El impuesto personal portugués se basa en la obligatoriedad de la declaración conjunta con la acumulación de la totalidad de las rentas de todos los miembros de la familia (“agregado familiar”). Con el fin de paliar el efecto perverso de la excesiva tributación de la segunda renta se aplica el sistema *splitting* consistente en dividir por dos la renta conjunta, calcular la cuota del impuesto y multiplicar por dos su resultado (en el supuesto de que uno de los cónyuges obtenga más del 95% de las rentas de la unidad familiar el coeficiente a aplicar es el 1,9). El sistema de deducciones de “carácter familiar” opera en la cuota lo que, a mi juicio, hace más progresivo el impuesto. Existen deducciones distintas según el estado civil: 30.100 escudos en caso de contribuyentes no casados, mientras que en caso de contribuyentes casados, el importe es de 22.800 PTE por cada uno de los cónyuges más una deducción adicional de 16.500 PTE por cada persona a cargo del contribuyente.

Portugal es, por consiguiente, uno de los cuatro únicos países de la Unión Europea que mantiene un sistema fiscal basado en la acumulación de rentas de carácter obligatorio, junto con Bélgica, Francia y Luxemburgo, al margen de todo rasgo de individualización. La aplicación del *splitting* es criticada desde el punto de vista de la individualización de derechos por mejorar la tributación del/de la perceptor/a principal costa del/de la segundo perceptor/a cuyo impuesto se ve incrementado como consecuencia del nivel de ingresos de su cónyuge.

El modelo de tributación en España

En España, la tributación conjunta ha sido la única forma permitida por la imposición personal desde sus inicios en la Contribución General sobre la Renta de 1932²⁷ hasta que la sentencia de 20 de febrero de 1989 del Tribunal Constitucional la ha declarado inconstitucional como forma única y obligatoria de tributación. Esta sentencia de 1.989²⁸ determina el cambio del sujeto pasivo del impuesto – de la unidad familiar al individuo – de tal manera que la tributación familiar nunca reciba un peor trato que la individual.

La consiguiente reforma del Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas introdujo importantes innovaciones, siendo la más significativa, en

interpretación de la sentencia del Tribunal Constitucional, la posibilidad de hacer declaraciones separadas, al tiempo que se mantiene la tributación conjunta de forma voluntaria. A partir de entonces el impuesto personal se encuadra dentro de los denominados sistemas de tributación “opcional” pues ofrece la alternativa de declarar conjunta o individualmente a la unidad familiar.

Hasta la reforma del Impuesto sobre las Personas Físicas de 1991 (Ley 18/1991) no se había contemplado en nuestra normativa tributaria los gastos por custodia de hijos menores de tres años, auténticas personas dependientes pero realmente dada la escasez de la deducción establecida, tuvo un efecto meramente simbólico. Sin embargo, su justificación teórica, desde una perspectiva de política tributaria, es irrefutable: si el impuesto personal grava la renta como una manifestación de la capacidad económica, el cuidado de los hijos afecta a la capacidad productiva y, en consecuencia, a la capacidad contributiva de la persona a cuyo cargo estén. Este razonamiento, que parece obvio, no ha tenido su reflejo hasta muy recientemente.

Deducción por guardería, que en mi opinión, buscaba más el aplauso político que el verdadero alivio a las madres trabajadoras. El efecto global de este gasto fiscal ha sido escaso, según los datos facilitados por el Ministerio de Economía y Hacienda, pues el primer año de aplicación de la deducción (1992) el Tesoro dejó de ingresar 1.329 millones de pesetas²⁹, cifra a todas luces insuficiente y exigua si se compara con la recaudación total del IRPF que supera los seis billones de pesetas. Las condiciones de aplicación, descritas anteriormente, son tan estrictas que tan sólo se han beneficiado 114.030 declarantes de un total superior a doce millones. En años posteriores, la tónica ha sido similar y en 1999 ha sido suprimida definitivamente.

La individualización de derechos fiscales en Portugal y España

Cabe preguntarse cual es la situación actual ante las recomendaciones de la Comisión Europea. En España, la reciente reforma del IRPF no solo mantiene la tributación opcional sino que la nueva estructura del impuesto reduce el número de casos en que la tributación individual es más conveniente para las familias con más de un perceptor y se penaliza respecto a otros núcleos familiares a los monoparentales pues resultan discriminados frente a la familia tradicional al recibir un peor tratamiento fiscal.

Tras la reforma del impuesto, la declaración conjunta sigue resultando más beneficiosa para determinados niveles de ingresos³⁰. Así como en la normativa anterior (Ley 18/1991) la opción de la declaración conjunta era independiente de la composición familiar – pues las deducciones operaban en la cuota - no ocurre lo mismo en la actualidad al influir la composición y tipología familiar en la cuantificación de la cuota íntegra y por tanto es un factor más a tener en cuenta a la hora de decidir la forma de declarar.

Este cambio de criterio supone un agravio comparativo para las aproximadamente 285.500 familias monoparentales (en 1996) que declaran en el IRPF pues no gozan de la misma reducción de impuestos que las familias biparentales. Esta discriminación contra las familias monoparentales supone una pérdida real de capacidad adquisitiva, consecuencia de un mayor gravamen, en los niveles salariales iguales o inferiores a 3.500.000 pesetas. Efectivamente, el establecimiento de unos mínimos personales y familiares y la transformación de las deducciones personales y familiares de la cuota en reducciones de la base así como la pérdida de otras, da como resultado que el nuevo impuesto perjudica a un conjunto determinado de contribuyentes: los padres y madres solteros/as, viudos/as o divorciados/as con un hijo menor de tres años a cargo que trabajen fuera del hogar y que obtengan remuneraciones por trabajo personal entre 2.750.000 pesetas y 3.500.000 pesetas y que estimo en unas diez mil familias. Este efecto sobre las familias monoparentales con 1 hijo/a es consecuencia de la sustitución de la deducción en cuota "por el cuidado de niños" por la reducción en base por "cada descendiente a cargo menor de 3 años", poniéndose de manifiesto con ello, una vez más, que las deducciones en cuota benefician en mayor medida a los contribuyentes de rentas bajas al tratarse de cuantías fijas e independientes del nivel de ingresos que las diferencia radicalmente de las reducciones de la base que benefician tanto más cuanto mayor sea el nivel de renta. Esta pérdida la sufren en mayor medida las familias monoparentales en las que el ingreso procede de actividades profesionales y empresariales³¹. A estos contribuyentes la reforma les impone un aumento de la carga fiscal que puede alcanzar el 145%.

Respecto a Portugal, en mi opinión, el sistema fiscal debe evolucionar hacia una mayor individualización del impuesto sobre la renta en el mismo sentido que lo ha hecho Alemania que ha abandonado la obligatoriedad del "splitting" para dar paso a un sistema individual opcional.

NOTAS

- ¹ *La confluencia de los tres círculos representativos del empleo, desempleo e inactividad, delimitan cuatro áreas netamente diferenciadas a, b, c y d:*
- a.- es la intersección entre los tres círculos que corresponde al sector de la economía sumergida y a la realización de trabajo a domicilio con mano de obra desempleada, inactiva o empleada legalmente.
 - b.- Es la intersección entre empleo y desempleo engloba y a aquellas personas que involuntariamente trabajan un número de horas inferior a la jornada legal como los trabajadoras/es a tiempo parcial de forma involuntaria que a su vez constituyen el grupo de las/los subempleadas/os (a mitad camino entre el empleo y el desempleo)
 - c.- es la intersección entre empleo e inactividad y encuadra a quienes “voluntariamente” han optado por tener un empleo de menor duración que la jornada legal.
 - d.- es la intersección entre inactividad y desempleo en donde se ubican aquellas personas desempleadas, retiradas del mercado de trabajo porque no buscan trabajo activamente o personas desanimadas y personas jubiladas anticipadamente.
- ² Moltó, M.L. y Uriel, E.: “El problema del paro en la Unión Europea por sexos”. Papeles de Economía Española, núm 72. Madrid, 1997 pág 124.
- ³ De acuerdo con EUROSTAT, el crecimiento económico real (en volumen) se mide como el incremento del producto interior bruto a precios constantes”.
- ⁴ El subrayado es mío.
- ⁵ Ibidem, p. 19 y 20.
- ⁶ Ibidem, p. 22.
- ⁷ Ibidem, p. 23 y 24.
- ⁸ Ver: Notas metodológicas sobre los datos relativos al gasto público y a las categorías de programas en “Políticas de Mercado de Trabajo en los Noventa” pp. 173 a 178.
- ⁹ 1) Servicios de empleo que engloban los servicios de colocación, asesoramiento, orientación profesional y las ayudas a la movilidad geográfica junto con la administración de los programas relacionados con el mercado de trabajo: cursos de búsqueda de empleo y otras formas de asesoramiento intensivo a las personas con dificultades para encontrar trabajo. Se tienen en cuenta todos los costes administrativos de los organismos que intervienen en el mercado de trabajo tanto a nivel central como los correspondientes a nivel descentralizado, concretamente los realizados por las oficinas encargadas de abonar las prestaciones por desempleo. Así mismo se incluyen los costes correspondientes a la ejecución de otros programas relacionados con el mercado de trabajo.
- ¹⁰ Formación profesional (otras medidas distintas de las especiales destinadas a los jóvenes y a los incapacitados), que engloba las ayudas de subsistencia a las personas que reciben la formación y el coste de los cursos, principalmente para personas en paro. También incluye las subvenciones que se conceden a los empresarios por la formación que se imparte en la empresa; no así los propios gastos que realizan éstos para formar a sus trabajadores.

- a) Formación de desempleados adultos y de trabajadores amenazados de pérdida de su empleo. Comprende programas de formación profesional para desempleados y para personas amenazadas de pérdida de su empleo u otras categorías de personas desfavorecidas. Se imparte en centros de formación especializados y dentro de la empresa.
- b) Formación de adultos ocupados. Formación profesional ofrecida a aquellos cuyo empleo se encuentra amenazado. con frecuencia se trata de subvenciones concedidas a las empresas para formación profesional en general.

¹¹ Medidas destinadas a los jóvenes, que engloban principalmente los programas especiales que facilitan la transición de la escuela al trabajo, como la experiencia laboral subvencionada en la empresa, la formación institucional para jóvenes que tienen problemas en el mercado de trabajo y la creación directa de empleo. No incluye a los jóvenes que participan en programas destinados también a los adultos.

- a) Medidas para los jóvenes desempleados y los jóvenes desfavorecidos. Se trata de medidas para recuperar mediante la enseñanza, formación e iniciación práctica en el trabajo para facilitar el acceso a la vida activa de estos jóvenes desfavorecidos que no siguen la enseñanza secundaria ordinaria o una enseñanza profesional y que no consiguen encontrar trabajo.

Ayuda destinada al aprendizaje y a otros tipos de formación general de los jóvenes. Numerosos tipos de programas de formación e iniciación práctica al trabajo en la empresa .

¹² Medidas de ayuda a la contratación.

Medidas para favorecer la reinserción en el mercado de trabajo de determinados colectivos de trabajadores definidos según las prioridades de la política de mercado de trabajo existente, distintas de las medidas especiales destinadas a los jóvenes y a los incapacitados. Los puestos de trabajo que se benefician de este tipo de medidas van desde empleos especiales en el sector público en favor de los parados hasta subvenciones a empleos ordinarios en favor de determinados grupos en el sector privado con las siguientes medidas:

- a) Subvenciones al empleo permanente en el sector privado.
Intenta la contratación de trabajadores objetivo o el mantenimiento de personas cuyo empleo está amenazado. No se incluyen las subvenciones dirigidas a cubrir los costes de capital de las empresas, ni tampoco las subvenciones de carácter general en favor del empleo ni las que se pagan a todos los trabajadores en algunas regiones.
- b) Ayuda a los desempleados que crean empresas.
Puede tratarse de subsidios de desempleo o subvenciones específicas.
- c) Creación directa de empleo en el sector público o en organismos sin fines de lucro.
Oferta de empleo de carácter temporal e incluso permanente.

¹³ Medidas en favor de los minusválidos. Se tiene en cuenta la rehabilitación profesional, las subvenciones al empleo y el trabajo protegido siempre que los programas vayan dirigidos a las personas incapacitadas. Programas especiales en favor de minusválidos para:

- a) Readaptación profesional con valoración de aptitudes y formación especial.
- b) Empleo destinados a minusválidos con ayudas al empleo permanente y trabajo protegido.

¹⁵ OCDE: Perspectivas de empleo, 1988. p. 207.

- ¹⁶ Para más información sobre este tema véase Paloma de Villota: *Repercusiones de la Política Económica desde una perspectiva de género* en “Las mujeres y la ciudadanía en el umbral del siglo XXI”. Editorial Complutense, Madrid 1998, págs. 133 a 174.
- ¹⁷ No es de extrañar que el Profesor Fuentes Quintana comentando la magnitud de las partidas correspondiente a los capítulos IV y VII del Presupuesto Económico del Gasto público a nivel estatal haya definido al mismo como de “transferencias” por antonomasia, pues en los últimos años superan el 55% del total de los créditos presupuestarios.
- ¹⁸ Julie A. Nelson: “Feminism, Objectivity & Economics”, Routledge, London and New York 1996, pág. 109.
- ¹⁹ Las economías de escala se refieren al ahorro que realizan las familias al compartir determinados bienes y servicios: luz, calefacción... en relación a las personas que habitan hogares individuales.
- ²⁰ Habría que matizar entre la presunción de una relación equitativa y simétrica en la familia y la que realmente existe.
- ²¹ En España hasta la sentencia del Tribunal Constitucional de 20 de febrero de 1989.
- ²² Artículo 89 Tres de la Ley 18/1991 y artículo 70.6 de la Ley 40/1998.
- ²³ Pese a ello, las estadísticas laborales muestran una alta tasa de actividad femenina solo superada por las nórdicas en el ámbito de la Unión Europea. Este tema nos conduce a plantearnos la disyuntiva entre gastos sociales (guarderías) versus gastos fiscales (deducciones por cuidado de hijos).
- ²⁴ Véase OCDE: “Sistema Fiscal y Trabajo de la Mujer”. París 1990.
- ²⁵ Informe Carter: *Real Comisión Canadiense de Investigación sobre la Fiscalidad. Instituto de Estudios Fiscales*. Madrid, 1975. Definición de la unidad familiar, según el mismo: “Recomendamos que, según el concepto más extendido de unidad familiar que preconizamos, las personas residentes siguientes sean tratadas como unidades familiares:
1. El marido y su esposa.
 2. El marido, su esposa y los hijos a su cargo.
 3. El cónyuge supérstite.
 4. El viudo o la viuda con uno o varios hijos a su cargo.
 5. La persona separada o divorciada con uno o varios hijos a su cargo.
 6. Uno o varios hijos de familia que han formado parte de una unidad familiar, pero que se han separado de sus dos padres porque estos últimos han muerto o han cesado de ser residentes o por cualquier otra razón.
 7. Una persona sola con uno o varios hijos a su cargo, incluyéndose también los solteros con uno o varios hijos adoptados, o a una madre soltera y su hijo o hijos.
- La expresión hijos a su cargo se definiría de forma que se comprendiese en ella los hijos no casados residentes en Canadá, los hijos naturales o adoptados de hasta veintiún años o de más de veintiún años si padecen enfermedad física o mental.
- Informe Carter. Real Comisión Canadiense de Investigación sobre la Fiscalidad. Instituto de Estudios Fiscales. Madrid, 1975.*

- ²⁶ Diane Sainsbury: “Women’s and Men’s Social Rights: Gendering Dimensions of Welfare States” en Diane Sainsbury (Ed.) *Gendering Welfare State*, SAGE Publications, London 1994. Pág. 152.
- ²⁷ Para mayor información véase Fernando Peña Álvarez “La Unidad familiar en el Impuesto sobre la renta de las Personas Físicas” Tesis Doctoral presentada en el departamento de Hacienda Pública de la Facultad de CC Económicas de la Universidad Complutense de Madrid, 1982.
- ²⁸ Sentencia de 20 de febrero de 1989 del Tribunal Constitucional.
- ²⁹ Dirección General de Tributos. Ministerio de Economía y Hacienda.
- ³⁰ Para más información sobre este tema véase Ignacio Ferrari y Paloma de Villota: *La individualización de derechos fiscales y el nuevo Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas* en “Fiscalidad y Familia”. Fundación Argentaria. Madrid 1999.
- ³¹ El. 0 de trabajadores autónomos.

A ESPECIFICIDADE DEMOGRÁFICA DA FRONTEIRA LUSO-ESPAÑHOLA. O EXEMPLO DE BRAGANÇA E ZAMORA (1860-1991)

Maria João Guardado Moreira

(Escola Superior de Educação de Castelo Branco)

Teresa Rodrigues

(Faculdade de Ciências sociais e Humanas da U.N.L.)

ABSTRACT

A study of the demographic characteristics of the Iberian Peninsula during the 19th and 20th centuries reveals striking differences and even contradictory tendencies between geographical areas which have nothing to do with any kind of political separation between Portugal and Spain. However, it is also possible to find a few areas which surpassing administrative or political divisions, show uniform developmental processes on both sides of the political frontier. For this reason, the study of two neighbouring regions, Bragança and Zamora, will allow us to identify those particular similar characteristics, as well as the main factors which at each moment define and differentiate them.

Ao longo dos séculos XIX e XX é possível encontrar, no território peninsular, diferenças regionais acentuadas e tendências por vezes opostas nas várias manchas geográficas em que Portugal e Espanha se foram dividindo durante os séculos da contemporaneidade. Elas traduzem-se em ritmos distintos, ou mesmo antagónicos, face ao crescimento do número dos seus residentes e às características desses indivíduos em termos de sexo e idade. Mas, mais importante que a simples constatação dos fenómenos em causa, há que definir as causas da diferencialidade, quer no plano dos comportamentos colectivos face à vida e à morte, quer no que respeita a outros fenómenos exógenos ao estritamente demográfico, onde adquirem

especial importância os graus de desenvolvimento regional e a vitalidade das sociedades locais.

Com efeito, a existência de profundas disparidades em termos regionais só raramente coincide com as fronteiras administrativas e políticas. Comprovaram-no todos quantos se dedicaram nos últimos anos ao estudo das realidades vividas aquém e além da fronteira luso-espanhola, em relação às quais existe uma situação de clara continuidade. Este facto torna possível e desejável a realização de mais estudos com objectivos diversos e globais. A nível demográfico, por certo serão encontradas manchas territoriais que, pelo menos nos últimos dois séculos, mantiveram uma relativa homogeneidade interna.

As características dessa coesão, bem como os factores principais que em cada momento as definiram e as diferenciaram face às restantes, constituem o cerne da presente análise. Neste momento optamos por um estudo de caso, servindo-nos de duas realidades contíguas que correspondem ao distrito de Bragança, do lado português, e à província de Zamora, do lado espanhol.

Esta decisão levanta desde logo um primeiro problema, que é também uma limitação metodológica, relacionada com os diferentes níveis de agregação dos dados próprios de cada país. Daí que tivéssemos optado pela utilização de uma grelha de informação estatística que privilegia, a não ser pontualmente, a desagregação por distrito/província. Um estudo mais desagregado implicaria grandes dificuldades de análise, já que a divisão administrativa adoptada nos dois países é diferente. No caso português à freguesia sucede o concelho e o distrito, no caso espanhol passamos do município, à província e à comunidade autónoma, podendo, igualmente, considerar a comarca. Em Portugal, a escolha do concelho como unidade inferior de análise reporta-se a uma população que oscilará entre os 5 e os 35 mil indivíduos. Porém, em Espanha, deparamos com universos populacionais que não chegam a alcançar as duas centenas, com muito poucos municípios a ultrapassar os 10 mil residentes (Benavente e Zamora). Também o número destas unidades difere: em Bragança contam-se doze concelhos e em Zamora o número de municípios oscila entre trezentos no século XIX e 248 em 1991. Este facto impede algumas comparações directas, bem como o apuramento de certos indicadores micro e macro demográficos.

Outro obstáculo deriva da cronologia que pretendemos adoptar. Para a segunda metade de oitocentos existem diferenças nos anos escolhidos para efectuar o recenseamento das populações¹, bem como no tipo de dados apurados e na repartição etária escolhida. Ao nível do movimento da população foram também distintos os critérios e datas em relação aos quais dispomos de totais de casamentos, nascimentos e óbitos de ambos os universos populacionais².

No entanto, o natural desejo de maiores e melhores séries estatísticas não inviabiliza o nosso objectivo prioritário, que consiste em apontar as principais semelhanças e diferenças que julgamos vir a encontrar entre as regiões geograficamente contíguas de Bragança e Zamora.

* O caso português : o distrito de Bragança

No momento da criação dos distritos, em meados da década de 30 do século XIX, o distrito de Bragança detinha 3,8 por cento da população continental portuguesa. Em 1900 mantinha-se nos 3,7 pontos percentuais, para descer a 3 por cento em 1930, a 2,8 por cento em 1960 e fixar-se nos dois pontos, de acordo com o último recenseamento geral da população.

A perda de importância demográfica desta unidade administrativa agravou-se a partir de meados deste século, mas desde 1911 Bragança, juntamente com o outro distrito transmontano de Vila Real e os de Viseu e da Guarda, formavam um núcleo de distritos de interior, cuja característica mais evidente foi o declínio percentual face à população total do país. No entanto, não podemos confundir esse processo com o da diminuição do número de habitantes residentes no interior de Portugal. Essa será uma realidade bem mais recente.

Ainda assim, em 1864 existiam 158909 habitantes no distrito de Bragança, mais onze mil no dealbar do século XX. Mas em 1991, residiam em Bragança apenas 157809 indivíduos, valor inferior ao registado em meados de oitocentos. (Quadro 1)

QUADRO 1 – POPULAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA

Anos	TOTAL	Anos	TOTAL
1864	158909	1940	213233
1878	168651	1950	228358
1890	179678	1960	233441
1900	185586	1970	179763
1911	192024	1981	184252
1920	170302	1991	157809
1930	185164		

(FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE.
Censo de Población, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE).

A análise das taxas de crescimento anual médio da população aí recenseada ao longo dos últimos 140 anos comprova as fases diversas por que passou essa região. Elas são explicáveis por causas que se foram alterando e alternando, quer singulares, quer acumuladas, umas vezes de âmbito local, outras nacional. No entanto, como podemos verificar através dos valores apresentados no Quadro 2, no distrito de Bragança surgem

extremadas todas as vicissitudes de carácter negativo por que passou Portugal e esbatidos todos os momentos de maior dinamismo.

QUADRO 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DE BRAGANÇA E DE PORTUGAL CONTINENTAL (1864-1991) (%)

PERÍODOS	PORTUGAL	BRAGANÇA	PERÍODOS	PORTUGAL	BRAGANÇA
1864-78	0.59	0.43	1930-40	1.32	1.34
1878-90	0.95	0.53	1940-50	0.93	0.67
1890-900	0.65	0.25	1950-60	0.46	0.22
1900-11	0.88	0.36	1960-70	-0.27	-2.54
1911-20	0.15	-1.34	1970-81	1.43	0.21
1920-30	1.13	0.95	1981-91	0.04	-1.53

(FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE).

Uma vez atingida a estabilidade política e económica, o Portugal de meados do século XIX iniciou uma fase de crescimento populacional progressivamente acelerado, que só a crise de 1914-18 irá interromper. Durante esse longo período, tornar-se-á cada vez mais estreita a ligação entre aumento demográfico e desenvolvimento económico, este último muito dependente dos avanços da industrialização. E será este um factor responsável pelo acentuar das diferenças regionais, por fixar ou repelir parte da população nelas residente, sobretudo a jovem. A crescente mobilidade interna coincidiu com o intensificar do fluxo emigratório, sobretudo de indivíduos naturais do norte do país. Muitas regiões começaram a ser penalizadas por duas vias, a interna e a externa. A província de Trás-os-Montes não foi das mais afectadas numa fase inicial.

O ritmo de aumento demográfico será retomado com o final da Grande Guerra. Entre 1920 e 1950 registaram-se os valores máximos do crescimento populacional português, embora limitados a partir de meados da década de 40 pelo retomar da emigração, desta feita acompanhada pela diminuição dos saldos fisiológicos. Ambos os movimentos se conjugaram durante os anos 50 e 60, a ponto de Portugal ter registado uma quebra no total de residentes entre 1960 e 1974.

A inversão de tendência entre 1974 e 1976 foi apenas pontual. A partir de então os ritmos de evolução demográfica regressam progressivamente ao ponto de partida, tendo início uma fase de progressão muito lenta. O distrito de Bragança pouco beneficiou da entrada de imigrantes, embora eles possam

ter evitado o contínuo de decréscimo, que será impossível impedir desde os anos 80. Toda a população portuguesa registou um fenómeno de duplo envelhecimento. Na década de 80 e na seguinte, as migrações internas adquiriram uma importância crescente em termos de desenvolvimento local. Embora persistam algumas diferenças, a adopção de novos padrões de comportamento cada vez mais homogéneo, explica a relativa estabilidade das gentes portuguesas como um todo e decorre a par da transferência de indivíduos do interior para o litoral e sobretudo para alguns centros urbanos.

Neste contexto podemos afirmar que o distrito de Bragança será penalizado por todos os problemas considerados limitativos face a um processo de aumento demográfico positivo:

1º - Desde muito cedo (já no século XIX) foi um distrito de saída, mas raramente de entrada, embora o processo se tenha agravado a partir de meados desta centúria.

Provam-no vários indicadores, como o facto de nos censos de 1864 e 1878 existir o dobro de indivíduos ausentes, por confronto com o total de estantes temporários (4 % e 2%, respectivamente). Outro indício, ainda oitocentista, está ligado ao facto de em 1890 apenas terem sido registados em Bragança 2498 indivíduos nascidos noutras localidades, uns meros 2 por cento do total recenseado. Esta percentagem subia ligeiramente em 1900, estimando-se em 4384 os estranhos ao distrito. Muitos deles eram dados como estrangeiros, na sua maioria espanhóis.

Por seu turno, o resultado das relações de masculinidade no grupo etário dos 25 aos 29 anos é por norma inferior à igualdade e, desse modo, testemunha a saída privilegiada de indivíduos jovens do sexo masculino, uma vez que existem mais mulheres que homens nessas idades. Através dos resultados do Quadro 3 é possível avaliar da dependência do distrito de Bragança face às diferentes conjunturas por que foi passando a emigração portuguesa.

QUADRO 3 – RELAÇÕES DE MASCULINIDADE AOS 25-29 ANOS EM BRAGANÇA

ANOS	R.M.	ANOS	R.M.
1890	89.48	1950	100.83
1900	93.70	1960	97.77
1911	88.33	1970	75.12
1920	93.83	1981	107.37
1930	91.86	1991	97,29
1940	108.57		

(FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE).

QUADRO 4 – SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS DE MIGRAÇÃO TOTAL CENSITÁRIA EM BRAGANÇA

PERÍODOS	SALDO MIGRATÓRIO	TAXA DE MIGR. TOTAL
1891-1900	-11505	-1.6
1901-1911	-17119	-2.1
1912-1920	-31166	-4.8
1921-1930	-8495	-1.2
1931-1940	1156	0.1
1941-1950	-15262	-1.7
1951-1960	-34478	-3.7
1961-1970	-79153	-9.6
1971-1981	-5300	-0.7
1981-1991	-27910	-4.1

(FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE).

Esta última afirmação é corroborada pelos valores dos saldos migratórios, cuja evolução é possível acompanhar desde finais do século XIX, e das taxas de migração total inter-censitária, que se mantêm de sinal negativo, excepto na década de 30. Ainda assim, nesse período esse valor não ultrapassa 0,1%. (Quadro 4) Para além de negativos, os resultados em Bragança foram sempre inferiores à média nacional. Os momentos mais graves ocorreram entre 1912 e 1920 (-4,8‰), e nas décadas de 60 (-9,6‰) e 80 (-4,1‰)³. Ainda assim, este não era um distrito com valores de emigração tão elevados quanto algumas outras unidades administrativas contíguas (Quadro 5).

QUADRO 5 – NÍVEIS DE EMIGRAÇÃO EM PORTUGAL E EM BRAGANÇA (‰)

ANOS	PORTUGAL	BRAGANÇA
1900	2.4	2.5
1930	1.2	3.6
1960	4.0	9.5
1970	7.8	11.8

(FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1900, 1930, 1960, 1970 (estimativas a 20%), Lisboa, INE).

2º - No distrito de Bragança nunca existiram pólos de atracção populacional, designadamente em termos estritamente económicos e mesmo de crescimento urbano.

Em 1864 Bragança era o distrito com menor percentagem de população urbana de todo o país (uns escassos 12,5 por cento) e na viragem do século o penúltimo, apesar da ligeira recuperação verificada. Essa unidade administrativa inclui-se no grupo dos seis distritos do continente onde nunca existiram núcleos populacionais com 20 mil ou mais habitantes e onde o processo de urbanização, além de partir de valores muito baixos, nunca revelou dinamismo.

Na segunda metade do século apenas existiam as cidades de Bragança e Miranda do Douro, esta última com menos de mil residentes. Ao longo dos anos a população de Bragança manteve-se reduzida, com a cidade a situar-se na cauda da tabela urbana portuguesa. Em 1864 foram aí recenseadas 4754 pessoas, 5476 em 1900, cerca de 14 milhares um século mais tarde. Só em 1970 a capital de distrito ultrapassou a fasquia dos 10 mil residentes e, apenas onze anos depois, Mirandela atingia as cinco mil almas, valor considerado passível de indicar a existência no distrito de um segundo núcleo com características urbanas⁴ (Quadro 6).

Não obstante, também nesta região transmontana o crescimento populacional privilegiou as populações ditas urbanas, pelo menos desde a segunda metade do século XIX. Só nessas décadas elas aumentaram 29 por cento, contra os 15 pontos percentuais verificados entre a população rural. Independentemente das vicissitudes locais, a cidade de Bragança continuará a crescer, ou a decrescer menos, que os restantes espaços concelhios, mesmo em períodos de declínio populacional.

QUADRO 6 – CENTROS URBANOS DO DISTRITO DE BRAGANÇA COM MAIS DE 5 MIL RESIDENTES

ANOS	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Bragança	5654	5369	5622	5313	6089	6977	8245	8075	10001	14181
<i>Mirandela</i>			-	-	-	-	-	-	-	5710

(FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE).

Do mesmo modo, não é possível vislumbrar concelhos que escapem, numa perspectiva de longa duração, aos fenómenos que determinaram a evolução do distrito. As taxas de crescimento anual médio concelhio mostram (Quadro 7) poucas diferenças na segunda metade de oitocentos,

embora com um ligeiro abrandamento nos últimos dez anos. A população quase estabiliza nas primeiras três décadas do século actual e recupera até meados do mesmo, mas a partir de então a regressão é clara. Entre 1960 e 1981 todos os concelhos perdem efectivos, a ritmos intensos. Nos anos 80 o declínio permanece. Ainda assim, podemos encontrar algumas diferenças entre concelhos como os de Alfândega da Fé e Vinhais, que parecem ser os menos dinâmicos, e a maioria dos restantes, que mantêm um crescimento de tendência positiva, embora modesta, a qual acompanha a média do distrito.

QUADRO 7 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DE BRAGANÇA, POR CONCELHOS (%)

CONCELHOS	64-78	78-90	90-00	00-30	30-60	60-81	81-91
Alfândega da Fé	-0.13	-0.13	0.34	-0.10	0.33	-0.94	-1.6
Bragança	0.37	0.89	0.04	-0.08	0.78	-0.20	-0.68
Carrazeda Anciães	0.34	0.81	0.51	-0.01	0.19	-1.08	-2.10
Freixo Esp.Cinta	0.56	0.17	0.36	0.09	0.12	-1.15	-1.50
Macedo de Caval.	0.52	0.42	0.30	0.10	0.94	-0.91	-1.31
Miranda do Douro	0.43	0.38	0.61	0.19	1.75	-3.03	-1.33
Mirandela	0.50	0.19	0.48	0.34	0.88	-0.17	-1,35
Mogadouro	0.58	0.29	0.71	-0.16	0.52	-1.15	-2.27
Torre Moncorvo	0.68	0.07	0.85	0.10	0.71	-1.49	-2.18
Vila Flor	0.93	1.19	-1.18	0.03	0.60	-0.93	-0.96
Vimioso	0.49	0.38	0.29	0.12	0.36	-1.92	-2.92
Vinhais	0.22	-0.15	-0.17	-0.05	1.03	-2.35	-2.35
BRAGANÇA	0.44	0.53	0.32	0.04	0.74	-1.12	-1.53

(FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1864, 1878, 1890, 1900, 1930, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE).

3º O envelhecimento da população de Bragança é causa e efeito de uma evolução marcada por ritmos de crescimento bem mais modestos que os nacionais, que nem as tendências demonstradas por alguns indicadores demográficos permitem explicar, uma vez que os seus resultados surgem condicionados pelas características da população residente.

Embora sofra as transformações sentidas nas formas de vivência e características estruturais da população portuguesa ao longo de todo este período, Bragança coloca-se numa situação vantajosa no contexto nacional que, só nos anos 80, será invertida.

As percentagens correspondentes ao grupo etário 0-19⁵ só parcialmente justificam o valor percentual da população adulta em idade activa. Mais uma vez, a emigração pode explicar a inversão de posições de Bragança, face ao total peninsular.

QUADRO 8 – POPULAÇÃO JOVEM E IDOSA EM PORTUGAL E BRAGANÇA (%)

Anos	JOVENS		IDOSOS		ADULTOS	
	Portugal	Bragança	Portugal	Bragança	Portugal	Bragança
1864	42.6	43.8	7.1	5.2	50.3	51.0
1878	42.7	43.3	7.2	5.0	50.1	51.7
1890	42.2	43.4	10.0	8.6	47.8	48.0
1900	43.2	43.3	9.6	8.2	47.2	48.5
1930	41.9	44.2	9.6	10.5	48.5	45.3
1960	37.6	42.1	11.7	10.3	50.7	47.6
1970	36.9	40.6	14.4	16.0	48.7	43.4
1981	34.3	35.5	15.9	19.1	49.8	45.4
1991	28.5	27.4	19.0	25.1	52.5	47.5

(FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1864, 1878, 1890, 1900, 1930, 1960, 1970 (estimativas a 20%), 1981 e 1991, Lisboa, INE).

QUADRO 9 – PROPORÇÕES DOS GRUPOS 0-19 ANOS E DO GRUPO 60 + EM BRAGANÇA, POR CONCELHOS (%)

CONCELHOS	1930		1960		1981		1991	
	J	I	J	I	J	I	J	I
Alfândega da Fé	44.7	10.7	41.6	12.3	33.7	20.5	25.3	27.5
Bragança	43.4	10.8	42.4	10.6	36.7	17.3	28.5	22.2
Carraç. Anciães	44.9	10.3	40.6	12.2	34.9	20.4	27.3	27.6
Freixo Esp.Cinta	43.6	10.9	36.6	12.4	30.1	23.2	22.8	31.9
Macedo de Caval.	44.1	10.7	44.1	10.1	38.7	17.5	30.1	22.1
Miranda Douro	43.1	10.6	41.3	8.1	30.3	20.2	23.5	27.1
Mirandela	45.8	9.1	43.1	10.1	37.6	16.7	29.4	21.6
Mogadouro	43.0	11.3	40.6	10.4	33.7	20.3	26.3	27.0
Torre Moncorvo	43.6	10.4	39.2	11.1	31.4	22.4	24.8	30.1
Vila Flor	44.8	9.5	44.9	10.1	37.0	18.4	28.6	23.3
Vimioso	44.9	9.7	43.8	9.7	36.3	19.7	26.0	29.4
Vinhais	44.3	12.0	42.7	9.7	34.8	21.7	25.8	29.9
BRAGANÇA	44.2	10.5	42.1	10.3	35.5	19.1	27.4	25.1

(FONTE: *Recenseamentos Gerais da População*, 1930, 1960, 1981 e 1991, Lisboa, INE).

QUADRO 10 – ALGUNS INDICADORES DE COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO DE BRAGANÇA

ANOS	TBM (%)	TBM (%)	EO	TBM (%)	TBNUPC. (%)
1887	26.2	-		37.8	-
1890	28.8	-		36.3	-
1900	23.3	119.0	43	31.3	7.9
1911	28.2	118.4		42.4	6.4
1920	29.0	158.2	32	37.4	8.0
1930	22.1	155.6		35.5	6.8
1940	18.9	166.8	44	29.4	5.0
1950	13.6	88.9		29.7	7.4
1960	12.5	106.1	59	28.8	7.4
1970	12.5	64.2	65	19.3	8.5
1981	11.6	34.7	70	14.8	7.7
1991	11.0	17.0	73	9.8	6.3

O aumento do número de saídas, como testemunham os saldos migratórios das três primeiras décadas do século XX (Quadro 4), influencia a representatividade dessas camadas etárias, a qual trará consequências várias, nomeadamente em termos dos níveis de natalidade, que descem 6 pontos em apenas dez anos (1930-40) (Quadro 10). Parte deste fenómeno poderá derivar dos desequilíbrios entre sexos nas idades mais fecundas. Em 1900 existiam 94 homens por cada 100 mulheres, em 1911 apenas 88, e nas décadas imediatas 94 e 92, respectivamente. A natalidade não é tão afectada como seria de esperar, dados os valores que nesse distrito a ilegitimidade possuía tradicionalmente.

À medida que esta variável começa a declinar de forma inequívoca, primeiro cerca de 1930 e mais tarde em 1960, aumenta o peso relativo dos adultos, embora com flutuações nos anos 70, o que coincide com o pico da emigração para a Europa.

Até final do século XIX, Bragança era um distrito onde os de idade mais avançada tinham uma escassa representatividade. Esta situação começa a modificar-se com as mudanças de estrutura da população residente, transformando hoje essa região numas das áreas mais envelhecidas no topo. Com efeito, as migrações contribuem sempre para envelhecer precocemente uma população, já que provocam o aumento da representatividade dos últimos grupos etários. Em 1890-1900 o distrito acompanha a tendência nacional, em seguida passará a ser uma das zonas portuguesas com maior

percentagem de população idosa. A partir dos anos 60 assiste-se a um agravamento muito rápido da situação, pelo que, ao chegarmos a 1991, os maiores de 60 anos constituem mais de um quarto dos recenseados em Bragança, a escassos dois pontos percentuais dos primeiros grupos etários (Quadro 8).

A nível concelhio estas realidades apresentam cambiantes diversos (Quadro 9). Às variações mínimas que caracterizam 1930, sucede um aumento generalizado do total de idosos e o declínio do total de jovens. Ainda de forma tímida em 1960, o processo acelera-se ao longo das décadas de 60 e 70, até chegarmos a uma situação de quase igualdade. Aliás, de acordo com dados do recenseamento de 1991, em 8 dos 12 concelhos existentes, o número de idosos ultrapassa o de jovens. São eles Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vimioso e Vinhais.

Considerados os dois tipos de envelhecimento, Macedo de Cavaleiros é o concelho mais jovem do distrito e Freixo de Espada à Cinta o mais velho. Neste último, dez pontos percentuais separam os jovens dos idosos (respectivamente 22.8 e 31.9%). Aliás já em 1960 esta unidade concelhia registava os valores mínimos de jovens e os máximos de idosos no distrito, os quais duplicam entre essa data e 1981. Mas essa não é uma especificidade deste concelho. Vejam-se os exemplos de Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vimioso e Vinhais. É possível que estas transformações justifiquem o sentido negativo do crescimento demográfico que todas essas unidades acusam a partir de então.

*** O caso espanhol: a província de Zamora**

A população espanhola conheceu, durante o período em análise, importantes mudanças demográficas. Na verdade, a partir de 1815 dá-se um rápido crescimento demográfico que se prolonga para o século XX, podendo mesmo dizer-se que esta centúria registou o crescimento mais elevado de toda a história demográfica moderna de Espanha. E isto apesar da queda da mortalidade se ter dado em simultâneo com a da fecundidade, embora a descida fosse mais intensa no primeiro caso. As grandes mortalidades cessaram, milhões de espanhóis emigraram para além mar e a população, até então essencialmente rural, tornou-se maioritariamente urbana.

O ritmo deste crescimento foi, no entanto, muito variável e resultou da conjugação de acontecimentos conjunturais e de uma progressiva alteração dos comportamentos demográficos. De 1860 a 1910 há um ligeiro abrandamento do crescimento relativamente ao meio século anterior, possivelmente explicado pela baixa progressiva da natalidade e pelo efeito da emigração. A segunda metade de oitocentos ainda conheceu algumas crises

epidémicas, agora de cólera ⁶. A mais mortífera foi a de 1853-56, embora não tenha afectado de maneira muito forte a evolução da população, que manteve o seu ritmo moderado de crescimento.

De 1910 a 1930 o aumento voltou a intensificar-se, apesar da manutenção de elevados níveis migratórios e dos efeitos negativos da gripe de 1918-19. Superadas as consequências desta pandemia, o crescimento novamente se acelera, o que permite alcançar o primeiro máximo histórico entre 1920 e 1930; para tal contribuiu a actuação positiva dos movimentos migratório e natural. Convém notar que por esse anos cessam as migrações transoceânicas que tinham sido uma constante em finais do século XIX e princípios do XX. O período seguinte, até à década de 60, é caracterizado por um crescimento menos intenso, até porque o efeito perturbador da guerra civil e período subsequente se vai reflectir no volume dos nascimentos, que acusa um *déficit*. Ao contrário do que aconteceu no pós Segunda Guerra Mundial em muitos países europeus, em Espanha, no pós guerra civil, verificou-se tão só uma leve recuperação da natalidade. Entre 1960 e 1975, a população espanhola novamente conhece um período de expansão, apesar das migrações que levam um contingente importante de indivíduos em idade activa e fecunda a procurar melhores oportunidades de emprego em vários países da Europa.

Note-se que Espanha, como aliás Portugal, desenvolveu a sua transição demográfica durante um período mais curto, e com fases mais intensas do que os países do Norte da Europa, de tal modo que neste final do século XX as taxas de fecundidade e de mortalidade da sociedade espanhola são das mais baixas do mundo. E estas alterações foram sobretudo intensas a nível da natalidade. Basta dizer que o Índice Sintético de Fecundidade passou de 4.75 filhos/mulher, em 1900, para 1.15 em 1995, o que coloca a Espanha na cauda da Europa, a par da Itália, e distante do mínimo considerado necessário para a renovação das gerações. Esta é, actualmente, uma das principais questões com que se debate a sociedade espanhola.

Mas vejamos o caso de Zamora. Em meados do século XIX foram recenseados nessa província perto de 250 mil habitantes (Quadro 11). A partir de então inicia-se um processo de aumento demográfico modesto e com pequenas quebras, como a ocorrida na primeira década do presente século. Em 1950 atingem-se valores máximos. Foram então recenseados 315885 indivíduos, valor que nunca fora nem voltará a ser atingido. Com efeito, a partir desse momento a população da província irá sofrer um contínuo decréscimo de efectivos, especialmente gravoso nos anos 60 e 70. Tal como aconteceu em Bragança, os totais registados em 1991 são mesmo inferiores aos do primeiro recenseamento moderno oitocentista.

QUADRO 11 – POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DE ZAMORA

ANOS	TOTAL	ANOS	TOTAL
1857	249055	1930	280148
1860	247728	1940	298722
1877	247397	1950	315885
1887	270072	1960	301129
1897	274348	1970	251934
1900	275540	1981	224369
1910	272976	1991	211213
1920	266215		

(FONTE: *Censo de Población*, 1857, 1860, 1877, 1887, 1897, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE).

QUADRO 12 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DE ZAMORA E DE ESPANHA PENINSULAR (1857-1991) (%)

PERÍODOS	ESPAÑA	ZAMORA	PERÍODOS	ESPAÑA	ZAMORA
1857-60	0.42	-0.18	1920-30	1.85	0.15
1860-77	0.36	-0.01	1930-40	0.06	0.64
1877-87	0.55	0.88	1940-50	0.77	0.56
1987-97	0.29	0.16	1950-60	0.82	0.48
1897-900	0.99	0.14	1960-70	1.00	-1.77
1900-10	0.67	-0.09	1970-81	0.92	-1.05
1910-20	0.68	-0.25	1981-91	0.39	-0.60

(FONTE: *Censo de Población*, 1857, 1860, 1877, 1887, 1897, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, Madrid, INE).

A alternância de sentido positivo e negativo de crescimento provincial tem explicações de vária ordem, que não são estranhas às que anteriormente havíamos apontado no caso português. Também Zamora, quando comparada com o restante território peninsular do Estado espanhol, parece ser uma região onde alguns efeitos perturbadores regressivos têm uma especial incidência. Referimo-nos sobretudo à questão migratória, uma vez que esta é, tal como Bragança em relação a Portugal, uma região emissora de mão-de-obra para outras partes de Espanha e para fora do país.

Mais que no exemplo português, o confronto entre as taxas de crescimento anual médio da província e do país como um todo nesses 140 anos, testemunham os contrastes de evolução entre as duas áreas, com uma nítida desvantagem da primeira. A partir do início do século, Zamora perderá sistematicamente população e acentuará a diferença entre a sua dinâmica e a espanhola, sobretudo a partir de meados do século. Nos últimos cinquenta anos essas divergências tornaram-se gritantes. Reflexo desta diferença é a paulatina perda de importância demográfica de Zamora face ao resto da Espanha peninsular. Apesar de o peso relativo da sua população nunca ter sido muito significativo, a verdade é que de um peso percentual de 1.6, em meados do século XIX, passa para menos de metade em 1991 (0.6%, valor já registado em 1981)⁷. Entre estas duas datas, a variação maior verifica-se em meados do século, a que não serão alheias, como já referimos, as perturbações introduzidas pelos movimentos migratórios, tendência que se integra nas linhas gerais que marcam, tanto a evolução da comunidade castelhana-leonesa, como das províncias da fronteira luso-castelhana, consideradas no seu conjunto. Basta dizer que se, em 1900, as províncias fronteiriças representavam 14.7 por cento da população da Espanha peninsular, em 1991, o seu peso relativo não ia além dos 9 por cento. Do lado português os distritos de fronteira compartilham esta perda de importância demográfica relativamente ao resto do país.

QUADRO 13 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DE ZAMORA, POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS (1857-1991)

PERÍODOS	< 2%	-2 – 0%	0 – 1%	1% +
1857-60	17.0	23.8	24.2	35.0
1860-77	0.8	48.3	44.9	6.1
1877-97	1.1	20.8	54.0	24.2
1897-00	11.0	34.4	25.5	29.1
1900-30	0.4	49.2	44.7	5.7
1930-60	1.6	32.1	51.6	14.6
1960-81	63.7	29.8	1.6	4.8
1981-91	47.8	45.7	4.5	2.0

(FONTE: *Censo de Población*, 1857, 1860, 1877, 1897, 1900, 1930, 1960, 1981, 1991, Madrid, INE).

À escala municipal, as variações referidas para o conjunto de Zamora são mais evidentes (Quadro 13). Apesar das flutuações conjunturais que observamos durante todos esses anos, só após 1960 é que mais de metade dos cerca de 300 municípios que formam a província registam valores negativos.

Note-se que, entre 1960 e 1981, quase 94 por cento dos municípios perdem efectivos, 64 por cento dos quais com decréscimos superiores a 2 por cento ao ano. Na década seguinte prossegue esta tendência, embora com contornos menos abruptos. Decresce igualmente o número de unidades com ritmos de crescimento superiores a um por cento.

Partindo destes indicadores gerais, podemos tentar uma primeira caracterização da província fronteiriça de Zamora.

1º Tal como no caso de Bragança, também Zamora era, já em meados de oitocentos, uma região de saída, característica que poucas alterações sofrerá, acentuando-se até à medida que avança o século XX.

O cálculo das relações de masculinidade do grupo etário dos 25 a 29 anos entre 1857 e 1991 comprova esta afirmação. Com efeito, à excepção do primeiro e dos dois últimos recenseamentos, existem sempre mais mulheres que homens, o que constitui um possível indicador da diferencialidade migratória (Quadro 14). No entanto, a partir de 1960, o total de mulheres envolvidas na questão migratória tenderá a aumentar e superar o dos homens, o que explica as ordens de grandeza relativas aos anos de 1981 e 1991⁸.

QUADRO 14 – RELAÇÕES DE MASCULINIDADE AOS 25-29 ANOS EM ZAMORA

ANOS	R.M.	ANOS	R.M.
1857	100.3	1930	97.6
1877	83.5	1960	97.9
1887	86.4	1981	117.6
1900	90.5	1991	111.6

(FONTE: *Censo de Población*, 1857, 1877, 1887, 1900, 1930, 1960, 1981, 1991, Madrid, INE).

É clara a dependência desta unidade administrativa face à mobilidade. Como podemos ver no Quadro 15, os saldos migratórios apresentam um sentido nitidamente negativo. Em média, nas primeiras duas décadas do século XX, Zamora perdeu cada ano cerca de 2400 residentes e quase um milhar por ano entre 1920 e 1950. Ultrapassam-se as 4600 saídas anuais na década de 50, 6677 na seguinte, cerca de metade da anterior entre 1971 e 1981. O abrandamento então sentido fixa-se em um terço na década seguinte, talvez por se ter esgotado o potencial de migrantes.

QUADRO 15 – SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS DE MIGRAÇÃO TOTAL CENSITÁRIA EM ZAMORA

PERÍODOS	SALDO MIGRATÓRIO	TAXA DE MIGR. TOTAL
1901-10	-26450	-9.5
1911-20	-21100	-7.7
1921-30	-10779	-4.0
1931-40	-7332	-2.6
1941-50	-11482	-3.8
1951-60	-46122	-14.6
1961-70	-66770	-22.2
1971-80	-32378	-12.9
1981-90	-10627	-4.7

2º Na província de Zamora não parecem existir pólos de atracção populacional.

No início da centúria (1900-1920), a emigração alimenta as correntes ultramarinas. A crise económica internacional e a situação interna do país retêm parte do habitual fluxo migratório. Porém, uma vez ultrapassada essa conjuntura, retomam-se e acentuam-se as linhas da emigração para a Europa e, em geral para fora do país, mas também a nível interno. As cidades, sobretudo os grandes centros urbanos que possuem alguma dinâmica económica e de serviços, actuam como agentes polarizadores.

O êxodo rural constitui em larga medida a explicação para as taxas migratórias registadas na província nesse período. À semelhança do que aconteceu em Bragança, não foram criadas condições atractivas para a população jovem local, em idade activa.

Em Zamora também nunca existiu uma forte tradição urbana, a qual não se afasta muito da restante comunidade autónoma em que se integra. Os níveis de urbanização mantiveram-se baixos entre os séculos XIX e XX, sobretudo quando comparados a algumas outras regiões espanholas. Ao terminar esta centúria, a cidade de Zamora pertence ao grupo das cidades de média dimensão (entre 30 a 100 mil habitantes), as quais apresentam níveis de aumento demográfico significativo. Mesmo assim, a nível nacional, esta cidade encontra-se no grupo dos núcleos urbanos menos populosos, mau grado a evolução positiva dos anos 80, nomeadamente devido ao reforço dos serviços públicos, característico desta década ⁹.

Existem apenas mais dois centros urbanos situados no escalão dos 10 a 30 mil habitantes. Referimo-nos às cidades de Benavente e Toro que, tal

como a capital provincial, concentram cada vez mais população à custa, sobretudo, dos núcleos rurais.

O resto da província é caracterizado por um conjunto de centros populacionais de nível inferior, sem grande significado demográfico e que surgem dependentes da capital provincial, e em menor escala de Benavente e Toro, inclusive a nível dos sectores secundário e terciário.

No seu conjunto, os campos têm vindo a perder efectivos e transferem os seus naturais, enquanto a capital da província e alguns centros urbanos comarcais concentram cada vez mais população¹⁰.

3º A população da província de Zamora mostra-se progressivamente envelhecida.

O processo de envelhecimento das populações é característico do nosso século. No entanto, cada país e, dentro dele, cada região, apresentaram cronologias e níveis diferenciados. Esta afirmação é válida também no caso espanhol e, nomeadamente, nas regiões do centro interior, a que pertence o território em análise (Quadro 16).

À medida que a percentagem de indivíduos menores de 20 anos¹¹ declina em termos médios espanhóis, haverá que aguardar até meados do século para que em Zamora se manifestem sinais inequívocas da diminuição percentual desse grupo etário, que em breve suplantam os registados no país.

Mas em relação aos mais idosos, Zamora revela uma cronologia anterior à tendência geral. Na realidade, já em finais do século XIX a província apresentava valores percentuais elevados de população com mais de 60 anos. Eles superavam em 1.2 a média espanhola. No entanto, esta distância vai aumentar ao longo da primeira metade do século XX, para quase duplicar os valores nacionais nos dois últimos momentos censitários. Ao todo, entre 1857 e 1991, o peso dos idosos mais que quintuplicou.

QUADRO 16 – POPULAÇÃO JOVEM E IDOSA EM ZAMORA E ESPANHA (%)

Anos	JOVENS	IDOSOS		ADULTOS		
	Espanha	Zamora	Espanha	Zamora	Espanha	Zamora
1857	44.7	46.6	5.5	5.0	49.9	48.4
1877	41.6	31.0	8.0	4.9	50.4	64.1
1887	46.6	42.1	6.8	8.0	46.6	49.9
1900	43.8	43.2	7.3	8.2	48.9	48.6
1930	42.9	42.6	9.9	10.2	47.2	47.2
1960	33.7	35.3	13.7	14.4	52.6	50.3
1981	36.0	27.2	13.2	22.7	50.8	50.1
1991	29.3	22.3	16.9	29.1	53.8	48.6

(FONTE: *Censo de Población*, 1857, 1877, 1887, 1900, 1930, 1960, 1981, 1991, Madrid, INE).

As mudanças observadas nos grupos extremos não só influenciaram a percentagem correspondente à população adulta, como foram causa e consequência de múltiplas alterações ocorridas durante este período, em termos dos comportamentos micro-demográficos (Quadro 17).

QUADRO 17– ALGUNS INDICADORES DE COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO DE ZAMORA (‰)

Anos	TBN	TBM
1901-1910	35.0	26.3
1911-1920	31.4	26.1
1921-1930	31.2	22.1
1931-1940	27.9	18.9
1991-1950	22.9	13.6
1951-1960	21.5	1.4
1961-1970	16.3	9.9
1971-1980	12.0	9.9
1981-1990	9.5	10.9

(FONTE: *Movimiento Natural de la Población*, Madrid, INE).

Não podemos esquecer que os finais dos anos 50 e princípios dos 60 são marcados por um forte movimento de transferência da população das áreas rurais para os centros industriais, com maior vitalidade económica. Uma das consequências deste êxodo rural, ao afectar sobretudo os grupos de indivíduos em idade de constituir família, é a queda da natalidade nos seus lugares de origem (Quadro 17); outra é a alteração da estrutura etária, uma vez que os que ficam são, principalmente, os mais velhos. A dinâmica natural vê, assim, acentuada a sua tendência negativa, que acaba por inverter a tendência positiva de crescimento das populações. As taxas de mortalidade tornam-se superiores às da natalidade, como aconteceu nos últimos anos em análise (1981-1991),

Tudo isto contribui para um grau de envelhecimento muito marcado em toda a província, mas que ainda se acentua mais quando analisado à escala municipal (Quadro 18).

QUADRO 18 – JOVENS E IDOSOS, POR GRUPOS DE MUNICÍPIOS (1991)

Jovens			
< 20%	20-24%	25-29%	+ 30%
30	44,5	21,2	5,3

Idosos			
< 30%	30-34%	35-39%	+ 40%
19,4	22,2	27,4	31,0

(FONTE: *Censo de Población*, 1991, Madrid, INE).

Com exceção dos municípios onde se situam os principais centros urbanos de Benavente, Toro e Zamora, a generalidade da província apresenta níveis de envelhecimento muito elevados, quer na base, quer topo. Mais de metade dos 248 municípios têm menos de 24 por cento de menores de 20 anos, enquanto o grupo dos idosos tem um peso relativo superior ao do dos jovens num número muito elevado de municípios. Há mesmo alguns onde o grupo dos jovens não chega aos 10 pontos percentuais, enquanto o de maiores de 60 anos ultrapassa os 60 por cento da população aí residente.

Sendo assim, dificilmente se poderão criar dinâmicas de desenvolvimento que possam contrariar esta tendência para o despovoamento dos núcleos rurais, problema que atinge principalmente as regiões mais próximas da fronteira.

Em Portugal, a desertificação do interior e a concentração da população em núcleos urbanos de média dimensão é também uma característica da distribuição demográfica da população nos últimos decénios.

Assim, Bragança e Zamora partilham não só a sua posição de extremo, de afastamento relativamente aos principais pólos nacionais de desenvolvimento, como também se encontram entre as regiões mais envelhecidas dos seus respectivos países.

NOTAS

- ¹ Em Portugal, 1 de Janeiro de 1864, 1 de Janeiro de 1878 e 1 de Dezembro de 1890 e dos restantes anos terminados em zero, com excepção de 1911. Em Espanha, as datas dos recenseamentos foram de 21 de Maio de 1857, 25 de Dezembro de 1860, 31 de Dezembro de 1877, 31 de Dezembro de 1887 e 1897. Aliás, deste último recenseamento apenas se publicaram os resultados provisórios, uma vez que se retomou a decisão de adoptar, como anos de recenseamento, os anos terminados em zero, tal como consta da lei de Abril de 1880, onde se ordena que a nova série se inicie em 31 de Dezembro de 1900. A proximidade das duas datas levou à suspensão dos restantes trabalhos do censo de 1897, dando-se prioridade à preparação do de 1900. É assim que entre 1900 e 1970 se realizam, ininterruptamente, recenseamentos de 10 em 10 anos, mesmo em 1940, quando tinha terminado a Guerra Civil. A partir de 1981, Portugal e Espanha passam a seguir as datas propostas pelos restantes países da EU.
- ² Em Portugal foi em 1911 que foi determinado o registo civil obrigatório e que os livros do registo paroquial anteriores a 1910 fossem recolhidos nas conservatórias do registo civil. Para além dos registos paroquiais, podemos dispor, para o século XIX, de dados publicados sobre o movimento da população a partir de 1862 e depois em 1887-1896 e, com mais regularidade, para o século XX (Cf. J. Manuel Nazareth, *Principios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 181-183). O aparecimento do registo civil espanhol foi mais precoce, em 1870 fica definitivamente estabelecido. A primeira publicação de informações sobre o movimento da população data de 1863, ainda a partir dos registos paroquiais, para o triénio 1858-1861; outra publicação recolhe os dados para 1861-1870. A secularização do registo deu origem a uma publicação periódica designada *Movimiento Natural de la Población*, publicando-se então dados para 1878-1884, 1886-1892. A partir de 1900, as séries começam a ser mais regulares, com uma frequência anual. (Cf. David Sven-Reher; Angeles Valero Lobo, *Fuentes de información demográfica en España*, Madrid, CIS, 1995, pp. 84-91).
- ³ “A demografia em Espanha e Portugal. Portugal nos dois últimos séculos: as assimetrias de crescimento” in *Los 98 ibéricos y el Mar*, Comisaría General de España, Madrid, 1998, quadro 7, p. 153.
- ⁴ Teresa Rodrigues e Maria Luís Rocha Pinto, “A evolução do sistema urbano português no último século” in *População e Sociedade*, CEPFAM, n.º 3, pp. 15-17.
- ⁵ Tal como acontece em Espanha, embora aí até 1930, os recenseamentos de 1864 e 1878, em Portugal, agrupam a população em moldes etários que impossibilitam o cálculo dos efectivos menores de 20 anos. Assim, quando falamos de população de menores de 20 anos estamos a considerar a população até aos 20 inclusivé. Pela mesma razão o grupo dos 60 e mais anos exclui nessas datas os indivíduos com 60 anos.
- ⁶ As principais investidas da cólera manifestaram-se ao longo dos anos de 1833-1835, 1853-56, 1859-1860, 1865 e, por último, em 1885 (David Reher, “Le monde ibérique: L’Espagne” in Jean-Pierre Bardet, Jacques Dupâquier (dir.), *Histoire des populations de l’Europe*, Paris, Fayard, 1998, vol.II, pp.544). No entanto, os dados disponíveis permitem concluir que, à escala nacional, só podemos falar de crise geral de mortalidade em 1855. Por outro lado, não só os meios urbanos, mas também o interior foi afectado, assim como

houve uma grave incidência rural da epidemia (Vicente Pérez Moreda, *Las crisis de mortalidad en la España interior, siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo XXI, 1980, pp. 393-399).

- ⁷ Em 1900, o peso relativo da população de Zamora era de 1.5%, em 1930, de 1.3% e em 1960, 1.1%.
- ⁸ Lorenzo López Trigal (coord.), *Zamora. Un espacio de frontera*. Zamora, Fundación Hispano-Portuguesa «Rei Afonso Henriques», 1994, pp. 56-57.
- ⁹ Julio Vinuesa Angulo, “El crecimiento de la población y los desequilibrios en la distribución espacial” in Rafael Puyol (edit.), *La dinámica de la población en España*, Madrid, Editorial Síntesis, 1997, pp. 307-308.
- ¹⁰ Lorenzo López Trigal, *op. cit.*, pp. 21-29.
- ¹¹ Veja-se atrás nota 4.

AS RELAÇÕES ESPANHA-PORTUGAL E A ACÇÃO DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA – O CASO DA IMIGRAÇÃO NA BACIA DE LEÓN

Jorge Arroiteia
(Universidade de Aveiro)

ABSTRACT

Portuguese emigration to Spain, although significant during several decades, became particularly intense during the 1960's especially to the mining region of Leon, following the general trend of the phenomenon of the Portuguese emigration to Europe. Since then, the Portuguese presence in this region has become particularly visible due to the work opportunities in the mining industry (labourer for men) and in services (for women), attracting a flow of new portuguese emigrants.

Due to its location close to the Portuguese border and to its specific economic activities, the emigrant population is essentially composed of young adults and men, mainly from Northeast Portugal. However, the economic crisis resulting from a steep drop in the production of ore unemployment crises among this particular segment of the population, hindering their social integration in the local communities. These reasons justify the development of specific programmes to aid their social mobility and integration in the home and host communities and consequently contribute to the strengthening of international relations in the Iberian Peninsula.

1. OS PORTUGUESES EM ESPANHA

A presença de portugueses em Espanha sendo um fenómeno conhecido há vários séculos, só recentemente ganhou contornos mais definidos depois do estabelecimento de mecanismos estatísticos de levantamento da população estrangeira aí residente. Tal facto, porém, não inviabiliza que uma percentagem significativa da população portuguesa residente neste país continue por

recensar, facto que continua a alterar os valores globais ora divulgados e recolhidos, essencialmente, junto das fontes estatísticas oficiais.

Ainda que reconhecendo essas limitações entendemos que tão importante como o conhecimento do cômputo global de portugueses residentes neste país vizinho, será apreciar algumas das particularidades desse fenómeno que em épocas recuadas assumiu características dignas de nota. Recordamos, a propósito, o que Manuel Severim de Faria, no seu escrito "Remédios para a falta de gente", assinalou a este respeito:

... a segunda causa por que falta a gente deste reino é por não terem ofícios com que ganhem de comer por sua indústria (...). Outros se passam a reinos estranhos, principalmente para os de Castela, pela facilidade da vizinhança, onde ainda antes da Aclamação havia tantos portugueses que muitas pessoas afirmavam que a quarta parte dos moradores de Sevilha eram nascidos em Portugal, e que em muitas das ruas daquela cidade se falava a nossa língua e não a castelhana. Quase o mesmo se podia dizer de Madrid; e por toda a Castela Velha e Estremadura é notório que os mais dos mecânicos eram naturais deste reino, os quais, por não terem cá em que trabalhar, iam lá ganhar sua vida (cf: Serrão; 1976; 74).

Este tipo de movimentos impressionou igualmente Oliveira Martins, que a propósito dos principais destinos da emigração portuguesa no mundo, realçou as saídas para o velho continente e as saídas para o país vizinho. Escreveu, então: *... não falando na emigração para países europeus, em que principalmente avulta a saída de algarvios para as pescas e lavouras da vizinha Espanha...* (cf. Serrão; 1976; 124). Confirmando a importância deste movimento, entre 1880 e 1888, assinalou ainda este autor a saída de 1464 algarvios para Espanha e de apenas 20 alentejanos; de 30 beirões, naturais da Beira Baixa; de 70 beirões, da Beira Alta; de 7 trasmontanos e de 1036 estremenhos, que nesse mesmo período demandaram a Europa.

Testemunhos diversos recolhidos junto das populações raianas dão-nos conta da importância não só da persistência destes movimentos de saídas, muitos deles não referindo características de uma verdadeira emigração (uma vez que resultaram de um contacto permanente, aprofundado ao longo dos anos) mas, ainda, da existência de outras correntes, duradouras e intensas, que têm continuado a atrair emigrantes oriundos de diferentes regiões do país. Recordar-se, no primeiro caso, o maior intercâmbio existente de há longa data nas áreas das províncias de Galiza, de Huelva e de Badajoz e, no segundo, os movimentos de maior duração constituídos essencialmente por portugueses naturais de Coimbra, de Lisboa, de Braga, de Bragança e de Vila Real.

Em muitos destes casos a emigração para Espanha revestiu um carácter temporário, desenvolvendo-se de acordo com o ritmo das necessidades de mão-de-obra sentidas em Espanha e as vicissitudes, de natureza política, económica e social, que tem atravessado. Como nota López-Trigal (1991; 16), a afluência de emigrantes estrangeiros a este país deve-se... *à relação*

salarial mais vantajosa e ao desinteresse dos trabalhadores espanhóis por certos postos de trabalho..., acontecendo aqui o mesmo que se havia verificado noutros países europeus.

Note-se que a presença desta população além fronteiras anda associada ao desenvolvimento da corrente emigratória para a Europa, em particular para França, país que desde os finais do século passado tem vindo a acolher um número crescente de trabalhadores portugueses. Daí que, sugestionados pelas novas oportunidades de emprego existentes no antigo reino de Castela ou impedidos de alcançarem a fronteira além Pirinéus, muitos portugueses viram-se deslocados em Espanha pensando, muitos deles, que da velha Gália se tratava. Assim nos relata o estudo da Cáritas (1987; 107): *um em cada dez portugueses teve como primeira intenção emigrar para outro país diferente de Espanha, porém a imensa maioria só pensou em Espanha como lugar de destino.*

Contudo, tal como sucedeu noutros países da Europa Ocidental, só a partir dos anos cinquenta é que a Espanha passou a ser considerada um país de forte imigração, *embora mantendo por sua vez o carácter tradicional de país de emigração com cerca de dois milhões de espanhóis residindo no exterior* (López Trigal; 1991; 16). Até essa data a emigração era uma das características dos países mediterrânicos, sentida profundamente em Portugal e em toda a Península Ibérica.

Mesmo assim, por volta de 1950, o número de estrangeiros legalizados residentes em Espanha ultrapassava os 55 milhares ascendendo, em 1970, a 150 milhares e, em 1990, a cerca de 400 milhares. Esta ocorrência denota os níveis de desenvolvimento económico que se registaram em certas áreas deste território e que estiveram na base da redução das saídas de espanhóis para França, para o Luxemburgo ou mesmo para outros países da Europa Ocidental. Tal facto exerceu uma forte atracção sobre a população portuguesa e sobre os africanos, em especial os marroquinos, que a partir de então aí se fixaram em grande número.

Recordam-se alguns valores:

QUADRO I - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM ESPANHA

ANO	EUROPA %	ÁFRICA %	TOTAL GERAL
1966	62.9	1.0	109244
1970	63.0	1.5	147727
1975	62.1	1.9	165289
1980	65.0	2.2	182045
1985	65.4	3.5	241971
1989	62.2	5.9	398147

(in: *Evaluación del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural*; 1992)

Como o refere Pardo Abad (1989), a percentagem dos portugueses oscilou bastante durante os últimos anos tendo passado de 27%, em 1950, para 10%, apenas, em 1987. Em anos anteriores essa percentagem oscilara entre: 22%, em 1960; 20%, em 1965; 17%, em 1970; 14 %, em 1975 e 13%, em 1980. Tal quebra deve ser entendida como resultado de um acréscimo significativo da população estrangeira residente neste país, confirmando assim a tendência para um saldo migratório positivo registado em toda a Espanha.

Recordam-se algumas das características da imigração portuguesa em Espanha. Quanto à sua evolução, Pardo Abad (1989) assinala, para 1955, que o total de portugueses residentes em Espanha deveria orçar os 14,7 milhares, montante que se manteve praticamente estável até 1960, quando esse montante terá atingido os 15,1 milhares.

Entre 1960 e 1985, ter-se-á verificado um aumento significativo desta população imigrante, em particular até 1975, data em que os portugueses terão ultrapassado os 23,3 milhares. Para tanto não deve ter sido alheia a evolução da própria emigração portuguesa, sobretudo para França, sugerindo que muitos dos emigrantes nacionais que inicialmente se dirigiam para aquele país tenham permanecido em Espanha. Note-se que entre as regiões que então aceitaram maior número de portugueses contam-se a bacia mineira de León e as Astúrias, território que entre 1965 e 1975 terá acolhido mais de 1,5 milhares de portugueses.

De acordo com o estudo realizado pelo Colectivo IOE para a Cáritas Espanhola (1987;108), *...no momento de migrar, 61% contava já em Espanha com algum familiar ou amigo que os ajudou a estabelecer; outros 10% haviam contactado em Portugal com algum patrão ou empresa espanhola que lhes garantiu um posto de trabalho; e só 27% chegaram a Espanha sem nenhum contacto prévio.*

QUADRO II - POPULAÇÃO PORTUGUESA RESIDENTE EM ESPANHA

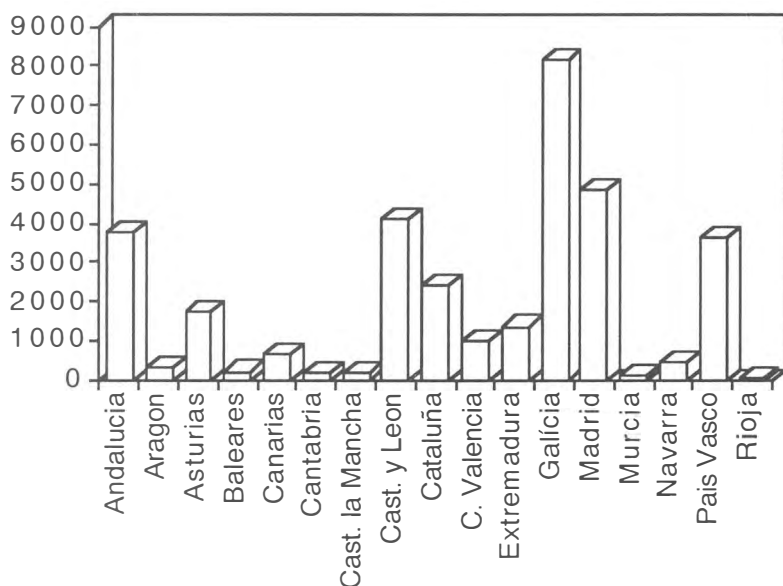
ANO	PORTUGUESES	TOTAL C.E.
1966	21373	63181
1970	25407	84909
1975	23102	92218
1980	23856	106738
1985	23342	142346
1989	32936	231162

(in: *Evaluación del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural*; 1992)

Referindo-se a dados mais recentes, López-Trigal (1994; 21) descreve a presença de mais de 33 milhares de cidadãos nacionais aqui residentes no início da década actual.

Antes de assinalarmos outros dados sobre as características desta população, interessará recordar que até aos anos sessenta grande parte destes habitantes mantinham-se próximos da fronteira, especialmente na Galiza, onde se concentravam mais de 40% dos portugueses residentes em Espanha. Já no início da nossa década, em 1990, como se poderá verificar na figura abaixo publicada, as áreas de maior concentração de portugueses, são: Galícia, 8174; Madrid, 4860; Castilla y León, 4095; Andalucía, 3783; País Vasco, 3635 e Cataluña, onde residiam 2428 emigrantes nacionais (cf. López-Trigal; 1994; 185-186).

POPULAÇÃO PORTUGUESA



No que concerne à actividade profissional, Pardo Abad (1989) destacou, a partir da análise dos vistos de entrada concedidos em 1987, que das 4699 autorizações de residência concedidas nesse ano, 24,6% foram destinadas à indústria; 43,5%, aos serviços e 17%, à agricultura.

Como características globais da emigração portuguesa, destacam-se ainda:

- a sua componente masculina e adulta: grupos funcionais dos 25-29 anos e dos 30-34 anos (cf. López-Trigal; 1994; 33), facto que identifica este tipo de migrações laborais;

- a persistência quer da emigração duradoura, quer da emigração temporária, particularmente sentida nas épocas das colheitas e que, devido à ausência de registo oficial, se torna difícil de contabilizar.

Ainda segundo um estudo da Cáritas (1987; 109), os traços fundamentais da colónia portuguesa residente neste país eram os seguintes:

- *trata-se da colónia mais "radicada" em Espanha, tanto pela sua antiguidade como pela sua estrutura familiar (72% vive em unidades familiares já constituídas);*

- *35% moram em habitação própria, percentagem muito superior à das outras colónias...;*

- *em contraste com os aspectos anteriores, os portugueses são, depois dos marroquinos, a colónia com menor nível cultural...;*

- *...cerca de 10% dos portugueses estão em trânsito e vivem em pensões ou albergues;*

...

- *outra característica própria desta colónia, muito difícil de quantificar com precisão, é a presença significativa de "ciganos portugueses os quais, como minoria étnica marginalizada tanto em Espanha como em Portugal, apresentam uma problemática muito particular...*

2. NOTA SOBRE A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM LEÓN

Como referimos a presença de emigrantes portugueses em León não sendo um fenómeno recente, é um exemplo paradigmático da nossa emigração tendo em conta não só a sua evolução e características, mas ainda as causas que estiveram directamente ligadas a estes movimentos.

Com efeito a atracção pela bacia mineira de León, registada durante os anos sessenta, fez-se sentir principalmente sobre os trasmontanos que *...elegem León como destino e etapa nas migrações que então se dirigiam para os países desenvolvidos da Europa Ocidental; e a sua actividade quase única vai ser a mineira a Oeste de León, onde durante os anos sessenta e setenta se recrutava quase sem nenhuma documentação. Posteriormente este precedente traduziu-se numa imigração mais numerosa e com mais ampla e diversificada procedência* (López-Trigal; 1991; 24).

Desta forma a província leonesa, pelas oportunidades de emprego oferecidas nas actividades mineiras, constituiu-se como um importante pólo de atracção para os nossos compatriotas, sobretudo durante os anos sessenta e setenta, registando três épocas de maior intensidade (Cáritas; 1987; 111): *...a primeira corresponde à primeira metade dos anos cinquenta, atraídos pelos trabalhos nas minas do noroeste da província; a segunda até meados dos anos sessenta coincidindo com a guerra colonial e formando parte da corrente migratória para a Europa; a terceira, até 1973, coincidindo com as últimas guerras coloniais.*

As oportunidades de emprego registadas do outro lado da fronteira, em particular nas bacias hulheiras, permitiram acolher um número crescente de mão-de-obra pouco qualificada, como o exigiam as actividades extractivas aí existentes. Tal facto esteve na origem do incremento da emigração legal e, sobretudo, da emigração clandestina, facilitando a sobrevivência da actividade mineira na bacia leonesa e nas Astúrias.

Note-se que o incremento da actividade mineira na bacia de León intensificou-se depois da crise energética de 1973 e das perspectivas que então se abriram a esta indústria, apoiadas em planos energéticos que facilitaram a *...exploração de carvão a céu aberto, a abertura de novas jazidas, assim como a contratação de trabalhadores estrangeiros* (López-Trigal; 1991; 35).

Parte desta população imigrante, sobretudo dos que chegaram mais tardiamente, entre os quais se destacam os cabo-verdeanos, os magrebinos e os paquistaneses, terão optado por outras actividades nomeadamente pela construção civil e pela agricultura, sendo certo que a crise registada na exploração hulheira contribuiu para reduzir substancialmente as tendências deste movimento e mesmo para quebrar a entrada de novos emigrantes nesta e noutras regiões do território espanhol. Como razão para este facto contam-se as medidas de racionalização introduzidas pelo governo de Madrid para o sector mineiro com o objectivo de viabilizar as empresas capazes de sobreviverem, sem qualquer tipo de ajuda, depois de 1993.

Por esta razão o desemprego e a libertação dos excedentários, através da reforma antecipada, passaram a constituir sérios entraves quer à permanência dos emigrantes clandestinos, quer ainda à admissão de novos contingentes, contrariando assim a euforia registada durante os anos setenta. Daí que, nos finais da década passada, a percentagem de estrangeiros residentes em Castela-León fosse pouco relevante: 2,4%, apenas, dos imigrantes recenseados em Espanha na mesma data.

QUADRO III - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM ESPANHA: 1987

	TOTAL	EUROPA	C.E.(10)	Portugal	Resto da Eur.
Espanha	334.941	216.116	162.300	31.012	22.804
Castela e León	8.157	5.626	1.391	4.099	126
León	3.875	2.972	177	2.779	16

(in: LópezTrigal; 1991; 65)

Estudos realizados no âmbito das actividades de avaliação do "Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural" realçaram, num passado próximo, algumas das características da população de origem portuguesa em municípios mineiros leoneses (Bembibre, Igueña, Páramo del

Sil, Torre del Bierzo e Villablino), bem como noutros municípios próximos desta região (Gijón, Mieres, Miranda e Pamplona).

Globalmente, reconhecemos:

- o carácter recente desta emigração na bacia de León e uma fixação mais antiga nas Astúrias, onde encontramos alguns indivíduos recenseados com 50 e mais anos, nascidos já neste país;
- o predomínio absoluto da mão-de-obra adulta e jovem-adulta, de ambos os sexos, e uma forte percentagem de população feminina;
- uma forte componente da emigração familiar, com três a quatro filhos em média e a existência de casamentos mistos, luso-espanhóis.

Como sucedeu para outros países, uma característica comum dos emigrantes mais antigos é o seu índice de analfabetismo, contrariando a escolarização mais avançada entre os jovens descendentes desses emigrantes. Por esta razão, a socialização desta população através da frequência do sistema educativo espanhol, bem como a própria aculturação urbana, tem vindo a promover uma procura crescente dos pedidos de nacionalidade espanhola.

Da mesma forma podemos ainda assinalar a perspectiva generalizada para uma boa inserção social e profissional, sobretudo pelos emigrantes mais antigos, confirmando-se uma maior integração social da população de origem portuguesa na bacia de León, o que não sucede em relação a outras nacionalidades ou mesmo noutros pontos do território espanhol.

A terminar diremos, como se escreveu na "Evaluación del Programa Hispano-Luso" (1992; 2): *...entre los inmigrantes económicos, los portugueses gozan de estatuto favorable, por ser ciudadanos comunitarios, respecto al régimen de entrada, de permanencia y de salida, como en el ejercicio de la actividad laboral... y también se encuentran más integrados en especial cuando se establecen en las áreas vecinas a su país en regiones fronterizas con sus zonas de origen, pero, en todo caso, también entre los inmigrantes portugueses, por ser procedentes de sociedades rurales retrasadas, hay una cierta tasa de paro y de proporción de actividad clandestina, y además con tasa elevada de analfabetismo, se refuerza este aislamiento y marginación que solamente con una permanencia mayor en España, a través de matrimonios mixtos, corrientemente de portugués con española, se irá reduciendo y en ciertos casos con la adquisición de la nacionalidad española será completa la integración; si bien, como en el resto de los trabajadores extranjeros se trata de una inmigración en la que buena parte de sus componentes proyecta el retorno o "regreso".*

3. NOTA FINAL

Os dados que anteriormente referimos permitem-nos situar a importância da emigração portuguesa em Espanha, bem como notar algumas das

características deste movimento quando comparado com o de outras nacionalidades.

Por outro lado, os dados que apresentamos relacionados com a emigração portuguesa na bacia mineira de León permitem-nos situar melhor este fenómeno no contexto geral da imigração estrangeira em Espanha. Realçam ainda as relações dominantes entre o incremento deste fenómeno e o desenvolvimento local das actividades produtivas baseadas na exploração mineira.

Como notámos, embora as perspectivas de emprego não sejam actualmente as melhores, devido à redução dos postos de trabalho neste sector, pensamos que haverá uma tendência (confirmada por alguns inquéritos realizados junto desta população) para uma relativa permanência da população mais idosa, enquanto que a população mais jovem de origem portuguesa aí radicada continuará, certamente, a integrar os novos fluxos de emigrantes que a partir deste país continuam a dirigir-se para Andorra, para a Suíça ou ainda para outros destinos do continente europeu.

Estas, em suma, algumas notas a propósito de um fenómeno que tende a persistir comprovando, na actualidade, a originalidade dos fenómenos de mobilidade humana bem como a pertinência de acções, sobretudo de natureza económica, destinadas às populações residentes nas áreas transfronteiriças. Em simultâneo recorda a importância das relações entre estes dois países, alicerçadas na presença de comunidades de nacionais de ambas as nacionalidades, residentes fora do seu espaço geográfico autóctone: caso dos galegos em Lisboa, ou dos transmontanos em León e a necessidade do aproveitamento das sinergias: políticas, económicas e culturais, que tornem acessíveis os esforços de cooperação entre ambas as nações, no seio da União Europeia, que têm ajudado a construir.

BIBLIOGRAFIA

- ARROTEIA, JORGE CARVALHO (1983) - *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve; n.º 79).
- Cáritas Española (1987) - *Os inmigrantes en España*. Madrid; Caritas Española (Documentación Social; n.º 66).
- LOPÉZ-TRIGAL, LORENZO (1991) - *La inmigración extranjera en León*. León; Universidade de León.
- LOPÉZ-TRIGAL, LORENZO et al. (1994) - *La migración de portugueses en España*. León; Universidad de León.

Ministério de Educación y Ciência - Universidad de León (1992) - *Evaluación del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural*. León; M.E.C.-Universidad de León (2 volumes).

PARDO ABAD, C. J. (1989) - "Inmigrantes portugueses en España: distribución geográfica y consideraciones socioeconómicas" (Comunicação apresentada no V Colóquio Ibérico de Geografía). León; Universidade de León.

SERRÃO, JOEL (coord.) (1976) - *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*. Lisboa; Livros Horizonte.

A SOLIDARIEDADE E A CONFLITUALIDADE NA FRONTEIRA PORTUGUESA DO ALENTEJO (Séculos XIII-XVIII)

João Cosme
(Fac. de Letras da Univ. de Lisboa)

ABSTRACT

This paper studies the portuguese frontier of Alentejo since the XIII century to the XVIII. Between the XIII and the half of the XV century had not a clear line of division. It was in the second half of the XVI, when the inhabitants of the neighbour concils of Portugal and Castille divided the space and decided where start and finish their municipalities. That inquirições (that's the portuguese name) gived rise to many private conflicts and crimes.

The wars of Restauração and Sucessão de Espanha, in the XVII and XVIII centuries had a high intensity in this space destroying the productions, the houses and killing many people.

To sum up, on the one hand this region was uncaptalized, on the other hand the line of frontier was known exactly as a political fact. Although that conflicts we found some private facts of solidarity.

"O historiador é um manipulador do tempo. Prende-o num campo ou castelo de palavras. (...) Mas verdadeiramente não é o tempo que prendemos mas tão-só os acontecimentos - sinais gravados noutros sinais.

(...) Por mais que fechemos as mãos, também o nosso tempo se escoia correndo no corpo, acendendo ideias, agarrando-se aos objectos, a todo um mundo cada vez mais complexo de sinais sonoros, visuais e mecânicos. Vivemos o tempo que é o nosso, ele carrega as chaves da compreensão do passado. Vivemos o tempo, tentamos compreender-lhe o sentido, influenciar a sua marcha".

António Borges Coelho, *O Tempo e os Homens. Questionar a História - III*, p. 13.

1. ESTADO DA QUESTÃO

É pacificamente aceite por todos, em Portugal, que a atlanticidade marcou "a génese, configuração e consolidação do estado português. (...) O querer da nação manifestou-se reiteradamente pelo privilégio das relações marítimas, de molde a contrabalançar a forte pressão centrípeta da componente continental da Península"¹.

Outro postulado que não sofre contestação, é de que "las fronteras son construcciones mentales imaginadas e introducidas por los hombres con el fin de establecer un cierto orden espacial en el territorio que ellos habitan"². Em conformidade com esta visão, José Leite de Vasconcelos classificou-a como uma fronteira esboçada³; isto é, o seu traçado limita-se a uma linha teórica através dos campos, a qual resultou de um acordo entre as populações raianas. Estes considerandos ganham particular propriedade na caso específico da Margem Esquerda do Guadiana, onde a linha de fronteira separa áreas geofísicas similares.

Nesta sequência, convém assinalar que, "do punto de vista dinámico, existe una diferencia fundamental entre la frontera (*frontier*) y la zona fronteriza (*boundary*). La primera es un puro artificio intelectual que se instaure definitivamente entre los siglos XIV y XVI coincidiendo, no por casualidad, con el nacimiento del Estado Moderno, precisamente para consolidarlo. La finalidad de la frontera es la de fijar los «límites» de la nación ou del imperio, pero, en cualquier caso, es siempre un instrumento político puesto al servicio de los intereses del Estado. La frontera es aquí una línea simbólica que se refleja la estabilización momentánea de la fuerza expansiva y colonizadora de una nación"⁴.

A própria Margem Esquerda do Guadiana apresentou-se, sempre, ao longo da História portuguesa como uma região específica. A prova documental destes particularismos remonta, pelo menos, ao ano de 1299, quando o codicilo ao testamento de D. Dinis, se apresentam os quatro concelhos (Moura, Mourão, Noudar e Serpa) como uma zona especial dentro da comarca de Entre Tejo e Odiana⁵. Em síntese, pode dizer-se que a região a Oriente do Guadiana relativamente às povoações extremenhas, se coloca num paradoxo. Por um lado, existe uma similitude geo-física e económica e por outro está separada delas por uma linha artificial que predispõe à ruptura.

Vai ser com base nestes pressupostos que passaremos a apresentar alguns comentários.

2. A OCUPAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA POR PORTUGAL

A existência de comunidades humanas na zona da Margem Esquerda do Guadiana levou os monarcas portugueses, com particular destaque para o Rei Lavrador, a interessarem-se por esta área geográfica. Facilmente se

aperceberam que o rio Guadiana apresentava características de um rio de regime pluvial sub-tropical. Quer isto significar que as garantias de protecção da raia, oferecidas pelo leito do rio eram exíguas. Por isso, D. Dinis, aproveitando as desavenças internas que ocorreram em Castela após a morte de Sancho IV, em 1295, declarou guerra a Castela.

Como contrapartida da sua desistência de apoiar militarmente o infante D. João, irmão de Sancho IV, aceitou a proposta de Henrique, tio do futuro Fernando IV, segundo a qual recebeu as localidades de Mourão, Moura, Serpa, Aracena e Noudar. Para reforçarem este acordo a filha do soberano português (Constança) casou com Fernando IV⁶. Outro passo importante para a afirmação da fronteira portuguesa na Margem Esquerda do Guadiana foi a incorporação de Olivença na jurisdição portuguesa, pelo Tratado de Alcanizes, em 12 de Setembro de 1297.

Para consolidar a defesa do território português a Ocidente do leito do Guadiana edificaram-se, ainda na época medieval, várias atalaias e castelos e criaram-se alguns coutos de homiziados, merecendo especial referência o de Noudar constituído, em 1308, por documento régio⁷.

3. A DELIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS

A necessidade de estabelecer limites perceptíveis e facilmente identificados torna-se uma realidade cada vez mais premente. O poder político começa a sentir a necessidade de definir e demarcar, com rigor o espaço da sua jurisdição. "Governar é dispor de instrumentos de conhecimento do espaço e dos que o ocupam"⁸. A regulamentação das imposições, as tributações e limites dos oficiais superiores são mais alguns passos no sentido da consecução da morosa e trabalhosa delimitação do território, de confinamento e apreensão do espaço em que o poder político deve actuar. Caminha-se no sentido da apropriação e construção de um espaço singular em que a soberania se procura afirmar e acentuar a todos os níveis.

A defesa também vai impor o conhecimento e demarcação da fronteira. Os castelos e as fortalezas vão pontuar esse mesmo *limes*. Para que não surgissem dúvidas nem equívocos, em 1509-1510, Duarte de Armas desenhou-as no seu *Livro das fortalezas*. Em 1561, publicou-se, em Roma, a carta de Fernando Álvares Seco, a primeira em que se fixa o território de Portugal numa única folha⁹.

Esta delimitação fronteiriça é fruto de um vasto e árduo trabalho prévio levado a cabo pelos moradores dos diversos concelhos raianos contíguos. Passamos apresentar alguns exemplos desta importante tarefa de delimitação da linha divisória de fronteira nos concelhos da Margem Esquerda do Guadiana. Em 22 de Fevereiro de 1493 foi concluída uma inquirição, iniciada em 3 de Fevereiro de 1492, para se averiguar as demarcações das vilas de Noudar e Moura do lado de Portugal, e Encina Sola e Aroche do lado de Espanha¹⁰.

Estas inquirições revelam que, ainda, não havia um conhecimento e uma consciência do local exacto por onde passavam as demarcações. Ao mesmo tempo que existe uma violência insita à disputa da propriedade e posse destas mesmas zonas, até então usufruídas em comum. Para melhor documentarmos estas ideias, carreamos um breve trecho da inquirição acima referenciada.

"(...) se ajuntaram os honrrados e discriptos (...) pera averem d'entender sobre duvidas e deferenças que avia antre os vizinhos e moradores das vilas de Noudar e de Moura lugares destes reynos de Portugal de hũa parte e os vizinhos e moradores das villas d'Arouche e Anzinha Solla lugares dos reynos de Castella da outra sobre os limites devisões e demarcações que sam antre os dictos lugares (...) [já que] *lhes era tomado per força e violentamente ocupada muita terra*"¹¹.

As disputas sobre a posse e propriedade destes espaços "místicos" não terminou por aqui, pois que em 1542 foi lavrada uma sentença por comissários, especialmente mandatados pelos reis de Portugal e de Castela para resolverem as divergências sobre as linhas divisórias dos terrenos específicos de cada concelho. Para melhor documentarmos estas divergências, recorremos a um extracto do documento:

"(...) E avendo nos respeito e consideação a esta defferença antre a dicta cidade de Sivilha e as ditas villas ser muito antiga e como *ha muito longo tempo que dura antre ellas sem se poder acabar nem determinar ate gora, avendo sobre iso muitas mortes d'omens, ferimentos, tomadias e roubos de parte a parte nos tempos pasados, os quaes agora ao presente hião em muito grande crescimento*"¹².

Poder-se-á dizer que as comunidades raianas estavam a viver uma importante fase de precisão e definição dos limites espaciais dos territórios concelhios de cada lado da fronteira. Segundo Robert Muchembled, "L'espace y est obligatoirement partagé entre des individus qui doivent en principe se supporter et qui appartiennent à un même groupe de population. Liens de famille, de voisinage, d'amitié ou de solidarité s'entrecroisent dans ces endroits, leur donnant un satut différent des marges territoriales où s'effectue surtout le contact avec les étrangers. Certes, ceux-ci viennent aussi dans de tels lieux, en particulier à la taverne et sur la place lors des fêtes. Mais la réaction des habitants est alors xénophone, en cas de danger, un consensus temporaire s'établissant contre les intrus. En temps ordinaire, cependant, des accords tacites règlent le partage des territoires collectifs, tandis que les lieux intimes s'entourent de barrières, réelles et symboliques"¹³.

A este propósito carreamos outro trecho, datado de 1543, no qual D. João III de Portugal, outorga um carta de perdão àqueles que praticaram

homicídios nas vilas de Moura, Aroche e Encina Sola, na sequência destas rivalidades.

"(...) por evitar dannos, mortes e tomadias que socediam de hũa parte a outra (...) ferimentos, assuadas, e entradas de reino a reino, tomadias de gados e outras cousas"¹⁴.

Também entre as localidades de Mourão e Villa Nueva del Fresno havia diferendos. Ainda hoje, junto à linha divisória de fronteira destes dois concelhos existe uma zona denominada "Contenda". Para solucionar estas divergências foi necessário proferir uma sentença sobre as linhas limites destes dois termos. Esta sentença está datada de 8 de Fevereiro de 1455, a qual se refere que já, no longínquo dia 3 de Abril de 1298, fora lavrada uma sentença de delimitação dos termos da vila de Mourão e Villa Nueva del Fresno¹⁵.

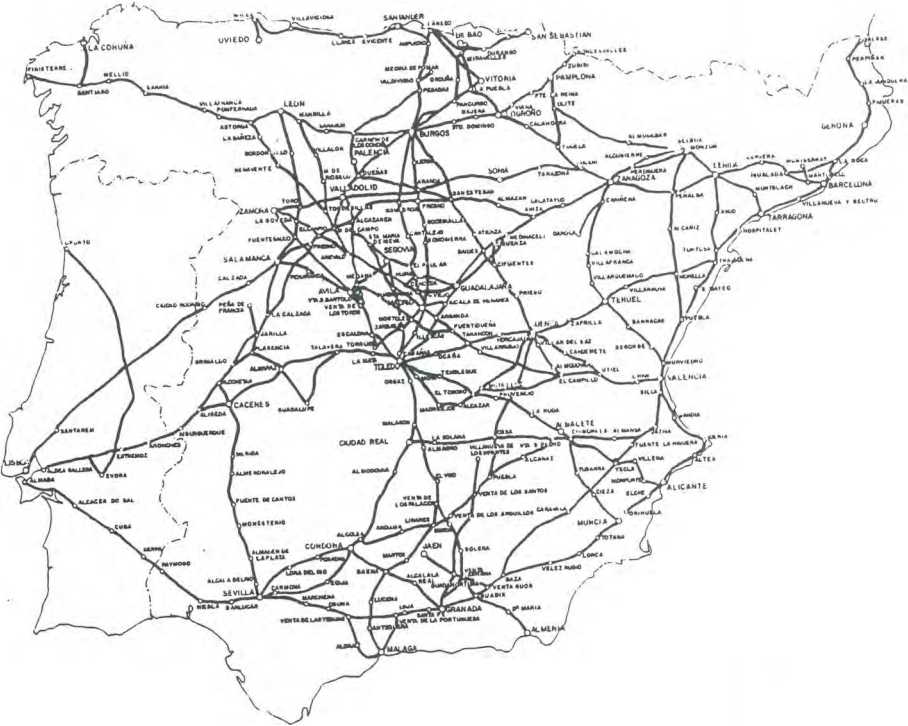
No século XVI, a noção de fronteira estava em construção. A soberania e a influência nestas zonas estavam dependentes da acção dos poderes políticos locais. O poder político central ainda não encarava a fronteira como uma linha divisória onde se demarcavam dois espaços políticos bem diferentes. Para justificar esta asserção, relembramos um pequeno/grande pormenor da viagem efectuada por D. Sebastião, ao Alentejo, em 1573. No dia 10 de Janeiro deste ano, o Monarca português encontrava-se na vila raiana de Mourão e pretendia dirigir-se para Olivença. Como opção preferencial de percurso escolheu o caminho mais curto, embora este trajecto implicasse a entrada numa vasta área (concelho de Cheles) pertencente a Castela. Esta opção não precisou da autorização de Filipe II de Espanha, mas foi efectuada porque o senhor de Cheles, D. Francisco, era cunhado do alcaide-mor de Mourão, Francisco de Mendonça. Nesta passagem por Cheles, D. Sebastião foi recebido com todas as honrarias, não só por quem detinha o poder político em Cheles, mas também pelos "clérigos com cruz alçada" e pela população local¹⁶.

4. O INTERCÂMBIO TRANSFRONTEIRIÇO

A existência de vias de comunicação é uma condição de extrema importância para que as populações estabeleçam contactos entre si; quer isto significar que a não existência destas mesmas vias condiciona os contactos das populações.

Como é impossível que uma localidade viva totalmente isolada e não estabeleça com outras povoações, o afastamento das vias de comunicação implica que as pessoas se dirijam em direcção aos povoados mais próximos, com os quais se começam a relacionar, independentemente de pertencerem a

outro país e de falarem a mesma língua. Para melhor compreendermos a realidade da Margem Esquerda passamos a apresentar um mapa¹⁷ com as vias no século XVI.



O traçado da rede viária dos séculos XV e XVI apresenta duas vias de passagem pela Margem Esquerda em direcção a Espanha. Uma ligava Lisboa a Madrid, ligando Lisboa até Évora, onde se bifurcava através de um ramal secundário até Cáceres, enquanto o ramal principal continuava até Elvas continuando em direcção a Badajoz e Mérida. Para atestar a importância desta via relembramos que de meados do século XVI até meados do século XVII em oito viagens que percorreram a Península em direcção a Lisboa esta via foi preferida por sete vezes¹⁸. Esta via também foi a escolhida pelo Duque de Alba, em 1580, quando se dirigiu para dominar militarmente Lisboa. A outra via dirigia-se até Beja e daqui seguia em direcção a Sevilha.

Pode, assim, verificar-se que a rede viária colaborou na diferenciação do relacionamento e intercâmbios das populações da Margem Esquerda. Enquanto que Serpa e Moura eram atraídos pela via que ligava Lisboa a Sevilha, tendo como um importante polo de atracção a localidade de Beja, Mourão e, particularmente, Olivença estavam abrangidas pela influência atractiva de Évora e da via que ligava esta cidade a Elvas e a Badajoz-

-Mérida. Facilmente, se observa que Noudar-Barrancos era um concelho isolado e com grandes dificuldades de ligação aos territórios portugueses. Estava muito mais próximo e sentia-se atraído pelo intercâmbio com as zonas castelhanas contíguas. Daí que este concelho fosse muito influenciado, não só pela língua castelhana¹⁹, mas também pelos costumes²⁰ e relacionamento social com as populações da raia espanhola.

Face à inexistência de boas vias de comunicação, à demora das viagens e à insegurança dos percursos, as localidades do interior debatiam-se com dificuldades de abastecimento de produtos essenciais à sua vivência quotidiana (produtos alimentares, matérias-primas, etc.). Por isso, os factores proximidade de geográfica e as acessibilidades levavam não só os habitantes das povoações portuguesas a abastecerem-se no outro lado da fronteira, mas também os espanhóis a recorrerem ao espaço português. Formava-se, assim, um autêntico mercado regional. É neste contexto que se deve entender a medida promulgada por Filipe II, em 13 de Agosto de 1590. Através dela aboliram-se os entraves aduaneiros à maior parte dos produtos que passavam pelos Portos Secos.

Para melhor se avaliar o impacto que esta dinâmica trans-fronteiriça tinha junto das populações raianas lembramos que, quando Manuel Mendes foi interrogado pelos inquisidores eborenses, referiu que o seu pai, Manuel Dias, dedicava-se às actividades agrícolas e a passar gado para Castela²¹. As zonas fronteiriças contíguas eram vistas como espaços a onde se recorria para comprar produtos que eram difíceis de adquirir nos respectivos Estados.

Os registos da alfândega de Marvão comprovam a existência de um profícuo e intenso movimento comercial entre os dois lados da fronteira durante o primeiro semestre de 1533. Detectou-se a "existência de dois polos de atracção. Um, com o centro em Cáceres, e outro, com o eixo de gravitação em torno de Castelo de Vide e Portalegre. Cada um era consequência das especificidades geo-físicas, ao mesmo tempo que se tornava complemento económico do outro, principalmente nos momentos de recessão, onde a alfândega se limitou a oficializar o relacionamento de interdependência entre as duas zonas raianas, e donde o Rei colheu alguns proventos monetários sempre desejados, importantes nos períodos de diminuição da liquidez. Se por um lado, a proximidade e a complementariedade de produções desempenharam um papel de aproximação dos povos de Estados diferentes, a existência ou inexistência, por outro de vias de comunicação facilitaram ou dificultaram a ampliação do espaço de relacionamento do homem de Quinhentos, especialmente dentro do seu próprio país"²².

Conhece-se também o registo do movimento da alfândega de Mourão durante o segundo semestre de 1680. Durante este período, as povoações castelhanas mais próximas de Mourão consumiram 21 milheiros de sardinhas, 48 alqueires de sal, 19 arrobas de açúcar e 3 arrâteis de marmelada provenientes de Portugal. Por sua vez, veio de Espanha, entre outros, um

altíssimo número de arrobas de lã e de sumagre²³. O comércio de escravos para a Extremadura espanhola foi um dos aspectos marcantes do último quartel do século XVII (1668 até 1699). Cerca 31,9% dos escravos adquiridos nesta região foram adquiridos em Portugal. As escravas, particularmente as de cor tinta, eram um dos "produtos" mais apreciados no outro lado da fronteira. Estas escravas destinavam-se a desempenhar actividades domésticas, mantendo também, muitas das vezes, relações conjugais com os seus compradores, que eram maioritariamente graduados do exército da Extremadura²⁴.

A proximidade e intercâmbio existente entre os dois lados da raia eram fortes adjuvantes do incremento das relações pacíficas a que a linha divisória de fronteira não conseguia opor-se. Por exemplo, por diversas vezes agricultores portugueses foram semear terras a Espanha. Sabe-se que em 1640, vários oliventinos cultivavam trigo em solo extremenho e que o início das hostilidades militares, em 9 de Junho de 1641, não permitiu que o fossem recolher²⁵. Paradoxalmente, em 21 de Setembro de 1641, um grupo de moradores de Moura foram aos campos de Aroche onde pilharam um rebanho de ovelhas. Quando regressaram àquela vila, o alcaide-mor, Luís da Silva Teles ordenou que as ovelhas fossem restituídas, já que a manutenção de relações amistosas entre Moura e Aroche suplantava todas as rivalidades. Neste caso, a solidariedade e a manutenção de um clima de boa vizinhança mútua permitiram que no Verão de 1641, os santo aleixenses pudessem recolher os frutos das sementes que anteriormente tinham lançado em solo castelhano²⁶. No final de 1679, os agricultores de Mourão e da Granja também iam semear cereais à localidade de Villa Nueva del Fresno, onde agricultaram uma área muito próxima dos 12 arados²⁷.

Para além do comércio legal efectuado entre os dois lados da fronteira, o contrabando também aqui teve a sua existência. Importa, por isso, frisar que na maior parte das vezes o contrabando ultrapassou todos os expedientes proibitivos dimanados do poder régio português. Por diversas ocasiões os moradores de Moura e de Serpa "deixaram-se seduzir" pelo tilintar das moedas castelhanas e efectuaram um importante comércio de produtos que conjunturalmente estavam proibidos de serem vendidos para Castela. Por diversas vezes sugeriram as normas proibitivas de venda de trigo e de gado para o outro lado da fronteira, já que, em momentos de exíguas produções, a sua venda motivava a falta e as fomes nas zonas portuguesas.

A propósito destas medidas de embargo de venda de trigo e gados convém relembrar um breve trecho do juiz de fora de Serpa, Manuel de Magalhães de Barros que em carta escrita em 23 de Abril de 1668, quando chegou a esta localidade com o intuito de proibir a venda de gado para Castela deu conta que "[Em Serpa] já não ha asougues, por se irem passando os gados per outro termo de Mértola para Castella, quer pella falta que padesse de gados os pagam os castelhanos por excessivos preço"²⁸.

Para evitar a saída destes produtos, em 15 de Julho de 1678, a câmara de Serpa deliberou, inclusivamente, que quem fosse apanhado a vender trigo para Castela seria condenado a pagar 300 cruzados de multa e a degredo de 2 anos para África²⁹. Idênticas medidas foram tomadas pela autarquia de Moura.

Também a moeda tinha uma influência e implantação que não se coadunava com a linha de fronteira. Era muito importante para as populações poderem dispor de moeda, particularmente das moedas de ouro (e de prata). Segundo o desmargador António de Aguiar e Silva, no ano de 1668, não só entravam em Portugal muitas patacas castelhanas como também vinham muitas moedas portuguesas de 500 réis de Espanha. Em sua opinião, "nestes lugares castelhanos circumvezinhos desta vila [Serpa] se marca o dito dinheiro e se presume querem fazer moeda de ouro deste reino"³⁰.

Este episódio é extremamente significativo pois ajuda a perceber a função e o impacto que a moeda tinha em meados do século XVII nas zonas raianas. Quer isto significar que a moeda já detinha um lugar proeminente na economia destas zonas. Para além das moedas de circulação interna (cobre, bronze), existia uma moeda rica de dimensão internacional. Pode mesmo dizer-se que existia um mercado monetarizado, onde as moedas de ouro, castelhanas e portuguesas, detinham um papel predominante. Para maior comodidade e pragmatismo comercial recorria-se à fundição de moedas portuguesas em Espanha.

Sabe-se, ainda, que no último quartel do século XVII existia um verdadeiro circuito internacional de contrabando de ouro e, particularmente, de prata entre Sevilha e Lisboa. Os circuitos espanhóis dirigiam-se de Sevilha até Badajoz e/ou Mérida através da serra Morena. Porém, habilmente os traficantes aproveitavam os desfiladeiros e matagais e nas proximidades das localidades andaluzas de Paimogo e Alosno, "desviavam" alguns metais que eram introduzidos em Portugal e se dirigiam até Lisboa. Em contrapartida, obtinha escravos e açúcar³¹.

5. À PROCURA DE PROTECÇÃO

As perseguições e a conseqüente expulsão dos judeus de Castela, em 1492, levaram muitos deles a procurar refúgio em Portugal. Sabe-se que entraram pela fronteira portuguesa centenas de milhares de hebreus. Só pelos postos fronteiriços próximos de Marvão e Elvas teriam entrado cerca de 25 mil desses foragidos³². As listas de pessoas presas, em Campo Maior, pelo Santo Ofício, nos finais de quinhentos, comprovam que muitos dos acusados eram originários de Cáceres, Albuquerque e Badajoz. O afluxo de hebreus a Campo Maior encontra-se igualmente confirmado por uma carta datada de 1528, do Inquisidor de Badajoz a D. João III, na qual o representante da

Igreja extremenha se lamentava dos excessos cometidos em Badajoz, por um grupo de fugitivos desta cidade, refugiados em Campo Maior³³.

Outro caso paradigmático deste refúgio no território português foi o da família do grande médico quinhentista Garcia de Orta que nasceu em Castelo de Vide. Seu pai, Fernão de Orta, era natural de Valença de Alcântara onde exercia a actividade mercantil. Também sua mãe, Violante Gomes era natural de Albuquerque, veio para Portugal por força do édito de expulsão publicado pelos Reis Católicos³⁴.

Aproveitando as rivalidades políticas vigentes durante a “Guerra da Restauração”, alguns portugueses, que pressentiam a brevidade da sua prisão nos cárceres inquisitoriais, procuraram refúgio em Castela³⁵. Durante os anos de 1667 a 1669, a vila de Serpa foi fortemente fustigada e "varrida" pelo Santo Ofício eborense. Durante este triénio foram presas 68 pessoas. Face ao clima de medo que se instalou nesta localidade raiana, alguns cristãos-novos fugiram para Sevilha com intuito de não serem presos³⁶. Convém lembrar que sempre aqui viveram muitos portugueses. Estima-se que, em finais de 1642, apesar das rivalidades político-militares existentes, cerca de 12,2% do total dos residentes nesta cidade andaluza eram portugueses; isto é, o número de portugueses rondaria os 3800³⁷.

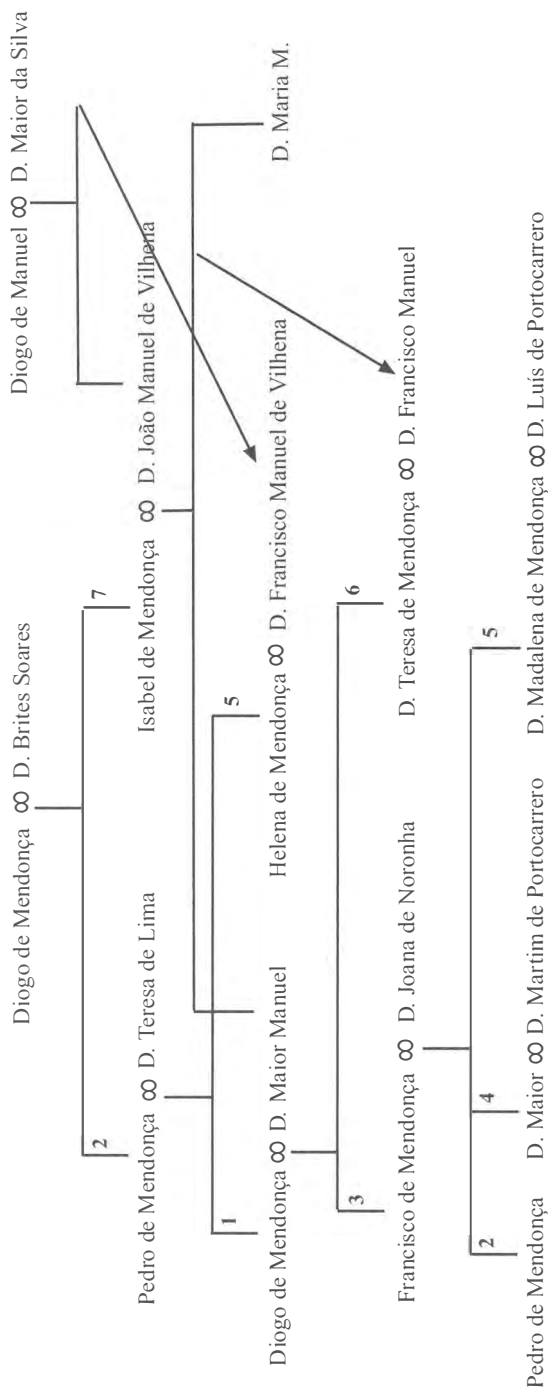
6. AS LIGAÇÕES MATRIMONIAIS DOS ALCAIDES DE MOURÃO E OS SENHORES DE CHELES

O relacionamento entre a principal nobreza local das localidades dos dois lados da fronteira deve ser outra vertente a explorar e a estudar. Poder-se-á mesmo dizer que é imperioso que se realize um estudo sobre o "mercado matrimonial" dos principais titulares do poder local raiano. Por isso elaborámos um quadro-síntese³⁸ sobre o relacionamento dos alcaides-mores de Mourão com os senhores de Cheles.

Começámos por Diogo de Mendonça já que foi o primeiro alcaide-mor de Mourão. Recebeu esta mercê das mãos do ainda Príncipe, futuro D. João II, por carta datada de 16 de Agosto de 1478³⁹. Sabe-se, ainda, que Diogo de Mendonça participou na expedição contra a Azamor, sob o comando militar de D. Jaime de Bragança. Esta expedição saiu de Lisboa em 13 de Agosto de 1513 e conquistou aquela praça marroquina em 3 de Setembro do dito ano. Convém, por isso, lembrar que nesta altura reinava em Portugal D. Manuel I, que procurou ressuscitar o plano de união ibérica, através das uniões matrimoniais.

Com vista a uma melhor compreensão desta realidade devem assinalar-se dois vectores fundamentais. Por um lado, não se pode esquecer que a política matrimonial entre famílias de Portugal e Castela era comum na época, e por outro, era muito difícil para um nobre local, condicionado pelas dificuldades socio-espaciais ínsitas a quem vivia junto à fronteira, arranjar

LIGAÇÕES MATRIMONIAIS DOS ALCAIDES DE MOURÃO COM OS SENHORES DE CHELES



"mercado matrimonial" para todas as suas filhas. A este propósito relembramos que *D. Diogo de Mendonça* teve 10 filhos. *D. Joana de Mendonça* (5º filho) casou com *D. Jaime*, duque de Bragança (2ª núpcias), *D. Margarida* (6º filho) com *Jorge de Melo* (monteiro-mor de *D. Manuel*) ligado à vila de Serpa, *D. Isabel* (7º filho) casou em Cheles com *D. João Manuel de Vilhena* e as restantes três foram para freiras.

D. Pedro de Mendonça sucedeu a seu pai na alcaidaria-mor de Mourão e foi do Conselho de *D. João III*. A sua filha *D. Joana* foi para freira do convento das Chagas de Vila Viçosa, enquanto *D. Helena de Mendonça* casou com *D. Francisco Manuel de Vilhena*. O seu filho primogénito, *D. Diogo de Mendonça*, sucedeu-lhe na alcaidaria de Mourão. Para não fugir à regra, casou com *D. Maior Manuel*, filha do matrimónio de sua tia *Isabel* com *D. João Manuel de Vilhena*, senhor de Cheles.

Idêntica opção foi tomada pelas filhas de *Diogo de Mendonça*. *D. Maria* foi para o convento das Chagas de Vila Viçosa e *D. Sancha* foi para o convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, onde foi abadessa. *D. Teresa de Mendonça* consorciou-se com *D. Francisco Manuel*, senhor de Cheles. *D. Francisco de Mendonça* sucedeu ao pai na alcaidaria de Mourão. As suas filhas deram continuidade à política matrimonial posta em prática ao longo de vários anos. Nesta sequência, *D. Maior* casou com *D. Martim de Portocarrero* e *D. Madalena* uniu-se em matrimónio com *D. Luís de Portocarrero*. Convém referir que a família dos Portocarrero em 1522 receberam o título de Marqueses de Villa Nueva del Fresno e que era uma importante família de Castela. Basta lembrar que *D. Pedro de Portocarrero* (m. 1599) foi reitor da Universidade de Salamanca, bispo de Córdova e Cuenca e Inquisidor Geral de Espanha.

Neste contexto, é compreensível que em 20 de Junho de 1580, *D. Alonso de Portocarrero*, senhor de Cheles, Valença del Monboi e Villa Nueva del Fresno se dirigisse de imediato para Mourão com 300 infantes com o intuito de ganhar a simpatia do alcaide-mor de Mourão⁴⁰. Não houve qualquer escaramuça pois *D. Francisco de Mendonça* se prontificou, de imediato, não só a entregar a vila de Mourão, mas também a prestar os seus "bons ofícios" para que o Alandroal e Ferreira se entregassem também⁴¹.

7. AS MIGRAÇÕES

Outro aspecto que merece a nossa atenção é o estudo dos movimentos migratórios em direcção a algumas povoações do território português a oriente do rio Guadiana. Sabe-se que não é fácil identificá-los pormenorizadamente, já que não há documentação específica para o estudo desta variável demográfica. Apesar destes constrangimentos, recorreu-se às informações insitas nos registos paroquiais. Através das referências às naturalidades constantes nos registos óbitos e nos assentos matrimoniais é possível traçar as áreas de mobilidade no espaço raiano.

Por exemplo, sabe-se que, entre 1600 e 1640, os registos paroquiais informam que em povoações da Margem Esquerda do Guadiana faleceram e se consorciaram vários naturais de Espanha. Os resultados obtidos foram os seguintes:

- Com destino a *Olivença*⁴²:

Origem	Casamentos			Óbitos		
	H	M	HM	H	M	HM
Valverde (Badajoz)	3	1	4	1	-	1
Badajoz	-	1	1	-	1	1
Telena (Badajoz)	-	1	1	-	-	-
Jerez de los Caballeros	-	1	1	-	1	1
Lobon	-	1	1	-	-	-
Guareña (bisp. Plasencia)	1	-	1	-	-	-
Cheles	-	-	-	2	-	2
Alconchel	-	-	-	1	-	1
Trujillo	-	-	-	1	-	1
Torres de D. Miguel	-	-	-	1	1	2
Zafra	-	-	-	1	-	1
Mérida	-	-	-	1	1	2
SOMA	4	5	9	9	4	13

- Com destino a *Moura*⁴³:

Origem	Casamentos		
	H	M	HM
Cortegana (Sevilha)	2	2	4
Galaroça (Sevilha)	-	2	2
Fregenal de la Sierra	1	3	4
Jerez de los Caballeros	1	1	2
Oliva	1	2	3
Aroche	1	-	1
Calçadilha (Castela)	-	1	1
Paterna do Campo	1	-	1
Raresreno (?)	-	1	1
Castelhano(a)	1	1	2
SOMA	8	13	21

Desde logo se pode concluir que no período anterior a 1640, a imigração, com origem em Espanha, detinha uma importância significativa nestas localidades. Deve referir-se que a componente feminina teve aqui uma expressão significativa. Outra vertente interessante é a proximidade espacial dos migrantes. Deve, ainda, frisar-se que são nítidas duas linhas de atracção e

influência no relacionamento desta zona, a que as vias de comunicação não teriam sido alheias. Uma primeira teve como principal polo de atracção Olivença e uma segunda, com origem na alta Andaluzia/baixa Extremadura, teve a vila de Moura como destino.

Para o período, entre 1640 e 1715, dispomos de maior amplitude de dados. A título exemplificativo, passamos apresentar a lista das povoações espanholas de naturalidade de parte dos imigrantes de Tálega e Barrancos. Tálega pertencia ao termo de Olivença e, por conseguinte, geograficamente situava-se na zona Norte da Margem Esquerda, enquanto que Barrancos integrava o concelho de Noudar e localizava-se na área Meridional.

- Com destino a *Tálega*⁴⁴:

Origem	Casamentos			Óbitos		
	H	M	HM	H	M	HM
Higuera de Vargas	-	-	-	1	-	1
Badajoz	-	1	1	-	1	1
Salvaléon	1	1	2	-	-	-
Jerez de los Caballeros	-	1	1	-	-	-
Almendral	-	2	2	-	-	-
Alconchel	-	2	2	-	-	-
Fonte del Maestro	-	-	-	1	-	1
Amoreira	-	-	-	1	-	1
Zafra	-	1	1	-	-	-
Salamanca	-	-	-	1	-	1
Montanchez (bisp. Mérida)	1	-	1	1	-	1
SOMA	2	8	10	5	1	6

- Com destino a *Barrancos*⁴⁵:

Origem	Casamentos			Óbitos		
	H	M	HM	H	M	HM
Encina Sola	6	3	9	-	1	1
Fregenal de la Sierra	-	-	-	-	1	1
Aracena	-	1	-	-	-	-
Aroche	-	-	-	1	-	1
Cortegana	1	1	2	-	-	-
Jerez de los Caballeros	-	1	1	-	-	-
Badajoz	-	1	1	1	-	1
Pontevedra	-	1	1	-	-	-
Orense	-	1	1	-	-	-
Calanhas (sic)	1	-	1	-	-	-
Santa Ocaña (sic)	1	-	1	-	-	-
Castela (sic)	-	1	1	-	1	1
SOMA	11	8	19	2	2	4

Estes quantitativos permitem afirmar que as linhas de influência migratória continuam a manter-se, alargando-se o raio de proveniência dos migrantes. Torna-se, ainda, visível que existia mais do que uma área de atracção e confluência entre a Margem Esquerda portuguesa e o território espanhol vizinho. Uma primeira, tinha Olivença como núcleo e ligava-se maioritariamente às povoações extremenhas mais próximas como, por exemplo, Badajoz, Jerez de los Caballeros e Higuera de Vargas. A segunda, tinha o centro em Moura e Barrancos e tinha um intercâmbio preferencial com as localidades do Norte andaluz, como por exemplo Encina Sola, Aracena, Aroche, entre outras.

Para finalizar, pode dizer-se que a mobilidade de espanhóis raianos pelas localidades portuguesas mais próximas, e vice-versa, foi algo de normal e geral que ocorreu no último quartel do séc. XVII⁴⁶.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos terminar este artigo sem, à guisa de conclusão, apresentar as “marcas dos acontecimentos que possibilitaram a nossa leitura do tempo”. Nesta perspectiva, pode dizer-se que entre o século XIII e meados do século XV, a fronteira não se apresentava como uma linha precisa e pormenorizada. Seria precisamente na segunda metade do século XVI que se definiu o local exacto da passagem da linha divisória entre os dois Reinos vizinhos. Num plano imediato, esta tarefa divisória não se processou através da demarcação da linha de fronteira de Norte a Sul mas através da delimitação dos termos dos concelhos portugueses dos espanhóis contíguos e vice-versa. Por isso, os espaços comuns passaram a ser uma fonte de conflito ao nível privado. Foi a época da atribuição da propriedade do que, até então, fora usufruído solidariamente por Portugueses e Espanhóis.

Os séculos XVII e XVIII revelaram outra faceta da vida destes Povos raianos. A especificidade de serem zonas periféricas sujeitou-as a que se dirimissem aqui os conflitos que os dois centros decisórios do Poder (Lisboa e Madrid) entre si tiveram. Por isso, estas zonas foram fustigadas pelos conflitos bélicos das guerras da Restauração, Sucessão de Espanha. Estes conflitos podem e devem ser considerados uma das causas principais do atraso económico que hoje se vive nestas zonas raianas. Foram eles que motivaram o despovoamento de muitas localidades, destruíram as culturas e contribuíram opara a descapitalização dos agentes económicos existentes.

Para além da componente adversidade, viveram-se aqui momentos de solidariedade. Muitos judeus espanhóis sentiram aqui protecção, diversos cristãos-novos procuraram no espaço além-fronteiriço contíguo minorar a perseguição a que estavam sujeitos. Os movimentos migratórios e a dinâmica económica conseguiram ultrapassar a dicotomia política que a linha de fronteira procurava exaltar.

Por último, a análise micro-histórica permite que se lance um novo tipo de perspectiva de abordagem do problema dos apoios a Filipe II em 1580. A elaboração da lista das opções matrimoniais dos alcaides-mores de Mourão e dos senhores de Cheles faz ressaltar uma especificidade comum à nobreza dos dois lados da fronteira. Ambos partilhavam entre si um mesmo "mercado matrimonial", facto que ajuda a explicar a opção desta nobreza portuguesa pela causa filipina.

NOTAS

1. Jorge Gaspar, "A fronteira como factor geográfico", in *Encuentros/Encontros de Ajuda*. 1.^{as} Jornadas Ibéricas de Investigadores em Ciencias Humanas Y Sociales. Olivenza (18, 19, 20 de Octubre, 1985), Acta, Ponencias y Comunicaciones, Badajoz, 1987, p. 225.
 2. Juana Maria Petrus Bey, "La frontera hispano-portuguesa como factor geográfico de integración", in *ob. cit.*, p. 295.
 3. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vol. II, IC-CM, 1980, pp. 240-241.
 4. Juana Maria Petrus Bey, *art. cit.*, p. 296-97.
- Para mais pormenores, veja-se João dos Santos Ramalho Cosme, *O Alentejo A Oriente D'Odiana (1600-1640)*, Lisboa, 1994, pp. 27-28.
6. Sobre a integração da Margem Esquerda do Guadiana no Estado português, veja-se João dos Santos Ramalho Cosme, "O Reflexo das rivalidades luso-castelhanas no espaço raiano (1165-1580). O caso dos concelhos de Moura, Mourão, Olivença e Serpa", in *Revista de Estudios Extremeños*, 1992, tomo XLVIII, n.º II, Badajoz, 1992, pp. 377-404.
 7. Humberto Baquero Moreno, "Elementos para o estudo dos Coutos de homiziados instituídos pela Coroa", in *Portugaliae Historica*, vol. II, Lisboa, 1974, pp. 23-24.
 8. Joaquim Romero de Magalhães, "O enquadramento da espaço nacional" in *História de Portugal (dir. José Mattoso)*, Editorial Estampa, vol. II, p. 14.
 9. Para mais pormenores veja-se Alves Ferreira, Custódio de Moraes, Joaquim Silveira e Amorim Girão, *O Mais Antigo Mapa de Portugal (1561)*, Coimbra, 1957.
 10. Pub. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1970, pp. 52-71.
 11. *Ibidem*, p. 53. Itálico da nossa autoria.
 12. *Ibidem*, p. 587. Itálico da nossa autoria.
 13. *La Violence au Village. Sociabilité et comportements populaires en Artois du XVe au XVIIe siècle*, Editions Brepols, 1989, pp. 60-62.

14. Pub. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VII, Centro e Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1968, p. 496.
15. *Ibidem*, vol. VIII, p. 385.
16. Francisco de Sales Loureiro, *Uma jornada ao Alentejo e Algarve. A alteração das linhas de força da política nacional. Texto do cronista João Cascão*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, pp. 62-63 e 129.
17. Este mapa foi extraído da revista *Camiños II*, nº 27, 1994 p. 69, o qual foi retirado de José I. URIOL SALCEDO, *Historia de los caminos de España*, 1990.
18. R. Foulché-Delbosc, *Bibliographie des Voyages en Espagne et en Portugal*, Julio Ollero Editor SA, Madrid, 1991, pp. 33-69.
19. José Leite de Vasconcelos, "Da Fala de Barrancos", in *Boletim de Filologia*, t.VI (1939), p. 164 refere que "o carácter português é a parte importante da gramática barranquenha" mas com grande influência espanhola.
20. O exemplo mais significativo ao nível da influência dos costumes é a existência de touros de morte na povoação de Barrancos quando em Portugal estes festejos são proibidos. Por isso, as autoridades locais procuram assistir a estes actos lúdicos o mais disfarçado possível no meio da assistência geral.
21. ANTT, *Inquirição de Évora, proc. nº 5425*, fl. 7.
22. Para mais pormenores veja-se João dos Santos Ramalho Cosme e Maria de Deus Beites Manso, "O movimento comercial da alfândega de Marvão no ano de 1533", in *A cidade. Revista Cultural de Portalegre*, nº 3, 1989, p. 83.
23. João dos Santos Ramalho Cosme, "O Livro de receita e despesa da Alfândega de Mourão durante o segundo semestre de 1680", in *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, S. 2, vol. 4, 1989, pp. 41-42.
24. Fernando Cortés Cortés, "Esclavos y comercio esclavista entre el Reino de Portugal y la Extremadura Meridional a finales del siglo XVII" in *Encuentros de Ajuda*, Badajoz, 1987, pp. 473-486.
25. Conde de Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, vol. I, pp. 239-240.
26. Biblioteca Nacional de Lisboa, *Cod. 6687: Relação do que sucedeu na villa de Moura*, fl. 251 v.
27. João dos Santos Ramalho Cosme, "O Livro da receita e despesa da Alfândega de Mourão durante o segundo semestre de 1680", *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, S. 2, vol. 4, 1989, pp. 41-42.
28. ANTT, *Casa do Infantado*, maço nº 1039.
29. *Ibidem*, maço nº 1060.
30. Arquivo Municipal de Moura, *Livro da Fazenda da Santa Casa da Misericórdia. 1668-1669*, fl. 45. A transação está datada de 28 de Maio de 1669.

31. Archivo General de Simancas, *Estado*, legajo 2633. O documento está datado de 25 de Janeiro de 1678.
32. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vol. III, Lisboa, 1942, p. 518.
33. Alexandre Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Europa-América, vol. 1, p. 116.
34. Para mais pormenores, veja-se João Cosme, "Homens de Ciência" in *História de Portugal*, vol. IV, (dir. João Medina), Ediclube, 1993, pp. 172-176.
35. ANTT, *Inquisição de Coimbra*, proc. N° 4091. Francisco da Costa Moreno, cristão-novo, natural e morador na cidade de Viseu, ausentou-se para "partes de Castella", quando, no tribunal inquisitorial de Coimbra já existiam acusações contra ele (fl. 27). Dado a sua ausência, foi relaxado em estátua no Auto-da-Fé que se realizou na cidade do Mondego, em 11 de Setembro de 1646 (fl. 34).
36. ANTT, *Inquisição de Évora*, proc. n° 9058, fl. 22.
37. Fernando Serrano Mangas, *La Encrucijada Portuguesa. Esplendor y quiebra de la unión ibérica en las Indias de Castilla (1600-1668)*, Badajoz, 1994, p. 49.
38. Este quadro genealógico foi elaborado com base nas obras seguintes: Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo 19, pp. 285-308; Cristovão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, tomo I, vol. I, Porto, pp. 300-350; Armando de Jesus Marques, *Da estirpe portuguesa de um candidato a São Bartolomeu de Salamanca - o licenciado D. Pedro de Portocarrero (1564)*, Porto, 1986.
39. AN/TT, Gavetas, XIV, 4-13. Esta carta tem a data de 16 de Agosto de 1478 e está sumariada in *Gavetas da Torre do Tombo*, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. III, 1963, p. 613.
40. *Collecion de Documentos Ineditos para la Historia de España*, tomo XXV, 1859, p. 36.
41. Luiz Augusto Rebello da Silva, *Historia de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1862, p. 225.
42. Elaborado com nos registos paroquiais existentes no Arquivo Municipal de Elvas, *Registos Paroquiais, Olivença, freguesia da Madalena*.
43. Arquivo Distrital de Beja, *Registos Paroquiais, freguesia de S. João Baptista*.
44. Arquivo Municipal de Elvas, *Registos Paroquiais, freguesia de Tálega*.
45. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registos Paroquiais, freguesia de Barrancos*.
46. A título exemplificativo, pode referir-se que Tomás Navarro, morador em Fregenal de la Sierra, "morreu pasando por esta terra" [Barrancos], onde foi sepultado. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registos Paroquiais, distrito de Beja, freguesia de Barrancos*, mistos, livro 1, fl. 51).

RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E ESPANHA NO 3.º QUARTEL DO SÉCULO XIX – OS ASPECTOS CULTURAL E ECONÓMICO

*Maria da Conceição Meireles Pereira
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)*

ABSTRACT

Portugal and Spain lived in the third quarter of the 19th century a complex relationship. Portuguese public opinion strongly stood up for the rejection of the unionist projects and frequently shew its mistrust towards bilateral settlements, namely in the field of cultural reciprocity and customs union.

É um facto incontroverso e consabido que as relações peninsulares, a partir de meados do século passado, foram profundamente marcadas por um amplo e complexo fenómeno de índole política e cultural a que vulgarmente se dá a designação de *Questão Ibérica*.

Esta questão teve o seu tempo forte no 3.º quartel de Oitocentos e é, provavelmente, a responsável pelo reacender e agudizar das desconfianças que marcaram a vivência dos dois povos na época contemporânea.

Claro que antes desta polémica há toda uma história de desentendimento e receios que levaram, entre outros aspectos, à procura de uma reforçada protecção britânica por parte de Portugal. Mas na 2.ª metade do século XIX, a questão foi amplificada pelos novos meios de comunicação, tornando-se um verdadeiro fenómeno de opinião pública. Ela influenciou a consolidação do estado liberal em Portugal, a explicação do seu passado como História Nacional e a sua política europeia e africana.

O iberismo oitocentista marcou pois a sociedade portuguesa, sobretudo em virtude da contestação gerada, produzindo um participado movimento de opinião pública, derramado nos mais diversos registos, escritos e não só, que justamente veiculava a recusa dos ideais unionistas. Isto porque se a apologia da ideia ibérica teve alguma implantação no nosso país, nomeadamente como prolongamento dos ideais de 48, e posteriormente entre certas facções republicanas, pode dizer-se que a rejeição dos princípios iberistas era dominante.

A caudalosa propaganda anti-ibérica utilizou os mais diversos géneros literários. Uns eram mais directamente vocacionados para a leitura individual, como a imprensa periódica e ordinária (os jornais forneceram centenas de textos mas também se publicaram livros, opúsculos e folhetos sobre o assunto), enquanto outros géneros se destinavam a uma recepção colectiva e plurisensorial como as peças teatrais, sermões, poemas, hinos, canções e fados, além de discursos políticos e palestras proferidas em diferentes circunstâncias¹.

De todas estas manifestações podem adivinhar-se os efeitos multiplicadores.

Coloca-se a inevitável questão: quais as razões do fracasso da mensagem ibérica em Portugal e sua tão veemente rejeição?

Várias respostas têm sido aventadas, nomeadamente de carácter externo: as oposições francesa e sobretudo inglesa, a fragilidade ou tibieza da propaganda ibérica, as questões ultramarinas que complicavam e até baralhavam os projectos iberistas, ou ainda, segundo alguns, o simples receio por parte da elite portuguesa de não suportar a concorrência espanhola no acesso aos cargos relevantes da administração.

Pois as razões mais propaladas pela propaganda anti-ibérica eram de outra natureza. Eram de índole fundamentalmente político-cultural. Evocava-se a antiguidade do Estado português, com fronteiras definidas e quase estáveis desde há séculos. Essas fronteiras podiam não ser muito visíveis sob a perspectiva geográfica mas eram nítidas do ponto de vista cultural. Evocava-se uma ancestral identificação do Estado com a Nação que se consubstanciava num povo cultural, mental e etnograficamente diverso dos restantes habitantes da Península, possuidor de uma língua que estava na origem de uma literatura rica e distinta. Este povo possuía ainda uma tradição e uma História que forneciam o terreno em que mergulhavam e frutificavam tais argumentos.

Essa História comprovava a individualidade de um povo e, mais do que isso, à boa maneira romântica, evidenciava a particular missão que ele havia desempenhado ao longo das épocas. Por outro lado, o estudo da História era visto como acessório da política, já que o passado permitia colher lições valiosas para o presente. Como dizia o padre Almeida Ribeiro num sermão de 1868, a "lição tremenda" da monarquia dual de 1580-1640, tinha sido para os povos "de uma terribilidade salutar! porque, sem impedir que esses povos se amem, como irmãos, se respeitem como bons vizinhos, e se protejam, como obreiros do progresso, cavou, todavia, um abysmo para sempre, entre as duas nacionalidades! Entre ellas existe o chãos impermeavel de Milton!"²

E em 1871, o padre Garcia Dinis afirmava peremptoriamente numa das suas prédicas:

"É para mim fóra de toda a duvida, que foi conveniente para nós portuguezes do seculo XIX a usurpação dos Filippes, porque as desgraças

passadas impõem-nos a obrigação de fugirmos hoje das causas que indubitavelmente as motivaram"³.

Assim se mesclava o receio e orgulho face aos vizinhos únicos, aliás mais fortes e mais ricos, gerando uma sistemática suspeição relativamente a qualquer atitude ou notícia vindas do país contíguo, potencializando a visão de uma Espanha invasora ou anexadora que constituiu um factor psicológico inibidor de um mais amplo relacionamento peninsular.

Consubstancia esta atitude aquilo que alguns chamaram o "fantasma" do iberismo, tão presente na reflexão do jovem Eça de Queirós, publicada no *Distrito de Évora*, em 1867:

"Sobre a Hespanha sabem o meu pensamento (...); detesto os encontros e abraços da panella de ferro com a panella de barro: detesto mais que se vá pedir esmola a um pobre e auxilio a um paralitico.

Detesto também o systema militar da Hespanha, e aquella sinistra colaboração de generaes e fidalgos.

De resto, amo tudo, na Hespanha. Somente gostava mais d'ella se ella estivesse na Russia"⁴.

Seria pois impossível que as relações entre os dois países não saíssem profundamente afectadas por esta nova questão ibérica que o século XIX conheceu. Nesta conformidade, o nacionalismo português exarcebou a teoria da irredutibilidade dos dois povos, apresentados como cultural e moralmente diferentes, atitude que viria a comprometer quaisquer projectos bilaterais de relacionamento, nomeadamente em sectores como a cultura e a economia.

Vejam-se então alguns aspectos que davam forma ao aludido abismo cultural entre os dois povos para depois evidenciar algumas dificuldades práticas de cooperação.

Dizia-se recorrentemente que, do ponto de vista cultural, os dois países estavam de tal forma alheados que os separavam as águas de um oceano ou a própria muralha da China. Para esta situação — bem evidente desde o século XVIII — contribuiu a hegemonia dos modelos culturais ingleses e franceses, que se faziam sentir, aliás, tão fortemente em Portugal quanto em Espanha. Deste país interessava quase exclusivamente acompanhar o curso da sua política, estar atento a todos os movimentos do governo de Madrid. Daí esta notória contradição: por um lado, uma enorme avidez pelas notícias políticas de Espanha, sempre presentes e largamente tratadas nos periódicos nacionais; por outro lado, um grande desconhecimento da cultura espanhola aliado a uma profunda inércia das permutas a esse nível.

Com efeito, já em 1838 a *Revista Literária do Porto* chamava a atenção para o desconhecimento literário recíproco e a inexistência de intercâmbio livreiro entre os dois países peninsulares. Nas livrarias portuguesas encontrava-se Corneille, Racine, Milton, Shakespeare, Schiller e Goethe, mas estavam ausentes, Garcilaso, Lope de Vega, Calderon e Cervantes, pelo que o autor se interrogava sobre as formas necessárias para destruir esta "colossal obra das trevas"⁵.

Também António Feliciano de Castilho lamentou na *Revista Universal Lisbonense* a total ausência de comércio intelectual entre os dois povos. Em Lisboa e Madrid era fácil encontrar livros franceses, ingleses, americanos, italianos e alemães, mas não se encontrava um livro português em Madrid ou um castelhano em Lisboa. Daí a sua exortação aos livreiros e responsáveis pelos jornais literários para encetarem esse trato recíproco⁶.

E algumas, embora poucas, iniciativas foram empreendidas neste campo. A revista *O Farol* dirigida por Latino Coelho e Serpa Pimentel, entre outros, pugnou inicialmente por essa união intelectual e pela publicitação do pensamento espanhol em Portugal; todavia, logo reconheceu que esse objectivo era difícil de alcançar pois ao nosso país só chegavam os periódicos espanhóis de índole política e quase nunca os de natureza literária e científica, bem como qualquer livro em geral⁷.

Também Lopes de Mendonça, nos seus célebres folhetins da *Revolução de Setembro*, pugnou denodadamente pelo consumo da cultura peninsular em oposição à artificial moda francesa⁸. Mais tarde, entre 1868 e 1871, alguns esforços foram realizados por Simões Dias, no seu periódico *A Folha* (Coimbra) que deu a conhecer aos portugueses alguns dos mais destacados nomes da Espanha contemporânea, nos domínios do jornalismo, direito, ciência, literatura e política, através da apresentação das biografias de quase duas dezenas de espanhóis ilustres.

Paulatinamente, foram sendo publicados periódicos bilingues, invariavelmente efémeros, colaborados por autores de ambos os países: *Revista del Mediodía* (Lisboa, 1850-1851); *A Península* (Porto, 1852-53); *Revista Peninsular* (Lisboa, 1855); *O Peninsular* (Lisboa, 1872); e a célebre *Revista Ocidental* (Lisboa, 1875) em que participaram Oliveira Martins, Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Manuel de Arriaga e Adolfo Coelho.

A inexistência de intercâmbio livreiro entre Portugal e Espanha era tão acentuado que, por vezes, só se tinha conhecimento do que se publicava no país vizinho por via dos contactos com a cultura francesa. Só em 1862 foi inaugurada na capital a livraria espanhola de Diego Campos, com grande sortimento em diversas áreas e subscrições para jornais espanhóis⁹.

O conhecimento da cultura espanhola encontrou, necessariamente, as resistências inerentes ao desenrolar da própria questão ibérica. Fidelino de Figueiredo falava da passagem de uma "literatura de aproximação" para uma "literatura de hostilidade" que terá tido o seu ápice entre 1868-1871, quando o país vivia em plena campanha anti-ibérica. Esta situação derivou da recusa de D. Fernando ao trono de Espanha não obstante as diligências do representante em Lisboa Fernández de los Rios, e alimentou-se das manifestações de amizade entre os republicanos portugueses e seus correligionários espanhóis, bem como de certas tomadas de posição a favor do ideal ibérico, saídas das penas de Latino Coelho, Antero de Quental, ou Oliveira Martins¹⁰. Assim, também na área cultural, o iberismo entendido

como união política envenenava as possibilidades de aprofundamento das relações entre os dois países.

Paralelamente, as representações da nação vizinha nos textos portugueses comungavam de uma profunda conotação negativa: a Espanha era apresentada como a civilização da barbárie, da tirania, da opressão e do despotismo. Era o país onde predominava uma cultura da violência ou "educação do curro"¹¹, dos espectáculos sanguinolentos — desde as touradas às constantes revoluções — era uma "Babel política"¹² onde avultavam o fusilamento, a censura à imprensa, o desrespeito pelas liberdades, o fanatismo religioso. Assim, pontificavam na imprensa portuguesa epítetos pouco abonatórios sobre Espanha que representava no mapa europeu "uma posta de sangue", "a África Europeia"¹³, o território onde imperava a "lei crê ou morre do Alcorão"¹⁴.

Muitos destes textos explicavam a diferença de índole cultural e mental entre os dois povos peninsulares com base em pretensos critérios científicos de ordem étnica. Eça de Queirós foi um dos que enveredaram por esta explicação, proferindo afirmações deste teor:

"Da raça do Sul [da Europa] deve exceptuar-se a Hespanha; essa tem a violencia africana, muitos seculos guardou em si o elemento mourisco, muito tempo se passará antes que ele se dissipe na Hespanha"¹⁵. Explicava ainda que "metade do sangue hespanhol é africano; todo o sangue portuguez é da raça latina"¹⁶.

É pois evidente que ao mesmo tempo que reconhecia a Espanha uma inequívoca superioridade material, Portugal reservava-se uma superioridade moral, preferindo identificar-se com os brandos costumes e com a tolerância — como bem mostrava a abolição da pena de morte — e exortava o país vizinho, numa atitude algo paternalista, a enveredar pelos trilhos do liberalismo e a operar as conquistas da civilização.

O *Eco Portalegrense* fornece uma peça ilustrativa desta atitude de soberba moral. Lia-se nesse periódico, em 1867:

"Conta os seculos que nos distanciam de ti pelos graus de civilisação em que te sobrepujamos. Ainda n'este ano assombraste o mundo com os teus fuzilamentos, com as tuas perseguições tyrannicas, com as algemas que lançaste sobre a imprensa liberal; nós desenrolamos ante seus olhos a lei sublime da abolição da pena de morte, demos-lhe exemplo da manifestação liberrima do pensamento, congratulámo-nos com a protecção fraternal aos teus emigrados. Quanto é diferente da tua a nossa vida constitucional!"¹⁷

Não supreende, pois — face ao propalado fosso entre os dois povos — que os projectos de cooperação e entendimento tenham esbarrado em sucessivas dificuldades.

O intercâmbio universitário constituiu um desses projectos de difícil prossecução. Em 1852 o lente de Coimbra Vicente Ferrer publicava no *Diário de Governo* o relatório sobre a missão de que havia sido incumbido e

que constara de várias visitas a instituições de instrução pública espanholas; apesar de ter estabelecido algumas permutas com a Universidade Central de Madrid, o seu memorando patenteava um pessimismo notório, evidenciando as difíceis relações e comércio culturais na Península.

As propostas em matéria de intercâmbio universitário provinham geralmente de Espanha e as respostas foram sempre pouco entusiásticas. Em 1854 o deputado Bertemati apresentou às cortes uma proposta de convénio entre todas as universidades de Espanha com a de Coimbra e escolas superiores de Lisboa para permitir aos estudantes a livre circulação entre elas. A imprensa portuguesa foi, previsivelmente, pouco receptiva a esta "união universitária", como alguns lhe chamaram¹⁸.

Em 1859 foi divulgado o projecto-lei de Romero Ortiz que visava conceder aos estudantes portugueses a possibilidade de cursar universidades espanholas, aos médicos e engenheiros portugueses a possibilidade de exercerem em Espanha as suas profissões mediante a apresentação dos seus diplomas das academias portuguesas, bem como a admissão de portugueses ao concurso das cadeiras de instrução pública. Alguns parlamentares portugueses sentiram o apelo da reciprocidade e, em 5 de Abril de 1859, apresentaram à câmara dos deputados um documento com essas intenções, subscrito por Mendes Leal, Domingos Garcia Peres, Augusto Machado de Faria e Maia, Tomás de Carvalho, José Estevão, Mousinho de Albuquerque, Francisco Martins Pulido e Infante Pessanha. Este projecto de lei continha cinco artigos e era evidente o decalque do documento espanhol, mas não chegou à aprovação.

Todavia, quando em 6 de Fevereiro de 1869 o Ministério do Fomento espanhol liderado por Manoel Ruiz Zorrilla emitiu um documento em que se declaravam válidos em Espanha os títulos profissionais portugueses bem como os diplomas passados em Portugal, a imprensa portuguesa não deixou de patentear a sua suspeição. Vivia-se sob os temores provocados pela revolução de 68 que depusera a rainha espanhola, pelo que este decreto foi considerado "de pasmar"¹⁹, reflectindo as "suspeitosas providencias"²⁰ do governo provisório de Espanha que amavelmente ofertava a Portugal presente tão generoso.

Este assunto viria a ser retomado pelo professor da Escola Normal de Lisboa e deputado por S. Tomé, Francisco Júlio de Caldas Aulete, que em 1871 apresentou à câmara electiva um projecto-lei que previa que os diplomas obtidos em qualquer estabelecimento público de Espanha, fossem válidos em Portugal; ou seja, visava a reciprocidade do decreto do governo espanhol, de 6 de Fevereiro de 1869, que reconhecia como válidas naquele país as habilitações adquiridas nas instituições escolares portuguesas.

A proposta de Aulete foi secundada por um requerimento de Maio daquele ano assinado por vários estudantes de Coimbra e enviado à mesma câmara, mas o assunto não era pacífico e gerou opiniões discordantes. *A Federação* manifestou o receio da divulgação de uma "propaganda branda"

entre o povo por parte destes "perigosíssimos agentes das idéas de união ibérica", já que todos os partidos espanhóis desejavam a anexação, e o embaixador Fernandez de los Rios era um hábil diplomata que não desperdiçaria qualquer oportunidade para ligar os dois países por laços mais profundos²¹.

O *Jornal do Porto* esgrimiou os mesmos argumentos:

"Dir-se-ha que a Hispanha aceita nossos diplomas: é uma graça que não solicitamos nem agradecemos porque nada aproveita a Portugal e foi concedida unicamente com o fim de nos afeiçoar ás ideias ibéricas"²².

Por seu lado, os alunos das escolas médicas de Lisboa e Porto manifestaram-se contra o projecto, e Aulete era acusado de prejudicar a Escola Médica do Porto porque reivindicava somente a categoria de faculdade para a de Lisboa.

Posteriormente, a Academia de Ciências Médicas de Lisboa nomeou uma comissão para dar um parecer no tocante à área específica da medicina. Esta comissão, composta por José Maria Alves Branco, Miguel Augusto Bombarda e José António Serrano, reprovou o projecto, ressaltando as desvantagens daí resultantes para os médicos portugueses²³.

A cultura universitária peninsular ensaiou, assim, alguns passos no sentido da aproximação, orientada por princípios pragmáticos de convivência mútua, mas as resistências eram evidentes. O quadro traçado revela as dificuldades ineludíveis que esta convivência intelectual conheceu no 3º quartel de Oitocentos, saldando-se por uma vontade de aproximação, simultaneamente desejada e receada.

A magna questão da concertação económica peninsular marcou toda a era liberal e revestiu-se sempre das maiores hesitações e inércias, às quais não era obviamente alheia a tutela que impunham os sucessivos tratados de comércio com a Inglaterra, sobretudo desde 1810. Um dos primeiros e cabais exemplos desta situação foi a polémica da livre navegação do Douro, tema aliás em discussão desde os alvares do vintismo. Em 1835 realizou-se a convenção cujo regulamento foi publicado cinco anos depois mas o resultado foi decepcionante em virtude de vícios congénitos do clausulado. Entre estes avultava a manutenção de direitos muito altos, a não realização das obras que facilitassem a navegação, bem como a não inclusão de cláusulas que permitissem o serviço de navegação entre as praças portuguesas e algumas de Espanha assegurando a liberdade de cabotagem entre os dois países²⁴.

A actualização destes conteúdos viria a ter lugar na convenção luso-espanhola de 1866 cuja realização foi impelida pelos caminhos-de-ferro a qual, procurando justamente regular o trânsito ferroviário, provocou algumas redefinições no fluvial e procurou eliminar alguns embaraços aduaneiros.

Todavia, os tratados comerciais luso-espanhóis, não reflectiram a produção, em ambos os países, de uma doutrina defensora de uma profunda concertação económica visando a formação de uma liga alfandegária. Esta

corrente, que comungava do moderno pensamento económico europeu consubstanciado nos exemplos do *zollverein* alemão, da Itália em reunificação ou dos acordos franco-belgas, teve uma razoável expressão no nosso país²⁵.

Com efeito, a opção pela concertação económica peninsular não se esgotou nos projectos defensores da união ou federação ibérica; isto é, se alguns viam a união económica como a decorrência lógica da união política e outros apostavam na união económica como forma de alcançar, *a posteriori*, a íntima aliança política, a maioria lembrava que a associação económica não implicava qualquer aproximação política, antes esta só estorvava a realização da primeira, e a associação económica era, ao contrário da política, desejável e benéfica à manutenção da independência nacional.

O que defendia esta corrente de opinião que advogava a liga alfandegária peninsular? Fundamentalmente, pugnava por um sistema que reduzisse as despesas de fiscalização e aumentasse as receitas através da uniformização pautal, que estimulasse o consumo e incentivasse a multiplicação das vias de comunicação, que fomentasse o trânsito livre de mercadorias e destruísse o cordão aduaneiro na raia, alcançando, conseqüentemente, a eliminação do malfadado contrabando que, logo à partida, minava as oportunidades de um comércio saudável²⁶.

Na esteira de vários outros teóricos do pensamento económico português, Rodrigues de Freitas defendia que a felicidade de Portugal e Espanha passava pela harmonização em matéria económica e, em 1881, reiterou as suas convicções sobre a necessidade da concertação económica peninsular, sobretudo no sector comercial²⁷. A sua crítica dirigia-se sobretudo às barreiras da alfândega que numa fronteira extensa (cerca de 1000 Km), acidentada e plena de lugares quase desertos, mais pareciam "um trecho de comedia caríssima do que obstaculo sériamente e systematicamente estabelecido".

Assim, os princípios da economia aconselhavam uma liga aduaneira peninsular mas as razões políticas colocavam entraves já que o elogio da união ibérica suscitava múltiplas desconfianças e segregava uma particular aversão a tratados que pudessem beliscar as divisões secularmente estabelecidas. Contudo, na óptica de Rodrigues de Freitas não havia maior testemunho de iberismo prático do que o próprio contrabando raiano, tacitamente aceite e perpetrado pelo conluio de portugueses e espanhóis.

Ciente desta ambiguidade, aquele pensador denunciava a resistência aos convénios de índole económica com Espanha, entendidos por muitos como uma ofensa aos sentimentos nacionais, e afadigava-se em demonstrar "que a intimidade do tracto commercial não damnifica os nossos brios de povo independente".

Mas, por outro lado, os convénio comerciais firmados entre as duas nações não o satisfaziam. Vejam-se, por exemplo, as profundas críticas que patenteou na *Folha Nova* (1885) sobre o tratado de comércio luso-espanhol

feito em Dezembro de 1883 e aprovado em Junho de 1885. Denunciando as premissas dessa convenção, atribuía a responsabilidade aos graves erros, à fraqueza e à incúria dos governos portugueses na mesa das negociações, numa atitude que constituiria um vício estrutural do relacionamento económico peninsular.

Os mapas estatísticos da Península ao longo das décadas de 60 e 70 demonstravam-lhe que, apesar do desenvolvimento das vias de comunicação e do progresso económico dos dois povos, não se havia conseguido ampliar o comércio peninsular e o movimento de importação e exportação conservava-se quase estacionário. Tal situação contrariava as suas convicções livre-cambistas e, a seu ver, justificava-se apenas em função da resistência tradicional, e pouco racional, ao intercâmbio com Espanha. No artigo *Commercio de Portugal* dizia ele com ironia e azedume:

"Os homens de são patriotismo, porém de fraco entendimento, hão de pensar talvez que não ha nada melhor do que receber pouquissimas mercadorias, sobretudo do reino visinho: a respeito da Hespanha não falta quem aprecie os negocios da actualidade á luz historica da pá de Aljubarrota, e dos conjurados de 1640; entendem elles que esta luz mostra que do reino visinho nada devemos importar; é uma politica muito ignorante a que assim pensa"²⁸.

Este pensador dá pois voz a um grupo que denunciava a ineficaz cooperação económica entre os dois países peninsulares, cooperação essa que urgia estimular pela via da franca concertação, pese embora tivesse consciência do impasse que afundava as suas raízes no "fantasma" do iberismo.

Concluindo, poder-se-á dizer que a questão ibérica do 3º quartel de Oitocentos, inquinando as representações e as relações com Espanha, não permitiu senão um diálogo por cima da fronteira.

NOTAS

- ¹ Estes textos foram referenciados em PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *A Questão Ibérica. Imprensa e Opinião (1850 -1870)*. Porto, 1995, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ² *Oração gratulatoria pela feliz restauração de Portugal no anno de 1640, pronunciado na sé patriarchal de Lisboa, em o dia 1º de dezembro de 1868, por José Maria de Almeida Ribeiro, conego vigario da Sé de Elvas, cavalleiro da ordem de N. S. Jesus Christo, etc., com uma introdução pelo sr. José da Silva Mendes Leal*. Lisboa: Tip. de Castro Irmão, 1869, p. 24.
- ³ *Sermão gratulatorio do dia 1 de dezembro... prégado na santa sé patriarchal de Lisboa, no anno de 1871 pelo dr. José Ferreira Garcia Diniz, etc*. Lisboa: Tip. Universal, 1871, p. 15.

- ⁴ *Distrito de Évora*, n.º 13, 21.2.1867, p. 2.
- ⁵ *Revista Literária*, Porto, 1838, p. 121-122.
- ⁶ *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, n.º 2, 7.10.1841, p. 24.
- ⁷ *O Farol*, Lisboa, n.º 38, 9.12.1848, p. 107.
- ⁸ Nomeadamente entre os anos 1849 e 1851.
- ⁹ *A Política Liberal*, Lisboa, n.º 657, 27.6.1862.
- ¹⁰ FIGUEIREDO, Fidelino de — *Modernas relaciones literarias entre Portugal y España*, in "Estudos de Litteratura. Artigos Varios". Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1917, p. 88-89.
- ¹¹ *O Raio*, Porto, n.º 34, 12.6.1861, p. 1.
- ¹² *Gazeta do Meio-Dia*, Évora, diversos números de Dezembro de 1865.
- ¹³ *A Civilização*, Lisboa, n.º 106, 24.9.1856, p. 1.
- ¹⁴ *O Português*, Lisboa, n.º 2095, 21.4.1860, p. 1.
- ¹⁵ *O Distrito de Évora*, n.º 3, 13.1.1867, p. 1.
- ¹⁶ *O Distrito de Évora*, n.º 10, 10.2.1867, p. 1.
- ¹⁷ *O Eco Portalegrense*, n.º 19, 28 de Dezembro de 1867, p. 1.
- ¹⁸ *O Instituto*, Coimbra, n.º 21, 1.2.1855, p. 273.
- ¹⁹ *O 1.º de Janeiro*, Porto, n.º 30, 13.2.1869, p. 1.
- ²⁰ *O Viriato*, Viseu, n.º 1448, 16.2.1869, p. 1.
- ²¹ *A Federação*, Coimbra, n.º 25, 14.5.1871, p.1.
- ²² *Jornal do Porto*, n.º 91, 23.4.1871, p. 1.
- ²³ *O Projecto Caldas Aulete perante a Medicina Portuguesa. Relatorio apresentado á Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa pela Comissão eleita para dar parecer sobre o assumpto*. Lisboa: Typographia Nova Minerva, 1883, 51 p.
- ²⁴ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *A Navegação do rio Douro no século XIX — algumas questões*. "Douro. Estudos e Documentos", vol. 4. Porto: GEVHID / Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1997, p. 251-269.
- ²⁵ IDEM — *Concertação Económica Peninsular e União Aduaneira na Imprensa Portuense — propostas e resistências no 3.º quartel de Oitocentos*. "Revista da Faculdade de Letras — História", 2.ª Série, vol. 13. Porto: Universidade do Porto, 1996, p. 423-462.

- ²⁶ IDEM — *O Contrabando Luso-Espanhol no século XIX: o Discurso dos Teóricos*. "Revista da Faculdade de Letras — História", 2ª Série, vol. 14. Porto: Universidade do Porto, 1997, p. 564-589.
- ²⁷ Sobre esta matéria Rodrigues de Freitas escreveu três artigos subordinados ao título *Relações entre Portugal e Hespanha*, publicados no *Comércio do Porto*, em 21, 22 e 23 de Outubro de 1881.
- ²⁸ *O Comércio do Porto*, n.º 265, 29.10.1882, p. 1.

EL IBERISMO EN EL CONTEXTO DE LA EXPANSIÓN DEL NACIONALISMO EN LA PENÍNSULA IBÉRICA

José Antonio Rocamora
(Universidad de Alicante)

ABSTRACT

In the Iberian Peninsula several nationalist movements developed at this date. We now deal with the relationships between, on the one hand, the Iberian nationalism in favour of a political union of Spain and Portugal and, on the other hand, the different types of nationalisms that simultaneously used to take place in the area.

1. EL IBERISMO Y LOS NACIONALISMOS ESTATALES

¡Ojalá hubiera querido el cielo que Felipe II hubiera trasladado y fijado para siempre su corte en Lisboa! Siendo ya señor de toda la Península, de la totalidad de las Américas y de muchos estados en Italia y Flandes ¿cuánto más conveniente no habría sido la residencia ordinaria de su corte en una ciudad populosa, rica y situada en la desembocadura del mar de uno de los ríos más caudalosos de España, que en Madrid, pequeña villa situada en medio de un bosque y de un terreno estéril, sin un río navegable y privado de toda suerte de facilidades para el transporte de los comestibles y géneros necesarios para la subsistencia y las comodidades de sus habitantes? (...)

Por otro lado, por este medio se hubiera podido, si no eliminar enteramente, al menos suavizar y amortiguar el odio inveterado de los portugueses contra los castellanos, mezclando la sangre portuguesa con la sangre española (...) De este modo se hubiera formado una sola nación en la que no habría otra diferencia que la de los vestigios de algunas de sus costumbres e instituciones antiguas, como las que existían y siguen existiendo en otras provincias de la Península.

Con estas palabras lamentaba Juan Sempere y Guarinos¹ desde su exilio en Francia el error de Felipe II al no trasladar la capitalidad a Lisboa. Este tipo de lamentos son un lugar común en la historiografía española y han constituido para muchos españoles un punto de arranque para reflexionar sobre las identidades ibéricas. En el fondo no pasaban de ser unas

valoraciones anacrónicas realizadas desde una posición nacionalista sobre una época en la que la nación aún carecía de valor político.

Históricamente, el estado había adquirido valor político con mucha antelación respecto a la nación, llegando a ser un instrumento de primer orden en la construcción de la identidad nacional. España y Portugal son claros ejemplos. Su frontera común, salvo mínimas modificaciones, había permanecido estable a lo largo de siglos, contribuyendo a perfilar una comunidad de elementos culturales y políticos susceptibles de ser utilizados por ideologías nacionalistas.

En los últimos períodos del Antiguo Régimen, la fidelidad a la figura real prefiguraba la fidelidad a la nación. Cuando se desencadenó la crisis, nada resultó más natural que realizar una transferencia de la soberanía desde el rey hacia la nación. No se trataba de un simple cambio del depositario de la soberanía, sino de una auténtica crisis del estado, pues no en vano la monarquía había sido protagonista de la construcción de los estados modernos. Es por eso perfectamente comprensible que en la corte de Carlos IV se rechazase que los franceses hablasen – en pleno auge revolucionario – no ya de la existencia de una nación francesa, sino de la propia nación española², teniendo plena conciencia de la capacidad de esta nueva idea para socavar la autoridad real.

En principio, el nacionalismo constituía un factor legitimador – y por tanto estabilizador – para el nuevo régimen político. Sin embargo, también presentaba una vertiente más inquietante. Constituirse en una comunidad nacional podía ser la finalidad para una comunidad política como lo era un estado, pero también la creencia en la existencia de una comunidad nacional podía servir de base para demandar la construcción o el reconocimiento de una comunidad política que conduciría a la reorganización interna del estado o incluso a su ruptura.

Por otro lado, las guerras napoleónicas habían puesto al descubierto la vulnerabilidad de los estados europeos. Se produjo de este modo una inevitable concurrencia de distintas interpretaciones de la idea de nación que ha perdurado hasta la actualidad, produciendo en ocasiones fuertes tensiones en el seno de los estados. Las relaciones entre los distintos nacionalismos existentes en un mismo territorio podían plantearse de forma conflictiva o buscar la armonización de los mismos. En este caso se llegaba con frecuencia a propuestas de remodelación interna del estado de tono más o menos federalizante.

El cambio político modificó el modo de participación de la población en la vida del estado. Si en el pasado la obediencia del súbdito pudo ser suficiente para el poder político, en la nueva situación se esperaba una adhesión más profunda del ciudadano. La nación, el interés nacional, del que el propio ciudadano era copartícipe, ofrecía un marco más apropiado. Y a la hora de crear o difundir una idea de nación, los estados disfrutaban de una posición privilegiada.

Aún admitiendo la presencia de actitudes xenófobas ante estímulos externos en amplios sectores de las sociedades ibéricas, resulta difícil aceptar la existencia de una idea precisa de nación suficientemente extendida con anterioridad a la promoción desde el estado de un servicio militar obligatorio y – sobre todo – la extensión de la enseñanza primaria². Como cabía esperar por su formación y por su participación – o su aspiración a participar – en la vida política, las elites sociales y culturales fueron las primeras en contagiarse por las ideas nacionalistas.

La crisis de los estados ibéricos a inicios del XIX revistió mayor gravedad que en otros estados europeos. A los problemas derivados de la transición a un nuevo régimen se añadían los específicos resultantes de la pérdida de la mayor parte de su imperio ultramarino, que ahondaba el desnivel entre los estados ibéricos y los principales estados europeos, con los que habían rivalizado en los siglos anteriores. Relegados a una posición periférica dentro del espacio político europeo, podían ver incluso – sobre todo en el caso de Portugal – levantarse dudas acerca de su viabilidad como estados.

Fue en esa coyuntura cuando la posibilidad de unir los dos estados se perfiló como un revulsivo capaz de infundir nuevas fuerzas e impedir un mayor deterioro de los estados ibéricos.

La existencia de un nacionalismo ibérico³ cuestionaba la existencia de los estados ibéricos, que deberían desaparecer o transformarse para permitir el nacimiento de Iberia. La disparidad entre el potencial de España y el de Portugal constituía un grave problema. Habría sido probablemente más fácil unificar un número mayor de estados, pero con potencial más equilibrado. En el caso ibérico, era inevitable sospechar que la integración terminaría produciendo una absorción del estado menor por el estado mayor. Esa disparidad sería también responsable de que la unión ibérica revistiese para Portugal mayor importancia y riesgo que para España. Tras las proclamaciones formales de los nacionalistas sobre la trascendencia del fenómeno nacional se esconden con frecuencia intereses más inmediatos, como la aspiración al poder político o al triunfo en el terreno cultural. Para un español, la unión ibérica suponía tan sólo un incremento ligero de la competencia por el poder, pero para un portugués el incremento de la competencia era enorme.

Quienes deseaban crear una patria ibérica podrían haber optado por enfrentarse a ambos estados o buscar el apoyo de un estado para lograr la unificación – como sucedió en Italia y Alemania – e imponerse sobre el otro. Aunque aparentemente el apoyo español sería más productivo, sólo una unificación protagonizada por Portugal habría tenido la oportunidad de crear un estado con un grado suficiente de aceptación a ambos lados de la frontera. No faltaron ofertas en este sentido a los monarcas portugueses, pero la acogida a las mismas distó de ser entusiástica. Sabían que si cuestionaban la legitimidad dinástica española, la suya podría quedar en entredicho. Intentar conseguir la corona ibérica implicaba arriesgar la corona portuguesa. Como

para la mayoría de portugueses, los riesgos para alcanzar la unión superaban las ventajas que se esperaban obtener.

Sin embargo, la estrategia dominante no llevó a la confrontación con el estado, sino que se procuró caminar hacia la unificación nacional ibérica mediante la unificación armónica de los estados ibéricos. Aparentemente no había contradicción entre desear la unión ibérica y trabajar, entre tanto, por el engrandecimiento de uno de los estados que la integrarían.

El nacionalismo ibérico y el español o el portugués podían operar en niveles distintos⁴. En los nacionalismos encontramos adscripciones más o menos afectivas y aspiraciones utilitarias. Estas dos orientaciones, además, no aparecen bajo formas puras, sino que se encuentran entremezcladas en distinta proporción. Nada impedía la existencia de personas que, sintiéndose sinceramente españolas o portuguesas, consideraron más conveniente – por provechosa – la unión de los estados. Tampoco faltaría el caso de quienes, aun juzgando artificiosas las barreras que separaban España y Portugal, prefiriesen mantenerlas por motivos de índole material, en cuyo caso, recurrirían a otro tipo de argumentos para justificar la separación.

Si esta estrategia de coexistencia del nacionalismo ibérico con nacionalismos estatales se percibió como idónea fue porque fórmulas como la unión dinástica habían funcionado bien en el pasado y porque permitía eludir soluciones más traumáticas para la unificación.

Sin embargo, la estrategia resultaba en el fondo perjudicial para el nacionalismo ibérico. La consolidación de los estados español y portugués no hacía más que alejar la necesidad de la unión ibérica. Si la crisis aumentaba sus posibilidades, la superación de la crisis necesariamente las limitaba. El tiempo corría en contra de la unión, especialmente en el caso de Portugal. Su simple existencia como estado constituía una prueba de su capacidad para superar la pérdida de Brasil sin necesidad de renunciar a la independencia. La posibilidad de crear un imperio en África renovaba la confianza en sus propias posibilidades. El precio de la nueva esperanza fue un grado de dependencia de la política británica agobiante para muchos portugueses.

Entre tanto, la extensión de la enseñanza – teniendo a la historia como punta de lanza – generalizaba la idea de pertenencia a una nación, cuya identidad en Portugal residía en gran medida en la contraposición a su único vecino. La identidad nacional que se transmitía en España podía prescindir de esta contraposición, pero no precisaba necesariamente estimular el nacionalismo ibérico. Portugal podía ser simplemente ignorado o contemplado como un fragmento desgarrado de España, dando alas actitudes imperialistas de un nacionalismo estrictamente español. La reinterpretación de la historia convirtió el hecho fortuito en prueba irrefutable del destino de la nación y la mezquina ambición personal en muestra de la quintaesencia nacional, afanándose por buscar unas raíces lo más remotas posibles y salpicando profusamente el pasado histórico *nacional* con sangre generosamente derramada. Una sangre que – para no haber sido vertida en

balde – exigía a las nuevas generaciones un comportamiento digno. Y todo ello bajo la mirada – e incluso la participación activa – de la divinidad que bendecía la existencia de la nación portuguesa o la española.

Poco importaba que Viriato fuese ajeno a las preocupaciones nacionalistas extendidas a partir del siglo XIX. Se vio enaltecido como prototipo de las virtudes nacionales de portugueses y españoles, siendo convenientemente colocado en el panteón nacionalista de los dos estados.

2. EL IBERISMO Y LOS NACIONALISMOS INFRAESTATALES

Si el iberismo aspiraba a constituir entidades nacionales de ámbito más amplio que los estados existentes, otros nacionalismos, basándose sobre todo en factores culturales, pretendieron el reconocimiento político de entidades nacionales más reducidas que el estado español.

Podría darse también aquí una situación de enfrentamiento nacionalista. Entre los tres nacionalismos más importantes, el vasco presentó desde sus inicios unos rasgos marcadamente etnicistas que lo diferenciaron del gallego y el catalán. El nacionalismo vasco – en líneas generales – estuvo más inclinado a prescindir de unas relaciones estrechas con los demás pueblos de la Península⁵. El momento de auge del nacionalismo vasco no coincidió cronológicamente con el del nacionalismo ibérico, pero sin duda alguna, los supuestos de ambos nacionalismos eran difícilmente conciliables.

Muy diferente es la relación del nacionalismo ibérico con los nacionalismos catalán y gallego. En estos nacionalismos los criterios lingüísticos y culturales dominaban sobre los étnicos. Inicialmente redujeron a tres las áreas culturales ibéricas: la gallego-portuguesa, la castellana – con el País Vasco como un componente más — y la catalana, integrada también por Valencia y Baleares.

Aunque discutible – y de hecho discutida – no faltaba a esta propuesta cierta coherencia. La consecuencia lógica de la traslación de las divisiones culturales al ámbito político-administrativo requería no sólo una reestructuración del estado español, sino la integración de Portugal. Esta última, independientemente de que fuese sinceramente deseada, resultaba imprescindible para conseguir un equilibrio del poder dentro del estado. Sin Portugal, nada podría contrarrestar la hegemonía de una Castilla, entendida como el territorio donde se hablaba castellano.

Desde el catalanismo se observaba a Portugal como un país hermano con una historia bastante paralela de relaciones tormentosas con Castilla, que había evolucionado políticamente de forma diferente tras las respectivas rebeliones de 1640. Dicha evolución era contemplada generalmente con comprensión, pero sin menospreciar el alto coste pagado por la independencia ni las ventajas económicas que la integración en España había reportado a Cataluña. Una Cataluña libre, dentro de una España libre – según los

catalanistas – sería una evidencia de que Portugal nada debía temer de la unión con sus hermanos ibéricos, que sólo le reportaría beneficios. Con estas ideas podían además, no sólo refutar las acusaciones de separatismo, sino presentarse como más patriotas que otros españoles. El iberismo catalanista buscó una solución novedosa para las relaciones de los pueblos ibéricos y aportó a inicios del siglo XX una nueva vitalidad a un iberismo español ya prácticamente extinguido entre los monárquicos y languideciente en el respublicanismo.

Aunque con menor peso político, el galleguismo no podía permanecer ajeno a la cuestión de las relaciones con Portugal. Aprovechando argumentos previamente utilizados por el catalanismo, el galleguismo pretendió convertirse en la bisagra capaz de unir a España y Portugal, indicando que sería la libertad de Galicia – más que la de Cataluña – la que acabaría con los temores portugueses y facilitaría la formación de un estado ibérico.

Entre quienes aunaban esta doble sensibilidad nacionalista, dominaba la identificación afectiva en el nacionalismo infraestatal y las ideas utilitarias con relación al nacionalismo ibérico.

Con el paso del tiempo, la tendencia del catalanismo y el galleguismo se ha encaminado a resaltar los elementos diferenciales en detrimento de los lazos con los restantes pueblos ibéricos, renunciando incluso en ocasiones al mantenimiento de relaciones más estrechas con Portugal o con Valencia y Baleares. Esta tendencia era ya claramente visible antes de la guerra civil, pero durante el franquismo se acentuó, no exclusivamente como reacción al nacionalismo español, sino como resultado de nuevas corrientes nacionalistas que condujeron a la independencia de las colonias europeas y a la aparición de corrientes claramente secesionistas en países occidentales basándose en diferencias culturales o históricas.

En la actualidad el iberismo es tan irrelevante para el catalanismo como para las restantes fuerzas políticas españolas, permaneciendo sólo el interés por algún tipo de integración con Portugal – no necesariamente con el resto de pueblos ibéricos – en sectores galleguistas⁶.

3. EL IBERISMO Y LOS NACIONALISMOS SUPRAESTATALES

Ya en fechas tempranas, se tuvo presente la posibilidad de que la unión ibérica no fuese más que un paso hacia integraciones más amplias. Los federalistas planteaban como horizonte final la humanidad, teniendo como pasos previos integraciones a escala de los pueblos latinos o de los europeos. Posteriormente hubo deseos – no siempre suficientemente explícitos – entre otros nacionalistas para conseguir, a partir de la unión ibérica, la integración de los estados independizados en América en el siglo XIX. En esta corriente, muchas veces saturada de nostalgia de los tiempos gloriosos de los imperios

ibéricos, predominarían los elementos culturales y sentimentales del nacionalismo, dominando, en cambio, entre los federalistas principios de carácter más racional y eminentemente políticos.

El iberismo nunca alcanzó la importancia de otros nacionalismos unificadores. Tal vez por eso, en una época caracterizada por la sangre derramada por ideas nacionalistas, ninguna víctima fue inmolada en aras de la nación ibérica. Desde luego, hace tiempo que el iberismo dejó de ser una cuestión merecedora de un espacio en la agenda política española, hasta el punto que su simple existencia es generalmente desconocida en la sociedad, incluso entre grupos con un nivel cultural elevado.

Si esto es así, no ha sido por falta de ocasiones para recuperar el vigor perdido. La crisis que supuso la transición de regímenes dictatoriales a otros democráticos habría constituido un excelente momento para la reaparición del iberismo. Después de todo, la crisis afectó simultáneamente a los dos estados y además estaba asociada a la pérdida de las últimas colonias – si hacemos una excepción del caso de Macao – que podía producir un replanteamiento de la identidad nacional. Sin embargo las apariciones de ideas iberistas fueron débiles y esporádicas. En el caso de España, el franquismo había dejado muy desacreditado al nacionalismo español, hasta el punto de resultar más fácil asumir ciertas demandas de nacionalismos infraestatales que aventurarse en proyectos de unión ibérica.

Aunque no sería prudente hablar de una completa desaparición del iberismo, sus perspectivas de resurgimiento son extremadamente remotas, puesto que debería rivalizar con una alternativa supraestatal como el europeísmo. Es cierto que el europeísmo, por ahora, no ha despertado – en el terreno de lo afectivo – unos sentimientos equiparables a los existentes hacia territorios que históricamente estuvieron vinculados a los estados español y portugués. Pero no es menos cierto que estos no han podido escapar a su atractivo en los terrenos social y económico, postergando otros posibles proyectos integradores.

Si en el terreno de la ficción la *jangada de pedra* de Saramago terminaba situándose entre África y América del Sur, la realidad política de los estados ibéricos – a pesar de las cumbres iberoamericanas – se dirige cada vez más hacia Bruselas y Estrasburgo. En la situación actual la unión ibérica no puede presentarse como más útil que la unión europea ni competir con los estados – u otras entidades menores – para aglutinar captar los sentimientos de identificación dominantes de los ciudadanos. Tal vez, la unión ibérica, tan deseada por unos y temida por otros, termine produciéndose, pero en un escenario difícilmente imaginable para los primeros iberistas⁷.

4. CONCLUSIÓN

Haciendo balance de las relaciones entre el nacionalismo ibérico y los restantes del espacio ibérico cabe, en primer lugar, constatar el fracaso

sucesivo de los proyectos que combinaron el nacionalismo ibérico con otros nacionalismos. Estos terminaron abandonando el ideal ibérico, bien por su ineficacia, bien por las grandes dificultades internas y externas que implicaba su realización. En un momento en que el nacionalismo continúa siendo un referente político inevitable, el nacionalismo ibérico ha desaparecido virtualmente de la vida política en ambos estados.

Podría incluso afirmarse que sus efectos resultaron opuestos a los resultados esperados por la mayoría de partidarios de la unión ibérica, que plantearon esta en términos pacíficos y voluntarios, en un contexto de aproximación y hermandad de los pueblos ibéricos. Lejos de conseguir la unión, el efecto más duradero del nacionalismo ibérico sobre otro nacionalismo consistió en alentar las tendencias hispanóforas del nacionalismo portugués, entorpeciendo las relaciones entre España y Portugal.

NOTAS

- ¹ Juan Sempere y Guarinos, *Consideraciones sobre las causas de la grandeza y de la decadencia de la monarquía española*, traducción, estudio preliminar y notas de Juan Rico Giménez, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, Alicante, 1998, pp. 152-153.
- ² Jean-Clément Martin, *Contre Révolution et Nation en France. 1789-1799*. Éditions du Seuil, Paris, 1998, p. 158.
- ³ Recuérdese, por ejemplo, la anécdota referida por António Hespanha acerca de don Luis I. Este, navegando por las costas miñotas, se habría encontrado con unos pescadores de Póvoa de Varzin que fueron incapaces de contestar a la pregunta del rey sobre si eran españoles o portugueses. Maria da Graça M. Ventura (coord.) *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, Edições Colibri, Lisboa, 1997, p. 119.
- ⁴ Un estudio más detallado de estas corrientes se encuentra en mi libro *El nacionalismo ibérico (1792-1936)*, Universidad de Valladolid, Valladolid, 1994.
- ⁵ Algo similar puede darse en Europa, que estaría encaminándose actualmente hacia una situación en que se produciría una convivencia de viejos nacionalismos – dotados de estados o no – con algún tipo de identificación nacional europea, generada – ante todo – a partir de unos intereses materiales, frente a los elementos más marcadamente culturales o históricos de los primeros.
- ⁶ Son muy clarificadoras las opiniones vertidas por Irujo en 1940 y transmitidas por Salvador de Madariaga. Irujo habría dicho: *Yo sé lo que es Euzkadi y me importa; pero ni sé lo que es España ni me importa*. Ello no fue óbice para que poco después exclamase, ante la sorpresa de Madariaga: *¡Por qué yo le aseguro a usted que cuando veo en el mapa de la Península a Portugal con un color distinto se me inflama la sangre!* Salvador de Madariaga, *Memorias de un federalista*, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1967, p. 181.

- ⁷ En la contraportada de la obra de A. Cruz Rodrigues y otros *Galiza Portugal – Uma só Nação* (Nova Arrancada, Lisboa, 1997) podemos encontrar esta curiosa afirmación:
- “A liberdade e a identidade nacional de Galiza passa por Portugal.
Cumpre a Portugal auxiliar os Galegos, seus irmãos desafortunados, a readquirirem a sua personalidade e dignidade nacionais. Não necessariamente contra Espanha, mas pelo engrandecimiento da Espanha espiritual e cristã, a que naturalmente nós portugueses pertencemos, sem quebra da nossa independência e identidade próprias”.
- ⁸ Cabe destacar, desde el lado portugués, la reflexión sobre las relaciones entre los estados ibéricos y su inserción en un marco europeo realizada por António Horta Fernandes y António Paulo Duarte, *Portugal e o Equilíbrio Peninsular. Passado, presente e futuro (um estudo de geoestratégia)*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1998.

FRANCO Y SALAZAR, DOS DICTORES A LA BÚSQUEDA DE RECONOCIMIENTO ¹ (1942/1949)

CELSO ALMUIÑA
(Catedrático de Valladolid. España)

ABSTRACT

From the 1930's to the 1940's, the relationships between Portugal and Spain experienced a period of particularly close cooperation due to Salazar's political support of Franco during the Spanish Civil War (1936-1939). Both regimes have a similar ideological basis. In March 1939, the Iberian Pact was signed, in which the principles of non-aggression and mutual aid were established.

In 1942 Salazar was received by Franco in Seville; however, as the war was favourable to the Axis powers, and since Franco had a close relationship with both Germany and Italy, Salazar's reception was very cold due to the fact that Portugal maintained a privileged relationship with its allied England.

However, after the defeat of the German and Italian fascist regimes, and the withdrawal of ambassadors to Spain by the majority of countries, Franco's regime is isolated. This situation encouraged him to re-establish the relationships with Portugal, specially because the Iberian Pact expired after ten years. England opposed to the Spanish wishes, not so much due to any particular ideological antagonism to Franco's regime, but because it perceived that the United States' influence in the Iberian Peninsula was increasing and supplanting England's; France, on the other hand, feared that the United States was planning to establish military bases in the Peninsula. This opposition, specially from England, frustrated Franco's wish to visit Portugal in 1948; however, in October 1949, this visit took place assuming unexpected dimensions.

Franco was received in apotheosis by the political, military and religious authorities, and even by the academies, with the surprising award of a honoris causa doctoral degree in Law by the University of Coimbra. Undoubtedly this was a great victory for Franco and his regime, which, through Portugal, saw international doors being opened, confirming that the Spanish regime would be recognised by the international community. This visit represented a dramatic change in the image of both countries, specially of Franco's regime.

Es sabido cómo durante la Guerra Civil española (1936-39) la ayuda del régimen portugués, comandado por Oliveira Salazar, fue decisivo – sin olvidarnos de Alemania e Italia – para el triunfo en España de la sublevación franquista y consiguiente dictadura.

Cuando aun no había terminado formalmente la contienda española, pero cuyo final era inminente, se firma, entre ambos dictadores, el 17 de marzo de 1939 el Tratado de Amistad y No Agresión, conocido como Pacto Ibérico.

Desencadenada la II Guerra Mundial, aunque España formalmente no participa en la conflagración (envío de la denominada División Azul contra Rusia), sin embargo, es más que evidente que está al lado de las potencias fascistas y muy especialmente junto a su gran valedor Hitler. Mientras que Portugal, por tradición, mirará un tanto vergonzante – por ideología – hacia la Inglaterra aliada.

A comienzos de 1942 (a los tres años de haber firmado el Pacto) Franco y Oliveira se entrevista en Sevilla, en un momento en que el signo de la contienda aun sonríe a Alemania y, en ese preciso instante, Japón está consiguiendo victorias importantes a costa de Inglaterra, cuyo imperio – al menos eso afirman los voceros del régimen español – está a punto de sucumbir. Franco, con aire de superioridad, está plenamente convencido que para nada necesita ni el apoyo diplomático ni de imagen que le puede proporcionar su correligionario portugués Oliveira Salazar.

Sin embargo, la situación cambia radicalmente una vez que termina, y de qué manera para los amigos franquistas, la contienda mundial. Franco está solo. Prácticamente solo (salvo Argentina, Portugal y poco más) y en el filo de la navaja internacional. Hoy sabemos que las cosas rodaron favorablemente para el franquismo, pero en esos años siguientes a 1945, la verdad es que muchos españoles, incluso sectores del régimen (no sólo, por tanto, los exiliados) creían que el fin del estado nuevo/novo estado podía estar próximo.

En este segundo contexto, tan distinto al anterior (1942), Franco necesitaba desesperadamente recomponer su imagen tanto internacional como en el interior. Hizo varios intentos para desplazarse al exterior (Argentina) sin embargo, no lo consigue, porque la presión internacional es aun muy fuerte, pese a la amistad de Perón.

Le quedaba el otro asidero: Portugal. Franco intenta en 1948 “devolver oficialmente” la visita a Oliveira Salazar. Sin embargo, la situación aun está confusa para ambos dictadores, especialmente para Franco; el cual, entiende, que lo más prudente es no “precipitarse”. El momento llega en 1949, cuando está claro que los vencedores de la II Guerra no están por la labor de desplazar de Madrid al “centinela de occidente frente al marxismo”. Franco sabe jugar sus cartas de madrugador anticomunista y los aliados, antes que volver abrir las puertas de España a un régimen pro-soviético, prefieren

transigir y muy pronto apoyar al dictador español. En realidad cuando tiene lugar el gran montaje propagandístico² de Franco con su visita a Lisboa está claro que el gran peligro para él ha pasado y que Salazar lo puede recibir perfectamente sin gran oposición de Inglaterra, pese aun a sus protestas.

En este contexto, el que necesita la visita, es decir, la propaganda consiguiente es Franco. De ahí la cuidadosa parafernalia con que se prepara la visita, en cuyo juego el régimen portugués entra sin reservas: recibimiento oficial, aclamación popular, parada militar, visita a Fátima y, por si fuera poco, concesión del *doctorado honoris causa* nada menos que en derecho y nada menos que por la simbólica universidad de Coimbra y con el padrinazgo nada menos que del Cardenal Patriarca de Lisboa. Era imposible conceder más. La prensa española (vocera del régimen), lógicamente sabe explotar convenientemente el evento, puesto que para eso precisamente se había montado.

Visto el marco general, aunque sea de forma abreviada, por otro lado bien conocido, y la utilización propagandística en que se enmarca cada una de las dos visitas, pasemos a analizar cada una de ellas, al menos en sus rasgos esenciales.

I. Oliveira Salazar visita a Franco (1942)

Pese a la existencia del Pacto Ibérico y de lo que Franco debe a Salazar, ambos dictadores, sin duda atentos a la evolución de la II Guerra, en la que indirectamente tanto se jugaban, no estiman conveniente reunirse hasta 1942.

Ya desde comienzos de ese año, las noticias sobre Portugal en la prensa española, siendo muy escasas, comienzan a aparecer un poco más. La propuesta de reelección, una vez más, del viejo y achacoso general Carmona como presidente de Portugal – auténtico testaferro de Salazar – se ve con simpatía por parte de la controlada (censura previa) y dirigida – régimen de consignas – prensa española. A mediados de enero se adelanta la propuesta con tonos laudatorios. En febrero, en vísperas de la elección (controlada por el aparato salazarista), se destaca el discurso laudatorio de Salazar exaltando las virtudes del viejo militar y una vez más, pese a sus achaques, su indomable espíritu de servicio.

Este inusitado interés por lo que sucede en el país vecino tiene sentido a partir del 13 de febrero de 1942 en que Franco y Oliveira Salazar se reúnen en Sevilla para “mantener la más estrecha comunidad entre España y Portugal”, como proclama en primera página toda la prensa española de ese día.

La verdad es que, pese a ser noticia destacada, no hay grandes alardes tipográficos y gráficos por la mayor parte de los periódicos, de fondo

late un cierto comedimiento y laconismo. No hay despliegue ni informativo ni tampoco diplomático; aunque todo ello lógicamente dentro de la corrección de dos país amigos y con regímenes similares, aunque con distinta posición formal con respecto a los bandos en contienda.

Por lo que a la información periodística se refiere, se mantiene en el terreno que podríamos decir inusualmente informativo. Incluso los periódicos más proclives al régimen (Falangistas) se muestran contenidos, aunque correctos, en cuanto a los adjetivos. Se da la noticia que el Caudillo llega a Sevilla el viernes día 13 (a las 6,30 de la tarde) y que a continuación se reúnen, acompañando a Franco y Salazar, el ministro de exteriores Serrano Suñer (el cuñadísimo) y los respectivos embajadores Nicolás Franco (el hermanísimo) y Teotónio Pereira. Por toda información se transcribe la escueta y aséptica nota oficial facilitada por el jefe del Gabinete Diplomático de Asuntos Exteriores.

“Como consecuencia del Tratado de amistad y no-agresión del 17 de marzo de 1939 y protocolo adicional que suscribieron los gobiernos de España y Portugal, en los que se preveían cambios directos de impresiones, en el día de hoy se han reunido en Sevilla Su Excelencia el jefe del Estado Español Generalísimo Franco, y el ministro de Asuntos Exteriores camarada Serrano Suñer, con el jefe del Gobierno portugués y ministro del Exterior, doctor Oliveira Salazar.

En las conferencias celebradas se han examinado en el ambiente de amistad y coincidencia que presiden las relaciones de los dos países peninsulares, tanto los problemas políticos como los económicos de carácter general planteados por la situación del mundo, como los privativos de los dos países; han acordado mantener en lo sucesivo la más estrecha comunicación para salvaguardia de los comunes intereses dentro de los cauces establecidos en los convenios celebrados.

Han estado presentes los embajadores de España en Portugal, don Nicolás Franco, y de Portugal en España, señor Teotonio Pereyra”.

Nota difundida por la regimetal Agencia Cifra

Nota escueta, diplomática, casi para salir del paso, sin más trascendencia. Sin duda los diseñadores de la propaganda del régimen (Juan Aparicio, etc.) no quieren dar otra sensación más allá de la simple normalidad y del correcto funcionamiento del conocido como Pacto Ibérico.

Dentro de la escasa atención periodística que se le dedica a la entrevista, sin duda siguiendo estrictas consignas gubernamentales, como nos consta es habitual en estos momentos, máxime tratándose de un hecho tan singular y delicado como era éste, sí queremos destacar algún editorial, especialmente dentro de la prensa falangista, “más imperial que el mismo Franco” y nada mejor que uno de los más caracterizados y autorizados – por haber sido fundado por uno de los falangistas más señeros y mártir de la Cruzada, como es Onésimo Redondo – me refiero al periódico vallisoletano

Libertad, el cual, dentro de un tono paternalista y de superioridad, alaba lo realizado en Portugal por Oliveira – “admirable reconstructor lusitano” – al tiempo que le lanza alguna pulla tanto referente al pasado (nuestra común confrontación en Sudamérica) o el que esté luchando por conseguir su “independización” (sic) por el camino de la paz, lo que “nosotros hemos logrado con la guerra”. Desde luego, aunque así fuese, valorar más la guerra que la paz como método, sólo se le puede ocurrir a una generación ciertamente trastornada por la contienda. En el fondo, a lo que se está apuntando es al deseo de que Portugal se aleje de los aliados, especialmente de Inglaterra. Por “independencia” española se entiende haberse librado del comunismo y estar, aun en este momento victorioso para los imperios centrales, al lado de Alemania³.

La breve estancia de Oliveira en Sevilla se completa con un breve paseo privado, incluso de incógnito (lo que contrastará totalmente con la parafernalia que se montará en Portugal cuando Franco devuelva la visita). La salida de Salazar en la mañana del 14, se reseña que es despedido “por numeroso público”, pero sin que se monten espectaculares paradas militares, etc. A las dos y cinco de ese mismo día el jefe del Gobierno portugués llega a Badajoz (frontera de Caya), acompañado de ambos embajadores, puesto que tanto Franco como Serrano Suñer se quedan en Sevilla, en donde desarrollarán importantes actos para la galería, lo cual empequeñece aun más, si cabe, el tratamiento dado, tanto oficial como periodístico, al Jefe del Gobierno portugués y ministro de Asuntos Exteriores Oliveira Salazar.

De la visita, a lo que se le presta atención en los días inmediatos, es la repercusión que ha tenido en la prensa portuguesa, de la cual, se afirma, que ha sido noticia muy destacada, así como la atención prestada a la anodina y aséptica nota de la oficina diplomática, el único documento oficial (a falta de discursos) que emana de la entrevista.

De entre toda la prensa portuguesa se seleccionan párrafos del *Diário de Notícias*:

“Este encuentro es la continuación lógica, y, al mismo tiempo, la confirmación de la amistad que une a España y Portugal. La ratificación siempre de esa política en los momentos actuales presenta una importancia histórica y europea que no puede pasar inadvertida. Los intereses de los dos pueblos ibéricos, la universalidad de sus tradiciones y sus destinos, su posición ante el conflicto mundial y el elevado prestigio de sus jefes, dan a la conferencia de Sevilla una alta trascendencia. (...)”

Decía que el tratamiento, tanto diplomático como cobertura periodística, que se le da a la visita de Oliveira, queda incluso más empequeñecida por la actividad desplegada por Franco e incluso por Serrano Suñer en el mismo día de la partida del jefe de Gobierno Portugués. Parece que el acto

principal y a lo que va realmente Franco a Sevilla es a una visita oficial a dicha ciudad.

Este tratamiento, que nos es causal, y que contrastará radicalmente con el de siete años después, se explica fundamentalmente en función de tres coordenadas: Franco se siente aun exultante y fuerte; segundo, los teóricos amigos y correligionarios del franquismo (las potencias del Eje) están aun en fase expansiva: los japoneses acaban de entrar en Singapur, se habla de que el imperio británico, especialmente en la India, está en clara descomposición; Antonescu (Rumania) se echa en brazos de Hitler, por si fuera poco madame Petain visita Madrid, etc. El fascismo aun se halla en fase expansiva, aunque por poco tiempo.

Sin embargo, pese a esa exultación, al menos aparente (propagandística) no sé hasta qué punto Franco, a mediados de febrero de 1942, no comienza ya a olfatear la posible contención e incluso derrumbe de Alemania, tal y como de alguna forma da a entender, a mi modo de ver, en el discurso (ahora sí hay discursos) precisamente ante los militares acantonados en Sevilla (recordar el destacado e incluso preocupante papel que representante el popular Queipo de Llano, aunque ya hayan pasado sus mejores tiempos), especialmente interesante es la segunda parte del discurso cuando se refiere a Alemania como baluarte frente al comunismo:

“Mi general (Capitán General, que le había precedido en el uso de la palabra, pero cuyo contenido no se difunde, sin duda para minimizarlo), señores generales, jefes y oficiales: Gracias, mi general por esas palabras de afecto y adhesión y de recuerdo de nuestra Cruzada.

En estos momentos en que me encuentro ante la oficialidad del Ejército español, ante mis queridos camaradas de ayer, de hoy y de mañana, siento la satisfacción de aquellos actos de mi vida militar, hoy remozados por encontrarme entre esta oficialidad, que ha crecido y se ha curtido en pleno campo de batalla y que constituye la promesa más seria y cierta que encuentra España en estos momentos.

Vosotros, que vivisteis la Cruzada, comprendéis mejor los esfuerzos que nos costó devolver a España su grandeza, así como los sacrificios de nuestro pueblo por abrirla nuevamente las puertas de la Historia y le permita lanzar al mundo y defender un nombre, un prestigio y una bandera que, desgraciadamente, estaban entonces en franca decadencia. Sin aquella Cruzada no hubiera sido posible que un puñado de españoles voluntarios hubiera ido hasta las estepas de Rusia a defender los mismos principios que aquí se defendieron. Se abrió una Era con nuestra Cruzada, pero esa Era no ha terminado.

Precisamente, en estos momentos, una parte del mundo combate por destruir el baluarte que durante veinte años contuvo a las hordas rusas y defendió a la civilización occidental. Porque podemos hablar sin veladuras de quién defendió a Europa de la peor de las invasiones, de la invasión del comunismo. Durante ese tiempo, Rusia trató por todos los medios de minar la

retaguardia, de formar en Europa su quinta Columna, como hizo aquí en España, para poder más fácilmente saltar sobre su civilización y destruirla. Y en estos momentos de lucha entre los pueblos del mundo presenciamos cómo se pretende destruir el baluarte y se ofrece a Europa como posible presa del comunismo. No tememos su realización; tenemos la absoluta seguridad de que no será así; pero si hubiera un momento de peligro, si el camino de Berlín fuese abierto, no sería una división de voluntarios españoles (se refiere a la División Azul) lo que allí fuese, sino que sería un millón de españoles los que se ofrecerían... (Una clamorosa salva de aplausos interrumpe las palabras de Su Excelencia). Aunque, como digo, tengo la seguridad de que no será necesario, vuestro entusiasmo me conforta, pues es la afirmación de que España entera se lanzaría otra vez por el camino de la Reconquista a hacer revivir de nuevo los valores de su Cruzada. Cruzada que fue posible por la unidad con que España fue toda a la guerra.

Los oficiales que me escucháis, que os formasteis en las mismas trincheras, no procedéis solamente de una clase española. Sabéis que fueron todas las de la nación las que poblaron vuestras filas con su afán por una nueva España, llena de solidaridad y de espíritu de justicia. Y para que esa solidaridad persista hemos de hacer nuestra Revolución nacional. No una revolución destructiva, sino la constructiva, que lleve a todos los hogares el pan y la justicia prometidos.

Estas no pueden ser palabras vanas. Necesitamos crear para ello los cuadros, poner a la nación en pié para realizar firmes y serenos los ideales de la Revolución, ya que si esto no prosperase tendríamos unos cuadros de oficiales, pero careceríamos de soldados; de esos heroicos voluntarios que están cayendo hoy con el corazón encendido en las estepas rusas, lo mismo que lo hicieron aquí por la España mejor; por la España una, por la España grande y por la España libre que en vuestros brazos confío. ¡Arriba España! ¡Viva España!”⁴.

Este discurso por el lugar, ante quién lo pronuncia, el especial momento y sobre todo por el contenido me parece altamente significativo. Sevilla fue un baluarte un tanto especial (feudo de Queipo), Franco se siente muy a gusto ante la “familia militar”; no es menos significativo que mientras con Salazar no se cruzan discursos públicos, cuando el Jefe del Gobierno portugués aun no ha abandonado la ciudad, Franco se autoprepara un gran montaje en la capital andaluza: “Las autoridades civiles y militares de la ciudad desfilan ante el Caudillo”. Franco se da un auténtico baño de multitudes, lo cual parece no querer compartir con el colega portugués. En cierto modo, casi es una afrenta, toda vez que a Salazar prácticamente se le abandona a su suerte (salvo la compañía del embajador español) y delante de sus mismas narices se monta la gran representación.

Por su parte, la prensa, sin duda siguiendo consignas, dedica grandes titulares a que “Sevilla rinde homenaje de adhesión a Franco”, con lo cual la visita del portugués aun queda más diluida para la opinión pública.

Del discurso, aparte de las frases hechas y los tópicos, como que se da entender que han sido todos los españoles los que han obtenido una victoria descomunal no se sabe bien en contra de qué enemigo (¿comunismo?); me parece que la referencia a la necesidad perentoria de llevar a cabo la “revolución constructiva” (nacionalista, se entiende), para diferenciarse de la “destruccionista” (soviética), puesto que, en otro caso, habría cuadros, “pero no soldados” (base popular) es algo a reseñar; estamos todavía en la fase en que salvo algunos (Ridruejo, el hedillismo) se sigue repitiendo la retórica de la “revolución nacionalsindicalista”.

Sin duda la parte más importante del discurso es la última en que hace referencia ya, por un lado, a que la lucha franquista es contra el comunismo (Franco, centinela de occidente, que apecerá más tarde, tras la derrota de Alemania) y que la primera línea de esa contienda es Alemania. Es significativo y hasta enigmático el que Franco ofrezca “un millón de españoles” (cifra por otro lado, aunque exagerada, que se manejará como costo humano de la guerra civil) para ir en socorro de Berlín; lo cual no deja de ser curioso (contradictorio) de acuerdo con la interpretación oficial que se le da a la entrevista de Hendaya (Franco-Hitler). Más explicables son los atronadores aplausos de asentimiento y no menos explicables, aunque evidentemente incoherentes, en que esos oficiales, que se desbordan en aplausos en 1945, no acuda ni uno solo a Berlín. La historia se encargará en un breve período de tres años en dejarlos por mentirosos o por lo menos por aduladores.

Desde este momento Franco y Salazar se entrevistarán de forma ocasional, sin carácter oficial, en la frontera, dentro de las provincias de Salamanca y Zamora; por otra parte, las referencias periodísticas a Portugal son escasas y en el político-diplomático los recelos, como se comprueba a través de la abundante documentación de Exteriores, están a la orden del día: hay excesivo puntillismo, especialmente por parte de Portugal, en seleccionar a conferenciantes, el tipo de conferencias, visitas, etc.

II. La visita de Franco a Portugal en 1949

Hace ahora exactamente medio siglo – se cumple el aniversario entre el 22/28 de octubre de este año – que Francisco Franco, jefe del Estado y del gobierno español, aislado internacionalmente (retirada de embajadores en 1946), por última vez salía del territorio nacional. Esa visita al exterior se realizaba precisa y significativamente al país y régimen “hermano” del Portugal carmonista/salazarista.

Por el aniversario, por lo que significó desde un punto de vista propagandístico – en un momento tan delicado para la pervivencia del aislado régimen franquista – y por los recíprocos imaginarios de los dos

vecinos peninsulares (especialmente durante la guerra civil española), que comparten tabique de paja (la “raya”), me parece que el tema ofrece el suficiente interés como para tratar de analizarlo con detenimiento; aunque en este momento – y dado el tiempo disponible – me centre únicamente en esa puntual visita, la cual, por ese especial contexto al que me he referido, adquiere una significación que nos permite elevar lo puntual a casi categoría.

Ya en otras ocasiones me he preocupado de esta cuestión desde una perspectiva más amplia⁵. Además, estamos a la espera de lo que sin duda será una magnífica tesis doctoral⁶ – en avanzado estado de elaboración – sobre las relaciones culturales entre los dos países peninsulares durante la etapa salazarista/franquista, que nos vendrá a enriquecer y completar el conocimiento del imago que cada una de las dos naciones ha proyectado sobre la otra; en este caso de las respectivas élites. Por último, desde una perspectiva más general de opinión pública, Ricardo Martín de la Guardia⁷ dedica breves, pero interesantes pinceladas, a esta cuestión desde la especial perspectiva de la prensa falangista.

Antes de entrar en la cuestión que nos ocupa, para poder valorarla en toda su plenitud, no podemos menos que recordar aquí algunas pinceladas sobre la aparen-temente agónica situación del régimen franquista terminada la II Guerra Mundial.

Tras la condena y aislamiento del régimen franquista en 1946 por la comunidad internacional, su “visualización” se plasma en la retirada de embajadores; en Madrid únicamente permanecen tres (entre ellos los de Portugal y Argentina) y cuatro ministros plenipotenciarios. España se encuentra como nunca lo había estado antes a lo largo de su prologada historia totalmente aislada⁸. Esta es la realidad. Sin embargo, de esta situación “numantina” (resistencia a ultranza) el régimen supo conseguir, ciertamente bajo severas medidas represivas y propagandísticas, ampliar algunos apoyos de sectores como mínimo reticentes al franquismo, que hasta el momento nada había querido saber de los “vencedores”. Se planteaba como un frente “patriótico” frente al contubernio internacional.

Durante los años y 1946 y 1947 la situación del régimen es ciertamente crítica. Sin embargo, a partir de 1948 la situación internacional comienza a cambiar⁹: Francia abre tímidamente sus fronteras a la España franquista; Estados Unidos y la URSS entran en una nueva dinámica (Guerra Fría), etc., lo cual indirectamente favorecía al régimen español, como la prensa más adicta se encargará de airear machaconamente.

En este sentido, Ricardo Martín de la Guardia escribe: “La imagen difundida al respecto se basó en mostrar al lector que los países no sometidos al régimen soviético se habían dado cuenta del sentido de la responsabilidad histórica, la fuerza moral y la dignidad de los dirigentes españoles, los cuales en ningún momento habían dudado en considerar al socialismo marxista con todas sus secuelas como el peor enemigo de Occidente”¹⁰.

No hay que olvidar que a finales de este año tanto Norteamérica (Foster Dulles) como Inglaterra (Churchill) solicitan la reapertura de las instituciones internacionales para la España franquista. La creación – a comienzos de 1949 – de la OTAN (NATO)¹¹, que supone de facto el reconocimiento de la amenaza comunista, vienen indirectamente a colocar a la España franquista como la “adelantada” contra el “peligro rojo” y a Franco como el “centinela de Occidente”.

Pese a todo, el momento sigue siendo internacionalmente difícil para España, puesto que tenemos que esperar a 1952 para poder contar en Madrid con 24 embajadores y 18 plenipotenciarios. El año de giro favorable para España es 1953: el anti-comunista militante Eisenhower se convierte en presidente de Estados Unidos. En ese mismo año se firmará el Pacto de Madrid (septiembre) y el presidente norteamericano en persona terminará por venir a España en visita oficial.

En octubre de 1949, en que tiene lugar la mencionada visita de Franco a Portugal, es aun un momento difícil para el régimen español, pero no ya el crítico de los años siguientes de la postguerra; aunque tampoco aun el de la paulatina inserción de España en los organismos internacionales¹².

La preocupación de Inglaterra por los cambios que se están produciendo entre Portugal y España, de fondo la creciente benevolencia de Estados Unidos hacia el régimen español, aparecen ya recogidos en informes confidenciales de la embajada inglesa en Lisboa como balance del año 1948¹³. La visita a Portugal se contempla ya como una hábil maniobra de Franco y la buena disposición del portugués (“Dictator’s Club”) a las pretensiones del español¹⁴. Los primeros rumores acerca de la pretensión de Franco de devolver la visita al presidente portugués datan del mes de julio de 1948. Tan pronto como comienzan a circular dichos rumores, el gobierno inglés (a través del Subsecretario del Foreign Office) pide explicaciones al embajador portugués en Londres; el cual tras consultas con su gobierno, no lo desmiente. El gobierno inglés le hace saber su “desaprobación”. A través del embajador inglés en Lisboa, el gobierno portugués le aclara que ha sido Franco quién ha hecho la propuesta con el siguiente pretexto: quiere visitar Argentina para el 12 de octubre, (*Día da Raça*, en el original inglés), pero que antes le gustaría, en devolución de la visita pendiente, que su primera salida de estado fuese a Portugal.

En realidad la intención de Franco, según los británicos, obedecía a que quería preparar el terreno “antes de su intervención en la Asamblea de las Naciones Unidas”, que preveía hostil.

El gobierno portugués lo que hace de momento es negar la menor (las prisas de Franco) – posiblemente para contentar a Inglaterra y aparentar que no cedía a las pretensiones del español – pero a la postre aceptar la mayor; es decir, desvincular la visita de Portugal con la de Argentina (será Serrano Suñer el que se desplace a Argentina el *Día de la Raza* de 1948) y “posponer

indefinidamente la visita”. Desde luego esto es lo que se cree el embajador inglés en Lisboa, pero es muy posible que Salazar, a cambio de que Franco aceptase la componenda, ya se comprometiese en ese momento a dar el visto bueno a dicha visita.

No debemos olvidar, que el Pacto Ibérico cumplía diez años en el mes de marzo del inmediato 1949 y que, al no ser denunciado con una antelación de seis meses, automáticamente quedaba renovado. Estaba claro que ambos dictadores estaban de acuerdo en el apoyo mutuo, como había ocurrido durante la Guerra Civil española, pero que Oliveira tenía que capear las presiones del gobierno inglés.

La embajada inglesa en Lisboa, a partir de finales de septiembre de 1949, constata que todo indica que la visita de Franco es imparable¹⁵. El encargado de la embajada (Grey), no sólo aduce razones ideológicas para oponerse a la visita, sino también los comentarios antibritánicos de la embajada española. Como arma de presión ante Salazar hacerle saber que se podría “estimular la oposición” a su régimen para remover al “dictador”. En último término, el representante inglés pide instrucciones a su gobierno en cuanto a la táctica a seguir. No se sabe lo que va hacer Estados Unidos, cuyo embajador se halla también fuera de Portugal, así como el francés; el de Sudáfrica parece que no llegará aun. En todo caso, entiende el inglés que sería realmente penoso que los tres embajadores no adoptasen la misma postura de estar fuera de Lisboa, sino incluso fuera de Portugal durante la visita. De momento (finales de septiembre) el representante inglés, a la espera de que regrese su embajador (Ronald), piensa seguir asistiendo con normalidad a las fiestas portuguesas, pero “no a las de la embajada española”¹⁶.

Se aduce, aparte de argumentos que podríamos denominar políticos (régimen dictatorial de Franco), otros mucho más pragmáticos a tener en cuenta: la actitud de Francia preocupada por el probable estacionamiento (bases) de tropas americanas en la Península, después de las ya desplegadas en Alemania¹⁷; la posible y preocupante influencia de Norteamérica en la Península a través del Plan Marshall (que se podía extender a España) y la más que probable transigencia de Estados Unidos con el régimen de Franco a cambio de las bases (acerca de lo cual el embajador inglés no andaba desencaminado).

Además, Franco está recuperando terreno (“victorias diplomáticas”, entiende el representante inglés en Lisboa), aparte de la cacareada visita a Argentina; la influencia de España en el Oriente Medio (Jordania y Egipto) es cada vez mayor; Brasil está apunto de reintegrar a su embajador, etc. En este contexto, la visita a Portugal significaría no sólo reforzar el Pacto Ibérico (indirectamente podía perjudicar a Inglaterra y su comercio, que le es favorable en 1948, pese a la gran crisis económica de Portugal); pero además, se podría considerar por parte de España – así ya se había lanzado la especie – que era una forma indirecta de sumarse España a la Alianza Atlántica a

través de Portugal, que está a punto de entrar en dicha organización¹⁸. Recordemos, *mutatis mutandis*, el papel de Italia en los sistemas bismarquianos.

En este sentido, el representante inglés recomienda a su ministro que presione sobre Portugal con la amenaza de vetarle la entrada en la Alianza y no beneficiarse del Plan Marshall; aunque es pesimista en cuanto a los resultados, puesto que Estados Unidos no está por la labor, ya que el objetivo primordial es asegurar la Península Ibérica contra “caos”. Es curioso, por novedoso, que no se ve el peligro de una posible subversión revolucionaria en la Península Ibérica proveniente tanto del Partido Comunista como sí de los anarquistas. Se sentencia que, de triunfar el desorden en España, Portugal sería indefendible, puesto que el mismo gobierno portugués reconoce que “no existen fronteras”; las únicas fronteras donde se podría contener el caos sería en los “Pirineos”¹⁹. En definitiva, Franco es una garantía para mantener el orden no sólo a España, sino indirectamente también en el mismo Portugal. La suerte está echada.

Tal es así que en un informe que la embajada británica elabora acerca de la actitud de los círculos militares portugueses²⁰ con respecto a España, pese a las reticencias que algunos militares (nacionalistas) puedan tener con respecto a España e incluso con Salazar, por no haber aprovechado la ocasión de la guerra, para recuperar Olivenza²¹; no obstante, la opinión dominante es que la colaboración con el régimen español se presenta “como inevitable y necesaria”, tanto por razones estratégicas como para mantener una política de estabilidad en la Península²².

Cuando la visita de Franco a Portugal se da ya como inevitable por parte de los ingleses, todo su empeño será en reducir a la mínima repercusión dicha visita. Evitar cuidadosamente que tal visita no se entienda como una inserción indirecta, a través de Portugal, de España ni en el Pacto Atlántico ni en el Plan Marshall. Segundo, hacerle el vacío diplomático a Franco no estando presentes en Lisboa la mayor cantidad posible de embajadores, desde luego no los de Inglaterra, Francia y U.S.A. Y un tercer punto, evitar que Franco no se entrevistase, como era el deseo de Franco, con don Juan. Durante dicha visita la familia real española permaneció sin moverse de Estoril, pese a la invitación de Franco a que se desplazasen al palacio de Queluz, su residencia durante la visita (a escasos kilómetros de Monte Estoril), o, en otro caso, no importaría en un lugar “neutral”. Don Juan y la reina Victoria no aceptará: está claro – afirman los ingleses – que don Juan no tiene ningún interés en dicha visita, porque considera innecesario cualquier aproximación al general Franco²³.

La visita, pese a esfuerzo especialmente de los ingleses, se realizará entre el 22 y 27 de octubre de 1949²⁴.

Las referencias a Portugal por parte de la prensa española, antes de mediados de octubre de 1949, son esporádicas y casi anecdóticas. Incluso cabe pensar, como hipótesis, dada la rígida censura sobre los medios de

comunicación del franquismo, cómo si hubiese algún tipo de consigna en el sentido de no tocar temas portugueses: ¿fantasmas y recelos históricos?, ¿Asiento de don Juan y su familia en Monte Estoril? Lo cierto es que antes y después de este “octubre ibérico” las referencias por parte de la prensa española a Portugal son más escasas de lo que cabría esperar de los dos vecinos peninsulares y con regímenes políticos muy similares²⁵.

Hemos procurado tratar de buscar diferencias entre periódicos distintos, en la medida que las diferencias tienen cabida durante la etapa dictatorial, pero prácticamente no hemos encontrado ninguna por lo que toca al tema que nos ocupa, salvo la inserción de alguna que otra editorial y/o colaboración especial, siempre líricas y laudatorias en grado superlativo. Lo cual no debe extrañar, al tiempo que revela palmariamente la existencia de un rígido control de prensa – máxime ante esta especial visita – para imponer un único discurso propagandístico; lo que se consigue, aparte por la existencia de la censura previa, por medio del control de las fuentes de información, Agencia EFE y/o su filial Cifra, y la inserción obligatoria de algunos artículos de “firmas”, como el del reconocido periodista oficial del régimen y director de dicha Agencia Pedro Gómez Aparicio, aunque nada menos que con el sonrojante y desde luego tan poco “viril” título de: “La sonrisa de Franco ha conquistado Lisboa”²⁶ – lo cual, en último término, mejor hubiese cuadrado (retóricamente) a la esposa – y sobre todo el de Eugenio Montes – escritor gallego y reconocido lusófilo –, insertado además en el buque insignia del falangismo nacional, *Arriba* (Madrid), cuya interpretación, prescindiendo del ropaje grandilocuente, resulta reveladora del alcance que el régimen le da a dicha visita. El solo título resulta cuando menos indicativo: “La profecía cumplida”²⁷.

La prensa, a partir de la semana anterior – no antes – comienza a adelantar alguna información, para calentar motores. Dentro de esta estrategia está la realizada entrevista que el *Diário de Notícias*²⁸ lisboeta le hace a Nicolás Franco, que sigue de eterno embajador en la capital del Tajo. Entrevista que la prensa española reproduce en parte, especialmente los comentarios laudatorios que hace el periodista portugués (Urbano Rodrigues):

“Sabemos que el Generalísimo Franco es un amigo sincero de Portugal y que ha seguido con noble y apasionado interés nuestra reconstrucción financiera, la elevación de nuestro prestigio externo, el progreso que en los 20 últimos años se ha operado en el campo de nuestras actividades, citándonos muchas veces como ejemplo. Su franqueza de soldado tanto como sus virtudes de hombre lleno de domina toda su política. Dice siempre lo que piensa o lo que le dicta el corazón y el honor le impone, agrada o desagrada a los amigos, a los indiferentes o a los adversarios por muy poderoso que sean. En relación con los portugueses solo palabras de aplauso y de cariño le han salido de los labios. En las horas difíciles de la

conflagración mundial su mano firme se tendió reconocida y afectuosa para la nación vecina, que tan valerosamente en las horas críticas para su patria supo mantener gallardamente su soberanía y ser fiel a sus principios de orden.

Ya en plena guerra reforzó en la conferencia de Sevilla con Salazar el de amistad y no agresión, y a través de las mayores dificultades y de las situaciones más delicadas supo después conducir su política de forma que no crearan dificultades a nuestra posición de aliada con Inglaterra, bien definida en aquel tratado. La población portuguesa no ignora hoy cuánto debe – y con ella la de tantas otras naciones – a la lealtad y firmeza con que España supo mantenerse fiel a los compromisos que había asumido con Portugal. El Generalísimo Franco, representante de una nación que nos respeta, nos comprende y nos quiere, será recibido no sólo con la mayor simpatía, sino con entusiasmo (...)”.

En la entrevista, el embajador, Nicolás Franco, resalta en primer lugar la importancia que España concede a la amistad con Portugal y cómo Franco ha tenido la intención de visitar Portugal “nada mas terminar la guerra civil”²⁹, lo cual indirectamente venía culpar a Inglaterra, cuya oposición hasta última hora es, como acabamos de señalar, persistente; pero para no comprometer más de lo necesario a Portugal, la visita es calificada oficialmente (“en lenguaje diplomático”) como de “cortesía”, por lo tanto no se debería de hablar de “temas políticos”, los cuales, por otra parte, entiende el embajador diplomáticamente: “ya están contenidos y resueltos en la letra de nuestros pactos y en el espíritu de nuestros pueblos y Gobiernos”. Sin embargo, en un guiño de complicidad con el entrevistador y lectores del periódico, Nicolás Franco deja sentado que dichos temas políticos a buen seguro no serán obviados:

“No obstante – prosigue – estos contactos entre Jefes de Estado tienen siempre importancia política trascendental. Por añadidura, en el momento delicado en que vivimos, lleno de incertidumbres, es naturalísimo que se cambien impresiones sobre la colaboración peninsular, cada día más estrecha, en presencia de los problemas que creará la defensa de nuestra civilización, de nuestro suelo y del Occidente europeo, cadena de naciones que tienen en este eje peninsular una de las más sólidas garantías de firmeza. Fuimos grandes batalladores de la fe y de la civilización. Tenemos aún las mismas virtudes y la misma sangre, ¿por qué no hemos de luchar de nuevo y representar en el mismo plano un gran papel en el mundo?”

Como hipótesis, entiendo que, a falta de mejores razones, la muy escasa relevancia (un anodino segundo plano) que el hombre fuerte de Portugal – y correligionario ideológico del español – Oliveira Salazar (Jefe del Consejo de Ministros) obedece precisamente a este planteamiento diplomático o, si se quiere, compromiso con Inglaterra de que *únicamente* se

trata de devolver una visita de cortesía por parte del Jefe de Estado español (Franco) al Jefe de Estado portugués (Carmona). Salazar, oficialmente, únicamente acompaña a Franco en un acto “menor” o de divertimento como es una “tourada” a la antigua usanza de Portugal. Máxime cuando había sido precisamente Oliveira Salazar el que en 1942 se había desplazado a España (Sevilla).

Toda una amplia serie de informaciones acerca de preparativos, ejército portugués, etc. forman parte del calentamiento propagandístico previo. En esta misma línea se adelanta el completísimo programa de la visita, que tendrá lugar entre el sábado 22 y el jueves 27 de octubre (1949)³⁰, dentro del cual no falta absolutamente de nada: recepción oficial, ostentosa parada militar, baño de multitudes, alojamiento en el dieciochesco palacio de Queluz (la Granja de Portugal), recepción por el Jefe del Estado, Ayuntamiento, presencia de unos ejercicios militares y sobre todo nombramiento como doctor “honoris causa” en leyes por Coimbra, visita a Fátima y agasajo de agradecimiento en la preciosa embajada española a autoridades, alta sociedad lisboeta y cuerpo diplomático, del cual los que más interesan se halla diplomáticamente fuera de Lisboa. Y todo ello acompañado de divertimentos: teatro, toros, fuegos artificiales, etc. Y, desde luego, los discursos, algunos de los cuales merecen especial atención.

El traslado de Franco a Portugal está cuidadosamente preparado, sin duda la puesta en escena (pactada desde luego con los portugueses) no debe ser pasada por alto, puesto que forma parte y muy principal de la operación propagandística e incluso diplomática – entiendo – especialmente frente a Inglaterra.

Sí Carmen Polo, acompañada de un amplio séquito³¹, se traslada en un tren especial, pese a las horas empleadas (toda un a larga noche)³², resulta más breve y sin duda más cómodo – y también más económico – que la enrevesada ruta que emprende Franco. A primerísima hora de la mañana, del día 21, sale Franco del Pardo en dirección a Vigo. Come en el parador de Puebla de Sanabria (aparte del séquito oficial que le acompaña, comparte mesa con el periodista gallego Wenceslao Fernández Flórez, suponemos que va como cronista oficial). A Vigo no llegará hasta prácticamente las 8 de la tarde (lo cual ya supone 12 horas y media desde que sale de Madrid). En Vigo, después de un baño de multitudes, se traslada a bordo del buque-insignia, Miguel de Cervantes, escoltado los cruceros Galicia y Almirante Cervera. Se hace acompañar de un numeroso y florido séquito, entre del cual destacan el ministro de exteriores (Martín Artajo), Marina (Regalado)³³, embajador de Portugal (Carneiro Pacheco) y una larga lista de altos militares españoles: Martín Alonso (jefe de la Casa Militar), etc. En definitiva, un séquito relumbrón.

Sin embargo, en ningún momento aparece en la detallada relación oficial de acompañantes el general Vigón; no obstante, en los informes

confidenciales enviados por la embajada inglesa se asegura – siguiendo soplo de los franceses – que el influyente militar español se ha desplazado a Lisboa³⁴. No llegamos a saber exactamente con qué objetivo y por qué se silencia su nombre, si es que realmente llegó a desplazarse: ¿fue el que llevó el peso de las negociaciones con Oliveira, mientras Franco y Carmona se dedicaban a la “visita de cortesía”?

Al llegar la flotilla española a la altura de Cascaes, una representación de militares portugueses suben a bordo, para servir de enlace entre ambas autoridades. En el Tajo, un gran despliegue de la marina portuguesa. En tierra cinco mil soldados, con armamento variado y moderno, dispuesto para la parada y desfile militar.

Sin duda, tamaño despliegue satisface a ambas partes, aunque por razones distintas: Franco, porque lo toma como un cumplido especial; por parte portuguesa, se trata de impresionar a Franco (pór si esconde algún tipo de “imperialismo” oculto) con la calidad y variedad del armamento. Ciertamente, la prensa española detallará este aspecto, posiblemente por convicción (impresionados) y/o por contentar a los portugueses; pero también, sin duda, para resaltar en gran recibimiento que se le hace al caudillo de las Españas.

En la bella Plaza del Comércio, en una aparatosa tribuna, espera Carmona³⁵ y todo el gobierno portugués (Salazar, al frente), la Cámara Municipal (presidida por Salvação Barreiro). En lugar secundario, pero destacado, las respectivas esposas, presidentes de la Asamblea Nacional y de la Cámara Corporativa, el Cardenal Patriarca de Lisboa (Manuel G. Cerejeira), diplomáticos de la Embajada española, diputados portugueses y otras personalidades. Tras los himnos y saludos de rigor, los indispensables discurso de ambos Jefes de Estado.

Discurso del Jefe del Estado Portugués, mariscal Carmona:

“Excelencia: deseo, en primer lugar, agradecer al Generalísimo la honra insigne de su visita y haber dado con ello al pueblo portugués el placer de saludar a España en la persona del Jefe del Estado español, y en España, para decirlo todo. A sus glorias y sus heroicos sacrificios. Recuerdo la visita que yo mismo hice, hace precisamente veinte años (1929), a Madrid y la grandeza de la recepción de que fui objeto. Nosotros no podíamos pensar en retribuir los extremos de hidalguía y amabilidad que entonces se nos manifestaron, a no ser con la espontaneidad y sinceridad absolutas de nuestros sentimientos de fraternal estimación.

El período que transcurrió entre los dos actos, cortos en relación con las medidas de la Historia, estuvo sin embargo lleno de grandes acontecimientos.

Todo parece haber mudado la faz de Europa y del mundo; mudaron sistemas de gobierno, desencadenáronse guerras, alternando victorias y derrotas; desaparecieron naciones e imperios; entraron en competencia nuevas hegemonías y, sobre las ruinas acumuladas, el espíritu del mal continúa atizando la revolución de la materia contra disciplinas sociales que siglos de civilización impusieron a la actividad de los hombres, para

elevación de éstos. A las ruinas morales que tales que tales transformaciones llevaron consigo, se une los perjuicios de las ciudades desbastadas, de los campos estériles, de las poblaciones condenadas a la miseria y, sobre todo, el dolor de no tener Patria. El odio tendió a destruir aquel sentimiento de lo justo, de lo humano, de lo fraterno, que era característica común de los europeos y demás pueblos civilizados.

Si sobre la compleja perturbación actual es posible formular desde ahora un juicio, tal es que se caminó en sentido opuesto al del interés común y los resultados son lo contrario de lo que debieran de ser de acuerdo con la recta razón y con el deseo de todos. ¡Tanta veces la Historia trastornó los designios de los hombres que pretenden dirigirla!

De esta conclusión van ciertamente a surgir nuevos sistemas de Gobierno, otras relaciones, diferentes ordenaciones de fuerzas, mas si hay valores eternos, cuyo fin es regir los destinos de los hombres, no parece que estos puedan conseguir la paz y la felicidad, sino en la medida que los restauren y obedezcan.

Ahora bien, en el curso del tiempo referido, la Península se mantuvo por la acción de sus hombres de Estado y gran favor de Dios, libre de las incidencias directas del conflicto, en neutralidad y paz. Y desde que España volvió a encontrar, a fuerzas de dolorosos sacrificios, su propia alma, también fue posible que los intereses comunes de las dos naciones, sin reacciones frente a la crisis del mundo, encontrasen una expresión política adecuada.

En verdad, de uno y otro lado, se fue construyendo sobre la comunidad de las fronteras, la afinidad de carácter y paralelismos de cultura – realidades tan patentes, que solo por ceguera podían dejarse de ver – una política de abierto entendimiento para los intereses comunes y, sino la misma línea de conducta para el completo de la política exterior, casi la misma ruta.

Al máximo problema del momento, que sigue siendo aun el de la subsistencia del espíritu europeo. Y en la defensa de lo que unos y otros reputamos como los mayores intereses de la civilización de Occidente, España y Portugal se encuentran la una al lado de la otra y confiadas en su razón.

Si no fuera demasiada presunción, por lo que a nosotros se refiere, yo ambicionaría que mientras que Europa cura sus heridas, fuera la Península una reserva del ideal y mansión de orden y disciplina social.

Obedeciendo al imperativo de este sentimiento, levanto mi copa por las prosperidades personales de su Excelencia el Generalísimo Franco y de su ilustre esposa, mi señora (señora mía), por la gloria de España y por la felicidad del pueblo español”.

Contestación de Franco:

“Excelentísimo señor:

Sean mis primeras palabras de encendida gratitud por el grandioso recibimiento que me ha rendido la nación portuguesa en la solemnidad de este día, en que a la emoción de contemplar desde esta maravillosa ría del Tajo estas tierras coronadas de torres, Catedrales y Monasterios, que pregonan una historia secular de glorias y grandezas tan sensibles para los que por nuestra vocación rendimos culto a la caballeridad y al heroísmo,

se une la que despierta el calor entusiasta de vuestro pueblo compartiendo vuestro sentir.

Puedo aseguraros sin hipérbola oratoria que si mi corazón no viniera ya cautivado por vuestra Historia legendaria y caballerosa, se hubiera rendido hoy a la belleza de esta tierra y a la cordial simpatía de sus hijos.

Median a veces entre los pueblos vínculos poderosos que, aunados por la misma naturaleza, y vigorizados por la Historia, superan a la definición de los juristas y escapan a las determinaciones del Derecho positivo. Obra es de los siglos en la que, amén de la comunidad de origen, la paridad de las razas y la similitud de las lenguas colaboraron un espíritu común y una misma vocación en la ejecución de trascendentales empresas que ostentan, más que el sello de las humanas previsiones, la traza misteriosa del plan con que la Providencia rige los ignotos destinos de la Historia. Unos mismos ríos fecundan nuestras riberas, una misma meteorología rige nuestras cosechas, un mismo sol ardiente templó nuestras eras, unos mismos cantos resuenan en nuestros valles, y unas mismas tradiciones forjaron el alma popular en la que, a pesar de sus diferencias, asienta siempre, sin mengua de su independencia política, un algo espiritual de común perdurable y fraterno.

Pueden nuestros pueblos en tiempos bonancibles olvidar la historia y aislarse en su solar, pero tan pronto los vientos se levantan y una amenaza se dibuja en el horizonte, vuelve a surgir el pasado con toda su fuerza. No en vano nuestros pueblos padecieron las invasiones de los mismos dominadores; a una misma hora conocieron la luz del Evangelio, impresa para siempre en el fondo de su alma cristiana; juntos salvaron a Europa en lucha multiseular contra la invasión mahometana; por paralelos caminos, pero en una misma dirección espiritual, llevaron a un tiempo la fe de Cristo a las más apartadas latitudes, y animados de un mismo sentimiento y sin previo concierto, acabaron frente a las tropas napoleónicas en lucha denodada por su independencia. Y, pese a cuantos han querido secularmente su fraternidad, muchas veces nublada, la Providencia quiso en sus misteriosos designios que hubiéramos vuelto a emparejarnos en esta etapa de historia a los dos pueblos peninsulares que, en medio de la universal confusión, conservan la serenidad de su espíritu, libres de odios y enamorados de la justicia.

Lo que no admite duda es que sobre el rescoldo de los odios, despecho de los vencidos, soberbia de los triunfadores, ninguna voz puede alzarse con mayor derecho y más alta inspiración, acentos de verdad o inspiraciones de justicia, como la voz de estos dos pueblos hermanos, cuyo sentido de humanidad, forjador del derecho de gentes, tantas veces quedó constatado en las mejores páginas de la Historia Universal.

La transformación que ha sufrido el mundo en estos veinte años a que aludía, ha sido de tal consideración, que nadie puede desde hoy ser ajeno a lo que en el extranjero ocurra, ya que sus salpicaduras y sus ruinas alcanzan a todo el conjunto de las naciones, ligadas entre sí por intereses de todo orden, espirituales, económicos y culturales.

Desde que la primera guerra mundial aceleró el proceso político y social, que hasta entonces se desenvolvía lentamente, hasta la segunda gran contienda que convulsionando al mundo, desencadenó la crisis más honda (conocida), rebasando, como muy bien decía, hasta los propios designios de los hombres, que pretenden dirigirla, han tenido lugar en muchas naciones importantes acontecimientos sobre los que destacan dos (¿señalados?) hechos, que en sus respectivos campos se han adelantado a la marcha del

mundo, al dar cauce a la transformación político y social que el mundo tienen todavía planteada. La Revolución portuguesa madre de veinte años de paz y resurgimiento, y la Cruzada española tan íntimamente vivida por el pueblo portugués y de lo que es expresión de vivida aquellos valientes voluntarios que el más generoso de los gestos quisieron unir su sangre con la española en la gloriosa empresa de (liberar) nuestro solar ibérico del peligro real que el comunismo representaba.

Etapa de este modo comenzada tenía que cristalizar en acuerdos formales, que en los momentos en que Europa se debatía entre la más terrible de sus guerras, mientras nuestros pueblos (han permanecido con unidad) de miras ante un conflicto que los directamente afectados han querido involucrarnos en el torbellino de intereses. Por su leal cumplimiento, España, como Portugal, se comportaron con la fortaleza que presenta hoy como increíble (en medio) de la guerra en las circunstancias más difíciles porque tuviera de atravesar nación alguna. (Para) ambos pueblos la paz era condición vitalísima de su propia existencia y sustentamiento esencial de su resurgimiento. Por cualquiera de ambos que se hubiera quebrado el equilibrio estable, habría traído funestas consecuencias recíprocas, pero quiso Dios concedernos en aquellas circunstancias el don celeste de la paz, para que decididamente a mantenerla a todo trance nos apoyamos mutuamente con el sentimiento fuerte de una amistad nacida de nuestro destino histórico común, de nuestra vecindad geográfica y del entendimiento de nuestras instituciones políticas.

España aspira a ser como Portugal el más decidido paladín de esa política pacificadora en un mundo que deberá restañar las heridas de la guerra más cruel que han conocido los siglos. Es de esperar que la omnipotencia de Dios no desoiga el ruego de estos pueblos, que ansían que en la tierra reine de una vez para siempre la paz verdadera.

Pero mientras esa hora feliz no se aproxime, de que los pueblos vuelvan por el camino único de la paz, que es el de la verdad y el de la lealtad recíproca, sigamos nosotros la línea hace diez años emprendida y con notorios éxitos fecundos en Portugal y España de caminar siguiendo nuestros propios caminos por rutas independientes, un rumbo paralelo y podríamos decir que un destino común. Soberanos y autónomos detrás de sus fronteras, Portugal y España constituyen baluarte permanente de una civilización occidental que ha estado en trance de trágica extinción.

Por eso, con los pies firmes sobre esta incommovible y dura tierra celtibérica, acariciado el rostro por esa brisas confortadoras de nuestro océano, yo pido a Dios que ilumine las mentes privilegiadas del Presidente de la República portuguesa, general (sic) Carmona, del ilustre jefe de vuestro Gobierno, doctor Salazar, para que Portugal, hoy como ayer y siempre, continúe haciendo honor a su ejecutoria de hidalguía y otra vez paladín de la dignidad, vuelva a recorrer por lo caminos del espíritu el ancho campo del mundo, en la seguridad de que en estas rutas morales de trabajo y paz encontrará siempre a su lado el brazo generoso y el corazón fraterno de la nación española.

Y como fiel expresión de estos deseos, levanto mi copa por la grandeza de vuestra nación, por la felicidad del pueblo portugués, por vuestra ventura personal y por la de la ilustre dama que en vuestro hogar comparte entusiasmos y fatigas”.

Tanto el discurso de Carmona, como el de Franco, aparte del aspecto protocolario y ritual, hacen referencia, en buena medida apocalíptica, al panorama mundial tras la última guerra y, por contraste, al remanso de paz, orden y resurgimiento de las dos naciones ibéricas. Naciones que son el baluarte y la reserva de la civilización occidental frente al comunismo, remacha el español. Franco insistirá machaconamente en que se trata de dos naciones independientes y soberanas, pero con un destino común, que viene trazado por la historia, la geografía y una cultura cristiana. Tiene buen cuidado Franco de insistir en que se trata de dos naciones, para evitar el herir la sensibilidad a flor de piel de los ultranacionalistas portugueses. Franco también aprovechará, siempre que se le presente la ocasión, de hablar de la Cruzada española y de lo que representa como recuperación de los valores cristianos frente al materialismo comunista. Y, cara al futuro, después de reiterar el deseo de España de ser un aliado fiel y respetuosos, propone la continuación de la colaboración y apoyo mutuo. En algún momento, como de pasada, hará referencia a la necesidad de “entidades mayores”, muy probablemente se quiera referir al Pacto Ibérico, que se acababa de prorrogar (en marzo) por otros diez años más. Historia, geografía, cultura, gobiernos similares son los pilares sobre los cuales Franco quiere cimentar la continuidad de colaboración y apoyo mutuo entre España y Portugal, en medio de una Europa en profunda crisis. Ambas naciones son ejemplos a seguir y a imitar. Juntas, todo lo pueden; por separado, como hermanas siamesas, tendría una que cargar con el cadáver de la otra. Sería el fin de ambas.

A continuación los “ocho batallones de todas las armas lusitanas”, que rinden honores, inician un “brillante desfile militar”³⁶.

Terminado el acto oficial, camino de Queluz, el coche oficial de Carmona y Franco “fue materialmente asaltado por una nube de periodistas. Detenida, por esta causa la comitiva, ambos Jefes de Estado se mostraron muy complacientes y conversaron con los periodistas, que les asediaban. La entrevista duró unos diez minutos”. La verdad es que dice muy poco acerca de las medidas de seguridad (pese al gran despliegue de fuerzas) y desde luego como si no hubiesen departido ni un minuto, puesto que por ninguna parte sale la más mínima referencia – ni siquiera frase de cortesía – de lo comentado. Sin duda, tal imprevisto “asalto” no figuraba en el guión de los periodistas españoles. No supieron cómo reaccionar. Baño de multitud³⁷, en coches descubiertos (8), hasta el palacio de Queluz³⁸, que le sirve de residencia durante su estancia en Portugal.

Tras el descanso Franco se desplaza al Palacio de Belém “para devolver los saludos al Jefe del Estado portugués”.

Y desde aquí se dirige al Ayuntamiento³⁹, en donde el presidente de la Cámara Municipal hace los honores⁴⁰, con el consiguiente discurso, en donde se resalta la buena vecindad, hermandad, solidaridad (“vivimos – asegura el

máximo representante lisboeta – pared por medio, los infortunios de vuestra guerra civil”) y los votos por la prosperidad de la “España nueva, de la gran nación española, de la España inmortal y por la larga vida del eminentísimo Jefe de Estado”.

Del discurso de Franco, aparte de los agradecimientos de rigor por el recibimiento, cabe destacar: el agradecimiento por la ayuda durante la guerra civil, que se repetirá en más de una ocasión; el paralelismo de ambos regímenes, y la “revolución” pendiente, que aun se sigue manejando después de casi un quinquenio de la derrota del fascismo⁴¹.

La primera jornada (sábado 22) se cierra con una cena de “carácter íntimo”, en el Palacio de Queluz, entre Franco y Salazar. Nada trasciende del contenido.

La segunda jornada (domingo 23), que se inicia con la misa, recibe, en primer lugar, a la colonia española, a la que califica de “lazo permanente, el lazo estrecho con la nación donde trabajáis. Tened esto en cuenta, porque no es la diplomacia oficial la que tiene que acercar los corazones, sino vuestro común sentir, vuestras acciones, la diplomacia de todos cuantos fuera de la Patria estáis en esta bella tierra de Portugal”. Por la tarde, acompañado por Oliveira Salazar, asiste a una “corrida de toros a la antigua usanza del país”; son “aclamados” por el público. Al final de la corrida, ambos ministros de exteriores (Caeiro da Mata y Martín Artajo) aprovechan para sendos discursos. El del español va en la línea de “una misma herencia e idéntica misión civilizadora nos une” y “hay que revalidar día a día el pasado”. Por la noche presencia una impresionante quema de fuegos artificiales.

La tercera jornada (lunes 24) tiene claro contenido militar. Franco se desplaza a Sintra para contemplar “una parada aérea” y luego a Mafra en dónde presencia “un supuesto táctico militar”. En Sintra, pasa revista “a cien aviones alineados en la pista y en la plataforma de estacionamiento, aparatos de transporte y caza, aviones de la escuela de formación, impecable con las tripulaciones alineadas, dejaron en el Generalísimo la mejor impresión”. Está claro que junto al agasajo la “impresión” acerca del equipamiento del ejército portugués.

Ya en Mafra, después de visitar el impresionante monasterio (el Escorial portugués), presencia ejercicios militares y un supuesto táctico “con fuego real”. Unos ejercicios de equitación que resultaron “muy vistosos”. El almuerzo tiene lugar en dicho palacio. En este acto, Franco recibe las “insignias de general de generales del Ejército portugués”.

En contestación al discurso del ministro de la Guerra portugués (Santos Costa), Franco pronuncia un complejo discurso o más bien una “clase teórica” (no se olvide que él había sido el director de la Academia Militar de Zaragoza):

“Excelentísimos señores generales, jefes y oficiales y camaradas todos del Ejército portugués:

No podía ser para mí más grato que vivir estos momentos de intimidad castrense en que, después de haber presenciado vuestros ejercicios y

apreciado el alto grado de preparación de vuestras unidades, poder compartir vuestra mesa y traer el abrazo fraternal de vuestros compañeros de armas españoles. Cuántas veces en el amanecer de vuestra Historia y en la vida paralela de nuestros pueblos se sentaron, como nosotros, a la misma mesa soldados de otras generaciones, que los peligros comunes convertían en hermanos de armas por dilatados períodos.

Unidos por la tierra, ceñidos por los mares, atravesados por los mismos ríos que fecundan y comunican nuestros valles, nuestros pueblos sufrieron análogas vicisitudes en la Historia: luchamos juntos contra la invasión romana, a un tiempo nos alumbró la luz de la fe verdadera, sufrimos la invasión de los bárbaros y de los mahometanos; luchamos juntos por nuestra reconquista: en alzamientos paralelos combatimos y derrotamos a los ejércitos napoleónicos y juntamente fuimos postergados en el Congreso de Viena. Surgen nuestras marinas en los mismos días ante las agresiones a nuestras costas de los corsarios normandos y un mismo sentimiento náutico invade los dos pueblos, y mientras Barcelona y Mallorca en el Mediterráneo son cuna de cartógrafos, de peritos náuticos y de constructores navales, Lisboa y Sagres en el Atlántico se convierten en emporio comercial y sede de cartógrafos y de navegantes. Y si aragoneses, catalanes y mallorquines o vizcainos disfrutaban entonces en Portugal de privilegios y excepciones, igualmente en Barcelona, Sevilla y otros lugares de España los agentes y cartógrafos portugueses obtenían por su prestigio análogos privilegios.

Este sentimiento náutico común arrastra a nuestros pueblos a la epopeya de sus navegaciones y mientras los portugueses, bajo el signo inigualable de don Enrique el navegante, remontando el Cabo de Buena Esperanza buscan con "As descubertas" hacia Oriente el camino marítimo de las Indias, los españoles por el Occidente descubren el Nuevo Mundo, y salvando el estrecho de Magallanes, enlazan con ellos sus manos en el mar de Japón.

Si juntos caminamos en la Historia luchando codo a codo o espalda con España, si aparecemos tantas veces unidos en las grandes empresas, si tenemos unas mismas fronteras con el mundo y ante la extensión de los peligros los pueblos tienden hacia asociaciones mayores, aun llevando sus corazones retorcidos por las reservas. ¿cómo no asociarnos los dos pueblos de la Península Ibérica, cuando ninguno puede sernos indiferente lo que peligre en el interior de ella?

Unidos por la espalda, por nuestros cuerpos recorre la misma sangre y si uno pereciese, el otro no podría marchar con un muerto a la espalda. Estamos obligados a una lealtad recíproca, si no queremos que las fuerzas del mal, que siempre laboran para minar a los Estados y destruir su fortaleza, acaben introduciendo en nuestra Península la traición, que sería la única forma de vencernos. Hemos desengañarnos de que no basta amar la paz y no ofender a los otros para que una nación no sea violentada. ¡Cuántos pueblos de Europa no querían la guerra y contra su voluntad se vieron invadidos y sojuzgados y hoy yacen en la esclavitud más abyecta! La Historia nos enseña a cada paso lo que se puede confiar de las promesas de los otros. Fiémonos sólo de lo que somos, de lo que representamos, pues ese es el único valor de nuestra voluntad de independencia.

Si serenamente miramos al panorama que Europa nos ofrece, hemos de reconocer que vivimos un estado preguerra con una parte de Europa cautiva y otra gravemente amenazada.

Si los ejércitos y sus Estados Mayores han podido ganar la última guerra, no podemos negar que los que les sucedieron, a pesar suyo, han perdido la paz.

Si descendemos a examinar la situación que tienen con la defensa de los pueblos y la capacidad para la resistencia de la mayoría de los sistemas políticos imperantes, contrastamos su ineficacia frente a las nuevas formas de la guerra y ante las amenazas que se ciernen.

En la guerra moderna se recoge lo que en la paz se ha preparado; ni la actitud de los pueblos, ni su moral, ni su preparación industrial y guerrera, tan vitales, pueden entonces improvisarse. La guerra toma formas nuevas y empieza mucho antes de que el cañón truene, utiliza otras armas insidiosas, pero eficaces, para producir la división interna del posible adversario: la siembra previa de la agitación y del descontento en las naciones, a través de los naturales vendidos al extranjero.

Las organizaciones del Kominform, con sus escuelas de agitación, sabotaje y terrorismo; las internacionales de diverso orden y los servicios secretos e inconfesables, en los que se gastan centenares de millones para el dominio de los órganos de opinión y compra de conciencias, no permiten ya los regímenes débiles, alegres y confiados.

Por ello entre los propios medios defensivos frente a la amenaza de la política nacional se ve elevada al primer plano.

Todo esto mirando exclusivamente a la suprema prueba de las naciones, al ser o no ser con que hoy se liquidan las guerras. Mas si bajamos la vista a las necesidades interiores de los países frente a los problemas modernos de los viejos Estados: su superpoblación, el agotamiento de sus veneros naturales, la racional industrialización, la elevación del nivel de vida de sus habitantes, las exigencias de una economía y los imperativos de una amplia justicia y seguridad sociales, constatamos también la poca eficacia de sistemas políticos concebidos hace más de un siglo y que resultan no sólo inadecuados para dominar sus problemas, sino causantes, al correr de los últimos años, del abandono y agravación de los mismos.

Frente a la organización por las ideas que el mundo liberal pretendió levantar, se superpone hoy la realidad de las organizaciones gremiales y sindicales, mucho más fuertes, unidas por los intereses o la clase. Todo ello en medio de un estado de conciencia social en abierta pugna con los principios en que se asentó el viejo orden. Así, en los momentos que es más necesaria la unidad en las naciones, viven éstas en plena división y en honda crisis. En este orden se acusa a cada paso la quimera de los ilusos, que creyeron que la victoria de las armas pudiera cortar la evolución del pensamiento y de las concreciones políticas en los pueblos. Si por una pasión de los viejos partidos, aferrados a sus posiciones, se les cerrasen los caminos naturales para su desenvolvimiento, acabarán saltando sobre ellos, o discurrendo por el cauce que la ruta marxista les ofrece, que indefectiblemente le conduciría a la bárbara y anticristiana meta comunista.

Sólo la Patria es madre y los hombres hermanos cuando la nación realiza cuanto la técnica económica le permite en persecución de la seguridad social de los sectores más necesitados. Sólo el bienestar social que el progreso económico permite, puede afianzar la hermandad entre los hombres de una nación. No se comprende en el tiempo que corremos régimen que no eleve estos problemas al primer plano de sus preocupaciones.

Por ello hemos de considerarnos felices de que la presencia en la Jefatura de nuestros Estados durante un dilatado número de años de dos generales que hicieron profesión de fe patriótica al abrazar la carrera de las armas, haya permitido a sus Ejércitos, con oportunidad indiscutible, salvar a sus naciones del caos a que caminaban, y que ilustres hombres de Estado, como el eminente doctor Salazar, que hoy os gobierna, hayan consolidado en vuestro país un sistema político-social que ha hecho compatible la autoridad y el orden, la buena administración, el progreso económico de la nación y la mejora de las clases sociales, conduciendo a la nación felizmente bajo los más fuertes temporales de la Historia.

Si el apego a las viejas fórmulas y una pereza mental pueden, en algunos momentos en determinados sectores del exterior hacernos incomprendidos, tiene en cambio para nuestros pueblos grandes ventajas y la satisfacción de sentirnos en esta hora muy adelantados con respecto a los otros. No pasará seguramente mucho tiempo sin que les veremos venir por el camino que nosotros trillamos. Lo que hace solamente cinco años sonaba fuera de nuestras fronteras a herejía, hoy ya veis que llena el ambiente del universo.

Veremos, pues, nuestras armas a nuestro modo, sin preocuparnos, en esa vela total que nos permite que la traición entre en el cerco de la fortaleza.

Porque así sea, yo levanto mi copa en este día por el Ejército portugués y por el ilustre soldado que rige los destinos de vuestra nación”.

Es de reseñar, cómo Franco por un lado trata de enviar al ejército portugués el mensaje subliminar que ambos países han tenido a lo largo de la historia enemigos comunes (aunque sea falseando bastante la interpretación inicial sobre el ejército napoleónico); cómo compartimos un solar común y lo que a uno le pase necesariamente repercute en el otro: tiene que “cargar” con las consecuencias; dos países con dos regímenes idénticos y vanguardistas (frente al decadente liberalismo y al iluso y anticristiano marxismo), que los demás no tendrán más remedio que seguimos. En definitiva, no se trata de dos países enfrentados (solo en épocas de decadencia), sino dos países con un destino común, aunque diferenciado, que se necesitan y se complementan. Franco trata de ganarse claramente a los militares portugueses, con el halago, el miedo, una historia a la postre compartida y, en definitiva, que solos, tanto Portugal como España, pueden ver peligrar su independencia y soberanía. Diríamos, del mal toma el menor: hay que posponer las posibles, y probables, suspicacias históricas, si se quiere evitar el caos y/o la misma independencia.

Por la noche⁴², los dos Jefes de Estado asisten a una función de gala en el Teatro Nacional de San Carlos, con actuación de la Orquesta Sinfónica Nacional, danzas folclóricas, etc.

El día 25, martes, está dedicado al mundo intelectual, representado por la vieja universidad de Coimbra, la cual nada menos que le va a conceder el doctorado *honoris causa*, además en leyes, y por si faltaba algo, apadrinado por el Cardenal Patriarca de Lisboa, corriendo el panegírico a cargo del catedrático Braga da Cruz. Más no se podía pedir. Con todo el ritual propio

de la centenaria Universidad, desde su famosa biblioteca se inició el cortejo, presidido por el Rector⁴³, en el cual aparte de todo el claustro⁴⁴, también participan diversas personalidades políticas portuguesas⁴⁵ y españolas⁴⁶, y el embajador de Brasil, como “decano del cuerpo diplomático”.

Discurso de aceptación del nuevo doctor, Francisco Franco Bahamonde:

“Señores:

Rara vez en mi vida de soldado y de gobernante me ha otorgado la Providencia el regalo de una emoción como la que inspira mi alma, con el sentido de la gratitud por el honor que me habéis hecho al recibirme en vuestro claustro doctoral y otorgarme la investidura, que acepté consciente de lo que significaba su valor representativo en todos los aspectos de vuestra intención y propósito.

Habéis querido, sin duda, honrar y enaltecer en el símbolo de mi persona a cuantos españoles sostienen hoy la batalla defensiva de una cultura que nos ha unido tan fraternalmente en tantos siglos de historia paralela. Habéis deseado hacer presente esta amistad manifestada sin equívocos en toda nuestras horas históricas contemporáneas y de manera singular en el instante presente del mundo que, con este abrazo de nuestros espíritus, expresáis que la cultura hispánica y la lusa, hijas de dos pueblos independientes y libres⁴⁷, se alían y se unen para la cruzada común de defender en la crisis de Europa el prestigio de la civilización cristiana de occidente.

Pero mi emoción se ha colmado al traspasar los umbrales del sagrado recinto de esta lusa Atenas, donde entre monumentos artísticos, poéticos exvotos y gloriosos recuerdos, enmarcados en la delicia de sugestivos paisajes y halagüeños horizontes, se columbra⁴⁸ todo el esplendor de la vieja Historia de Portugal, desde el nacimiento lejano de su Historia⁴⁹, desde la era feliz de sus monasterios y de sus artes, hasta el renacimiento actual de su alma religiosa, desde el comienzo de su épico periplo de navegación, hasta su ejecución presente como potencia espiritual de la vida del mundo. ¡Cómo se respira aquí, en estas casas solariegas de la cultura lusitana, el limpio ambiente de aquella ciencia que salió armada de punta en blanco para conquistar con signo universal las cátedras del Oriente y Occidente⁵⁰.

La Coimbra universitaria, que no llegó a ser tan solo la émula de París, de Oxford, de Bolonia y de nuestra Salamanca, sino que fue centro de gravedad del espíritu luso en la magna ocasión de aquel siglo, cuando como ahora, había que resolver el gran problema del mundo a la luz de la Teología.

Sea, pues, en esta hora la investidura que me imponéis la ofrenda de hermandad y de alianza con que la prócer lusitania obsequia a su compañera ibérica y la afirmación de su tensa voluntad de convivir como almas gemelas y soberanas en el vetusto solar de la Península, afanosas, cada cual en su esfera, pero a través de un mismo ideal, de engendrar el resurgimiento político y social, nuevas normas que estabilicen y fortalezcan la civilización cristiana en el continente europeo.

Si en la Edad Media, en el despertar de la cultura, fueron nuestras Universidades faro de luz que proyectan a Europa, el espíritu de sus grandes

teólogos y pensadores, en esta crisis de Europa, en que nuestras naciones aspiran a mantener los valores del espíritu, a sus Universidades corresponde, como bien decís, el elevar su inteligencia y el batir sus alas para renovar las doctrinas que llenen el gran vacío que se acusa en el pensamiento universal.

Cuando los grandes teólogos y los pensadores católicos tomaban en la Universidad parte principal en la elaboración del pensamiento, vivimos nuestro siglo de oro; pero cuando se truncó y la elaboración de las conciencias insobornables de los hombres de fe faltó en nuestras aulas, la Universidad que antes era espíritu y verdad, cayó en el mundo sumergida bajo el materialismo iconoclasta de nuestros tiempos. En esta era materialista de la vida, la Universidad fracasaría si no es la inyectase nueva savia, si no es la nueva y diga...fica y su pensamiento y el espíritu no gana la batalla a la erudición barata de un analfabeto.

Mas ya que habéis otorgado un doctorado que une mi espada de soldado gobernante al campo de vuestras letras, permitidme os traiga el fruto de mis inquietudes para que vuestras Universidades y las nuestras lleguen a elaborar en la paz y serenidad de sus claustros la doctrina renovada de nuestro derecho secular, que lleve la luz a las tinieblas en que el mundo moderno pretende sumergirse.

No es posible que miremos impasibles el que el derecho creado por nuestros teólogos y nuestros juristas en la paz de la Universidad y en la meditación de los claustros, asentado sobre los principios de la verdadera filosofía, lo veamos hoy, mancillado, maltrecho y aun escarnecido, presidir las relaciones entre los pueblos, cuando el empuje del pensamiento cristiano, hace más de un siglo, se abolieron totalmente la esclavitud, las penas corporales, las crueles y aflictivas y la infamia, el estigma para las familias o para los pueblos en las sociedades civilizadas, nadie podía pensar que en los tiempos actuales las viésemos restablecidas en el régimen comunista como arma normal para el sojuzgamiento de los pueblos. Hay que volver por los fueros del derecho de gentes, conculcado; el Derecho internacional, escarnecido, que salga de las Universidades la condenación moral de cuantos mancillan y ante los nuevos medios de aniquilar seres inocentes, se unan las voces de la Iglesia y de la Universidad en un mismo espíritu de humanizar la guerra y de limitar los estragos.

Si este derecho no se restablece, ¿cuál sería en el futuro la suerte de los pueblos pequeños y débiles? Y aceptados sin condena estos precedentes, ¿cuáles llegarían a ser las transgresiones del derecho por los poderosos? Si el precedente repugna a la mayoría de los pueblos, encendamos en nuestras Universidades la llama de la reivindicación de este derecho, seguro de despertar el entusiasmo en el corazón de las Universidades de los otros pueblos amantes de la justicia.

Si miramos a los otros campos del derecho, un hecho importantísimo que caracteriza a la era en que vivimos, les afecta con toda intensidad: el derecho social, que se levanta en medio de la sociedad moderna y que o se le da estado y vida oficial o discurrirá en la clandestinidad y en la irresponsabilidad más completa. El mundo lleva una marcha que sería inútil y quimérico pretender detener y ante ella los principios viejos aparecen ineficaces para los tiempos nuevos.

Ha variado mucho el concepto de las cosas y las nuevas generaciones se niegan a seguir los moldes de las viejas. Nada conseguirán las clases rectoras de los pueblos con aferrarse a posiciones que el egoísmo les hace

crear beneficiosas. No porque no se quiera un estado de cosas, éste deja de existir. La victoria y la derrota no pueden dar luz en el mundo de las ideas ni cortar la evolución del pensamiento. La revolución rusa y el comunismo no son más que un fenómeno expresivo de disconformidad en la marcha de este mundo social que grandes sectores de los países anhelan. Las agrupaciones económicas o de clase perturbando, dominando y arrollando todo el campo de la política en la mayoría de las naciones, constituye otra manifestación.

Asistimos a una Revolución más trascendental que la que pueda representar la Revolución francesa. Vivimos una era social que no podemos desconocer y sobre las otras formas del derecho social pidiendo un puesto de primacía. El hecho existe y no puede desconocerse. La Revolución se abrirá su camino y se realizará por la vía fecunda de la filosofía católica o se derivará por la vía comunista, haciéndonos retroceder a una nueva era de tiranías y de barbarie.

Cuando contemplamos el panorama del universo forcejeando por la solución a estos problemas por los cauces capitalistas o por los materialistas de los marxismos fracasados, se siente todo el vacío de la filosofía social en que asentarse el nuevo derecho, que para nosotros no puede ser otra que la que hace siglos viene proclamando la Iglesia Católica Apostólica Romana. Hemos de volver a las fuentes puras de nuestro Evangelio para considerar al hombre como lo definí el movimiento español y otorgarle, en consecuencia, no sólo los derechos que en una especulación puramente materialista como capital humano no se le podrían discutir, sino aquellos otros superiores que le debemos en cuanto es nuestro prójimo, hecho a imagen y semejanza de Dios. Mas para que esta idea triunfe y se propague es necesario que los intelectuales, los hombres de ciencia, los que en las Universidades especulan con la filosofía y el derecho pasen este tema al primer plano de sus estudios y enciendan el entusiasmo en las juventudes, ya que en ello no solo reside el porvenir de la futura sociedad moderna, sino la vida interna de la propia Patria.

Hemos ya vivido muchos siglos de Derecho romano y más del otro del Código de Napoleón; se ha perfeccionado el derecho penal, el civil y el mercantil, y, sin embargo, pese al signo social que viene caracterizando toda nuestra época, hemos de reconocer, al menos desde el punto de vista de hombres de Gobierno, el atraso en que quedó abandonado a la típica ley de la selva de las sociedades primitivas, que a falta de la existencia de una magistratura y de un Derecho social codificado que dirima las diferencias entre los hombres y las empresas, se permite la lucha de clases y la justicia por la mano aniquiladora de todo progreso. La inquietud paralela que ha caracterizado a las dos Revoluciones ibéricas viene consagrando esta necesidad y la eficacia de la confección de este derecho.

En el Fuero de los Españoles y el Fuero del Trabajo se recogen hoy en España los principios básicos del derecho social que propugnamos. Si sobre ello no puedo ofreceros una disertación erudita, que me llevaría a glosar las grandiosas encíclicas de nuestros Pontífices, sí puedo ofrecer a vuestro estudio la obra de nuestra legislación social en marcha y unas bases de que sin duda no ha de apartarse el nuevo derecho social que, más pronto o más tarde, en el mundo se alumbré.

Cuando por encima de partidos y banderías nuestra patria se ha entregado iluminada, casi místicamente, a esta empresa histórica, ha sido porque los modernos principios de la lucha de clases fueron derrocados y

sustituidos por una auténtica política de amor. Cuando un Estado acomete con estilo constructivo esa ingente reforma de la antigua y caduca organización social, es que quiere cumplir en el plano de la vida humana con el afán permanente de una justicia que, por parecer divina, ha estado hace siglos ausente de la tierra.

En estos años de paz, el régimen español ha conseguido, al lado de aquella formación religiosa propia de un pueblo que se siente depositario de un destino irrecusable, una elevada educación patriótica por la que marchan al compás, unidas en apretado abrazo, las juventudes españolas enfervorizadas por una segura fe y alentadas por el estímulo de una esperanza de amor y de felicidad en esta esquina occidental de una Europa entristecida y enlutada.

El programa restaurador de mis Gobiernos ha abarcado los horizontes todos de la actividad humana. España quiere ser una gran familia unificada por el amor y la comprensión mutua. Todo ha renacido al compás unísono de una misma aspiración, al fragor radiante de unos mismos destellos, porque todo se ha visto mantenido por la gran ambición de una Patria unificada y libre, consciente de su pasada grandeza y de su posible engrandecimiento actual gobernada, como aquel estado ideal de la filosofía clásica, por las normas perpetuas de una justicia inexorable para todos.

Pero su gran equilibrio ha sido posible en el interior merced al principio evangélico de la fraternidad cristiana; proyectada hacia el exterior aquella política, no puede traducirse sino en la aspiración como meta suprema al entendimiento entre los pueblos y a la paz perdurable y justa entre naciones. Que si el espíritu evangélico es opuesto a que el fuerte explote al débil o el poderosos sojuzgue al desvalido, aquella misma necesidad, traducida en la vertiente de la política internacional, deberá corresponderse con una condena explícita y sin ambigüedades de aquellas fórmulas que tienden a encubrir la tiranía de los países fuertes sobre la maltrecha independencia de los pueblos sencillos que sólo aman el orden y la paz.

En esto consiste mi modesta ofrenda a la Universidad de Coimbra en este día solemne de mi recepción como doctor; al haceros partícipes en la intimidad de mis inquietudes y en ofreceros mi ayuda para que, paralelamente a vuestros esfuerzos, trabajen las Universidades españolas en la gran tarea de la reivindicación del derecho mancillado en la elaboración del que en estos momentos nace.

Reciba el excelso purpurado cardenal Patriarca de Lisboa, monseñor Cerejeira, el homenaje debido a su esclarecida gloria y mi gratitud por el honor de haberme apadrinado en este día. Y reiterando a todos mi reconocimiento y gratitud, levanto mi copa por Portugal, por la Universidad de Coimbra y por su corporación de doctores”.

Sin duda las autoridades portuguesas desean dar la mayor prestancia al acto, puesto que es apadrinado nada menos que el doctor de Coimbra y Cardenal Patriarca de Lisboa, Cerejeira, y del panegírico se encarga a Braga Cruz, y el doctorado se le concede por la más antigua universidad portuguesa y la Facultad de Derecho.

Del discurso de Franco, cabría destacar las referencias, en medio de un mundo trastornado, al remanso de orden, paz y justicia que es la Península.

Sin embargo, por debajo de los abundantes tópicos, me parece que nos debemos quedar con cuatro ideas principales: primera, repetida continuamente, España y Portugal son dos países hermanos, con culturas e historias paralelas, aunque independientes. Segunda, la cuestión social (nuevo campo del derecho), puesto que o bien se encauza oficialmente o derivará hacia la clandestinidad; es la famosa revolución pendiente, que está igualmente equidistante entre capitalismo y materialismo marxista; es decir, el sistema corporativista de raíz católico/fascista. La necesidad de que las Universidades re-elaboren el viejo pensamiento (tradicionalismo) y lo difundan entre la juventud, y la Península como reserva de los valores cristianos frente a la barbarie y la tiranía comunista: “la cultura hispana y la lusa se alían y unen para la cruzada común de defender en la crisis de Europa el prestigio de la civilización cristiana”.

La quinta jornada (miércoles 26) tiene carácter fundamentalmente religioso. Desplazamiento a Leiria. Franco le impone la cruz de S. Raimundo de Peñafort al obispo y le entrega 25.000 escudos para las obras del Santuario de Fátima, en donde oye misa y comulga el matrimonio Franco, “ante la misma imagen que visitó Madrid”⁵¹. Los actos, tanto de la recepción como los desarrollados por Franco tienen un claro sentido de exaltación religiosa. La comida tiene lugar en el Castillo de Leiria, después de haber recibido ofrenda de productos típicos con trajes regionales y recital de poesía.

Al regreso⁵² visita los monasterios de Batalha y Alcobaça.

Aun tiene tiempo para recibir, en Queluz, a medio centenar de periodistas españoles y portugueses, a los cuales agradece la cobertura, les estrecha la mano y termina con un: “Yo también he colaborado muchas veces en la prensa y he dirigido durante cinco años una revista”. Es decir, también es del gremio.

Por la noche cena de gala en la Embajada de España para ambos Jefes de Estado y séquitos, Cardenal Patriarca, Alcalde de Lisboa y largo etcétera. Franco brinda por Portugal y Carmona por España.

El día 27, Franco toma el avión para España, acuden a despedirle desde Carmona, Oliveira, Cardenal Patriarca, ministros y otras personalidades. La visita, sólo en parte (presencia física en Portugal) había concluido, puesto que Madrid “le tributa un recibimiento apoteósico” – bienvenida del alcalde y “entusiasmo popular” (Franco tuvo que asomarse al balcón del Palacio de Oriente para saludar a la multitud). Sin duda la recepción en Portugal había sido ciertamente apoteósica, pero el efecto propagandístico en España aun más hiperbólico; efecto que se deja sentir también en ciertos sectores extranjeros. Era lo que se iba buscando fundamentalmente. Era el primero y el último a Portugal. Fue su momento de gloria de Franco, ciertamente cuando más lo necesitaba. Era el intento de crear la imagen que el régimen español no estaba aislado, después de la retirada de los embajadores. Se pudo presentar como un triunfo personal y un recono-

cimiento internacional para el régimen franquista, después de los años de incertidumbre tras la victoria aliada.

En cuanto a los rasgos esenciales de la propaganda desplegada por el aparato oficial para la opinión pública podemos destacar los siguientes aspectos:

Formalmente (avaloración) ni que decir tiene que copa la primera página de todos los periódicos, amén de páginas interiores. Todo se transmite a través de la Agencia oficial, EFE. Se hace un gran despliegue informativo, con Pedro Gómez Aparicio, al frente. No se escatiman medios, para enviar los elementos gráficos. En un caso, en que la compañía T. W. A., a través de la cual se envían los carretes de las fotos a Madrid, no puede aterrizar en Barajas, desde Roma se remiten inmediatamente a Madrid, de tal forma que los periódicos a la mañana siguiente pueden disponer del consiguiente material gráfico. A efectos propagandísticos no habían calculado que el lunes 24 no salían los periódicos (salvo la hoja del lunes), de todas se recogieron las actividades del domingo, fundamentalmente lúdicas.

Los elementos gráficos más reiterados son la fotografía de Franco (con uniforme militar) y del mariscal Carmona en distintas fases del encuentro; en tercer lugar, la imagen de la esposa de Franco; mientras Salazar pasa a un plano muy secundario; muchos barcos de ambas escuadras (también la foto de Perón y Eva visitando al buque escuela español Juan Sebastián El Cano⁵³), paradas militares (Plaza del Comercio), Palacio de Belém, Palacio de Queluz (residencia del matrimonio Franco), Cámara Municipal de Lisboa, Mafra (ejercicios militares), Palacio Nacional (Sintra) y sobre todo muchas fotos de la “histórica” Universidad de Coimbra, Fátima, etc. En resumen, Franco triunfador como estadista, militar, académico, religioso y hasta casi periodista.

También desde un punto de vista del estilo encontramos, parte de erratas clamorosas, “multituú”, “aeusa” (h.causa), etc. Hay que notar las grandes dudas e imprecisiones de los periodistas a la hora de transcribir nombres portugueses: “Cintra” y sobre todo con “Terreiro/Terreiro do Paso/Pazo”, etc. En casos es por limitaciones técnicas de los teclados españoles, pero la mayor parte de las veces demuestra desconocimiento supino por parte de los periodistas; es decir, de los enviados especiales, de ayer y hoy que, aparte de cultivar el tópico para consumo de sus respectivos medios, desconocen lo más elemental del territorio de caza periodístico.

Nuestro embajador en Lisboa, el hermanísimo – Nicolás Franco – juega un papel de primer orden. Los respectivos ministros de Exteriores (Martín Artajo y Caeiro da Mata) tendrán su oportunidad también de discursar, en el correspondiente banquete que el portugués le ofrece al español.

Al margen de las personalidades oficiales, al personaje que más se le mima es al Cardenal Patriarca (Gonçalves Cerejeira) y luego a Braga da Cruz. Mientras Salazar parece querer quedarse en un discreto segundo plano,

en comparación con el protagonismo que tiene el jefe del Estado, Carmona; después de todo era una “visita de Estado”.

La escenificación desde luego fue cuidadosamente estudiada. Franco se desplaza hasta Vigo para desde allí arribar a Lisboa por mar: el mar ha sido el camino donde se han encontrado siempre en la historia los dos pueblos peninsulares, se recalca. Mientras se prepara un tren especial para que viaje Carmen Polo, lo cual hubiese sido mucho más cómodo y rápido para el mismo Franco (y desde luego más barato). Una flotilla de barcos de acompañamiento del buque-insignia Miguel de Cervantes, escoltado por los cruceros Galicia y Almirante Cervera. Así puede titular algún periódico (¿con cierta doble intención?): “Barcos españoles en aguas portuguesas”. En cuanto al regreso, Franco prefiere el avión.

Es lógico, por tanto que el primer gran escenario gire en torno al puerto de Lisboa, desde la altura de Cascais comienza la representación marítima. En la Plaza del Comércio tiene lugar un vistoso recibimiento. Desde este escenario hasta el Palacio de Belém está pensado para el baño de multitudes, así como la recepción en la Cámara Municipal.

El segundo gran escenario es Sintra/Mafra, donde se escenifica lo militar: “un supuesto militar del Ejército portugués” en el primer escenario y en el segundo la “parada aérea”. A Franco se le confiere el grado de general de generales del ejército portugués. Después de presenciar el supuesto táctico, lo que diríamos en lenguaje militar, la teórica (no olvidemos que Franco había sido director de la Academia General Militar de Zaragoza). Franco se despacha con un discurso, que en buena medida enlaza con el de Sevilla, destacando de la guerra moderna, junto al material, el que un pueblo esté por detrás, la nueva dimensión de la propaganda (quinta columna) y de mantener la moral tanto de la tropa como del pueblo. Desde un punto de vista militar, sin duda la visión resultaba novedosa para el momento; así como la necesidad de cooperación y alianzas; nada que ocurra en terceros países es ya ajeno, sobre todo a los débiles (¿incluía en esa categoría a España?)⁵⁴.

Tercero, y al que se le dedica especial atención propagandística, es el intelectual-cultura: la universidad de Coimbra. El nuevo doctor se propone, nada más y nada menos, que: “Hay que volver por los fueros del Derecho de Gentes, (y) que salga de las Universidades la condenan moral de cuantos lo mancillaron”. Ciertamente no está nada mal para el neófito y especial doctor en Derecho. Para llevar a cabo este gran objetivo propone que “la cultura hispana y lusa se alíen y unan para la cruzada de defender en la crisis de Europa el prestigio de la civilización cristiana”.

Al escenario religioso – Fátima – se le da una vertiente más íntima, más personal. De fiel creyente. No hay discursos. Sólo ofrendas.

Toda la propaganda vertida trata de remacharse con referencias a los comentarios que la prensa extranjera (norteamericana y francesa especialmente), la cual pese a “sernos mayoritariamente hostil no tiene más remedio que rendirse a la evidencia”. En este sentido, por ejemplo, se pone en boca

del periódico de Burdeos *Le Sudoeste*: “Un bastión de disciplina y unidad es la Península Ibérica”. Como Inglaterra es la gran enemiga – es la ausente más presente – se destacan anécdotas (¿cierta?) como que una periodista inglesa saluda a Franco, al tiempo que en la prensa española se facilitan noticias de índole diversa perjudiciales para la imagen inglesa. Claro que los ingleses tampoco se destacan precisamente por su ecuanimidad, en cuanto a las dimensiones de la visita. El embajador, por ejemplo, afirma que la radio apenas le prestó atención, salvo la de simple cortesía.

El bombardeo propagandístico durante una semana fue más que notable y desde luego cuidadosamente planificado. Los portugueses ofrecieron el hecho noticiable y la prensa española supo aprovecharlo convenientemente. A la postre, Franco retornaba como un auténtico triunfador.

Sin embargo, pasado el gran encuentro, las referencias mutuas que se encuentra en ambas prensa, por lo que sabemos, son muy escasas. Es la continuación del viejo discurso ausente.

III. Algunas ideas a retener

- 1- A Franco le costó, especialmente por la oposición de Inglaterra, el conseguir ser recibido en Portugal; sin embargo, la recepción de octubre de 1949 es de las que marcan época, tanto por el recibimiento en sí, victoria diplomática, como porque le va abrir las puertas internacionales. Un reconocimiento que tenía un triple alcance: estrechar la cooperación con el régimen correligionario portugués, en un momento en que ambos estaban con el paso cambiado, especialmente el español; en segundo lugar, es una victoria diplomática sobre Inglaterra, y donde más le duele; y, sobre todo, es la oportunidad de Franco de romper el aislamiento internacional y la posible inserción indirecta, a través de Portugal, en la naciente Alianza Atlántica y tal vez en el Plan Marshall.
- 2- Inglaterra se muestra totalmente contraria a la visita, posiblemente por motivos ideológico-políticos, pero también de fondo late el miedo a que pueda ser desplazada de Portugal por U.S. A. (Plan Marshall) e incluso por España, con cierta benevolencia americana (posibles bases).
- 3- Los franceses están muy preocupados por la pinza que supondría para ellos el asentamiento de tropas también en la Península Ibérica, una vez que ya están en Alemania. No están los franceses por la labor de que signo de las influencias en la Península cambie lo más mínimo.

- 4- Portugal se vuelca literalmente con Franco. Desde luego, la labor del embajador de España, Nicolás Franco, pese a nadar a favor de corriente, fue ciertamente destacadísima. Esta visita contrasta radicalmente con la efectuada por Salazar a Sevilla en 1942. No era, Oliveira el Jefe del Estado portugués, pero sobre todo la posición internacional de Franco era muy otra.
- 5- Oliveira Salazar permanece en un segundo plano, sin duda buscado. Es posible que a través del general Vigón (como sospechan los franceses e ingleses): ¿tal vez se tomaran acuerdos en relación con la entrada de Portugal en el Pacto Atlántico, ayudas económicas, bases, etc.?. No olvidemos que Portugal es uno de los “privilegiados” firmantes de la constitución de la NATO, pese a su trayectoria en la contienda, su régimen y, en principio, la oposición de España. ¿Se sopesaron los pros y contras y España recibió algún tipo de garantías o promesas cara el futuro?. No lo sabemos a ciencia cierta.
- 6- El aparato propagandístico español funcionó a pleno rendimiento y eso que los medios técnicos eran bastante limitados. Se hizo un gran esfuerzo. Ahora bien, no debemos olvidar que dicha labor era tremendamente fácil de desarrollar desde el punto de vista periodístico, en cuanto estamos ante una prensa totalmente censurada (censura previa), dirigida (consignas) y sometida.
- 7- Franco, aparte de la satisfacción para su hiperdesarrollado ego, el viaje le sirvió para afianzarse propagandísticamente en el interior; pasar por “innovador” en Portugal (al menos en Mafra y Coimbra, se puso en plan de dar lecciones); obtener una importante victoria diplomática frente a los que seguían propugnando el aislamiento internacional, con lo que la entrada en la década de los cincuenta para el régimen franquista, supone, ciertamente, la entrada en una nueva era: el peligro de una intervención exterior había quedado relegado a un sueño más de postguerra.

NOTAS

- ¹ Este estudio se hace fundamentalmente desde la perspectiva española, es decir, de Franco; sería necesario complementarla con la visión propagandística para consumo portugués; de ahí que se analicen los discursos de Franco y quede en un segundo plano, aun sin desconocerlos, los de los dirigentes portugueses.

En cuanto a la bibliografía básica, para el *Salazarismo*, podríamos citar: Braga Cruz, M.: *O Partido e o Estado no Salazarismo* (1988); Costa Pinto, A.: *O Salazarismo e o fascismo europeu* (1962); Loff, M.: *Salazarismo e Franquismo na época de Hitler (1936-1942). Convergência política, preconceito ideológico e oportunidade histórica na redefinição internacional de Portugal e Espanha* (1996); Oliveira Salazar, A.: *Discursos e notas políticas, 1939-1967*; Rosas, F.: *Portugal e o Estado Novo, 1930-1966* (Vol XII), *O Estado Novo, 1926-1974*, (1993). Para el *Franquismo*, entre otros: Fusí, J. P.: *Franco. Autoritarismo y poder personal* (1985); Payne, S.: *El régimen de Franco* (1987); Portero, F.: *Franco aislado. La cuestión española, 1945-1950* (1989); Preston, P.: *Franco, caudillo de España* (1994); Reig Tapia A.: *Franco "caudillo": mito y realidad* (1996); Torre, H. De la: *Antagonismo y fractura peninsular* (1983), *Del "peligro español" a la amistad peninsular* (1984); Tusell, J.: *La dictadura de Franco* (1989), etc.

- ² Para conocer la propaganda portuguesa del momento y los mecanismos de censura puede consultarse, entre otros, a Jose Tengarrinha: *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, 1989 (2ª ed.), *Combates pela democracia*, Lisboa, 1976. Fernando de Sousa: *Jornal de Notícias. A memória de um século*, Porto, 1988.

En cuanto a España, entre otros, Justino Sinovas: *La censura de prensa durante el franquismo*, Madrid, 1989; Miguel Delibes: *La censura de prensa en los años 40 (y otros ensayos)*; Valladolid, 1985.

- ³ "Hermandad hispano-lusa.- En la histórica, moruna y alegre ciudad de San Fernando, en el Alcázar, evocador de tantos recuerdos, el Caudillo de España y el jefe del Gobierno portugués han celebrado una cordial entrevista.

Portugal, la nación hermana que por obra del doctor Oliveira Salazar se ha transformado profundamente, que ha sabido en las circunstancias actuales mantener el prestigio internacional, que en nuestra guerra de liberación, desde el primer momento, con generosidad sincera, alentó nuestra causa y luchó contra el enemigo común, iniciando una política de acercamiento que la comunidad de ideario ha sentado con firmeza, y por último la semejanza de intereses que la presente conflagración ha estrechado aún más, hacen que Portugal y España, unidas geográficamente y preocupadas por análogos problemas, busquen en una inteligencia estable, definitiva, soluciones y fórmulas altamente ventajosas.

Portugal, cuya misión histórica, a pesar de sus múltiples vicisitudes, sola unas veces, apoyada otras por España, y en realidad con competidores tardíos, polarizó en hechos, en realidades tangibles, cuyas consecuencias se revelan hartamente claras en Sudamérica; Portugal, que a pesar de los vaivenes de la política internacional ha sabido mantener un puesto y una conciencia definida y uniforme, busca dentro de la Península una amistad, una colaboración que el recuerdo de épocas esplendorosas ha evidenciado sus frutos.

La entrevista del Generalísimo Franco y el doctor Oliveira en la que han participado los embajadores español y portugués, don Nicolás Franco y Teotonio Pereira, así como el ministro de Asuntos Exteriores de España, camarada Serrano Suñer, marca un jalón memorable en las relaciones de ambos pueblos.

El Tratado de amistad y no-agresión de 17 de marzo de 1939 y el protocolo adicional subsiguiente, en que se fijaban un cambio de impresiones, adquieren un relieve de primer orden. En la reunión se han tocado no sólo puntos de carácter político y económico que la situación mundial plantea, sino también aspectos particulares privativos de cada país.

La defensa de intereses comunes se salvaguardará mediante una colaboración recíproca, asentada sólidamente en los convenios firmados. Y España, que ha seguido paso a paso la admirable tarea del reconstructor lusitano, que se siente orgullosa de la marcha ascensional de la nación hermana, que aprecia la hábil política de sorteamiento e independización orientada a conseguir en la paz lo que nosotros hemos logrado con la guerra, colaborará estrechamente con Portugal para abrir una era de prosperidad que siguiendo las rutas de tiempos pasados nos reintegre una misión honrosa y nos vuelva al cauce espiritual que cristalizó en el Imperio más grande que han presenciado los siglos". *Libertad* (Valladolid, 14-II-1942. Editorial).

- ⁴ Agencia Cifra: "Discurso del Caudillo, en Sevilla", 15-II-1942.
- ⁵ Celso Almuiña: "El discurso iberista entre el vacío y el recelo". *Portugal e o Mundo. Do Passado ao Presente*. Câmara Municipal de Cascais, 1995, pp. 209-222.
- ⁶ A cargo de Gema Sousa de Instituto interuniversitario de Iberoamérica y de Portugal (Tordesillas, Valladolid).
- ⁷ *Información y propaganda en la prensa del movimiento. Libertad* de Valladolid, Valladolid, 1994.
- ⁸ Florentino Portero: *Franco aislado. La cuestión española (1945-1950)*, Madrid, Aguilar, 1998.
- ⁹ *Ibidem*, capítulo V.
- ¹⁰ Ob. Cit.
- ¹¹ El 4 de abril de 1949 se firma en Washington la creación de dicha organización. Entre los firmantes efectivamente estará Portugal, junto a Bélgica, Canadá, Dinamarca, Francia, Gran Bretaña, Islandia, Italia, Luxemburgo, Países Bajos, Noruega y Estados Unidos de Norteamérica, con el fin de "salvaguardar la paz y la seguridad, y conseguir la estabilidad y el bienestar en la región del Atlántico norte". El 1952 entrarán Grecia y Turquía. Tres años después la República Federal de Alemania. Franco no vería colmada su aspiración de ingreso en tan selecto club militar, lo cual será otras más (Mercado Común) de sus asignaturas pendientes. Nadie diría que "de entrada, no" (socialista), se haya pasado a finales de la década de los noventa a estar presidida precisamente por un socialista (Javier Solana).
- ¹² La rehabilitación de Franco la sitúa Florentino Portero entre mayo de 1949 y noviembre de 1950; especialmente la guerra de Corea indirectamente es el espaldarazo definitivo para que Franco deje de estar aislado. Ob. cit. pags. 357 y ss.
- ¹³ Portugal: Annual Review for 1948. International Relations. Spain. *Public Record Office*. Ref. FO 371/79627. Portugal. January 24, 1949. Sir N. Ronald to Mr. Bevin. (Agradezco a Hipólito de la Torre el haberme facilitado fotocopia del informe original).

- ¹⁴ Recordemos que el Pacto Ibérico, firmado (marzo de 1939) por diez años, estaba a punto de o denunciarlo, por cualquiera de ambas partes, o automáticamente se renovaba. El embajador inglés (N. Ronald) en su resumen anual para el Foreign Office (Bevin), señala como tres cuestiones preferentes que quedan planteadas para el próximo año: lo que podríamos denominar el puntillismo de las pequeñas naciones por su soberanía e independencia; la cuestión de las posibles bases americanas en la Península Ibérica, hacia las cuales Francia se siente especialmente reacia, para evitar la pinza con las ya ubicadas en Alemania. Y desde luego “the Spanish question”. *Public Record Office*, Ref. FO-371/79627.
- ¹⁵ Telegrama confidencial del 29 de septiembre de 1949.
- ¹⁶ Sus puntos de vista, entiende Grey, que deben ser conocidos por Howard en Madrid, Allen en Washington y Ashley-Clarke en París; lo cual indica el delicado de la situación y la de obtener la mayor información posible y actuar en consecuencia. Sin duda los ingleses no acaban de fiarse de la política que pueda seguir Estados Unidos e incluso Francia.
- ¹⁷ “The same considerations are causing grave anxiety to the French Service Attaché accredited to Madrid and Lisbon. His fears seemed to be based upon the possibility of United States military aid being deflected towards building up the Spanish Army and the Iberian Peninsula as the defensive base rather than the Rhin. He viewed Portugal as the chief advocate of this policy at Washington”. *Ibidem* Ref. 371/79630. Note by Military Attache on the attitude of the Portuguese Army towards Spain.: (Sin fechar, pero unido al telegrama del embajador del 30 de septiembre de 1949).
- ¹⁸ De todas formas, en el momento que Portugal va a entrar en el Pacto Atlántico, Franco se muestra reticente, posiblemente porque fuese una forma indirecta de presionar para que fuese admitida España también y/o porque efectivamente lo ve como una posible amenaza para la continuidad de su régimen. El régimen portugués presume de haber superado las reticencias del español, después de asegurarle que para el ejército español no supondrá ninguna amenaza, mientras que, por el contrario, será un buen instrumento para asegurar definitivamente la estabilidad en la Península ante un posible andanada subversiva (anarquista). *Ibidem*. FO 371/79630. Punto 12.
- ¹⁹ Opinión transmitida por el general portugués Barros Rodrigues al Ministerio de la Guerra inglés en su visita realizada en octubre de 1948. *Ibidem*. FO 371/79630. Punto 45.
- ²⁰ No deja de ser curioso, aunque se presente como último argumento, a favor de la visita de Franco a Portugal, que será un buen momento para mostrar (a Franco y a los españoles) el nuevo equipamiento militar del ejército portugués. Ciertamente, la presa española destacará este aspecto de las unidades portuguesas que rinden los honores militares a Franco.
- ²¹ “Their policy, therefore, is to try to develop the good neighbourliness which finds expression in the Iberian Pact. It was with this in view and in order to give no fresh cause for feelings of grievance or injustice between the two countries that Dr. Salazar refused to consider during the civil war the offer by both sides of the reversion to Portugal of the Condado de Olivença in return for assistance, saying that he did not wish to profit from a neighbour’s temporary embarrassments”. *Ibidem*. FO 371/79630. Punto 2.

- ²² “His conclusion in brief is that is no particularly friendly feeling towards Spain, but that army circles regard close association with the present Spanish régime as inevitable and necessary both strategic reasons and because of the need to maintain political stability in the peninsula”. *Ibídem*, P.R.O. Ref. FO 371/79630. Telegrama del 30 de septiembre de 1949, de P. Grey a Clement Attlee.
- ²³ P.R.O. Ref. FO 371/79631. Punto 9.
- ²⁴ El resumen de dicha visita, que Paul Grey envía a Bevin, el 31 de octubre puede verse en P. R. O. FO 371/79631.
- ²⁵ De lo que sí se hace eco la prensa española (al tiempo que da la noticia de la salida de Franco de Vigo hacia Lisboa), de la intervención de Oliveira ante el Parlamento (jueves 20) acerca de levantar la prohibición oficial, que, por otro lado, no se cumple, de la estancia en suelo portugués de la familia del destronado (1910), de los Braganza. Oliveira, se decanta por dejar las cosas como están: oficialmente no revocar nada, pero en la práctica que los príncipes portugueses se eduquen en Portugal: “Príncipes así educados, en contacto con los vivos y los muertos de su Patria, de los que la hicieron con el heroísmo y la continúan con duros esfuerzos, son, sea cual fuere su destino – sentencia Salazar – patrimonio moral de la nación, patrimonio que sólo pueblos muy ricos o despreocupados acostumbran a despreciar”.
- Está claro que el mensaje subliminar en clave española se llama Juan Carlos. Lo cierto es que, don Juan, pese al empeño de Franco en incluir una entrevista con él en la visita a Portugal (y pese a estar separados físicamente tan pocos kilómetros como los que separan Queluz de Monte Estoril), no aceptó tal reunión. La embajada inglesa se mostrará encantada.
- ²⁶ “Porque el recibimiento que Lisboa, capital del tercer imperio de la tierra, ha dispensado a nuestro Caudillo Franco, carece, probablemente, de precedentes por lo entusiasta, por lo sincero, por lo cordial y clamoroso.” (...) “La ancha emocionada sonrisa de Franco se abrió a aquellas gentes, que rodeaban el coche, sin permitirle adelantar un paso. Roto, por el fervor, el protocolo, tuvo aquel instante una emoción incontenible, que ni el propio Caudillo supo disimular. Bajó con su mano los cristales de la ventanilla y estrechó manos y estampó su firma en algún cuaderno de autógrafos que se le tendía. Nada hay más contagioso como el entusiasmo del buen pueblo sencillo y el contagio de aquel entusiasmo que la clara sonrisa de Franco inflamaba (...)”. Artículo enviado por EFE y reproducido por toda la prensa.
- ²⁷ “Pocas fechas en la historia de las dos naciones ibéricas igualan en meridiana hermosura y plenitud de significación a esta que hoy (22 de octubre) nos colma de lograda alegría. Ella sola bastaría a enaltecer dos políticas concordes que, cada una por su lado y en la más espaciosa amplitud, representan una doble afirmación de fidelidad y de altura. Al alcanzar España con Franco su más resuelta personalidad en el mundo, encuentra la máxima amistad y concordia en la gloriosa nación que con nosotros comparte el nativo solar ibérico. Y, a la vez, al alcanzar Portugal con la Jefatura de Carmona y el magnífico gobierno de Salazar la más resuelta afirmación de su ser, se encuentra en concordancia con el destino español. (...).
- El Portugal de los bellos días renacientes, que iba abriendo mundo por mares nunca antes navegados, estaba, ante todo, abierto a España. En cambio, el Portugal empequeñecido de la cuesta abajo estaba, sobre todo, cerrado a lo español. También, a su vez, la gran España

paridora de orbes era sencilla al ejemplo, al estímulo y al rumbo lusitano; mientras después, conforme iba perdiendo universalidad, menos miraba a su hermano del oeste.

Recelo allá, indiferencia o impertinencia acá, constituían la triste herencia de malos períodos; herencia que ha superado la generación actual y su impulso ascendente, se ha encontrado en la grandeza y prosperidad vecina.

Todos los trastocados y torcidos tópicos que inspiraban la mala musa de la decadencia y que instigaban los interesados en dejar a la Península Ibérica en una insignificante y caótica espina de la historia, se acabaron al sentir la solidaridad de destinos que impone el drama universal del siglo, y al encontrar cada cual el régimen adecuado a su ser y a la época.

La guerra civil española – no solamente civil, no solamente española en su planteamiento, aunque sí en solución – encontró en Portugal un Estado en forma y un gobierno que, con justa comprensión de sus intereses, advirtió cómo el incendio y la esclavitud de Castilla no se detendría ante ningún límite sacro, ante ningún límite histórico. Aquellos mozos llamados Viriatos que vinieron a combatir gallardamente a orillas del Ebro y del Guadalquivir, no se movían ciertamente por esas paparruchadas de fascismo o antifascismo voceadas en la gritería europea. No. Los impulsaba la voz de la sangre, trayéndoles como a sus antepasados a las Navas de Tolosa (mítica batalla contra los árabes, 1212) y al Salado, los impulsaba la idea justa de que la independencia, la paz, la libertad y el auge de Lusitania se jugaba con los bienes españoles en los campos batalladores de España.

En efecto; con una victoria roja, con un dominio bolchevique, sobre nuestra Patria, ¿hubiera podido seguir elevándose tranquilamente la dulce vida lusitana?.

El triunfo de Franco, como aquellos Viriatos bien comprendieron, le permitió a Portugal permanecer en su incólume y provechosa paz, mejorando día a día, sin que le azotase el vendaval de hierro que destruyó a Europa. Como a su vez, para nuestra victoria y nuestra paz subsiguiente fue precisa garantía la existencia en Portugal de un régimen libre de sectarismos funestos, con un prestigio militar en la jefatura del Estado y un clarividente gobernante que, en obediencia a su estricto interés nacional, decidió la actitud justa, razonable y patriótica, sin preocuparse de lo que insinuasen o chillasen en brumosos y capciosos climas.

Esas mutuas y concordantes actitudes plasmaron diplomáticamente en un pacto útil y beneficioso para los dos países, y para el mundo, que ya recibió y recibirá en el futuro los beneficios de la neutralidad y paz ibéricas. Pero a nosotros nos importa, sobre todo, destacar la consagración que a ese impulso le dieron las conciencias cristianas de unos gobernantes, con ánimos y temple caballerescos, asistidos por la tradición moral y jurídica quebró (¿) normas universales sobre todos los desequilibrios fundamentales y los equilibrios superficiales de Europa.

Cuando Europa se desequilibró espiritualmente en el siglo XVI, España y Portugal o Portugal y España ensanchaban la cristiandad con su acción planetaria y pensaban la universalidad en modos modernos y eternos. Si hoy es posible la historia la historia universal, si resulta posible salvar al universo de la prehistoria que ansía esclavizarlo, será por lo que Salamanca y Coimbra pensaron universalmente, universitariamente.

Cuanto esas aulas columbraron encarna hora en los gobernantes, que a una época enloquecida, entontecida y envilecida, le ofrecen su ejemplo, sus actitudes, sus sugerencias, y su porvenir. Por ello, el encuentro cordial de los Jefes de Estado en la universal ciudad que Lisboa ha vuelto a ser trasciende, no ya a las orillas del protocolo y la cortesía, sino a cualquier localización en el espacio. Se encuentre en la ribera de los grandes triunfos ibéricos, en el río de los descubrimientos, le descubre al mundo una línea que irradia simbólica ejemplaridad. Y el acto que se prepara en el Aula Magna de Coimbra le da rito merecido a esa significación.

Rito merecido, canónica liturgia. Al colocar un príncipe de la iglesia en la frente de Francisco Franco el doctoral símbolo del Derecho, la Universidad de Suárez reconoce en justicia la derechura con que nuestro Caudillo incorpora la tradición peninsular del Derecho cristiano, que hoy como nunca puede ser para el mundo ley y gracia, guía y solución. Y así, por parte del nuevo estado portugués, que reverdece grandezas antiguas, se cumple lo que, en un calamitoso anteayer, pudo profetizar con un lampo de genio el hombre cuya muerte inspira la actual Lusitania, como José Antonio nos inspira a nosotros. Nombramos aquí, en este día de júbilo, a Antonio Sardinha, cuando desde la quinta del Obispo – en la noble y fronteriza ciudad de Elvas - asistido por la gracia del Espíritu, y palpitando el corazón de la historia, dedicó su “Alianza Peninsular” a los soldados españoles que, en un siglo sin esperanza, luchaban en Marruecos por la grandeza ibérica. Al rendir el profeta su cuerpo a la tierra, surgía en Portugal el nuevo Estado de Carmona y Salazar, los hombres que hoy reciben al Caudillo, cuya espada le da esperanzas al siglo”. E. Montes: “La profecía cumplida”. *Arriba* (Madrid), 22-X-1949. (Agradezco a Gema Sousa el haberme proporcionado el texto transcripto).

- ²⁸ En primera, destacada tipografía, bajo el título: “La próxima visita del Generalísimo Franco es un acontecimiento de alta repercusión internacional”.
- ²⁹ A la sin duda espinosa pregunta del periodista portugués (Urbano Rodrigues): ¿Cuándo pensó el Generalísimo en esta visita a Portugal y cuál fue el sentimiento que a determinó? (sabida la oposición de Inglaterra y el primer fracaso de 1948). El embajador español contesta: “Venir a Portugal fue uno de los primeros pensamientos del Caudillo después de terminada la guerra civil. Quiso firmar, y así lo hizo, como primer protocolo diplomático del nuevo Estado español el tratado de amistad y no agresión con Portugal antes que cualquier otro tratado de índole comercial, para los que entonces era vivamente solicitado. En cuanto al momento actual no puede haber dudas. El pensamiento del Jefe del estado español es el de afirmar esta línea de estrecha colaboración política en las relaciones entre los dos países peninsulares, confirmada en más de doce años de experiencia con espléndidos frutos”.
- ³⁰ “El Sábado, día 22, la escuadra española llegará Lisboa. El Generalísimo Franco desembarcará en el muelle de las Columnas, en donde será recibido por el Presidente de la República portuguesa y el Gobierno. Seguidamente se celebrará un desfile militar, terminado el cual un cortejo de automóviles acompañará al Jefe del Estado español hasta el Palacio de Queluz, destinado para residencia del Generalísimo Franco. En lugar preferente de la comitiva irán doña Carmen Polo de Franco con la señora de Carmona. Después de descansar, El Generalísimo Franco, acompañado de su ministro de Asuntos Exteriores y del embajador de España en Lisboa, se dirigirán al Palacio de Belén para visitar al mariscal Carmona. Terminada esa entrevista entre ambos Jefes de Estado, la Cámara Municipal de Lisboa recibirá con solemnidad especial al Generalísimo Franco. El protocolo de esta recepción exige, con arreglo al fuero de Lisboa, que en la Cámara no se halle ninguna otra autoridad gubernativa superior a la del alcalde. Por la noche, el Presidente de la República ofrecerá en el Palacio de Ajuda un banquete, seguido de una recepción. El domingo, día 23, tras de la santa misa que se celebrará en el Palacio de Queluz, el Jefe del estado español recibirá en su residencia a la colonia española. En honor de los ministros de Asuntos exteriores y Marina de España, sus colegas los ministros portugueses les ofrecerán un almuerzo en Cintra (sic).

Por la tarde se celebrará una “tourada al antiguo estilo portugués, a la que asistirán los Jefes de Estado de España y Portugal.

En el Tajo, por la noche, se quemarán fuegos artificiales.

El lunes, día 24, el Generalísimo Franco se trasladará por la mañana a Mafra para presenciar unos ejercicios militares. Al finalizar éstos, el Generalísimo Franco se reunirá a almorzar con la oficialidad portuguesa. Por la tarde visitará el Palacio de Cintra y el Estadio Nacional de Lisboa.

Por la noche, en el teatro de San Carlos, asistirá a una función de gala.

El martes, día 25, el Generalísimo Franco se trasladará a Coimbra en cuya Universidad, por la tarde, se celebrará la solemne ceremonia de su investidura de doctor “honoris causa”. Por la noche, la Universidad ofrecerá a su excelencia una comida de gala, seguida de recepción.

El miércoles, día 26, el Generalísimo Franco se dirigirá a Fátima y Leiria. A su regreso a Lisboa, su Excelencia pasará por Batalha (Monasterio levantado por Juan I para conmemorar la batalla de Aljubarrota, en 1385, frente a los castellanos, lo que asegura la independencia de Portugal) y Alcovas (sic). Por la noche, en la Embajada de España, se celebrará un banquete ofrecido por el Jefe de Estado español al mariscal Carmona. Después de la comida habrá una recepción, a la que asistirán las autoridades portuguesas, el Cuerpo diplomático, y personalidades de la sociedad lisboeta.

El jueves, día 27, el Generalísimo Franco emprenderá su regreso a España”.

- ³¹ No viajará la hija, Carmen Franco Polo, a Portugal, como en algún momento deja deslizar la embajada inglesa en sus informes. Se queda en Madrid. Acude a la estación de Delicias a despedir a su madre.
- ³² Sale a las 9 de la noche del día 20 y llega a la mañana siguiente a las 9,47 (hora portuguesa), lo cual supone casi 14 horas de viaje. El tren va magníficamente equipado, incluidos cohes-camas.
- ³³ Es de anotar que en el buque-insignia, Miguel de Cervantes, únicamente viaja con Franco el ministro de marina; el de exteriores y embajador portugués lo harán en el de escolta, el crucero Galicia.
- ³⁴ “The French have noticed that General Vigon (aparece corregida la primera letra), one of General Franco’s most trusted military advisers, is in Lisbon with him though his name does not appear on any of the published lists of his entourage”. P. R. O. Ref. FO 371/79631.
- ³⁵ Carmona luce la banda y collar de Carlos III y la fascista del Yugo y las Flechas; por su parte Franco, para no ser menos, la orden portuguesa de la Torre y la Espada. Carmona será nombrado teniente general del ejército español y a Franco del portugués.
- ³⁶ “Cinco mil hombres de las tropas motorizadas, concentrados en la carretera costera de Estoril, iniciaron el desfile ante los Jefes de Estado en un impresionante alarde de disciplina y vistosidad, llamando la atención la bizarría de los soldados y su moderno material”. Se describe a continuación de forma detallada todas las unidades participantes. El efecto es destacar la brillantez y grandiosidad del recibimiento. Información distribuida por EFE para toda España y el exterior.
- ³⁷ Aparte del consiguiente engalanamiento, se declaró día feriado, con vacaciones en colegios, se repartieron octavillas, se publicaron artículos, etc. Se destaca como los

estudiantes de “Coimbra y Lisboa”, vestidos con sus singulares uniformes, gritaban: ¡Franco, Franco...!

³⁸ Para corresponder al recibimiento, Franco se siente obligado, en Queluz, a dar las gracias: “Al enviar mi saludo al pueblo portugués, en esta hora feliz del arribo a sus tierras, no puedo menos que evocar aquellos meses de nuestra Cruzada, en las que las radios de Portugal, interpretando el sentir de su pueblo, fueron las vías que, con intuición maravillosa y fidelidad ejemplar, llevaron al mundo el eco de nuestra victoria. Mi corazón se desborda en gratitud y afecto gritando ¡Viva Portugal!”. Palabras, seguramente improvisadas, de ahí su mayor valor, y que desde luego la prensa española destacan convenientemente.

³⁹ En cuyo libro de oro firma. Libro “destinado a perpetuar las visitas de los Soberanos y Jefes de Estado, y que está iniciado en 1903, precisamente con la firma de Alfonso XIII”. Observase una vez más, las referencias a la monarquía española. Tal vez aun se tenía la esperanza que al final don Juan se entrevistase con Franco.

⁴⁰ El fuero de Lisboa dispone que ninguna autoridad política/administrativa superior al alcalde puede estar presente. De ahí que no Carmona, ni Salazar le acompañen.

⁴¹ “Señor Presidente (de la Cámara Municipal) y representaciones de esta vieja ciudad y portugueses aquí congregados:

Sean mis primeras palabras de gratitud rendidas por el cariño y el calor de esta capital en el recibimiento que se me ha ofrecido, que ha llegado a conmover mi corazón, aunque bastaría vuestra Historia gloriosa para que rindiera el debido homenaje a aquellos hombres que fueron, que vivieron en este Municipio.

Desde estas mismas tierras partieron a abrir al mundo nuevos horizontes, bajo la gloria insigne y el gesto admirable de aquel infante de Portugal, del infante navegante que sirviendo al mundo inició la gesta de que vosotros y nosotros nos orgullecemos (sic).

He venido a Portugal con el corazón vibrando de cariño y de emoción al recuerdo de cómo vivió Portugal y Lisboa los días de nuestra Cruzada. No parecía que era una Cruzada de otra nación, parecía que la Cruzada era vuestra también. (Muy bien. Muy bien). Esto ha unido a Portugal y a España con lazos imperecederos, y lo mismo que vosotros tuvisteis una Revolución... una Revolución que puso en pie vuestro espíritu, aquel esfuerzo llena hoy de juventud, marcha por las mismas rutas y abraza en vuestro Presidente a la gloriosa ciudad de Lisboa. Muchas gracias”.

⁴² Por la tarde, dentro de una agenda muy apretada, y lleno de simbolismo, recibe en Queluz (a las seis de la tarde) A cincuenta oficiales Viriatos, a los cuales Franco les estrecha la mano y les dirige unas palabras: “Muchas gracias por haberme dado la alegría de que transcurridos diez años de ausencia, vuelva a estrechar vuestra mano. Saludo en vosotros a todos los combatientes portugueses que estuvieron en nuestra campaña y que tanto cariño e interés compartieron las vicisitudes de nuestra Cruzada, los que en los momentos graves para la Península dieron su cuerpo y sellaron con su sangre y su vida una amistad imperecedera”.

⁴³ Maximino Correia.

⁴⁴ Se hace constar que los alumnos le “aclamaron”.

⁴⁵ Salazar envió el correspondiente telegrama de adhesión.

- ⁴⁶ A parte de los políticos, asiste también Eugenio Montes y Wenceslao Fernández Flórez: ¿Son los inspiradores/redactores del discurso de Franco?. Bien pudieran ser, especialmente el primero. Con un detenido análisis estilístico se podría llegar, muy posiblemente, a conclusiones reveladoras.
- ⁴⁷ Paralelismo, sí; pero dos naciones, se repite continuamente. Sin duda, se trata de un mensaje ambiguo, por un lado hermandad y fraternidad, pero sin que exista confusión alguna que se trata de dos naciones; sin duda se trata de no dar pié a herir la sensibilidad nacionalista en general y en especial de determinados sectores portugueses ultranacionalistas.
- ⁴⁸ Termino que se repite en más de un discurso, lo cual habla que es de la misma mano.
- ⁴⁹ Se repite constantemente y siempre con mayúscula.
- ⁵⁰ La nota exclamativa y lírica también se repite en muchos discurso, con referencias al Portugal tradicional y profundo, que el redactor (¿E. Montes?) parece conocer muy bien; aparte de halagar a los anfitriones.
- ⁵¹ En la homilía, el obispo destaca: “ Aquí, delante de esta imagen de la Santísima Virgen, que Madrid y toda España recibieron con tanta devoción, celebro la santa misa para que ella cubra de bendiciones a Vuestra Excelencia y excelentísima familia y a toda España, y para que la paz alcance a todo el mundo, ofreciendo el sacrificio por las intenciones de Vuestra Excelencia y la prosperidad de España”.
- ⁵² “Desde Busaco hasta Queluz ha sido apoteósico” el trayecto, comenta la prensa.
- ⁵³ El buque escuela español estaba fondeado en Buenos Aires. El mensaje subliminal es muy claro: Perón es el otro valedor de Franco. Franco, en 1948 para presionar a los portugueses les había indicado, que no los quería preterir, pero que la visita a Argentina era inaplazable.
- ⁵⁴ Es de señalar como durante los mismos días de la visita, el rey Leopoldo III de Bélgica hace unas declaraciones explosivas, acerca de que durante la guerra, los ingleses, sin siquiera consultarles, se retiraron del continente, dejándoles solos frente a los alemanes. Es decir, los ingleses pensaban única y egoístamente en su propia seguridad, sin tener en cuenta la suerte que podían correr los aliados. La noticia, la “gran revelación de l rey de los belgas”, sin duda le vino muy bien a Franco: por un lado, servía para desacreditar a Inglaterra, y precisamente ante los portugueses, por otro, también, cara a los portugueses, que solos nada se podía y que con España, aliada fiel, la Península, y por tanto los portugueses podían dormir tranquilos. No sabemos si Franco utilizó la noticia – la revelación del secreto de Leopoldo III – en sus conversaciones privadas con los portugueses.

ESTRUTURAS, ALIANÇAS E REGIMES. AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A ESPANHA (1926-1974) *

Carlos Gaspar

(Departamento de Relações Internacionais da Universidade Lusíada)

ABSTRACT

From 1926 to 1974, during the Portuguese authoritarian regime, the relations between the two states in the Iberian periphery were put to the test by successive changes in the international system and their own external alliances and also by internal political instability and the Spanish civil war. At issue were first, the persistence of two separate states in the Iberian peninsula, then their neutrality status during the Second World War and, finally, the survival of both authoritarian regimes in the cold war. Those critical moments are relevant in order to evaluate the relative importance of the international power structure, alliances and political regimes for the evolution of bilateral relations between Portugal and Spain.

O quase meio século da II República portuguesa forma um período interessante para analisar a importância relativa das estruturas de distribuição internacional do poder, das alianças externas e dos regimes políticos nas relações entre Portugal e a Espanha¹.

Entre 1926 e 1974, os dois Estados tiveram de se adaptar a profundas mudanças nos contextos internos e internacionais. No interregno entre as duas grandes guerras, a vaga antidemocrática europeia² impôs-se, por golpe militar ou pela guerra civil, nos regimes políticos de ambos os Estados da periferia ibérica, os quais, não obstante o seu alinhamento autoritário, foram os únicos da espécie que se conseguiram manter independentes e neutrais durante a II Guerra Mundial³. Depois, em sentido contrário, resistindo à onda de re-democratização na Europa ocidental, puderam garantir a continuidade dos respectivos regimes e alinhar-se, bilateral ou multilateralmente, com a potência dirigente da coligação transatlântica na guerra fria. Não obstante, os dois sobreviventes foram sendo levados por uma lenta convergência que aproximou as suas economias e as suas sociedades dos padrões ocidentais⁴ e teve como resultado a deposição sucessiva das duas relíquias autoritárias, já nos meados da década de setenta.

Seguindo os ventos dominantes ou a contra-corrente, prevaleceu uma forte tendência para a homogeneização dos regimes políticos peninsulares, assim como, no essencial, se delineou uma certa coincidência das respectivas posições internacionais e uma correspondência das estratégias de aliança dos dois Estados com as potências externas relevantes. Todavia, esses paralelismos, reveladores da intensidade das interações estratégicas e da interpenetração política entre Portugal e a Espanha, podem ocultar a complexidade das crises que foram a regra e, às vezes, o método das relações bilaterais.

Em circunstâncias normais, a pronunciada assimetria que caracteriza a dualidade peninsular é o principal condicionamento das suas relações. Para a maior potência ibérica, Portugal representa um factor secundário na recta-guarda da sua política europeia, enquanto que, para o mais pequeno dos dois Estados, perante o qual a Espanha se perfila como uma grande potência, a primeira prioridade na definição da sua posição internacional deve ser ultrapassar ou anular o desequilíbrio peninsular.

O estatuto relativo dos dois Estados, tal como pode resultar de uma fórmula convencional de avaliação estática do peso demográfico, da escala territorial, do desenvolvimento económico e das capacidades estratégicas e militares, nunca admitiu dúvidas sobre a correlação das respectivas forças. Dito isto, não é menos certo que os pratos dessa balança podem ser re-equilibrados pelas conjunturas internacionais, pelo jogo das alianças, pela qualidade das políticas externas e por factores internos na evolução dos regimes políticos.

Nesse sentido, a estratégia clássica de sobrevivência de Portugal reclama uma aliança estável com uma potência internacional mais forte do que a Espanha, bem como uma regra de diferenciação estratégica, expressa nas teses canónicas da dualidade peninsular⁵. Do outro lado, para lá das irritações iberistas acerca do erro histórico que contraria a unidade geográfica do todo peninsular, embora a demarcação portuguesa só possa prejudicar a posição espanhola quando os dois Estados se encontrem subordinados a coligações adversárias em tempo de guerra, a tendência natural inclina-se para impor ao parceiro menor uma disciplina de alinhamento⁶. Não se trata de uma singularidade, uma vez que os dilemas da desproporção entre pares contíguos se resolvem segundo padrões semelhantes noutros casos comparáveis.

O período entre 1926 e 1974 parece interessante para as relações entre Portugal e a Espanha, na medida em que inclui não só mudanças radicais na estrutura de distribuição do poder no sistema internacional, como oscilações entre os extremos da luta comum pela sobrevivência dos dois Estados e dos seus regimes e das tentações imperialistas ou federalistas de unificação ibérica, alternando os excessos da intimidade entre velhos adversários históricos com os da indiferença entre aliados formais que preferem viver voltados de costas um para o outro. Nesse contexto, convém avaliar o peso das

variações estruturais, das alianças e dos regimes ao longo do percurso, por vezes sinuoso, das suas relações bilaterais.

As variações estruturais e o estatuto peninsular

A passagem de um quadro multipolar, mal assente, depois das Conferências de Paris, sob o signo do modelo de segurança colectiva da Sociedade das Nações, para uma dinâmica tripolar, desde a guerra civil espanhola até ao fim da II Guerra Mundial⁷, bem como a posterior transição para uma divisão bipolar, condicionaram a definição do estatuto internacional da península ibérica e a orientação das estratégias dos seus dois Estados.

À partida, nem Portugal, nem a Espanha, nem qualquer dos outros pequenos ou médios Estados europeus foram prejudicados pela estrutura multipolar dos equilíbrios regionais e pelo propósito de instituir um sistema de segurança colectiva proclamado pela Sociedade das Nações. A multipolaridade implicava uma certa instabilidade dos alinhamentos na Europa, sem custos significativos enquanto a França e a Grã-Bretanha puderam manter a sua preponderância e a Alemanha não estava preparada para rever os arranjos da Conferência de Paz. A Sociedade das Nações era suposta assegurar às potências menores garantias mínimas de estabilidade e um quadro multilateral onde podiam exprimir as suas posições. Até à guerra civil espanhola, tanto Portugal, como a Espanha tiveram uma política activa na Sociedade das Nações⁸, não obstante esta ter recusado ao principal Estado peninsular a deferência do seu reconhecimento como grande potência⁹. Desde 1931, a República espanhola seguiu mesmo uma linha militante de defesa do internacionalismo wilsoniano e soube tirar partido da Sociedade das Nações para se projectar como chefe de fila dos pequenos e médios Estados neutrais europeus, e reclamar um estatuto específico como a mais importante das potências de segunda ordem¹⁰.

Porém, a precária estabilidade multipolar não resistiu ao fim da República de Weimar e à instalação do regime nacional-socialista na Alemanha, que marcou a sua ressurgência como uma grande potência revisionista e o fim do modelo de equilíbrios imposto pelos vencedores da Grande Guerra. O primeiro passo nesse sentido foi, justamente, a dupla bi-polarização entre as potências conservadoras e revisionistas e entre as democracias e os regimes totalitários e autoritários, que se revelou durante a guerra civil de Espanha¹¹. O resultado dessa guerra, inseparável da intervenção externa da Alemanha e da Itália perante a passividade da Grã-Bretanha e da França, acelerou o fim do modelo multipolar e alterou os alinhamentos europeus, bem como o quadro das relações entre Portugal e a Espanha.

Para lá das causas internas que determinaram o *alzamiento* de Julho de 1936, a guerra civil espanhola foi também uma guerra ideológica e inter-

nacional. A vitória da revolta militar contra a II República não teria sido possível sem o isolamento externo crescente da Frente Popular e sem a participação dos “voluntários” das forças militares alemãs e italianas ao lado dos nacionalistas, os quais puderam contar, desde a primeira hora, com o apoio decisivo do regime do Estado Novo, que não foi perturbado pela adesão portuguesa à política de não-intervenção¹². Por outro lado, a instalação do regime franquista garantiu à Alemanha, pela primeira vez, uma aliança com a Espanha contra a França, que deixou a maior democracia europeia cercada e imersa numa crise política interna¹³. Do mesmo modo, o fim da II República espanhola traduziu-se nas relações entre os Estados peninsulares de forma imediata, pois as afinidades entre os regimes autoritários criaram condições para uma aliança bilateral.

Mais importante, a guerra civil de Espanha, na medida em que a sua decisão demonstrou a superioridade da estratégia revisionista da Alemanha, entretanto confirmada pela *débâcle* de Munique e logo prolongada pela invasão da Checoslováquia, marcou a transição para a hegemonia alemã no continente. A tendência para uma divisão tripolar na política internacional foi confirmada pela partilha da Polónia entre a Alemanha e a União Soviética e pela surpresa da rendição francesa, quinze meses depois da vitória franquista.

Embora tivessem ocupado um lugar privilegiado para antecipar essa viragem, os dirigentes políticos portugueses e espanhóis estavam tão mal preparados como os outros para fazer face a essa mudança radical, cujas consequências eram imprevisíveis.

Desde logo, tratava-se de saber se era possível consolidar a aliança entre os regimes totalitários inimigos, unidos pela ideologia na oposição comum contra as democracias liberais e, assim, garantir a paz entre a Alemanha e a Rússia que poderiam, em conjunto, não só contrabalançar a terceira grande potência, como isolar os Estados Unidos, circunscritos ao hemisfério ocidental.

Esse cenário de continuidade implicava, por um lado, a formação de uma paralela esfera de influência alemã num hemisfério oriental¹⁴, ligando a Europa ao continente africano, onde as possessões africanas das potências europeias, incluindo as colónias britânicas, seriam redistribuídas pela coligação revisionista¹⁵. Por outro lado, tornava prioritária uma delimitação das fronteiras intercontinentais entre os dois hemisférios, nomeadamente através do controle das ilhas atlânticas que estavam nas mãos de Portugal - a Madeira, os Açores e Cabo Verde - e da Espanha - o arquipélago das Canárias -, único meio da Alemanha compensar a sua vulnerabilidade estratégica perante a principal potência marítima, bem como de impedir a ocupação desses territórios insulares pelos Estados Unidos ou pela Grã-Bretanha. Por último, exigia formar um bloco continental, incluindo a França e a Espanha, assim como fechar o Mediterrâneo, designadamente em Gibraltar, para isolar a Grã-Bretanha e estabelecer nos estreitos uma ligação segura com o Norte de África. Esse programa estratégico teve, de resto, uma

tradução nos planos militares alemães, designadamente nos termos de referência da operação Felix¹⁶.

A lógica hemisférica impunha uma revolução na posição internacional de Portugal e da Espanha - admitindo a sua temporária sobrevivência como Estados independentes. O par ibérico passaria a ocupar uma posição estratégica crucial na fronteira entre os dois grandes espaços dominados, respectivamente, pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Porém, nem Portugal, nem a Espanha tinham condições para assegurar a defesa dessa linha de demarcação: a centralidade do seu lugar periférico prenunciava uma irremediável subordinação à principal potência europeia e, cumulativa ou alternativamente, a ocupação de uma parte do seu território pelos adversários da Alemanha. Nenhuma garantia laterais de expansão ou protecção dos seus domínios africanos poderiam disfarçar esse estatuto de subalternidade ou, pior, a incapacidade de preservar a integridade territorial dos dois Estados.

Esse pesadelo durou até à cimeira de Berlim, em Novembro de 1940, que cancelou a aliança prospectiva entre a União Soviética e a Alemanha¹⁷. O parceiro comunista passou a ser o inimigo principal do seu rival totalitário e o modelo hemisférico foi substituído pela tentação clássica de expansão nas marcas orientais do continente europeu, lugar electivo do *Lebensraum* alemão.

Desse modo, a intervenção na península ibérica deixou de ser uma prioridade estratégica e, logo em princípios de Dezembro de 1940, a execução da operação Felix, que devia começar em 10 de Janeiro de 1941 e previa a ocupação de Gibraltar, das ilhas atlânticas e, em caso de necessidade, de Portugal continental, foi suspensa a benefício dos preparativos para a invasão da Rússia, inicialmente marcada para Maio de 1941¹⁸.

No cenário alternativo da dinâmica tripolar, embora os regimes autoritários pudessem tender a ser atraídos para uma aliança ideológica anti-comunista e os Estados peninsulares para uma coligação europeia anti-russa, Portugal e a Espanha passavam a ocupar uma posição de rectaguarda na fronteira com os Estados Unidos, a única das grandes potências que ainda não era um beligerante e deixara de ser o adversário prioritário da coligação revisionista europeia.

Nessa variante, persistia ainda o risco de a Alemanha, antes de se lançar contra a União Soviética, querer selar essa fronteira, se não já nas ilhas atlânticas, pelo menos em Gibraltar, a chave estratégica do Mediterrâneo, controlada pela Grã-Bretanha, que continuava, sozinha, em guerra contra a principal potência continental. Esse último objectivo tornou-se, conjuntamente, mais importante, primeiro com o cancelamento dos planos de invasão das ilhas britânicas, que justificava o projecto de “formar uma frente hostil contra a Inglaterra do Cabo Norte até ao Marrocos”¹⁹ e, depois, com os desastres italianos no Mediterrâneo oriental.

Porém, a desvalorização da posição peninsular, com a deslocação para o extremo oposto do continente europeu do centro de gravidade da ofensiva

alemã, por um lado, e a necessidade de constituir um bloco continental, por outro, excluíam uma operação militar contra Gibraltar sem a participação plena da Espanha. No entanto, tirando partido do seu estatuto como aliado da Alemanha, a Espanha, sustentada por Portugal e pelas potências anglo-saxónicas, multiplicou os obstáculos à sua entrada imediata na guerra contra a Grã-Bretanha e conseguiu evitar a intervenção alemã e defender a imunidade peninsular.

A invasão alemã da União Soviética, em 21 de Junho de 1941, com o correspondente adiamento de uma intervenção na marca ocidental para depois do fim da campanha russa²⁰, consolidou a tendência para a neutralização da península ibérica, imposta por uma convergência dos interesses opostos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, pelo lado marítimo, e da Alemanha, pelo lado continental.

Todavia, o jogo tripolar voltou a mudar quando, na sequência do ataque japonês contra Pearl Harbour, a Alemanha, para afirmar a sua preeminência no Eixo, declarou guerra aos Estados Unidos e precipitou a emergência de uma coligação anti-hegemónica. Nesse contexto de guerra entre as três grandes potências internacionais, a Alemanha tornou-se o principal adversário não só da União Soviética, mas também dos Estados Unidos, que consideravam ser prioritária a decisão na Europa, pois o Japão não poderia resistir isolado. Mais uma vez, o par peninsular recuperou, contra os seus melhores interesses, a sua centralidade na linha de demarcação entre o bloco continental e as potências marítimas das Nações Unidas.

Do lado alemão, a neutralidade peninsular estava razoavelmente protegida enquanto durasse a campanha na Rússia, embora subsistisse uma ameaça latente de intervenção, sobretudo se os britânicos perdessem o Suez. Do lado norte-americano, porém, existia uma forte tentação de controlar as ilhas atlânticas, nomeadamente os Açores e Cabo Verde, para negar à Alemanha essas posições e avançar a sua fronteira de segurança²¹. No entanto, se os Estados Unidos não excluíam nem a ocupação unilateral dessas posições, nem forçar a entrada de Portugal na guerra contra a Alemanha, a Grã-Bretanha queria manter a neutralidade da península ibérica²².

Num primeiro momento, a posição britânica prevaleceu sem grandes dificuldades. Depois da vitória em El-Alamein, os aliados ocidentais iniciaram a sua ofensiva terrestre contra a Alemanha no mesmo sítio onde os seus adversários tinham querido chegar dois anos antes, com o desembarque anglo-americano nos territórios franceses no Norte de África, em Novembro de 1942. O sucesso dessa operação - nome de código Torch - dependia da Espanha, sem cuja passividade não poderia ter sido preparada a partir de Gibraltar²³. *Echange de bons procédés*, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha garantiram respeitar a integridade territorial e o *status quo* político em Espanha, bem como o seu estatuto de não-beligerância²⁴, o qual, por sua vez, evoluiu para uma linha de neutralidade em resposta à ocupação aliada do Norte de África, que determinou a neutralização efectiva da península ibérica

e se somou à viragem de Stalingrad para assinalar a mudança dos ventos da guerra e o início do recuo da Alemanha.

Essa mudança, que assegurou a neutralidade espanhola, jogou contra a portuguesa, que teve de começar a adaptar-se ao domínio dos Estados Unidos e de ceder aos aliados anglo-saxónicos instalações militares nos Açores, desde Outubro de 1943²⁵. Logo a seguir, os norte-americanos e os britânicos aumentaram a pressão sobre a Espanha e Portugal para cortar os fornecimentos de volfrâmio à Alemanha antes do início da abertura da segunda frente na Europa, entretanto decidida na Conferência de Teerão²⁶.

Em Junho de 1944, iniciou-se a fase final da guerra na Europa, com a ofensiva conjunta da União Soviética na Polónia e dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha em França. Em breve, as tropas alemãs retiraram da fronteira dos Pirinéus e a península ibérica pôde consolidar a sua posição na retaguarda. Portugal e a Espanha permaneceram fora da guerra, sem mais sobressaltos, até à rendição incondicional da Alemanha.

O fim da II Guerra Mundial marcou o princípio de um novo quadro de distribuição internacional do poder, dominado pelas duas principais potências vencedoras, a União Soviética e os Estados Unidos, que dividiram entre si Berlim, a Alemanha e a Europa.

Uma vez mais, não obstante terem testemunhado essa transição desde a primeira hora, nomeadamente com a ocupação do Norte de África e a instalação norte-americana na fronteira delimitada pelos arquipélagos atlânticos, nem Portugal, nem a Espanha, tal como as restantes potências europeias sobreviventes, estavam prontos a aceitar o regime bipolar. A sua visão, que correspondia a uma finalidade estratégica, antecipava um modelo tripolar, em que a Grã-Bretanha e a França poderiam assegurar a reconstituição de um centro de poder europeu, cujo prolongamento natural seria o continente africano - uma reprodução do programa do hemisfério oriental, situado no intervalo entre os domínios dos Estados Unidos e da União Soviética²⁷. Nesse quadro, Portugal e a Espanha poderiam recuperar a posição relativa que detinham nos equilíbrios regionais da Europa antes da catástrofe. Porém, não era possível realizar esse programa sem a Alemanha e, muito menos, com a presença dos exércitos das duas grandes potências internacionais no centro da Europa.

Relutantemente, à medida que a lógica estratégica e ideológica da bipolarização se sobrepunha à nova versão do modelo dos “três Monroes”²⁸, os dois Estados da península ibérica, a descompasso, tiveram de procurar os modos menos pesados e menos vinculativos para definir uma posição estável na margem ocidental dos alinhamentos da guerra fria, na qual ambos os regimes se projectavam como profetas da ameaça de expansão russa e comunista, tornada inevitável pela destruição da Alemanha.

Tanto as ilhas atlânticas portuguesas, como a península ibérica no seu todo, ocupavam uma posição estratégica relevante para os Estados Unidos. As primeiras pertenciam à categoria das “*stepping stones*” - degraus no

caminho marítimo da principal potência ocidental para a sua fronteira com a União Soviética no centro da Europa²⁹ - e, só por si, os Açores, onde continuavam instaladas as forças norte-americanas, poderiam garantir a Portugal a permanência da sua posição no dispositivo de segurança ocidental³⁰. A península no extremo ocidental da Europa servia de recta-guarda estratégica de uma linha da frente exposta e demasiado vulnerável às pressões do Exército vermelho, concentrado na zona de ocupação soviética da Alemanha. A Espanha, ao lado do Marrocos, era também importante para completar a projecção militar norte-americana no Mediterrâneo ocidental.

Apesar da relevância estratégica das suas posições, o lugar de Portugal e da Espanha não estava definido à partida, nem representava uma prioridade política imediata para os Estados Unidos, empenhados na restauração das condições mínimas de estabilidade política na Europa ocidental, duplamente ameaçada pela conjugação da força militar russa e da ideologia comunista, que se perfilava como a “vaga do futuro” nas ruínas do velho continente³¹.

A Espanha, sobretudo, estava marginalizada - foi o único país europeu contra o qual a União Soviética quis impor uma estratégia de intervenção das Nações Unidas e o único que não recebeu convite para participar no Plano Marshall. Mas Portugal também ocupava uma posição relativamente excêntrica no processo de institucionalização da aliança das democracias ocidentais.

Em Março de 1948, quando a Grã-Bretanha tomou a iniciativa de propor a formação de uma comunidade de defesa reunindo o conjunto dos países nas margens do Atlântico Norte, incluiu na sua lista os dois Estados da península ibérica - embora, no caso da Espanha, a benefício de inventários futuros sobre a evolução democrática do seu regime. Porém, a versão original do pacto foi ultrapassada pelas propostas de uma aliança intercontinental com dois pilares, que tinha duas versões contrastadas. A primeira assentava num pilar norte-americano - os Estados Unidos e o Canadá - e noutro europeu, restrito à União Ocidental, no quadro da qual a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo se tinham associado à Grã-Bretanha e à França. A segunda previa uma coligação entre uma federação atlântica - incluindo os Estados Unidos, o Canadá, a Grã-Bretanha, outros países da Commonwealth e “certas entidades” das penínsulas escandinava e ibérica - e uma federação europeia continental³².

Na primeira variante, tanto Portugal como a Espanha ficavam de fora, pois não poderiam aceder à aliança transatlântica sem antes entrar na União Ocidental e, mesmo no caso improvável de os seus fundadores quererem admitir o par autoritário, nenhum dos Estados peninsulares era candidato, pois rejeitavam o quadro supranacional do tratado de Bruxelas. Na segunda talvez ambos tivessem um lugar que poderiam ocupar se superassem a sua resistência às uniões federais e, se Portugal fosse, como seria provável, a única “entidade” co-optada na península ibérica, a tentação deveria ser grande, desde logo por garantir a sua separação da Espanha e o distan-

ciamento de uma aliança continental europeia, num quadro que reproduzia o modelo da aliança com a principal potência marítima e valorizava a sua dimensão atlântica.

Esses exercícios de arquitectura da aliança transatlântica não resistiram às divisões entre os seus sete membros iniciais - os Estados Unidos, o Canadá e os cinco Estados da União Ocidental³³. Desse modo, puderam ser convidados a Noruega, a Suécia, a Dinamarca, a Irlanda e Portugal, bem como a Itália, nenhum dos quais era parte do tratado de Bruxelas. A Espanha ficou fora do círculo dos eleitos, pois o regime franquista continuava a ser inaceitável para a maioria das democracias ocidentais³⁴.

Desse modo, Portugal acabou por conseguir ter lugar na comunidade de defesa transatlântica, o qual consolidava e moderava, num quadro multilateral, a relação de aliança com os Estados Unidos imposta desde a cedência das instalações militares nos Açores, enquanto, seguindo o cânone da política portuguesa de alianças, a exclusão da Espanha sublinhava a diferenciação dos estatutos internacionais dos dois Estados peninsulares.

Mas essa marginalização era parcial e foi corrigida, em boa parte, pelos acordos militares bilaterais entre os Estados Unidos e a Espanha, concluídos em 1953, que a inseriram, por esse meio, no dispositivo de segurança ocidental³⁵. Nesse sentido, embora não pertencesse à Organização do Tratado do Atlântico Norte e sem as correspondentes garantias de defesa, a Espanha passou a partilhar com Portugal a aliança com a potência dirigente da coligação ocidental, a única com capacidade para articular as qualidades estratégicas de ambos os Estados e da periferia peninsular no seu todo.

As posições de Portugal e da Espanha aproximavam-se também por estarem ambos excluídos do processo de integração europeia, nomeadamente do modelo comunitário que seria desenvolvido a partir de 1950 com o plano Schuman. Perante a formação das Comunidades Económicas Europeias, na perspectiva de uma federação europeia, chegaram ambos a encarar a possibilidade de formar um bloco iberoamericano, intensificando as suas relações com o Brasil e a América Latina.

Porém, Portugal acabou por seguir a Grã-Bretanha na criação da Associação Europeia de Livre Comércio, enquanto a Espanha preferiu concentrar-se na procura de um acordo com as Comunidades Europeias³⁶, perturbando a relativa sincronia dos alinhamentos estratégicos e das políticas europeias dos dois Estados peninsulares. Essa divergência seria acentuada pela gradual separação entre Portugal e a Espanha quanto ao problema da descolonização. Embora tardiamente, em parte estimulada pela sua oposição à presença britânica em Gibraltar, a política espanhola acabou por se render às correntes dominantes e ceder as suas pequenas possessões em África, sem acompanhar a resistência salazarista, que se encerrou numa linha integracionista, onde a sobrevivência de um grande império africano se tornara penhor da continuidade do regime e, para os mais radicais, da própria independência nacional³⁷.

O intervalo traumático das guerras coloniais portuguesas não travou a tendência forte para uma convergência europeia paralela dos dois Estados. Durante a guerra fria, as democracias tornaram-se os aliados dos autoritarismos peninsulares, os quais tinham dificuldade em continuar a representar sob o signo da decadência o modelo dominante na Europa ocidental, que passara a orientar a modernização da sociedade e da economia em Portugal e em Espanha.

No princípio dos anos setenta, a benefício da *détente* bipolar, europeia e alemã, os velhos regimes da periferia ibérica foram removidos, sucessiva e paralelamente, primeiro em Portugal e logo a seguir em Espanha. Finalmente, a extrema heterogeneidade típica da bipolarização prevaleceu e a institucionalização da democracia nos dois Estados peninsulares completou o seu alinhamento ocidental, abrindo caminho à plena integração de ambos na Aliança Atlântica e na Comunidade Europeia.

Por ironia, o principal legado de Portugal e da Espanha para a guerra fria foi a mudança tardia dos seus regimes - embora não sem riscos, pois os comunistas portugueses, ao contrário dos seus rivais espanhóis, não tinham sido vencidos pela repressão autoritária. Num momento crítico, quando a crise energética punha em causa o crescimento linear das economias ocidentais e os mais pessimistas antecipavam uma crise dos regimes democráticos europeus, as fronteiras da democracia pluralista passaram a coincidir com os limites da Europa ocidental, enquanto o bloco soviético permanecia dividido, sem conseguir superar a sua crise ideológica interna. Se para os dois Estados peninsulares sobressaía o enorme atraso em saltar para o comboio democrático, os factos posteriores demonstraram que Portugal e a Espanha o apanharam na altura mais oportuna para a evolução do regime bipolar.

As alianças e os equilíbrios peninsulares

Tradicionalmente, os dois Estados peninsulares seguiram estratégias de alianças opostas. Para Portugal, a estabilidade da sua posição internacional pressupunha uma aliança com a principal potência marítima, que devia garantir tanto a segurança do império ultramarino, como da metrópole, no contexto da dualidade peninsular e dos equilíbrios europeus. Essa linha mestra persistiu intacta através de sucessivas mudanças de regime desde o princípio do século.

Para a Espanha, a regra - herdeira do seu esplêndido isolamento como principal potência internacional - era o *retraimiento*, a recusa das alianças e a marginalidade na balança do poder, o reverso da fórmula segundo a qual a Europa terminava nos Pirinéus. Essa estratégia de neutralidade ou, mais rigorosamente, de não-aliança da Espanha foi levada até ao limite quando, mesmo depois de perder o que restava do seu império na América latina e na Ásia, a principal potência peninsular se manteve fora da Grande Guerra. Essa

orientação foi ainda prolongada, no quadro da Sociedade das Nações, cujo modelo de segurança colectiva podia ser tomado como uma alternativa à política clássica das alianças, em nome da teoria do internacionalismo liberal³⁸. Todavia, desde a crise de 1898, a Espanha começou a tentar corrigir a sua linha tradicional e, designadamente depois do fim da monarquia, procurou, por um lado, esboçar uma aliança democrática com a Grã-Bretanha e a França e, por outro lado, agregar à sua volta, na Sociedade das Nações, os pequenos e médios Estados neutrais da Europa, tirando partido do facto de ser a maior potência nesse conjunto.

A guerra civil espanhola acelerou essa tendência e marcou uma primeira ruptura na estratégia de não-aliança. Desde logo, as duas partes - a II República e a Frente Popular, por um lado, a revolta militar e as direitas nacionalistas, por outro lado - não só precisavam de aliados, como abriram a Espanha à intervenção indirecta de potências externas. A internacionalização diplomática, ideológica e militar da guerra interna precipitou, por sua vez, a polarização das alianças e a transformação dos equilíbrios regionais, que imprimiram uma lógica de alinhamento entre coligações opostas na política europeia.

A II República e as esquerdas espanholas não tinham aliados seguros. A França e a Grã-Bretanha temiam a radicalização do regime democrático com a Frente Popular e queriam conter os riscos de internacionalização da guerra civil, impondo um regime de não-intervenção que se revelou um exemplo de ineficácia³⁹. A União Soviética, embora tentada, num primeiro momento, em explorar uma situação revolucionária no outro extremo do continente, com a formação das brigadas internacionais e armando o regime republicano, estava imersa numa profunda crise interna, durante a qual iria rever a sua política europeia, para evitar ser arrastada para uma guerra entre os seus inimigos capitalistas⁴⁰.

Pela sua parte, o levantamento militar nacionalista pôde contar com aliados constantes, a começar pelo regime autoritário português. A Itália e a Alemanha, mobilizaram unidades de “voluntários” das suas forças armadas para combater ao lado do exército franquista e garantiram o seu armamento, ao mesmo tempo que apoiavam política e diplomaticamente os nacionalistas contra a República democrática, em contraste com a relativa passividade e um gradual distanciamento da França e da Grã-Bretanha⁴¹.

Nesse contexto, com a vitória de Franco, a Espanha alinou-se com as duas principais potências revisionistas, a Alemanha e a Itália, nas vésperas do início da II Guerra Mundial, quando, depois da ocupação da Checoslováquia, se tornou clara a bipolarização das alianças europeias.

Pelo contrário, Portugal quis persistir numa linha de continuidade e conseguiu manter a sua aliança com a Grã-Bretanha durante a guerra espanhola, não obstante as tensões iniciais, resultantes do seu apoio aos nacionalistas, pouco compatível com o regime de não-intervenção⁴². Essas dificuldades foram ultrapassadas quer pela evolução da política britânica,

quer pela sorte das armas na guerra espanhola. Se, em geral, os conservadores britânicos partilhavam a sua oposição à ameaça revolucionária, a estratégia dos *appeasers* ia mais longe e aceitava a instalação do regime autoritário franquista⁴³ não só para pôr fim à guerra civil, como para reorientar a expansão imperialista da Alemanha no sentido de um confronto nas marcas orientais com a outra potência totalitária, como resultava da estratégia implícita nos acordos de Munique. Essa linha geral, partilhada pelas diplomacias de Salazar e de Chamberlain, garantiu, a partir de 1938, uma unidade de propósitos entre Portugal e a Grã-Bretanha em Espanha.

Porém, o resultado da guerra civil implicou uma mudança na continuidade, pois Portugal passou a estar também vinculado pela aliança entre os autoritarismos peninsulares. Com efeito, em Setembro, durante a crise dos Sudetas, Nicolás Franco, irmão do *generalissimo* e seu embaixador em Lisboa, tomou a iniciativa de propor um tratado bilateral para prevenir “o caso extremo, mas possível de Espanha e Portugal se encontrarem ligados a beligerantes adversários entre si”⁴⁴. Para Salazar, um acordo formal teria o mérito de regular as relações entre os dois Estados e conter as tentações imperiais no momento da vitória franquista. Em todo o caso, não aceitava um arranjo cujas obrigações se sobrepusessem à aliança inglesa e só iniciou conversações com a benção da Grã-Bretanha, igualmente empenhada em garantir a neutralidade espanhola. O tratado bilateral de amizade e não-agressão foi assinado em Lisboa, a 17 de Março de 1939, nas vésperas da entrada das forças nacionalistas em Madrid e do exército alemão em Praga.

A contagem decrescente para a II Guerra Mundial começou nesse momento e, cinco meses depois, o pacto germano-soviético abriu as portas da Polónia à invasão alemã, que deixou perturbados os aliados da Alemanha, para os quais não podia ser mais inoportuna uma guerra geral na Europa⁴⁵. Em Junho de 1940, a rendição da França e a retirada da Grã-Bretanha trouxeram, súbita e brutalmente, a realidade dos factos até à península ibérica, com a chegada das tropas alemãs a Hendaia. Tudo mudara: a Itália, contra as suas melhores intenções, sentiu-se obrigada a seguir o seu aliado, à última hora, na invasão da França, e pressionou a Espanha para adoptar uma posição de não-beligerância⁴⁶, contra a vontade de Portugal, cuja neutralidade solitária foi posta à prova.

A posição portuguesa era extremamente difícil de sustentar. As fronteiras com a Espanha eram impossíveis de defender contra a grande potência continental - e mesmo contra o parceiro ibérico - sem a intervenção britânica e nada garantia que o aliado histórico pudesse ou estivesse disposto a cumprir as suas obrigações. As fronteiras atlânticas e imperiais eram impossíveis de defender contra as grandes potências marítimas e ficariam à sua mercê se Portugal fosse forçado a alinhar com uma Europa alemã. A única forma de sobreviver seria conseguir garantir o *status quo* peninsular e, para tal, tornava-se imperativo, por um lado, assegurar que a Espanha não

entraria na guerra e, por outro lado, persuadir os beligerantes dos méritos da sua neutralidade benevolente⁴⁷.

A parte mais complexa e imediata da linha consistia em impedir que a Espanha caísse na tentação de participar na guerra, perante os resultados impressionantes da ofensiva da Alemanha, cuja vitória na guerra europeia parecia inevitável.

Desde Junho, a política espanhola seguiu uma estratégia predadora na coligação revisionista⁴⁸. Por um lado, estava decidida a defender a sua posição como aliado da Alemanha e da Itália na construção da nova ordem, partindo do princípio de que o estatuto relativo da Espanha na hierarquia das potências regionais se fortalecera decisivamente com a derrota da França. Por outro lado, queria reservar lugar à mesa dos vencedores para alargar o seu “espaço vital” no continente africano, se possível sem intervir militarmente no conflito, para o qual, de resto, estava completamente impreparada.

Essa estratégia, típica de uma potência menor nas coligações revisionistas, tornou-se evidente desde 12 de Junho, quando a Espanha recusou a proposta portuguesa para uma declaração conjunta de neutralidade e proclamou a sua não-beligerância⁴⁹. No dia seguinte, enquanto os alemães entravam em Paris, ocupou Tânger e quando, uma semana depois, o marechal Pétain assinou o armistício, a Espanha apresentou à Alemanha as suas condições para entrar na guerra. Franco queria recuperar Gibraltar e construir um império africano à custa das possessões francesas. A lista dos territórios a anexar incluía o território de Oran, o Marrocos francês, a extensão do Rio de Oro e a faixa costeira entre o cabo Lopez e a foz do Níger. Além disso, precisava de tudo e exigia um suporte logístico maciço para defender a península e as ilhas atlânticas de uma ameaça britânica⁵⁰.

A Alemanha limitou-se a tomar nota das pretensões territoriais espanholas no Norte de África. Hitler não tinha nem pressa de concluir um acordo para a intervenção da Espanha no conflito, nem paciência para negociar com aliados menores. Desde logo, estava à espera que a Grã-Bretanha, isolada, se rendesse face à demonstração da superioridade alemã. Por outro lado, não se queria comprometer numa partilha das possessões coloniais da França, para evitar problemas com os seus aliados no regime de Vichy e não provocar a passagem das forças militares francesas no Norte de África para o lado dos seus adversários. Por último, dispensava problemas com Portugal e não pretendia dar pretextos para um desembarque britânico ou norte-americano em Lisboa ou nas ilhas atlânticas, contra o qual não dispunha defesas imediatas⁵¹.

Nesse momento crítico, a diplomacia portuguesa teve de enfrentar uma forte pressão espanhola, que exprimia a sua determinação de se afirmar como potência hegemónica na península. Em Madrid, o ministro da Governação, Serrano Suñer, explicava ao embaixador Teotónio Pereira que a Alemanha nunca toleraria um Portugal aliado dos seus inimigos e, à menor veleidade de resistência, as tropas alemãs ocupariam o seu território. Essa contingência,

segundo o ministro, colocava a Espanha perante um dilema: ou deixava passar o exército alemão ou, assumindo-se como grande potência, teria de “encarregar-se ela do assunto”⁵². Nessas circunstâncias, Portugal devia libertar-se do “peso morto da aliança inglesa” e concluir um pacto militar com a Espanha contra a Grã-Bretanha. A neutralidade portuguesa, senão mesmo a sua independência, estava directamente ameaçada⁵³.

Todavia, Salazar pôde tirar partido das divisões internas no regime franquista entre o partido da “guerra curta”, personificado por Suñer - considerado pelos por-tugueses e pelos britânicos como a alma danada da linha intervencionista - e o partido da “guerra longa”, representado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Juan Beigbeder⁵⁴. Em alternativa à aliança militar tomou a iniciativa de sugerir um aditamento ao tratado bilateral para consolidar o *status quo* peninsular, admitindo um princípio de concertação prévia sobre a garantia “pelos meios adequados” da “inviolabilidade dos respectivos territórios metropolitanos”⁵⁵. Nesses termos, negociados com Beigbeder e aceites por Franco, os dois Estados assinaram em Lisboa, a 29 de Julho, o protocolo adicional ao tratado peninsular. A parte portuguesa, com prévio assentimento da Grã-Bretanha, garantia a não-utilização do seu território pelos ingleses e obtinha do aliado peninsular um compromisso adicional que tornaria mais difícil uma intervenção externa. A parte espanhola fazia o mesmo em relação à Alemanha e à Itália e obtinha uma garantia contra uma intervenção militar britânica na rectaguarda portuguesa, que lhe deixava as mãos livres numa ofensiva contra Gibraltar.

Para Portugal, tratava-se de consolidar a dupla aliança britânica e espanhola em que assentava a sua política de neutralidade peninsular. Essa estratégia consistia, por um lado, em combinar um perfil tão discreto quanto possível com a sua capacidade de convencer os beligerantes das virtudes da “neutralidade geométrica” e, por outro lado, em recorrer à aliança com a principal potência peninsular para a vincular à linha portuguesa. Se a Espanha permanecesse quieta a neutralidade era viável, caso contrário arrastaria Portugal para uma situação insustentável, forçando-o a escolher entre a defesa da metrópole e a segurança das ilhas atlânticas e do império ultramarino.

Na fase seguinte, foi a vez da Alemanha pressionar a Espanha. Em 14 de Setembro, Hitler cancelou os planos de invasão das ilhas britânicas e, dois dias depois, chamou Suñer a Berlim para lhe expor os seus desígnios sobre o hemisfério oriental e a estratégia alternativa de cerco à Grã-Bretanha, que pressupunham o alargamento da coligação revisionista e do bloco continental, bem como a participação da Espanha na guerra, cuja prioridade passara a ser a tomada conjunta de Gibraltar, a instalação de forças militares alemãs na costa do Marrocos e a ocupação de uma das Canárias.

Em resposta, o ministro espanhol, sob instruções directas de Franco, reiterou as exigências sobre o “espaço vital” - às quais acrescentou uma indicação sobre Portugal que, “de um ponto de vista geográfico | não tinha | o

direito de existir” - mas recusou ceder qualquer parte do território espanhol. Além disso, recitou a longa lista de necessidades imediatas - armamentos, combustíveis, cereais, sem os quais não seria possível uma intervenção militar na guerra⁵⁶.

Nessas condições, a decisão ficou adiada para a única cimeira entre o *Fuhrer* e o *Caudillo*, que teve lugar em Hendaia, a 23 de Outubro. Hitler continuava a não estar pronto a pagar o preço imposto pela Espanha, sobretudo por causa das forças francesas nas colónias⁵⁷. Franco devia participar na guerra sem condições prévias, para depois participar na feitura da nova ordem. O *generalissimo* declarou-se disposto a avançar, mas queria ter antecipadamente garantido o prémio da sua beligerância. O pequeno predador não desistia da sua estratégia e a potência hegemónica continuava relutante em alargar a coligação revisionista a uma potência menor e incompetente à custa de uma crise com os seus aliados franceses.

Os resultados da cimeira não podiam ser conclusivos. A Espanha aceitou vir a filiar-se no Pacto tripartido e aderiu a um tratado secreto de aliança com a Alemanha e a Itália, sem se comprometer com uma data concreta para a sua entrada na guerra, enquanto o problema do *Lebensraum* espanhol era remetido para uma repartição das colónias africanas, depois da derrota da Grã-Bretanha, nos termos de uma fórmula que previa a entrega a Espanha de “territórios em Africa na mesma medida em que a França possa ser compensada pela atribuição doutros territórios de igual valor em Africa, sem prejuizo das pretensões alemãs e italianas contra a França”⁵⁸.

Franco estava às portas da guerra quando o desastre italiano na península balcânica tornou ainda mais forte a pressão da Alemanha para tomar Gibraltar e reduzir a resistência britânica, cujo domínio do Mediterrâneo voltara a ficar demonstrado com a ocupação de Creta, donde podia saltar para a Grécia. Em 12 de Novembro, a directiva de Hitler sobre a Europa do Sudoeste e a África do Norte tinha por adquirida a entrada da Espanha na guerra e marcava para 4 de Fevereiro de 1941, a par de uma ofensiva contra as forças britânicas no Egipto, a data do assalto a Gibraltar. Tratava-se de uma operação conjunta onde, aparentemente, os planificadores alemães não tinham previsto qualquer participação militar relevante dos seus aliados⁵⁹.

As razões da urgência alemã justificavam a prudência espanhola. Franco preferiu esperar e multiplicou obstáculos e exigências: Gibraltar devia ser tomado pelas suas forças, que o Estado-Maior alemão considerava nulas, e a Espanha fazia depender a sua intervenção de um prévio apoio maciço da Alemanha, bem como de uma ofensiva paralela no canal do Suez. Era evidente que as forças espanholas não tinham condições para garantir o sucesso da operação militar, mas estava fora de causa uma invasão alemã da península ibérica sem o consentimento e muito menos com a oposição dos seus aliados franquistas. Sem mais tempo a perder, Hitler acabou por se

convencer de que “a Espanha não | queria | e não | iria | entrar na guerra”⁶⁰ e desistiu da tomada de Gibraltar.

O momento de maior perigo estava a passar. Em Junho de 1941, o exército alemão partiu em direcção a Moscovo e parou às suas portas, em Dezembro, quando o Japão atacou Pearl Harbour e a Alemanha declarou guerra aos Estados Unidos. A guerra ia ser longa e a decisão final tornara-se incerta. Em Espanha, não obstante a “confiança cega” de Suñer na vitória alemã e a mobilização falangista para a cruzada anticomunista contra a União Soviética, onde a Divisão Azul espanhola lutava ao lado das forças do Eixo, o partido intervencionista perdeu força e Franco encerrou-se num estado de “inactividade nebulosa”⁶¹.

De certo modo, o *Fuhrer* e o *Caudillo* desencontraram-se: quando a Espanha estava pronta para avançar, a Alemanha não parecia interessada, quando o chanceler definiu Gibraltar como prioridade, o *generalissimo* recuou e subiu a parada para não intervir.

No fundo, a posição da Espanha era tão ambígua como variável. Mesmo na euforia da rendição da França, Franco concluiu um acordo com Salazar no sentido da neutralidade peninsular, tirando partido da simetria das alianças dos dois Estados com os beligerantes: a diplomacia portuguesa mantinha o seu velho aliado ao largo e a diplomacia espanhola continha o seu novo aliado na fronteira, presumindo ambos que nem a Grã-Bretanha, nem a Alemanha interviriam na península ibérica contra os seus respectivos aliados.

A tendência para uma articulação efectiva das estratégias de alianças de Portugal e de Espanha foi mais nítida a partir da cimeira de Sevilha, a primeira entre Salazar e Franco, em 13 de Fevereiro de 1942, que marcou o fim das tensões bilaterais e o início do processo que culminou com a proclamação do “Bloco Peninsular”, no final do ano⁶². Sem alterar formalmente o seu estatuto como não-beligerante, a Espanha começou a aproximar-se da neutralidade portuguesa.

Essa evolução confirmou-se com o sucesso da ocupação anglo-americana nos territórios franceses do Norte de África, em 8 de Novembro, que assegurou a neutralização estratégica do todo peninsular. Em todas as frentes, a balança da guerra começava a pender para o lado das Nações Unidas. Entre a ocupação do Norte de África e a viragem de Stalingrad, as pretensões imperiais ou de domínio peninsular da Espanha ficaram comprometidas e tornou-se obrigatório rever a estratégia de alianças. A tentativa hegemónica da Alemanha falhara e, quando Mussolini caiu, o Estado Novo passou a ser o único aliado que restava ao regime franquista. Uma vez garantida a neutralidade espanhola pelo concurso das vontades dos beligerantes, a política do bloco peninsular deixou de ser a prioridade da diplomacia portuguesa.

Nessa fase da guerra mundial, as pressões mais fortes - embora sem ameaça de invasão da península - passaram a ser exercidas pelos aliados

anglo-saxónicos, primeiro sobre Portugal, por causa das ilhas atlânticas, depois também sobre a Espanha, na crise do volfrâmio.

Com efeito, em 18 de Junho de 1943, a Grã-Bretanha apresentou um pedido formal para a concessão de facilidades militares nos Açores, que foi objecto de um acordo, negociado secretamente, em contrapartida de garantias quanto à integridade do império colonial no post-guerra⁶³. A Espanha, embora formalmente consultada nos termos do protocolo adicional, foi posta perante um facto consumado, nas vésperas do anúncio público do acordo, em 12 de Outubro e depois do desembarque britânico na Terceira⁶⁴. Portugal não entrou na guerra, mas evoluiu da “neutralidade geométrica” para uma “neutralidade activa”⁶⁵, demarcando-se do seu aliado peninsular, à procura de um lugar ao lado das Nações Unidas.

Nos meses seguintes, antes da abertura da segunda frente na Europa, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha impuseram à Espanha e a Portugal a interrupção dos fornecimentos de volfrâmio à Alemanha, que eram um dos indicadores mais fiáveis da correlação de forças na periferia peninsular⁶⁶. Se ainda restassem dúvidas sobre o sentido da neutralidade espanhola, o embaixador britânico, Samuel Hoare, teve oportunidade de o confirmar quando constatou que o *generalísimo* tinha substituído na sua secretária as fotografias do *Fuhrer* e do *Duce* pelos retratos do Papa e do Presidente da República portuguesa⁶⁷.

O sucesso do desembarque na Normandia, em Junho de 1941, forçou a retirada das tropas alemãs dos Pirinéus e, a partir desse momento, os Estados peninsulares puderam manter sem mais problemas a sua neutralidade. Ambos temiam o desfecho da guerra, com a destruição da Alemanha, a supremacia norte-americana na Europa e o avanço da União Soviética, mas as suas iniciativas diplomáticas para uma paz separada, através da mediação de uma terceira força - incluindo a Santa Sé, os países católicos europeus e latino-americanos, bem como os outros países cristãos neutros -, não tinham crédito.

O fim da guerra mudou radicalmente as posições relativas e as estratégias de aliança dos Estados peninsulares. Na sequência das resoluções da conferência das Nações Unidas, a Espanha ficou isolada e tornou-se um *paria* internacional, dependente da intermediação diplomática de Portugal, o aliado crucial que se torna “a | sua | grande janela para o exterior”⁶⁸. Este consolidou o seu lugar na coligação ocidental emergente com a mudança da sua aliança externa principal, que se transferiu da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, a par de uma contínua desvalorização da linha do “bloco ibérico”, tornada mais fácil pelo isolamento espanhol.

Nos primeiros anos, para a Espanha, tratava-se de resistir à marginalização e romper o isolamento diplomático. Sem excesso de zelo, Portugal defendeu o seu parceiro peninsular, mas não pôde evitar a sua ausência forçada do Programa de Recuperação Europeia ou da Organização Económica de Cooperação Europeia, e não deixou de recusar as reiteradas

propostas espanholas para transformar o tratado bilateral numa aliança militar, em resposta à constituição da União Ocidental⁶⁹.

O momento crítico da diferenciação política e estratégica entre os dois Estados foi provocado pelo processo de formação da Aliança Atlântica. Em 6 de Outubro de 1948, os britânicos, secundados pelos norte-americanos, entregaram em Lisboa uma nota sobre as conversações entre os Estados Unidos, o Canadá e os signatários do tratado de Bruxelas sobre o pacto do Atlântico Norte, cujas portas estavam abertas a Portugal e fechadas à Espanha. Na sua resposta, a diplomacia portuguesa manifestou-se contra essa exclusão, que prejudicaria a “unidade geográfica e estratégica” peninsular na defesa europeia⁷⁰, um argumento que contrariava a estratégia clássica das alianças portuguesas⁷¹. Como era previsível, esse protesto, no qual a diplomacia portuguesa insistiu mesmo à custa do risco de projectar uma imagem de subordinação à posição espanhola, foi inútil. O tratado estava negociado e não admitia qualquer revisão⁷².

A reacção espanhola, em 21 de Março de 1949, foi tardia e ríspida. Face a um tão forte sinal de ostracismo, a Espanha invocou o protocolo adicional para evitar a entrada separada de Portugal, que não podia pronunciar-se sobre o convite para aderir ao tratado de Washington sem prévio concerto com o seu aliado peninsular, tanto mais que a Espanha ficaria obrigada a defender Portugal em caso de guerra, sem ter as mesmas garantias dos aliados ocidentais. Nessas circunstâncias, mais valeria denunciar o pacto ibérico ou, alternativamente, os dois Estados peninsulares poderiam concluir um acordo tripartido com os Estados Unidos à margem da aliança atlântica⁷³.

Mais uma vez, a diplomacia salazarista soubera colocar a diplomacia franquista perante um facto consumado: tudo fizera para assegurar a entrada da Espanha, mas não havia nenhuma alternativa real à aceitação, nos termos impostos, do convite para pertencer ao Pacto do Atlântico Norte, onde Portugal continuaria a lutar contra a divisão peninsular, enquanto a ruptura da aliança bilateral só acentuaria o isolamento espanhol. No fim, Franco preferiu render-se à força da posição de Salazar e aos seus argumentos sobre a compatibilidade entre a aliança atlântica e a aliança peninsular⁷⁴, não obstante ser claro que a primeira tornava a segunda estrategicamente supérflua.

Portugal assinou o tratado de Washington, sem a Espanha e contra a sua vontade. Porém, a lógica de bipolarização da guerra fria, acentuada pela crise de Berlim e pela guerra da Coreia, jogava contra o isolamento espanhol. As sanções foram gradualmente levantadas, restauraram-se as relações diplomáticas plenas com os países ocidentais e, em 1953, concluíram-se os acordos bilaterais sobre a instalação de forças militares norte-americanas em Espanha, que marcaram a sua inserção no dispositivo de defesa ocidental⁷⁵.

Desse modo, a Espanha encerrava um longo e errático processo na sua procura de alianças estáveis, que punha definitivamente termo à velha estratégia de não-aliança, e passou a partilhar com Portugal uma aliança

coincidente com os Estados Unidos - a potência dirigente da coligação ocidental - cujo efeito imediato, nas relações entre o par peninsular, foi anular a dependência espanhola da mediação portuguesa.

Depois de um longo ciclo de guerras, revoluções e crises, a posição dos dois Estados no quadro peninsular e no contexto internacional pôde, finalmente, adquirir uma razoável estabilidade. Frequentemente de costas voltadas, Portugal e a Espanha seguiram os seus caminhos separados, cuja divergência se acentuou nos anos sessenta, quando a guerra nas colónias deixou o primeiro cada vez mais isolado, recorrendo aos bons ofícios da segunda, mais pragmática e aberta, para superar a crise nas relações com o aliado comum.

Naturalmente, a questão colonial tinha um peso inteiramente diferente nos dois casos. Portugal mantivera intacto um império africano, enquanto à Espanha restavam resíduos esparsos de uma grandeza imperial definitivamente perdida desde a crise de 1898. Quando a campanha contra o colonialismo português foi desencadeada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1960, as possessões espanholas resumiam-se, na frase de Franco, a “pequenos territórios, sem interesse particular”⁷⁶ - o Sahara espanhol, a Guiné equatorial e a ilha de Fernando Pó. Nessas circunstâncias, era razoável prever, como Salazar, que “os Espanhóis na primeira oportunidade | estavam | prontos a abandonar tudo na Africa negra”⁷⁷. Por certo, os ditos foram dos poucos que continuaram a votar ao lado de Portugal nas Nações Unidas, mas nem por isso deixaram de descolonizar, separando-se das teses integracionistas.

Separados do lado africano, os dois Estados estiveram inicialmente mais próximos do lado europeu, na medida em que os autoritarismos peninsulares ficaram ambos fora do processo de integração europeia, sem conseguirem encontrar formas alternativas para compensar essa marginalização, cujo peso se acentuou desde finais dos anos sessenta, depois de ser levantado o veto francês ao alargamento das Comunidades Europeias, que tornou possível a adesão da Grã-Bretanha, da Irlanda e da Dinamarca - todos membros da Associação Europeia de Livre Comércio, da qual Portugal era fundador.

Nesse quadro, a Espanha assinou, em 29 de Junho de 1970, um acordo preferencial com a Comunidade Económica Europeia, enquanto Portugal, a par dos outros países da Associação Europeia de Livre Comércio não candidatos à adesão, se associava à Comunidade pelo acordo de 22 de Julho de 1972. A negociação desses acordos tornara necessária uma prévia regularização bilateral das relações económicas entre os Estados peninsulares, que tomou forma no último Protocolo adicional ao tratado de amizade e nos acordos de cooperação económica, científica e cultural, assinados em 22 de Maio de 1972⁷⁸.

Essa derradeira aproximação, nas vésperas da deposição dos dois regimes autoritários, anunciava já o sentido posterior das relações entre

Portugal e a Espanha, determinado pela dinâmica de integração europeia, e revelava a necessidade de transferir para o quadro das instituições multilaterais o jogo das alianças indispensáveis para a definição dos equilíbrios peninsulares, a partir do momento em que passaram a coincidir as filiações dos dois Estados na Comunidade Europeia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Os regimes políticos e as relações peninsulares

O regime autoritário português teve de tratar, sucessivamente, com três regimes políticos do outro lado da divisão peninsular - brevemente com a branda ditadura de Primo Rivera, até 1930, e a II República democrática, até 1936 e, depois do interregno anárquico da guerra civil, longamente com o franquismo, parceiro do Estado Novo durante trinta e cinco anos⁷⁹.

A primeira etapa assinalou o fim de um período de crises bilaterais que caracterizou as relações entre a I República e a monarquia espanhola, que resistira mal às tentações de subverter o regime republicano português e à vontade de anexar o seu vizinho peninsular. As duas ditaduras militares iniciaram um processo de normalização das relações bilaterais, no quadro do qual foi possível estabelecer um acordo sobre o Douro internacional, regularizar as trocas económicas e, bem assim, completar por tratado a delimitação exacta das fronteiras entre os dois Estados⁸⁰. Na mesma linha, tiveram lugar encontros de alto nível, como a cimeira de Mondariz, em 1929, entre os chefes do Governo - os generais Primo de Rivera e Ivens Ferraz - e o Presidente da República, marechal Carmona, deslocou-se à Exposição de Sevilha numa visita oficial, que deveria ser retribuída pelo rei Alfonso XIII.

Em Abril de 1931, esse processo foi interrompido pelo advento da II República espanhola, quando Oliveira Salazar preparava a constituição do Estado Novo. Essa segunda etapa ficou marcada, logo no início, pela linha intervencionista de Manuel Azaña, que se empenhou numa política militante de aliança com a oposição republicana portuguesa⁸¹. Para os radicais espanhóis, a consolidação da II República passava pela uniformização política ibérica, para impor, em nome de um federalismo democrático, a unidade peninsular que escapara à monarquia dos Bourbons e poderia restaurar a Espanha como uma grande potência europeia, uma forma de compensar o trauma da crise de 1898. Esse programa estava resumido na frase célebre de Azaña aos seus aliados portugueses: “juntos seremos grandes”⁸². Como era inevitável, essa política provocou uma pronunciada degradação das relações bilaterais. Para Salazar, a aversão autoritária à democracia parlamentar somava-se à resistência nacionalista na defesa da dualidade peninsular contra o federalismo iberista e à necessidade de conter, numa fase em que o regime autoritário português ainda não estava

consolidado, as tentativas de subversão dos exilados oposicionistas sustentadas pela estratégia de ingerência espanhola.

O período radical não durou, uma vez que as eleições de Novembro de 1933 e a entrada das direitas na coligação governamental impuseram uma viragem moderada no regime democrático. Os exilados portugueses começaram a ser expulsos, enquanto as autoridades espanholas se esforçavam por reatar a política de normalização. Em 1935, convidaram o ministro dos Negócios Estrangeiros, Armindo Monteiro, e tomaram a iniciativa de propor um tratado de amizade, assente num princípio de não-agressão e de não-interferência nos respectivos assuntos internos, cuja assinatura estava prevista para Fevereiro de 1936⁸³.

Porém, mais uma vez, a instabilidade política espanhola comprometeu esses esforços. Nas eleições de 16 de Fevereiro, o sucesso da Frente Popular e o regresso de Manuel Azaña, não obstante a sua crescente contenção nas relações com Portugal, abriram uma nova crise. A intensidade da interpenetração política peninsular anulava a fronteira entre os dois Estados e os problemas internos condicionavam as relações bilaterais: à ressurgência do federalismo iberista acrescentava-se o espectro de uma revolução soviética, numa dupla ameaça para a estabilidade peninsular e para a sobrevivência do Estado Novo, cuja resposta foi alinhar com o golpe militar dos generais nacionalistas, o qual precipitou a catástrofe da guerra civil, em Julho de 1936⁸⁴.

Desde a primeira hora, perante dois contendores com forças equilibradas, o impasse da guerra interna parecia criar condições únicas para a política portuguesa pesar na decisão do conflito. Se o distanciamento era impossível, restavam duas alternativas: jogar a favor ou de uma balcanização da Espanha, tirando partido da força desagregadora dos separatismos na Catalunha e no País Basco, ou da restauração autoritária da unidade espanhola.

Ambas pressupunham uma clara ingerência na política interna da Espanha e, como tal, eram estratégias extremamente arriscadas, excepcionais nas relações entre um pequeno Estado e uma grande potência contígua⁸⁵. Mas, para o regime autoritário nacionalista, não existiam alternativas. A primeira era, obviamente, um anátema para o salazarismo, cuja continuidade seria posta em causa tanto pela emergência de uma “Espanha vermelha”, como pelo federalismo republicano. A segunda foi uma escolha natural contra a ameaça das “repúblicas soviéticas ibéricas”⁸⁶, ditada tanto pela natureza imperativa dos alinhamentos impostos por uma guerra ideológica, como por uma linha conservadora nacionalista que rejeitava a revisão do mapa político peninsular.

Nenhuma das estratégias teria, à partida, garantias de sucesso. Nada assegurava a capacidade portuguesa para impor uma divisão permanente da Espanha, tal como não estava adquirida a vitória final dos militares franquistas. Porém, jogar na vitória das forças republicanas e revolucionárias

seria uma forma tentada de suicídio do regime salazarista que podia comprometer também a independência portuguesa, enquanto a sobrevivência de ambos era possível com o lado oposto, embora o apoio do regime autoritário português não impedisse uma ressurgência de velhas tentações imperialistas se ganhassem os seus aliados espanhóis.

A sorte das armas afastou os perigos mais imediatos. O risco de uma retaliação militar das forças republicanas foi contido, desde Agosto de 1936, quando a junção dos exércitos franquistas em Badajoz lhes assegurou o controle de toda a faixa contígua à fronteira entre os dois Estados peninsulares e lhes garantiu uma rectaguarda segura até ao fim da guerra civil. De seguida, o regime salazarista suspendeu o seu reconhecimento oficial da República espanhola e empenhou-se, cada vez mais abertamente, em assegurar a vitória nacionalista, sem todavia tornar logo oficial a sua relação com a insurgência militar⁸⁷.

Essa relutância decorria, em boa parte, de factores externos. O alinhamento com a facção franquista colocava as autoridades portuguesas numa posição contrária à linha britânica de não-intervenção e ao lado da Itália e da Alemanha, que também tinham enviado forças militares para combater contra a democracia espanhola e a ameaça comunista. Como a Grã-Bretanha seria a única garantia para Portugal em caso de uma ameaça de invasão, essa divergência tinha de ser moderada. Nesse quadro, as autoridades portuguesas adaptaram-se às contingências da sua neutralidade oficial e aderiram, em Setembro de 1936, ao Comité de Não-Intervenção de Londres, embora sem a menor intenção de cumprir as suas directivas, que previam, nomeadamente, o encerramento das fronteiras terrestres da Espanha⁸⁸. Porém, com o início do segundo ano de guerra, as posições portuguesa e britânica começaram a aproximar-se, quer por efeito da ascensão interna dos *appeasers* no governo conservador, quer pela evolução da guerra civil, que tornava cada vez mais provável o sucesso nacionalista. A expressão dessa sintonia ficou patente, em Janeiro de 1938, com o envio simultâneo de representantes diplomáticos para junto do *generalissimo* - aliás, o “agente especial” britânico conseguiria chegar a Salamanca dois dias antes de Pedro Theotónio Pereira que, em Junho, depois da derrota republicana em Teruel, foi nomeado Embaixador, completando o reconhecimento oficial da junta franquista⁸⁹.

Em Setembro, já perto do fim da guerra civil, a crise dos Sudetas justificou a proposta do embaixador de Franco em Lisboa para concluir um tratado bilateral, cuja finalidade seria prevenir a possibilidade de Portugal e a Espanha ficarem de lados opostos numa guerra europeia. O pretexto perdeu urgência com a assinatura dos acordos de Munique, mas constituiu o primeiro passo para a institucionalização de uma aliança entre os dois regimes autoritários, que significou um “corte epistemológico” nas relações peninsulares⁹⁰.

Da parte espanhola, a iniciativa era ambivalente. Por um lado, uma aliança com o aliado peninsular da Grã-Bretanha contrabalançava a sua aliança com a Alemanha e a Itália e, por outro lado, esse passo era

congruente com uma estratégia de subordinação de Portugal, que reforçaria a posição da Espanha na coligação revisionista. Da parte portuguesa prevalecia uma dupla determinação de resistir à hegemonia espanhola e de vincular a uma posição comum de neutralidade, indispensável para assegurar a paz peninsular na guerra europeia. Nesse sentido, era preciso limitar os termos dos acordos bilaterais, evitando uma aliança militar, e reafirmar, paralelamente, a aliança com a Grã-Bretanha, que partilhava a mesma orientação quanto à neutralidade peninsular. Desse modo, o tratado bilateral seria tanto um modo de preservar os equilíbrios intra-peninsulares, como um instrumento crucial para a estabilidade da posição externa dos dois Estados numa fase de crescente instabilidade europeia, marcada pela polarização dos alinhamentos regionais. A fórmula implícita previa que as alianças do par peninsular - os seus respectivos aliados eram inimigos entre si - se contrabalançariam, dando a ambos uma margem de autonomia relevante.

O tratado de amizade e não-agressão foi finalmente assinado em Lisboa, a 17 de Março de 1939, nas vésperas da vitória franquista, que era também a da estratégia de Salazar - “Vencemos, eis tudo” - ou, em todo o caso, a das suas previsões⁹¹.

Seis meses depois, o princípio da guerra europeia iria pôr à prova a solidez dos pressupostos da aliança peninsular. Em Setembro, Portugal e a Espanha reiteraram a sua neutralidade. O pacto entre a Alemanha e a União Soviética e a invasão da Polónia - uma velha nação católica e um regime autoritário - perturbaram os meios mais conservadores, forçados a reconhecer a diferença de natureza que separava os regimes totalitários e autoritários na coligação revisionista. Theotónio Pereira tentou convencer Franco de que a aliança entre os rivais totalitários era “a prova real da total ausência de comunidade ideológica” entre os autoritarismos peninsulares e o regime nacional-socialista alemão, mas o *generalissimo*, confessando achar “esquisito sermos agora aliados dos russos”⁹², não se deixou impressionar e manteve o seu alinhamento passivo com as potências do Eixo.

Enquanto durou a “*drôle de guerre*” persistiu uma calma tensa. Para a Espanha, em ruínas, era impensável intervir militarmente numa guerra contra a França e a Grã-Bretanha e, de qualquer modo, a prioridade do regime franquista continuava a ser a sua própria consolidação, com a “totalização da vitória”⁹³. Tudo mudou, abruptamente, com a invasão da França e a entrada da Itália na guerra, em Junho de 1940.

Perante a iminência da vitória alemã, Franco proclamou a não-beligêrância da Espanha para consolidar a sua posição como parte do trio dos chefes - o *Fuhrer*, o *Duce* e o *Caudillo* - que ia fundar a nova ordem europeia. Salazar, que não fazia parte dessa herética trindade, tinha boas razões para temer o pior: o equilíbrio de forças dentro do regime franquista tendia a fortalecer o partido intervencionista contra o partido neutralista e a entrada da Espanha na guerra não só arrastaria consigo Portugal, como podia pôr em causa a sua independência na revisão do mapa europeu.

Nesse contexto, tornou-se evidente a pretensão espanhola para trazer Portugal para a sua órbita e reviver o “viceimperio ibérico”⁹⁴, parte integrante da sua estratégia de afirmação como uma grande potência. Nessa linha, a hegemonia peninsular era necessária para consolidar a posição relativa da Espanha, que admitia a formação de um “bloco latino” dos regimes autoritários na coligação revisionista como contrapeso da preponderância da Alemanha totalitária.

Era esse o sentido da pressão de Suñer para concluir uma aliança militar peninsular e forçar uma ruptura entre Portugal e a Grã-Bretanha, feita sob uma mal velada ameaça de intervenção. Porém, a relutância da Alemanha em aceitar as condições postas pela Espanha, reveladoras de uma extrema vulnerabilidade, travou a sua entrada na guerra. Franco acabaria por aceitar uma proposta portuguesa de consultas bilaterais perante ameaças à segurança dos dois Estados, formalizada nos termos do protocolo adicional ao tratado de amizade, secamente assinado em 29 de Julho. Se bem que o acordo não alterasse o *status quo* peninsular, tratava-se, sobretudo, de um compasso de espera, num momento em que se esperava a invasão das ilhas britânicas.

A resistência da Inglaterra susteve as tentações imperialistas de Franco, que só queria entrar na guerra na última hora e, sem nunca contrariar frontalmente o chanceler alemão⁹⁵, não cedeu às suas insistências quando este quis alargar a coligação revisionista para completar o bloco continental e fixar a data da ofensiva conjunta contra Gibraltar. Tal proeza, de resto, teria riscos e o prestígio nacionalista do regime não saíria reforçado se a recuperação de Gibraltar dependesse da intervenção das forças armadas alemãs. Hitler chegou a invocar a “compulsão histórica” que ligava os três chefes e os obrigava a ser ousados para salvar as suas nações⁹⁶, mas o *generalissimo* preferiu falhar esse encontro comum com a história e deixou o seu camarada alemão avançar para a invasão da Rússia, depois de ter perdido uma oportunidade única de fechar o cerco à Grã-Bretanha e passar os estreitos em direcção a África.

O início da operação Barbarossa, em Junho de 1941, voltou a despertar um sentimento de confiança na vitória alemã e mobilizou os partidários de uma “cruzada cristã e europeia” contra a Rússia atea e comunista. Em Espanha, os “voluntários falangistas” da Divisão Azul partiram para a frente leste, enquanto Franco assaltava verbalmente a Grã-Bretanha e Salazar, aparentemente convencido do sucesso da ofensiva oriental, criticava os seus aliados por alinharem com a União Soviética, quando a Alemanha, finalmente, se virara contra um inimigo comum⁹⁷.

A antecipação da vitória alemã obrigava a reflectir sobre a posição de cada um na nova ordem europeia, quer no registo dos regimes políticos, quer quanto à autonomia dos Estados. Por um lado, não obstante as boas palavras da Alemanha sobre o primado do “interesse comunitário” | *gemeinutz* | europeu sobre o “interesse particular” | *eigenutz* | alemão, uma Europa dominada por uma única grande potência imperialista, cujo desprezo pelos

pequenos Estados era notório, justificava as maiores apreensões por parte dos regimes nacionalistas quanto à sobrevivência da soberania dos seus Estados. Estas só podiam ser acentuadas pela percepção de que o sucesso contra a União Soviética deixaria isolada a Grã-Bretanha e significaria uma transferência do centro de gravidade da política alemã para a marca ocidental: na luta contra os Estados Unidos a neutralidade de Portugal e da Espanha seria impossível. Por outro lado, o conservadorismo católico dos autoritarismos peninsulares só podia ter as mais profundas desconfianças acerca da natureza revolucionária do movimento nacional-socialista e sobre o racismo e o paganismo da ideologia totalitária alemã, que tenderia a impor uma homogeneização dos regimes políticos europeus, destruindo as suas personalidades próprias e a diversidade das nações da Europa⁹⁸.

Ironicamente, o pesadelo começou a passar quando a União Soviética conseguiu parar o exército alemão às portas de Moscovo, na mesma altura em que Hitler decidiu declarar guerra aos Estados Unidos e provocou uma mudança na correlação de forças para a lado da grande aliança das Nações Unidas. Foi esse o momento escolhido por Franco para pedir, pela primeira vez, um encontro com Salazar, que se concretizou na cimeira de Sevilha, em 13 de Fevereiro de 1942.

Reconhecendo as tensões bilaterais dos dois últimos anos, Suñer começara a falar da formação de um “bloco da paz” com os Estados peninsulares e sul-americanos, e confiava as suas esperanças ao Embaixador português: “a vinda a Sevilha | fora | um cabo das Tormentas. Que seja o da Boa Esperança”⁹⁹. Por certo, não fora essa a política do ministro dos Assuntos Exteriores, que seria substituído, em Setembro, pelo general Jordana¹⁰⁰, cuja nomeação concordava com a viragem espanhola para uma “neutralidade vigilante” e reflectia uma mudança nas previsões sobre a balança da guerra.

Essa tendência seria fortemente acentuada com a vitória britânica em El-Alamein e o sucesso da invasão anglo-americana do Norte de África. Franco fechara os olhos aos preparativos da operação Torch em Gibraltar e na baía de Algeciras e pôde obter, em contrapartida, garantias quanto à não-ingerência das Nações Unidas na política interna espanhola, que seriam respeitadas pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha, mesmo depois do fim da guerra.

Acto contínuo, o *generalissimo* mandou o conde de Jordana a Lisboa. A sua visita, em 18 de Dezembro, marcou a desistência dos desígnios imperialistas do regime fran-quista sobre Portugal, expressa na proclamação espanhola do “Bloco Ibérico” - uma denominação que não será recebida tal qual do lado português, que prefere crismar a aliança como um “bloco peninsular”¹⁰¹.

Com a alteração dos equilíbrios regionais e a mudança geral na correlação de forças, a neutralidade peninsular, livre do medo constante de uma intervenção externa, ganhou estabilidade. Paralelamente, a relação entre

Portugal e a Espanha modificou-se, pois não só estava excluída uma ameaça de unificação ibérica, como Franco passou a depender, cada vez mais, de Salazar e da sua capacidade de mediação com os aliados. Inversamente, a política do bloco peninsular perdeu relevância na diplomacia portuguesa, à procura de um lugar ao lado dos vencedores.

Esse quadro foi testado, entre Junho e Outubro de 1943, no contexto das negociações sobre os Açores, que Salazar manteve secretas, negando existirem pressões aliadas sobre as ilhas e admitindo só que estas representavam “apenas o perigo do seu próprio valor estratégico”¹⁰². No último momento possível, em 8 de Outubro, com o acordo fechado e quando os britânicos procediam já à ocupação das instalações cedidas nas Lages, o Presidente do Conselho de Ministros português foi ao encontro do ministro dos Assuntos Exteriores espanhol, em Ciudad Rodrigo: nessas circunstâncias, a consulta ao aliado peninsular era uma mera formalidade. A Espanha, que se distanciava gradualmente da Alemanha, sobretudo depois da deposição de Mussolini, aceitou ser posta perante um facto consumado, que não prejudicava o *status quo* peninsular, embora reduzisse a neutralidade portuguesa a uma “neutralidade continental”¹⁰³. O distanciamento entre as duas diplomacias confirmou-se, nos meses seguintes, durante a crise do volfrâmio, com a recusa de uma “frente comum” contra as pressões norte-americanas e britânicas¹⁰⁴.

Mesmo antes da retirada alemã da França, na sequência da abertura da segunda frente, a preocupação de Franco começava a ser tornar aceitável o seu regime junto das democracias aliadas. A propósito citava Churchill, que dissera ao duque de Alba que o franquismo não era nazi nem totalitário apenas espanhol¹⁰⁵. Nessa linha, a aliança entre os autoritarismos peninsulares podia servir os seus interesses, pois era manifesta a benevolência inglesa e norte-americana perante o salazarismo.

Porém, no fim da guerra, a neutralidade tardia da Espanha teria consequências distintas da neutralidade colaborante de Portugal. Desde 1945, tornou-se evidente o isolamento de Franco, cujo regime fora imposto pelas armas alemãs e italianas. A União Soviética parecia disposta a forçar uma posição das Nações Unidas para derrubar o aliado sobrevivente do Eixo e, embora os Estados Unidos e da Grã-Bretanha se mantivessem vinculados pelas garantias dadas a Franco, aceitaram, na cimeira de Potsdam¹⁰⁶, recusar a admissão da Espanha na organização das Nações Unidas, e não se opuseram à resolução da Assembleia Geral que provocou o isolamento diplomático da Espanha.

Nos anos seguintes, o *paria* internacional manteve-se fortemente dependente da solidariedade portuguesa nas suas relações externas. Todavia, a posição do regime salazarista não era fácil. Uma ligação excessiva com o franquismo criava riscos de contágio, ao realçar as afinidades entre os dois autoritarismos, derradeiros vestígios da vaga antidemocrática europeia, a contra-ciclo do movimento inverso de restauração das democracias no resto

da Europa ocidental. O dilema era real: por um lado, a estabilidade política peninsular constituía uma garantia para o salazarismo, que dificilmente poderia resistir a uma mudança do regime político espanhol onde, na sua percepção, partilhada pelos aliados ocidentais, as alternativas eram a continuidade da autocracia ou o regresso da guerra civil. Por outro lado, o isolamento da Espanha tinha méritos para Portugal, pois funcionava como um nivelador dos desequilíbrios peninsulares, sem custos desde que não contaminasse a imagem externa benigna do salazarismo.

Não obstante o ostracismo ou, justamente, a benefício da campanha internacional contra a Espanha franquista, o *generalissimo* pôde preservar a estabilidade do seu regime, contra quaisquer tentativas de ingerência externa. Salazar, naturalmente, recusou essa via e não caiu na tentação de explorar uma transição monárquica com o conde de Barcelona, exilado no Estoril: a conspiração com os generais contra a II República fora e continuaria a ser um caso excepcional.

De resto, na ausência de uma sólida alternativa moderada, nem os Estados Unidos, nem a Grã-Bretanha queriam arriscar uma mudança descontrolada em Espanha, muito menos quando cresciam os sinais de polarização ideológica entre os antigos aliados das Nações Unidas e se tornava prioritário conter a ameaça comunista, cujo peso era significativo em França e em Itália.

Nesse contexto, as relações entre os dois regimes autoritários consolidaram-se, sem prejudicar a presença portuguesa nos *fora* ocidentais do post-guerra. Na Conferência de Paris, Portugal defendera, a seu pedido, a inclusão da Espanha no Plano Marshall e, apesar do insucesso, logo a seguir, em Agosto de 1948, o tratado peninsular foi renovado. Paralelamente, a diplomacia portuguesa continuou a resistir à reiterada pressão espanhola para o transformar numa aliança militar e, bem assim, Salazar não quis que a primeira visita de Franco tivesse lugar por ocasião da assinatura do segundo protocolo adicional¹⁰⁷.

O episódio mais complicado ocorreu na sequência do convite a Portugal para assinar o tratado de Washington, deixando a Espanha fora do Pacto do Atlântico Norte. A elegibilidade portuguesa para a comunidade de defesa colectiva das democracias ocidentais era testemunho eloquente da diferença radical nas percepções externas sobre os regimes de Salazar - o platónico rei-filósofo - e de Franco, o brutal ditador militar¹⁰⁸. Além disso, a escolha do mais pequeno dos Estados peninsulares como parceiro estratégico da coligação ocidental constituía uma afronta à principal potência ibérica.

A resposta da Espanha foi dura, pondo expressamente em causa a continuidade da aliança bilateral. Salazar teve em conta essa previsível atitude e, da primeira à última hora, colocou como condição da presença portuguesa na aliança atlântica a participação espanhola, insistindo no valor estratégico da estabilidade política peninsular, pois “uma alteração profunda das actuais condições políticas em Espanha poderia representar a breve

trecho a instalação naquele país de um Governo extremista com consequências políticas e estratégicas fáceis de prever | as quais | não seriam por certo indiferentes aos problemas de defesa do Atlântico Norte, se, ao verificar-se tal eventualidade, a Espanha não estivesse já internacionalmente obrigada à linha de conduta que o Pacto traduz”¹⁰⁹. Essa posição foi criticada, designadamente por Theotónio Pereira, por ir longe demais na defesa da Espanha “correndo inutilmente o risco de que nos acusem de falta de personalidade”¹¹⁰.

Em todo o caso, Portugal pôde tomar assento entre os fundadores da Aliança Atlântica e, qualquer que fosse o seu juízo sobre a sinceridade diplomática de Salazar, Franco nunca poderia acusar a diplomacia portuguesa de não ter feito tudo para impedir uma incontornável exclusão da Espanha quase até ao limite de recusar a participação de Portugal, a qual, de resto, abria caminho à inserção espanhola no dispositivo de segurança ocidental. As crises de Berlim e a guerra da Coreia criaram as condições para pôr fim ao isolamento diplomático da principal potência peninsular. Em 1951, os Estados Unidos iniciaram as conversações bilaterais que levaram, dois anos depois, aos acordos sobre a instalação de forças militares norte-americanas em Espanha e à sua integração, por via bilateral, no sistema de defesa transatlântico. Com o passo seguinte, em 1955, no quadro de um acordo geral, a Espanha e Portugal fizeram a sua entrada na Organização das Nações Unidas, na companhia de um certo número de regimes comunistas, superando mais um dos sinais de marginalização internacional dos velhos autoritarismos¹¹¹.

A partir desse momento, embora o regime franquista nunca tenha inteiramente superado o estigma das suas origens, a sua evolução passou a seguir uma linha de abertura na política interna e nas relações internacionais, que culminaria, depois da morte do *generalissimo*, na *ruptura pactada*. Pelo contrário, o regime salazarista preferiu fechar-se numa estratégia rígida de resistência à vaga de descolonização, que prejudicou as relações com os seus aliados e, no limite, comprometeu a própria possibilidade de uma transição post-autoritária controlada do Estado Novo, o qual sobreviveu ao seu fundador para cair às mãos de um golpe de Estado militar¹¹².

De certo modo, nos últimos vinte anos, os dois regimes trocaram de posições. O ciclo de crises internas e externas chegara ao fim, ambos os regimes estavam assentes e nada ameaçava a dualidade peninsular. Esse regresso à normalidade tornou possível uma crescente separação do par autoritário, que se exprimiu não apenas na recusa de sucessivas propostas para uma maior articulação das economias peninsulares, que seriam um contraponto aos processos multilaterais de integração europeia, como na divergência das suas políticas externas.

Desde logo, Portugal e a Espanha responderam diversamente à sua exclusão das Comunidades Europeias, ditada pela natureza autoritária dos seus regimes políticos. O primeiro preferiu, contra as iniciativas espanholas

de integração econômica sub-regional, seguir o seu mais velho aliado na formação da Associação Europeia de Livre Comércio, e a segunda orientou-se para um acordo com as Comunidades Europeias, onde se reuniam os principais parceiros econômicos dos dois Estados peninsulares.

Por outro lado, como estava, de resto, parcialmente implícito nessa escolha divergente, enquanto a prioridade da Espanha, depois de ter conseguido definir um quadro estável de alianças e não obstante as divisões internas entre *casticistas* e *mimetistas*, era consolidar a sua posição como uma média potência europeia, Portugal concentrava-se na centralidade atlântica da sua posição internacional, tirando partido do seu estatuto como membro da Aliança Atlântica e valorizando a sua extensão imperial africana para compensar os riscos do lugar periférico que ocupava na Europa e na península ibérica¹¹³.

Por último, quando Portugal ficou isolado internacionalmente, devido à intransigência colonial do regime salazarista, este não pôde encontrar do seu par franquista a reciprocidade que poderia ter reclamado em contrapartida do empenho diplomático português nos anos difíceis do ostracismo espanhol: se bem que raramente tenha faltado com o seu voto nas Nações Unidas, a Espanha, cujas possessões ultramarinas eram residuais, recusou alinhar-se com as teses integracionistas com que o Estado Novo tentou defender o último império português¹¹⁴.

A divergência peninsular foi, em parte, corrigida nos anos do fim, que coincidem com o intervalo da *détente* na guerra fria e o período de viragem na política europeia entre 1968 e 1974, incluindo a aceleração do processo de integração e o alargamento das Comunidades Europeias. De certo modo, essas mudanças sublinhavam o anacronismo dos autoritarismos peninsulares, formados numa fase de rejeição das democracias liberais, as quais, entretanto, se tinham tornado um modelo de referência para a modernização da sociedade e da economia em Espanha e em Portugal, relegando a legitimação ideológica dos dois regimes para um nacionalismo histórico e para um anticomunismo profético, ambos datados quer pela integração europeia, quer pela petrificação soviética. A contestação nas principais universidades portuguesas e espanholas, sincronizada com os movimentos estudantis europeus, servia também de revelador interno da natureza exótica dos regimes autoritários, definitivamente fora do seu tempo.

Porém, foram, sobretudo, o paralelismo das estratégias reformistas do marcelismo e do franquismo tardio, a par de uma aproximação das respectivas políticas europeias, que abriram um ciclo de convergência entre os dois Estados, o qual se prolongou para lá das respectivas transições post-autoritárias, e cuja consequência imediata foi recuperar uma crescente intensidade nas interpenetrações políticas peninsulares, paralela a um maior desenvolvimento das relações bilaterais.

Naturalmente preocupado com a sucessão de Salazar, Franco, ao confessar a Lopez Rodó não confiar nas qualidades políticas de Marcelo

Caetano, exagerava ao qualificar os países peninsulares como “irmãos siameses”, mas tinha uma parte de razão quando dizia que a fronteira peninsular era “um tabique de papel” e se “um país ficasse envolto em chamas, inevitavelmente o fogo propagar-se-ia ao outro”¹¹⁵.

O ministro espanhol, todavia, reconhecia méritos na fórmula do seu velho amigo português sobre a “renovação” na continuidade”, que resumia também os dilemas da transição do franquismo e, de certa maneira, a estratégia de sucessão monárquica do *Caudillo* pelo príncipe Juan Carlos, formalizada desde finais de 1969, representou uma versão da linha marcelista, cujo sucesso foi, em parte, assegurado pelo fracasso da versão original¹¹⁶.

Siameses ou não, os dois regimes autoritários chegaram juntos ao seu termo e, passem as peripécias das suas transições - uma revolucionária, outra pactuada -, ambos se dirigiram para um destino comum, com a sucessiva institucionalização da democracia pluralista em Portugal e em Espanha, que marcou o regresso da periferia ibérica à Europa ocidental, trinta anos depois do fim da II Guerra Mundial.

Epílogos

A avaliação final sobre a parte das interações estratégicas, das alianças e das interpenetrações políticas na evolução das relações entre Portugal e a Espanha pode ficar em aberto.

A estrutura internacional de distribuição do poder foi, sem dúvida, decisiva para definir a posição dos dois Estados peninsulares, sobretudo durante a guerra mundial, bem como na guerra fria.

As sucessivas deslocações do centro da competição tripolar no sistema internacional colocaram Portugal e a Espanha, ora na vanguarda, ora na retaguarda da guerra e, em certos momentos, os seus respectivos estatutos de neutralidade ou de não-beligerância, estiveram por um fio. Ao mesmo tempo, a neutralidade dificilmente teria sido assegurada, no período crítico entre 1940 e 1943, se tivessem sido outras as estratégias de aliança respectivas de Portugal e da Espanha e a qualidade da sua execução. Mais importante, os desentendimentos entre Hitler e Franco que impediram o assalto alemão a Gibraltar, depois da rendição francesa e antes da invasão da União Soviética, condicionaram a estratégia da principal potência revisionista numa encruzilhada decisiva forçando o chanceler alemão a cometer um erro sério, talvez fatal para a condução da guerra¹¹⁷.

A lógica da bipolarização entre as duas grandes potências vencedoras da II Guerra Mundial foi importante para garantir a continuidade das posições relativas dos dois Estados, e a estabilidade das suas alianças externas, embora não tenha podido apagar as origens do franquismo, que determinou a sua exclusão da Aliança Atlântica, nem superar a oposição das

Comunidades Europeias contra a integração dos autoritarismos periféricos. Por sua vez, a longa resistência dos dois regimes autoritários fez com que a sua deposição acabasse por coincidir com um período de viragem na guerra fria, quando a disciplina bipolar se atenuou e as tendências centrífugas se tornaram mais fortes, durante a *détente*. Contra todas as expectativas, as transições post-autoritárias em Portugal e em Espanha abriram caminho à sua democratização e, nesse sentido, pesaram na balança bipolar, paralisada nas dimensões estratégicas e interestatais pelo efeito da dissuasão nuclear e pela rigidez das coligações, mas aberta à competição nas dimensões ideológicas e políticas¹¹⁸.

Por sua vez, a intensidade das interações estratégicas entre o par ibérico é inseparável da interpenetração política entre os dois Estados e, portanto, da questão dos regimes. A dualidade peninsular foi ameaçada pela ressurgência do federalismo ibérico e forçou o salazarismo a seguir uma linha sem precedentes de ingerência portuguesa na política interna espanhola, quando apoiou o levantamento militar contra a II República. Todavia, essa estratégia era impensável contra o ciclo autoritário europeu, tal como não teria sido sustentável sem o respaldo da aliança britânica ou sem a intervenção de forças militares italianas e alemãs, e as suas consequências seriam bem diferentes fora desses contextos externos.

A estabilidade das relações bilaterais entre Portugal e a Espanha dependeu fortemente das afinidades entre os respectivos regimes políticos, tanto no curto intervalo das ditaduras militares, como no longo período em que coincidiram o Estado Novo e o franquismo. Porém, a necessidade imperativa de preservar a homogeneidade política condicionou, por sua vez, a capacidade de acção externa dos dois Estados e está na origem do tratado de aliança bilateral, que foi, ao mesmo tempo, um pacto entre os autoritarismos e entre os Estados peninsulares, imposto tanto pela conjuntura política ibérica, como pela mudança nos equilíbrios europeus, na eminência de uma guerra geral. Por outro lado, a proximidade dos regimes não impediu a ressurgência das tentações imperiais espanholas durante a guerra mundial, a qual, por sua vez, tornou a dualidade peninsular mais importante para a Grã-Bretanha e para os Estados Unidos.

Grosso modo, pode admitir-se que as dimensões estruturantes do nível internacional prevaleceram durante a II Guerra Mundial, na medida em que a competição tripolar não só determinou o estatuto internacional e as estratégias de aliança dos Estados peninsulares, como teve efeitos relevantes na viragem antidemocrática espanhola e na consolidação dos dois regimes autoritários peninsulares. A guerra fria foi igualmente determinante quanto à posição e às alianças de Portugal e da Espanha no quadro dos equilíbrios bipolares, sem ter tido, pelo menos na sua fase inicial, a força impositiva das dinâmicas totalitárias para forçar uma homogeneização política equivalente, que corresponderia à democratização dos regimes peninsulares.

No nível das relações interestatais, as estratégias de alianças da Espanha e de Portugal parecem decisivas para os manter fora da II Guerra Mundial, pelo menos nos momentos de maior instabilidade, designadamente quando a principal potência peninsular foi tentada pela intervenção ao lado da coligação revisionista e quando a Alemanha pretendeu arrastar o seu aliado peninsular para o bloco continental contra a Grã-Bretanha. A neutralidade peninsular constitui um caso único nesse período, pois assenta numa fórmula de equilíbrio em que as alianças opostas da Espanha e de Portugal com dois dos três pólos beligerantes servem para os contrabalançar e imunizar o espaço peninsular. Paralelamente, a aliança entre os dois Estados foi parte integrante não só dessa fórmula, como foi importante para conter os impulsos revisionistas contra a dualidade peninsular.

Por último, no nível infra-estatal, o problema da heterogeneidade dos regimes políticos revelou-se crucial, sobretudo no período da II República e da guerra civil, primeiro com a ressurgência do federalismo iberista e a instabilidade recorrente do regime republicano espanhol, depois com a emergência de uma situação revolucionária e a decisão do regime salazarista de apoiar, desde a primeira hora, o golpe militar nacionalista, onde a determinação de garantir a sobrevivência política do Estado Novo pesou pelo menos tanto como a necessidade de defender Portugal de uma revisão do *status quo* peninsular, onde se conjugavam os riscos simétricos da desagregação da Espanha e da unificação ibérica. Depois, a homogeneidade autoritária teve uma relevância variável. Logo a seguir ao fim da II Guerra mundial, quando ambos tiveram de se adaptar à divisão bipolar entre a aliança das democracias ocidentais e o bloco comunista, onde a sua posição era excêntrica, pesou bastante. Na fase seguinte de relativa normalização externa foi menos importante, embora continuando a ser um garante da estabilidade política peninsular. Nos últimos anos da sua existência, voltou a pesar, quando a tendência de homogeneização dentro das coligações adversárias se alargou também à periferia ibérica, abrindo caminho para transições democráticas paralelas em Portugal e em Espanha¹¹⁹, no início de mais uma vaga de democratização¹²⁰, que viria a decidir a vitória ocidental na guerra fria.

NOTAS

- * Agradeço penhorado a Manuel de Lucena e a Nuno Severiano Teixeira a paciência de terem lido e criticado versões anteriores deste texto, sem que tal os torne, de qualquer modo, cúmplices do resultado final.
- ¹ A referência indispensável do lado português continua a ser o ensaio histórico de José Medeiros Ferreira, que trata de um século longo, desde a crise de sucessão espanhola à integração europeia de Portugal e da Espanha. O século de César Oliveira, um estudo mais detalhado, é mais curto e parte da instauração da I República portuguesa para o mesmo destino post-autoritário. Do lado espanhol, Jimenez Redondo fez uma desenvolvida história das relações bilaterais desde a II Guerra mundial até ao fim do salazarismo. Ver José Medeiros Ferreira (1989). *Um século de problemas. As relações luso-espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*. Lisboa: Horizonte. César Oliveira (1995). *Cem anos nas relações luso-espanholas*. Lisboa: Cosmos. Juan Carlos Jimenez Redondo (1995). *Franco e Salazar. As relações luso-espanholas durante a guerra fria (1930-1955)*. Lisboa: Assírio e Alvim. Juan Carlos Jimenez Redondo (1996). *El ocaso de la amistad entre las dictaduras ibéricas (1955-1968)*. Merida: UNED.
- ² Ver, *inter alia*, Elizabeth Wiskemann (1966). *Europe of the dictators (1919-1945)*. Londres: Fontana. E.H. Carr (1939). *The twenty years crisis*. Londres: Faber.
- ³ Sobre os outros Estados neutrais europeus durante a II Guerra mundial ver Annette Baker Fox (1959). *The power of small states. Diplomacy in World War II*. Chicago: University of Chicago Press.
- ⁴ A melhor análise comparativa sobre esse processo pertence a Juan Linz (1979). “Europe’s Southern frontier: evolving trends towards what ?” *Daedalus* 108: 175-209.
- ⁵ Sobre o modelo português da dualidade peninsular, ver José Medeiros Ferreira (1989). António José Telo. As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945) in Fernando Rosas, coordenador (1998). *Portugal e a guerra civil de Espanha*: 133-151. Lisboa: Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- ⁶ Quanto ao lugar de Portugal na política internacional da Espanha, ver Hipolito de la Torre (1998). España en el sistema internacional (siglo XIX-XX) in *I Encuentro Peninsular de Historia de las Relaciones Internacionales*: 171-194. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- ⁷ A tese sobre a estrutura tripolar da distribuição do poder na II Guerra mundial foi elaborada por Randall Schweller (1998). *Deadly imbalances. Tripolarity and Hitler’s strategy of world conquest*. Nova York: Columbia University Press.
- ⁸ Sobre as políticas de Portugal e da Espanha na Sociedade das Nações ver José Medeiros Ferreira (1992). *Portugal na Conferência de Paz*. Lisboa: Quetzal. G. B. Bledsoe. Spanish foreign policy (1898-1936) in James Cortada, editor (1980) *Spain in the twentieth century world. Essays on Spanish diplomacy (1898-1978)*: 3-40. Londres: Aldwych. Ismail Saz. Foreign policy under the dictatorship of Primo de Rivera in Sebastian Balfour, Paul Preston, editores (1999) *Spain and the great powers in the twentieth century*: 53-72. Londres: Routledge. Ismail Saz. The Second Republic in the international arena in *ibid*: 73-95.

- ⁹ G.B. Bledsoe (1975). “The quest for *Permanencia*. Spain’s role in the League crisis of 1926”. *Iberian Studies* 4: 14-21. Ver também Charles Powell. Spain’s external relations (1898-1975) in Richard Gillespie, Fernando Rodrigo, Jonathan Story, editores (1995). *Democratic Spain. reshaping external relations in a changing world*: 114-115. Londres: Routledge.
- ¹⁰ Ismail Saz. The Second Republic in the international arena in *op.cit.*: 82-83. Ver também o testemunho de Salvador de Madariaga (1977). *Memorias (1921-1936). Amanecer sin mediodia*. Madrid: Espasa-Calpe.
- ¹¹ Sobre a guerra civil espanhola ver Paul Preston (1986). *The Spanish civil war (1936-1939)*. Londres: Weidenfeld&Nicolson. Cf. também Hugh Thomas (1961). *The Spanish civil war*. Harmondsworth: Penguin. Gabriel Jackson (1965). *The Spanish Republic and the civil war*. Princeton: Princeton University Press. Raymond Carr (1977). *The Spanish tragedy. The civil war in perspective*. Londres: Weidenfeld&Nicolson. Manuel Tuñón de Lara et al (1985). *La guerra civil española*. Barcelona: Lábor. Stanley Payne, Javier Tusell, editores (1996). *La guerra civil 50 anos después*. Madrid: Temas de hoy. Sobre o contexto internacional da guerra civil ver Dante Puzzo (1962). *Spain and the great powers (1936-1941)*. Nova York: Columbia University Press. Sebastian Balfour, Paul Preston, editores (1999). *Spain and the great powers in the twentieth century*. Londres: Routledge. Paul Preston, editor (1999). *La Republica asediada. Hostilidad internacional y conflictos internos durante la Guerra Civil*. Barcelona: Peninsula.
- ¹² O estudo de referência sobre as relações entre o regime salazarista e a guerra civil continua a ser César Oliveira (1987). *Salazar e a guerra civil de Espanha*. Lisboa: O Jornal. Ver também Fernando Rosas, coordenador (1998).
- ¹³ Nem Bismarck conseguiu uma aliança com a Espanha. Sobre a política alemã neste período ver Gerhard Weinberg (1980). *The foreign policy of Hitler’s Germany. Starting World War II*. Chicago: Chicago University Press.
- ¹⁴ Ao contrário do termo “hemisfério ocidental”, canónico desde a doutrina Monroe norte-americana, a referência simétrica ao “hemisfério oriental” não é corrente nas análises da estratégia alemã da II Guerra mundial. Todavia, segundo Serrano Suñer, Hitler teria empregado essa expressão nas conversas entre ambos, e Ernst von Weizsacker, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros alemão, também o menciona neste contexto e neste período. Ramon Serrano Suñer (1947). *Entre Hendaya y Gibraltar*: 179. Madrid: Ediciones y Publicaciones Espanolas. | Ernst von Weizsacker (1951) | *Memoirs of Ernst von Weizsacker*: 239. Chicago: Henry Regnery Co. Ver também Andreas Hillgruber (1995). *La segunda guerra mundial*. Madrid: Alianza. Ainda Norman Goda (1998). *Tomorrow the world. Hitler, Northwest Africa and the path toward America*. College Station: Texas University Press.
- ¹⁵ Sobre os planos africanos da Alemanha em 1940 ver Gerhard Weinberg (1981). *World in the balance. Behind the scenes of World War II*: 96-136. Londres: University Press of New England.
- ¹⁶ A análise mais clara da operação Felix pertence a Norman Rich (1973). *Hitler’s war aims*: 165-179. Nova York: W.W.Norton. Para um estudo detalhado da estratégia militar alemã cf. Charles Burdick (1968). *Germany’s military strategy and Spain in World War II*. Nova

York: Syracuse University Press. Cf. também Donald Detwiler (1962). *Hitler, Franco und Gibraltar. Die Frage des spanischen Eintritts in den Zweiten Weltkrieg.*

- ¹⁷ Na cimeira de Berlim, em 12 de Novembro, Hitler propôs a Molotov uma aliança formal, com a adesão da União Soviética ao Pacto Tripartido e uma repartição de esferas de influência, que abriria caminho à expansão soviética para Sul, ocupando o espaço entre o “hemisfério oriental” euro-africano das duas potências europeias do Eixo e a “esfera de co-prosperidade da Asia Oriental” do seu aliado japonês. As reservas e as dificuldades levantadas pelo ministro russo sobre os problemas de delimitação na fronteira ocidental da esfera de influência soviética, desde a Finlândia à Turquia, levariam o chanceler alemão a concluir pela inexistência de condições políticas para a formação dessa grande aliança contra os Estados Unidos. Nesse sentido, a Alemanha nem sequer respondeu à proposta soviética de 25 de Novembro, que apresentava um protocolo revisto para a sua adesão ao Pacto Tripartido. A importância decisiva dessa cimeira foi sublinhada por George Kennan (1960). *Russia and the West under Lenin and Stalin*. Boston: Little, Brown. Ver também Gerhard Weinberg (1994). *The world at arms: 199-202*. Nova York: Cambridge University Press. Gabriel Gorodetsky (1999). *Grand delusion. Stalin and the German invasion of Russia: 67-75*. New Haven: Yale University Press.
- ¹⁸ Hitler ordenou a suspensão da operação Felix em 11 de Dezembro de 1940 e emitiu a sua directiva para intensificar os preparativos da operação Barbarossa em 18 de Dezembro. Charles Burdick relata que os *briefings* finais sobre a operação Felix tinham tido lugar nos dias 5 e 7 de Dezembro. Em 8 de Dezembro, foi recebido de Madrid o relatório do almirante Canaris, que confirmava a recusa de Franco em avançar. Norman Rich (1973): 174. Charles Burdick (1968): 98-99, 104.
- ¹⁹ A frase do chanceler alemão vem citada nos diários do general Franz Halder. Norman Rich (1973): 168.
- ²⁰ Formalmente, a operação Felix fora apenas suspensa em Dezembro de 1940. Mais tarde, em Maio de 1941, o Estado-Maior alemão preparou a operação Isabella, para responder a uma invasão britânica da península ibérica, tirando partido dessa situação para realizar o assalto a Gibraltar. Na Primavera de 1942, esse plano foi substituído por uma operação de defesa dos Pirinéus, que foi conhecido por sucessivas designações - Ilona, Gisela, Nurnberg. Norman Rich (1973): 168. Para uma análise promenorizada dos planos militares de contingência alemães cf. Charles Burdick (1968): 131-198.
- ²¹ Numa primeira fase, a seguir à rendição da França, os britânicos prepararam uma invasão dos Açores e de Cabo Verde, no caso da Espanha ou Portugal entrarem na guerra e, mais tarde, em Maio de 1941, seria Churchill a pressionar Roosevelt para ocupar as ilhas atlânticas. Numa segunda fase, os Estados Unidos têm pressa de ocupar as ilhas atlânticas e a Grã-Bretanha resiste a essa estratégia, que poderia provocar uma intervenção alemã na península. Sobre a posição portuguesa na guerra mundial e a questão das ilhas atlânticas, a referência obrigatória é António José Telo (1987). *Portugal e a II Guerra mundial (1939-1941)*: 217-220, 349-370. Lisboa: Perspectivas e Realidades. António José Telo (1991-1992). *Portugal e a II Guerra mundial (1941-1945) I*: 137-186. Lisboa: Vega. Ver também António José Telo (1993). *Os Açores e o controlo do Atlântico (1898-1948)*. Lisboa: Asa. José Medeiros Ferreira (1990). “Os Açores nas duas guerras mundiais”. *Política Internacional I | 1 |*: 5-17. Ver ainda Robert Dallek (1979). *Franklin Roosevelt and American foreign policy (1932-1945)*: 261-263, 285. Oxford: Oxford University Press. Denys Smith (1986). *Diplomacy and strategy of survival. British policy and Franco's Spain (1940-41)*: 66-67. Cambridge: Cambridge University Press.

- ²² Sobre a Grã-Bretanha e a neutralidade peninsular ver Glyn Stone (1992). *Oldest ally. Britain and the Portuguese connection (1936-1941)*. Londres: Boydell and Brewer. Denys Smith (1986). Denys Smith. Franco and the allies in the Second World war in Sebastian Balfour, Paul Preston, editores (1999): 185-209. Ver também as memórias de Anthony Eden (1962). *Facing the dictators*. Londres: Cassell.
- ²³ O próprio Churchill reconhecera esse facto publicamente nos Comuns, em 24 de Março de 1944 e, mais tarde, na cimeira de Potsdam, bem como numa carta ao generalíssimo Franco, reproduzida em anexo nas memórias do embaixador britânico em Madrid. Samuel Hoare (1946). *Ambassador on special mission*: 305. Londres: Collins.
- ²⁴ Os representantes dos aliados informaram Franco e Salazar do desembarque no dia 8 de Novembro, um Domingo. Paul Preston (1993). *Franco. A biography*: 474-484. Londres: Harper-Collins. A nota britânica e a carta do Presidente Roosevelt remetidas nessa data ao generalíssimo estão transcritas nas memórias de Samuel Hoare (1946): 177-179.
- ²⁵ Sobre a instalação aliada nos Açores ver António José Telo (1991-1992) I: 137-186.
- ²⁶ A crise do volfrâmio é largamente tratada por Herbert Feis (1948). *The Spanish story. Franco and the nations at war*. Nova York: Alfred Knopf. Ver também António José Telo (1991-1992) I: 223-235. Do lado alemão cf. Christian Leitz (1995). “Nazi Germany’s struggle for Spanish wolfram during the Second World War”. *European History Quarterly XXV | 1 |*: 73-94.
- ²⁷ Sobre as concepções de Franco e Salazar acerca do post-II Guerra mundial ver Paul Preston (1993): 506-531. António José Telo (1991-1992) II: 242-247. António José Telo. As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945) *in op.cit.*: 148-151.
- ²⁸ A referência aos “three great Monroe’s” está expressa num *memorandum* de Ernest Bevin, Secretário do Foreign Office, circulado em finais de 1945. Ver Don Cook (1989). *Forging the Alliance (1945-1950)*: 22. Londres: Secker and Warburg. Ver também Allan Bullock. *Ernest Bevin. Foreign Secretary (1945-1951)*. Oxford: Oxford University Press.
- ²⁹ Don Cook (1989): 193. A Islândia e a Groenlândia também pertenciam a essa categoria, baptizada pelos norte-americanos, justificando pela sua localização estratégica a presença da Islândia e da Dinamarca entre os signatários do tratado de Washington.
- ³⁰ António José Telo (1993).
- ³¹ Foi George Kennan quem se referiu à ameaça de expansão do comunismo no post-II Guerra mundial se este se conseguisse projectar como a “*wave of the future*”. Randall Schweller (1998) 79.
- ³² A concepção original das duas federações foi exposta nas conversações de Washington por George Kennan. Escott Reid (1977). *Time of fear and hope. The making of the North Atlantic Treaty (1947-1949)*: 129-130. Toronto: McClelland and Stewart.
- ³³ Sobre as negociações ver Escott Reid (1977). Don Cook (1989).
- ³⁴ Para além da oposição terminante à entrada da Espanha da parte de uma maioria onde se incluíam a Grã-Bretanha e a França, o convite a Portugal também encontrou resistências,

- como fica documentado no testemunho do negociador canadiano. Ver Escott Reid (1977): 198. Sobre a adesão de Portugal ver Nuno Severiano Teixeira (1991). *From neutrality to alignment. Portugal in the foundation of the Atlantic Pact*. Florença: EUI Working Paper # 9. António José Telo (1996). *Portugal e a NATO. O reencontro da tradição atlântica*: 59-86. Lisboa: Cosmos. José Medeiros Ferreira. As ditaduras ibéricas e a fundação da Aliança Atlântica in António Costa Pinto et al. (1987). *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia (1926-1959)* I: 395-401. Lisboa: Fragmentos.
- ³⁵ Sobre os acordos bilaterais de Setembro de 1953 ver Antonio Marquina Barrio (1989). “España y la OTAN: la vía de inserción norteamericana (1945-1975)”. *Proserpina* 8: 83-94. Theodore J. Lowi. Bases in Spain in Harold Stein, editor (1963). *American civil-military decisions*. Alabama: University of Alabama Press. Boris Lietdke. Spain and the United States in Sebastian Balfour, Paul Preston, editores (1999): 237-238. Ver também Antonio Marquina Barrio (1986). *España en la política de seguridad occidental (1939-1986)*. Madrid: Ediciones Ejercito.
- ³⁶ Juan Carlos Jimenez Redondo (1996): 121-178. César Oliveira (1995): 140-157. Ver também Antonio Moreno Juste (1998). *Franquismo y construcción europea (1951-1962)*. Madrid: Tecnos.
- ³⁷ César Oliveira (1995): 157-166. Juan Carlos Jimenez Redondo (1996): 179-250.
- ³⁸ Sobre a política externa da Espanha no século XX ver Javier Tusell et al. (1997). *La política exterior de España en el siglo XX*. Madrid: UNED. Benny Pollack (1987). *The paradox of Spanish foreign policy*. Londres: Pinter. James Cortada, editor (1980). R. Calduch, editor (1994). *La política exterior de España en el siglo XX*. Madrid: Ediciones Ciencias Sociales. Richard Gillespie, Fernando Rodrigo, Jonathan Story, editores (1995). Sebastian Balfour, Paul Preston, editores (1999).
- ³⁹ Michael Alpert (1994). *A new international history of the Spanish civil war*. Londres: Macmillan. Ver também Enrique Moradiellos (1996). *La perfidia de Albión. El gobierno británico y la guerra civil española*. Madrid: Siglo XXI. Enrique Moradiellos. The Allies and the Spanish civil war in Sebastian Balfour, Paul Preston, editores (1999): 96-126.
- ⁴⁰ Tamara Deutscher, editor (1984). E. H. Carr. *The Comintern and the Spanish civil war*. Nova York: Pantheon Books. David Cattell (1955). *Communism and the Spanish civil war*. Berkeley: University of California Press. David Cattell (1957). *Soviet diplomacy and the Spanish civil war*. Berkeley: University of California Press.
- ⁴¹ Robert Whealey (1989). *Hitler and Spain. The Nazi role in the Spanish civil war (1936-1939)*. Lexington: John Coverdale (1975). *Italian intervention in the Spanish civil war*. Princeton: Princeton University Press. César Oliveira (1987). Christian Leitz. Nazi Germany and Francoist Spain (1936-1945) in Sebastian Balfour, Paul Preston, editores (1999): 127-150. Ismail Saz (1992). “El fracaso del éxito: Italia en la guerra de España”. *Espacio, Tiempo y Forma* V: 105-111. Paul Preston. La aventura española de Mussolini: del riesgo limitado a la guerra abierta in Paul Preston, editor (1999): 41-70.
- ⁴² César Oliveira (1987). Glyn Stone (1992). Ver também Pedro Aires de Oliveira (1999). “Armindo Monteiro e a política externa do Estado Novo (1935-1943). *Política Internacional* I | 14 | : 115-167. Cf. ainda Fernando Rosas (1988). *O salazarismo e a aliança luso-britânica*. Lisboa: Fragmentos.

- ⁴³ Para sublinhar a diferença entre as posições de Churchill e Chamberlain, Armindo Monteiro relata uma conversa, em 1942, em que o Primeiro Ministro britânico lhe afirma “Se fosse espanhol ‘ter-me-ia de começo alistado nas hostes de Franco | ... | Mas depois tinha desertado para os vermelhos’. De princípio as crueldades praticadas por estes revoltaram-me. No início da guerra Franco representava a Espanha. Mas depois desceu a crueldades ainda maiores do que as que manchavam os seus inimigos | e | colocou-se numa posição indefensável quando entregou a pátria aos italianos e alemães. Os vermelhos passarm então a representar a verdadeira Espanha.” Pedro Aires de Oliveira (2000). *Armindo Monteiro*. Lisboa: Bertrand.
- ⁴⁴ Juan Carlos Jimenez Redondo (1995): 39.
- ⁴⁵ Há uma notável unanimidade entre os historiadores sobre a posição da Itália e da Espanha, para não falar de Portugal, quanto à inoportunidade da guerra: a primeira manteve-se como não-beligerante até 10 de Junho de 1940, quando a rendição da França estava eminente a Espanha só passou da neutralidade à não-beligerância três dias depois da entrada da Itália na guerra, e Portugal permaneceu neutral. Javier Tusell, Genoveva Garcia Queipo de Llano (1985). *Franco y Mussolini. La política española durante la Segunda Guerra mundial*. Barcelona: Planeta. Paul Preston. Italy and Spain in civil war and world war in Sebastian Balfour, Paul Preston, editores (1999): 174-175.
- ⁴⁶ Paul Preston (1993): 358-359. Ver também Javier Tusell (1995). *Franco, España y la Segunda Guerra mundial. Entre el Eje y la neutralidad*. Madrid: Temas de Hoy. Victor Morales Lezcano (1980). *Historia de la no-beligerancia durante la Segunda Guerra Mundial*. Las Palmas: Ediciones del Cabildo Insular.
- ⁴⁷ George Kennan (1943). *Portugal at the outset of 1943*. Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, Despacho 808, 4 de Fevereiro de 1943.
- ⁴⁸ Para uma classificação dos tipos de estratégias de aliança nas coligações revisionistas ver Randall Schweller (1998).
- ⁴⁹ Por instruções de Salazar, o Embaixador Theotónio Pereira apresenta a Franco a proposta de uma declaração comum sobre a neutralidade peninsular. A resposta foi dada pelo embaixador Nicolás Franco, em 10 de Junho, quando anunciou às autoridades portuguesas que a Espanha ia declarar a sua não-beligerância, acrescentando que tal em nada alterava a sua política, não obstante Suñer considerar que se tratava de uma “beligerância moral”. A fórmula do ministro estava mais próxima da percepção portuguesa do que a do embaixador. | Pedro Theotónio Pereira (1987-1991) | *Correspondência de Pedro Theotónio Pereira para Oliveira Salazar (1931-1944)*. III: 213. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Paul Preston (1993): 359. A fórmula de Suñer vem citada em Christian Leitz. Nazi Germany and Francoist Spain (1936-1945) in *op.cit.*: 139.
- ⁵⁰ As pretensões espanholas foram apresentadas por Franco, logo em 19 de Junho, e constam de um *memorandum* remetido à Alemanha, ao qual se digna responder o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Ernst von Weizsacker. Paul Preston (1993): 364-365.
- ⁵¹ Norman Rich (1973) : 167-168.
- ⁵² | Pedro Theotónio Pereira (1987-1991) | III: 316-317.

- ⁵³ Paul Preston (1993): 369. Pedro Theotónio Pereira (1973). *Memórias* II: 227-229. Lisboa: Verbo.
- ⁵⁴ Samuel Hoare (1946): 50-51.
- ⁵⁵ | Pedro Theotónio Pereira (1987-1991) | III: 316-323. Juan Carlos Jimenez Redondo (1995): 45. Paul Preston (1993): 369. Ver também Charles R. Halstead (1974). “Consistent and total peril from every side. Portugal and its 1940 Protocol with Spain”. *Iberian Studies* III | 1 | : 15-29. O texto do Protocolo adicional está reproduzido em *Bloco Peninsular. Documentos e notas*: 29-30. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional.
- ⁵⁶ Serrano Suñer esteve em Berlim a partir de 16 de Setembro, para conversações com o ministro dos Negócios Estrangeiros e o chanceler alemão. Em Madrid, durante a ausência de Suñer, no dia 21 de Setembro, Samuel Hoare, por instruções de Churchill, informou o ministro Juan Beigbeder, de que a Grã-Bretanha estaria disposta a reconhecer os interesses da Espanha sobre o Marrocos francês. Paul Preston (1993): 378-385. Denys Smith (1986): 50-51. Herbert Feis (1948): 34-35, 75-85. Cf. também o relato do próprio Ramon Serrano Suñer (1947): 165-198.
- ⁵⁷ Hitler não queria nem provocar o realinhamento das forças francesas nas colónias africanas, nem partilhar esses territórios com a Espanha, com a excepção parcial do Marrocos, onde entendia necessário instalar as suas forças armadas, tal como nas Canárias. Pelo contrário, os planos alemães indicavam a intenção de incluir as colónias espanholas na Guiné Equatorial e na ilha de Fernando Pó no seu império africano, que se estenderia do Índico ao Atlântico e do Senegal a Angola. O lugar reservado à Espanha na partilha das colónias africanas era claramente subsidiário. Gerhard Weinberg (1981) 108-125. William Langer, S. Everett Gleason (1952). *The undeclared war (1940-1941)*: 60-85. Nova York: Harper&Brothers.
- ⁵⁸ Trata-se de uma fórmula alemã, pois não foram admitidas as emendas espanholas ao acordo trilateral, assinado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros alemão, italiano e espanhol, em 11 de Novembro. Norman Rich (1973): 170. O melhor relato disponível do encontro de Hendaia, do qual não existe nenhum registo diplomático completo, é o de Paul Preston (1993): 393-399. Ver também Herbert Feis (1948): 93-98. O extracto transcrito é citado por Andreas Hillgruber (1969). *Les entretiens secrets de Hitler*: 292, n.16. Paris: Fayard.
- ⁵⁹ Norman Rich (1973). Charles Burdick (1968): 55-95.
- ⁶⁰ A confissão de Hitler encontra-se numa carta a Mussolini, datada de 28 de Fevereiro de 1941. William Langer, S. Everett Gleason (1952): 362. Paul Preston (1993): 424. Herbert Feis (1948): 120-128.
- ⁶¹ Samuel Hoare (1946): 111.
- ⁶² |Pedro Theotónio Pereira (1987-1991) | III: 269-279. Paul Preston (1993): 482. Juan Carlos Jimenez Redondo (1995): 54-57.
- ⁶³ Essas garantias foram dadas, em geral, pela Grã-Bretanha e pela União Sul-africana logo na nota de 18 de Junho de 1943. Na sua resposta, em 23 de Junho, o Presidente do Conselho referiu a sua disponibilidade para fazer uma excepção à política de neutralidade

e participar numa operação das Nações Unidas contra o Japão em Timor, e mencionou também uma garantia australiana sobre as possessões orientais portuguesas. Essa garantia adicional foi obtida pelo Governo britânico, em 5 de Julho, data em que se iniciaram as conversações sobre os Açores, mas só foi comunicada oficialmente às autoridades portuguesas em 14 de Setembro, já depois de concluído o acordo. A nota britânica dava também parte da grande satisfação pela disponibilidade manifestada sobre a participação de Portugal numa acção conjunta contra o Japão em Timor. Peter Hastings. Timor: some Australian attitudes (1941-1950) in James Cotton, editor (1999). *East Timor and Australia*: 47. Canberra: Australian Defence Studies Center, Australian Institute of International Affairs. Ver também Carlos Teixeira da Motta (1999). *O caso de Timor na II Guerra mundial. Documentos britânicos*: 133-136. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático. António José Telo (1991-1992) II: 218-221. Sobre as negociações ver António José Telo (1991-1992) I: 137-186. Frank Roberts (1991). *Dealing with dictators. The destruction and revival of Europe (1930-1970)*. Londres: Weidenfeld&Nicolson. George Kennan (1967). *Memories (1925-1950)*. Nova York: Pantheon.

- ⁶⁴ Salazar informa o ministro dos Assuntos Exteriores, general Jordana, sobre os termos dos acordos no encontro de Ciudad Rodrigo, em 8 de Outubro. A entrevista estivera antes prevista para 12 de Outubro. | Pedro Theotónio Pereira (1987-1991) | IV: 269-309.
- ⁶⁵ Em carta ao Presidente do Conselho, datada de 1 de Julho de 1943, o Embaixador de Portugal em Londres definia assim as razões que tornavam necessária uma mudança na política portuguesa: “A política da neutralidade geométrica fundava-se nestas premissas: possibilidade de manter Portugal, até ao fim, fora da guerra ; negação da probabilidade de vitória aliada e, pelo contrário, fé na da Alemanha; crença em que a Inglaterra compreenderia as vantagens da paz peninsular e, mais do que isso, convicção de que à sombra desta poderia firmar-se a neutralidade portuguesa; ideia de que da Grã-Bretanha não deveria vir mal e certeza de que da Alemanha o mais leve acto de não conformidade receberia dura punição. A estes dados juntou-se, na ordem psicológica, o deslumbramento causado pelas fulminantes vitórias alcançadas pelos exércitos de Hitler nos seus combates contra adversários fracos, mal preparados ou decididos a não lutar.” Não era preciso dizer mais nada. Fernando Rosas, Julia Leitão de Barros e Pedro Aires de Oliveira (1996). *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência política (1926-1955)*: 420. Lisboa: Estampa. Sobre a evolução do conceito de neutralidade ver António José Telo. A neutralidade portuguesa na II Guerra mundial in Nuno Severiano Teixeira, coordenador (1998). *Portugal e a guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (Séculos XIX e XX)*: 109-126. Lisboa: Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. Ver também Luis Vieira de Andrade (1993). *Neutralidade colaborante. O caso de Portugal na Segunda Guerra mundial*. Ponta Delgada: se. Fernando Rosas. A neutralidade portuguesa durante a II Guerra mundial no quadro da política externa do Estado Novo in Hipolito de la Torre, editor (1991). *Portugal, España y Europa (1890-1990)*: 117-127. Merida: UNED.
- ⁶⁶ Numa fórmula singela, um telegrama confidencial do ministro dos Negócios Estrangeiros português para o Embaixador de Portugal no Brasil, de 7 de Maio de 1944, referia que em 1942 os alemães recebiam 75% e os anglo-americanos 25 % do volfrâmio português e que as posições respectivas se tinham invertido desde finais de 1943. Um mês depois, os fornecimentos portugueses à Alemanha já tinham cessado completamente. Portugal.

Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Dez anos de politica externa (1936-1948)* | DAPE | XV | 370 | 492.

- ⁶⁷ Carlton Hayes, o Embaixador dos Estados Unidos, já antes, em Julho de 1944, notara a mudança. Samuel Hoare (1948): 284. Paul Preston (1993): 522.
- ⁶⁸ A fórmula pertence a José Medeiros Ferreira.
- ⁶⁹ Juan Carlos Jimenez Redondo (1995): 45-48.
- ⁷⁰ Ver o Pró-Memória de 31 de Dezembro de 1948, em que o Governo português toma nota das conversações de Washington, reproduzido na colecção de documentos organizada por Pedro Aires de Oliveira e publicada na *Politica Internacional III* | 19 | 125-127.
- ⁷¹ Nesse sentido, António José Telo considera que a fórmula mereceria a “oposição frontal de todos os Reis portugueses, excepto os Filipes”. Todavia, pode admitir-se que Salazar antecipava a oposição frontal das democracias aliadas à entrada da Espanha e, sendo assim, poderia ser perdoado pelos reis que souberam garantir a independência de Portugal. António José Telo. *As relações peninsulares num periodo de guerras globais (1935-1945) in op.cit.*: 150.
- ⁷² Tal como Portugal, à excepção da Noruega, nenhum dos países convidados a aderir ao tratado negociado pelos Estados Unidos, pelo Canadá e pelos cinco membros da União Europeia teve qualquer intervenção na sua feitura. Em todo o caso, para garantir que as suas objecções não seriam tomadas na devida conta, Salazar responde ao convite o mais tarde possível, em 8 de Março de 1949, no mesmo dia em que o texto final do Pacto do Atlântico Norte era aprovado em Washington.
- ⁷³ Sobre a posição espanhola ver José Medeiros Ferreira (1989): 57-66. António José Telo (1996): 70-76. Juan Carlos Jimenez Redondo (1999). “Portugal, Espanha e a formação da NATO”. *Politica Internacional III* | 19 | 97-111. Os documentos pertinentes da fase final de conversações entre Portugal e a Espanha estão reproduzidos na *Politica Internacional III* | 19 | 150-160.
- ⁷⁴ Juan Carlos Jimenez Redondo (1999): 105.
- ⁷⁵ *Ibid.*: 106-108. Paul Preston: 594-624. Ver ainda *supra* nota 35.
- ⁷⁶ César Oliveira (1995): 164.
- ⁷⁷ Franco Nogueira (1984). *Salazar. A resistência (1958-1964)*: 484. Porto: Civilização. Franco Nogueira (1979). *Diálogos interditos. A política externa portuguesa e a guerra de África*. Braga: Intervenções.
- ⁷⁸ César Oliveira (1995): 177-196. Ver também Ruy Teixeira Guerra, António de Siqueira Freire, José Calvet de Magalhães (1981). *Os movimentos de integração europeia no pós-guerra e a participação de Portugal nesses movimentos*. Oeiras: Presidência do Conselho de Ministros, Instituto Nacional de Administração. José Calvet de Magalhães (1987). “Portugal e a integração europeia”. *Estratégia* 4: 33-74.
- ⁷⁹ José Medeiros Ferreira valoriza também esta dimensão, a partir da guerra civil de Espanha. José Medeiros Ferreira (1989): 41-49.

- ⁸⁰ César Oliveira (1995): 33. Ver também Hipolito de la Torre (1983). *Antagonismo y fractura peninsular. España-Portugal (1910-1919)*. Madrid: Espasa-Calpe. Hipolito de la Torre (1984). *Del peligro español a la amistad peninsular. España-Portugal (1919-1930)*. Madrid: UNED.
- ⁸¹ César Oliveira (1985). *Portugal e a II República de Espanha (1931-1936)*. Lisboa: Perspectivas e Realidades. Ver também Hipolito de la Torre (1988). *La relación peninsular en la antecámara de la guerra civil de España (1931-1936)*. Merida: UNED. Stanley Payne (1993). *Spain's first democracy. The Second Republic (1931-1936)*. Madison: University of Wisconsin Press.
- ⁸² Segundo o diário de Manuel Azaña, a revelação foi feita a Jaime Cortesão, em 1931. Ver Hipolito de la Torre. La conspiración iberista de Manuel Azaña in Fernando Rosas, coordenador (1998): 213-214.
- ⁸³ César Oliveira (1985): 211-242. Ismail Saz. The Second Republic in the international arena in *op.cit.*: 73-95.
- ⁸⁴ César Oliveira (1987).
- ⁸⁵ António José Telo sublinha uma dupla anormalidade da política salazarista, não só pela linha de interferência, como por não ser habitual na estratégia portuguesa procurar instalar em Espanha “um regime potencialmente hostil à Grã-Bretanha”. As circunstâncias, todavia, eram tudo menos normais. António José Telo. As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945) in *op.cit.*: 136.
- ⁸⁶ Referência de Salazar, no seu discurso perante os comissionados na colónia portuguesa no Brasil. Ver *Bloco Peninsular, op.cit.*: 12.
- ⁸⁷ César Oliveira (1987). Fernando Rosas, coordenador (1998).
- ⁸⁸ César Oliveira (1987). Michael Alpert (1994): 52-55, 62-63. Pedro Aires de Oliveira (2000). *Armindo Monteiro*. Lisboa: Bertrand. Manuel Burgos Madroño. A fiscalização das fronteiras durante a guerra civil de Espanha in António Costa Pinto et al. (1987) I.
- ⁸⁹ Decerto para compensar o atraso imprevisto, Theotónio Pereira reclamou como uma honra para si ter sido recebido em Salamanca por um bombardeamento republicano. Seis meses depois, a 24 de Junho de 1938, apresentou as suas credenciais como Embaixador, no palácio da Capitania-Geral em Burgos. César Oliveira (1987). Pedro Theotónio Pereira (1973) *Memórias II*: 31-46, 91-99.
- ⁹⁰ José Medeiros Ferreira (1989): 52. Sobre o tratado ver Charles R. Halstead (1980). “Peninsular purpose: Portugal and its 1939 treaty of friendship and non-aggression with Spain”. *Il Político*: XLV | 2 |.
- ⁹¹ Na Assembleia Nacional, em 22 de Maio de 1938, Salazar explicou assim a sua posição: “Despendemos esforços, perdemos vidas, corremos riscos, compartilhamos sofrimentos e não temos nada a pedir nem contas a apresentar. Vencemos eis tudo. Vencemos, quere dizer que se realizaram as nossas previsões”. O discurso vem citado em *Bloco Peninsular, op.cit.*: 12-13.
- ⁹² A conversa com Franco a propósito do pacto germano-soviético, em 24 de Agosto, é referida por | Pedro Theotónio Pereira (1987-1991) | IV: 193-195. O comentário de Franco citado a seguir foi feito a Suñer. Paul Preston (1993): 341.

- ⁹³ A expressão é de Serrano Suñer.
- ⁹⁴ Miguel de Unamuno refere-se ironicamente ao “Viceimperio impérico” a propósito da aliança tentada com a Alemanha na Grande Guerra, onde o preço de entrada da Espanha no conflito continuava a ser a anexação de Portugal, além de Gibraltar, Tânger e uma fatia maior do Marrocos. Manuel Azaña retoma essa referência em 1941, num artigo sobre a neutralidade espanhola. Manuel Azaña. *La neutralidade de España (1939-1940)* in Victor Morales Lezcano (1991). *España, de pequena potencia a potencia media*: 121. Madrid: UNED.
- ⁹⁵ Essa regra sábia também foi enunciada por Serrano Suñer, que a teria seguido desde as suas entrevistas de Setembro de 1940 com o chanceler alemão. Ramon Serrano Suñer (1947): 179.
- ⁹⁶ Os argumentos definitivos constam da última carta de Hitler a Franco, em 6 de Fevereiro de 1941. Na sua resposta, três semanas depois, em 26 de Fevereiro, que encerra a série epistolar entre os dois personagens, Franco concorda que “o destino da história me uniu consigo e com o Duce de forma indissolúvel” - mas continua a não ceder. Herbert Feis: 125-127. Paul Preston: 421-424.
- ⁹⁷ Sobre a posição de Franco ver Samuel Hoare (1948): 113-117. Paul Preston: 426-450. Salazar apresentou a sua análise em carta a Pedro Theotónio Pereira de 24 de Junho de 1941. DAPE VIII | 1992 | 601-609.
- ⁹⁸ O *Fuhrer* totalitário inquietava muito Salazar, que se interrogava, em carta ao ministro de Portugal em Berlim, de 30 de Novembro de 1941, sobre se “não | seria | Hitler o politico de génio que busca realizar as congeminções dos filósofos alemães. Por esse lado, nenhuma garantia de segurança ou tranquilidade”. DAPE VIII | 2646 | 144-150. Cf. também Manuel Loff (1995). “Salazarismo e ‘Nova Ordem’ europeia (1938-1942): a percepção voluntária de um ‘fim da história’ fascista”. *Vértice* 69: 69-86.
- ⁹⁹ | Pedro Theotónio Pereira (1987-1991). | III: 38. Sobre as tentativas - falhadas, excepto nos casos da Argentina e do Chile - para evitar o alinhamento dos países latino-americanos com os Estados Unidos contra a Alemanha, em que se empenharam ambas as diplomacias peninsulares, ver Klaus-Jorg Ruhl (1975). *Franco, Falange y Tercer Reich. España en la Segunda Guerra mundial*: 76-77. Madrid: Akal.
- ¹⁰⁰ Sem remorso, Serrano Suñer explica que a sua política externa estava certa até ao fim do Verão de 1942, pois o declínio da Alemanha só começaria a partir dessa data. Ramon Serrano Suñer (1947): 139.
- ¹⁰¹ Em 20 de Dezembro, no Palácio de Sintra, o general Jordana refere-se ao “Bloco Ibérico” e Salazar ao “Bloco Peninsular”: a coisa passará a ter dois nomes diferentes. Ver os textos em *Bloco Peninsular, op.cit.*: 47-53.
- ¹⁰² Carta de Salazar a Theotónio Pereira de 18 de Maio de 1943, relatando a conversa que tivera com Nicolás Franco, receptor da dita mensagem. | Pedro Theotónio Pereira (1987-1991). | IV: 147.
- ¹⁰³ Essa designação foi usada em 1944 no relatório anual do *Foreign Office* sobre Portugal, citado por José Medeiros Ferreira (1989): 10.

- ¹⁰⁴ António José Telo. As relações peninsulares num período de guerras globais (1935-1945) *in op.cit.*: 144-145.
- ¹⁰⁵ Para compreender melhor o seu sentido, talvez a frase devesse ser conjugada com a preocupação permanente de Samuel Hoare, para quem nunca era demais insistir que os espanhóis eram doidos. | Pedro Theotónio Pereira (1987-1991) | IV: 246.
- ¹⁰⁶ Sobre a conferência de Potsdam ver Herbert Feis (1960). *Between war and peace. The Potsdam Conference*. Princeton: Princeton University Press. Ver também A. J. Leonart (1985). *Espanña y la ONU*. Madrid: CSIC.
- ¹⁰⁷ Juan Carlos Jimenez Redondo (1995): 106-107.
- ¹⁰⁸ O Secretário de Estado norte-americano, Dean Acheson - mais tarde consultor das autoridades portuguesas durante a crise bilateral entre Portugal e os Estados Unidos nos anos de Kennedy - é o responsável pelo retrato platónico de Salazar. O seu Presidente, Harry Truman, era bem conhecido por detestar praticamente tudo acerca de Franco. Dean Acheson (1960). *Sketches from life*: 113. Nova York: Harper. Paul Preston (1993): 530.
- ¹⁰⁹ O argumento parece um pouco obtuso, no sentido em que não se percebe por que razão um “governo extremista” - presume-se comunista ou pior, admitindo o centrismo franquista - se moderaria no caso da Espanha ser membro da Aliança Atlântica. A posição portuguesa consta do Memorando de 8 de Março de 1949, que responde ao convite formal para Portugal entrar na Aliança Atlântica. *Política Internacional III* | 19 | 135-136.
- ¹¹⁰ Carta do Embaixador em Washington ao Presidente do Conselho, em 9 de Março de 1949. *Política Internacional III* | 19 | 138.
- ¹¹¹ Juan Carlos Jimenez Redondo (1995): 151-152. Cf. também A.J. Leonart (1985). Isabel Alarcões e Silva (1993). “A admissão de Portugal na ONU”. *História XV* | 165 |.
- ¹¹² Existem poucos estudos comparativos das transições portuguesa e espanhola. Juan Linz (1979). Juan Linz. Some comparative thoughts on the transition to democracy in Portugal and Spain in Jorge Braga de Macedo, Simon Serfaty, editores (1981). *Portugal since the revolution: economic and political perspectives*: 25-32. Boulder: Westview. Kenneth Maxwell (1983). “The emergence of democracy in Portugal and Spain”. *Orbis* 27/1/151-184. Ver também Guillermo O’Donnell, Philippe Schmitter, Laurence Whitehead, editores (1986). *Transitions from authoritarian rule. Southern Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- ¹¹³ Fernando Reino (1990). “As relações luso-espanholas no contexto de uma Europa unida”. *Política Internacional I* | 2 | 37-58. Sobre a política externa portuguesa nas décadas de cinquenta e sessenta ver Franco Nogueira (1985). *Salazar IV-VI*. Porto: Civilização.
- ¹¹⁴ César Oliveira (1995). Juan Carlos Jimenez Redondo (1996).
- ¹¹⁵ Noutros tempos e no mesmo sentido, dizia Salazar ao seu futuro Embaixador em Burgos que “Portugal, vivendo paredes meias com a Espanha, tinha necessariamente de se preocupar com a sua sorte”. Pedro Theotónio Pereira (1973) I: 31. A frase de Franco vem referida nas memórias de López Rodó, citadas por Josep Sanchez Cervelló (1993). *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*: 344-345. Lisboa: Assirio & Alvim.

- ¹¹⁶ As conversas de López Rodó com Juan Carlos sobre a linha marcelista são referidas por Charles Powell (1996). *Juan Carlos of Spain. Self-made monarch*: 44. Nova York: St. Martin's Press. Ver também Kenneth Maxwell (1983).
- ¹¹⁷ A avaliação da importância do erro estratégico de Hitler quanto a Gibraltar não é pacífica. Randall Schweller considera-o fatal, Hugh Trevor-Roper, uma das três ou quatro oportunidades perdidas em que Hitler podia ter conseguido realizar o seu império. Arnold Toynbee refere que a passagem da Alemanha para África foi interrompida pela teimosia de Franco e, paralelamente, Gerhard Weinberg admite ter ficado por Gibraltar o sonho de Hitler conquistar um império africano. Naturalmente, os peritos no tema da estratégia alemã sobre Gibraltar, como Charles Burdick ou Donald Detwiler, concorrem na sua valorização como um erro importante, tal como os defensores da tese sobre a prioridade da estratégia de Hitler contra os Estados Unidos no último semestre de 1940, incluindo Norman Goda. *Last and least*, não deixa de ser curioso notar o testemunho de Goering, nas vésperas do seu julgamento, afirmando que Gibraltar fora o maior erro estratégico do *Fuhrer*. Randall Schweller (1998): 144. A posição de Hugh Trevor Roper é citada por Randall Schweller (1998): 180. 360-361. Arnold Toynbee (1985). *La Europa de Hitler*: 67. Madrid: Sarpe. Charles Burdick (1968). Donald Detwiler (1962). Norman Goda (1998). O testemunho de Goering foi registado por Ivone Kirkpatrick (1959). *The inner circle*: 195-196. Londres: Macmillan.
- ¹¹⁸ Sobre as qualidades dinâmicas da *détente* ver Pierre Hassner. Postwar Europe: the cradle of Eurocommunism? in Rudolf Tokkes, editor (1978). *Eurocommunism and détente*: 19-67. Londres: Marin Robertson.
- ¹¹⁹ O tema das dimensões internacionais dos processos de transição post-autoritários não tem sido muito tratado. Ver por todos Jonathan Story, Benny Pollack. Spain's transition: domestic and external linkages in Geoffrey Pridham, editor (1991). *Encouraging democracy. The international context of regime transition in Southern Europe*: 125-158. Nova York: St. Martin's Press. Laurence Whitehead. Democracy by convergence: Southern Europe in Laurence Whithead, editor (1996). *The international dimension of democratization. Europe and the Americas*: 263-284. Oxford: Oxford University Press. Charles Powell. International aspects of democratization: the case of Spain in *ibid*: 285-314.
- ¹²⁰ Trata-se, obviamente, da tese conhecida de Samuel Huntington sobre a terceira vaga de democratização, que data o seu início da revolução portuguesa de 1974 e serve de penitência para o anterior cepticismo do próprio, expresso no relatório da Trilateral sobre a crise da democracia. Samuel Huntington, Michel Crozier, Joji Watanaki (1975). *The crisis of democracy*. Nova York: New York University Press. Samuel Huntington (1993). *The third wave. Democratization in the late twentieth century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.

PORTUGAL, ESPANHA, O VOLFRÂMIO E OS BELIGERANTES DURANTE E APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

João Paulo Avelãs Nunes
(Fac. de Letras da Univ. de Coimbra)

ABSTRACT

In this text it is analysed the way the social-global phenomena, usually named as "the wolfram races", were structured and framed in the Portugal of the Estado Novo and in the Spain of the Nuevo Estado. Besides the relative weight they assumed in the war economies of both "neutral" iberian nations and in the effort of economic warfare put into practice by the belligerent countries, the processes in cause still had significant implications in areas such as the diplomatic-military and political-ideological relationship with the Axis and the Allies, the receiving (direct and indirect) of gold and other goods stolen by the Third Reich, the transition to the bipolar system of the post-war.

INTRODUÇÃO

Visa a presente comunicação analisar, de forma comparativa, o modo como, no Portugal do Estado Novo e na Espanha do *Nuevo Estado*, se estruturaram e foram enquadrados — pelos Governos e aparelhos de Estado respectivos, pelos grupos de países em conflito, com destaque para o Reino Unido/EUA *versus* Alemanha — os fenómenos sociais-globais habitualmente designados por *booms* do tungsténio ou "corridas ao volfrâmio".

Tratou-se, no contexto da guerra económica progressivamente total que decorreu, a nível mundial, entre 1939 e 1945, de situações resultantes do crescimento da importância estratégica dos jazigos europeus de minérios de tungsténio; do correspondente aumento exponencial da procura, preços e oferta dos mesmos — extracção, separação e concentração, transporte, comercialização, armazenamento e exportação (através de métodos legais ou

ilegais, envolvendo agentes individuais, empresas de dimensões diversas, entidades públicas).

Para além do peso relativo que assumiram nas economias de guerra de ambas as "neutrais" nações ibéricas — evolução das balanças comerciais e de pagamentos, intensificação de tendências inflacionistas, reforço da capacidade para negociar o fornecimento de bens essenciais, acesso a novos recursos financeiros por parte dos Governos e de empresas/particulares, emergência de fenómenos (sobretudo conjunturais) de mutação tecnológico-económica e sócio-mental, etc. —, os processos em causa tiveram, ainda, implicações significativas em áreas como o relacionamento diplomático-militar e político-ideológico com o Eixo e os Aliados, a receptação (directa ou indirecta) de ouro e outros bens pilhados pelo Terceiro Reich, a transição para o sistema bipolar do pós-guerra.

1. PRODUÇÃO CIENTÍFICA E DEBATES IDEOLÓGICOS

No que diz respeito a Portugal, a investigação sobre os assuntos atrás referidos, tornada possível pela Revolução de 25 de Abril de 1974, acabou por 'arrancar' a partir de meados da década de 80. Tem-se desenvolvido, seguindo os contributos pioneiros de Fernando Rosas, António José Telo e Douglas Wheeler, através da utilização de documentação — sobretudo de arquivo, impressa e oral, em menor grau, gráfica, audio-visual e material — nacional, britânica, norte-americana, francesa e espanhola. António Louçã constitui, no fundamental, uma excepção ao considerar, também, espólios alemães e suíços¹.

Em termos das limitações ainda hoje existentes, no nosso país, ao estudo destas e de outras questões de história recente, para além do estrutural sub-investimento e consequente sub-desenvolvimento das ciências sociais e da preservação do património documental, talvez sejam de salientar:

- a) o reduzido número de livros de memórias escritos por actores ou espectadores privilegiados dos acontecimentos; a censura à imprensa e outras modalidades repressivas impostas entre 1926 e 1974; o carácter lacunar de muitos dos espólios de natureza pública sobreviventes, resultado dos hábitos de secretismo, de escamoteamento dos obstáculos e divergências internos impostos durante a ditadura chefiada por António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano;
- b) a dificuldade ou impossibilidade de consulta de grande parte dos núcleos arquivísticos, deliberadamente destruídos ou vítimas de incúria generalizada e sistemática; desaparecidos ou inacessíveis

por falta de inventariação e tratamento, por ausência de autorização².

Apesar dos trabalhos entretanto realizados (publicados ou apenas reproduzidos em quantidades limitadas) e do empenhamento de alguns investigadores, de intervenções esporádicas por parte de diversos *mass media*, é quase inexistente entre nós — sociedade em geral e comunidade científica em particular — a reflexão teórica e, ao mesmo tempo, ético-cultural acerca de temáticas plenas de conexões com a actualidade.

Destacar-se-iam a natureza da Primeira República, Ditadura Militar e Estado Novo; as características da Igreja e da "acção católica" sob a liderança, no plano nacional, do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira; as estratégias das associações patronais e dos empresários entre 1910 e 1974; a(s) postura(s) adoptada(s) pelo regime e pelo país durante e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial; o "ouro nazi", os cidadãos e os "bens alemães" nos Estados "neutrais" *versus* os crimes do Terceiro Reich; o anti-semitismo e a atitude assumida perante a forma como a "Grande Alemanha" lidou com o então designado "problema judaico".

Ilustrativo deste mesmo quase-silêncio, de um "revisonismo historiográfico" com fortes apoios em múltiplos centros de poder, é a forma como sucessivos Governos têm procurado afirmar a inexistência e impedir a análise objectivante das questões formuláveis a propósito da política económico-financeira e das relações externas do Estado Novo entre 1939 e 1945; do "ouro nazi", dos cidadãos e "bens alemães" nos Estados "neutrais" durante e após a Segunda Guerra Mundial.

A peculiaridade da realidade portuguesa — apenas superada pela Turquia —, torna-se, ainda, mais clara se a confrontarmos com o ocorrido, a este mesmo propósito, na Suíça, Suécia, Espanha e Argentina (países "neutrais"); Alemanha/Áustria e Itália (potências invasoras), Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica e França (países derrotados pelo Eixo mas sujeitos a uma ocupação significativamente menos violenta do que aquela de que foram vítimas as nações da Europa de Leste e Balcânica); Reino Unido e Estados Unidos da América³.

Em Espanha, dada a longevidade do regime franquista, a evolução da historiografia acerca do século XX em geral e, em particular, sobre a participação daquele país na Segunda Guerra Mundial poderia ter sido paralela à ocorrida em Portugal. Para além de uma intervenção mais alargada de estudiosos de outros países, parece, no entanto, ser possível detectar outras diferenças: maior desenvolvimento das ciências sociais, menores dificuldades de acesso a documentação (impressa ou não-impressa, escrita ou outra), recurso frequente aos arquivos alemães; inferior peso relativo das concepções "revisonistas", aceitação da necessidade de participação no esforço internacional de estudo e debate cívico das temáticas da neutralidade/não-belige-

rância, do "ouro nazi", dos cidadãos e "bens alemães" nos Estados "neutrais" a partir de 1939⁴.

2. O TUNGSTÊNIO ENQUANTO SUBSECTOR MINEIRO ATÉ 1939

O "volfrâmio" ou "tungsténio" é um metal de símbolo "W" ou "Tu". Integra o grupo VI B da tabela periódica dos elementos. 'Descoberto' pelos suecos A. F. Cronstedt e C. W. Scheele nos anos de 1755 e 1781, acabou, no entanto, por ser formalmente identificado em laboratório pelos irmãos Juan José e Fausto Elhuyar em 1783. Nesse mesmo ano, os dois mineralogistas espanhóis publicaram a obra *Analisis químico del wolfram y exámen de un nuevo metal que entra en su composicion*⁵. Até serem identificadas as suas características e aplicações industriais, os minérios de volfrâmio eram considerados "ganga" ou "estéril", ou seja, um obstáculo ao desenvolvimento dos filões e à extracção de outras substâncias minerais úteis.

Integrando o subgrupo do crómio e do molibdénio, o tungsténio é um metal duro e pesado (19,32 g/cc). Tem dos mais elevados pontos de fusão (3419°C) e ebulição (5930°C) dos metais conhecidos; dos mais baixos coeficientes de dilatação, das mais baixas tensões de vapor, das mais elevadas ductilidades, um elevado módulo de elasticidade, alta densidade, alta secção eficaz para neutrões térmicos, excelente condutividade eléctrica. É relativamente inerte e pouco atacado pelos ácidos, álcalis vulgares, água-régia.

O metal volfrâmio pode ser apurado a partir dos seus diversos minérios — sobretudo a volframite (ou volframato de ferro e manganês) e a scheelite (ou volframato de cálcio) —, normalmente concentrados (em separadoras e lavarias) de forma a conterem entre 60% e 65% de tungsténio, expresso em unidades W_3 (trióxido de tungsténio). Esta é, também, a unidade de medida utilizada em transacções económicas e nas estatísticas internacionais.

Os concentrados em causa são utilizados, tanto directamente (em fornos eléctricos), na produção de carboreto de tungsténio no estado de pó (WC) ou de ferro-tungsténio (Fe/Tu), como indirectamente, através de métodos químicos e hidro ou piro-metalúrgicos mais ou menos complexos. Quando se pretendem obter produtos finais de elevada pureza (por exemplo, tungsténio metal no estado de pó (W) ou compostos químicos de tungsténio), torna-se inevitável a opção pelas tecnologias mais sofisticadas, quase sempre monopolizadas e/ou apenas rentabilizáveis pelos países desenvolvidos.

Foram testadas centenas de ligas em que o volfrâmio (sob a forma de carbureto de tungsténio) é misturado com outros metais. Particularmente duras e resistentes, na sua produção consumia-se uma parcela significativa dos concentrados obtidos em cada ano. Eram empregues no fabrico de

máquinas e ferramentas cortantes e perfurantes, moldes, peças de cunhagem ou, em geral, artefactos resistentes ao desgaste.

Algo de semelhante ocorria com os aços especiais (integrando ferro-tungsténio), de grande dureza, resistência à corrosão e a temperaturas elevadas, indispensáveis para a obtenção de máquinas de corte rápido, material para perfuração de rochas, lâminas de equipamentos de deslocação de terras, maxilas de máquinas trituradoras, blindagens e projecteis militares de grande eficácia.

Em termos de volfrâmio metal puro, é possível referir os filamentos de lâmpadas de incandescência, válvulas de rádio, galvanómetros, contactos eléctricos, eléctrodos para processos de soldagem a arco, elementos para aquecimento em fornalhas de alta temperatura, cobertura de instrumentos metálicos, produtos para trabalhar metais, válvulas de propulsores de reacção de mísseis e aeronaves, etc. São, ainda, conhecidas inúmeras outras aplicações para compostos químicos de tungsténio: em lâmpadas de fluorescência, lubrificantes para temperaturas elevadas, catalizadores para a indústria petroquímica, tintas especiais, mordentes em pigmentos, ímanes, vidros para lentes, etc.

Depois de, entre 1786 e 1894, terem sido identificadas muitas das propriedades e testadas diversas utilizações do volfrâmio, iniciou-se, a partir de 1895, a fase da sua extracção e transformação industrial. Comparando com outros elementos químicos utilizados pelas sociedades humanas na época contemporânea, o tungsténio é um metal simultaneamente pouco abundante e disperso. Apesar disso, das suas potencialidades e do número crescente de aplicações, o facto de, na maior parte dos casos, ser integrado em pequenas quantidades, resulta numa situação "normal" de equilíbrio entre a oferta e a procura ou, mesmo, de algum excesso de oferta. Este fenómeno é agravado pela existência de outros metais que, embora de forma menos eficaz, podem substituir o volfrâmio, como é, por exemplo, o caso do molibdénio.

Em conjunturas "anormais" de corrida aos armamentos ou de conflito militar convencional generalizado envolvendo grandes potências industriais (Primeira Grande Guerra, Segunda Guerra Mundial, Guerra da Coreia, etc.), o tungsténio transforma-se numa matéria-prima estratégica. Por motivos de ordem "não-económica", a procura, os preços e a oferta crescem de forma exponencial.

No âmbito das economias de guerra dos beligerantes, procura-se garantir as necessidades próprias e acumular reservas suficientes; visa-se, ainda, numa lógica de guerra económica, através de aquisições preemptivas, impedir o inimigo de ter acesso a um bem relevante para a continuação e/ou intensificação do seu esforço de produção, entre muitos outros, de máquinas-ferramentas, blindagens e projecteis de qualidade superior.

Nos períodos de imediato pós-guerra, com o desaparecimento das necessidades "artificiais" ligadas ao conflito, a colocação no mercado das

reservas acumuladas e não consumidas, a inexistência ou menor intensidade das procuras militar e civil tradicionais, afectadas por situações de crise social global — número de mortos e populações deslocadas, destruição e depreciação de infraestruturas e máquinas, necessidade de reconversão, interrupção dos circuitos comerciais, dificuldades do sistema financeiro e inflação descontrolada, escassez de bens essenciais e "mercado negro", desemprego e quebra dos rendimentos, instabilidade político-social, etc. —, o subsector do volfrâmio tendeu a ser afectado de forma especialmente intensa e prolongada.

Para além da quebra dos preços e, mesmo, da incapacidade de escoamento dos concentrados, são, ainda, de considerar, tanto o desgaste dos elementos tecnológicos devido a sobre-utilização e a dificuldades de substituição, como o incumprimento das normas de exploração racional dos jazigos em favor de um aumento da produção a todo o custo durante o *boom* de guerra ("lavra ambiciosa" ou "lavra de rapina"); a desactivação parcial ou total das explorações e consequente perda de mão-de-obra qualificada/deterioração de maquinaria, infraestruturas produtivas e valências sociais; a descapitalização das empresas.

Se a estes factores juntarmos a grande variabilidade e irregularidade dos jazigos (teores, possanças, etc.), o carácter disperso do tecido produtivo (miríades de explorações informais, grande número de pequenas e médias sociedades mineiras, incapacidade de domínio por parte de estruturas *holding* de maior dimensão, ausência de cartelização), o empenho dos Estados em garantirem algum controlo sobre reservas nacionais de minérios potencialmente estratégicos, o facto de as mesmas se localizarem sobretudo em territórios coloniais, protectorados, países periféricos ou semi-periféricos, é possível verificar que o subsector do tungsténio é marcado, de forma estrutural, por níveis de instabilidade particular e inabitualmente elevados.

Tal característica não pode deixar de influenciar a dimensão e a viabilidade/estratégia das empresas, o ritmo de aperfeiçoamento tecnológico respectivo, os graus de consolidação das comunidades mineiras, os níveis salariais e outras regalias garantidos aos trabalhadores, o empenhamento na atenuação de factores negativos como a poluição e os acidentes/doenças profissionais, a efectiva capacidade de pressão e intervenção por parte dos poderes políticos, a possibilidade de as explorações se tornarem em vectores de promoção de desenvolvimento sustentado.

Dos grandes consumidores de volfrâmio, apenas os EUA e a URSS produziram, também, concentrados em escala significativa mas não suficiente para o auto-abastecimento. Países como o Reino Unido, a Alemanha, a França, o Japão, a Itália, a Bélgica, a Holanda, a Suécia e a Suíça importavam a quase totalidade do tungsténio de que necessitavam. No entanto, tal como acontece com a generalidade das matérias-primas, também neste caso eram as economias industrializadas compradoras que dominavam o mercado mundial daquele metal.

Devido a ausência de vontade política, elites económicas e tecido empresarial suficientemente dimensionados, meios financeiros e tecnológicos, infraestruturas de produção/distribuição de energia e transportes, mão-de-obra qualificada; por dependência e incapacidade de evitar pressões de natureza económica, político-diplomática ou, mesmo, militar, a generalidade dos territórios ou Estados produtores limitava-se a extrair e a semi-transformar o volfrâmio. Eram parceiros passivos do jogo da oferta e da procura e vítimas da evolução tendencialmente desfavorável dos termos de troca entre bens primários (de baixo valor acrescentado) e bens/serviços sofisticados (de elevado valor acrescentado).

As maiores sociedades mineiras tinham, quase exclusivamente, capitais estrangeiros. Com origem nos países desenvolvidos eram, também, a generalidade dos quadros superiores e médios empregues (administradores, engenheiros, geólogos, mesmo capatazes), as mais eficazes máquinas/instrumentos e metodologias de organização da produção utilizados. Empresas estrangeiras monopolizavam o transporte de exportação, os circuitos de comercialização, a transformação/incorporação industrial e o consumo do essencial dos produtos finais.

Na Europa, até 1938, o Reino Unido, a Alemanha e a França mantiveram um acordo formal visando a divisão das zonas de fornecimento de concentrados e a regulação/protecção dos mercados de colocação de ferro-tungsténio. Ou seja, procurando garantir a estabilidade das relações económicas/dos laços comerciais estabelecidos, o controlo dos preços e a sustentabilidade dos lucros. Tratou-se da Convenção Internacional do Ferro-Tungsténio. O cartel em causa foi negociado pelas principais empresas do sector em cada um dos três países⁶ e confirmado pelos Governos respectivos.

Existiam, ainda, os Estados "neutros" — Bélgica, Holanda, Itália, Checoslováquia, Áustria, países escandinavos, Suíça, Polónia, países balcânicos —, com mercado aberto e quase sem defesas tarifárias. Da URSS não são conhecidas séries estatísticas credíveis, uma vez que se colocava fora das regras da economia mundial (capitalista).

Após 1945, os EUA — um dos mais importantes produtores e o maior importador/consumidor de concentrados de volfrâmio, o maior fabricante de ferro-tungsténio — impediram a constituição de um organismo internacional que tivesse, entre outros objectivos, a regulação do mercado de volfrâmio. No conjunto dos países do "bloco capitalista", o mesmo passou, assim, a funcionar de forma essencialmente "livre e aberta", ou seja, de acordo com as necessidades e interesses da superpotência liderante e das grandes empresas multinacionais.

Não contando com a URSS, a Europa, zona industrializada por excelência, era, pois, no essencial, dependente de outras regiões para satisfazer as suas necessidades de concentrados. Compreende-se, assim, melhor, a importância alcançada pelas limitadas — mas, apesar de tudo, significativas — reservas portuguesas e espanholas de minérios de tungsténio em

momentos de rotura do comércio internacional e, em particular, de bloqueio continental. Entre Julho de 1941 e Abril de 1945, a "Grande Alemanha" nacional-socialista foi forçada a viver uma conjuntura desta natureza.

Segundo os valores da produção e comercialização de concentrados de volfrâmio (contendo 60% $W O_3$) apresentados por K.C. Li e Chung Yu Wang⁷, à escala mundial, entre 1895 e 1900 — ano da Exposição Universal de Paris — ocorre um primeiro ciclo de crescimento, seguido de uma quebra em 1901. De 1902 ao início da Primeira Grande Guerra assiste-se, com ligeiras oscilações, a um aumento sustentado das quantidades envolvidas. Durante o conflito acontece um primeiro *boom* (das 8123t em 1913 baixa-se, no ano de 1914, para 7427t, chegando-se, no entanto, às 31992t em 1918). Segue-se uma longa fase de estagnação, que se prolonga, apesar de algumas ligeiras alterações de tendência, até 1934. A corrida aos armamentos provoca, a partir de 1935, uma nova etapa de crescimento que decorre até 1939 (42305t).

Em termos do "Velho Continente" — e colocando em dúvida, por falta de dados, a situação da URSS —, Portugal terá assegurado a posição de maior fornecedor de concentrados de tungsténio ao produzir 30941t (57%, 6% a nível mundial). O segundo lugar seria ocupado pela Espanha, com 8491t (16%, 2% a nível mundial). Tratou-se, no essencial, de uma constante ao longo de todo o período considerado. Referência, ainda, ao facto de, nos 45 anos em causa, a Europa ter contribuído com 11% (54445t) do total mundial (503834t).

Os jazigos portugueses de minérios de volfrâmio — sob a forma de filões, eluviões ou "bolsadas", aluviões; sobretudo de volframite mas, também, de scheelite —, estão localizados no território continental a norte do rio Tejo, ou seja, nos distritos de Coimbra e Castelo Branco, Aveiro, Viseu e Guarda, Porto e Vila Real, Viana do Castelo, Braga e Bragança. Há, assim, uma quase coincidência entre a "zona do tungsténio" e a "zona do estanho", cujo minério é a cassiterite ou bióxido de estanho.

Mesmo nas minas mais ricas e com reservas extensas, a topografia é normalmente acidentada e os filões irregulares, quer em termos de espessura, quer de morfologia. Estas grandes diferenças de mineralização útil e a dificuldade em antecipar os valores finais de concentrados a apurar por cada unidade de área filoniana a desmontar, tornam a exploração arriscada e implicam investimentos acrescidos. Numa outra perspectiva, as orientações dos filões estão, por norma, relacionadas com a tectónica, o que aumenta o grau de previsibilidade desde que sejam realizados com a regularidade e a antecedência necessárias os correspondentes estudos e prospecções geológicas.

Verifica-se que a totalidade do volfrâmio extraído/semi-transformado era vendido para outros países no próprio ano ou nos seguintes, que a oferta nacional dependia da e reagia à procura internacional, acompanhando as suas conjunturas de crescimento, euforia, crise e estagnação. Nas épocas de

grandes dificuldades, as empresas sobreviventes ampliavam a ou recorriam à mineração do estanho, metal com um mercado mais regular. Uma tal estratégia era facilitada pelo facto de muitas das concessões integrarem, simultaneamente, jazigos de volframite e de cassiterite.

No que diz respeito à nacionalidade dos concessionários, as explorações de dimensão industrial, responsáveis pelo essencial da produção, foram quase monopolizadas por sociedades britânicas, francesas e belgas, em alguns casos após tentativas mal conseguidas de gestão por parte de investidores portugueses — em resultado de falta de capitais, tecnologia e métodos organizativos, contactos internacionais visando a exportação e a transformação industrial dos minérios?

As concessões de média dimensão eram divididas entre sociedades e empresários estrangeiros (ingleses, franceses, belgas, holandeses, norte-americanos) e nacionais, ficando os portugueses com o exclusivo das pequenas minas e das explorações informais (clandestinas ou legalizadas mas sempre de funcionamento precário).

Algo de semelhante ocorria com os responsáveis técnicos pelas minas até que nova legislação passou a obrigar à contratação de quadros superiores portugueses: engenheiros estrangeiros nas grandes e médias concessões; engenheiros, engenheiros auxiliares, agentes técnicos de engenharia e condutores nacionais nas médias e pequenas concessões.

Muitas das explorações de ou com tungsténio apresentavam níveis tecnológicos rudimentares. Não existia fornecimento de energia eléctrica, não eram utilizados compressores nem martelos pneumáticos, os únicos motores instalados integravam os sistema de esgoto da mina — cujas águas poluídas não eram alvo de qualquer tipo de tratamento.

O minério era apenas lavado e separado manualmente, sendo todas as outras fases do processo de concentração realizadas em oficinas existentes em localidades mais ou menos próximas — propriedade dos concessionários ou de outros empresários e sociedades. Dadas as más condições das vias de comunicação secundárias e/ou a falta de recursos financeiros, como meio de transporte até ao caminho de ferro ou às empresas de camionagem, eram, frequentes vezes, utilizados animais e veículos arcaicos (carroças, barças e vaivéns aéreos).

Em Espanha, a mineração do volfrâmio assumiu formas idênticas e algumas dissemelhanças relativamente ao que se passava em Portugal. Os jazigos localizavam-se, também, em zonas rurais e periféricas, grande parte das quais próximas da fronteira com o nosso país (Galiza, regiões de León, Zamora e Salamanca, Estremadura); predominavam as explorações de pequena e média dimensão e as situações de complementaridade entre os subsectores do volfrâmio e do estanho.

Até ao imediato pós-Primeira Grande Guerra, as minas de escala industrial estavam concessionadas a sociedades estrangeiras (britânicas, francesas, belgas, alemãs), sendo os concentrados exportados para as nações

em causa; ocorriam os mesmos graus de dependência perante a procura externa, de instabilidade das empresas e comunidades mineiras, de insipiência tecnológica e organizativa.

É, no entanto, possível citar vários elementos de diferenciação: o menor peso do universo do tungsténio no sector extractivo e, em sentido inverso, a maior relevância da indústria mineira no conjunto da economia espanhola; a ausência de concessões de grande dimensão — como seriam, em Portugal, os coutos mineiros da Panasqueira e da Borralha; entre 1920 e 1936, dado o seu limitado interesse económico, a quase totalidade das explorações foram vendidas a proprietários nacionais; a partir da década de vinte, empresas bascas e catalãs passaram a transformar industrialmente concentrados de volfrâmio.

Num segundo plano, legislação promulgada pelas autoridades "nacionalistas" em 1937, 1938 e 1939, limitava a entrada de novos capitais estrangeiros na actividade extractiva. Conjugadas com a situação de dependência estratégico-militar e de solidariedade político-ideológica reforçada durante a Guerra Civil, estas medidas asseguraram à Alemanha — sobretudo através do sistema Hisma-Rowak e, depois, de um conjunto de empresas apenas formalmente espanholas, integradas no grupo estatal Rowak/Sofindus — a hegemonia no mercado interno do tungsténio durante os anos de 1939 a 1941⁸.

3. GESTÃO DOS "DOSSIERS VOLFRÂMIO" DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Simplificando, embora, o grande número de intervenientes, a diversidade de propósitos e a complexidade de relações estabelecidas, é possível ensaiar um esboço de caracterização do modo como ambas as ditaduras peninsulares geriram, durante a Segunda Guerra Mundial, as respectivas "corridas ao volfrâmio". Uma vez mais, tratou-se de fenómenos simultaneamente paralelos e com algumas diferenças significativas⁹.

Desde Setembro de 1939 até à rendição da França, em Junho de 1940, o mercado português do tungsténio foi hegemonzado pelo Aliados, consequência da capacidade de bloqueio das vias terrestres e marítimas de ligação entre Portugal e a Alemanha, do controlo accionário ou posse das principais sociedades mineiras, do facto de o Terceiro Reich manter o acesso aos fornecedores latino-americanos e aos grandes produtores asiáticos — através da União Soviética.

O Eixo passou, então (Julho de 1940), a poder transportar os bens adquiridos e fornecidos a Portugal através da Espanha e de França, voltando, com maior intensidade, a investir em empresas concessionárias e outras. Apesar da "legislação de excepção" entretanto publicada, até ao primeiro trimestre de 1942 as actividades económicas ligadas à mineração do

volfrâmio continuaram a desenvolver-se quase sem intervenção acrescida por parte do Estado ou de organismos corporativos. Se, por um lado, o regime respeitou as posições alcançadas e os equilíbrios estabelecidos nas décadas anteriores — favoráveis ao Reino Unido —, por outro assegurou aos (ou tolerou por parte dos) beligerantes quase total liberdade de acção no terreno.

A 20 de Novembro de 1940, o Banco de Portugal e o Banco de Inglaterra assinaram um Acordo de Pagamentos, válido enquanto durasse a confrontação militar, que garantiu ao Estado e às empresas britânicos crédito ilimitado em escudos para compras a realizar em Portugal. Tendo-se recusado a negociar um Acordo Comercial de Guerra com Londres, o Governo chefiado por António de Oliveira Salazar acabou, no entanto, por aceitar, desde 28 de Janeiro de 1941, que as relações entre ambos os países seriam, em princípio, geridas de acordo com as regras do bloqueio económico, definidas pelo *Ministry of Economic Warfare*.

No que diz respeito ao Estado nacional-socialista, para além das alterações resultantes do seu alargamento aos "territórios" que, uma vez anexados, foram passando a integrar o Terceiro Reich, manteve-se sempre em vigor o Acordo para Liquidação de Créditos Comerciais assinado a 13 de Abril de 1935. De certa forma imposto por Berlim, configurou um sistema de *clearing* bilateral gerido por cada um dos bancos centrais e Governos.

Mesmo tendo em conta o aumento das importações de bens portugueses de interesse estratégico — entre os quais começavam a destacar-se o estanho e o tungsténio —, nos anos de 1939/1940 e primeiro semestre de 1941 o saldo da balança comercial entre os dois países continuou favorável à Alemanha. Este fenómeno, contraditório com a lógica de endividamento externo tendencialmente adoptada por todos os Estados beligerantes, ocorreu, apenas, nas duas fases iniciais do conflito, devido à renovação dos contratos de fornecimento de armas e de tecnologia para a indústria militar negociados com Lisboa a partir de 1937.

A invasão da URSS (iniciada a 22 de Junho de 1941) e a entrada dos EUA na guerra (7 a 11 de Novembro de 1941) implicaram uma alteração decisiva da situação internacional e da posição de Portugal no seio da mesma. Tratou-se, para além do mais, de uma redução drástica dos contactos comerciais da Alemanha, quer com a América Central e do Sul, quer com a Ásia. Os jazigos de volfrâmio localizados na Europa — predominantemente em Portugal e na Espanha — adquiriram, então, para o Terceiro Reich, uma importância decisiva.

Apesar do 'sobreaquecimento' já antes atingido, voltaram a 'disparar', tanto os valores da procura, dos preços e da oferta de minérios de tungsténio, como os níveis de intervenção — directa e notória — dos dois grupos beligerantes. Toda esta actividade implicava o envolvimento de cidadãos estrangeiros e nacionais, das representações diplomáticas, serviços secretos e de propaganda; redes de empresas (com destaque para a *Beralt Tin & Wolfram*), colaboradores individuais e parceiros comerciais — coordenados,

respectivamente, pela *United Kingdom Commercial Corporation* e pela Minero-Silvícola (propriedade do Estado nacional-socialista através da *holding* Rowak/Sofindus).

De Outubro de 1941 a Junho de 1942, o Governo português legislou e adoptou medidas político-administrativas visando recuperar a capacidade de controlar o universo do volfrâmio. Por motivações próprias e em resposta a pressões oriundas, sobretudo, da Alemanha, procurou — com empenho direccionado, meios limitados e, conseqüentemente, sucesso parcial — proibir a exploração mineira 'informal' durante as fases mais intensas dos ciclos agrícolas, reduzir o número de trabalhadores rurais envolvidos, concentrar num círculo restrito de organismos oficiais a efectiva capacidade de manipular variáveis como a propriedade de empresas e concessões, o direito de exploração, o financiamento, a produção, os preços, a comercialização, a circulação, a semi-transformação, a exportação e a tributação/taxação.

Sob a orientação do próprio António de Oliveira Salazar — Presidente do Conselho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro da Guerra, despachando directamente com o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, com os Directores da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado e do Secretariado de Propaganda Nacional —, dos Ministros das Finanças, Economia, Interior e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foram, neste âmbito, reforçados os poderes da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos e Circunscrições Mineiras; Comissão Reguladora do Comércio dos Metais; Direcção Geral da Indústria e Circunscrições Industriais; Instituto Nacional do Trabalho e Previdência; Direcções Gerais dos Caminhos de Ferro e dos Transportes Terrestres; Inspecção do Comércio Bancário do Ministério das Finanças e Banco de Portugal; governos civis e câmaras municipais/juntas de freguesia, repartições de finanças, forças policiais e tribunais.

A 24 de Janeiro de 1942, o Estado Novo assinou com o Terceiro Reich um acordo secreto sobre tungsténio. Válido entre 1 de Março de 1942 e 28 de Fevereiro de 1943, fixava as quantidades a exportar, definia as "explorações livres" e as minas controladas pelos beligerantes, delimitava a percentagem de "minérios livres" a entregar a cada contendor. Resultou na troca de concentrados portugueses por outros produtos alemães e, apenas em último caso, por divisas convertíveis ou ouro. Só em 24 de Agosto de 1942 foi concretizada uma iniciativa do mesmo tipo com o Reino Unido, seguindo-se um Acordo de Fornecimentos-Compras e um Acordo Comercial de Guerra com os Aliados (23 e 27 de Novembro de 1942).

Algo de semelhante voltou a acontecer em 1943, apesar da crescente inferioridade militar do Eixo, das reforçadas exigências anglo-americanas e da diferente configuração assumida pelo "dossier volfrâmio" na vizinha Espanha: acordo secreto com Berlim a 21 de Abril de 1943 — tendo vigorado de 1 de Março de 1943 ao fim de Fevereiro de 1944 —; duas

prorrogações do acordo luso-britânico sobre tungsténio, dos Acordos de Fornecimentos-Compras e Comercial de Guerra com os Aliados (até Dezembro de 1943); concessão de facilidades militares ao Reino Unido nos Açores (18 de Agosto de 1943).

Remetendo para dados oficiais — continua a não ser possível estimar o volume alcançado pelas "actividades ilegais e clandestinas" (muitas vezes toleradas, ou, mesmo, patrocinadas pelas autoridades) —, lembram-se alguns dos resultados materiais de todo este conjunto de decisões, iniciativas e actividades. Portugal teria produzido 4500t de concentrados no ano de 1940, 4607t em 1941, 4120t em 1942 (quebra decorrente dos controlos e do tabelamento de preços introduzidos pelo Governo), 5563t em 1943 e 3214t até Junho de 1944¹⁰.

Seriam os seguintes os números das exportações de volfrâmio: 3443t no total em 1940, 1783t para o Reino Unido, 768t para os EUA, 540t para França e 185t para a Alemanha, entre outros; 5235t no total em 1941, dos quais 2363t para o Reino Unido, 1814t para a Alemanha, 848t para os EUA, entre outros; 4801t no total em 1942, dos quais 2589t para o Reino Unido, 2169t para a Alemanha e 43t para a Itália; 6669t no total em 1943, dos quais 5321t para o Reino Unido e 1342t para a Alemanha, entre outros; 2688t no total em 1944, dos quais 1987t para o Reino Unido e 701t para a Alemanha. Nos anos de 1943 e 1944, o Terceiro Reich importou, ainda, 34t e 77t de resíduos de tungsténio¹¹.

Tendo em conta a dimensão dos interesses envolvidos, as características sócio-económicas e culturais das "regiões do volfrâmio", os preços atingidos e as modalidades de actuação dos dois regimes — com evoluções desfazadas em ambos os lados da fronteira luso-espanhola —, não é difícil admitir que, em termos da produção, comercialização ("contrabando interno"), semi-transformação, transporte e exportação (contrabando local, organizado pelos beligerantes ou "oficioso"), do financiamento e dos pagamentos internacionais (envolvendo ouro), essas "actividades ilegais e clandestinas" deverão ter alcançado montantes muito significativos. A Alemanha desde 1940, os Aliados a partir de 1943, estruturaram mecanismos de intervenção que cobriam a Península Ibérica no seu conjunto.

No dia 5 de Junho de 1944, encerrou-se um longo e difícil processo negocial de mais de seis meses durante o qual Reino Unido e os EUA, perante a ineficácia das pressões económicas e diplomáticas, chegaram a aceitar a necessidade de apoiar o derrube do Estado Novo, ou, pelo menos, de António de Oliveira Salazar. Abandonando diversos objectivos que considerava serem essenciais, o Governo português informou o embaixador britânico em Lisboa de que cedia perante as exigências dos Aliados e determinaria a suspensão da produção e exportação de concentrados de tungsténio. Em 26 de Janeiro de 1945, Portugal e os Aliados assinaram um novo Acordo de Fornecimentos-Compras e, a 8 de Agosto de 1945, os

Bancos de Portugal e de Inglaterra renegociaram o Acordo de Pagamentos de 1940.

Através do Decreto-Lei nº 33: 707, de 12 de Junho de 1944, foi imposta a suspensão de todo o tipo de actividades — produção, comercialização, transporte, semi-transformação, exportação — em torno dos minérios de volfrâmio. As quantidades já extraídas seriam obrigatoriamente entregues à Comissão Reguladora do Comércio dos Metais nos prazos e pelos preços definidos por legislação anterior.

Esta forçada inactividade só terminou em Dezembro de 1945/Janeiro de 1946, depois de ter sido assegurada a venda das reservas acumuladas pela Comissão Reguladora do Comércio dos Metais. Apesar do agravamento das penas aplicáveis, o contrabando de concentrados para a Alemanha continuou, pelo menos, até Agosto de 1944, aquando da libertação do Sul de França pelos Aliados e do encerramento da fronteira dos Pirinéus.

Nos anos de 1940 e 1941, o subsector espanhol do volfrâmio teria sido marcado pelos seguintes vectores de evolução conjuntural: aumento da procura e correspondente tendência para a subida dos preços/crescimento da oferta; legislação limitadora da penetração de capitais estrangeiros mas aceitação *de facto* da aquisição de empresas e concessões mineiras pela Sofindus; quase-monopólio na importação por parte do Terceiro Reich e desinteresse do Reino Unido/EUA; tabelamento do preço dos concentrados pelo Governo (no âmbito de acordos hispano-germânicos?) e grande importância das actividades clandestinas — extracção, comércio interno, contrabando para Portugal e para a Alemanha¹².

Em 1942 e 1943, perante a alteração da situação militar e as pressões dos Aliados, alguma desilusão com a postura neo-colonial adoptada pelo Terceiro Reich, a necessidade de garantir o fornecimento de bens essenciais, o empenhamento em assegurar a sobrevivência do regime qualquer que fosse o resultado final do conflito, o Governo de Madrid modificou, em parte, as regras antes definidas para o mercado nacional do tungsténio. Tratou-se, ainda, de uma estratégia de potenciação das vantagens económico-financeiras inerentes ao estatuto de neutralidade — readoptado no seguimento da substituição de Ramón Serrano Suñer pelo General Francisco Gómez-Jordana no cargo de *Ministro de Asuntos Exteriores* (3 de Setembro de 1942).

Apesar da publicação de mais legislação "nacionalizadora" da actividade mineira (1942), a tolerância para com os encapotados investimentos estrangeiros foi alargada ao Reino Unido e aos EUA, os quais, para além da actividade indirecta da *United Kingdom Commercial Corporation* e da *United States Commercial Corporation*, formaram, em Outubro desse mesmo ano, a empresa holding *Sociedad Anónima Financiera e Industrial*. As aquisições preemptivas concretizadas pelos Aliados fizeram disparar a produção e o valor dos minérios transaccionados.

Conjugando a liberalização dos preços com a elevação da taxa sobre a exportação de concentrados de volfrâmio (100 pesetas por quilograma a partir de 7 de Janeiro de 1943); reforçando os mecanismos de fiscalização através da criação, em Julho de 1941, do *Consejo Ordenador de Minerales Especiales de Interés Militar* — que duplicou as estruturas já existentes, dependentes, tanto da pasta da *Industria y Comercio*, como dos ministérios que tutelavam as forças policiais, os tribunais, as autoridades locais e regionais —, foi possível limitar o peso relativo dos "circuitos paralelos", ajudar a inverter os fluxos predominantes do contrabando para o sentido Portugal-Espanha¹³, aumentar de forma significativa as receitas do Estado.

Durante os segundo e terceiro trimestres de 1943, perante o incumprimento de aspectos considerados essenciais dos dois acordos comerciais e de pagamentos negociados desde o fim da Guerra Civil, o Governo de Madrid deixou de conceder créditos em pesetas às entidades alemãs responsáveis pela aquisição de "tungsténio livre" espanhol. O Terceiro Reich viu-se, pois, limitado aos concentrados produzidos nas minas próprias e a pequenas quantidades adquiridas de forma ilegal (com ouro ou a partir de Portugal, em escudos).

Inversamente, os Aliados optaram por garantir ao regime chefiado pelo General Francisco Franco níveis de fornecimento de bens essenciais suficientes para tentar desincentivar, quer a entrada da Espanha no conflito (ao lado do Eixo), quer retaliações contra os avultados investimentos britânicos; para assegurar a capacidade de concretização de compras massivas de produtos estratégicos — obtidos através de meios legais ou ilegais, por necessidade própria ou dentro de uma lógica preemptiva¹⁴. Puderam, assim, obter mais volfrâmio (grande parte do qual não foi exportado) e negociar contratos em que os concessionários se comprometiam a limitar a actividade extractiva.

A partir do Outono de 1943, no entanto, Reino Unido e EUA — os segundos com maior veemência do que os primeiros — passaram a exigir o embargo das vendas de tungsténio espanhol à Alemanha. Mostraram-se, também, dispostos a assegurar, simultaneamente, um aumento dos fornecimentos e modalidades de compensação dos prejuízos causados pela diminuição das exportações. Em caso de resposta negativa, ameaçavam com o corte das vendas de trigo, petróleo e algodão, o que veio a acontecer em Janeiro de 1944, dada a recusa inicial de Madrid em negociar.

Para esta modificação da estratégia de guerra económica seguida na Península Ibérica, terão contribuído, entre outros, os seguintes factores: crescente supremacia militar e eminência da abertura de uma "segunda frente" na Europa Ocidental, níveis de endividamento resultantes das aquisições preemptivas a preços inflacionados e incapacidade para anular as importações alemãs de volfrâmio e de outros bens estratégicos, iniciativas do Executivo franquista visando o relançamento do intercâmbio hispano-germânico¹⁵.

Colocado perante as ameaças de colapso económico, de renascimento da conflitualidade social e política, do empenhamento externo no derrube da ditadura, o Governo do General Francisco Franco começou por decretar a suspensão das exportações de concentrados para o Terceiro Reich enquanto não fosse alcançado um acordo (Fevereiro a Abril de 1944). No dia 1 de Maio de 1944 o impasse foi superado. A Espanha aceitou, no essencial, as condições impostas pelos Aliados em termos de tungsténio, económicos em geral, militares e de serviços secretos.

De forma a evitar uma situação de cedência total e a assegurar o empenhamento do aparelho de Estado no combate às actividades clandestinas, Madrid foi autorizada a manter a venda de poucas dezenas de toneladas mensais de volfrâmio a Berlim. No entanto, com maior ou menor colaboração das autoridades, a Sofindus e as estruturas diplomáticas alemãs reforçaram a sua capacidade de utilização de mecanismos ilegais de financiamento, aquisição, transporte e exportação. Numa escala significativa até ao fim de Junho de 1944, em termos residuais nos meses seguintes, todo esse conjunto de transacções terá sido pago em pesetas e ouro, através de circuitos que interligavam a Alemanha, Espanha, Portugal e, eventualmente, a Suíça.

Mau grado o carácter parcelar das estatísticas sobre o tungsténio espanhol durante a Segunda Guerra Mundial, referem-se algumas séries propostas por diversos autores. K.C. Li e Chung Yu Wang afirmam terem sido produzidas e comercializadas as seguintes quantidades de concentrados de volfrâmio contendo 60% W_3 : 1940, 393t; 1941, 415t; 1942, 1462t; 1943, 3902t; 1944, 2393t; 1945, 283t. J.A. Rodriguez Pérez aventa, para os mesmos anos, os dados que se seguem: 391t, 414t, 1511t, 4038t, 2474t, 293t.

Remetendo para as *Estatísticas de Comercio Exterior*, Jordi Catalan divulga os números oficiais sobre exportação de concentrados: 563t, 156t, 159t, 1396t, 2502t, 1662t. Outros estudiosos apresentam alguns dados avulsos ou de natureza hipotética: em 1942, Berlim comprou 1000t e os Aliados 760t; em 1943, os Aliados teriam adquirido 3050t (ou 3350t) e a Alemanha 1200t (ou 900t) — 3550t de Espanha e 700t contrabandeadas a partir de Portugal; em 1944, o Terceiro Reich importou 325t legalmente e 638t por vias ilegais, tendo as autoridades franquistas apreendido 1031t em armazéns propriedade de empresas do grupo Sofindus. (Agosto de 1944)¹⁶.

4. CONDICIONALISMOS E RESULTANTES DA "GUERRA DO TUNGSTÉNIO"

À semelhança do que acontecera de 1910 a 1918 — imediatamente antes e durante a Primeira Grande Guerra —, do que se verificaria entre o início da 'guerra fria' (1947) e o fim da Guerra da Coreia (1950-1953), também na Segunda Guerra Mundial e na fase de corrida aos arma-

mentos/"conflitos regionais" que a antecedeu (1934-1938 e 1939-1945) a "febre do volfrâmio" acarretou, para os dois países ibéricos, em maior escala, um conjunto de implicações (directas e indirectas) que interessaria explicitar melhor¹⁷.

Tratou-se, em primeiro lugar, da multiplicação do número de locais de extracção com os mais diversos tipos de relacionamento contratual com os trabalhadores, situação legal perante as autoridades, dimensões e níveis de complexidade; do crescimento das actividades económicas complementares. No caso das empresas de média e grande dimensão, ligadas a um dos grupos beligerantes, assistiu-se a processos de renovação organizacional e tecnológica, melhoria dos salários e das estruturas de apoio social, das infra-estruturas de transportes, da produção e distribuição de energia.

Proliferaram as micro-explorações 'informais' (o "pilha"); modalidades complementares de extracção à superfície e separação manual (o "quilo"), organizadas pelos próprios concessionários; sob a capa das licenças para pesquisas e, portanto, antes da publicação dos alvarás de concessão (da aceitação de um director técnico, da aprovação de um "plano de lavra"), a efectiva exploração dos jazigos, em regime de "lavra ambiciosa" ou "lavra de rapina"; a falsificação, tanto de indicadores relativos às potencialidades dos jazigos e à actividade das concessões, como de lotes de minério e de guias de trânsito; a semi-transformação e o comércio/transporte ilegais; os assaltos às grandes minas, os pequenos furtos por parte dos operários, as revoltas contra as proibições impostas pelas autoridades; a corrupção e o contrabando (interno ou externo).

Gerou o aumento do número de feridos, incapacitados e mortos por acidentes de trabalho, epidemias (febre tifóide, por exemplo) e, a médio prazo, doenças profissionais (sobretudo a silicose); a intensificação dos conflitos entre "interesses mineiros" e proprietários de terrenos em torno dos direitos de exploração dos jazigos, da destruição de culturas e árvores, da inviabilização das actividades agro-pecuárias, do desvio e poluição das águas; a ampliação de fenómenos de "criminalidade" e violência (roubos, rixas, utilização de armas de fogo, prostituição, "mercado negro" de produtos tabelados).

Com essas dezenas de empresas e centenas de milhar de pessoas que confluíram nas actividades e/ou áreas do tungsténio — a maioria das quais na qualidade de funcionários, capatazes, guardas e operários, "apanhistas", comerciantes, contrabandistas, prostitutas; algumas idas dos centros urbanos ou de outros países, estas últimas com hábitos sociais e profissões raras ou desconhecidos no mundo rural (administradores, engenheiros, geólogos, contabilistas, tradutores, técnicos de máquinas e de análises a minérios, advogados, etc.) — ocorreram situações muito diversas em termos de acesso aos e capacidade de fixação/aplicação dos capitais entretanto gerados. O esbanjamento total de "dinheiro fácil" e o enriquecimento fulgurante/a

ascensão social, são, no entanto, as variantes mais glozadas da mitologia que se foi construindo em torno da figura do "volframista".

A Alemanha e o Reino Unido/EUA disputaram, quer a compra de minérios e de concentrados no "mercado livre", quer a aquisição de empresas concessionárias/de novas concessões; montaram redes de contrabando, espionagem e propaganda; negociaram e/ou impuseram — ameaçando com invasão, bombardeamento, afundamento ou apresamento de navios, bloqueio económico, suspensão de fornecimentos — acordos comerciais e de pagamentos internacionais, quotas de aquisição, modalidades de financiamento e transporte; denunciaram as actividades do bloco adversário e as facilidades concedidas pelas autoridades (eventualmente violadoras de compromissos assumidos e do estatuto de neutralidade).

Acarretou saldos positivos das balanças comerciais e de pagamentos, o aumento das quantidades de moeda em circulação e o crescimento da inflação, a ampliação das receitas dos Estados (impostos, taxas, emolumentos, empréstimos), a acumulação de recursos financeiros por parte de empresas e particulares; nas "zonas do tungsténio" e em regiões vizinhas, o fim do desemprego e do subemprego sazonal, o abandono (mais ou menos temporário) do trabalho na agricultura (em alguns casos, nas próprias fábricas e serviços), a modificação (mesmo que apenas episódica) dos equilíbrios sócio-mentais tradicionais, das formas de relacionamento com a actividade económica e dos hábitos de consumo de segmentos significativos das populações.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Governo de Lisboa e o Banco de Portugal decidiram, pois, conceder crédito ilimitado em escudos ao Reino Unido, pagável e correspondendo, em 1945, a cerca de 80 milhões de libras, com garantia e equivalendo a cerca de 280t de ouro; tiveram, ainda, possibilidade e optaram por adquirir ou aceitar como forma de pagamento quantidades significativas daquele metal precioso: 347,7t no total, das quais 167,5t (48,2%) ao *Federal Reserve Bank* (Nova Iorque), 105,8t (30,4%) ao *Banque Nationale Suisse* (Berna), 48,9t (14,1%) ao *Deutsche Reichsbank* (Berlim), entre outros.

O ouro e as divisas convertíveis provenientes, tanto do *Deutsche Reichsbank*, como do *Banque Nationale Suisse*, resultariam, no essencial, directa ou indirectamente, dos confiscos e pilhagens concretizados, de forma sistemática, pelo Terceiro Reich, nos países ocupados e/ou anexados antes e depois de 1 de Setembro de 1939, a bancos centrais, outras empresas e particulares, aos prisioneiros enviados para campos de trabalho e extermínio. Estados beligerantes e neutros estariam a par dessa situação. Por decisão de António de Oliveira Salazar e João da Costa Leite (Ministro das Finanças), a Alemanha apenas teria obtido no nosso país adiantamentos restritos, enquadráveis no mecanismo de *clearing* bilateral e equivalentes a empréstimos de curto prazo.

Dada a situação de muitos dos espólios nacionais relevantes — Presidência do Conselho, Inspecção do Comércio Bancário, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa, Banco Lisboa & Açores (Banco Totta & Açores), etc. —, não tem sido possível estudar a actividade, legal ou clandestina¹⁸, tanto dos bancos comerciais portugueses e de outras empresas/particulares, como da representação diplomática e de sociedades de capitais alemães nos circuitos do "ouro nazi". Resta esperar por outros projectos de investigação que utilizem documentação germânica, suíça, britânica ou norte-americana.

Em Espanha, devido à pressão do Terceiro Reich no sentido da amortização da dívida acumulada durante a Guerra Civil, foram muito inferiores os quantitativos de ouro adquiridos no exterior, entre 1941 e 1946, por entidades oficiais, o *Banco de España* e o *Tesoro (Ministerio de Hacienda)*, que detinham a responsabilidade da política monetária interna; o *Instituto Español de Moneda Extranjera (Ministerio de Industria y Comercio)*, com o exclusivo do movimento de divisas e das importações/exportações daquele metal precioso: 67,4t no total, das quais 38,6t (57,3%) ao *Banque Nationale Suisse*, 14,9t (22,1%) ao *Bank of England*, 9,1t ao Banco de Portugal (13,5%), 2,5t (3,7%) ao *Banco Alemán Transatlántico*, entre outros.

Sem pretensões de exaustividade, foram já referenciadas situações concretas em que a Embaixada da Alemanha em Madrid, serviços de informações e o grupo Rowak/Sofindus estiveram envolvidos, nos anos de 1944 e 1945, em operações, quer oficiais, quer ilegais, de venda de ouro para financiamento de empresas mineiras, acções de contrabando de tungsténio, corrupção, espionagem, transferência de verbas para contas em nome de responsáveis pela economia de guerra nacional-socialista. Essas iniciativas clandestinas, contando, muitas vezes, com alguma protecção de autoridades, recorriam aos "mercados negros" de ambos os países peninsulares.

Torna-se, ainda, necessário propor um balanço sumário das motivações e dos contextos que enquadraram as posturas adoptadas pelos regimes salazarista e franquista durante e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. No caso português, terá ocorrido um processo de adaptação (mais ou menos eficaz) à evolução dos equilíbrios internacionais a partir de um quadro fixo de valores e objectivos. Uma tal 'estabilidade' foi mantida apesar da presença de 'sensibilidades' anglófilas/aliadófilas e germanófilas entre a base sócio-política de apoio e no seio das elites — locais/regionais, sectoriais e nacionais — do Estado Novo. Refiram-se, a este propósito, os percursos paradigmáticos de Armindo Monteiro e Fernando Santos Costa.

Entre as concepções e metas dominantes, referir-se-iam:

- a) preservação da neutralidade e ampliação do grau de autonomia frente às grandes potências; inevitabilidade da dependência perante o Reino Unido e manutenção dos territórios coloniais;

abastecimento do país e aproveitamento das hipóteses de crescimento económico derivadas da situação de não-beligerância; reprodução dos equilíbrios alcançados durante a década de trinta, sobrevivência de uma ditadura não-terrorista no plano interno e não-irredentista em termos externos;

- c) apoio à Espanha "nacionalista" e receio das suas tendências anexionistas; recusa da lógica racista, expansionista e estatizante do nazismo em paralelo com a defesa da indispensabilidade de uma "Alemanha forte", com um "Governo de autoridade", "fronteiro de Leste" perante as "ameaças eslava e comunista", contrapeso à "ultrapassada" hegemonia do demo-liberalismo;
- c) condenação do comunismo, do socialismo e da democracia em simultâneo com a crença na possibilidade de criação e afirmação internacional de um bloco de países com "regimes de ordem" (Europa da Sul e Balcânica, América Latina); apologia da "função liderante", do "destino imperial e civilizador" da Europa, desconfiança quanto aos propósitos dos EUA — símbolo máximo do "capitalismo plutocrático", do "consumo de massas", do "neo-colonialismo económico".

A estratégia adoptada contribuiu, assim, para evitar, tanto os sofrimentos e destruições resultantes de um envolvimento directo no conflito, como uma inflação descontrolada, fome e miséria generalizadas, níveis muito elevados de confrontação social. Permitiu a acumulação de riqueza (com destaque para os negócios do volfrâmio) e a revalorização do papel internacional de Portugal.

Implicou, no entanto, também, um relacionamento aprofundado com o Eixo e uma colaboração oscilante com os Aliados; dificuldades de mobilização da população para o esforço de adaptação às limitações próprias de uma conjuntura de guerra; cedências, muitas vezes contraditórias entre si, a diversos grupos de pressão; uma desigualdade crescente na distribuição dos sacrifícios e dos benefícios derivados da economia de guerra.

Acarretou, ainda, a atribuição de uma prioridade absoluta à preservação do "milagre financeiro"; a incapacidade para concretizar um projecto global de desenvolvimento regional e nacional; a recusa das oportunidades que teriam decorrido de uma integração precoce e voluntária no "bloco ocidental" — liderado pelos EUA, tendo por base um capitalismo 'temperado' por contributos keynesianos e, pelo menos no centro e na semi-periferia do sistema, regimes demo-liberais ou democráticos; centrado na Organização das Nações Unidas, Organização Económica de Cooperação Europeia/Plano Marshall, Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Em Espanha, apesar de existirem pontos de contacto com a realidade portuguesa, a generalidade dos investidores tem salientado a necessidade de delimitar, no período que decorre entre 1939 e 1949, pelo menos duas fases com características diferenciadas. Até meados de 1942, não chegando, nunca, a implicar uma rotura total com os Aliados, o *Nuevo Estado* acalentou um projecto simultaneamente autárquico-imperial e de integração no Eixo/na "nova ordem" germânica. A partir de Setembro de 1942, mantendo, embora, elevados níveis de solidariedade com a Alemanha, o Governo de Madrid adoptou uma postura mais pragmática na gestão da sua economia de guerra e das relações internacionais.

Abrandonou a repressão de que eram vítimas centenas de milhar de "republicanos" derrotados na Guerra Civil (assassinados, encerrados em campos de concentração, discriminados); foram abandonadas as pretensões expansionistas e passou a exigir-se de Berlim maiores contrapartidas em termos de fornecimento de armas e de tecnologia industrial; procurou-se rentabilizar mais eficazmente os recursos estratégicos existentes (entre os quais o tungsténio), assim como melhorar o abastecimento de bens essenciais às populações e às empresas; introduziram-se algumas mudanças na ditadura — que teria passado a ser, 'apenas', monárquica, católica, conservadora e anti-comunista — de forma a facilitar a desejada integração no bloco político-militar e económico liderado pelos EUA. Alguns desses objectivos só não foram alcançados no curto prazo devido à oposição de segmentos relevantes das opiniões públicas e das elites de muitos dos países Aliados.

No seguimento dos avisos feitos aos "países neutros" a 5 de Janeiro de 1943 e a 22 de Fevereiro de 1944, da resolução VI da Conferência de Bretton Woods (Julho de 1944), do acordo alcançado com a URSS na Conferência de Potsdam (Julho/Agosto de 1945) e das conclusões da Conferência de Paris (Novembro de 1945 a Janeiro de 1946); enquanto potências co-administrantes da Alemanha (*Allied Control Council*), EUA, Reino Unido e França foram encarregues de exigir da Suíça, Suécia, Espanha, Portugal e Turquia a repatriação dos cidadãos e a liquidação dos "bens alemães", a devolução do ouro monetário pilhado pelo Terceiro Reich.

Tratava-se, nesta fase inicial — pelo menos ao nível dos princípios proclamados —, de capturar e julgar os responsáveis pelos crimes cometidos pelo Eixo, de evitar o renascimento de uma Alemanha nacional-socialista (Programa *Safehaven*); de recolher verbas para o auxílio aos refugiados (*Intergovernmental Committee on Refugees*, depois, *International Refugee Organization*); de contribuir para a reconstrução da Europa através do pagamento de reparações e da devolução de uma percentagem tão elevada quanto possível do ouro monetário roubado — *Inter-Allied Reparations Agency* e *Tripartite Gold Commission*.

A forma como decorreram as negociações, que se prolongaram até ao fim da década de cinquenta e que, nos últimos anos, contaram com a participação da República Federal da Alemanha, é ilustrativa das diferentes

posturas assumidas pelo Estado Novo e pelo *Nuevo Estado* — intransigência e flexibilidade, respectivamente; da atitude de apoio às ditaduras ibéricas adoptada pelas potências demoliberaes — muito para além da dívida britânica a Portugal ou do interesse norte-americano pelas bases nos Açores; das transformações ocorridas no âmbito da "guerra fria", da reconstrução e desenvolvimento da Europa Ocidental, da criação, tanto da Comunidade Económica Europeia, como da Associação Europeia de Comércio Livre.

Em termos de resultados 'definitivos', depois de acordos parciais e condicionais sobre pessoas e "bens alemães" (Fevereiro de 1947), acerca do "ouro pilhado" (Junho de 1953), o Governo de Lisboa acabou por só aceitar devolver 3,998t de ouro à *Tripartite Gold Commission* e entregar 16 mil contos de bens liquidados à *Inter-Allied Reparations Agency* em 1958. Assegurou, no entanto, a entrega de 382 mil e quinhentos contos por parte da República Federal da Alemanha — liquidação de dívidas deixadas pelo Terceiro Reich, compensação do ouro devolvido, recuperação de direitos de propriedade sobre bens confiscados; o reconhecimento de que teria agido sempre "de boa fé" e "com base no direito"; a garantia de que não existiriam no futuro quaisquer outras reclamações.

O Governo de Madrid foi intimado a restituir, apenas, 101,7kg de ouro, o que concordou fazer a 3 de Maio de 1948. Em compensação, os Aliados afirmaram que o regime franquista não teria tido conhecimento da origem ilegítima das barras em causa e excluíram a hipótese de outras exigências de devolução. Os "bens alemães" de natureza estatal — incluindo entidades nominalmente espanholas, com destaque para o grupo Sofindus — foram liquidados logo em 1946. A 10 de Maio de 1948, assistiu-se, ainda, a um acordo sobre as empresas privadas, aplicado até 1952 com distribuição das verbas realizadas pelas duas partes contratantes. Devido às pressões exercidas pela República Federal Alemã, o processo foi suspenso e, depois, abandonado no seguimento do convénio hispano-alemão de 1958.

O conhecimento das modalidades concretas de relacionamento entre o aparelho de Estado português e as estruturas do Terceiro Reich ligadas à guerra económica em geral e ao volfrâmio em particular, a análise do processo de identificação e liquidação dos "bens alemães" têm sido prejudicados, tanto pelo défice de desenvolvimento da história recente entre nós, como pela opacidade, inacessibilidade, desaparecimento ou destruição (total ou parcial) de muitos dos núcleos documentais pertinentes.

Refiram-se, a este propósito, os arquivos da Presidência do Conselho, Ministério da Economia, Sub-Secretaria de Estado do Comércio e da Indústria, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos/Circunscrições Mineiras, Direcção-Geral da Indústria/Circunscrições Industriais, Comissão Reguladora do Comércio dos Metais, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Direcção-Geral dos Caminhos de Ferro, Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, Ministério das Finanças, Inspeção do Comércio Bancário, Sub-Secretaria de Estado da Guerra,

representação diplomática e sociedades mineiras germânicas, bancos comerciais, seguradoras, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, etc.

CONCLUSÃO

Considerando-se que em ambos os países ibéricos foram estruturados regimes de tipo fascista, tendencialmente totalitários, reconhece-se, no entanto, que, em relação ao Estado Novo, o *Nuevo Estado* apresentou, pelo menos até ao fim da década de cinquenta, mais elevados níveis de repressão. No seguimento da Guerra Civil, da conjuntura estratégico-militar que então se vivia e em resultado das afinidades político-ideológicas com o Eixo (pretensões autárquicas, expansionismo neo-imperial), durante a Segunda Guerra Mundial a maior proximidade entre a Espanha franquista e a Alemanha correspondeu aos contactos preferenciais do Portugal salazarista com o Reino Unido¹⁹.

Pelo menos até meados de 1942, Madrid terá abdicado de potenciar as vantagens que resultavam do estatuto de não-beligerância em favor da perseguição a centenas de milhar de "republicanos", da preparação de uma eventual entrada no conflito que fosse para além do envio da *División Azul* para a "Frente Leste", da subordinação à economia de guerra nacional-socialista. Em sentido inverso, Lisboa empenhou-se na defesa da neutralidade peninsular, no reforço do grau de autonomia perante as grandes potências, na atenuação das dificuldades de abastecimento, no assegurar de condições para um relativo crescimento económico e para a consolidação da situação financeira.

A partir do final de 1942, mantendo, embora, laços significativos com o Terceiro Reich, a ditadura franquista passou a atribuir maior importância às questões económico-financeiras, à sobrevivência do regime em caso de vitória Aliada, à plena integração da Espanha no "bloco capitalista" liderado pelos EUA. Sem descurar, quer os aspectos materiais, quer a reprodução da solução ditatorial imposta no início da década de trinta, o regime salazarista acentuou o seu empenhamento na luta por outros valores ideológicos e concepções estratégicas encarados como fundamentais: a recusa da industrialização e urbanização aceleradas, do capitalismo monopolista e do consumo de massas; a defesa do papel liderante de uma Europa "cristã, colonizadora e civilizadora", da importância de uma Alemanha poderosa, adversário irredutível do comunismo, da viabilidade de uma coligação de países com "Governos de ordem".

Parece, assim, ser legítimo e operatório avançar com a hipótese segundo a qual, em termos de guerra económica, mesmo considerando o Acordo de Pagamentos luso-britânico de Novembro de 1940, os Aliados teriam encontrado maiores dificuldades em Portugal do que em Espanha. Por sua vez, a Alemanha estabeleceu com o Estado Novo uma relação menos

assimétrica e mutuamente mais proveitosa — excepção feita às acções de afundamento de navios mercantes e pesqueiros nacionais — do que a imposta ao *Nuevo Estado*, em grande parte baseada na exigência de entrega de bens estratégicos a título de pagamento da dívida acumulada durante a Guerra Civil²⁰.

Obstáculos vários, resultantes, entre outros factores, da natureza clandestina de muitas das transacções concretizadas, da multiplicidade de entidades (oficiais e privadas) envolvidas, continuam a impedir uma quantificação rigorosa dos diversos componentes do dossier "tungsténio peninsular (1940 a 1945)". É, apesar de tudo, impossível deixar de reconhecer a importância alcançada pelo volfrâmio, tanto nas economias de guerra portuguesa e espanhola, como na guerra económica travada entre o Eixo e os Aliados; o facto de Berlim ter obtido proporcionalmente melhores resultados entre nós do que junto dos nossos vizinhos.

A relevância deste indicador para a compreensão da postura adoptada por cada uma das ditaduras ibéricas surge, ainda, reforçada quando se lembram alguns vectores de contextualização: o peso das empresas britânicas no subsector nacional do tungsténio em 1939, as afinidades político-ideológicas e estratégico-militares entre Madrid e a Alemanha nacional-socialista, a forma como decorreram e terminaram as negociações que levaram, quer ao embargo das exportações de volfrâmio espanhol para o Terceiro Reich, quer à suspensão da produção e venda de concentrados portugueses.

NOTAS

¹ Cfr., entre outros, J.L. Barros, 1993; *O fim da Segunda Guerra Mundial* [...], 1996; *História* [...], Maio de 1995; H.P. Janeiro, 1998; J.C. Jiménez Redondo, 1996; M. Liechti, 1997; M. Loff, 1997; A. Louçã, 1997b; A. Louçã, 1999a; I.F. Nunes, 1993; J.P.A. Nunes, s.d.; P.A. Oliveira, 1998; F. Peter, 1995; *Portugal na Segunda Guerra Mundial* [...], 1989; F. Rollo, 1994; F. Rosas, 1990; F. Rosas, 1994; G.A. Stone, 1994; A.J. Telo, 1987; A.J. Telo, 1991; A.J. Telo, 1996; N. Valério, 1994; *Vértice* [...], Novembro/Dezembro de 1995; A. Vilar, 1998; D.L. Wheeler, 1986.

Quanto a estudos mais antigos, elaborados sem possibilidade de acesso aos arquivos ibéricos, cfr., nomeadamente, D.L. Gordon, 1947; J.H. Kemler, 1949; W.N. Medicott, 1952-1959; J.K. Sweeney, 1974.

² Cfr., nomeadamente, *História* [...], Abril de 1995; M.F. Rodrigues, 1993; A.J. Telo, 1999.

³ Cfr., entre outros, R. Afonso, 1990; A. Beker, 1997; T. Bower, 1997; *Dagens Nyheter* [...], 21 de Outubro de 1997; *The Deutsche Bank* [...], 1998; Y. Durand, 1990; *Enterprises in the period of fascism in Europe* [...], 1998; M. Fior, 1996; M. Gilbert, 1989; D.J. Goldhagen, 1997; W. Grant, 1991; M. Harrison, 1998; S.F. Hedin, 1997; *Informe para la Comisión* [...], 1998; J.C. Leite, 1997; A. Louçã, 1995; A. Louçã, 1996; A. Louçã, 1997a; A. Louçã, 1997b; A. Louçã, 1999a; A. Louçã, 1999b; A. Louçã, 1999c; A. Louçã, 1999d;

M.H. Mello, 1982; G. Miedzianagora, 1995; R.L. Miller, 1997; *The nazi gold and the Swedish Riksbank* [...], 1998; R.O. Paxton, 1992; I. Pimentel, 1998; I. Pimentel, 1999; *Relatório da Comissão* [...], 1999; F. Rosas, 1999; M. Ruby, 1998; *Sweden and jewish assets* [...], 1999; *Switzerland and gold transactions in the Second World War* [...], 1998; A.J. Telo, 1999; *U.S. and Allied efforts to recover and restore gold* [...], 1997/1998; J. Ziegler, 1997.

Na Argentina, através do Decreto nº 390/97 (Maio de 1997), foi criada a *Comision Para el Esclarecimiento de las Actividades del Nazismo en la Republica Argentina*. Em 1998, tinham sido estruturadas no âmbito da mesma e prosseguiam a sua actividade 16 unidades de investigação, coordenadas por especialistas argentinos e estrangeiros.

- ⁴ Cfr., nomeadamente, J. Catalan, 1995; M. Espadas Burgos, 1988; R. García Pérez, 1994; *Informe para la Comisión* [...], 1998; J.C. Jiménez Redondo, 1996; Ch. Leitz, 1996; M. Loff, 1997; P. Preston, 1995; K.-J. Ruhl, 1986.
- ⁵ Cfr., entre outros, *Bicentenario del descubrimiento del wolframio* [...], 1985; K.C. Li, 1955; J.P.A. Nunes, 2000; J.A. Rodríguez Pérez, 1985; F.S.S. Sobral, 1982.
- ⁶ As High Steel Alloys e Murex no Reino Unido; Gesellschaft Für Elektrometallurgie e Farbenindustrie Aktiengesellschaft, Verkaufsgemeinschaft Chemikalien, Abteilung na Alemanha; Société d'Électrochimie, d'Electrométallurgie et des Acieries Electriques d'Ugine, Société Electro-Métallurgique de Saint Beron, Société Electro-Métallurgique de Montricher em França.
- ⁷ Cfr., K.C. Li, 1955, p. 415 e 419-422.
- ⁸ Companhia Hispano Marroquí de Transportes (Hisma), fundada em Tetuão a 31 de Julho de 1936, dirigida por Fernando Carranza e Joannes Bernhardt em representação das forças "nacionalistas" sublevadas e do Terceiro Reich (Gabinete do Plano Quadrienal), extinta a 31 de Dezembro de 1940. Rohstoffe und Ware Einkaufsgesellschaft (Rowak), constituída em Berlim a 7 de Outubro de 1937, tutelada pelos Gabinete do Plano Quadrienal e Ministério da Economia. Sociedad Financiera Industrial (Sofindus), fundada em Lisboa e registada em Salamanca em Novembro de 1938, propriedade da Rowak e dirigida por Joannes Bernhardt, integrando empresas dos sectores comercial, de transportes e mineiro (maioritário).
- ⁹ Cfr., nomeadamente, J. Catalan, 1995; *Dez anos de política externa* [...], 1961-1993; R. García Pérez, 1994; D.L. Gordon, 1947; *Informe para la Comisión* [...], 1998; J.H. Kemler, 1949; Ch. Leitz, 1996; K.C. Li, 1955; W.N. Medlicott, 1952-1959; J.P.A. Nunes, s.d.; F. Peter, 1995; J.A. Rodrigues Pérez, 1985; F. Rosas, 1990; K.-J. Ruhl, 1986; J.M. Ruiz Morales, 1946; J.K. Sweeney, 1974; A.J. Telo, 1991; A.J. Telo, 1999; *U.S. and Allied efforts to recover and restore gold* [...], 1997/1998; A. Vicente, 1992; A. Vilar, 1998; D.L. Wheeler, 1986.
- ¹⁰ De acordo com K.C. Li e Chung Yu Wang, o nosso país teria sido responsável, entre 1940 e 1945, pela extracção, transformação e exportação das seguintes quantidades de concentrados contendo 60% WO₃: 4858t, 5834t, 5220t, 7477t, 4088t, 0t (Cfr. K.C. Li, 1955, p. 420)
- ¹¹ Cfr. *Comércio Externo* e relatório não impresso existente no Arquivo do Instituto Geológico e Mineiro.

- ¹² Cfr. J. Catalan, 1995, p. 185/186; *Informe para la Comisión* [...], 1998, p. 161/162; J.M. Ruiz Morales, 1946, p. 49/50.
- ¹³ Uma tal alteração resultou, igualmente, das medidas tomadas pelo Governo de Lisboa no final de 1941/início de 1942: tabelamento do preço dos concentrados, monopólio legal da sua comercialização por parte da Comissão Reguladora do Comércio dos Metais, negociação de acordos sectoriais com a Alemanha e com o Reino Unido/EUA.
- ¹⁴ A título de exemplo de um conjunto de compromissos, de natureza global ou parcelar, alcançados por Londres/Washington e Madrid entre 1940 e 1944 — por vezes com a participação de Lisboa —, citam-se o Acordo Comercial de Guerra e o Acordo de Pagamentos de 18 de Março de 1940.
- ¹⁵ Refira-se, sobretudo, o protocolo de 18 de Agosto de 1943 — parcialmente prorrogado a 30 de Novembro de 1944 —, nos termos do qual o Terceiro Reich se comprometeu a cumprir, de forma mais cabal, o previsto nos Acordos Comerciais e de Pagamentos de 22 de Dezembro de 1939 e de 16 de Dezembro de 1942: fornecimento de máquinas-ferramentas, armamento, apoio ao desenvolvimento das indústrias química e militar, etc. em troca da venda de matérias-primas estratégicas e da concessão de créditos de curto prazo.
Nessa mesma altura, aceitando proceder a uma nova amortização parcial da dívida acumulada durante a Guerra Civil, o *Ministro de Industria y Comercio*, Demetrio Carceller, viabilizou a entrega de 434 milhões de pesetas às agências alemãs em Espanha. Grande parte da verba em causa foi utilizada pela Sofindus na compra (legal ou clandestina) de "volfrâmio livre" entre o último trimestre de 1943 e meados de 1944.
- ¹⁶ Cfr. K.C. Li, 1955, p. 420; J.A. Rodríguez Pérez, 1985, p. 70; J. Catalan, 1995, p. 184; *Informe para la Comisión* [...], 1998; Ch. Leitz, 1996; W.N. Medlicott, 1952-1959; K.-J. Ruhl, 1986; *U.S. and Allied efforts to recover and restore gold* [...], 1997/1998; D.L. Wheeler, 1986.
- ¹⁷ Cfr., entre outros, J. Catalan, 1995; *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira* [...], 1987-1991; *Dez anos de política externa* [...], 1961-1993; *O fim da Segunda Guerra Mundial* [...], 1996; R. García Pérez, 1994; *Informe para la Comisión* [...], 1998; H.P. Janeiro, 1998; J.P.C. Leite, 1943; Ch. Leitz, 1996; M. Loff, 1997; A. Louçã, 1999a; A. Louçã, 1999c; A. Louçã, 1999d; J.P.A. Nunes, s.d.; P.A. Oliveira, 1998; F. Peter, 1995; *Relatório da Comissão* [...], 1999; F. Rollo, 1994; F. Rosas, 1990; F. Rosas, 1996; K.-J. Ruhl, 1986; A.O. Salazar, 1945-1967; A.J. Telo, 1991; A.J. Telo, 1996; A.J. Telo, 1999; N. Valério, 1994.
- ¹⁸ O Banco de Portugal passou a deter o monopólio legal da importação, exportação e reexportação de ouro em barra ou amoeado a partir de Junho de 1942.
- ¹⁹ Cfr., nomeadamente, J. Catalan, 1995; E. Collotti, 1992; M. Espadas Burgos, 1988; R. García Pérez, 1994; J.C. Jiménez Redondo, 1996; Ch. Leitz, 1996; M. Loff, 1997; J.P.A. Nunes, 1993; J.P.A. Nunes, s.d.; P. Preston, 1995; F. Rosas, 1990; K.-J. Ruhl, 1986; A.J. Telo, 1991; A.J. Telo, 1999; N. Valério, 1994.
- ²⁰ Simultaneamente actores e estudiosos da guerra económica travada entre 1939 e 1945, assim como John H. Kemler e William Norton Medlicott, também David L. Gordon/Royden Dangerfield afirmaram: "In spite of all our financial difficulties in Spain,

in spite of the pronounced pro-Axis cast of the Franco Government, and in spite of the fact that the output of strategic materials was at times controlled by interests friendly to the enemy or had been allocated to the enemy in advance, preclusive buying as a technique of economic warfare worked best in Spain." (Cfr. D.L. Gordon, 1947, p. 127/128)

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Rui, *Injustiça. O caso Sousa Mendes*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990.
- BARROS, Júlia Leitão de, *O fenómeno de opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, 1993 (policopiado).
- BEKER, Avi, *Unmasking national myths: europeans challenge their history*, Jerusalém, Institute of the WJC, 1997.
- Bicentenario del descubrimiento del wolframio por los hermanos Elhuyar (1783-1983)*, Madrid, Instituto Geologico y Minero de España, 1985.
- BOWER, Tom, *L'or nazi. Les banques suisses et les juifs* (trad. do inglês), Paris, Librairie Plon, 1997.
- CATALAN, Jordi, *La economía española y la Segunda Guerra Mundial*, Barcelona, Editorial Ariel, 1995.
- COLLOTTI, Enzo, *Fascismo, fascismos* (trad. do italiano), Lisboa, Editorial Caminho, 1992.
- Comércio Externo [1940-1944]*.
- Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1931-1944)*, 4 volumes, Lisboa, CLNRF, 1987-1991.
- Dagens Nyheter* ("Kultur Special") (trad. do sueco), 21 de Outubro de 1997 ("Sweden and the nazi gold").
- The Deutsche Bank and its gold transactions during the Second World War*, Munique, Historical Commission, 1998 (online version).
- Dez anos de política externa (1936-1948). A nação portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, 15 volumes, Lisboa, MNE/IN, 1961-1993.
- DURAND, Yves, *Le nouvel ordre européen nazi: la collaboration dans l'Europe allemande (1938-1945)*, Bruxelas, Éditions Complexe, 1990.
- Enterprises in the period of fascism in Europe. Conference (Paris, Bibliothèque Nationale de France, 26/27 Novembre 1988)*, Paris, The Society for European Business History, 1998 (online version).
- ESPADAS BURGOS, Manuel, *Franquismo y política exterior*, Madrid, Ediciones Rialp, 1988.
- O fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa. Actas do Colóquio*, Lisboa, IHC da FLL/Edições Cosmos, 1996.
- FIOR, Michel, *La Banque Nationale Suisse et l'or allemand (1939-1945)*, Neuchâtel, 1996 (policopiado).
- GARCÍA PÉREZ, Rafael, *Franquismo y Tercer Reich. Las relaciones económicas hispano-alemanas durante la Segunda Guerra Mundial*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1994.

- GILBERT, Martin, *A Segunda Guerra Mundial* (trad. do inglês), 2 volumes, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- GOLDHAGEN, Daniel Jonah, *Les bourreaux volontaires de Hitler. Les allemands ordinaires et l'holocauste* (trad. do inglês), Paris, Éditions du Seuil, 1997.
- GORDON, David L. e DANGERFIELD, Royden, *The hidden weapon. The Story of economic warfare*, Nova Iorque, Harper & Brothers Publishers, 1947.
- GRANT, Wyn e outros (org.), *Organising business for war. Corporatist economic organisation during the Second World War*, Oxford, Berg Publishers, 1991.
- HARRISON, Mark, *The economics of World War II. Six great powers in international comparison*, Cambridge, CUP, 1998.
- HEDIN, Sven Frederik e ELGEMYR, Göran, *Sweden and the Shoah*, Jerusalém, Institute of the WJC, 1997.
- História*, II Série, Ano XVII, n° 7, Abril de 1995, p. 4-49 ("Política de arquivos: crime sem castigo").
- História*, II Série, Ano XVII, n° 8, Maio de 1995, p. 4-61 ("Portugal e a II Guerra").
- Informe para la Comisión de investigación de las transacciones de oro procedente del Tercer Reich durante la Segunda Guerra Mundial*, Madrid, 1998 (policopiado).
- JANEIRO, Helena Pinto, *Salazar e Pétain. Relações luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-44)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos, *Franco e Salazar. As relações luso-espanholas durante a Guerra Fria*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1996.
- KEMLER, John H., *The struggle for wolfram in the Iberian Peninsula (June, 1942-June, 1944). A study in political and economic geography in wartime*, Chicago, 1949 (policopiado).
- LEITE, João Pinto da Costa, *Economia de guerra*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1943.
- LEITE, Joaquim da Costa, *Nota breve sobre as transacções de ouro do Banco de Portugal (1939-45). Banco de Portugal: ouro (1937-1946)*, Lisboa, 1997 (policopiado).
- LEITZ, Christian, *Economic relations between nazi Germany and Franco's Spain (1936-1945)*, Oxford, OUP, 1996.
- LI, K.C. e WANG, Chung Yu, *Tungsten*, Nova Iorque, Reinhold Publishing Corporation, 1955, 3ª edição.
- LIECHTI, Myriam, *Le Portugal et la Suisse: des relations étonnantes de 1941 a 1943*, Neuchâtel, 1997 (policopiado).
- LOFF, Manuel, *Salazarismo e franquismo na época de Hitler (1936-1942)*, Porto, Campo das Letras, 1997.
- LOUÇÃ, António, "Budapeste, 1944: dois diplomatas portugueses face ao holocausto", *História*, II Série, Ano XVIII, n° 15, Dezembro de 1995, p. 24-33.
- LOUÇÃ, António, "Da receptação às negociações do pós-guerra. Portugal e o ouro roubado pelos nazis", *História*, II Série, Ano XVIII, n° 25, Outubro de 1996, p. 4-21.
- LOUÇÃ, António, "Salazar, o holocausto e o ouro nazi", *História*, II Série, Ano XIX, n° 30, Abril de 1997a, p. 4-13.

- LOUÇÃ, António, *Negócios com os nazis. Ouro e outras pilhagens (1933-1945)*, Lisboa, Fim de Século, 1997b.
- LOUÇÃ, António, "As armas alemãs de Salazar (1936-1944)", *História*, III Série, Ano XXI, nº 12, Março de 1999a, p. 16-26.
- LOUÇÃ, António, "Ouro escondido", *Expresso*, 15 de Maio de 1999b, p. 6/7.
- LOUÇÃ, António, "Relatório Soares. Vinho velho em odres novos", *História*, III Série, Ano XXI, nº 18, Outubro de 1999c, p. 84-86.
- LOUÇÃ, António, "Novo olhar sobre o ouro nazi", *História*, III Série, Ano XXI, nº 20, Dezembro de 1999d, p. 82-84.
- MEDLICOTT, William Norton, *The economic blockade*, 2 volumes, Londres, HMS Office/Longmans, Green and C^o, 1952-1959.
- MELLO, Manuel Homem de, *Eu vi morrer o III Reich*, Lisboa, Editorial Vega, 1982.
- MIEDZIANAGORA, G., e JOFER, G., *Objectivo extermínio. Vontade, resolução e decisões de Hitler* (trad. do francês), Lisboa, Editorial Vega, 1995.
- MILLER, Richard Lawrence, *Justiça nazi. A lei do holocausto* (trad. do inglês), Lisboa, Editorial Notícias, 1997.
- The nazi gold and the Swedish Riksbank. Interim report* (trad. do sueco), Estocolmo, The Commission on Jewish Assets in Sweden at the time of the Second World War, 1998.
- NUNES, Isabel Ferreira, "Delineamento de uma estratégia diplomática portuguesa. Portugal na Segunda Guerra Mundial", *Estratégia*, vol. V, 1993, p. 53-297.
- NUNES, João Paulo Avelãs, "O conceito de "fascismo" na história recente de Portugal", *Vértice*, II Série, nº 52, Janeiro/Fevereiro de 1993, p. 53-65.
- NUNES, João Paulo Avelãs, "Volfrâmio", MÓNICA, Maria Filomena e BARRETO, António (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, vol. III.
- NUNES, João Paulo Avelãs, "Volfrâmio português e ouro do Terceiro Reich durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1947)" [aguarda publicação], s.d.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, *Armindo Monteiro: uma biografia política*, Lisboa, 1998 (policopiado).
- PAXTON, Robert O., *Vichy France. Old Guard and New Order (1940-1944)*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1992, 2ª edição.
- PETER, Felicitas von, *British policy towards Portugal in the Second World War*, Cambridge, 1995 (policopiado).
- PIMENTEL, Irene, "Portugal, porto de abrigo. Refugiados durante a II Guerra Mundial", *História*, 3ª Série, Ano XX, nº 8, Novembro de 1998, p. 16-25.
- PIMENTEL, Irene, "O anti-semitismo português na primeira metade do século XX: marginal e importado", *História*, 3ª Série, Ano XXI, nº 15, Junho de 1999, p. 42-53.
- Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- PRESTON, Paul, *The politics of revenge. Fascism and the military in 20 th-century Spain*, Londres, Routledge, 1995, 2ª edição.

- Relatório da Comissão de Investigação Sobre as Transacções de Ouro Efectuadas Entre as Autoridades Portuguesas e Alemãs Durante o Período Compreendido Entre 1936 e 1945*, Lisboa, 1999 (policopiado).
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, "Arquivos das empresas: património ignorado", *Estudos Aveirenses*, nº 1, 1993, p. 151-163.
- RODRÍGUEZ PÉREZ, José Alberto, "A minaria do volfrâmio em Galiza (1887-1960). Umha primeira aproximação", *Agália*, nº 2, 1985, p. 49-70.
- ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- ROSAS, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945). Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.
- ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- ROSAS, Fernando e outros (coord.), *Armando Monteiro e Oliveira Salazar. Correspondência política (1926-1955)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- ROSAS, Fernando, "O ouro nazi e a mulher de César", *Público*, 10 de Julho de 1999, p. 11.
- RUBY, Marcel, *O livro da deportação. A vida e a morte nos 18 campos de concentração e de extermínio* (trad. do francês), Lisboa, Editorial de Notícias, 1998.
- RUHL, Klaus-Jörg, *Franco, Falange y "Tercer Reich". España en la Segunda Guerra Mundial* (trad. do alemão), Madrid, Ediciones Akal, 1986.
- RUIZ MORALES, José Miguel, *La economía del bloque hispano-portugués*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1946.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e notas políticas*, 6 volumes, Coimbra, Coimbra Editora, 1945-1967.
- SOBRAL, Fernando Sousa e Silva e MATIAS, Manuel João Senos, *Volfrâmio: aspectos técnico-económicos*, Coimbra, FCTUC, 1982, 2ª edição (policopiado).
- STONE, Glyn A., *The oldest ally. Britain and the portuguese connection (1936-1941)*, Londres, The Royal Historical Society/The Boydell Press, 1994.
- Sweden and jewish assets* (trad. do sueco), Estocolmo, The Commission on Jewish Assets in Sweden at the time of the Second World War, 1999.
- SWEENEY, Jerry K., "The portuguese wolfram embargo: a case study in economic warfare", *Military Affairs*, Fevereiro de 1974, p. 23-26.
- Switzerland and gold transactions in the Second World War. Interim report*, Berna, Independent Commission of Experts Switzerland-Second World War, 1998 (policopiado).
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1987.
- TELO, António José, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, 2 volumes, Lisboa, Editorial Vega, 1991.
- TELO, António José, *Portugal e a NATO. O reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

- TELO, António José, *O ouro nazi. Relações económicas e financeiras entre Portugal e a Alemanha (1939-1958)*, Lisboa, 1999 (policopiado).
- U.S. and Allied efforts to recover and restore gold and other assets stolen or hidden by Germany during World War II*, 2 volumes, Washington, 1997/1998 (policopiado).
- VALÉRIO, Nuno, *As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- Vértice*, II Série, n.º 69, Novembro/Dezembro de 1995, p. 3-155 ("A Segunda Guerra Mundial 50 anos depois...").
- VICENTE, Ana, *Portugal visto pela Espanha. Correspondência diplomática (1939-1960)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992.
- VILAR, António, *O volfrâmio de Arouca. No contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*, Arouca, CMA, 1998.
- WHEELER, Douglas L., "The price of neutrality: Portugal, the wolfram question and World War II", *Luso-Brasílian Review*, vol. 23, n.º 1, Verão de 1986, p. 107-127; n.º 2, Inverno de 1986, p. 97-111.
- ZIEGLER, Jean, *A Suíça, o ouro e os mortos. A questão do ouro nazi* (trad. do alemão), Lisboa, Terramar, 1997.

LAS RELACIONES ECONÓMICAS PORTUGAL-ESPAÑA (Segunda mitad s. XX)¹

Eloy Fernández Clemente
(Universidad de Zaragoza)

ABSTRACT

The economic relationships between Portugal and Spain during the second half of the 20th century comprehend the ineffectual "Iberian Pact" and the slow steps towards the Economic Development, a process which started in Spain in 1959 and in Portugal in 1953, through the Planos de Fomento (Development Plans). The governments of Portugal and Spain, barred from joining the E.E.C. due to their dictatorial character, would have to wait for ten years for their transition to democracy (1974 and 1976 respectively). The Portuguese revolution was characterised by a number of radical and hasty policies, in contrast with the Spanish moderate reforms and pacts. The economic relationships between Portugal and Spain are responsible for a visible improvement in the investment and balance of trade, which were always favourable to Spain. The 1998 Universal Exposition held in Lisbon, the recent bilateral summits, the resolution of contentions such as the Totta & Açores and Champalimaud cases, and the construction of the last stretch of a portuguese motorway connecting the two countries, confirm that Portugal and Spain are physically and spiritually closer.

1. Del Pacto Ibérico a los años del Desarrollo

Es casi un tópico que las trayectorias de los pueblos portugués y español en los siglos XIX y XX son muy semejantes, aunque con importantes diferencias. Así ocurre en la segunda mitad del siglo XX, en la que las dos larguísimas dictaduras (el Estado Novo, iniciado en 1926, y con Salazar y Cateano desde 1932 hasta 1974; y Franco desde 1936 hasta 1975) terminan con escasa diferencia temporal y dan lugar a procesos de democratización bien diferentes, aunque convergentes finalmente.

En la primera etapa, y especialmente hasta mediados de los sesenta, como afirma Jiménez Redondo, "las relaciones continuaron inscritas en esa constante tradicional de alejamiento real bajo una aparente proximidad que ni

franquismo ni salazarismo lograron alterar fundamentalmente, aunque sí la modificaron lo suficiente como para inferir un cierto cambio cualitativo". Si ello es cierto en los cuarenta y cincuenta, con cierta preocupación económica, posteriormente se ciñen aún más a los aspectos técnicos ("solución de problemas comunes derivados de la continuidad geográfica existente, quedando los acuerdos políticos o económicos en un nivel muy secundario")².

El pacto o Bloque Ibérico, aparte estrategias internacionales ante terceros, es pura retórica³. Como el entusiasmo de J. M. Ruiz Morales, quien destaca que tras tres siglos de alejamiento "reflejo de nuestras cortas ambiciones y nuestra visión general del mundo,... muchos exportadores españoles parezcan ahora 'descubrir' el mercado portugués, sin embargo tan cercano físicamente de nosotros, y lo propio ocurra a los colonistas portugueses respecto de España". Este autor español, vinculado al Instituto de Estudios Políticos, encarece la convenciencia del Bloque Peninsular Económico, que llevaría a regular sobre productos paralelos, como el corcho, el vino, el aceite y las conservas de pescado; intentar resolver juntos las importantes necesidades de petróleo, caucho, etc., y a colaborar en aspectos complementarios: España puede beneficiarse del algodón y la madera de procedencia portuguesa y Portugal del carbón y hierro español. La colaboración puede también darse en la energía eléctrica (delimitando las competencias en el tramo fronterizo del Duero, etc.) y los fletes de los transportes marítimos⁴.

Si tras la II Guerra Mundial, algunas voces volvieron a plantear un viejo asunto decimonónico (el sueño de una *Zollverein* peninsular), la idea, ahora, se formula como un "mercado común ibérico" y tiene otro referente: la experiencia del Benelux en el periodo entreguerras. Así se manifiestan, además del citado J. Miguel Ruiz Morales (1946), Javier Martínez de Bedoya (1947) o José Luis Barceló (1948) por la parte española, y, por la portuguesa, los interesantes "camino" propuestos por Gonçalves Pereira en 1945: en las producciones paralelas, especialmente corcho, aceites y frutas, establecer acuerdos de venta y distribución de zonas de influencia; en los productos complementarios, estudiar sus ventajas; en las producciones ultramarinas portuguesas, colocarlas en España; mejorar el transporte y las comunicaciones; integrar los estudios y trabajos culturales y la técnicos, fundando organismos comunes, o al menos articulando de manera orgánica, efectiva y permanente las actividades de los ya existentes⁵.

Posiblemente influyeron esos entusiasmos y propuestas en la firma de un nuevo Acuerdo de Cooperación Económica de 14 de julio de 1949, "encaminado a impedir una concurrencia perjudicial entre los productos de ambos países de peso específico dentro del mercado mundial: corcho, conservas de pescado, resinas, wolframio, frutas, cornezuelo de centeno y vinos", pero que, salvo en el primero de los aspectos, apenas tuvo incidencia⁶.

Porque Portugal ha entrado en la OECE (1948) y logra ese mismo año las ayudas del Plan Marshall, lo que no ocurre en España, que sin embargo

recibe otro tipo de ayudas⁷. Tras la visita de Eisenhower (1951) y el consiguiente acuerdo de defensa, Portugal entrará en la OTAN y quedará así vinculada a Occidente. España, en cambio, no avanza en su reinserción internacional sino a partir de 1953 (pacto con EEUU), momento hasta el cual Portugal es para España no sólo uno de los pocos países con que mantiene relación, sino también su valedor ante las grandes potencias⁸. Pero el pacto Ibérico pasará por malos momentos, al borde de su denuncia, por la entrada de Portugal en la OTAN, o al distanciarse España de la política colonial portuguesa.

Existe otro asunto de no escasa importancia, aunque poco estudiado: el del contrabando. Así ha sido magistralmente descrito el panorama de una práctica ya desaparecida:

"Las guerras mundiales, las crisis económicas sufridas por alguno de los dos Estados peninsulares, las diferencias de precios y otros factores estimularon el contrabando en sucesivas épocas. Como el café de origen africano que llenaba ropas holgadas e incluso los rincones de los coches de línea en las décadas de los 40, los 50, los 60... También el lingote (cobre) o el wolfram de la última guerra mundial. En 1942 se creó una faja de diez kilómetros de profundidad a lo largo de la raya en la que se exigía haber hecho una declaración jurada previa "para la circulación y tenencia de metales comunes y sus aleaciones, chatarra, bicicletas, latas, pieles secas o frescas, aves, huevos y especialidades farmacéuticas". Los camiones de plátanos y bacalao, televisores y cámaras fotográficas, whisky escocés y billetes de 5.000 pesetas, éstas ambas cosas falsificadas, armas y explosivos, vacas viejas o enfermas de tuberculosis compradas en los mercados españoles a bajo precio y llevadas a Portugal porque ahí subvencionaban el sacrificio de esos animales (algunos de los mataderos se instalaron casi en la misma raya)... Las armas cortas pasaban en las guanteras de los coches, en ambulancias, en camiones TIR o en coches fúnebres..."⁹.

A fines de los cincuenta, España realiza el notable esfuerzo del Plan de Estabilización y poco después iniciará su primer Plan de Desarrollo. Por su parte, Portugal inicia antes, aunque con menos ímpetu, esa política de desarrollo, pues "a través del I Plan de Fomento (1953-1958), que preveía una inversión de casi ocho millones de contos, se hicieron prioridades de fomento agrícola, de producción de energía eléctrica, de prolongación de vías de comunicación y de medios de transporte"¹⁰.

Eric M. Baklanoff ha descrito con brevedad la situación de ambos países a finales del periodo:

"A finales de los años 1950, España y Portugal compartían ciertas características comunes con las naciones menos desarrolladas, semiindustrializadas de la Europa mediterránea y de América Latina: una renta per

cápita relativamente baja (estimada en una cifra por debajo de los 300 dólares anuales), una reducida productividad del trabajo, un predominio de trabajadores sin especializar, una gran parte de la población activa dedicada a la agricultura y a otras actividades primarias y un atraso tecnológico similar. El sistema de tenencia de la tierra era anacrónico; propiedades muy grandes coexistían con cultivos agrícolas en parcelas diminutas y fragmentadas. Con ciertas excepciones notables, la industria se caracterizaba por una multitud de pequeñas empresas familiares que utilizaban un equipo obsoleto y métodos de producción casi artesanales; los estudios sectoriales han subrayado la sorprendente ausencia de empresas medianas^{m1}.

Pero, a pesar de tantas semejanzas, sigue la distancia y la escasa colaboración. César Oliveira lo ha explicado aludiendo a "la resistencia portuguesa a las propuestas de intensificación de las relaciones económicas con España, sea en el plano de los intercambios comerciales bilaterales, sea en las inversiones directas españolas y en la organización de formas conjuntas de cooperación económica, lo que explica no sólo el escaso nivel de comercio bilateral entre los dos países sino también la absoluta irrelevancia de las nuevas inversiones españolas en Portugal^{m2}.

2. Años de desarrollo y crisis de ambos regímenes (1960 a 1974-75)

Sin embargo, las semejanzas ibéricas continúan y se acusan todavía más. La etapa 1960-1973 se caracteriza por importantes cambios, y la fecha de 1960 no es arbitraria. Representa un cambio de signo en la economía portuguesa, que, obligada por las circunstancias internacionales, se abre al exterior, a la vez que el sistema corporativo se va desmoronando en los años 60, ya que carece de flexibilidad para adaptarse a nuevas empresas más complejas y dinámicas. Además, la O.I.T. condena enérgicamente al régimen (1962). Salazar, impertérrito, renueva su equipo de colaboradores económicos y emprende importantes obras con ayuda extranjera. Pero, sobre todo, se produce la incorporación ese año a la EFTA liderada por Gran Bretaña, y se firman acuerdos con el Fondo Monetario Internacional y el Banco Internacional de Reconstrucción y Desarrollo, a la vez que, normalizando sus relaciones comerciales internacionales, se firman los acuerdos de Bretton Woods y Portugal se adhiere al GATT¹³. La creciente emigración a Europa (fuente de divisas)¹⁴, y un cierto desarrollo industrial favorecido por la apertura a las inversiones extranjeras, impulsan una transformación significativa, sólo contradicha por la creciente inflación y el eterno déficit comercial.

A su vez, España, que tras el Plan de Estabilización de 1959 comienza en los sesenta sus propios planes de Desarrollo, procura y obtiene, en fechas

muy próximas a esas, las relaciones económicas con las citadas instituciones internacionales. Una vez más, el favor de Gran Bretaña a Portugal le permite una mayor apertura internacional y la entrada en la EFTA, lo que propicia una fase de liberalización y reducción de tarifas arancelarias. Una mejor disposición hacia la industrialización se percibe a partir del I Plan de Fomento (1953-1958) y sobre todo del II (1959-1964) y el "intercalar" (1965-1967), que favorecen una fuerte expansión. Además, se produce una progresiva apertura al capital internacional¹⁵.

Por su parte, a partir del acceso de España, a su vez, a la OECE, el FMI y el Banco Mundial, y de su propia reforma económica, la situación variará notablemente y la creciente apertura de la economía española al exterior repercutió en una menor necesidad de recurrir al mercado portugués. De ahí que no tengan demasiado éxito los nuevos intentos de mejorar las relaciones mutuas, que precisaban una seria revisión tras el Tratado de Roma, lo que se intenta en el encuentro Salazar-Franco en Ciudad Rodrigo, en julio de 1957. La amistad personal entre Marcelo Caetano y Laureano López Rodó, impulsor del desarrollo económico español, favorecerá los planes¹⁶. Pero nuevas propuestas, semejantes a las de una década antes, sobre una especie de mercado común ibérico, encontraron fuerte rechazo en políticos y prensa de Portugal, que ven en ello algo "prematureo, si no utópico y que sólo beneficiaría a España, al abrirle el mercado nacional y ultramarino sin contrapartidas evidentes y satisfactorias"¹⁷. Parecidos ecos tuvo la reiterada idea, a uno y otro lado de la frontera, de establecer una especie de mercado iberoamericano que incluyera la América de origen español y Brasil.

Tras algunos encuentros a diversos niveles, en 1960-1962 se estudiaron aspectos tan importantes como el contrabando, el papel de la industria naval española en Portugal o el viejo contencioso pesquero. Al fin, se firmó un nuevo acuerdo, que equiparaba a los trabajadores de ambos países en cuanto a seguros sociales, aseguraba las transferencias de subsidios y pensiones y establecía una acción turística conjunta. Un interesante paso en la colaboración hispano-lusa es la constitución en marzo de 1963 de la sociedad Lusofina, participada por un grupo de bancos españoles y portugueses y algunas sociedades europeas y americanas, destinada al estudio y elaboración de propuestas de financiación de inversiones en proyectos industriales de interés para ambas economías, pero frustrada en su ambición de ser una sociedad financiera, pues la ley de crédito portuguesa no permitía la creación de sociedades financieras mixtas.

El hecho de haber optado Salazar por la EFTA (su adhesión se había firmado a fines de 1959), junto con su "zona de comercio libre" colonial declarada dos años antes, había alejado la economía portuguesa de la española, claramente vuelta hacia la CEE. Sin embargo, el área comercial se va cerrando, pues en torno al 70 % del comercio externo portugués (metropolitano y ultramarino) y español se desarrolla ya bien con países del Mercado Común, bien con la zona de libre comercio.

En definitiva, seguirán los desencuentros hasta los años finales de ambos regímenes, pues, como señala Jiménez Redondo, "los gobiernos de España y Portugal fueron incapaces de establecer una estrategia coordinada a fin de reforzar su posición mutua ante una posible asociación a la CEE. En este caso, debido a la negativa del gobierno de Salazar a salirse de la estela de su tradicional anclaje internacional, el Reino Unido, para unirse más estrechamente a España en una conjunción de intereses siempre problemática". Además, ni las condiciones políticas ni las económicas de ambos países permitían pensar en una rápida incorporación al gran club europeo. La busca española de vinculación, fue más decidida y el desarrollo español iba muy por delante, pues mientras en 1973 España alcanzaba una renta per cápita de 2.000 dólares, Portugal sólo llegaba en esa fecha a los 1.158. Otra de las principales discrepancias en las décadas de 1960 y 1970 hasta sus procesos de cambio, sería sobre las respectivas políticas coloniales.

3. Revolución y transición (1974-76 a 1986)

La sorprendente Revolución militar de 25 de abril de 1974¹⁸, supuso el paso de Portugal a una vertiginosa dinámica revolucionaria tan interesante como compleja, con medidas bastante radicales y rápidas. Las principales consecuencias económicas de este nuevo, convulso, a veces contradictorio régimen, fueron: la nacionalización de la banca, seguros, transportes y comunicaciones y principales empresas industriales, la expropiación de los grandes latifundios (Reforma Agraria), y el abandono del inmenso imperio colonial¹⁹, si bien la inestabilidad de los breves gobiernos socialistas e independientes (1975-1979) apenas permitieron una política de estabilidad social, realizar algunas reformas administrativas y establecer normas sobre las grandes transformaciones: se fijaban límites a la tensa reforma agraria y las nacionalizaciones, intentando optimizar el funcionamiento del sector público. Poco más podrán hacer los gobiernos social-demócratas de Sá Carneiro (que muere misteriosamente en 1980) y Pinto Balsemão, que revalorizan el escudo y aplican una política expansionista antiinflacionaria²⁰.

La "revolución de los claveles" despertó, como era lógico, un enorme interés en España y, en general, producido el cambio español de régimen año y medio después, mejoraron notablemente las relaciones entre ambos países y, desde luego, el interés y conocimiento de sus circunstancias. Sin embargo, casi todos consideraban que el viejo y poco operativo "Pacto Ibérico" estaba muerto y se precisaban nuevas fórmulas de relación²¹. Hay, además, nuevos factores, como el conocido "boom" del turismo. Ya en los años setenta, casi el 50 por 100 del turismo que recibe Portugal es español²². Y recordemos el hecho de que España firma un acuerdo multilateral con todos los países de la EFTA, que entra en vigor el 1 de marzo de 1980 y afecta, como es natural, a

las relaciones con Portugal, añadiéndose, además, algunas disposiciones específicas.

4. Juntos en Europa (1986-1996)

Un año después del acceso de los socialistas en España, regresa al gobierno portugués Mário Soares (1983), gracias al apoyo de los socialdemócratas, y con parecida coyuntura y misiones: ciertas reformas constitucionales y de la estructura del poder, apertura de la concurrencia privada en la mayoría de los sectores nacionalizados, desarrollo del sector financiero al margen de las entidades públicas, etc. Dos años después firma, el de 12 de junio de 1985 (el mismo día que España, el acuerdo se había vinculado a ello), el acuerdo con la C.E.E. Entre las muchas consecuencias económicas generales, hay una a destacar: van a desaparecer, en un corto plazo, las aduanas con España. Las dos economías van a ser estimuladas a integrarse, por primera vez en su historia.

En general, la derecha portuguesa no era muy partidaria del ingreso en la CEE. Champalimaud afirmaría en 1985 que "la adhesión a la CEE, sin cláusulas de salvaguardia, sería un «acto sacrílego» y la integración europea la «vía más corta de una sumisión a Castilla>". Y un año después, clama así en una carta a sus obreros de la siderurgia: "Mario Soares y Felipe González, mano a mano, cruzan en barco español frente a la Siderurgia... Y qué futuro espera a vuestros hijos? ¿Esclavos de la CEE? ¿Esclavos de España?"²³.

En realidad, todavía los caminos son divergentes o, mejor, diacrónicos aunque en un sentido convergente: en Portugal, la desunión de los socialistas, y su pérdida de popularidad por las duras medidas estabilizadoras, llevaron al triunfo de los social-demócratas (centro-derecha) de Cavaco Silva en 1985, con la consiguiente reforma constitucional de 1989, por la cual desaparece el horizonte socialista y se inicia el camino de marcha atrás en la reforma agraria y las nacionalizaciones²⁴, en el que ni siquiera el regreso de los socialistas supondrá alteraciones bruscas. En todo caso, en la segunda mitad de los ochenta y primera de los noventa, la economía portuguesa alcanzará un dinamismo muy notable, lo que ha hecho que fuera calificada como "década prodigiosa".

Pero, sin duda bajo el impulso de las nuevas circunstancias internacionales comunes, en la cumbre luso-española mantenida en Lisboa en noviembre de 1988 se aprobó impulsar un importante Programa Transfronterizo 1989-1993, que sería financiado en casi un 70 % por los fondos estructurales europeos (FEDER). El 65 % del total de 167.879 millones de pesetas constantes de 1989 se aplicaron en el lado español y el 35 % en el portugués. Era una primera intervención ante una situación endémica, la ya tónica gran bolsa de subdesarrollo generada por los 1.234 km. de frontera, el espacio fronterizo más atrasado de la CEE: bajas densidades, población

envejecida, red urbana poco desarrollada, predominancia agraria o industrias incipientes y de escaso desarrollo tecnológico, sector terciario tradicional, aislamiento, bajo aprovechamiento de sus recursos, bajo nivel de educación y formación profesional, malas condiciones de vida, salud, etc. Las actuaciones se centraron en un 95 %, como motor principal de un despegue urgente, en la mejora de las redes de carreteras²⁵.

En Galicia, especialmente en los años ochenta y noventa, han surgido numerosas iniciativas partidarias de acentuar las relaciones de todo tipo con Galicia-Portugal y, en especial, con la zona norte. No en vano, entre las 160 regiones europeas, Galicia ocupaba en 1993 el puesto 142 y Portugal (salvo Lisboa) el 155. Así, por ejemplo, Ramón López Suevos instaba en ese mismo año a la construcción de un proyecto de desarrollo integral de toda el área norte: "Unha rexión que abranxería 50 mil quilómetros quadrados e 6,5 millóns de persoas, e que... re-equilibraría a vida económica na área ibero-occidental, mudaría as condicións sócio-políticas, eliminaría unha importante bolsa de pobreza e incidiría muito ventajosamente para Galiza no plano lingüístico-cultural"²⁶.

Un interesante balance de las principales consecuencias económicas para ambos países ibéricos de su simultánea integración europea el 1 de enero de 1986 es el realizado diez años después por José Manuel Caetano en su tesis doctoral (Universidad de Évora, 1996)²⁷. Recuerda este autor que hasta entonces nunca estos países habían pertenecido a una misma alianza político-económica, lo que en parte explica sus débiles flujos comerciales y financieros. El viraje va a ser tan rápido, que al liberarse progresivamente los respectivos aranceles, en diez años España se convierte en el principal *partenaire* de Portugal:

"Las relaciones comerciales entre los dos países mantuvieron desde la adhesión un saldo desfavorable a Portugal, situación que era previsible si se confrontaban los perfiles de especialización internacional de los dos países. En efecto, ya en el periodo de pre-adhesión algunos autores constataban que los polos de mayor dependencia de la economía española no coincidían con los polos de especialización de la economía portuguesa - mecánica y electrónica - y que, por el contrario, algunos sectores de especialización de aquel país eran coincidentes con nuestros sectores de dependencia material de transporte e industrias agroalimentarias. Esta situación de semicomplementariedad ha contribuido a la persistencia del elevado déficit comercial de Portugal, que adquiere, desde nuestro punto de vista, un cariz estructural y permanente"²⁸.

5. Las nuevas relaciones económicas Portugal-España

En las dos últimas décadas, los paralelismos se han seguido acentuando. Portugal está reorientando sus inversiones exteriores que han

aumentado hacia España y algún otro país de la CEE, si bien, sobre todo, redescubre Brasil como primer destino inversor²⁹.

En todo caso, han mejorado notablemente las relaciones económicas entre Portugal y España (especialmente en la etapa Cavaco-González, que rompieron las "barreras psicológicas") y han cuajado en importantes proyectos y acuerdos en la actual de Guterres-Aznar (a pesar del diverso signo político en ambos casos). Es muy probable que aquéllas se hayan visto favorecidas por realizarse dentro del marco de la CEE, que las enmarca en su normativa y da seguridad a los acuerdos.

El comercio se ha desarrollado de modo espectacular. En 1972 España era el 14º importador europeo de Portugal y el 8º exportador. En cambio, veinte años escasos después, en 1991, España, si bien aún es sólo su noveno suministrador, tiene a Portugal como el quinto país (tras Francia, Alemania, Reino Unido e Italia) de destino de sus exportaciones. Y eso que entre 1983 y 1991 Portugal multiplicó por diez el valor de sus, hasta entonces, escasas exportaciones a España, pasando de 24.626 a 273.276 millones de pesetas y alcanzando un índice de cobertura del 64,1%. España, que partía de valores más altos, multiplicó en el mismo periodo casi por ocho sus exportaciones a Portugal, pasando de un valor de 54.283 a 410.428 millones de pesetas³⁰.

No sólo es un importante cambio cuantitativo. También cambian en este periodo los componentes del comercio exterior. Veamos los sectores en los cuales España importa o exporta de y hacia Portugal en 1972 por valor superior a los 100 millones de pesetas de ese año y que suponen, en el primer caso, el 60 % del total, y en el segundo el 80 %: eran, entonces, las principales exportaciones portuguesas a España, en millones de pesetas, las de pasta para papel (489); productos químicos inorgánicos (199); combustibles minerales (147); maderas (127); pesca (111); fundición, hierro y acero (105).

Por su parte, las exportaciones españolas a Portugal se centraban, del mismo modo, en: productos minerales, siderurgia y metalurgia: fundición, hierro y acero (442), aluminio (123), calderas y máquinas (1348), aparatos eléctricos (393), vehículos de todo tipo (322); 2, productos químicos: combustibles minerales (416), productos químicos inorgánicos (214), productos químicos orgánicos (161), abonos (119), plásticos (212), papel (103), textiles sintéticos (123); 3, pesca (998); 4, productos agrarios: grasas y aceites (651), cereales (126), semillas y frutos (103)³¹.

En 1990 la composición de las importaciones españolas a Portugal había variado y, en porcentajes, estaba encabezada por vehículos (15 %), máquinas, aparatos y reactores (13,5 %), prendas de vestir (12,5 %), papel y madera (10 %), productos que suman el 50 % del valor total. A su vez, las exportaciones españolas a Portugal son, en sus principales capítulos, vehículos (20 %), máquinas, aparatos y reactores (17 %), fundición (5 %), combustibles (4,5 %), plásticos (3,8 %), que también superan el 50 % del

valor total. Asombrosamente, han aparecido muchos nuevos capítulos en ambos sentidos, a la vez que desaparecen otros³².

La desigual balanza de pagos genera con evidente lógica una sensación de injusto desequilibrio en Portugal, si consideramos que en 1997 se alcanzará por España un volumen de exportaciones a Portugal que roza 1,4 billón de pesetas (más que a toda Iberoamérica), mientras que las importaciones no llegan al medio billón (486.000 millones)³³.

También se han duplicado en ese periodo decisivo (1983 y 1991) las inversiones españolas en Portugal, pasando del 8,6 % al 19,6% del total, con una inversión en 1990 y 1991 de unos 40.000 millones de pesetas anuales. El principal sector receptor es el de banca, seguros y servicios (el 42 %) y comercio y hostelería (el 17 %), pero no son desdeñables la minería y química (16 %) o ciertas industrias manufactureras (13 %). Los primeros en llegar fueron los grandes bancos (BBV, BCH, Popular, La Caixa, amén del intento realizado sobre el Totta & Açores por Mario Conde, neutralizado luego). Tras ellos han ido haciéndolo otras muchas empresas. Así, adquiriendo casi siempre empresas privatizadas portuguesas, han "desembarcado" allí o están a punto de hacerlo Repsol y CEPSA, Torras, Argentaria, ENDESA, Telefónica, Tabacalera, Dragados, Meliá, etc.

Pero también Portugal reacciona, si bien ya en la década de los noventa³⁴, y grupos económicos suyos ocupan posiciones en España, si bien sólo a partir de 1991 es significativa ya la inversión portuguesa en España, y sus 24.280 millones de pesetas invertidas suponen alrededor del 3 % del total de la inversión extranjera en España. La inversión, menos matizada que en el caso español, se orienta de modo casi exclusivo a banca, seguros y servicios (el 77%) y comercio y hostelería (el 22%): así el grupo Espirito Santo entró en Grucycsa, sociedad de cartera de FCC; Petrogal tiene 170 estaciones de servicio en España; Cimpor controla la cementera gallega Cosmos; Tafisa, filial del mayor grupo privado, Sonae, es líder en aglomerados; Caixa Geral controla los bancos Luso-español, de Extremadura y Simeón; Lusomundo controla numerosos cines; y lo mismo ocurre con la papelera Portucel, las pinturas Valentine, la compañía aérea Portugalia, y un largo etcétera³⁵.

La Exposición Universal de Lisboa en el verano de 1998 fue una ocasión magnífica para presentar en sociedad las realizaciones del país en los últimos lustros. En fin, la cumbre bilateal celebrada en Vilamoura el 30 de noviembre de 1998 entre los presidentes Aznar y Guterres, fue, según el mandatario luso "las más importante y productiva desde nuestras transiciones hace 25 años". Se alcanzaron acuerdos calificados de "históricos" sobre los caudales mínimos del Guadiana, que permitirá a Portugal construir la presa de Alqueva, la mayor de la península; sobre el aprovechamiento hidroeléctrico de los ríos fronterizos; sobre infraestructuras y comunicaciones (futuras autovías y ferrocarriles); la creación de una comisión de arbitraje en los conflictos pesqueros y que Portugal organice en España, en 1999, una exposición que dé a conocer su modernización económica³⁶.

6. El “*affaire*” Champalimaud, último episodio en un buen camino

Para terminar, y llegando hasta el presente más vivo, haremos referencia a algunos contenciosos muy recientes: los casos Totta & Açores y Champalimaud. El primero, uno de los principales bancos privatizados a partir de 1974 llevó a partir de 1989 al financiero español Mario Conde, hoy sometido a varios graves procesos judiciales, presidente del Banesto, a una larga batalla política (entrevistándose con Felipe González, Cavaco, Soares, etc.) y económica, para conseguir incorporarlo al que hubiera quedado así conformado como el primer holding financiero de la península. A fines de 1991, ya poseedor de un diez por ciento, compra Conde un treinta al grupo del financiero José Roquette y se asegura otro nueve o diez por ciento mediante ciertos préstamos a sociedades portuguesas. Todo ello, en secreto, pues aunque la CEE aprueba este tipo de fusiones, el gobierno de Portugal las rechaza.

Cuando, a mediados de 1993, al acometer una gran operación de ampliación de capital que va a suscribir la Banca Morgan, Banesto se ve obligado a levantar su secreto, el primer ministro Cavaco contraataca sacando a la venta las acciones del gobierno en el Totta & Açores. En diciembre de ese año el gobierno español interviene Banesto y se frustra definitivamente la operación. De hecho, el Banco de Santander, nuevo dueño de Banesto, vende a Champalimaud sus acciones portuguesas, tanto las del Totta & Açores como las del Crédito Predial, que también poseía el banco de Mario Conde.

El siguiente capítulo de esta historia tendrá lugar seis años después, cuando Champalimaud pretenda vender de nuevo sus activos financieros al reforzado BSCH, despertando extraordinarias suspicacias políticas en el gobierno de Lisboa³⁷.

Este duro “*affaire*”, apenas cerrado, tras un largo y duro enfrentamiento de las autoridades portuguesas con los tribunales de la Unión Europea, concluyó al no encontrarse una solución intermedia, y sin duda no queriendo la UE forzar más las cosas, con un pacto a tres bandas: el BSCH se queda, contra lo previsto, con el Banco Totta & Açores y el Predial reforzando así su “telaraña europea”, mientras Caixa Geral de Depósitos, la gran entidad estatal portuguesa, recibe a cambio el Pinto & Sotto Mayor y la aseguradora Mundial Confiança. Por su parte, António Champalimaud recibe entre el 3 y el 3,5 % del BSCH, colocándose al mismo nivel de Botín como accionista del gran grupo financiero español. El Gobierno de Portugal, artífice del acuerdo, retira así su veto, y puede, el 1 de enero de 2000, asumir la presidencia de la UE.

Es, pues, una batalla en una guerra aún no acabada, que muestra las extraordinarias dificultades de llevar a cabo las directrices de mercado único europeo cuando se cruzan por medio viejos e importantes recelos nacionales. Sin embargo, y mientras tanto, a lo largo de 1999 han tenido lugar algunos otros hechos reseñables en las relaciones económicas Portugal-España, entre

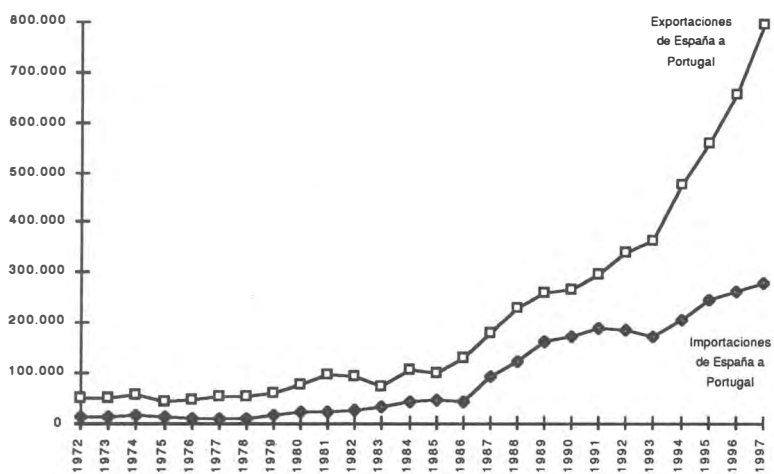
los que destacamos la inauguración el 4 de septiembre del último tramo de autovía portuguesa, que enlazando con la española pone a Madrid y Lisboa a apenas cinco horas en coche. Los dos países están ahora más cerca, física y espiritualmente. Ya era hora.

CUADRO 1 - IMPORTACIONES-EXPORTACIONES ESPAÑA-PORTUGAL

AÑO	IMPORTACIONES ESPAÑA-PORTUGAL			EXPORTACIONES ESPAÑA-PORTUGAL		
	miles de T.	mill.pts.corr.	mill.pts. 1986	miles de T.	mill.pts.corr.	mill.pts. 1986
1972	294	1.985	13.229	419	7.288	48.570
1973	409	2.604	14.276	450	8.957	49.107
1974	301	2.868	14.739	370	11.170	57.403
1975	164	3.052	13.431	295	9.567	42.102
1976	172	2.653	10.022	377	12.676	47.886
1977	221	3.386	10.367	668	17.748	54.341
1978	367	4.245	10.774	762	20.379	51.724
1979	717	7.677	16.664	867	27.994	60.764
1980	800	11.683	22.358	938	40.745	77.974
1981	487	12.462	21.185	1.278	55.842	94.931
1982	557	16.550	24.695	1.579	62.157	92.746
1983	598	24.626	32.879	1.034	54.381	72.606
1984	842	36.041	43.109	1.392	88.661	106.049
1985	958	40.155	44.599	1.105	89.540	99.449
1986	970	43.745	43.745	1.900	129.069	129.069
1987	1.205	97.802	92.400	1.634	189.348	178.889
1988	1.611	139.479	124.722	2.348	258.694	231.325
1989	2.124	194.506	162.411	4.057	314.339	262.470
1990	2.226	223.726	174.083	3.475	345.322	268.697
1991	2.723	263.901	191.717	4.152	408.597	296.834
1992	2.977	276.583	188.011	5.202	500.339	340.112
1993	3.290	264.405	172.257	4.974	561.965	366.115
1994	3.625	332.767	208.476	5.102	764.705	479.083
1995	3.964	413.999	247.444	5.553	942.623	563.397
1996	3.821	454.196	263.090	6.604	1.138.491	659.464
1997	4.373	497.508	282.449	9.452	1.409.098	799.985

FUENTE: Ministerio de Hacienda. Dirección General de Aduanas (desde 1992, Agencia Tributaria): *Estadística del Comercio Exterior de España*, Madrid, tomos de 1972-1988 y 1993-1997. Para 1989-1992 se utilizan los datos del Ministerio de Economía y Hacienda. Dirección General de Aduanas e Impuestos especiales: *Informe. Comercio Exterior*. Madrid. Elaboración propia. Se utiliza como Deflactor con base 100= 1986 el de la Contabilidad Nacional del INE. Deflatores PIB base 1986= 100. Fuente: INE.

GRAFICO 1 – IMPORTACIONES-EXPORTACIONES ESPAÑA-PORTUGAL

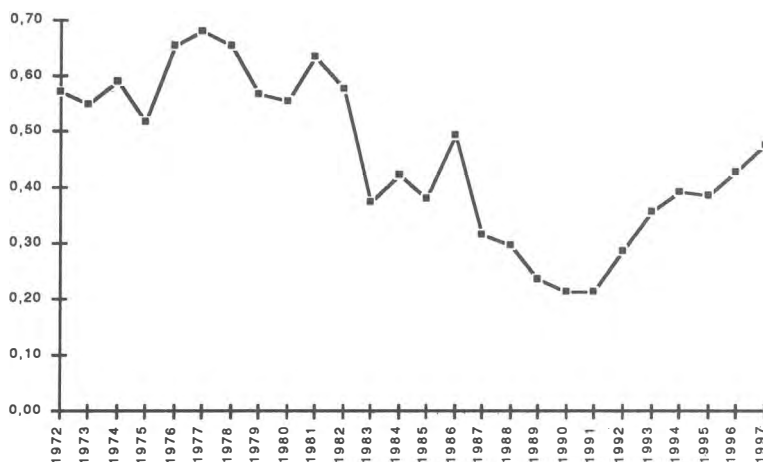


FUENTE: Las mismas citadas en el Cuadro 1.

CUADRO 2 - RATIO DE LA DIFERENCIA ENTRE LAS EXPORTACIONES ESPAÑOLAS A PORTUGAL Y LAS PORTUGUESAS A ESPAÑA (EN PTS. DE 1986), Y LA SUMA DE AMBAS MAGNITUDES

Año	RATIO
1972	0,57
1973	0,55
1974	0,59
1975	0,52
1976	0,65
1977	0,68
1978	0,66
1979	0,57
1980	0,55
1981	0,64
1982	0,58
1983	0,38
1984	0,42
1985	0,38
1986	0,49
1987	0,32
1988	0,30
1989	0,24
1990	0,21
1991	0,22
1992	0,29
1993	0,36
1994	0,39
1995	0,39
1996	0,43
1997	0,48

GRAFICO 2



FUENTES: Las mismas citadas en el cuadro 1

APÉNDICE I

Implantación en España de las 89 principales empresas portuguesas

Empresa	Filial española
ABB Portugal	ABB Componentes Eléctricos
Aerocondor	Hisporavia Espanha
Alcántara	
Amorim	Corcho Sur Europa, Adriano Cano y Cia., Corcheras catalanas, Helth, Heath-Re.
Auchan	Comp. Portuguesa de Hipermercados
Auto-industrial	Tractores ibéricos
Auto-Sueco	Volvo Maquinaria de Construcción
Caima	Valadares Espanha
CGD	Bancos Luso-Espanhol, Simeón, de Extremadura
Cimpor	Geogalaica, Hormig. Fene, Hormig. Lugo
Conagra	Saprogal-Espanha
Estoril-Sol	Entrada en fase de estudio
GDP	Al-Andalus, Gaseoducto de Extremadura
IPE	
José de Mello	Petrogal
Luis Simões	Luis Simões Espanha
Lusomundo	Warner Lusomundo, L. España, WL Cines Espanha
Maconde	Maconde Espanha
Nutrinveste	Compal Espanha
Petrogal	Petrogal
Portucel	Portucel Espanha
Quintas & Quintas	Quintas & Quintas S.L. Espanha, Solicabel Espanha
Salvador Caetano	S.C. Espanha
Sapac	S.Agro Espanha
Soporcel	Soporcel Espanha
Vicaima	Vicaima Madrid, Jomar Madrid
Visabeira	Visabeira Espanha
Vista Alegre	V.A. Espanha

Implantación en Portugal de las 50 principales empresas españolas*

Repsol	Repsol Portugal
Cepsa	Cepsa Portuguesa de Petróleos
Alcampo	Pão de Açúcar
Distr.Int.de Alimentación	Lidl, Dia Portugal
Soc.Gral. Aguas de Barna	Clusa Portugal
Acerinox	Acerol Portugal
Cristalería Española	Vidros Segurança
Campofrío	Conserveira Campofrío Portuguesa
Prosegur	Prosegur, Prosegur Transportes, Prosegur Sistemas

Además de las empresas financieras, no incluidas (BBV Portugal, Santander de Negócios Portugal, etc.), debemos añadir como eslabones de ambas economías los casos de grandes multinacionales implantadas en ambos países: Deutsche Bank, General Motors, Nestlé, Renault, Shell, Siemens, etc.

FUENTE: Número 4, monográfico de la revista *a/cj*, dedicado a "140 grupos económicos em Portugal e Espanha", Lisboa-Queluz, agosto-sept. de 1999.

NOTAS

- Realizo esta primera versión de un trabajo que me habrá de llevar mucho más tiempo, a instancias de la Fundação Afonso Enriquez (y por indicación de mi colega y amigo el Prof. Almuiña) para el encuentro entre historiadores de Portugal y España, celebrado en Zamora los días 1 y 2 de octubre de 1999, a quienes agradezco tan excelente oportunidad para contrastar mis datos y reflexiones con colegas de ambos países. También agradezco la ayuda técnica recibida en mi Departamento de Estructura e Historia Económicas, en especial por parte de Lola Gadea y Teresa Ortas, y la discusión académica con los colegas del área Historia e Instituciones Económicas, en uno de nuestros habituales Seminarios. Para algunos aspectos generales, tomo información y algún comentario de mi trabajo en prensa, sobre la economía de Portugal en el siglo XX, para un próximo monográfico de la revista *Ayer* de la Asociación Española de Historia Contemporánea. Quiero, también, rendir homenaje de gratitud al gran estudioso desde el lado español de las relaciones hispano-portuguesas, Hipólito de la TORRE, director de trabajos tan orientadores como (1989) *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)*, Mérida; (1991) *Portugal, España y Europa. Cien años de desafío (1890-1990)*, (III Jornadas de Estudios Luso-Españoles). Mérida; (1992) *Portugal, España y África en los últimos cien años*. (IV Jornadas de Estudios Luso-Españoles) Mérida; y con Vicente, A.P. (dres.) *España-Portugal. Estudios de Historia Contemporánea*. Madrid, Ed. Complutense, y autor, con Sánchez Cervelló, Josep (1992) de *Portugal en el siglo XX*. Madrid, y, en solitario, entre otros, de (1993) "Las relaciones hispano-portuguesas en la edad contemporánea", en VVAA, *Reflexiones en torno a España y Portugal*. Alicante, Inst. Juan Gil Albert, pp. 33-73.
- JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos (1996) "El factor estratégico como elemento condicionante de la relación peninsular (1930-1961)", en H. de la Torre (ed.) *Fuerzas armadas y poder político en el siglo XX de Portugal y España*. UNED, Mérida, pp. 199-228, pp. 4 y 5. Además de las obras de este autor que citamos, a las que añadimos (1993) "La política del Bloque Ibérico: relaciones hispano-portuguesas, 1936-1949), *Mélanges de la Casa de Velázquez*, t. XXXIX-3, pp. 175-201, ver VILLARES PAZ, R. (1983) "A relación

- da Galiza con Portugal na época contemporánea", *Grial*, XXI, 81, pp. 301-314; BELO, João Eduardo Nunes (1987) *A cooperação Portugal-Espanha, contribuição para um estudo das relações bilaterais, 1864-1986*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, y CASAS MARÍN, José Luis (1968) *Relaciones histórico-económicas entre España-Portugal a través de los FF.CC.* Madrid y FERREIRA, José Medeiros (1989) *Um Século de Problemas. As relações luso-espanholas da União Ibérica a Comunidade Europeia*. Lisboa.
- ³ FERRÃO, Carlos (1979) "Uma fraude diplomática: o Pacto Ibérico ou Pacto Peninsular", *História*, 10, pp. 21-28.
- ⁴ RUIZ MORALES, J.M. (1946) *La economía del bloque Hispanoportugués*. Madrid, pp. 351-367.
- ⁵ GONÇALVES PEREIRA (1945) *Relações económicas luso-espanholas*. Ver también el ilustrativo estudio de Ana VICENTE, *Portugal visto pela Espanha. Correspondência diplomática, 1939-1960*, Lisboa, 1992.
- ⁶ JIMÉNEZ REDONDO, "El factor estratégico...", pp. 142-143.
- ⁷ De modo que no parece que aventajara en mucho a España: "Portugal recibió, entre 1948 y 1960, apenas cerca del diez por ciento del auxilio prestado en igual periodo a la España de Francisco Franco". ANTUNES, José Freire (1997) *Champalimaud*, Lisboa, Temas e Debates, p. 98.
- ⁸ "En la fase de aislamiento del régimen, la política hacia Portugal había sido muy relevante por tres motivos principales: por su papel de intermediario internacional del franquismo, especialmente respeto a Gran Bretaña; por su papel de fiel aliado en el mantenimiento del orden en la península, reaccionando contra cualquier posible sacudida revolucionaria, en función de garante de la estabilidad peninsular; y por la utilización de la solidaridad ibérica como arma de propaganda con la que intentar maquillar la posición claramente proalemana mantenida durante la II guerra mundial". JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos, "El factor estratégico como elemento condicionante de la relación peninsular (1930-1961)", en H. de la Torre (ed.) *Fuerzas armadas...*, pp. 28-29.
- ⁹ CARBAJO, Primitivo (1993) "Adeus ao contrabando. Europa pon fin a cinco séculos de raia seca", *Cadernos A Nosa Terra*, 16, pp. 48-51.
- ¹⁰ ANTUNES, *Champalimaud*, p.103.
- ¹¹ BAKLANOFF, Eric. M. (1980) *La transformación económica de España y Portugal*, Madrid, pp. 236-237.
- ¹² OLIVEIRA, César (1995) *Cem anos nas relações luso-espanholas. Política e Economia*. Lisboa.
- ¹³ Pero no permitían mantener los privilegios con las provincias de Ultramar. Se piensa entonces en un Espaço Económico Português, o un Mercado Único Português con supresión de tarifas aduaneras internas y creación de un "Fundo Monetário da Zona do Escudo".

- ¹⁴ En los años 60 y 70 más de dos millones de portugueses van a la emigración, y entre tres y cuatro millones de españoles, en un fenómeno semejante.
- ¹⁵ La inversión exterior directa en Portugal, apenas un 1% en 1959, pasa al 27% de la formación bruta de capital en apenas quince años, destacando Gran Bretaña, Alemania Federal y los Estados Unidos como países líderes de las grandes empresas mundiales. Ver MATOS, Luis Salgado de (1973) *Investimentos estrangeiros em Portugal*, Lisboa, y MARTINS, María Bêlmira (1976) *As multinacionais*. Lisboa.
- ¹⁶ Parece que, frente a la retórica distanciadora de Salazar, Caetano "era receptivo al sueño de modernidad europea, contagiado por el "milagro español", la obra de *tecnócratas* del Opus Dei, como Laureano López Rodó". ANTUNES, *Champalimaud*, p. 213.
- ¹⁷ *Le Monde*, en glosa a un discurso de Salazar el 19 de enero de 1956, cit. en JIMÉNEZ REDONDO, "El factor estratégico...", pp. 146-156. Tomamos, para este epígrafe, algunos datos y comentarios de este autor y obra, en especial de p. 29 y pp. 64-67; 133-134; 169-170. Ver también RATO, H. (1984) *Comercio Bilateral Luso-español: Análise, Crítica e Perspectivas. O Anexo P., Sua Aplicação e Seus Efeitos*, Instituto Nacional de Administração, Oeiras.
- ¹⁸ España fue, junto con los Estados Unidos y Alemania, de los primeros países en reconocer -el 29 de abril- a la Junta de Salvación Nacional. La literatura sobre la "revolución de los claves" fue abundantísima en España, donde el efecto emulación fue enorme, apenas contenido por la censura y represión del agonizante régimen de Franco.
- ¹⁹ La Constitución de 1976, como han resumido Mata y Valério, incluía muchas normas para la vida económica: proclamaba el socialismo como etapa final de la evolución social; confirmaba la reforma agraria en Alentejo y Ribatejo; planificaba la economía e incluía numerosas mejoras laborales, a la vez que incluía la educación y la salud públicas como grandes objetivos. Ver MATA, M^a Eugenia y VALÉRIO, Nuno (1994) *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa.
- ²⁰ Recordemos que en España, donde muchas de esas variables encuentran de nuevo réplica, las consecuencias de una tardía atención a la grave coyuntura internacional llevarán luego a unos urgidos "Pactos de la Moncloa" en 1977.
- ²¹ El general António de SPÍNOLA, por contra, desconfía en su famoso libro *Portugal y el futuro* (Barcelona, Planeta, 1974) al afirmar que "una unión más íntima con España abre una vulnerabilidad, dado el desequilibrio demográfico, las diferencias de nivel de actividad y el flujo de los intercambios comerciales que serán decididamente favorables a nuestros vecinos. No puede despreciarse el hecho de que toda unión en este sentido deberá suponer por nuestra parte un contrapeso potencial".
- ²² TALÓN, Vicente (1974) *Portugal, ¿golpe o revolución?*, Madrid, CVS. p. 257.
- ²³ ANTUNES, *Champalimaud*, pp. 306-307.
- ²⁴ Además de la reprivatización de tierras (en realidad, devueltas en su mayoría a los anteriores propietarios), en el caso de las grandes empresas industriales y comerciales fueron transformadas en sociedades anónimas (con el vacío legal que permitió la entrada

- de numerosas nuevas empresas multinacionales) coronándose esa etapa en 1996 con la privatización de numerosas empresas públicas que aún seguían en poder del Estado.
- ²⁵ "O Programa Transfronteirizo trata de recuperar e integrar as áreas de fronteira", *Cadernos A Nosa Terra*, 16, 1993, pp. 52-54. Para denunciar la situación había sido decisiva la publicación, en 1972, por la editorial Cuadernos para el Diálogo, del libro de A. PINTADO y Eduardo BARRENECHEA, *La raya de Portugal. La frontera del subdesarrollo*. Ver también ALDECOA, Francisco (1987) "El hecho fronterizo en el contexto de las relaciones bilaterales hispano-portuguesas", en Arenal, Celestino del (coord.), *Las relaciones de vecindad*, Bilbao, Universidad del País Vasco, pp. 117-126.
- ²⁶ LÓPEZ SUEVOS, R. (1987) *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise estrutural*, AGAL. y (1993) "Um drama histórico con posíbel final feliz", *Cadernos A Nosa Terra*, 16, p. 5. Ver también, CASTAÑÓN, Luis y VENCE, Xavier (1993) "Inegraçom para sair do subdesenvolvimento", *Cadernos A Nosa Terra*, 16, pp.19-32; GARCÍA GONZÁLEZ-LLANOS, Aureliano (1998) "La economía en la Eurorregión Galicia-Región Norte de Portugal", *Ábaco*, 16, pp. 67-80, y CRUZ RODRIGUES, A. y otros (1997) *Galiza Portugal, uma só nação*. Lisboa, Nova Arrancada.
- ²⁷ CAETANO, José Manuel (1998) *Portugal-Espanha. Relações económicas no contexto da integração europeia*. Oeiras, Celta. Ver también, REINO, F. (1990) "As relações liso-espanholas no contexto de una Europa unida", *Política internacional*, 2, pp. 37-57; SANTANDRÉ, J. (1989) *Relações Económicas Portugal-Espanha: do Passado Recente ao Futuro Próximo*, Lisboa, CÍDEC, y para las expectativas al comienzo, CLAUSSE, G. (1985) "Integración ibérica en la integración europea: la ampliación de la CEE y las futuras relaciones económicas luso-españolas", *Información Comercial Española*, 622.
- ²⁸ CAETANO, J.M., *Portugal-Espanha....*, p. 6.
- ²⁹ En dos años escasos, de enero de 1997 a octubre de 1998, los grandes grupos portugueses han invertido en aquél país nada menos que 800.000 millones de escudos (665.000 millones de pesetas), lo que supone el 28% de las exportaciones de capital. Los portugueses han comprado redes de hipermercados (como la Jerónimo Martins), compañías telefónicas (Telesp de São Paulo) y de electricidad, cementeras, bancos (como el Bandeirantes). Ver *El País-Negocios*, 25 de octubre de 1998.
- ³⁰ RUIZ DEL ÁRBOL, Antonio (1992) "La inversión española es hoy menos especulativa". Entrevista al Embajador de Portugal en España, Carlos SIMÕES COELHO. *Cinco Días*, 10 de marzo.
- ³¹ MINISTERIO DE HACIENDA. Dirección General de Aduanas (desde 1992, Agencia Tributaria): *Estadística del Comercio Exterior de España*, Madrid, tomo de 1972.
- ³² ERNST & YOUNG (1992) *Cómo hacer negocios en Portugal*, Madrid, Cinco Días, pp. 121-125.
- ³³ *El País*, 1 de diciembre de 1998, p. 19.
- ³⁴ ERNST & YOUNG, *Cómo hacer....*, pp.112-113.

³⁵ Fernando BARCIELA, "Tiempo de bodas en el Ruedo Ibérico", en *El País-Negocios*, 1 de junio de 1997, p. 16.

³⁶ *El País*, 1 de diciembre de 1998, p. 19.

³⁷ Esta es la perspectiva del propio Mario CONDE, en su reciente artículo "La maldición del Banco Totta y Azores", en *MC*, 1, sept. 1999, pp. 198-203.

LA COOPERACION TRANSFRONTERIZA HISPANO-PORTUGUESA. NUEVOS INSTRUMENTOS INTERNACIONALES

Alberto A. Herrero de la Fuente

(Catedrático de Derecho Público Internacional. Universidad Valladolid)

ABSTRACT

The transboundary co-operation between Spain and Portugal has shown a spectacular change in the last years, as consequence of their admission to the European Community. Galicia, Castilla y León, Extremadura, Andalucía and the Portuguese Regions from the other side of the frontier have been included in the number 1 aim of the reform of the structural funds and they have been besides favoured by different communitary initiatives from which INTERREG is playing an important role.

The co-operation is developed by new instruments from which the Co-operation Protocols concluded by the frontier regions, and the Convention on cooperation for the protection and sustainable use of the waters of the Luso-Spanish river basins, signed the 30th of November of 1998, have a special interest.

1. LOS ANTECEDENTES

Como es bien sabido, la frontera que en la actualidad separa a España de Portugal fue definitivamente establecida mediante una serie de tratados internacionales concluidos a finales del siglo pasado y principios de este, los cuales, en gran medida, se limitan a plasmar por escrito una delimitación de carácter consuetudinario que se remonta a finales del siglo XIII, que se mantuvo como línea divisoria interna entre 1581 y 1640 y que recuperó intacta su carácter internacional a partir de esa fecha¹. La lectura de sus textos permite entrever la exigua entidad de lo que hoy denominamos cooperación transfronteriza. No podía ser de otra manera ya que la situación de la zona afectada se ha caracterizado siempre - utilizando un eufemismo -por la escasez de recursos y por el reducido número y el consiguiente aislamiento de sus pobladores. En estas condiciones, que se han mantenido prácticamente hasta nuestros días, no es de extrañar que las relaciones transfronterizas hayan sido, salvo excepciones, muy limitadas².

También es bien conocido que, hasta muy recientemente, las relaciones fronterizas discurrían casi de forma exclusiva a través de dos únicos niveles: el nivel interestatal y el estrictamente local. El primero de ellos se desarrollaba mediante las reuniones de carácter diplomático que, con carácter periódico, celebraban las comisiones internacionales creadas por los tratados de delimitación. Servía únicamente para las "grandes realizaciones" que, en el contexto hispano-portugués que nos ocupa, han tenido que ver, en su inmensa mayoría, con el elemento fluvial de la frontera: aprovechamiento hidroeléctrico de los ríos, construcción de puentes internacionales, etc. El nivel local era y sigue siendo el de las relaciones *de facto* entre vecinos de la raya, que versan, por lo general, sobre cuestiones tales como el uso de las aguas comunes para el consumo humano, el riego, la alimentación del ganado o la pesca. Todo ello "regulado" por costumbres ancestrales que en algunos casos el nivel estatal reconoce y acepta, pero que en otros muchos "desconoce" por completo y, en consecuencia, se inhibe.

2. EL CONTEXTO POLITICO Y LOS FACTORES DEL CAMBIO

El contacto entre las poblaciones rayanas, aunque escaso, se ha mantenido siempre, casi con total independencia de cuales fueran las circunstancias por las que, en cada momento, pudieran estar atravesando las relaciones entre España y Portugal. Por el contrario, la cooperación transfronteriza en el nivel interestatal ha sido tributaria del estado de las relaciones políticas entre ambos países. Por consiguiente, el hecho de que las desarrolladas a lo largo de la segunda mitad del siglo XX hayan podido ser caracterizadas como "unas inmejorables relaciones formales" acompañadas de una "casi completa inexistencia de relaciones reales"³ explica muy bien cuál ha sido la situación de la cooperación transfronteriza en dicho periodo.

A - El contexto político

En los años que discurrieron entre 1940 y 1978 las "buenas relaciones" entre Portugal y España no llegaron a encontrar un momento en el que la situación de ambos países fuera realmente convergente. Tras la segunda guerra mundial, cuando España se halla en cierta manera entre los vencidos y es objeto de sanciones internacionales, Portugal, por el contrario, está entre los vencedores y, consecuentemente, participa en la vida internacional y entra a formar parte de importantes organizaciones - como la ONU, la OTAN o la OECE - de las que España queda excluida. Unos años más tarde sucederá lo contrario: España ingresa en Naciones Unidas en 1955 y, a partir de ese momento, va a experimentar un rápido crecimiento económico que va a facilitar una cierta liberalización del régimen político, lo cual, a su vez, le permitirá

ampliar sus relaciones internacionales. Ello hará posible que a finales de los años sesenta España llegue a ocupar un puesto en el Consejo de Seguridad de la ONU. Pues bien, en esos mismos años Portugal va a sufrir un proceso inverso que le va a alejar de la escena internacional como consecuencia de su falta de colaboración con el proceso de descolonización iniciado en las Naciones Unidas.

La década de los años setenta pareció que iba a ser más fructífera - al menos en lo económico - puesto que comenzaba con la firma del Tercer Protocolo de renovación del Pacto Ibérico el 22 de mayo de 1970. Sin embargo, la revolución portuguesa de 25 de abril de 1974 truncó toda esperanza ya que dió lugar a un antagonismo político luso-español que no cesó hasta el acceso de España a la democracia y la conclusión del Tratado de Amistad y Cooperación que en 1977 sustituyó al Pacto Ibérico.

La nueva situación política de ambos países constituye la pieza esencial de un proceso de colaboración bilateral que se ha visto fuertemente impulsado, por una parte, por encontrarse inmerso dentro de un proceso más amplio de cooperación en el seno de las organizaciones internacionales de carácter regional y, en última instancia, de globalización de las relaciones internacionales. Por otra parte, por la aparición en el ámbito específico de las relaciones transfronterizas de un tercer nivel - el regional - intermedio entre el estatal y el local que, por su eficacia demostrada, está asumiendo cada vez mayores competencias. Estos dos factores constituyen, a nuestro juicio, los elementos que han dinamizado el proceso de cambio que en la actualidad se está produciendo en las relaciones fronterizas hispano-portuguesas. Sin embargo, nada de esto habría sido suficiente si previamente no hubiera tenido lugar la instauración de regímenes democráticos - y el consiguiente ingreso en la Comunidad Europea - de ambos países.

B - Los principales factores del cambio

En otro orden de cosas, el fenómeno de la cooperación internacional, conectado al progreso científico y al desarrollo, ha traído como consecuencia el que la noción de frontera haya empezado a cambiar y esté dejando de ser concebida como una línea que separa para convertirse en una zona formada por territorios que se encuentran a un lado y otro de ella, que pertenecen a Estados distintos pero que, en muchos casos, tienen que resolver los mismos problemas y, cooperando entre sí, pueden hacerlo en mejores condiciones y con mayores garantías de éxito. Esta nueva óptica se ha visto potenciada en la Europa occidental, como iremos viendo, gracias al movimiento de unificación política europea que representa el Consejo de Europa y a la labor de desarrollo económico que, en un sentido semejante, está realizando la Unión Europea. Ambas organizaciones han incidido en la cooperación transfronteriza: La primera, en su afán de favorecer todos los intercambios que puedan redundar en

un mejor conocimiento y una más íntima unión entre sus miembros, y la segunda, al objeto de hacer desaparecer las desigualdades económicas que todavía subsisten entre las diferentes regiones de la Europa comunitaria. De todas ellas, las regiones fronterizas, tanto por su carácter periférico como por el hecho de que la frontera ha significado muchas veces un obstáculo para su desarrollo, forman parte del grupo de las más necesitadas de ayuda.

La Comunidad Europea ha propiciado, además, la aparición de ese tercer ámbito de cooperación transfronteriza al que ya nos hemos referido. Se trata del nivel regional, intermedio entre el interestatal y el local. La cooperación regional casi constituye todavía hoy una novedad puesto que las regiones son relativamente recientes en el mapa administrativo europeo. Sin embargo, la realidad es que parece que se han convertido en el nivel óptimo para la cooperación transfronteriza. Ello es debido a que, por un lado, las administraciones regionales se encuentran más cercanas a la frontera que las autoridades nacionales y, por consiguiente, se presume que su conocimiento de los problemas y de las soluciones a aportar es mejor. Por otro lado, al disponer las entidades regionales de mayores medios económicos que las autoridades locales, su eficacia es mayor que la de éstas.

3. EL PUNTO DE INFLEXION

El ingreso de España y Portugal en la Comunidad europea constituye un momento clave para el desarrollo de ambos países y también para el despegue de la cooperación transfronteriza. Los dos países se van a incorporar en 1987 a una organización que, desde hacía más de diez años, se venía preocupando del desarrollo de las regiones más pobres de Europa - las nuestras iban a ocupar un lugar de preferencia dentro del grupo de los desfavorecidos - y, de manera especial, de las regiones fronterizas a las que, desde muy pronto, la Comunidad europea había colocado la etiqueta de "regiones-problema". No se trata sin embargo del único factor de cambio. Aunque en un nivel más teórico que práctico por lo que a nosotros se refiere, la adopción por parte del Consejo de Europa - y la consiguiente ratificación por parte de España y Portugal - del Convenio-Marco Europeo sobre cooperación transfronteriza entre comunidades o autoridades territoriales, de 21 de mayo de 1980⁴, supone igualmente, al menos por su espíritu aperturista, una pieza clave en la evolución de nuestras relaciones fronterizas.

Efectivamente, por lo que se refiere a la Comunidad Europea, la creación en 1975 del Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER) y la instauración al mismo tiempo de la Política regional tuvo su origen en la constatación por parte de la Comunidad de la existencia de desigualdades entre las regiones europeas que no desaparecían como consecuencia del libre juego de las libertades básicas del mercado común sino que, por el contrario, aumentaban. Por ello, a partir de mediados de los años sesenta las Comisiones fue realizando

estudios que acabaron detectando cuatro tipos de regiones con especiales dificultades: En primer lugar, las regiones pobres sin más que, por lo general, eran regiones agrícolas cuya agricultura se basaba en pequeñas explotaciones no rentables; en segundo lugar, las regiones monoindustriales en decadencia como consecuencia de la carencia de materias primas o de la competencia de la industria de otros países; en tercer lugar las grandes urbes masificadas y contaminadas y, en cuarto lugar, las regiones fronterizas en las que la frontera supone un freno a su desarrollo.

En su origen, la política regional fue destinada a corregir los desequilibrios regionales que hundían sus raíces en una agricultura atrasada, en las mutaciones industriales o en el subempleo estructural. De forma que las regiones fronterizas no eran excluidas, pero solo recibían ayuda del FEDER si se enfrentaban a alguno de los problemas señalados. Sin embargo, unos años más tarde, inspirándose en una recomendación de la Comisión de 9 de octubre de 1981 sobre la coordinación transfronteriza en materia de desarrollo regional⁵, el Reglamento del FEDER de 1984 señala el carácter transfronterizo como un elemento a tener en cuenta por la Comisión al objeto de conceder sus ayudas. Con todo, es a partir de 1988, a raíz de la gran reforma de los fondos estructurales auspiciada por el Acta Unica Europea, cuando la Comunidad inicia realmente una labor específica en la materia que nos ocupa. Concretamente, el artículo 10 del Reglamento 4254/88 relativo al FEDER va a conceder a la Comisión un poder de iniciativa que se concretará en la Comunicación C(90) 1562/3 dirigida a los Estados miembros por la que se establecen las directrices de los programas operativos que se pide a los Estados que elaboren dentro de la iniciativa comunitaria sobre zonas fronterizas INTERREG. Los programas INTERREG I (1990-93) y II (1994-99)⁶ han constituido desde entonces un buen instrumento de promoción de la cooperación transfronteriza entre España y Portugal y el INTERREG III, que ya ha sido aprobado, es de esperar que siga la misma línea.

En cuanto al Consejo de Europa, tanto el Comité de Ministros como la Asamblea Parlamentaria y la Conferencia Permanente de poderes locales y regionales han auspiciado la cooperación transfronteriza desde muy diferentes frentes: trabajadores fronterizos, protección de la naturaleza, comunicaciones, cultura, turismo, ordenación del territorio, etc.

Con todo, son muchos los que consideran que el Convenio-Marco Europeo para la cooperación transfronteriza constituye el elemento más importante de la labor realizada por la citada Organización, cuando realmente no es así y, desde luego, no lo es en absoluto por lo que se refiere a las relaciones hispano-portuguesas.

El Convenio-Marco Europeo no deja de ser, sin embargo, otro importante instrumento de los que, en los últimos años, han colaborado en el desarrollo de la cooperación transfronteriza. No obstante, si esto es así no es por su eficacia práctica real sino por lo que supone de consagración y aceptación - al menos teórica - de la posibilidad de que esa categoría de relaciones de carácter

internacional que son las relaciones fronterizas pueda ser gestionada directamente y de forma relativamente autónoma por las autoridades regionales y locales de un lado y otro de la frontera. En realidad, como ya indicamos en su momento⁷, - discrepando de las opiniones elogiosas de algunos colegas que no voy a citar - el Convenio-Marco trata de facilitar un cierto campo de acción a los entes territoriales, pero lo hace de una forma tan excesivamente prudente, rodeada de tantas cautelas que puede resultar inoperante si el Estado que ratifica no tiene realmente demasiado interés en descentralizar. Ello es la consecuencia del carácter poco compulsivo de sus disposiciones⁸ - salpicadas de expresiones tales como "procurarán", "se esforzarán", "en cuanto sea posible", "si lo estiman necesario" y otras semejantes - y de su falta de precisión sobre, por ejemplo, qué debe entenderse por "fronterizo" o si sus preceptos son aplicables únicamente a las fronteras terrestres o también a las marítimas. Pero lo peor de todo es que España acompañó la ratificación del Convenio con una declaración en la que se indicaba que subordinaba la efectiva aplicación del mismo "a la celebración de acuerdos interestatales con la otra Parte contratante afectada". Es decir, que la aplicación efectiva de lo acordado en el Convenio-Marco depende, en el caso que nos ocupa, de la celebración de un acuerdo con Portugal que todavía - han pasado casi diez años - no ha tenido lugar. Lo cual significa que, mientras ese tratado no se concluya, la aprobación y consiguiente entrada en vigor de cualquier compromiso de colaboración exigirá la conformidad expresa de los gobiernos de los Estados implicados⁹.

4. LOS NUEVOS INSTRUMENTOS INTERNACIONALES DE LA COOPERACION TRANSFRONTERIZA

En las líneas precedentes ya nos hemos referidos a algunos nuevos instrumentos como el FEDER, la iniciativa comunitaria INTERREG o el Convenio-Marco Europeo. No vamos a prestarles sin embargo mayor atención puesto que, aunque de una importancia decisiva, son bien conocidos. Vamos a ocuparnos, por el contrario, de otros más recientes y, por lo tanto, menos conocidos y estudiados, distinguiendo entre instrumentos "de relieve internacional" e instrumentos internacionales propiamente dichos.

A - De "relieve internacional": los Protocolos de cooperación

Junto a los tratados internacionales formalmente concluidos entre España y Portugal a los que después nos referiremos, en los últimos años han aparecido otros instrumentos internacionales mucho más modestos e, incluso, desprovistos de carácter normativo que, no obstante, constituyen la base de una cooperación internacional que, en el nivel regional y local, esta creando una tupida red de contactos que ya ha empezado a dar frutos pero que, en cuanto logre el marco

jurídico apropiado, constituirá sin duda el instrumento por excelencia de la cooperación transfronteriza. Me refiero, naturalmente, a los acuerdos concluidos entre las Comunidades Autónomas españolas y las correspondientes Comisiones de Coordinación de las Regiones portuguesas.

Desde el punto de vista español, el establecimiento de contactos transfronterizos con Portugal por parte de las Comunidades Autónomas ha tropezado durante algún tiempo con dos importantes dificultades. Por una parte, el hecho de que el apartado 1 del artículo 149 de nuestra Constitución atribuye al Estado la competencia exclusiva sobre las relaciones internacionales. Por otra, la falta de una institución del mismo nivel en la parte portuguesa donde, como es bien sabido, no existen ni existirán más autonomías regionales que las de Madeira y Azores. De forma que la autoridad competente se encuentra realmente en Lisboa en un nivel diferente al de nuestras Comunidades Autónomas.

El problema constitucional español tardó en resolverse pero se solucionó. Durante un tiempo, el Tribunal Constitucional interpretó la expresión "relaciones internacionales" del precepto citado de una forma maximalista y omnicompreensiva: Todo lo que tuviera carácter internacional entraba en el concepto y, por consiguiente, caía dentro de la competencia estatal. La situación empezó a cambiar a raíz de un ya famoso voto particular de varios magistrados en el asunto sobre el "Comunicado de colaboración" suscrito por la Consejería de Medio Ambiente de la Junta de Galicia con la Dirección General de Medio Ambiente del Reino de Dinamarca¹⁰. A partir de ese momento, el Tribunal Constitucional comenzó a distinguir dentro del ámbito de las relaciones internacionales lo que puede considerarse como el "núcleo duro" de las mismas - que debe quedar en manos del Estado - de lo que son únicamente actividades "de relieve internacional", que pueden ser desarrolladas por las Comunidades Autónomas. La sentencia - también famosa ya - nº165/1994, de 26 de mayo de 1994, sobre un conflicto positivo de competencia promovido por el Gobierno de la nación frente al Gobierno del País Vasco consagra la nueva orientación jurisprudencial y en ella se puede leer que las Comunidades Autónomas pueden, en el desarrollo de sus competencias, llevar a cabo lícitamente actividades de proyección exterior siempre que "no impliquen el ejercicio de un *ius contrahendi*, ni originen obligaciones inmediatas y actuales frente a poderes públicos extranjeros, no incidan en la política exterior del Estado y no generen responsabilidad de éste frente a Estados extranjeros u organizaciones inter o supranacionales".

La evolución de la jurisprudencia del Tribunal Constitucional se produjo al tiempo que el Gobierno español comenzaba a buscar fórmulas que facilitaran - lícitamente - las conexiones internacionales de carácter inter-regional puesto que, entre otras cosas, la Comunidad Europea estaba dispuesta a promover este tipo de relaciones y, además, iba a apoyarlas económicamente. Por ese motivo, ya en febrero de 1989 el Ministro para las Administraciones Públicas se dirigió a las Comunidades Autónomas recomendando la adopción de ciertas pautas en

la conclusión de "acuerdos" transfronterizos que evitaran su inconstitucionalidad: procurar que fueran únicamente declaraciones de intenciones no vinculantes jurídicamente; que las concluyeran con entidades del mismo rango, procurando que fueran compatibles con los acuerdos concluidos con el otro país en el nivel estatal y, sobre todo, que, para mayor seguridad, presentaran el texto acordado a la Secretaría General Técnica del Ministerio de Asuntos Exteriores.

La ratificación por España del Convenio-Marco Europeo al que ya nos hemos referido no ha significado ningún cambio puesto que, como ya hemos señalado, dicha ratificación ha ido acompañada de una declaración por la que se hace depender la aplicación efectiva del Convenio de la conclusión de tratados bilaterales con los Estados afectados. Mientras esto no suceda, la citada declaración establece expresamente que "los convenios de colaboración que suscriban entidades territoriales fronterizas requerirán la conformidad expresa de los Gobiernos de las Partes implicadas".

La situación ha cambiado únicamente con relación a las Comunidades Autónomas españolas que limitan con Francia - País Vasco, Navarra, Aragón y Cataluña - ya que con ese país se ha concluido en Bayona, en 1995, el acuerdo que ya hemos citado, el cual, junto con el Real Decreto 1317/1997, ha fijado los límites concretos dentro de los cuales las Comunidades Autónomas aludidas pueden entrar en contacto y asumir compromisos de forma autónoma con las correspondientes regiones francesas.

Por lo que se refiere a las relaciones de Galicia, Castilla y León, Extremadura y Andalucía con Portugal, el marco jurídico no ha variado: aún no se ha concluido ese convenio hispano-portugués que haga efectivamente aplicable el Convenio-Marco Europeo que ambos países han suscrito. Ello no ha impedido, no obstante, que las Comunidades Autónomas citadas hayan concluido acuerdos de cooperación con las Regiones portuguesas con las que limitan, si bien, como ya hemos indicado, el grado de descentralización de éstas últimas no es equiparable al de las Comunidades Autónomas españolas - la autoridad al frente de las Regiones portuguesas tiene carácter estatal - y esta situación no parece que vaya a cambiar dado el resultado negativo de la reciente consulta al pueblo portugués.

Nos vamos a referir a continuación, muy someramente, a los acuerdos de cooperación, pero sin ocuparnos de las actividades que se están desarrollando a través de los mecanismos que han puesto en funcionamiento - ya que ello va a ser objeto de otras ponencias - limitándonos a comentar su naturaleza y su estructura.

El primero en el tiempo es el denominado Acuerdo constitutivo de la Comunidad de Trabajo Galicia-Región Norte de Portugal, concluido el 31 de octubre de 1991. Le siguen los Protocolos concertados por Extremadura con las Regiones del Alentejo y Centro de Portugal, el primero de 17 de enero de 1992 y el segundo de 27 de mayo de 1994 y, a continuación, los celebrados por Castilla y León con la Región Norte de Portugal el 21 de febrero de 1995 y con la Región Centro el 3 de marzo del mismo año. El último es el Protocolo

concluido por la Comunidad Autónoma andaluza con la Región portuguesa del Algarve, de 27 de julio de 1995¹¹. Todos estos documentos están firmados, por una parte, por el Presidente de la Junta de la Comunidad Autónoma y, por la otra, por el Presidente de la Comisión de Coordinación. Lo cual indica una de las debilidades de la concertación que ya hemos subrayado: el Presidente de la Junta es una autoridad regional mientras que los presidentes de las Comisiones de coordinación son autoridades nacionales.

Todos los protocolos, por otra parte, incluyen - bien en el preámbulo, bien en la parte dispositiva - una cláusula que asegura que lo previsto en el acuerdo constituye un compromiso mutuo de carácter no normativo que no modifica el reparto de competencias establecido en cada territorio por los derechos internos portugués y español y otra en la que se viene a decir que cada Parte sufragará sus propios gastos. Lo cual significa que se trata de un compromiso de buena voluntad cuyo cumplimiento no puede ser exigido por otras vías que no sean las puramente amistosas y no da lugar a más acciones conjuntas que las relativas a intercambiar opiniones, coordinar iniciativas, etc.

Eso no significa, sin embargo, que no pueda producir sus frutos ya que, como hemos señalado, los acuerdos hasta ahora concluidos han tenido desarrollos desiguales pero siempre positivos.

Como es lógico, los campos sobre los que habrá de versar la cooperación varían en función de los intereses concretos de cada región, salvo en el caso del Protocolo de Galicia, en el que se alude con carácter genérico a los "asuntos de interés común". Por el contrario, los Protocolos de Castilla y León detallan algo más su campo de acción. El concluido con la Región Norte de Portugal incluye diferentes ámbitos relacionados con infraestructuras, protección del medio ambiente, cooperación empresarial y colaboración entre Universidades, dando una importancia especial a todo lo relacionado con la cuenca del río Duero. El acordado con la Región Centro señala los siguientes "ejes de cooperación": 1. Transportes, comunicaciones y recursos hídricos; 2. Desarrollo económico y social; 3. Medio ambiente y ordenación del territorio; 4. Recursos naturales, patrimonio cultural y turismo; 5. Comercio, Industria y servicios de apoyo a la empresa; 6. Agricultura y ganadería; 7. Formación, educación, cultura e investigación. Por lo que se refiere a Extremadura, el Protocolo concluido con la Región del Alentejo alude a proyectos en infraestructuras de transporte y comunicaciones, mejora del medio ambiente y de la calidad de vida, turismo, sector de servicios empresariales, áreas que afectan al sector primario, agricultura, ganadería y sector industrial. El concluido con la Región Centro abarca algunos sectores más tales como patrimonio, rehabilitación urbana, aprovechamientos forestales, educación, formación profesional, cultura, deportes y cooperación entre agentes económicos y sociales. Finalmente, el Protocolo acordado entre Andalucía y el Algarve establece ejes de cooperación y objetivos. Los ejes casi coinciden con los establecidos en el Protocolo Extremadura-Centro de Portugal. Son: a. Transportes y comunicaciones; b. Desarrollo económico y social y Ordenación del territorio; c. Recursos hídricos, Medio ambiente y Protección de

la naturaleza; d. Turismo, Cultura y Patrimonio; e. Comercio, Industria y Servicios de apoyo a las empresas; f. Agricultura y Ganadería; g. Pesca y Acuicultura; h. Formación, Educación e Investigación; i. Salud, Juventud y Deporte. Los objetivos son: a. Promover el intercambio de información sobre materias de interés común; b. Fomentar y coordinar iniciativas, proyectos y propuestas de acción para la cooperación e intercambio de experiencias en ambas regiones; c. Realizar estudios y acciones de investigación en los ejes de cooperación mencionados; d. Preparar proyectos, programas y propuestas que puedan beneficiarse de cofinanciación comunitaria.

Los protocolos que incorporan una mayor institucionalización son, probablemente, el concluido por Galicia y la Región Norte de Portugal y el acordado entre Andalucía y el Algarve. En el primero de ellos se crea una Comunidad de trabajo dotada de un Presidente, dos Coordinadores generales, un Consejo, un Comité de coordinación, Comisiones sectoriales y un Secretario. En el otro, una Comunidad de trabajo con un Presidente, un Consejo, dos Coordinadores generales que forman el Comité de coordinación, un Gabinete de iniciativas fronterizas y Comisiones sectoriales. En los concluidos por Castilla y León, solo en uno - con la Región Centro de Portugal - se crea una Comunidad de Trabajo con varios órganos, mientras que en el otro, las partes acuerdan únicamente crear comisiones de estudios y grupos de trabajo de carácter sectorial. Extremadura y sus dos regiones portuguesas limítrofes crean sendos grupos de trabajo. Sin embargo el grado de institucionalización es más completo en el Protocolo concluido con la Región Centro de Portugal en el que, con el Grupo de trabajo, aparecen Coordinadores, Comisiones técnicas y un Gabinete de Iniciativas Transfronterizas.

Digamos para terminar que la "técnica jurídica" utilizada para la redacción de estos documentos no es en algunos de ellos demasiado buena pero, en definitiva, ello no impide que esten cumpliendo un servicio que, por el momento, constituye el único cauce por el que nuestras instituciones autonómicas pueden cooperar con la regiones portuguesas, atrayendo por esta vía la ayuda de la Unión Europea.

B - De carácter jurídico-internacional: el Convenio sobre cooperación para la protección y el aprovechamiento sostenible de las aguas de las cuencas hidrográficas hispano-portuguesas, de 30 de noviembre de 1998

Se trata, exclusivamente, de acuerdos internacionales suscritos entre España y Portugal que, de forma directa, o bien regulan la cooperación transfronteriza en general o alguno en concreto de sus aspectos o bien solucionan problemas que la citada cooperación plantea. Todo ello dentro de un marco más amplio que viene dado por el Tratado de amistad y cooperación firmado el 22 de noviembre de 1977¹², que es la consecuencia del establecimiento de sistemas democráticos en ambos países, circunstancia ésta

que, indudablemente, ha posibilitado la aparición de esos otros factores que han desempeñado un papel fundamental en la evolución que en los últimos años se ha producido en las relaciones entre los Estados citados.

El Consejo de Europa ha señalado la existencia de seis sectores principales sobre los que suele versar la cooperación transfronteriza: Medio ambiente, agricultura y ordenación del territorio; transportes, seguridad y telecomunicaciones; economía y empleo; poblaciones fronterizas y, finalmente, educación, cultura e investigación. De estos seis sectores surgirían cerca de una veintena de subsectores¹³. Pues bien, la cooperación transfronteriza hispano-portuguesa al nivel que ahora examinamos puede decirse que no comienza hasta bien entrada la década de los cincuenta y durante muchos años se ha limitado casi exclusivamente, como ya anunciábamos, a lo relacionado con los tramos fluviales de la frontera y su aprovechamiento, lo cual no es de extrañar puesto que el agua constituye casi la única riqueza explotable. Ese es el caso de los convenios concluidos con vistas a la construcción de puentes como el de Madrid de 2 de abril de 1970 para la construcción de un puente internacional sobre el río Guadiana o el de Lisboa de 22 de noviembre de 1973 relativo a la construcción de un puente internacional sobre el río Erjas o el de 12 de noviembre de 1983 para la construcción de un puente internacional sobre el río Miño. Pero es, sin duda, en materia de provechamiento de los cursos de agua donde tenemos los dos acuerdos más importantes en materia de cooperación transfronteriza: el Convenio de Lisboa de 16 de julio de 1964 para regular el aprovechamiento hidroeléctrico de los tramos internacionales del río Duero y sus afluentes y el Convenio de Madrid de 29 de mayo de 1968 para regular el uso y aprovechamiento de los tramos internacionales de los ríos Miño, Limia, Tajo, Guadiana y Chanza y sus afluentes, al que acompañan dos Protocolos, uno firmado en Madrid el 29 de mayo de 1968 y otro en Guarda el 12 de febrero de 1976. Por lo que se refiere a la pesca, hay que señalar el Reglamento de 13 de diciembre de 1980 sobre pesca en el tramo internacional del río Miño, mientras que de la pesca en tramos fluviales fronterizos, a excepción del tramo internacional del río Miño y de la zona marítimo-fluvial del Guadiana, se ocupa el Reglamento de 7 de mayo de 1992. Sobre materias diferentes versan tratados como el de Lisboa de 28 de febrero 1956 sobre higiene y sanidad pecuaria; el de Lisboa de 31 de marzo de 1980 sobre asistencia mutua entre servicios contra incendios y socorro de portugueses y españoles; el de Lisboa de la misma fecha sobre cooperación en materia de seguridad de las instalaciones nucleares fronterizas; el de Madrid de 7 de mayo de 1981 de asistencia mutua administrativa para prevenir, investigar y reprimir las infracciones aduanera; el de Madrid de la misma fecha sobre yuxtaposición de controles y tráfico fronterizo; el Acuerdo y Protocolo de 15 de junio de 1982 sobre cooperación en el sector del turismo o el Acuerdo de Lisboa de 12 de noviembre de 1983 sobre cooperación sanitaria. En todos ellos se abordan cuestiones que tienen que ver con la cooperación transfronteriza.

La década de los noventa puede calificarse como la de la "eclosión" de las relaciones hispano-portuguesas que, como es lógico, afecta también a las relaciones fronterizas. Sirva como referencia el dato de que, en los diez años últimos, se hayan concluido más acuerdos para la construcción de puentes internacionales que en todo el resto del siglo¹⁴. Pero también se han concertado otros compromisos sobre materias diversas entre los que vamos a dedicar algo más de atención al Convenio sobre cooperación para la protección y el aprovechamiento sostenible de las aguas de las cuencas hidrográficas hispano-portuguesas, de 30 de noviembre de 1998¹⁵.

Se trata de un acuerdo de gran trascendencia no solo porque afecta a los ríos fronterizos que, como ya hemos señalado, constituyen el elemento más importante de la frontera hispano-portuguesa sino porque deroga y sustituye disposiciones de los convenios de 1964 y 1968 sobre aprovechamientos hidroeléctricos y, por encima de toda, porque, por primera vez, España asume el compromiso de garantizar a Portugal unos caudales mínimos de los ríos Miño, Limia, Duero, Tajo y Guadiana. Todo ello, además, dentro de un contexto convencional que podemos calificar como de "última generación", ya que aborda de forma global lo relativo a las cuencas fluviales afectadas siguiendo, en buena medida, las pautas establecidas por las más recientes convenciones multilaterales y por las últimas recomendaciones dadas por las organizaciones internacionales especializadas en la protección de los recursos naturales transfronterizos¹⁶.

En efecto, hasta época relativamente reciente no ha habido normas internacionales de carácter general en materia de gestión compartida de los cursos de agua internacionales. Cuando dicha gestión existía se basaba en tratados bilaterales en los que, casi exclusivamente, se atendía a la seguridad de la navegación, al aprovechamiento hidroeléctrico, a la pesca o al abastecimiento de poblaciones, siendo desconocidas por completo las que hoy podemos denominar "preocupaciones medioambientales". A esta época corresponden todavía los acuerdos de 1964 y 1968 ya citados que hasta ahora han venido regulando el aprovechamiento de los ríos limítrofes entre Portugal y España.

La negociación del Convenio de 1998 tiene su origen en la protesta de las autoridades portuguesas a raíz de la publicación en 1993 de la primera versión de nuestro Plan hidrológico nacional en el que se preveía la solución de los problemas españoles de abastecimiento de aguas - mediante, entre otras cosas, un complejo sistema de transvases - sin contar para nada con que determinados "ríos españoles" no desembocaban en el mar al llegar a la frontera, sino en Portugal. El Plan español se había confeccionado sin contar con el país vecino en un momento en el que ya estaban apareciendo normas internacionales de carácter general que exigían la gestión compartida de los recursos fronterizos y el respeto de determinados principios fundamentales para la protección de la aturalaza.

El Convenio de 1998 - un preámbulo, 35 artículos, dos anexos y un Protocolo adicional acompañado de un anexo - responde ya a las nuevas

exigencias del orden internacional cuando, por ejemplo, parte del concepto de "cuenca hidrográfica", que incluye tanto las aguas superficiales como las aguas subterráneas asociadas, siguiendo casi al pie de la letra la definición de la Directiva de la Unión Europea sobre un marco de acción comunitaria en el campo de la política del agua. Lo mismo sucede con la definición de lo que debe entenderse por "aguas transfronterizas", que se inspira directamente en el Convenio de Helsinki de 1992. Otro tanto puede decirse de la noción de "impacto transfronterizo" que procede del Convenio de Espoo de 1991 sobre Evaluación del impacto ambiental. Por fin, el concepto de "aprovechamiento sostenible" engarza directamente con la noción de desarrollo sostenible que procede, como todo el mundo sabe, del famoso Informe Brundtland y de la Conferencia de Rio de 1992 y el de "aprovechamiento racional" encuentra su origen en los principios generales que establece la Convención sobre el derecho de los cursos de agua internacionales para fines distintos de la navegación, aprobada por la Asamblea General de las Naciones Unidas en 1997.

El objeto del Convenio es "definir el marco de cooperación entre las Partes para la protección de las aguas superficiales y subterráneas y de los ecosistemas acuáticos y terrestres directamente dependientes de ellos y para el aprovechamiento sostenible de los recursos hídricos de las cuencas hidrográficas"... de los ríos Miño, Limia, Duero, Tajo y Guadiana.

Con esta finalidad, el Convenio establece una serie de mecanismos entre los que aparecen la información mutua, la consulta, la adopción de medidas técnicas, etc. Pero no se trata de hacer aquí un análisis pormenorizado del Convenio, así que añadiremos únicamente - por considerarlo lo más interesante - que crea una Comisión que está llamada a sustituir a la Comisión de Ríos Internacionales creada en el Convenio de 1968, que fija un régimen que garantiza a Portugal unos caudales mínimos anuales en los ríos citados y que establece un procedimiento para la solución de controversias relativas a la aplicación del propio Convenio.

Por lo que se refiere a la Comisión, ésta se compone por delegaciones nombradas por cada una de las Partes y se encargará de ejercer las competencias que el Convenio le asigna. Se reunirá en sesión ordinaria una vez al año y de forma extraordinaria siempre que una de las Partes lo solicite. El sistema de adopción de decisiones es muy ágil puesto que la Comisión las adoptará mediante acuerdo de las dos delegaciones y se considerarán definitivas y producirán efectos si transcurridos dos meses desde su adopción ninguna de las Partes solicita formalmente su revisión o su remisión a la Conferencia de las Partes.

El régimen de caudales que se garantiza a Portugal aparece establecido en el Protocolo adicional y en un Anexo al mismo. Para cada uno de los ríos se fija un caudal integral anual cuya realidad se comprobará en determinadas estaciones de control señaladas en el Convenio. Sin embargo, dicho caudal no se garantiza en los periodos de excepción en los que se verifique que la precipitación de referencia acumulada en la cuenca desde el inicio del año

hidrológico (1 de octubre) hasta el 1 de junio sea inferior, en un tanto por ciento que varía según los ríos, a la precipitación media acumulada de la cuenca en el mismo periodo. La situación excepcional se considerará concluida a partir del primer mes siguiente a diciembre en el que la precipitación de referencia acumulada en la cuenca desde el inicio del año hidrológico sea superior a la precipitación media acumulada en la cuenca en el mismo periodo. En tanto no se realicen estudios más rigurosos, la precipitación de referencia se calcula para cada cuenca de acuerdo con los valores de las precipitaciones observadas en una serie de estaciones pluviométricas a los que se aplicará un coeficiente de ponderación señalado por el Convenio. Los valores medios se calcularán de acuerdo con los datos registrados desde el periodo 1945-1946 hasta el 1996-1997 y serán actualizados cada cinco años.

Por lo que se refiere, finalmente, al mecanismo de solución de controversias que incorpora el Convenio, éste prevé la utilización de los medios diplomáticos tradicionales, señalándose que si la controversia tiene carácter técnico se recurrirá preferentemente a la creación de una Comisión de investigación. Si pasado un año no se ha encontrado solución a la controversia, las Partes la someterán a arbitraje. El Tribunal arbitral estará compuesto por tres miembros: uno designado por cada parte y el tercero nombrado de común acuerdo por los otros dos. Cada Parte tendrá un plazo de seis meses para designar su árbitro. Si no lo hiciera, será el Tribunal Internacional de Justicia quien le designe.

Digamos para terminar que el artículo 27 establece que las disposiciones de los anteriores convenios hispano-portugueses en la materia seguirán siendo aplicables solo en la medida en que no se opongan a las normas contenidas en el Convenio de 1998.

5. CONCLUSIONES

En conclusión se puede afirmar que la cooperación transfronteriza entre España y Portugal a lo largo del siglo que ahora termina ha sido siempre muy reducida en el nivel interestatal a pesar de las tradicionales buenas relaciones formales entre ambos países. La cooperación en el ámbito local ha alcanzado mayores cotas pero su importancia económica, salvo excepciones, tampoco ha sido demasiado relevante. Sin embargo, esta situación ha comenzado a experimentar en los últimos años un cambio casi espectacular como consecuencia del ingreso de ambos países en la Comunidad Europea en 1986, lo cual ha sido posible gracias al previo establecimiento en ellos de sendos gobiernos democráticos.

La adhesión a la Europa comunitaria ha supuesto el acceso al sistema de ayudas que la Comunidad tenía establecido desde hacía años al objeto de poner fin a las profundas desigualdades existentes entre las distintas regiones de Europa, entre las que las regiones fronterizas han figurado desde el primer

momento entre las más desfavorecidas. Por ese motivo, Galicia, Castilla y León, Extremadura, Andalucía y las regiones portuguesas del otro lado de la frontera - Portugal Norte, Portugal Centro, Alentejo y Algarve - han sido incluidas en el objetivo n.º 1 de la Reforma de los fondos estructurales acordada en 1988 y se han visto favorecidas también por la Iniciativa comunitaria INTERREG.

Todo ello ha coincidido con la entrada en vigor del Convenio-Marco Europeo para la cooperación transfronteriza entre comunidades o autoridades territoriales, aprobado en 1980 por el Consejo de Europa, que, en cierta medida, ha abierto el camino de la colaboración directa entre nuestras Comunidades Autónomas y las correspondientes regiones del otro lado de nuestras fronteras. Se ha establecido por esta vía un tercer nivel de cooperación transfronteriza - el regional - el cual, a pesar de sus pocos años de existencia, ha demostrado ser el más adecuado ya que, por lo general, las regiones se encuentran "más cerca" de la frontera que la autoridad central y, por otra parte, suelen disponer de más medios que las entidades locales.

En este contexto, la cooperación transfronteriza con Portugal está siendo desarrollada mediante nuevos instrumentos entre los que muestran especial interés los Protocolos de cooperación concluidos por las regiones afectadas y el Convenio sobre cooperación para la protección y el aprovechamiento sostenible de las aguas de las cuencas hidrográficas hispano-portuguesas firmado el 30 de noviembre de 1998.

Los Protocolos de cooperación carecen de efecto normativo y constituyen, por consiguiente, meras declaraciones de intenciones. Sin embargo, han propiciado la creación de diferentes mecanismos de colaboración - Comunidades y grupos de trabajo fundamentalmente - que a través de procedimientos de concertación de bajo nivel - información y consulta - están desarrollando una muy importante labor de toma de contacto y de establecimiento de una red de conexiones transfronterizas que dará mayores frutos pero que, por el momento, ya está obteniendo y canalizando la ayuda que aporta la Unión Europea.

Por lo que se refiere al Convenio de 1998, su contenido marca un hito en la historia del aprovechamiento compartido de las cuencas hidrográficas hispano-portuguesas. Introduce muchas novedades con relación a los acuerdos de 1964 y 1968 pero, seguramente, lo más importante es que, por primera vez, se tienen en cuenta criterios conservacionistas frente a los puramente economicistas, acogiendo en buena medida las nuevas nociones proteccionistas consagradas en recientes convenios internacionales de carácter multilateral tales como el Convenio de Espoo de 1991, el de Helsinki de 1992 o el de las Naciones Unidas de 1997.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AA.VV., Constitución, Comunidades autónomas y Derecho internacional, VI Jornadas de la Asociación española de profesores de Derecho internacional, Santiago de Compostela, 1982.
- AA.VV., Comunidades Autónomas y Comunidad Europea, Cortes de Castilla y León, Valladolid, 1991.
- AA.VV., La cooperación de Castilla y León con Portugal, Cortes de Castilla y León, Valladolid, 1995.
- G. DE ALBIOL, "Cooperación transfronteriza y unificación europea en el Convenio de Madrid de 21 de mayo de 1980", *Revista de Instituciones Europeas*, 1983, pp. 455 y ss.
- F. ALDECOA LUZARRAGA, "El hecho fronterizo en el contexto de las relaciones bilaterales hispano-portuguesas", en *Las relaciones de vecindad*, Univ. del País Vasco, San Sebastián, 1987, pp. 117 y ss.
- M. BERNAD ALVAREZ DE EULATE, "La Comunidad de trabajo de los Pirineos en el marco de la cooperación transfronteriza", *Revista Española de Derecho Internacional*, 1984, pp. 469 y ss.
- J. M. CORDERO TORRES, *Fronteras hispánicas, Geografía e Historia, Diplomacia y Administración de Derecho internacional público*, Madrid, 1973.
- C. M. DIAZ BARRADO, "La actividad exterior de Extremadura", en *La actividad exterior y comunitaria de Galicia*, Colección Derecho nº 9, Fundación Alfredo Brañas, Santiago de Compostela, 1997, pp. 169 y ss.
- N. FERNANDEZ SOLA y A. PERALTA LOSILLA, "El papel de la Comunidad de trabajo de los Pirineos y su evolución en el contexto europeo de la cooperación transfronteriza territorial", *Revista de Instituciones Europeas*, 1994, pp. 500 y ss.
- A. A. HERRERO DE LA FUENTE, "La cooperación transfronteriza a nivel regional en Europa", en *Comunidades autónomas y Comunidad europea. Relaciones jurídico-institucionales*, Cortes de Castilla y León, Valladolid, 1991, pp. 61 y ss.
- Del mismo, "La actividad exterior de Castilla y León", en *La actividad exterior y comunitaria de Galicia*, Colección Derecho n.º 9, Fundación Alfredo Brañas, Santiago de Compostela, 1997, pp. 107 y ss.
- Del mismo, "La actividad exterior de las Comunidades Autónomas: La cooperación transfronteriza", en *Derecho Público de Castilla y León*, Instituto Nacional de Administración Pública-Universidad de Valladolid, Valladolid, 1999, pp. 383 y ss.
- L. LÓPEZ TRIGAL, "La frontera hispano-portuguesa: su caracterización diferencial y problemática territorial", en *La cooperación de Castilla y León con Portugal*, Cortes de Castilla y León, Valladolid, 1995, pp. 15 y ss.
- CH. MESTRE, "La Communauté Economique européenne et le développement de la coopération transfrontalière", en *Les régions dans l'espace communautaire*, Nancy, 1992, pp. 163 y ss.

- P. T. NEVADO MORENO, "La iniciativa comunitaria sobre desarrollo fronterizo y cooperación transfronteriza. El supuesto específico de las regiones fronterizas de España y Portugal", *Noticias de la Unión Europea*, n.º 137, junio 1996, p.18
- J. A. PAVÓN PÉREZ, "Protocolos de cooperación transfronteriza entre la Comunidad autónoma de Extremadura y las regiones portuguesas limítrofes", *Revista Española de Derecho Internacional*, 1996, pp. 404 y ss.
- J. M. PELAEZ MARÓN, "El Estatuto de Autonomía de Andalucía y la actividad internacional", *Revista de Estudios Andaluces*, 1984, pp. 99 y ss.
- M. PÉREZ GONZÁLEZ, J. PUEYO LOSA y A. MARTINEZ PUÑAL, "Cooperación transfronteriza y relaciones luso-galaicas, con especial referencia a la política cultural: bases jurídico-internacionales para su institucionalización", *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LXI, 1985, p. 51 y ss.
- Y. PETIT, "Financements communautaires en faveur de la coopération transfrontalière et mise en cause des frontières des Etats", en *Les régions dans l'espace communautaire*, Nancy, 1992, pp. 189 y ss.
- M. T. PONTE IGLESIAS, "Les accords conclus par les autorités locales de différents Etats sur l'utilisation des eaux frontalières dans le cadre de la coopération transfrontalière", *Revue Suisse de droit international et de droit européen*, 1995, pp.103 y ss.
- J. PUEYO LOSA y M. T. PONTE IGLESIAS, *La actividad exterior y comunitaria de Galicia*, Colección Derecho n.º 9, Fundación Alfredo Brañas, Santiago de Compostela, 1997.
- J. A. SOTILLO LORENZO, "La Comunidad europea como factor de integración: Las relaciones bilaterales hispano-portuguesas desde su adhesión a la Europa comunitaria", *Noticias CEE*, n.º 52, mayo 1989, p. 2 y ss.

NOTAS

- ¹ Son, concretamente, el Tratado de Lisboa de 29 de septiembre de 1864 por el que se fijan los límites entre España y Portugal en la porción de frontera correspondiente a las provincias de Pontevedra, Orense, Zamora, Salamanca, Cáceres y parte de Badajoz; el Convenio de Madrid de 27 de marzo de 1893 de división de la dehesa llamada "La Contienda", por el que se fijan definitivamente los límites territoriales de España y Portugal en aquella parte de la frontera; el Acuerdo de Lisboa de 27 de septiembre de 1893 fijando la zona marítima del Guadiana, el Acta General de Lisboa de 1 de diciembre de 1906, por la que se marca la frontera entre España y Portugal desde la desembocadura del río Miño hasta la confluencia del Caya con el Guadiana, y el Convenio de Lisboa de 29 de junio de 1926, por el que se determina la delimitación de la frontera hispano-portuguesa desde la confluencia del río Cuncos con el Guadiana hasta la desembocadura de éste en el mar. El Tratado de Lisboa de 29 de septiembre de 1864 va acompañado de dos anejos, firmados los dos en Lisboa el 4 de noviembre de 1866, el primero estableciendo un Reglamento relativo a los ríos limítrofes entre ambas naciones y el segundo un Reglamento sobre prendamiento de ganados. Los textos de los tratados citados se encuentran publicados en *Acuerdos fronterizos con Francia y Portugal*, Colección Recopilación nº 2, Ministerio de Hacienda, Servicio de Publicaciones, Madrid, 1969.
- ² *Vid.* L. López Trigal, "La frontera hispano-portuguesa: Su caracterización diferencial y problemática territorial", en *La cooperación de Castilla y León con Portugal. Relaciones transfronterizas*", Cortes de Castilla y León, Valladolid, 1995, pp. 15 y ss.
- ³ F. Aldecoa Luzarraga, "El hecho fronterizo en el contexto de las relaciones bilaterales hispano-portuguesas", en *Las relaciones de vecindad*, Universidad del País Vasco, San Sebastián, 1987, p. 117.
- ⁴ Ratificado por España el 10 de julio de 1990 (Texto en BOE de 16.10.1990 y corrección de errores en BOE de 30.10.1990) Portugal lo había ratificado con anterioridad.
- ⁵ DOCE nº L321 de 10.11.81, p. 27.
- ⁶ Respectivamente, en DOCE nº 215 de 30.08.90 y DOCE C180 de 1.08.94.
- ⁷ *Vid.* A. A. Herrero de la Fuente, "La cooperación transfronteriza a nivel regional en Europa", en *Comunidades Autónomas y Comunidad Europea. Relaciones jurídico-institucionales*, Cortes de Castilla y León, Valladolid, 1991, p. 72 y ss.
- ⁸ Tan es así que, tras una evaluación de los resultados de su aplicación, el propio Consejo de Europa asumió que el carácter genérico de los compromisos que incorporaba el Convenio-Marco Europeo y la falta de precisiones sobre determinadas cuestiones constituían un obstáculo para el logro de los objetivos perseguidos y, por ese motivo, decidió abrir a la firma de los Estados el 9 de noviembre de 1995 un Protocolo adicional en el que se recogen disposiciones tendentes a reconocer de forma concluyente el derecho de las entidades territoriales para concluir acuerdos de cooperación transfronteriza, a precisar el valor jurídico de dichos acuerdos y sus consecuencias y a admitir la posibilidad de que se creen organismos de cooperación transfronteriza - con personalidad jurídica o si ella, de carácter público o privado - así como a especificar su régimen jurídico.
Con posterioridad, el 5 de mayo de 1998 se ha abierto a la firma un Protocolo nº 2 al Convenio-Marco Europeo por el que se extiende la aplicación del mismo a la "cooperación

inter-territorial", es decir, entre entidades territoriales de diferentes Partes contratantes que no sean geográficamente contiguas.

- ⁹ Esta cuestión ha sido resuelta ya con relación a Francia mediante la firma, el 10 de marzo de 1995, del Tratado de Bayona entre el Reino de España y la República Francesa sobre cooperación transfronteriza entre entidades territoriales (BOE de 10.03.97), en vigor desde el 24 de febrero de 1997. Afecta por parte española al País Vasco, Navarra, Aragón y Cataluña, así como a los territorios históricos, provincias y municipios pertenecientes a las cuatro Comunidades Autónomas. Con motivo de su entrada en vigor, se aprobó en España el Real Decreto 1317/1997, de 1 de agosto, sobre comunicación previa a la Administración general del Estado y publicación oficial de los convenios de cooperación transfronteriza de Comunidades Autónomas y Entidades locales con entidades territoriales extranjeras. Con él se abandona la necesidad de obtener la conformidad expresa del Gobierno para poder concluir un acuerdo de cooperación transfronteriza, puesto que el Tratado de Bayona constituye el requisito exigido por la Declaración hecha por España al ratificar el Convenio-Marco Europeo. La ilusión de que este Real Decreto fuera aplicable a las Comunidades Autónomas fronterizas con Portugal se desvaneció rápidamente ya que el dictamen del Consejo de Estado sobre el proyecto de Real Decreto niega esta posibilidad. De todas formas - por lo que pudiera servir para suponer el contenido de un futuro acuerdo con Portugal - el Tratado de Bayona regula fundamentalmente las modalidades de la cooperación, el régimen de los convenios que la concretan - partes, duración, derecho aplicable, responsabilidad por incumplimiento, causas de nulidad - y la creación y características de los organismos de cooperación que se establezcan. Sobre el mismo, *vid.* "El régimen jurídico de la cooperación transfronteriza entre entidades territoriales", Documentos INAP, Ministerio de Administraciones Públicas, Madrid, 1995.
- ¹⁰ Sentencia nº 137/1989, de 20 de julio, en cuyo voto particular puede leerse que la interpretación mayoritaria del Tribunal "conduce a negar a las Comunidades Autónomas toda posibilidad constitucional de realizar aquella clase de actividades y contactos que, aun teniendo dimensión internacional, no originan obligaciones inmediatas y actuales, ni suponen ejercicio de la soberanía, no inciden en la política exterior del Estado y no generan responsabilidad de éste frente a otros Estados...".
- ¹¹ Según información facilitada - octubre de 1999 - por la Dirección General de Asuntos Europeos y Cooperación Exterior de la Junta de Andalucía, existe ya un proyecto de acuerdo con el Alentejo que no tardará en ser aprobado.
- ¹² Este acuerdo entró en vigor el 30 de mayo de 1978. Sustituyó al famoso Pacto Ibérico que, firmado en Lisboa el 17 de marzo de 1939, fué la base de las relaciones hispano-portuguesas en los años en que ambos países ostentaron un régimen dictatorial. La aplicación de este último sufrió sin embargo diferentes altibajos en función de la situación interna o internacional por la que en cada momento pasaban los gobiernos de los respectivos países y terminó prácticamente con el asalto y quema de la embajada española en Lisboa y la consiguiente retirada de representantes diplomáticos en septiembre de 1975.
- ¹³ *Vid.* Manuel de coopération transfrontalière à l'usage des collectivités locales et régionales en Europe, Reimpresión 3.^a Ed. Consejo de Europa, Estrasburgo, 1989, pp. 25 y ss.
- ¹⁴ Tres puentes internacionales sobre el río Miño (acuerdos de 3 de julio de 1989, de 12 de junio de 1995 y de 19 de noviembre de 1997), uno sobre el río Caya (acuerdo de 18 de enero de 1996), uno sobre el río Agueda (acuerdo de la misma fecha que el anterior), uno sobre el río

Támega (acuerdo de 24 de junio de 1997) y uno sobre el río Manzanas (acuerdo de la misma fecha que el anterior).

- ¹⁵ El texto del Convenio en Boletín Oficial de las Cortes Generales, Sección Cortes Generales, VI Legislatura, Serie A, Actividades Parlamentarias, num.330, 10 de mayo de 1999, pp.1 y ss.
- ¹⁶ Fundamentalmente, el Convenio de Espoo sobre evaluación del impacto ambiental en un contexto transfronterizo, de 25 de febrero de 1991, el Convenio de Helsinki sobre la protección y la utilización de los cursos de agua transfronterizos y los lagos internacionales, de 17 de marzo de 1992, y la Convención sobre el derecho de los cursos de agua internacionales para fines distintos de la navegación, aprobada por la Asamblea General de las Naciones Unidas el 21 de mayo de 1997. Sin olvidar la Carta del Agua del Consejo de Europa, adoptada en Estrasburgo el 6 de mayo de 1968.

EXPERIÊNCIA DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NORTE DE PORTUGAL/CASTELA E LEÃO

Álvaro Santos

(Engenheiro Civil. Mestre em Planeamento do Ambiente Urbano
Consultor da CCRN para a Cooperação com Castela e Leão)

ABSTRACT

This research work is a study of cross-border co-operation: its increasing importance and its methodological guidelines. It aims the characterisation of this Euro-region comprising the regions of northern Portugal and Castile and León, its definition within a regional and European context and the identification of the area comprehended in this sub-regional border. It also identifies the challenges that this new reality presents (areas of co-operation, examples of co-operation projects, and the Northern Portugal / Castille and León Labour Community), and the new opportunities resulting from an effective cross-border co-operation frame-work (2000-2006 Joint Action Programme and its Contents and Strategic Objectives).

1. A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

1.1. Novos Desafios e Oportunidades

Nos tempos mais recentes, a cooperação transfronteiriça tem assumido uma importância crescente em consequência directa de diversos factores, nomeadamente, da abolição das fronteiras internas da União Europeia (UE), do desenvolvimento de esforços de cooperação da UE com as novas sociedades do Centro e Leste da Europa e da necessidade de promoção das regiões da periferia marítima (Mediterrâneo, Báltico, Mar do Norte e Atlântico).

Os novos desafios, que agora se colocam, vão ter seguramente um impacto significativo na redução das disparidades regionais, quer as existentes entre as diferentes Regiões da UE, quer as que se verifiquem no

perímetro externo da União. Estas disparidades são particularmente evidentes em diferentes domínios, nomeadamente, nas infra-estruturas, no emprego, no nível educacional, na estrutura demográfica ou no desenvolvimento tecnológico.

A recente assinatura do Tratado de Amsterdão constituiu um marco importante na cooperação transfronteiriça, já que pela primeira há uma referência explícita a esta temática, quando até então, tal só tinha sido mencionada em programas de acção.

Assim, e no curto prazo, é previsível que novos e importantes desafios se coloquem às administrações públicas regionais e locais, assim como aos agentes sócio-económicos, neste domínio, na sequência da tendência da UE para reforçar as intervenções de carácter transfronteiriço, quer em termos financeiros quer em termos de domínios de acção.

Importa, pois, preparar as diversas instituições no sentido de se dotarem de meios eficazes para implementar estes novos recursos. Urge, igualmente, desenvolver e consolidar esta temática à luz de experiências anteriores e com a perspectiva futura de enquadrar adequadamente esses novos desafios.

1.2. Princípios de orientação metodológica

A adopção de um processo de cooperação num determinado domínio, sendo normalmente caracterizado pelo seu carácter de partilha de responsabilidades, pode potenciar um melhor e mais eficaz relacionamento entre agentes ou instituições de natureza diferente ou que actuem em contextos diferentes.

Entenda-se que qualquer iniciativa de cooperação é sempre mais complexa, na definição dos objectivos e na fixação dos procedimentos de execução, do que qualquer outra que tenha por sede exclusiva uma única entidade. Daqui resulta claro que um processo de cooperação só é adoptado se conduzir a resultados mais favoráveis ou a procedimentos mais económicos relativamente a qualquer outro.

Contudo, não se atribua às administrações públicas regionais e locais um papel de exclusividade num processo de cooperação transfronteiriço, já que este se desenvolve também através de projectos e iniciativas que envolvam directamente agentes privados económicos e sociais, na procura das melhores soluções para problemas específicos no contexto regional.

O poder público pode e deve estabelecer um quadro de referência capaz de propiciar as melhores condições, tornando mais fácil o lançamento de iniciativas conjuntas entre os diversos agentes regionais e locais. Por outro lado, poderá assumir também o papel de promoção de troca de experiências e lançamento de acções envolvendo as suas competências próprias.

Estes princípios são aqueles que têm norteado a actuação da Comissão de Coordenação da Região Norte no contexto da Cooperação Transfronteiriça. As relações que têm vindo a ser desenvolvidas entre a CCRN e a Junta de Castela e Leão são exemplos paradigmáticos da aproximação efectiva entre espaços regionais contíguos.

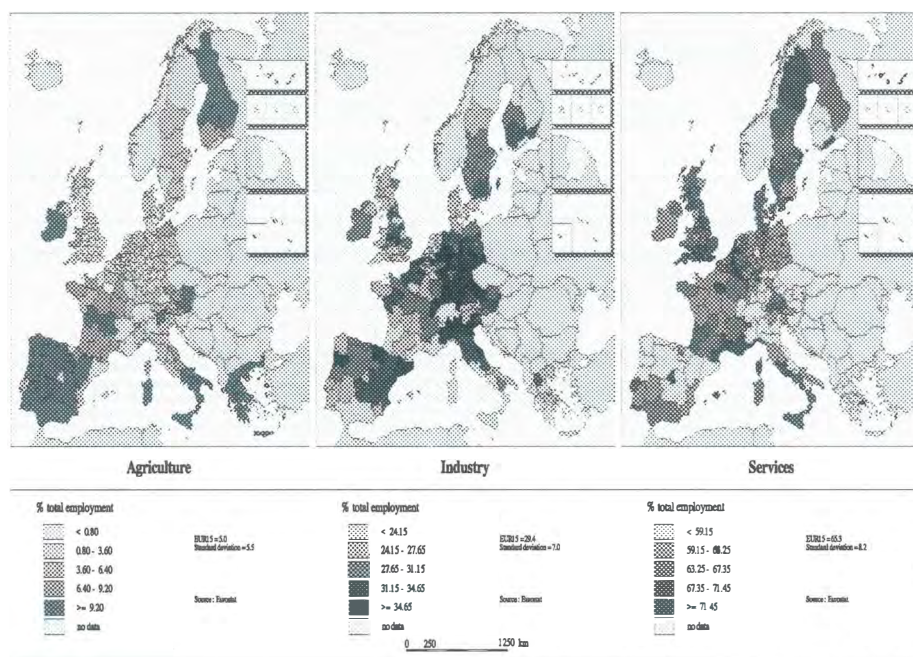
2. CARACTERIZAÇÃO DA EUROREGIÃO

2.1. O espaço conjunto Norte de Portugal – Castela e Leão

O território constituído pelo Norte de Portugal e Castela e Leão ocupa uma superfície de 115,5 mil Km² e concentra uma população de 6,2 milhões de habitantes, o que traduz uma densidade populacional de 53 hab./Km².

Em termos da base económica, o Norte de Portugal caracteriza-se por ser uma região particularmente industrializada, surgindo em 10º lugar no ranking das regiões mais industrializadas da EU15, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. Por sua vez, Castela e Leão apresenta uma forte dependência do sector terciário, registando contudo um peso significativo do sector primário quando comparado com o respectivo contexto nacional, o que a coloca em 20º lugar das regiões mais agrícolas da EU15.

MAPA 1 - EMPREGO POR SECTOR, 1997



Já no que respeita ao número de empresas da Euroregião, estas concentram-se principalmente no comércio, alojamento e restauração, enquanto que a indústria concentra o maior volume de emprego. Em conjunto, no Norte de Portugal e Castela e Leão existem aproximadamente 430 mil empresas que empregam mais de 1,4 milhões de pessoas.

Por outro lado, a capacidade de internacionalização das duas economias reflecte-se nas relações que estabelecem com a economia mundial, concretamente, na troca de mercadorias. Assim, e pela análise dos dados referentes ao comércio intracomunitário, no ano de 1995, pode-se verificar que o Norte de Portugal e Castela e Leão apresentaram um volume de importações de 9.934 Mecus e uma capacidade de exportação de 11.332 Mecus, o que é demonstrativo da grande abertura destas duas economias regionais.

Por outro lado, uma das variáveis que melhor traduz a influência da conjuntura económica na qualidade de vida das populações é, sem dúvida, a taxa de desemprego. Neste domínio, ambas as regiões beneficiam de níveis de desemprego menos gravosos do que as respectivas médias nacionais.

Por último, é de registar o processo acelerado de convergência das duas economias com a média comunitária, nomeadamente, no Norte de Portugal, em que o PIB per capita (ppc) passou de 51% dessa média em 1986 para 62% em 1996, e em Castela e Leão, em que o mesmo indicador passou de 65% para 76% no mesmo intervalo de tempo.

2.2. Os espaços de fronteira

Este breve cenário caracterizador destas duas regiões contrasta fortemente com todo o seu território transfronteiriço cuja definição geográfica, tal como se encontra estabelecida pelo programa INTERREG, abrange as unidades territoriais (NUT) de nível III de Alto Trás-os-Montes e Douro, do lado de Portugal, e as províncias de Zamora e Salamanca, do lado de Espanha, num total de aproximadamente 35 mil Km² e mais de um milhão habitantes.

Trata-se de uma área muito vasta e heterogénea, tanto do ponto de vista da geografia física, como da situação sócio-económica e, consequentemente, da problemática que se coloca na promoção do desenvolvimento transfronteiriço.

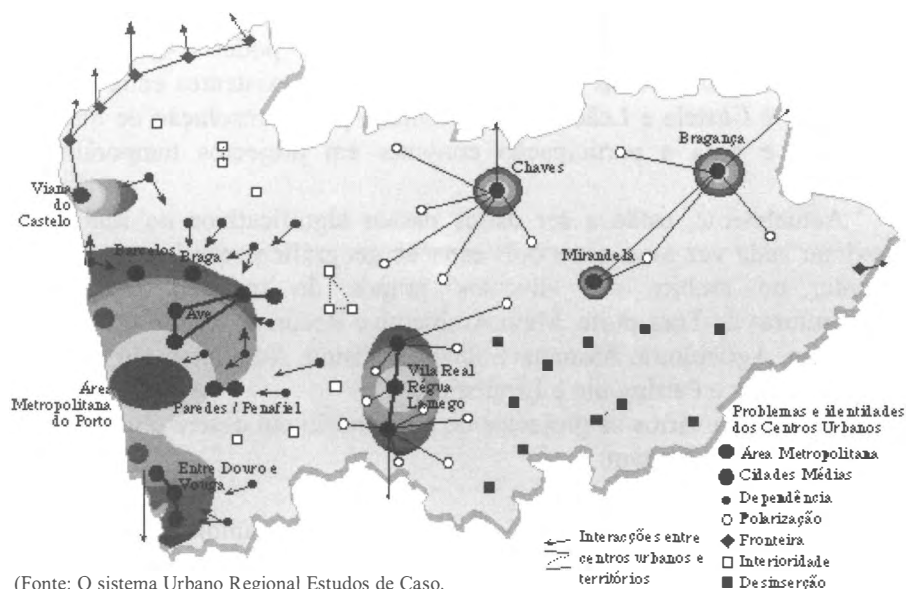
Em linhas muito gerais, o território transfronteiriço português caracteriza-se pela existência de uma situação de subdesenvolvimento, dominada pelo sector agro-pecuário que apresenta uma baixa produtividade. A estrutura fundiária apresenta um peso excessivo das pequenas explorações por conta própria, dependendo a sua viabilidade em grande parte da pluri-actividade.

Por sua vez, o escasso tecido industrial existente nesta região está fortemente associado ao mercado local e ao aproveitamento dos recursos

próprios da região. A indústria extractiva regista uma tendência recessiva e a indústria transformadora representa menos de 1% da indústria nacional, contribuindo com menos de 6% para o emprego e VAB regionais.

Na última década registou-se algum dinamismo nas actividades terciárias que revelam um predomínio de pequenas e médias empresas. O padrão de distribuição do Comércio e Serviços evidencia importantes desequilíbrios e tende a reforçar a polarização existente, designadamente, o eixo urbano de Vila Real - Peso da Régua - Lamego, bem como as cidades de Bragança, Chaves e Mirandela.

**MAPA 2 - O SISTEMA URBANO DO NORTE DE PORTUGAL
E SUAS INTERACÇÕES**



Por sua vez, os maiores obstáculos ou estrangulamentos ao desenvolvimento surgem no domínio das infra-estruturas, do envelhecimento da população e do seu baixo nível de qualificação.

Relativamente às infra-estruturas e equipamentos, este território apresenta graves carências, nomeadamente em termos de acessibilidades, constituindo assim um importante factor inibidor para a captação de investimentos e para a promoção de trocas intra e inter-regionais. A oferta de equipamentos e serviços assume-se como escassa e desequilibrada, afigurando-se como fundamental o investimento nos sectores sociais e culturais, tendo em vista não só a supressão de carências e a equidade, mas também a qualificação da oferta e o reforço da rede urbana.

Atendendo a que as províncias vizinhas no território de Espanha apresenta muitas características semelhantes, poder-se-ia dizer que estamos em presença de espaços transfronteiriços com os maiores problemas estruturais no âmbito da Comunidade Europeia.

3. OS NOVOS DESAFIOS

É neste quadro que a cooperação transfronteiriça surge como uma via oportuna para estabelecer uma aproximação efectiva entre estas duas regiões que têm grandes afinidades históricas, culturais, económicas, sociais e linguísticas e como um dos meios mais eficazes para a supressão dos principais estrangulamentos existentes, podendo constituir uma verdadeira alavanca para o desenvolvimento.

Várias áreas de cooperação transfronteiriça poder-se-iam destacar. Contudo, e actualmente, as relações de cooperação existentes entre o Norte de Portugal e Castela e Leão têm-se orientado para a resolução de questões específicas e para a participação conjunta em projectos temporalmente definidos.

Actualmente, estão a ser dados passos significativos no sentido de aproximar cada vez mais estes dois espaços geográficos contíguos, designadamente, no âmbito dos diversos grupos de trabalho já criados: Infraestruturas de Transporte, Meio Ambiente e Recursos Naturais, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Assuntos Sociais, Turismo, Administração Regional e Local, Cultura e Património e Estatística.

Assim, são vários os projectos de cooperação em desenvolvimento, de entre os quais se salientam:

- Estudo de viabilidade técnica, económica e ambiental da ligação rodoviária entre o IP4 e a Autovia das Rias Baixas, entre Bragança e Puebla de Sanabria;
- Projecto de navegabilidade do Douro e dinamização do porto de Veja Terrón;
- Projecto transfronteiriço de Cooperação entre Áreas Protegidas;
- Projecto de cooperação entre Infraestruturas Tecnológicas;
- Actuações conjuntas das nos domínios da Sanidade Animal e Mercados de Preços;
- Intercâmbio de jovens, deficientes e idosos;
- Mapa turístico Norte de Portugal – Castela e Leão;
- Anuário Estatístico Norte de Portugal – Castela e Leão;
- Projecto de valorização e recuperação do Património;
- Projectos de articulação conjunta no domínio da Administração Regional e Local;

decisiva para o desenvolvimento regional harmonioso e sustentável deste espaço transfronteiriço e cuja materialização poderá passar em grande medida pela criação da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal – Castela e Leão.

4. AS NOVAS OPORTUNIDADES

Tendo em conta o novo período de programação financeira comunitária 2000-2006, e de acordo com as recentes orientações da Comissão Europeia relativas ao Programa de Iniciativas Comunitárias, abriu-se a oportunidade de promover e elaborar um Programa de Acção Conjunta Norte de Portugal-Castela e Leão.

Neste momento, estão a ser desenvolvidos os trabalhos de preparação e montagem de um programa operacional de actuação conjunta entre estas duas regiões, tendo como referência o trabalho a desenvolver no âmbito da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal e Castela e Leão.

Esta é pois uma excelente oportunidade para promover o planeamento adequado e atempado daquilo que poderá ser um quadro estratégico e operacional a desenvolver à escala da Região do Norte conjuntamente com a região vizinha de Castela e Leão.

Este Programa assenta em *três objectivos estratégicos* fundamentais, são eles:

- ⇒ *Articulação do espaço conjunto Norte de Portugal – Castela e Leão;*
- ⇒ *Vertebrar o espaço transfronteiriço;*
- ⇒ *Valorização externa do espaço conjunto em domínios de excelências.*

Com o primeiro objectivo pretende-se intensificar as relações no interior do novo espaço funcional da Euroregião, promovendo e reforçando os fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e informação, de forma a consolidar um espaço sócio-económico e territorial cada vez mais integrado e com capacidade para articular a dinâmica do Noroeste Peninsular, peça estratégica das relações entre a fachada atlântica e o centro de gravidade comunitário.

Já o segundo objectivo tem por principal motivação vertebrar e animar, em termos sócio-económicos, o espaço transfronteiriço raiano de Alto de Trás-os-Montes, Douro, Zamora e Salamanca, através da coordenação e dinamização de acções públicas de gestão e ordenamento do território, oferta de serviços colectivos, permeabilidade transfronteiriça e o impulso a novas dinâmicas de desenvolvimento local e rural.

O terceiro e último objectivo estratégico visa potenciar a imagem exterior conjunta da Euroregião enquanto espaço singular especializado na produção de bens e prestação de serviços de alta qualidade, dirigidos a domínios de excelência vinculados a novas práticas de consumo sustentável.

Em suma, estamos em crer que estes poderão ser apenas os primeiros passos de uma longa caminhada que, por certo, se vai tornar frutuosa e decisiva para o desenvolvimento regional harmonioso e sustentável deste espaço transfronteiriço.

A Euroregião Norte de Portugal – Castela e Leão assume-se neste como um espaço de forte relacionamento social, económico e cultural, pleno de oportunidades e com um grande potencial de desenvolvimento futuro.

Urge transformar este espaço numa plataforma territorial fortemente competitiva num contexto de crescente globalização e internacionalização da economia.

EL NUEVO MARCO TERRITORIAL DE LA REGIÓN DEL DUERO/DOURO

Lorenzo López Trigal

(Catedrático de Geografía. Universidad de León)

ABSTRACT

In three points, we will seek to present a review on the Spanish-Portuguese region of Douro, as an example of cross-border co-operation. Firstly, we analyse this natural region, which incorporates a geographical concept of project-region or Euro-region within the framework of the European Union. The second point reflects on the establishment of an effective process of cross-border co-operation, currently underway on both sides of a border which historically divided the populations, based on several common projects. Finally, we shall implement the study of the cities' role within this regional and international co-operation framework, stressing the differences between the Portuguese and the Spanish urban systems.

1. Para introducirnos en el tema se hace preciso partir de que estamos ante una región natural, **la región fluvial o cuenca del Duero** y al mismo tiempo ante un fenómeno nuevo, el de una región virtual, más bien una "geoidea", la de una **región-proyecto**, un espacio para el desarrollo común, regional y local, y una **eurorregión** en el marco de la Unión Europea. En efecto, son dos concepciones diferentes: de una parte, un espacio o marco natural, territorio físico de soporte, y, de otra parte, un ámbito para un proyecto común a las dos regiones de Castilla y León y Norte de Portugal, separadas por límites fronterizos nacionales y que en el marco de las regiones de la Unión Europea se traduce en una eurorregión, pues se percibe desde las instituciones y la sociedad que ambas regiones, unidas por su vecindad y por un mismo río principal, deben participar en un proyecto de complementariedad y cooperación.

Esta es una nueva constatación territorial. Hasta los años 90, en muy contadas ocasiones, a la hora de llevar a cabo análisis regionales tanto en España como en Portugal, se partía de la percepción del otro lado de la **raia/raya**, de manera que la planificación y ordenación del territorio y cuantos estudios eran publicados se hacían desde un análisis separativo, que se cuidaba

de no traspasarla. La situación actual es otra y este entendimiento mutuo y acción en común entre ambos pueblos no parece coyuntural, sino fruto de una tendencia sostenida.

Entre los antecedentes de este cambio, podría indicarse, desde el lado español, la llamada de atención sobre el fenómeno finisterre = raya hispano-lusa, expuesta por los periodistas Pintado y Barrenechea (1972), o la idea generosa de una autopista a lo largo del Duero que articulase la región en opinión del Instituto Regional Castellano-Leonés, uno de los gérmenes de la conciencia regionalista actual de finales de los años 70, y desde ambos lados de la raya, la puesta en común de algunos grupos de investigadores universitarios españoles y portugueses, entre otros, por ejemplo, la realización de los Coloquios Ibéricos de Geografía a partir de 1979. Asimismo, desde la actividad política es de resaltar la serie de Cumbres/Cimeiras realizadas por los dos Gobiernos, y a partir de 1990, en fin, anotar las sendas Declaraciones de intereses y proyectos comunes entre las Comisiones de Coordinación de las Regiones Norte y Centro y la Junta de Castilla y León.

Por tanto, ya no se trata sólo de comisiones de límites y de resolución de conflictos sobre la administración de los espacios de la raya, en un lenguaje restringido para estrategias militares y funcionarios de los dos Estados, sino de fenómenos de alcance regional que interesan a responsables políticos de las distintas Administraciones, a técnicos del planeamiento y de la ordenación territorial, a responsables del desarrollo local y regional, a empresarios, a investigadores universitarios, a los mismos ciudadanos, en especial a los residentes en las localidades y comarcas rayanas.

Ha transcurrido muy poco tiempo pero el cambio habido en la interrelación ha sido extraordinario, digamos que revolucionario. Tanto que hasta hace algunos años, en general, se ignoraba sin más al vecino, y la intencionalidad en tal sentido llegaba hasta la misma raya, como sucede con la edición de 1967 de la Carta Militar de Portugal 1:250.000, que no recoge la existencia de las presas españolas del Duero internacional, o, por el contrario, el Mapa Topográfico Nacional de España ha velado insistentemente hasta las ediciones de los años 80 el territorio vecino portugués. Aún hoy queda mucho por completar en futuras ediciones cartográficas y sobre todo en relación con el vacío existente de una cartografía integradora de las regiones y territorios de ambas márgenes.

En otro orden de cuestiones, es pertinente resaltar aquí también la ignorancia de los efectos negativos que para las cuencas hidrográficas comunes hubiera tenido en Portugal una política de trasvases de agua tal como se preveía en el Proyecto de Plan Hidrológico Nacional de España de 1993, sin tener en cuenta la significativa superficie de esas mismas cuencas en su curso en tierras portuguesas (en el caso del Duero, el 24 por ciento), pues más parece que tal Proyecto contemplaba prácticamente a la España peninsular como una isla, como un todo separado de Portugal. Esa visión parece afortunadamente superada en 1998, después de que en la cumbre hispano-lusa de ese año haya un

acuerdo desde el enfoque de "cuencas compartidas", ya que por la dimensión transnacional de cuencas fluviales se debe considerar prioritario la cantidad y calidad del abastecimiento de agua y los efectos de una contaminación generada fuera del territorio español en los cursos bajos de los ríos. Con ello, se reconoce de hecho la perspectiva espacial de conjunto, es decir, la interdependencia y la complementariedad en la organización espacial.

Desde esta nueva visión se redescubre hoy a la región del Duero como una región-cuenca articulada físicamente por el río a lo largo de toda su extensión de Este a Oeste, y desde esta base se extraen también otras visiones de los efectos de la raya separativa en la que se considera la frontera más vieja de Europa, lo que ha profundizado en ella aún más los rasgos característicos de las áreas fronterizas europeas: ubicación periférica y aislamiento de los principales centros de decisión y de actividad económica, menor dotación de infraestructuras, escasa dotación de recursos y servicios sociales y empresariales poco desarrollados, y donde las diferencias de tipo administrativo, legal, social y cultural han impedido la cooperación y comunicación. Esta situación común se combina en este tramo de la raya con menores niveles de renta personal, más bajas densidades poblacionales y urbanas y una cierta inaccesibilidad mutua.

2. Sin embargo, este **redescubrimiento de la región fluvial del Duero** (heredera de la noción de cuenca hidrográfica) convive de momento con reductos del pasado. De esta manera, para los portugueses situados en el Norte litoral, el "interior" se acaba en Trás-os-Montes y la misma raya es un confin, a la vez que denominan "Alto Douro" la travesía del mismo por estas tierras trasmontanas, de ahí el equívoco que ofrece esta última denominación aplicada a las denominaciones de la Asociación de Municipios, de la región administrativa (rechazada en noviembre de 1998 en referéndum) y de la Universidad con sede en Vila Real. De hecho, durante décadas anteriores los portugueses "pasaban de largo" por el territorio castellano-leonés, camino la mayor parte de las veces del destino migratorio europeo y sólo excepcionalmente se quedaban. O así mismo, para los españoles, leoneses y castellanos en este caso, muy difícilmente se traspasaba la frontera sino era para visitar el santuario de Fátima o en ocasiones para comprar en las localidades portuguesas fronterizas, hasta el punto que se desconocían en gran medida los vecinos de aldeas rayanas próximas. Por otro lado, a lo largo del curso del Duero, desde Zamora hasta Porto, las grandes infraestructuras viarias se alejan de sus orillas debido al encajamiento del río y la ausencia de ciudades.

Por todas estas constataciones, se explica la falta de relaciones transfronterizas entre las dos regiones, al igual que en general entre España y Portugal. Solamente con la vuelta a la democracia a mediados de los años 70 irá apareciendo poco a poco un nuevo sentido de la orientación, una visión de conjunto, de entender que los vecinos están ahí al lado, a un tiro de piedra, y que para ello hay que retirar cadenas (las que separaban los dos barrios de Rihonor de Castilla/Rio de Onor) o tender puentes (entre Aldea del Obispo/Vale da

Mula), aunque sea de modo clandestino en ambos casos, construir alguna pista y camino que después será una carretera, o en el caso del río Duero en su tramo internacional abrir puentes sobre algunas de las presas construidas años atrás (las de Miranda, Bemposta y Saucelle). O en otro sentido, los hermanamientos entre ciudades (Bragança y Zamora, primero, Miranda do Douro y Aranda de Duero, después, entre otras).

En esta línea integradora, el ingreso al mismo tiempo de ambos Estados en la Comunidad Europea el año 1986, ha sido el factor desencadenante que impulsará la formación de redes de cooperación a partir de programas y acciones de alcance transfronterizo que se ponen en marcha, en especial en los años 90 con los dos Programas operativos INTERREG para las regiones fronterizas (1990-1993 y 1994-1999).

Al igual que en las restantes fronteras de la Unión Europea, se contemplará una política regional del fenómeno frontera desde la situación de áreas diferentes que necesitan complementarse y cooperar. Estos tres conceptos tratados en conjunto y aplicados al espacio comunitario (diversidad, complementariedad y cooperación) y en especial a las regiones de fronteras, serán el motivo central de las políticas y acciones de escala regional (euroregión) y local (eurodistrito). En este sentido, la cooperación transfronteriza dentro del ámbito de la Unión Europea ha pasado a ser un medio esencial para la integración y la articulación de los territorios europeos.

En el caso de los dos países ibéricos, las regiones de Portugal continental y más concretamente desde las Comisiones de Coordinación de las Regiones Norte, Centro, Alentejo y Algarve se han suscrito con las regiones vecinas españolas de Galicia, Castilla y León, Extremadura y Andalucía ciertos y protocolos de cooperación en los últimos diez años, a pesar de no disponer de iguales competencias y funciones político-administrativas y no coincidir geográficamente los territorios de ambas partes. Así la red de cooperación resultante se ha tramado de la siguiente forma: la Región Norte ha concertado por separado con Galicia y Castilla y León, ésta a su vez ha debido concertar además con la Región Centro, ésta con Extremadura, ésta con Alentejo, ésta con Andalucía, y ésta con el Algarve. Un total, pues, de siete acuerdos entre una región portuguesa y otra región española de la raya han venido a conformar por el momento estas nuevas interrelaciones regionales transfronterizas, no alcanzando todavía un acuerdo que aune todas ellas al igual que la Comunidad de Trabajo de los Pirineos, que en todo caso convive con los correspondientes acuerdos realizados por separado entre regiones españolas y francesas.

3. Otro aspecto a tratar es el papel de las ciudades y las regiones en la cooperación transfronteriza. La base de partida es el sistema de regiones europeas de las que participa la Península Ibérica, con tres grandes regiones que traspasan los límites internacionales: las regiones atlánticas, las interiores y las mediterráneas, sirviendo las regiones interiores de contacto entre las dos fachadas atlántica y mediterránea.

La región fluvial del Duero y su territorio ribereño de influencia atraviesa precisamente el territorio de una región interior característica, como es Castilla y León, y una región de la Fachada Atlántica, la Región Norte. De este modo, el marco regional de referencia de la región del Duero abarca básicamente estas dos regiones y se puede decir se articula a modo de una eurorregión, y es en este sentido que, tanto la Comunidad de Castilla y León como la Región Norte, han de aprovechar este potencial de proximidad como una ventaja compartida en su posición común en relación a otras regiones ibéricas.

En ese contexto, el potencial de este territorio y la pertenencia de ambas al grupo de regiones del Arco Atlántico es una oportunidad para llegar a establecer una red de cooperación que refuerce previsiblemente las interrelaciones entre estas regiones, sus ciudades y pueblos, y superar definitivamente los problemas de desarrollo, tanto en sus áreas rayanas como a lo largo y ancho de las dos regiones, en cuanto haya un hilo conductor para la cooperación, que puede aparecer por medio de distintas formas: el hermanamiento de municipios (los habidos recientemente entre Castelo de Paiva y Vila Pouca de Aguiar con Fabero, por su relación con las explotaciones mineras del carbón), la asociación de municipios (plasmada en la Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero, con una amplia integración a la misma por parte de 30 municipios), asociaciones diversas (Asociación de Amigos de Portugal, con sede en León), el impulso a la interrelación universitaria (el nuevo Instituto Interuniversitario, que acoge a Universidades de las dos regiones), o a través de fundaciones (la Fundación hispano-portuguesa Rei Afonso Henriques).

Estos ejemplos nos muestran que a la postre la cooperación e interrelación transfronteriza está siendo tanto a escala regional como a escala local, lo que es explicable si se tiene en cuenta la ausencia de ciudades rayanas vecinas, (factor éste que ha entorpecido la dinámica de la cooperación empresarial y de conjunto entre las dos regiones, a diferencia de la establecida en el Eixo Atlántico entre las ciudades litorales gallegas y las de la Región Norte), si consideramos que en la correspondiente a Bragança/Zamora la distancia y el vacío intermedio además de la dimensión no se traducen en una potencial cooperación transfronteriza a nivel de un eurodistrito o de un corredor urbano, como se observa ya en el Bajo Guadiana entre Huelva-Ayamonte/Vila Real de Santo António-Faro-Olhão, Badajoz/Elvas, en el Bajo Miño en dos ejes, el de Vigo-Tui/Valença-Viana do Castelo y el que sigue el curso del río con ciudadespunte en ambas márgenes, o incluso entre Verín/Chaves, en donde se constata una "red de concertación" en la más reciente dinámica del sistema urbano, que empalma hacia el sur en un potencial eje con Vila Real-Régua-Lamego.

Por otro lado, en el territorio junto a la frontera, se advierte la mayor dimensión de los centros urbanos españoles en relación a los portugueses, lo que crea condiciones de competitividad desfavorables en las ciudades portuguesas del interior. Si ésto se generaliza en toda la frontera luso-hispana es también muy significativa la fuerte influencia de la red urbana española fronteriza (Salamanca y Zamora) en relación al valle del Duero.

El vacío de ciudades, o en todo caso la distancia y la deficiente accesibilidad entre las ciudades de un lado y otro de la raya, ha sido manifiestamente un obstáculo principal a la articulación territorial y al papel que se espera de las ciudades en la cooperación transfronteriza. De ahí la debilidad de los agentes locales-regionales en tal espacio rural "profundo" y de espacios naturales, que domina el área rayana entre la Región Norte y Castilla y León, con un marco espacial compartido casi en exclusividad por sierras y arribes de los ríos fronterizos, donde alguna localidad (isla) se asoma (Miranda do Douro) y se beneficia de esa ubicación rayana al especializarse en el comercio al servicio de una clientela del otro lado, al modo de Chaves, Valença, Elvas o Vilar Formoso. Otras localidades más retiradas o de menor accesibilidad para españoles (Mogadouro, Vinhais, Vimioso o la misma Bragança) no pueden rivalizar con el potencial de atracción de Miranda, más próxima en algunas funciones a Zamora que a su capital de distrito.

Esa visión de "tierra de nadie" que es en gran medida este tramo de frontera, desde el punto de vista de la articulación del sistema territorial y urbano, se aprecia no sólo en la distancia de una centena larga de kilómetros entre las dos únicas ciudades, Bragança y Zamora, sino sobre todo en la escasez de relaciones, más bien esporádicas, entre ambas, pues hasta el momento sólo existen dos líneas regulares de autobuses Madrid-Porto, por Zamora-Bragança o por Salamanca-Vilar Formoso en tres días por semana, y la carretera desde el puente internacional de Quintanilha hasta Bragança está a la espera de que próximamente se abra al tráfico la nueva ruta, que acortará algo la distancia y sobre todo el tiempo de tal trayecto interurbano.

A pesar de esta situación que limita indudablemente la interrelación, que en cierto sentido se podía denominar como el "síndrome de la raya", están emergiendo unos flujos interlocales e interurbanos a un lado y otro de la raya en esta región del Duero, fruto de las relaciones políticas institucionales, culturales y universitarias, e incluso empresariales, mientras que se consolidan y fortalecen los flujos comerciales, de españoles hacia los comercios de Miranda do Douro sobre todo y de portugueses hacia los hipermercados de Zamora y Salamanca y grandes almacenes de Valladolid.

En fin, el papel articulador reservado a las ciudades en su región a través de la trama y densificación de la red urbana, presenta las siguientes características en cada una de las dos regiones:

En la Región Norte destaca la aglomeración y área metropolitana de Porto, capital regional indiscutible del Norte de Portugal, que por su potencial aspira no sólo a articular los subsistemas urbanos litoral e interior de su región sino también se le abren oportunidades para estructurar el sistema urbano del Noroeste peninsular y por tanto con ligazón con Galicia porque así se refuerza el "eje atlántico" y con Castilla y León porque de esta manera mantendría lazos de naturaleza económica con las capitales y regiones del norte español "abriéndose al valle del Ebro y a Cataluña vía Valladolid". Desde este escenario que encara la integración del sistema urbano de la Región Norte en el marco del

cuadrante Noroeste peninsular (al modo como lo ejerce y articula Barcelona en el cuadrante Noreste), la ciudad de Porto tiene ciertas dificultades para articular administrativa y políticamente su región y para integrar los dos subsistemas litoral e interior. Así, Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, eran las dos regiones previstas en la "Lei Quadro das Regiões Administrativas", rechazada en referéndum el 8 de Noviembre de 1998.

La jerarquía urbana que presenta la Región Norte está encabezada por la aglomeración de Porto y su área (Gaia, Matosinhos, Maia, Ermesinde, Valongo, Gondomar) con un millón de habitantes y en un nivel jerárquico VI. A distancia por su tamaño de funciones centrales y talla poblacional, dentro del subsistema litoral, se posiciona la ciudad de Braga en un nivel V, Viana do Castelo y Barcelos así como los ejes de ciudades del Vale do Ave (encabezadas por Guimaraes), de Paredes-Penafiel, de Santa Maria da Feira-São João da Madeira-Oliveira de Azémeis, todos ellos en un nivel IV. Y ya en un nivel básico urbano III una serie de pequeñas ciudades como Espinho, Amarante, Vila do Conde-Póvoa do Varzim, las ciudades del Bajo Miño. Mientras que en el subsistema interior, mucho más desprovisto de ciudades, y todas ellas de un nivel III, destaca el eje Vila Real-Régua-Lamego con un potencial crecimiento apoyado en el mismo río Douro, además de las ciudades de Bragança, Chaves y Mirandela.

Castilla y León posee, a diferencia de la Región Norte, un sistema de ciudades más equilibrado y ordenado por rangos, que encabeza la capital regional, Valladolid, en un nivel jerárquico VI, con un área urbana en la que residen unos trescientos sesenta mil habitantes, que disfruta de una posición geo-estratégica importante en el cruce de varios ejes de comunicación que saldrá reforzada próximamente con una nueva accesibilidad ferroviaria. En un nivel inmediato V, se sitúan tres ciudades medias muy similares en funcionalidad y talla próxima a los doscientos mil habitantes en sus respectivas áreas urbanas, León, Salamanca y Burgos, que compiten en centralidad subregional con Valladolid. En un nivel IV, las otras capitales provinciales, Palencia, Zamora, Segovia, Ávila, Soria y tres ciudades de cierta implantación industrial, Ponferrada, Miranda de Ebro y Aranda de Duero. Mientras que en el nivel III hay un número reducido de pequeñas ciudades, en general estancadas, Medina del Campo, Benavente, Béjar, Ciudad Rodrigo, Astorga, La Bañeza, Toro y Bembibre.

En **conclusión**, se constata que en los últimos años la región fluvial del Duero/Douro se está transformando en un espacio de cooperación internacional, interregional e interlocal, en un espacio común para el desarrollo. Desde esta constatación la región natural se convierte en soporte de una **región-proyecto** que coincide básicamente con las dos regiones administrativas de Castilla y León y Norte de Portugal. En un futuro más o menos inmediato dependerá de sus ciudadanos y responsables que pase esa región virtual de ser una "geoidea" a una "realidad geográfica".

BIBLIOGRAFÍA

- CABERO DIÉGUEZ, V. LÓPEZ TRIGAL, L. (1994): "Comparecencia para informar a la Comisión de Asuntos Europeos sobre la situación de los Programas y Redes Transfronterizos", en Diario de Sesiones de las Cortes de Castilla y León, III Legislatura, nº 283, pp. 8438-8460.
- LÓPEZ TRIGAL, L., LOIS GONZÁLEZ, R., GUICHARD, F. (coords.) (1997): *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*. Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques.
- PINTADO, A., BARRENECHEA, E. (1972): *La raya de Portugal. La frontera del subdesarrollo*. Diario "Informaciones", 6-14 de Marzo. Madrid, Cuadernos para el Diálogo.
- TAU. PLANIFICACIÓN TERRITORIAL (1992): *Áreas de cooperación entre la Región Norte de Portugal y la Comunidad Autónoma de Castilla y León*. Valladolid, Junta de Castilla y León.
- VARIOS AUTORES (1993): *Trás-os-Montes/Zamora. La frontera que nos une*. Zamora, Diputación Provincial de Zamora.
- VARIOS AUTORES (1995): *La cooperación de Castilla y León con Portugal. Relaciones transfronterizas*. Valladolid, Cortes de Castilla y León.

AS RELAÇÕES DO NORTE DE PORTUGAL COM A REGIÃO DE CASTELA E LEÃO

Fernando de Sousa
(Professor Catedrático da Universidade do Porto)

ABSTRACT

In this work we have studied the economic relations between Northern Portugal and the region of Castile-León during the 19th and 20th centuries. During the 19th century, several initiatives were undertaken to deepen the improvement of economic relations between the two politically distinct regions. Firstly through fluvial transport to ship products across the border, and later by land with the Oporto-Salamanca railway, built entirely with funds from Oporto investors.

In the 20th century, Salazar and Franco's nationalist regimes were responsible for a dramatic decrease in the economic relationships between the two countries, and consequently between the two regions. This situation only began to change in the past 15 years when both Portugal and Spain joined the European Community. The Spanish-Portuguese Foundation Rei Afonso Henriques has played a decisive role in the reestablishment of the former level of economic relationships.

1. INTRODUÇÃO

Durante séculos, Portugal e a Espanha viveram ignorando-se mutuamente, por força de acontecimentos e rivalidades históricas da mais variada natureza, é certo, mas também, por razões de natureza geográfica, económica e social.

Esquecendo as origens comuns de povos e culturas pré-romanas, que transcendiam significativamente as linhas divisórias que mais tarde vieram a definir os dois países, nomeadamente, no que diz respeito à fronteira que separa o Norte de Portugal da Galiza, a Norte, e de Castela e Leão a Leste, a verdade é que, por força das vicissitudes da Reconquista, na Alta Idade

Média, Portugal veio a constituir-se como Estado independente, desde cedo revelando uma vocação eminentemente marítima, encontrando, no comércio externo, o vector fundamental da sua economia, e no Atlântico, o espaço da sua afirmação, da sua sobrevivência, da civilização que forjou, quiçá, da sua razão de ser e de existir como entidade política autónoma.

É certo que, temperando de certo modo essa matriz, Portugal, até ao século XVII, demonstrou uma significativa abertura aos restantes Estados ibéricos, e mesmo à própria Espanha, fundada, como é sabido, na segunda metade do século XV, com os Reis Católicos, que uniram os Reinos de Aragão e Castela.

No que concerne, então, ao Norte de Portugal, as suas relações económicas, sociais, culturais e religiosas com a Galiza e Castela e Leão mantiveram-se intensas, profundas e duradouras.

Cidades e vilas fronteiriças populosas, como Caminha, Valença, Monção, Chaves, Vinhais, Bragança, Miranda do Douro e Freixo de Espada-à-Cinta, animavam tráfegos e circuitos comerciais que ignoravam, praticamente, a fronteira entre os dois países e que iam até Santiago de Compostela, Zamora, Valladolid, Burgos e Salamanca.

Às festas populares e religiosas mais importantes de ambos os lados da fronteira, acorriam indistintamente portugueses e espanhóis, ou regionalizando, portugueses, galegos, leoneses e castelhanos.

Santiago de Compostela continuou a exercer sobre os portugueses do Norte de Portugal um profundo fascínio. Numerosos portugueses estudavam em Salamanca e artistas de Zamora e Valladolid vinham trabalhar para Trás-os-Montes.

Este clima de entendimento, cordialidade e profundo intercâmbio do Norte de Portugal com as regiões limítrofes de Espanha sobreviveu aos conflitos e guerras que por vezes eclodiam entre os Estados peninsulares, sobreviveu a Aljubarrota, quando os castelhanos sentiram a tentação de Portugal e sobreviveu a Toro, quando os portugueses experimentaram a tentação ibérica.

Contudo, tal situação vai alterar-se significativamente com as guerras da Restauração, após 1640, levando a que Portugal se desligue da Espanha, sobretudo, no plano cultural, aproximando-se mais da Inglaterra e da França.

Os centros urbanos do interior iniciam, então, uma lenta e penosa agonia, duramente exacerbada pela implacável perseguição efectuada pela Inquisição aos cristão-novos, aos judeus que naqueles viviam, despovoando-

-se, progressivamente, de tal modo que alguns deles demoraram séculos a recuperar os efectivos que registavam no século XVI.

Todavia, a partir da segunda metade do século XVIII, a reforma pombalina da Inquisição, fazendo cessar a perseguição aos “cristãos-novos”, assim como a política de desenvolvimento económico então operada, vão permitir uma certa reanimação do País, nomeadamente do Norte interior, com a indústria das sedas e uma intensificação das suas relações comerciais com Castela e Leão, relações imprescindíveis para ambas as regiões.

O comércio entre o Norte de Portugal e a Espanha, na viragem do século XVIII para o século XIX, volta a dinamizar-se. Mas as invasões napoleónicas, a afirmação do liberalismo na Península, e a reafirmação dos nacionalismos no século XIX, fenómeno acompanhado em ambos os países pela lenta mas irreversível construção dos respectivos mercados internos e pela delimitação e controle rigoroso das fronteiras, vai travar as tentativas que, por vezes surgem, no campo económico, como nos domínios cultural e político, de aproximação entre os povos da Península.

Por duas vezes, contudo, no século XIX, o Norte de Portugal procurou aprofundar as suas relações económicas com a Espanha interior, mais concretamente, com a região de Castela e Leão, tendo como pano de fundo o Vale do Douro.

A primeira decorreu no segundo quartel do século XIX, quando, após a implantação e o triunfo definitivo do liberalismo em Portugal, o rio Douro se animou como via de comunicação essencial de um vasto comércio de cereais, os quais, provenientes da Espanha interior, desciam o rio até ao Porto, abastecendo as populações, e colmatando, desse modo, a insuficiência da produção cerealífera do Norte de Portugal.

A segunda, que data de finais do século XIX, teve a ver com a construção do caminho de ferro do Douro até Barca de Alva e que acabou por penetrar na Espanha até Salamanca, graças aos investimentos colocados em tal empreendimento pela banca portuense e por alguns capitalistas do Porto.

2. AS RELAÇÕES COMERCIAIS DO NORTE DE PORTUGAL COM CASTELA E LEÃO, ATRAVÉS DO RIO DOURO (1820-1865)

Com o desaparecimento do célebre Cachão da Valeira, localizado em São Salvador da Pesqueira, nos finais do século XVIII, o rio Douro passou a

ser navegável até à raia com a Espanha, e mesmo num percurso de 20 Km, Espanha dentro, até junto da pequena povoação de Vilvestre.

Na ausência de estradas e do caminho de ferro, este, só construído em finais do século XIX, o rio, até 1860, sobretudo, a partir de 1835, quando Portugal e Espanha assinaram a Convenção da Livre Navegação do Douro, transformou-se no veículo por excelência das mercadorias que transitavam entre o Porto e o Norte de Portugal, por um lado, e a região de Castela e Leão, por outro lado, uma vez que os custos do transporte fluvial revelavam-se incomparavelmente mais baixos que o transporte terrestre.

É certo que as exportações portuguesas para Espanha, no seu conjunto, ao longo da primeira metade do século XIX, nunca representaram mais de 10% do total das exportações portuguesas - cabia à Inglaterra, a fatia de leão, isto é, mais de 50% do total do comércio português.

Está igualmente assente que a maior parte dos produtos exportados de Portugal para Espanha, os algodões e os lanifícios eram, na realidade, "reexportados", provenientes, fundamentalmente, da Inglaterra e entrados no nosso País pelo Porto.

Mas a verdade é que a navegabilidade do Douro vai permitir que o fluxo desse comércio, legal e de contrabando, aumente consideravelmente nos dois sentidos, sobretudo, entre o Norte de Portugal e Castela e Leão.

Com efeito, das alfândegas terrestres portuguesas, Bragança detém a primazia, chegando a registar 1/4 do total do movimento fronteiriço, graças aos tecidos de algodão, ingleses e nacionais - belbutinas, chitas, lenços, panos, etc -, que, através dela, seguiam para Espanha.

Em compensação, da região de Castela e Leão, entravam em Portugal e desciam até ao Porto os cereais - trigo, centeio e milho -, os vinhos, aguardentes e vinagres- para desespero dos proprietários e comerciantes dos vinhos do Alto Douro -, e gados.

Os cereais abasteciam o Norte de Portugal e a cidade do Porto, onde, segundo alguns economistas da época, 2/3 do trigo consumido era de proveniência espanhola e conduzido através do rio Douro. Em Barca de Alva, o primeiro porto do Douro em território português, e na Veiga do Torrão, ainda em território espanhol, juntavam-se centenas de barcos, carregando cereais com destino à Régua e ao Porto.

Mas os produtos registados pelas alfândegas dos dois países estavam bem longe de esgotar as relações económicas entre as duas regiões. Com efeito, boa parte deste comércio, quiçá, a maior parte, era ilegal, de contrabando.

Numerosos factores, entre os quais avultam a grande extensão da raia, os direitos excessivos cobrados nas alfândegas, a cumplicidade de populações e funcionários, a contiguidade geográfica em relação a Portugal da região de Castela e Leão (Zamora e Salamanca), grande produtora de cereais, vendidos a baixos preços, graças ao aumento da produção agrícola que aí se fez sentir, no segundo terço do século XIX, com as leis de desamortização e abolição dos dízimos, e por fim, mas de não somenos importância, o tratado da livre navegação do Douro, contribuíram para que o contrabando se desenvolvesse infrene.

Não sabemos qual das duas regiões, o Norte de Portugal ou Castela e Leão mais beneficiou com este intercâmbio económico, embora a natureza das trocas (exportação e reexportação de têxteis do lado português e exportação de produtos agrícolas da parte da Espanha) leve a pensar que o Norte de Portugal tiraria mais vantagens deste comércio que Castela e Leão.

Mas sabemos que no Porto se localizavam as grandes casas comerciais que animaram este tráfego (mesmo Bragança chegou a possuir sucursais e armazéns daquelas) e que, portanto, a capital do Norte detinha o controle de boa parte do comércio desenvolvido entre a sua região e Castela e Leão.

E sabemos, igualmente, que as forças vivas do Porto e do Norte de Portugal, como se pode ver através de numerosos relatórios da época, defendiam as "inegáveis vantagens" que viriam para Portugal do estreitamento e fortalecimento das relações de "amizade e boa harmonia" que nos ligavam à nação vizinha, e que os mútuos interesses dos dois países aconselhavam a que se facultasse "na maior escala possível a livre navegação do rio Douro" às populações de ambos os países.

A partir de 1860-1865, este comércio, por várias razões que não importa, agora, analisar, mas que se prendem com a vontade política dos dois países de não aprofundarem estas significativas relações económicas, com o incremento do comércio do Norte de Portugal com o Brasil, e com a formação acelerada dos espaços económicos nacionais que então se começam a estruturar com os caminhos de ferro, vai reduzir-se substancialmente.

3. A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DE SALAMANCA PELA BANCA DO PORTO (1881-1888)

Vinte anos mais tarde, contudo, a vontade de aproximação entre as duas regiões vai ser instrumentalizada através da construção do caminho de ferro do Douro e seu prolongamento até Salamanca (1887), graças aos esforços conjugados de banqueiros e capitalistas do Porto.

Para o devido entendimento deste facto inédito na história do Norte de Portugal, qual seja o da construção de um caminho de ferro em território espanhol, a ligar Barca de Alva, na fronteira portuguesa, a Salamanca, importa chamar a atenção para a estratégia de desenvolvimento económico gizada pelo Porto na segunda metade do século XIX, sobretudo, após a crise económica de 1876, no sentido de, face à ameaça de Lisboa, que soubera estruturar a rede nacional de caminhos de ferro em seu benefício, continuar a garantir a sua posição hegemónica de capital do Norte, e reforçar assim a sua posição de cidade eminentemente comercial e marítima.

Numa primeira fase, uma vez construída a linha do caminho de ferro do Norte, concluída em 1887 com a ponte de D. Maria Pia, a cidade procurou desenvolver as ligações terrestres com o Norte de Portugal, nomeadamente, através da linha do Minho, que unia o Porto a Braga e a Valença — iniciada em 1872, terminou a sua construção em 1882 —, e, sobretudo, da linha do Douro, a qual, arrancando em 1873, chegou ao Pinhão em 1879 e ao Tua em 1882.

Numa segunda fase, uma vez garantidas as indispensáveis ligações ferroviárias que deviam garantir a prosperidade e a preponderância da capital do Norte, o Porto sentiu a necessidade de se apetrechar com um verdadeiro porto marítimo, uma vez que o porto fluvial do Douro, já pelos perigos causados pela rochosa e assoreada barra do rio, já pela irregularidade do regime hidrográfico do mesmo, revelava-se incapaz de poder continuar a servir eficazmente os interesses do comércio marítimo da cidade.

Assim surgiu o porto artificial de Leixões, cujo projecto definitivo foi apresentado e aprovado em 1883. A construção dos molhes iniciou-se no ano seguinte, e finalmente, em 1886, o porto começou a prestar serviço com a entrada dos primeiros navios.

Os caminhos de ferro do Minho e Douro e o porto de Leixões firmaram-se, deste modo, como os instrumentos determinantes da prosperidade de uma cidade que procurava não só manter o seu tradicional espaço económico, o Norte de Portugal, mas também alargar a sua área de influência a Espanha.

Com efeito, se a linha do Minho tinha continuidade pelo território do país vizinho, o mesmo não acontecia com a linha do Douro, apesar de desde a década de sessenta, por iniciativa da Associação Comercial do Porto e do economista Rodrigues de Freitas, o Porto não esconder que o principal objectivo daquela via ferroviária consistia em estabelecer a sua ligação a Salamanca.

A linha do Porto a Salamanca, face á linha do Minho, que punha em comunicação o Norte de Portugal com o porto de Vigo, e á linha da Beira Alta, que privilegiava hipoteticamente o porto da Figueira da Foz, e na

realidade, Lisboa, assumia-se, pois, como o caminho de ferro por excelência da capital do Norte.

A ligação de caminho de ferro do Douro a Salamanca — garantiam os defensores do projecto da sua construção —, tendo em conta a alta taxa de continentalidade da Península, iria assegurar, preferencialmente, as importações da região de Castela e Leão através do porto de Leixões, tornar rentável a exploração da linha do Douro, e permitir uma rápida comunicação com o centro da Europa, por Handaia, transformando-se assim numa verdadeira linha internacional.

Voltaremos a este tema. Mas o que importa ressaltar desde já, é que a aproximação do Porto e do Norte de Portugal à Espanha (em particular, à região de Castela e Leão) e à Europa constitui uma velha aspiração do Porto e do Norte de Portugal, consciente de que os caminhos da modernidade a tal exigem.

Os defensores de tal projecto, isto é, daqueles que entendiam que a linha do Douro tinha de continuar, no país vizinho, até Salamanca, aduziam argumentos de peso, que calaram fundo na opinião pública da época e que ainda hoje permanecem válidos.

Os caminhos de ferro eram, em sua opinião, factor culminante do nosso desenvolvimento e progresso.

As relações económicas com a Espanha, sem contar o contrabando, atingiam um vultuoso montante, ocupando o quinto lugar na ordem de importância dos nossos parceiros comerciais.

A região de Castela e Leão tinha uma produção cerealífera largamente excedentária em relação ao consumo da sua população, podendo, deste modo, abastecer, a preços competitivos, face aos cereais americanos importados pelo Porto, o Norte de Portugal.

Por outro lado, o movimento de importação e exportação da região de Castela e Leão, muito especialmente, de Salamanca, uma vez concluído o caminho de ferro, passaria a ser feito através do Porto.

A ligação ferroviária até Salamanca permitiria, ainda, aumentar o rendimento da linha do Douro e estabelecer uma comunicação rápida com o centro da Europa, por Handaia, transformando-se, assim, num verdadeiro caminho de ferro internacional.

O Porto, numa época em que o caminho de ferro parecia influenciar decisivamente a evolução económica dos povos, tentou reorganizar o seu espaço económico, e jogando com a alta taxa de continentalidade da Península Ibérica, alargar a sua área de influência à região de Castela e Leão.

Os críticos a tal projecto chamavam a atenção para a impossibilidade de o caminho de ferro Porto - Salamanca, de via larga mas com rampas acentuadas e curvas frequentes, vir a ser uma linha internacional.

Consideravam uma ilusão supor que o comércio da Espanha interior, contígua à fronteira leste do Norte de Portugal, se orientaria para o Porto, uma vez que, mesmo o contrabando desenvolvido ao longo do rio Douro, após a construção dos caminhos de ferro do Norte de Espanha, diminuira fortemente. A Espanha, segundo eles, procuraria por todos os meios orientar o comércio de Castela e Leão para os portos de Santander e Gijon, que dispunham de melhores condições do que o Porto.

Apesar de tais críticas, em 1881, alguns capitalistas e várias instituições bancárias do Porto formaram o *Sindicato Portuense*, com o capital inicial de 1 000 contos, o qual acabou por ser responsável pela construção acidentada das linhas férreas de Salamanca a Vilar Formoso e a Barca Alva, abertas à exploração, respectivamente, em 1886 e 1887.

Não é este o momento oportuno para fazermos a história da linha de caminho de ferro de Barca de Alva até Salamanca, a qual, naturalmente, durante muitos anos, arrecadou prejuízos contínuos, a obrigar a posterior intervenção do Governo português para evitar que aquela caísse nas mãos do Governo espanhol.

É dos manuais da história dos caminhos de ferro que os investimentos em tal sector atingiam somas vultuosas e eram dificilmente recuperáveis a curto prazo. A história dos Estados Unidos e mesmo da Europa está preñhe de inúmeros casos de bancos que faliram justamente porque não puderam recuperar, no curto ou médio prazo, os capitais investidos na construção dos caminhos de ferro.

Mas o que importa por agora colocar à reflexão do leitor é que o caminho de ferro do Porto a Salamanca não veio a ter sucesso devido a uma razão fundamental, a de ter surgido numa altura em que, por força do nacionalismo triunfante em toda a Europa, os diversos Estados procuravam estruturar as suas economias em função dos espaços nacionais, não contemporizando, assim, com soluções ou projectos de cooperação transfronteiriços.

4. O ENFRAQUECIMENTO DAS RELAÇÕES DO NORTE DE PORTUGAL COM CASTELA E LEÃO, NO SÉCULO XX.

No nosso século, a hostilidade votada pela Monarquia Espanhola à República Portuguesa (1910-1926), numa primeira fase, e o nacionalismo autoritário do salazarismo e do franquismo, numa segunda fase, fizeram com

que se tivessem acentuado a ignorância, o desconhecimento e mesmo a tradicional desconfiança entre Portugal e a Espanha.

Separados ao longo da fronteira por uma larga zona de subdesenvolvimento, votada ao esquecimento e ao abandono por ambos os Estados, parecia haver um propósito deliberado, quer de Portugal, quer da Espanha, para limitar ao máximo as relações entre os seus povos.

Tratava-se, no fundo, de continuar a política vinda já do século XIX, assente em vias de comunicação que só excepcional ou secundariamente tinham continuidade além fronteira.

Nestes casos, os caminhos de ferro eram de via reduzida e as estradas, a algumas dezenas de quilómetros da fronteira, passavam a registar pavimentos irregulares e estreitos, como que destinados a dificultar a circulação de pessoas e bens - situação essa que, no caso do Norte de Portugal, veio, como é do conhecimento geral, até ao nosso tempo, sem que se possa assacar a responsabilidade apenas à geografia.

5. AS RELAÇÕES ECONÓMICAS DO NORTE DE PORTUGAL COM CASTELA E LEÃO, AO PRESENTE, NO QUADRO DA INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA.

O esforço desenvolvido pelo Norte de Portugal, no século XIX, no sentido do alargamento das suas relações económicas com a Espanha, nomeadamente, com a região de Castela e Leão, só foi reatado, pois, de modo significativo, nas últimas décadas, isto é, na sequência da restauração da democracia nos Estados peninsulares, da liquidação do império colonial português e da integração simultânea, na Comunidade Europeia, de Portugal e da Espanha.

Na verdade, o efeito imediato da integração plena de Portugal na Comunidade Europeia - para além da destruição global da nossa agricultura, sem dúvida, a área mais tradicional e fechada da nossa economia, mas também aquela para a qual o nosso Governo se revelou incapaz de encontrar uma resposta adequada à sua sobrevivência, para já não falarmos em competitividade -, traduziu-se no "encerramento definitivo da insularidade económica como modelo de inserção externa e como modo de gestão" das nossas relações económicas com a Espanha.

Outra coisa não seria de esperar, como tivemos oportunidade de dizer e escrever nas vésperas da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

Com efeito, desde a década de sessenta, na sequência da adesão de Portugal à EFTA, a abertura à Espanha deixou de depender exclusivamente do nosso País. E na década de setenta, o acordo comercial de 1970 entre a Espanha e a CEE, o acordo comercial de 1972 entre Portugal e a CEE, a intenção da Espanha, desde 1977, de aderir à CEE, e o acordo EFTA-Espanha em 1979, mostraram claramente que os caminhos da Europa, para Portugal, passavam obrigatoriamente pela Espanha.

Certamente que o estabelecimento de um novo tipo de relacionamento com a Espanha, no quadro mais amplo da Comunidade Europeia, permitiu um enquadramento multilateral que de outra maneira não seria possível. Mas apesar de tal enquadramento, Portugal não tinha quaisquer possibilidades de se eximir a este "confronto" ibérico, benéfico e estimulante para as economias de ambos países, um e outro, afinal, com problemas de desenvolvimento distintos no seu ritmo e intensidade, mas bem semelhantes quanto à natureza e forma.

Assim sendo, importa pois enfrentar esta realidade, tirar partido da nossa individualidade e vantagens comparativas, detectar as oportunidades possíveis e escolher as opções de fundo.

Excêntrico em relação ao núcleo económico mais desenvolvido da velha Europa devido à sua localização, periférico mesmo no conjunto da Península Ibérica, Portugal sabe que, no contexto europeu, mau grado a melhoria progressiva do sistema de transportes e telecomunicações, custos implementares irão continuar a ser cobrados em função das distâncias a que a sua excentricidade obriga.

Ora, no quadro europeu, o mercado económico e financeiro mais próximo e acessível de Portugal (e felizmente, o menos agressivo), cujas virtualidades, de modo algum negligenciáveis, só agora começam a ser exploradas, não é o mercado espanhol? E no caso da Espanha, o mercado que constitui naturalmente o prolongamento do seu, não é o mercado português?

Se não formos capazes de absorver positivamente o impacto proveniente da abertura da nossa economia à Espanha, como é que poderemos absorver o choque provocado pela abertura da nossa economia aos restantes países da Europa ?

Torna-se necessário, portanto, inserir Portugal no contexto ibérico, potenciar o nosso território enquanto fachada atlântica da Península, a qual se pode assumir da maior importância nas relações transcontinentais dos dois países e mesmo da Europa (resolvendo previamente, o problema dos custos dissuasores dos nossos portos), incentivar a nossa economia e os nossos empresários ao jogo salutar da concorrência e da complementaridade,

desenvolver vocações especializadas, detectar os segmentos do mercado peninsular em que podemos afirmar-nos, numa palavra, estabelecermos, pela primeira vez na nossa história, um diálogo activo e frutuoso, nos planos económico, social e cultural, com a Espanha.

No âmbito desta dinâmica peninsular, o Norte de Portugal, pelo facto de constituir a região mais jovem de Portugal, de confinar com uma das regiões da Espanha mais densamente povoadas, de dispor de um apreciável grau de litoralização em relação à Espanha interior (Castela e Leão) e o que se revela da maior importância, de deter a maior experiência acumulada de relacionamento com o país vizinho, tem, efectivamente, um importante papel a desempenhar.

Na estratégia a adoptar para a modernização do Norte de Portugal, as relações económicas com a Espanha vão constituir, disso estamos certos, não só uma vertente essencial, mas também um padrão de aferição indispensável da sua capacidade de êxito e de sucesso, quer no âmbito nacional, quer no âmbito peninsular e europeu.

Portugal, com o mesmo espírito de inovação e abertura com que há quinhentos anos se lançou ao mar, dando início à gesta dos Descobrimentos, com a mesma determinação com que, durante séculos, viveu de costas voltadas para a Espanha, tem agora de se virar para terra, enfrentar o desafio europeu, e em primeira instância, o desafio peninsular.

Os caminhos do nosso futuro, da nossa modernidade, passam essencialmente, de modo aparentemente irrecusável, senão irreversível, pelo aprofundamento do movimento de integração na Europa, e portanto, por um novo tipo de relacionamento com o país vizinho. E o Norte de Portugal, sem falsos receios ou ambiguidades, tem rapidamente de entender e captar em seu favor esta nova realidade, esta viragem estrutural que se nos afigura estrutural e estruturante do nosso presente, este novo modelo de inserção internacional da nossa economia, sob pena de agravar ainda mais os estrangulamentos do seu tímido desenvolvimento, e que fazem dela uma região desfavorecida de Portugal.

O desenvolvimento económico dos dois países ibéricos tem-se caracterizado pelo reforço do processo de litoralização da população peninsular, isto é, da concentração de pessoas e actividades ao longo da faixa litoral do Atlântico e do Mediterrâneo.

Ora, no caso do Norte de Portugal, este fenómeno de litoralização (que importa, apesar de tudo, conter), não é incompatível com a expansão do desenvolvimento para o interior, uma vez que, a litoralização "penetra tanto mais para o interior quanto mais facilidades dão as vias de circulação de

peçoas e bens", como é o caso do rio Douro, o que faz com que a cidade do Porto suba, efectivamente, rio acima, até à fronteira com a Espanha.

O extenso vale do rio Douro pode e deve, assim, transformar-se num eixo de desenvolvimento fundamental para o Porto, Trás-os-Montes e Alto Douro e para Castela e Leão, que ultrapasse largamente as solidariedades económicas potenciadas pelo Vinho do Porto, e em torno do qual importa gizar estratégias e projectos transfronteiriços, os quais, embora tendo em conta os riscos da "litoralização", aproximem efectivamente as regiões servidas pelo rio e terminem, definitivamente, com a insularidade económica que continua a caracterizar, em grande parte, o tipo de ligações existentes entre o Norte de Portugal e Castela e Leão.

O relacionamento do Porto e do Norte de Portugal com a Espanha, embora sem perder de vista o rumo Norte, da Galiza, tem de ser feito, assim, no sentido Leste, com a Espanha interior, aproveitando justamente o elo comum que os une, o Vale do Douro, até hoje, praticamente inexplorado, e que no passado, por vários séculos, constituiu o veículo natural de ligação e aproximação entre os seus povos.

6. O VALE DO DOURO ENQUANTO ESPAÇO PRIVILEGIADO DA COOPERAÇÃO LUSO- ESPANHOLA.

No quadro da União Europeia e das relações luso-espanholas, o Vale do Douro constitui um espaço privilegiado de cooperação transfronteiriça, a qual, bem estruturada à luz das acções e da experiência adquirida, poderá vir a constituir um autêntico paradigma para regiões semelhantes da Europa.

A Bacia do Douro, espaço transnacional integrado pela Região Norte de Portugal e pela Comunidade Autónoma de Castela e Leão, é um complexo e extenso sistema territorial, que se articula sobre a própria bacia hidrográfica que abrange uns 120 000 Km² de superfície e onde residem 6,25 milhões de habitantes.

A localização da bacia no espaço da União Europeia, revela dois traços específicos, nomeadamente:

- Situar-se entre as regiões da vertente atlântica do sul da Europa, muito afastada portanto do centro de gravidade europeu e fora dos grandes eixos de desenvolvimento que estruturam este espaço transnacional;

- Estar dividida pela fronteira hispano-portuguesa, a qual, no último século, limitando drasticamente as relações entre os dois povos, deu origem a uma das regiões fronteiriças mais deprimidas da União Europeia.

Neste contexto, importa desde já referir que a Bacia do Douro, embora representando 5% do território comunitário e 1,9% da sua população, é caracterizada por um débil sistema produtivo, uma vez que só contribui para o PIB da União Europeia com 0,72%. Com efeito, este espaço económico funciona apenas como fornecedor de produtos primários agrários (fundamentalmente cereais e gado) e da pesca; energéticos (carvão, urânio, hidro-electricidade) e de manufactura tradicional (confecção textil, couro, madeira, alimentação e bebidas), registando, paralelamente um escasso desenvolvimento do sector de serviços.

Assim sendo, a Bacia do Douro constitui um espaço económico periférico no contexto da União, na medida em que os seus níveis de especialização produtiva dizem respeito ao fornecimento de produtos básicos agrários e energéticos, com um forte desenvolvimento das manufacturas tradicionais de base artesanal, com baixa introdução de processos de inovação tecnológica e um incipiente desenvolvimento dos serviços empresariais, muito dependentes, aliás, dos grandes centros urbanos da Península Ibérica, Porto, Valladolid e Madrid).

Com este quadro de referência, ambas as regiões assinaram, em Fevereiro de 1990, uma Declaração Conjunta, que marca o início de um processo de relações institucionais, cujo objectivo é o de estabelecer programas de cooperação fronteiriça e inter-regional que acentuem os níveis de integração hoje existentes.

Este acordo de cooperação inscreveu-se no quadro de relações estabelecido pela Comunidade Europeia no sentido da “supressão” das fronteiras internas, e que tende para um novo conceito da valorização das regiões da Europa, em termos de desenvolvimento e qualidade de vida.

Este processo acabou por animar o incremento das relações inter-regionais e transfronteiriças, com o fim de favorecer as trocas e a maior coesão inter-regional, nomeadamente através de acções concretas nos domínios das infra-estruturas, económico, social e cultural.

No caso concreto da cooperação inter-regional na Bacia do Douro, o conceito de articulação funcional leva à consideração de três grandes objectivos estratégicos:

- no âmbito da *articulação territorial*, preencher o grande espaço existente entre os principais centros de residência e actividade da Bacia do Douro (Área Metropolitana do Porto e Valladolid), à luz de uma estratégia comum de articulação das principais redes de infra-estruturas, que garanta o seu desenvolvimento interno e sua conexão com os espaços comunitários de maior dinamismo;
- no âmbito da *articulação económica*, maximizar as complementaridades dos seus sistemas produtivos, de maneira a que a acção coordenada tente reforçar o peso específico do sistema produtivo da Bacia no contexto ibérico e comunitário; abrem-se aqui possibilidades para estratégias de desenvolvimento conjunto em áreas de promoção comercial, desenvolvimento turístico, desenvolvimento das economias rurais, etc.;
- no âmbito da *articulação socio-cultural*, fomentar todo o tipo de iniciativas para a cooperação educativa, científica e técnica entre as duas regiões, assim como a promoção conjunta de programas de formação e de integração laboral para os imigrantes.

Frente a estas políticas, a estratégia das regiões do Norte de Portugal e Castela e Leão, tem sido a de reivindicar a função do mencionado Vale como corredor natural de conexão de Portugal à Europa comunitária.

Nesta conjuntura, que significa a reconsideração, à escala europeia, dos conceitos de centralidade e periferismo, o Vale do Douro tem uma oportunidade para voltar a situar-se no mencionado espaço económico, incrementando a sua importância no modelo metropolitano global. Conta com factores objectivos favoráveis (o dinamismo do Grande Porto e das cidades médias do norte de Castela e Leão), embora se depare com um importante obstáculo, que é a tendência para a consolidação do modelo territorial dominante, o qual tem primado critérios de custo-eficácia face aos critérios de equilíbrio territorial.

Por outro lado, a simples melhoria das infra-estruturas não garante o desenvolvimento harmónico da área, nem a sua integração efectiva no modelo global. Por um lado coincidem na bacia do Douro distintas dinâmicas: aglomerações urbanas e importantes bolsas rurais, que demandam estratégias específicas para poder conjugar a inserção nun espaço metropolitano global, fortemente polarizado, com o desenvolvimento do potencial endógeno do meio rural. Por outro, essa inserção no nível metropolitano europeu, só é possível se a provisão de infra-estruturas se acompanhar de importantes esforços de dinamização empresarial, formação

de recursos humanos e desenvolvimento da capacidade de absorção da inovação tecnológica.

Neste sentido, a valorização da Bacia do Douro como um novo espaço de desenvolvimento a potenciar no território peninsular e comunitário, abre caminho a um extenso leque de áreas de cooperação, o que exige, desde logo, uma rigorosa selecção de projectos de cooperação.

Nesta perspectiva, e procurando combinar os resultados obtidos pelo exaustivo *Estudio sobre las Áreas de Cooperación entre la Región Norte de Portugal y la Comunidad de Castilla y León*, que acompanhamos, neste particular, de muito perto, com a acção desenvolvida nos últimos anos, pela *Fundação hispano-lusa Rei Afonso Henriques*, vamos chamar a atenção para um conjunto de sectores e acções que nos parecem fundamentais para o aprofundamento de uma estratégia de cooperação entre o Norte de Portugal e Castela e Leão e para o desenvolvimento da Bacia do Douro entendida na sua unidade e globalidade.

6.1. *Em primeiro lugar, importa chamar a atenção para a área das comunicações viárias, ferroviárias e fluvial*, isto é, para o corredor prioritário que importa estabelecer entre o Porto e Burgos, através de Bragança, Zamora e Valladolid, e para a navegabilidade do rio Douro.

No domínio das infraestruturas de transporte terrestre ganha particular relevo o eixo central referido, corredor prioritário enquanto ligação natural do Vale do Douro e portanto, da Região Norte de Portugal à Europa.

No capítulo dos transportes ferroviários, lamentamos o encerramento da Linha do Douro, que seguia do Porto até Salamanca, sem que qualquer alternativa tivesse sido equacionada.

A questão que se levanta, neste sector, é o de reanimar esta linha (pelo menos, sob o ponto de vista turístico?) melhorar a linha de caminho de ferro que atravessa a Região Centro de Portugal no traçado compreendido entre a Pampilhosa da Serra (Portugal) e Medina del Campo (Espanha) o que não quer dizer que o comboio de alta velocidade (TGV) não continue a colocar-se como uma opção prioritária para a Bacia do Douro.

No sector dos transportes marítimo e fluvial importa definir uma política de cooperação que procure articular o porto de Leixões e o seu hinterland com a navegabilidade do rio Douro, sem esquecer as potencialidades endógenas deste último enquanto produto turístico, já pelo valor excepcional do Alto Douro português enquanto “paisagem cultural evolutiva viva”, já pelas áreas protegidas do Douro Internacional.

No que diz respeito ao transporte fluvial, o rio Douro é navegável até à fronteira espanhola, em cerca de 220 km, se bem que, do Pinhão (Portugal) até à Vega de Terrón, na fronteira espanhola de Fregeneda, onde o país vizinho construiu um cais, seja preciso desenvolver a dragagem do leito e margens do rio para permitir o acesso a navios de calado médio.

Tal valorização, na perspectiva da cooperação bilateral, exige uma linha de consenso das autoridades territoriais de ambos os países.

Por este motivo, a área das comunicações rodoviárias, de caminhos de ferro e fluviais apresentam um carácter prioritário, dada a sua capacidade estruturante da Bacia do Douro.

Por outro lado, urge aproveitar as potencialidades turísticas de espaços naturais contínuos, como os parques naturais de Montesinho e do lago de Sanábria, através de uma oferta conjunta e coordenada de qualidade, que exige, logicamente, infraestruturas de acolhimento, melhoria de comunicações e a definição de uma política de terreno rural global, transfronteiriça.

6.2. *Em segundo lugar, importa desenvolver as acções tendentes a animar o conhecimento e as relações transfronteiriças*, uma vez que, apesar de tudo quanto tem sido feito nos últimos anos, existe um forte desconhecimento da realidade existente, de um e do outro lado da fronteira, nomeadamente no que diz respeito às iniciativas concretas que animam as relações quotidianas entre as duas regiões.

É neste sentido que devemos ter em atenção a actividade desenvolvida pela *Fundação Rei Afonso Henriques (FRAH)*.

A Fundação hispano-portuguesa Rei Afonso Henriques (FRAH), instituição privada com participação pública, criada por escritura pública de 7 de Fevereiro de 1994, com sede em Zamora e sede provisória no Porto, futuramente no Solar dos Magalhães, em Amarante, foi reconhecida oficialmente em Espanha por Ordem nº 26379 de 31 de Outubro de 1994, publicada no *Boletín Oficial del Estado* de 29 de Novembro do mesmo ano, e em Portugal, por Portaria nº 17/96 do Ministério da Administração Interna, publicada no Diário da República nº 71/96 de 23 de Março.

Em 21 de Julho de 1995 foi concedido à FRAH o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República de Portugal.

Em 4 de Fevereiro de 1999, a Fundação foi reconhecida em Portugal como pessoa colectiva de utilidade pública, mediante despacho de Sua

Excelência o Senhor Primeiro Ministro, publicado em «Diário da República», IIª série, nº 29, de 4 Fevereiro de 1999.

É Missão da Fundação:

- Contribuir para aglutinar todo o Vale do Douro (no sentido de bacia hidrográfica do Douro, áreas afins e circunvizinhas), em torno de uma ideia de qualidade, cultura e progresso,
a ideia do Douro,
ideia de património natural e histórico, ideia de singularidade, imagem de marca, no âmbito mais amplo das relações entre Portugal e Espanha;
- Contribuir para o bem-estar económico, social e cultural das Terras e Gentes do Vale do Douro, especialmente as das zonas menos desenvolvidas;
- Contribuir para o desenvolvimento dos recursos endógenos do Vale do Douro e para a fixação das suas populações, especialmente as mais jovens.

Com o objectivo de cumprir a sua Missão, a FRAH tem desenvolvido uma intensa actividade nos domínios cultural e empresarial.

No âmbito cultural, por iniciativa própria e ao abrigo dos Programas Comunitários, INTERREG II e TERRA, a Fundação tem vindo a executar numerosas acções:

- publicação de numerosos trabalhos que dizem respeito a Portugal-Espanha, com particular relevo para as regiões de Trás-os-Montes e Castela e Leão, de entre os quais se salientam:
 - *Zamora. Un espacio de frontera* (coordenação de Lorenzo López Trigal), Zamora, 1994;
 - *A Região fronteiriça de Trás-os-Montes. Diagnóstico e estratégia de desenvolvimento* (coordenação de José Manuel Simões, José Portela e Francisco Cepeda), Zamora, 1996;
 - *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium. Vilar Formoso, 1996* (coordenação de Lorenzo López Trigal, Rubén Lois González e François Guichard), Zamora, 1997;
 - *I Encuentro Peninsular de Historia de las Relaciones Internacionales*, Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais e Comisión Española de Historia de las Relaciones Internacionales, Zamora, 1998;

- *Desenvolvimento rural, que perspectivas? O Caso do Alto Trás-os-Montes e Douro*, de Francisco José Lopes de Sousa Diniz, Zamora, 1999;
 - *Proceso de cambio y tendencias de futuro de la sociedad rural de Zamora. Implicaciones para el desarrollo rural del espacio fronterizo*, de José Manuel del Barrio Aliste, Zamora, 1999;
 - *El Tratado de Alcañices* (coordenação de José Sánchez Herrero), Zamora, 1999;
 - *II Congreso de Arqueología Peninsular*, quatro volumes, Zamora, 1997-1999.
- estudo de viabilidade de uma candidatura do Vale do Douro a Património Mundial, que levou, de seguida, à definição de uma Estratégia Interregional de Promoção e Valorização do Vale do Douro Vinhateiro a Património Mundial; à recomendação da criação do enquadramento transnacional de protecção e valorização das Arribas do Douro/ Arribas del Duero, em ordem à sua integração na Federação Europeia de Parques; à sugestão da valorização da Linha de Cidades Fortificadas da Reconquista; e ao lançamento de uma série de Rotas Patrimoniais do Vale do Douro, de forma a globalmente, se gizar uma estratégia promocional de valorização do Vale do Douro.
 - promoção dos trabalhos de Identificação, Avaliação e Análise de Recursos do Património Histórico da Região do Douro, e o Inventário do Património Cultural da Bacia do Douro, que se encontram a ser executados por equipas interdisciplinares de especialistas hispanos-lusos, inseridos no programa DOURO, REGIÃO FLUVIAL.
 - numerosos encontros e colóquios que procuram aprofundar as relações Portugal-Espanha e a realidade cultural e patrimonial do Vale do Douro.

No âmbito empresarial, quer por sua iniciativa, quer ao abrigo do INTERREG II, a FRAH tem desenvolvido:

- *Jornadas Sectoriais* com a finalidade de se conhecer melhor as actividades e potencialidades económicas de Trás-os-Montes e Castela e Leão;
- uma *Base de Dados Empresarial* que, de forma actualizada e rigorosa, fornece a situação empresarial das duas regiões;

- *estudos comparativos de natureza socio-económica* entre aquelas regiões.

Está ainda em curso, por iniciativa da FRAH, um concurso denominado *Jovens Ideias do Douro*, com o objectivo de premiar ideias ou projectos apresentados por jovens com idade inferior a 36 anos, que contribuam para o desenvolvimento e promoção do Vale do Douro, em toda a sua extensão.

Finalmente, mas não de somenos importância, a FRAH desenvolveu um Projecto de criação do *Instituto Interuniversitário Rei Afonso Henriques*, o qual constitui um dos objectivos fundacionais contemplados nos Estatutos da Fundação.

Neste Instituto Interuniversitário, de carácter hispano-português, estarão representadas as Universidades de León, Porto, Salamanca, Trás-os-Montes e Alto Douro e Valladolid. Estas Universidades integram o Patronato da Fundação e encontram-se já representadas, a nível de vice-Reitores, na Comissão Promotora do Instituto Interuniversitário, podendo alargar-se a outras Universidades portuguesas e espanholas que pretendam integrar o Instituto.

Durante o ano de 1998, a Comissão Promotora do Instituto Interuniversitário accionou um inquérito de consulta às Universidades já referidas, para se definir um perfil do Instituto.

Na sequência de contactos realizados com os representantes das Universidades, a estratégia acordada é a de configurar o Instituto em função da legislação espanhola, para o mesmo ser, entretanto, contemplado e reconhecido pela legislação portuguesa.

8. CONCLUSÃO

No século XIX, o Norte de Portugal e a região de Castela e Leão, se bem que excepcionalmente, desenvolveram uma frutuosa e útil experiência de relacionamento económico e social, a qual, lamentavelmente, pelas razões que expusemos, não mais foi reatada até ao presente.

Dessa experiência resta-nos essa vontade, esse querer expresso pelo Porto e o Norte de Portugal, de ultrapassar fronteiras e de estabelecer com a Espanha interior relações económicas benéficas para ambas as partes. A aproximação ao país vizinho e à Europa constitui uma velha aspiração do Norte de Portugal, consciente de que os caminhos da modernidade a tal exigem.

. Hoje, importa rasgar novos caminhos para que a cooperação económica, social e cultural entre as regiões do Norte de Portugal e de Castela e Leão seja, finalmente, entendida, no quadro mais amplo da construção da Europa, como uma exigência irrecusável.

Nesse sentido, parece-nos urgente efectuar uma avaliação das políticas e dos projectos de cooperação transfronteiriça em curso, estudar a hipótese da materialização de projectos comuns face às instâncias europeias de decisão, e reforçar a acção da Fundação Rei Afonso Henriques, uma instituição peninsular única no contexto das relações entre Portugal e Espanha.

BIBLIOGRAFIA

- ALISTE, José Manuel del Barrio (1999) – *Proceso de cambio y tendencias de futuro de la sociedad rural de Zamora. Implicaciones para el desarrollo rural del espacio fronterizo*, Fundação Rei Afonso Henriques, Zamora.
- Cortes de Castilla y León (1995) – *La Cooperación de Castilla y León con Portugal*, Valladolid.
- Cortes de Castilla y León (1994) – *Diario de Sesiones. III Legislatura, 17 de Marzo de 1994. Situación de los Programas y Redes Transfronteirizas*, n.º 283.
- DINIZ, Francisco José Lopes de Sousa (1999) – *Desenvolvimento rural, que perspectivas? O caso do Alto Trás-os-Montes e Douro*, Fundação Rei Afonso Henriques, Zamora.
- Diputación Provincial de Zamora (1993) – *Trás-os-Montes. Zamora. La frontera que nos une*, Zamora.
- Junta de Castilla y León (1992) – *Estudio sobre las áreas de cooperación entre la región Norte de Portugal y la comunidad de Castilla y León*, Valladolid.
- Portugal: *os desafios dos anos noventa*, Lisboa, 1989.
- SIMÕES, José Manuel; PORTELA, José; CEPEDA, Francisco (coord.) (1996) – *A Região fronteira de Trás-os-Montes. Diagnóstico e estratégia de desenvolvimento*, Fundação Rei Afonso Henriques, Zamora.
- SOUSA, Fernando de (1973) – *Trás-os-Montes. Subsídios para a sua História em Fins do Século XVIII, Princípios do Século XIX*, 2 volumes, Porto (tese de licenciatura).
- SOUSA, Fernando de (1974) – *A Memória dos abusos praticados na comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)*, Porto, (separata da *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*", volume IV).

- SOUSA, Fernando de (1976) – *Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga. A comarca de Vila Real nos fins do século XVIII*, Braga, (separata da revista *Bracara Augusta*, tomo XXX, Braga).
- SOUSA, Fernando de (1977) – *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real*, Porto.
- SOUSA, Fernando de (1977) – *A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813)*, Vila Real.
- SOUSA, Fernando de (1978) – *A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1780-1812)*, Lisboa, 1978 (separata da *Revista de História Económica e Social*, volume II, Lisboa).
- SOUSA, Fernando de (1979) – *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real*, II, Vila Real.
- SOUSA, Fernando de (1980) – *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, 2 volumes, Porto (tese de doutoramento).
- SOUSA, Fernando de (1982) – *O Arquivo Municipal de Moncorvo*, Porto.
- SOUSA, Fernando de (1983) – *Os Votos de Santiago na comarca de Moncorvo (século XVIII)*, Lisboa.
- SOUSA, Fernando de (1983) – *Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real*, III, Vila Real, (colaboração do doutor Silva Gonçalves).
- SOUSA, Fernando de (1983) – *População e Economia do Distrito de Vila Real em meados do século XIX*, (separatas da revista *Estudos Transmontanos*, n.º 1), Vila Real.
- SOUSA, Fernando de (1987) – *Memórias de Vila Real*, 2 volumes, Vila Real (colaboração do doutor Silva Gonçalves).
- SOUSA, Fernando de (1987) – *Inquisição e heresia nos finais do século XVIII*, Porto, (separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II série, Porto).
- SOUSA, Fernando de (1989) – *Vila Real. A memória de uma cidade*, Porto, 1989 (separata da "Revista da Faculdade de Letras. História", II série, Porto).
- SOUSA, Fernando de (1989) – *A Banca do Porto no século XIX (introdução ao catálogo A cor do dinheiro. Notas bancárias ligadas à banca portuense dos fins do século passado na colecção do Gabinete de Numismática, Casa Tait)*, Porto.
- SOUSA, Fernando de (1995) – *História da Estatística em Portugal*. Lisboa.
- SOUSA, Fernando de (1995) – *Dois Empresários do Norte. Os irmãos Borges*. Lisboa.
- SOUSA, Fernando de (1995) – *O Levantamento absolutista de Vila Real em 1823* (separata da revista *Estudos Transmontanos*, n.º 6), Vila Real.
- SOUSA, Fernando de (1997) – *Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá* (separata da revista *População e Sociedade* n.º 3), do CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família, Porto.
- SOUSA, Fernando de (1999) – *Uma descrição de Trás-os-Montes em finais do século XVIII* (separata da revista *População e Sociedade* n.º 4), do CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família, Porto.

- SOUSA, Fernando de (1999) – *Para a história da indústria das sedas em Trás-os-Montes (1819-1823)*, separata da revista *População e Sociedade* n.º 5 do CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto.
- SOUSA, Fernando de (1999) – *A reestruturação da indústria das sedas em Trás-os-Montes nos Finais de Setecentos*, separata da revista *População e Sociedade* n.º 5 do CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto.
- TRIGAL, Lorenzo López (coord.) (1994) – *Zamora. Un espacio de frontera*, Fundação Rei Afonso Henriques, Zamora.
- TRIGAL, Lorenzo López; GONZÁLEZ, Rubén Lois; GUICHARD, François (1997) – *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa. Actas Simposium. Vilar Formoso, 1996*, Fundação Rei Afonso Henriques, Zamora.
- TRIGAL, Lorenzo López (1999) – *Informe sobre “Aspectos Institucionales e Instrumentales de la ordenación del territorio en el Duero a partir de la integración comunitaria: Balance y perspectivas”*, Associação Ibérica de Municipios Ribereños del Duero (relatório policopiado).

CURRICULA

A revista *População e Sociedade* vai começar a publicar os *curricula* abreviados dos seus colaboradores, de forma a melhor se conhecer a sua actividade científica e a permitir mais facilmente os contactos entre os mesmos. Nestes número publicamos o *curriculum* do Prof. Doutor Fernando de Sousa, presidente da direcção do CEPESE e vice-presidente da Fundação Rei Afonso Henriques, assim como dos organizadores do Encontro cujas actas agora editamos, o Prof. Doutor Celso Almuiña Fernandez e a Prof.^a Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira.

FERNANDO ALBERTO PEREIRA DE SOUSA

Nasceu na freguesia de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia, a 1 de Outubro de 1942.

Em 1971, concluiu o *Curso de Ciências Pedagógicas*, da Faculdade de Letras do Porto, com 17 valores.

Em 1973, terminou a sua *Licenciatura em História*, na Faculdade de Letras do Porto, após defesa da tese de licenciatura, com 16 valores.

Em 1980, efectuou *provas de doutoramento*, tendo sido aprovado por unanimidade, com distinção e louvor.

Em 1982, concluiu as suas provas de agregação para professor catedrático, apresentando um programa da cadeira de *História Económica e Social (séculos XVIII-XX)* e como tema de lição, *Mobilidade geográfica no Portugal de fins do Antigo Regime (1767-1836)*.

É Professor Catedrático de *História Económica e Social* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, desde 1984.

É Presidente da direcção do *Centro de Estudos de Economia População e Sociedade* (CEPESE) da *Universidade do Porto* e director da sua revista, *População e Sociedade*.

1. ACTIVIDADE CÍVICA E POLÍTICA

Foi membro da Assembleia do Atlântico Norte e relator da *Comissão de Educação e Cultura*, entre 1983-1986 e 1991-1999; *Presidente da Direcção do Ateneu Comercial do Porto* entre 1987-1992 e Presidente da Assembleia Geral entre 1992-1998; Deputado à *Assembleia da República*, entre 1983-1985 e 1991-1999; Presidente da *IX Conferência Interparlamentar EUREKA* (1997-1998); Presidente da *Comissão Parlamentar da História e Património do Parlamento, da Assembleia da República*; Membro da *Comissão de Defesa Nacional e da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, da Assembleia da República*; Presidente da *Assembleia Geral do Centro Português para a Cooperação* (CPPC).

É vice-presidente da *Fundação Rei Afonso Henriques* desde a sua criação.

2. ACTIVIDADE CIENTÍFICA

Tem participado em numerosas reuniões científicas, conferências e visitas de trabalho quer em Portugal, quer no estrangeiro (Estados Unidos, Brasil, Luxemburgo, Turquia, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, Alemanha, Noruega, Hungria, Itália, França, Espanha, Macedónia, Grécia, Japão, Macau, China).

Tem orientado numerosas dissertações de mestrado e doutoramento no âmbito da História Contemporânea, quer na Faculdade de Letras do Porto, quer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

3. TRABALHOS PUBLICADOS

Trás-os-Montes. Subsídios para a sua História em Fins do Século XVIII, Princípios do Século XIX, 2 volumes, Porto, 1973 (tese de licenciatura).

A Memória dos Abusos Praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790), Porto, 1974 (separata da *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*, volume IV, 1974).

Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga. A Comarca de Vila Real nos Fins do Século XVIII, Braga, 1976 (separata da revista *Bracara Augusta*, tomo XXX, Braga, 1976).

Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real, Porto, 1977.

O Porto e a Revolta de 31 de Janeiro, Porto, 1977.

Portugal nos Fins do Antigo Regime (Fontes para o seu estudo), Braga, 1977 (separata da revista *Bracara Augusta*, tomo XXXI, Braga, 1977).

A Indústria em Trás-os-Montes (1780-1813), Vila Real, 1977.

Influência de Herculano no Republicanismo Português, Porto, 1978.

A Esquerda e a Direita em Portugal. Os Funcionários do Tesouro Público em 1834, Braga, 1978 (separata da revista *Bracara Augusta*, tomo XXXII, Braga, 1978).

A Salamancaada e a Crise Bancária do Porto, Porto 1978 (separata da revista *Nummus*, 2.ª série, volume I, 1978).

A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1780-1812), Lisboa, 1978 (separata da *Revista de História Económica e Social*, volume II, Lisboa, 1978).

Relatório dos Arquivos a Norte do Douro (separata da *Revista de História Económica e Social*, volume III, Lisboa, 1979).

Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real, II, Vila Real, 1979.

O Clero da Diocese do Porto ao Tempo das Cortes Constituintes, Porto, 1979 (separata da *Revista de História*, volume II, do Centro de História da Universidade do Porto).

A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX, 2 volumes, Porto, 1980 (tese de doutoramento).

Aspectos Sociodemográficos de Salvaterra de Magos nos Finais do Século XVIII, (separata da revista *Análise Social*, 2.ª série, volume XVII, 1981, 2.º), (em colaboração com o Prof. Doutor Manuel Nazareth).

O Rendimento das Ordens Religiosas nos Finais do Antigo Regime, Lisboa, 1981 (separata da *Revista de História Económica e Social*, volume VII, Lisboa, 1981).

O Arquivo Municipal de Moncorvo, Porto, 1982.

Os Votos de Santiago na Comarca de Moncorvo (século XVIII), Lisboa, 1983.

Catálogo do Arquivo Distrital de Vila Real, III, Vila Real, 1983 (colaboração do doutor Silva Gonçalves).

A Demografia Portuguesa em Finais do Antigo Regime — Aspectos Sociodemográficos de Coruche, Lisboa, 1983 (em colaboração com o Prof. Doutor Manuel Nazareth).

População e Economia do Distrito de Vila Real em Meados do Século XIX (separata da revista *Estudos Transmontanos*, n.º 1), Vila Real, 1983.

Banco Borges & Irmão. Cem Anos de Actividade (1884-1984), Porto, 1984.

Banco Borges & Irmão. Uma Instituição Centenária, Porto, 1984.

Final Report of the Sub-Committee on the Successor Generation, Bruxelas, 1985 — (enquanto relator da *Comissão de Educação e Cultura da Assembleia do Atlântico Norte*).

O Arquivo da Misericórdia de Aveiro, Aveiro, 1985 (colaboração dos doutores Gaspar Martins Pereira, Jorge Alves e Jorge Ribeiro).

O Arquivo Municipal de Aveiro, Aveiro, 1986 (colaboração dos doutores Gaspar Martins Pereira, Jorge Alves e Jorge Ribeiro).

Memórias de Vila Real, 2 volumes, Vila Real, 1987 (colaboração do doutor Silva Gonçalves).

A Demografia Portuguesa do Antigo Regime — Samora Correia em 1790 (em colaboração com o Prof. Doutor Manuel Nazareth, Lisboa, 1987).

Inquisição e Heresia nos Finais do século XVIII, Porto, 1987 (separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IV, Porto, 1987).

O Arquivo do Governo Civil do Porto, Porto 1988 (colaboração dos licenciados Gaspar Martins Pereira, Jorge Alves e Jorge Ribeiro).

Alto Douro. Douro Superior, Lisboa, 1988 (em colaboração com o licenciado Gaspar Martins Pereira).

Hospital de Santa Maria. Uma Instituição Centenária (1888-1988), Porto, 1988.

Vila Real. A Memória de uma Cidade, Porto, 1989 (separata da *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.ª série, volume VI, Porto, 1989).

O Arquivo Municipal de Penafiel, Penafiel, 1989 (colaboração dos doutores Gaspar Martins Pereira, Jorge Alves e Jorge Ribeiro).

O Arquivo Municipal de Ovar, Ovar, 1989 (colaboração dos doutores Gaspar Martins Pereira, Jorge Alves e Jorge Ribeiro).

A Banca do Porto no Século XIX (introdução ao catálogo *A cor do dinheiro. Notas bancárias ligadas à banca portuense dos fins do século passado na coleção do Gabinete de Numismática*, Casa Tait), Porto, 1989.

Jornal de Notícias. A Memória de um Século (1888-1988), Porto, 1989.

Arquivo Municipal de Felgueiras, Felgueiras, 1990 (colaboração dos doutores Jorge Alves, Elvira Castanheira e Paulo Gouveia).

Cartas de Basílio Teles no Exílio (1891-1893), Porto, 1991 (separata da revista "Nova Renascença", vol. X, Porto, 1991).

As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-1894), Porto, 1991 (separata da *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, vol. VIII, 1991, editado, ainda nos *Trabalhos e Documentos do CENPA* - 9).

Um Instituto Religioso na República. As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora (1910-1926), Porto, 1992 (separata da *Revista da Faculdade de Letras, História*, vol. IX, Porto, 1992).

O Arquivo Histórico Municipal de Vila Nova de Gaia (colaboração dos doutores Jorge Alves, Elvira Castanheira e João Maia), Vila Nova de Gaia, 1993.

As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-1992), Porto, 1993.

História da Estatística em Portugal, Lisboa, 1995.

Dois Empresários do Norte. Os Irmãos Borges, Lisboa, 1995.

O Levantamento Absolutista de Vila Real em 1823 (separata da *Revista Estudos Transmontanos*, n.º 6), Vila Real, 1995.

A População Portuguesa em Finais do Século XVIII (separata da revista *População e Sociedade* n.º 1, do CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família). Porto, 1995.

Aliança UAP. Uma História de Seguros, Porto, 1995 (em colaboração com o professor doutor Jorge Fernandes Alves).

A População Portuguesa nos Inícios de Século XIX (separata da revista *População e Sociedade* n.º 2, do CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família). Porto, 1996.

A Associação Industrial Portuense, Porto, 1997 (em colaboração com o professor doutor Jorge Fernandes Alves).

Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos, Lisboa, 1997 (em colaboração com o professor doutor Jorge Fernandes Alves).

Uma Descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá (separata da revista *População e Sociedade* n.º 3, do CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família), Porto, 1998.

Uma Descrição de Trás-os-Montes em finais do século XVIII (separata de revista *População e Sociedade* n.º 4, do CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família), Porto, 1999.

Para a História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1819-1823), (separata da revista *População e Sociedade* n.º 5, do CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), Porto, 1999.

A Reestruturação da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes nos Finais de Setecentos (separata da revista *População e Sociedade* n.º 5, do CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), Porto, 1999.

CELSO JESÚS ALMUIÑA FERNÁNDEZ**1. Títulos Académicos**

Profesor de Enseñanza Primaria, Universidad de Santiago (1960).
 Licenciado en Historia, Universidad de Valladolid (1970).
 Graduado en Periodismo, Universidad de Madrid (1975).
 Doctor en Historia, Universidad de Valladolid (1976).

2. Puestos Docentes Ocupados

Professor ayudante de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Valladolid (1970-1976).
 Professor adjunto interino (1976-1978).
 Professor adjunto numerario (1978-1980).
 Professor agregado numerario de la Universidad de Extremadura (1980).
 Professor agregado numerario de la Universidad de Valladolid (1980-1982).
 Catedrático de Historia Contemporánea, Universidad de Valladolid desde 1982.

3. Publicaciones: Libros

Teatro y cultura en el Valladolid de la ilustración. Los medios de comunicación en la segunda mitad del siglo XVIII, Valladolid, Ayuntamiento de Valladolid, 1974.

Libertad de prensa en el s. XVIII. El "Diario Pinciano" (1787-88) y la inquisición, inédito, 1975.

La prensa vallisoletana durante el siglo XIX (1808-1894), Valladolid, Institución Cultural Simancas, 2 vols., 1977.

Historia de Valladolid, vol. 1, 1977, p. 11-27. (con otros autores)

"Diario Pinciano", primer periódico de Valladolid (Estudio Preliminar), Grupo Pinciano, 1978, p. 3-74.

Historia de los pueblos de la provincia de Valladolid de J. Ortega Rubio (introducción), Valladolid, Grupo Pinciano, 1979, p. 1-10.

Historia de Valladolid de Matias Sangrador Vitores (introducción), Valladolid, Grupo Pinciano, 1979, XXIII pág.

Valladolid. Recuerdos y grandezas de Casimiro G. Garcia (introducción), Valladolid, Grupo Pinciano, 1980, XIII pág.

Historia de la Universidad Valladolid, Valladolid, Secretariado de Publicaciones de la Universidad Valladolid, 1980, 1986 (2.ª ed.).

Historia del mundo contemporáneo, Madrid, Anaya, 1981. (con otros autores)

Guía de la Universidad Valladolid, Valladolid, Universidad Valladolid, 1982. (con otros autores)

Castilla artística e histórica (introducción), Valladolid, Grupo Pinciano, 1982, p. 9-24.

Historia general de España y América, tomo XVI-I, Madrid, Rialp, 1982, p. 135-154.

Proceso inquisitorial a un periodista, Valladolid, Caja de Ahorros Provincial de Valladolid, 1983. (con otro autor)

El pasado histórico de Castilla y León, vol. 3, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1983, p. 342-377.

Narciso Alonso Cortes y el renacimiento de la cultura Castellana. «Castilla artística e histórica», Valladolid, Grupo Pinciano, 1984, XIV pág.

El cronicon de Valladolid del Dr. de Toledo (introducción), Valladolid, Grupo Pinciano, 1984, X pág.

Historia de Valladolid VI. Valladolid en el siglo XIX, Valladolid, Ateneo de Valladolid, 1985. (con otros autores)

Valladolid, imagenes del ayer, Valladolid, Grupo Pinciano, 1985, p. 3-30.

El movimiento obrero en Valladolid durante la II Republica (1931-1936) de Angel de Prado (Prólogo), Valladolid, Junta de Castilla y León, 1985, p. 9-11.

La ciudad de burgos, 1985, p. 545-583.

Las elecciones del frente popular en Valladolid de M^a Concepción Marcos del Olmo. (Prólogo), Valladolid, Diputacion, 1986, p. 7-11.

Historia de Castilla y León. Liberalismo y Caciquismo (S. XIX), Valladolid, Ambito, S. A., 1986.

Historia de Castilla y León. Tempo de reto e esperanza, Valladolid, Ambito, S. A., 1986, p. 146-172.

Historia de Valladolid de Juan Antolínez de Burgos. (Estudio Preliminar), Valladolid, Grupo Pinciano, 1987, p. 5-15.

Castilla y León, Geografía-Historia-Arte-Lengua-Literatura-Cultura-Tradiciones, Madrid, Anaya, S. A., 1987. (con otros autores)

La Prensa Española durante el siglo XIX, Almeria, Instituto de Estudios Almerienses, 1987, p. 13-21.

Valladolid, Grabados y Litografias (Prólogo), Valladolid, Grupo Pinciano, 1988, 4 pág.

Historia de la Universidad de Valladolid (Introducción general), tomo 2, Valladolid, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 1989, p. 369-413.

Escuela Universitaria Politecnica, LXXV Aniversario, Valladolid, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 1989, p. 1-35.

Guerra y Avatares de los Vallisoletanos (XIX). «Valladolid, Diarios Curiosos (1807-1841)» de VV.AA. (Prólogo), Valladolid, Grupo Pinciano, 1989, p. 5-10.

Haciendo Historia, Homenaje a Carlos Seco Serrano, tomo 2, Madrid, Universidad Complutense, 1989, p. 615-624.

Construir Europa, Castilla y León, Madrid, Centro de Estudios Ramon Areces, 1991, p. 295-350.

Los Nacionalismos en la España de la II Republica, Madrid, siglo XXI, 1991, p. 415-437.

Catalogo de la Prensa Vallisoletana del siglo XX, Valladolid, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 1992 (con otros autores)

El Valladolid del Ayer: CAP. «La Historia de cada dia», Valladolid, S. P. U. V., 1993, p. 7-12.

Valladolid en el Mundo. La Historia de Valladolid, Valladolid, Ambito S. A., 1993, p. 261-296.

Europa, Hoy, Buenos Aires, Ediciones Ciudad Argentina, 1994, p. 77-146 y 335-362.

Tordesillas-1494, CAP: "Tordesillas, Lugar de Encuentro", Madrid, Electra, 1994, p. 17-19.

Hemeroteca Municipal de Madrid. CAP: "Prensa de Provincias", Madrid, Ayuntamiento de Madrid, 1994. (con otros autores)

La Comprensión de la Historia por los Adolescentes. CAP: "Crisis Historiografica y Comprensión de la Historia", Valladolid, U. V. -ICE., 1994, p. 7-16.

Masoneria y Crisis Finisecular (1898), in "A Masoneria Española entre Europa y America", tomo 2, Zaragoza, Gobierno de Aragon, 1995, p. 583-601.

Los Medios de Comunicación en la Crisis del Antiguo Regimen entre las "Voces Vagas" y la Dramatización de la palabra, in "Antiguo Regimen y Liberalismo. 3. Política y Cultura", tomo 3, Madrid, Alianza Editorial, 1995, p. 405-418.

Historia de la Comunicación: Propuestas Metodológicas, in "Metodologías para la Historia de la Comunicación Social", Barcelona, Universidad Autónoma de Barcelona, 1996, p. 9-14.

Prensa y Poderes en la España Tardo-Liberal, Primer Tercio del XX, in "Presse et Pouvoir en Espagne 1868-1975", Madrid / Bordeaux, 1996, p. 39-54.

Sociedad y Prensa Burgalesa, in "Prensa Periódica en Burgos durante el siglo XIX de Juan Carlos Pérez Manrique", Burgos, 1996, p. 11-17.

La Radio durante la Guerra Civil (1936-39). La Guerra de las Palabras, in «La Guerra Civil Española (1936-39)» por Luis Palacios Bañuelos, Madrid, Edilibro, 1996 p. 260-275.

España dentro del Complejo Contexto Internacional Finisecular (1898), in "1895. La Guerra en Cuba y la España de la Restauración", Madrid, Editorial Complutense, 1996, p. 119-143.

Los Orígenes de la Guerra Civil. El Asesinato de Calvo Sotelo y la Masonería, tomo 2, Toledo, 1996, p. 971-1027.

Movimientos Sociales y Opinión Pública, in "Movimentos Sociais e Poder. Actas dos 2º Cursos Internacionais de Verão de Cascais", tomo 2, 1996, p. 61-78.

Prensa y Poderes en la España Tardo-Liberal (Primer Tercio del siglo XX) in "Presse et Pouvoir en Espagne, 1868-1975", Bordeaux, 1996, p. 39-54.

El Fenómeno Nacionalista en España. Comunidades Autónomas. in "Estados e Sociedades Ibéricas. Realizações e conflitos (séculos XVIII-XX)", vol. 3, Cascais, 1997, p. 47-74.

Siglo XIX, in "Historia de Valladolid", Valladolid, Ambito, 1997, p. 189-220.

La Prensa Española Ante el 98, in "Crónica Ilustrada de un Año. 1898", Valladolid, 1998, p. 12-22.

4. Publicaciones: Ponencias/Artículos

El Periodismo Humorístico-Satírico en el siglo XIX. "Actas del Premio Nacional de Periodismo, Juan Mañe y Flaquer", tomo 1, vol. 1, Tarragona, Torredembarra, 1972, p. 13-29.

El Norte de Castilla en la Vida de Santiago Alba. "Estudios de Información", n.º 21-22, Madrid, 1972, p. 263-284.

Análisis Práctico de un Periódico (La Conciliación de Valladolid Ilustrativo del Drama Político Postrevolucionario (1869-70)). "I Jornadas de Metodología de las Ciencias Históricas, Universidad de Santiago de Compostela", vol. 4, Santiago de Compostela, 1975, p. 289-301.

Castilla Sale de su Letargo. Nacimiento y Configuración del Regionalismo Castellano Viejo Decimonónico. "Historia/16", n.º 28, Madrid, 1978, p. 56-63.

La Prensa Española durante la Ilustración. "Historia/16", vol. 1, Madrid, 1978, p. 141-150.

El Proteccionismo Cerealístico Castellano en el siglo XIX. "Historia/16", vol. 1, Madrid, 1979, p. 55-61.

Prensa y Poder en la España Contemporánea. "Investigaciones Históricas (Universidad de Valladolid)", n.º 1, Valladolid, 1979, p. 298-327.

El Antimonarquismo de los Progresistas (1864-65). Antonio Canovas de Castillo y la Ley de Prensa del 29 de Junio de 1864. "Cuadernos de Investigación Histórica", n.º 3, Madrid, 1979, p. 5-34.

Aproximación a la evolución de la Prensa Española entre (1868-1930). "Investigaciones Historicas", n.º 2, Madrid, 1980, p. 295-343.

La Prensa y la Enseñanza de la Historia. "Apuntes de Educación, Ciencias Sociales", n.º 3, Madrid, 1981, p. 1-6.

Clericalismo y Anticlericalismo a Traves de La Prensa Española Decimononica. "La Cuestion Social en la Iglesia Española Contemporanea", n.º 4-5, El Escorial, 1981, p. 122-175.

Comentario de Textos Historicos. "Apuntes de Educacion", n.º 5, Madrid, 1982, p. 6-9.

La Prensa Periodica. "Historia General de España y America", n.º XVI-1, Madrid, 1982.

Historiadores Clasicos Vallisoletanos. "Vallisoletanos", n.º 27, Valladolid, 1974, p. 225-252.

La otra História: El reverso de la guerra de la independencia el Valladolid. "Llanuras", n.º 5-6, Valladolid, 1986, p. 83-88

La Jurisdicción Militar y el Control de los Medios de Comunicación. Annual y la Censura de Material Grafico (1921). "Investigaciones Historicas", n.º 6, Valladolid, 1986, p. 216-255.

Rosalía e Castela/Castela e Rosalia. "Actas: Do Congresso Internacional de Estudos sobre Rosalia de Castro e o seu Tempo", tomo 2, Santiago de Compostela, 1986, p. 251-260.

Los Gobernadores Civiles y el Control de la Prensa Decimononica. "Actas: La Prensa de los siglos XIX y XX", Bilbao, 1986, p. 167-182.

La Constitucion Gaditana. El Marco Historico Inmediato a sus Azarosas Proclamaciones. "Gades 1812-1987", n.º 16, Cádiz, 1987, p. 153-189.

La Prensa Espanõla durante el siglo XIX, Almeria, Instituto de Estudios Almerienses, 1987, p. 13-23.

Miedo y Orden Publico. Las Milicias del Orden (1873). "Policia Municipal. Revista Tecnico-Legislativa", n.º 434, Madrid, 1987, p. 13-17.

Ideologia y Enseñanza en la España Contemporanea. La Lucha por el Control de la Escuela. "Investigaciones Historicas", n.º 7, Valladolid, 1988, p. 203-235.

El Desastre de Annual (1921) y su Proyeccion sobre la Opinión Publica Española. "Investigaciones Historicas", n.º 8, Valladolid, 1988, p. 181-246.

Periodicos y Periodistas. "Vallisoletanos", Valladolid, 1988.

Historiografie in Spanje. Current Spanish Historiography on the Contemporary. "Theoretische Geschiedenis (Amsterdam)", n.º 3, Amsterdam, 1988, p. 329-341.

La Prensa Escrita, como Documento Historico. "Haciendo Historia (Homenaje a Carlos Seco)", Madrid, 1989.

El Pensamiento de Castelao por Contraste (Badaxoz, 1935). "Actas: Congreso Castelao (1986)", tomo 1, Santiago de Compostela, 1989, p. 359-380.

Negócio e Ideologia en la España de la segunda mitad del XVIII. La Compañia de Impresores y Mercaderes de Libros de Madrid. "Investigaciones Historicas", n.º 3, Valladolid, 1989, p. 71-96.

Empresarios y Empresariales. La Burguesia Harinera Castellana: Un Nuevo Tipo de Empresario. "Anales de Estudios Economicos y Empresariales", tomo 4, Valladolid, 1989, p. 85-101.

Prensa y Opinión Publica. La Prensa como Fuente Historica para el Estudio de la Masoneria. "Actas: Masoneria, Politica y Sociedad", tomo 2, Zaragoza, 1989, p. 245-279.

Negocio e Ideologia en la España de la segunda mitad del XVIII. La Campañade Impesores y Mercaderes de Libros de Madrid. "Investigaciones Historicas", n.º 9, Valladolid, 1989, p. 71-96.

Historia e Historias. Entre el Ambito Local y el Marco General. "Jornadas sobre Historia Local", Cordoba, 1989.

Prensa Castellana, Opinión Publica y Masoneria (1856-1936). "Actas: Masoneria, Revolucion y Reaccion", Alicante, 1990, p. 353-368.

Proceso a la Prensa Vasca (1936-39). La Inquisición Franquista y la Formación de la Causa General. "Actas: Comunicación, Cultural y Política durante la II República y la Guerra Civil", tomo 1, Bilbao, 1990, p. 46-80.

Hispania, Revista de Historia (1940-1989): Análisis y Evolución de Contenidos. "Hispania, Revista Española de Historia", n.º 175, Madrid, 1990, p. 193-416.

Castilla ante el Nacionalismo en la II República. Atraves de los Debates Parlamentarios. "Actas: Las Cortes de Castilla y León, 1188-1988", Valladolid, 1990, p. 321-25.

La Revolución Francesa y España: Aspectos Regionales. "Actas: Repercusiones de la Revolución Francesa en España", Madrid, 1990, p. 297-326.

Formas de Resistencia Frente a los Franceses. El Concepto de Guerra Total. "Actas: Repercusiones de la Revolución Francesa en España", Madrid, 1990, p. 453-471.

Fondos y Metodología para el Análisis de la Prensa Local. "Actas: Fuentes y Métodos de la Historia Local", Zamora, 1991, p. 389-399.

¿Como Sigue el Enfermo?, Según la Prensa Española. Congreso sobre el Pronunciamiento Republicano do (1891), Oporto, 1991.

Uso y abuso del vino en la Cultura Mediterránea. "Actas: Semana Europea de Prevención Sobre Drogas", Valladolid, 1992, p. 63-72.

La Crisis del Antiguo Régimen en España. La propaganda como arma de combate. "Actas: 17 Congreso Internacional de Ciencias Históricas", tomo 2, Madrid, 1992, p. 753-770.

El dos de Mayo Madrileño. Las reacciones de la Opinión Pública. "Actas: Congreso Internacional El dos de Mayo y sus Precedentes", Madrid, 1992, p. 1483-501.

Revolución burguesa prensa e cambio social. "Actas: Doscentos anys de Prensa Valenciana", Valencia, 1992, p. 19-40.

Los Medios de Comunicación Social y la delimitación de ámbitos territoriales. "Congreso A Imprensa no Mundo de Expressão Portuguesa", Porto, 1992.

Castilla y León. Libertad de Prensa y Derecho a la Información, Avila, 1992.

Informática y Neopositivismo. "Actas: I Congreso Asociación de Historiadores de La Edad Contemporánea", Salamanca, 1992.

Independencia de Filipinas y Masonería. Los orígenes de una polémica ahistórica. "Actas: Masonería Española y Americana", tomo 2, Zaragoza, 1992, p. 1021-1038.

Valladolid a Traves de los Sentidos. "Investigaciones Históricas", n.º 12, Valladolid, 1992, p. 301-314.

El Papel de La Historia dentro de las Ciencias Sociales. "Actas: Espacio, Sociedad en curricula de Ciencias Sociales de E. Primaria Y Media", Valladolid, 1992.

La Opinión Pública como Factor Explicativo e Interpretativo. "Actas: História a Debate", Santiago de Compostela, 1993.

Masonería y Guerra Civil Propaganda Antimasonica: "La Francmasonería, Crimen de Lesa Patria". "Actas: Masonería y Periodismo en La España Contemporánea", Zaragoza, 1993, p. 155-174.

Elogio y Petición del Doctorado Honoris Causa del Profesor Dr. Don Vicente Palacio Atard. "Universidad de Valladolid, doctorado "Honoris Causa" de D. Fernando Lazaro Carreter y D. Vicente Palacio Atard", 1993, p. 30-42.

El Actual Modelo Informativo. "Revista Extremadura", n.º 10, 1993, p. 13-20.

Medios de Comunicación en la Crisis del Antiguo Régimen. Entre las "Voces Vagas" y la Dramatización de la Palabra. "Homenaje a Miguel Artola (Congreso)", vol. 2, Madrid, 1993, p. 30-45.

Masonería y Crisis Finisecular (1898). "Actas: Masonería Española e Hispano Americana", Zaragoza, 1993.

Un Modelo Liberal de Prensa Castellana. El Norte de Castilla (1854-1994). "Tres Modelos de Prensa em Valladolid", Valladolid, Ateneo 1994, p. 7-27.

Permanencias y Opiniones en el Mundo Rural Contemporáneo. "Actas: Estudios sobre la Tradición", Valladolid, 1994.

- Prensa de Provincias*, Madrid, 1994.
- El Discurso Iberista entre el Vacío e el Recelo*. "Actas: I Curso Internacional de Cascais", 1994.
- Prensa y Poderes en la España Tardo-Liberal (primer Tercio del Siglo XX)*. "Actas: Colloque International Presse et Pouvoir en Espagne, (XIX-XX^e Siecle)", Bordeaux, 1994.
- Evolución de los Medios Informativos en el Estado Español*. "Actas: Prensa, Radio I Televisio des d'una Perspectiva Historica", Palma de Mallorca, 1994.
- Los Medios de Comunicación Social, Poder de Manipulacion y Capacidad de Transformacion*. "Jornadas sobre Prensa y Sociedad en la España Contemporanea", Murcia, 1994.
- Grandes Debates Historicos y Opinión Publica*. "II Congres Internacional de Comunicacio Social. La Comunicacio Social a L'Espanya Contemporania", Castellon, 1994.
- La Prensa como fuente para la historia de la población*. "População Portuguesa. Historia e Prospectiva", Porto, CEFFAN, 1994.
- El Regio-Nacionalismo Castellano Decimononico*. "Actas: III^{as} Jornadas de Debat. Origens I Formacio dels Nacionalismes a Espanya", Reus, 1994, p. 171-192.
- Relacion de Publicaciones Periodicas de Castilla y Leon existentes en la Hemeroteca Municipal de Valladolid*. "Investigaciones Historicas", n.º 14, Valladolid, 1994, p. 273-285.
- Evolución de los Medios Informativos en el Estado Español*. "Actas: Prensa, Radio I Televisio des d'una Perspectiva Historica", Palma de Mallorca, 1994.
- De la Responsabilidad Social del Periodista*. "Actas: Manifiesto de Avila", Avila, 1994, p. 107-124.
- Burgos dentro del Regionalismo Castellano*. "Historia de Burgos", Burgos, 1995, p. 987-998.
- Santiago Alba, Paradigma de Politico Regenerador*. "Investigaciones Historicas", n.º 15, Valladolid, 1995, p. 269-296.
- La Prensa Fuente para la Historia de la Población*. "População e Sociedade", n.º 1, CEPFAM, 1995, p. 119-130.
- De la Diversidad Cultural a la Union Plural*. "Revista de Estudios Europeos", n.º 11, Valladolid, 1995, p. 43-51.
- El Discurso Iberista entre el Vacío y el Recelo*. "Actas: Portugal e o Mundo", Cascais, 1995, p. 209-224.
- Historia de la Comunicación: Propuestas metodológicas. Metodologias para la Historia de la Comunicacion Social*, Barcelona, 1996, p. 7-14.
- Pronunciamiento Republicano de O Porto, 1891*. "¿Como sigue el Enfermo?", *Segun la Prensa Española*. "Investigaciones Historicas", n.º 16, Valladolid, 1996, p. 209-222.
- España ante el Complejo Contexto Internacional Finisecular (1898)* "1895: La Guerra en Cuba y la España de las Restauracion", Madrid, Univ. Complutense, 1996, p. 119-144.
- Movimientos Sociales y Opinión Publica*. "Movimientos Sociales e Poder" Cascais, 1996, p. 61-78.
- La Imagen de la Revolución Rusa en España (1971)*. "Investigaciones Historicas", n.º 17, Valladolid, 1997, p. 207-217.
- Mas Media Versus Mass Media*. "Cuadernos Cinematograficos", n.º 10, Valladolid, 1999.
- Opinión Publica y Crisis Finisecular*. "Actas: Foro IberoAmericano", Valladolid, 1999.
- Dialectica entre Tradicones y Opiniones durante la Epoca Contemporanea*. "Investigaciones Historicas", n.º 19, Valladolid, 1999, p. 125-142.

5. PROLOGOS:

- *El Clero de la Diócesis de Valladolid, durante la Guerra de la Independencia de Mariano Alvarez García*. Diputación Provincial de Valladolid, Instituto Cultural Simancas. Valladolid, 1984.

- *Las Elecciones del Frente Popular en Valladolid de M^a Concepción Marcos del Olmo*, Valladolid, Diputación Provincial, 1986.

- *La Universidad de Valladolid y su hacienda en la transición al régimen liberal* de Rosa M^a Dávila Corona. Universidad de Valladolid, pp. 3-11, 1992.

- *Problemas sociales en Castilla y León durante el Sexenio Revolucionario (1868-1874)* de Rafael Serrano García, pp. 1-5, Universidad de Valladolid, 1992.

- *Católicos, Política e Información. Diario Regional de Valladolid, 1931-1980* de Pablo Pérez López. Universidad de Valladolid, 1994.

- *Información y propaganda en la prensa del Movimiento Libertad de Valladolid, 1931-1979* de Ricardo M. Martín de la Guardia. Universidad de Valladolid, 1994.

- *El sistema educativo de la Restauración en el distrito universitario de Valladolid (1875-1900)* de Ignacio Martín Jiménez. Junta de Castilla y León, Valladolid, pp. 11-14, 1994.

- *Voluntad popular y urnas* de M^a Concepción Marcos del Olmo. Universidad de Valladolid, pp. 1-4, 1995.

- *El Pensamiento Social de Ricardo Macías Picavea* de Laura Serrano. Universidad de Valladolid, 1999.

- *Sociedad y Opinión Pública en Avila en el siglo XIX* de Maximiliano Fernández Fernández, Ávila, 2000.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

É Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde iniciou as suas funções docentes, como assistente, no ano de 1984. Lecciona actualmente as disciplinas de Cultura e Mentalidades na Época Contemporânea e História do Brasil; é também docente do Mestrado de História Contemporânea, integrando a comissão coordenadora da sua edição 1998-2000.

Participou em diversos colóquios, cursos e congressos, realizados em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente em Espanha e no Brasil.

Pertence às direcções do CEPESE — onde dirige a linha de investigação Relações Históricas Peninsulares — e do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras do Porto.

Em 1996 apresentou a tese de doutoramento subordinada ao tema *A Questão Ibérica: Imprensa e Opinião (1850-1870)*, tendo sido bolsista do INIC e da JNICT.

Entre os seus trabalhos publicados, contam-se os seguintes:

O Concubinato e a Pastoral da Culpabilização a partir de Processos Matrimoniais Setecentistas. "Revista de História", vol. 7, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1986-7, p. 209-227.

Os Esposais — Forma e Significado no Contexto da Sociedade Portuguesa de Setecentos. "Revista da Faculdade de Letras — História", 2.ª Série, vol. 5, Porto, 1988, p.189-210.

Representações das Relações de Portugal e Espanha e da Questão Ibérica na "Revue des Deux Mondes" (1831-1880), in "Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Vítor de Sá", Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 303-327.

Mateus de Assunção Brandão versus José Agostinho de Macedo — Uma Polémica em Torno da Revolução, in Actas do Colóquio "A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil", Porto, Universidade do Porto, 1992, p. 305-321.

Arte e Nacionalidade — Uma Proposta de Yriarte a propósito da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882 (em colaboração). "Revista da Faculdade de Letras — História", 2.ª série, vol. 8, Porto, Universidade do Porto, 1991, p. 327-338.

Iberismo e Nacionalismo no Pensamento de José Barbosa Leão: O Futuro de Portugal visto do Porto em 1881. "Revista da Faculdade de Letras — História", 2.ª Série, vol. 9, Porto, Universidade do Porto, 1992, p. 237-249.

O iberismo de Antero revisitado — um percurso biblio-historiográfico, in "Antero de Quental e o Destino de uma Geração. Actas do Colóquio Internacional no Centenário da sua Morte", Porto, Edições ASA, 1994, p. 231-238.

El Porvenir Hispano-Lusitano (1858). Um periódico do Noroeste Peninsular, in "Municipalismo e Desenvolvimento no Noroeste Peninsular — Actas do Congresso", vol. 1, Marco de Canaveses, Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 1996, p. 205-210.

Rodrigues de Freitas e a Espanha in "Rodrigues de Freitas. A Obra e os Contextos", Porto, CLC - FLUP, 1997, p. 201-216.

A navegação do rio Douro no século XIX — Algumas questões. "Douro. Estudos e Documentos", vol. 4, Porto, GEVHID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto), 1997, p. 251-269.

Separação de Pessoas e Bens no Porto do Código Civil à 1.ª República. "População e Sociedade", n.º 3, Porto, CEPFAM (Centro de Estudos de População e Família), 1997, p. 181-196.

Concertação Económica Peninsular e União Aduaneira na Imprensa Portuense — propostas e resistências no 3.º quartel de Oitocentos. "Revista da Faculdade de Letras — História", 2.ª Série, vol. 13, Porto, Universidade do Porto, 1996 [1998], p. 423 - 462.

Jornais, Editores e Tipografias do Porto (1866-1898), in "A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica — Actas do Colóquio", Porto, CLC-FLUP, 1998, p. 95-115.

A América: dos movimentos de emancipação às independências (em colaboração), in "As Américas. Cartografia da Independência nos Séculos XVIII e XIX", Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999, p. 39 - 54.

O Contrabando Luso-Espanhol no século XIX — o discurso dos teóricos. "Revista da Faculdade e Letras — História", 2.ª Série, vol. 14, Porto, Universidade do Porto, 1997 [1999], p. 564-589.

Portugal no tempo do Romantismo, in "As Belas-Artes do Romantismo em Portugal — Catálogo da Exposição do Museu Nacional Soares dos Reis", Porto, Instituto Português dos Museus / Ministério da Cultura, 1999, p. 10 -18.

O Porto no tempo de Garrett, Porto, Biblioteca Pública e Municipal do Porto, 2000.

II ENCONTRO INTERNACIONAL RELAÇÕES PORTUGAL - ESPANHA

UMA HISTÓRIA PARALELA, UM DESTINO COMUM?

A Fundação Rei Afonso Henriques (FRAH) e o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto (CEPESE) vão realizar o 2.º Encontro Internacional de Relações Portugal-Espanha, nos dias 7 e 8 de Julho de 2000, na sede da referida fundação, em Zamora.

O tema eleito para este encontro assume a forma da interrogação — Uma História paralela, um destino comum? — e visa prosseguir o estudo e debate das relações luso-espanholas, através da análise do passado e do presente da Península Ibérica, aliada a preocupações prospectivas.

Considerando o interesse que esta temática tem despertado a especialistas das mais variadas áreas em ambos os países, num momento em que o relacionamento ibérico coloca novas questões e novos desafios, a FRAH e o CEPESE pretendem contribuir para a reunião dos saberes e opiniões produzidos nos dois lados da fronteira. O intuito de promoção do intercâmbio luso-espanhol conduzirá pois esta iniciativa que visa integrar numa abordagem interdisciplinar, matérias respeitantes ao relacionamento bilateral e regional que afectam os dois países peninsulares.

FERNÁNDEZ CLEMENTE, Eloy, *Portugal en los años veinte. Los orígenes del «Estado Novo»*, Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico Universidad de Valladolid, 1997, 267 pp.

O Prof. Eloy Fernández dirige na Universidade de Saragoça um «plan de investigación a medio y largo plazo sobre la modernización económica y sociopolítica de los países de la Europa del Sur (Portugal, España, Italia, Grecia, Turquía) en el primer tercio del siglo XX», estabelecido a partir do pressuposto de «encontrar otros *partenaires* de España diferentes de los tradicionalmente utilizados a la hora de establecer una comparación de modelos y resultados de desarrollo económico (sea la obsesiva referencia británica o la de otros países del Norte europeo), más acordes aquéllos, *late-comers*, como nosotros, que éstos con nuestras circunstancias económicas, sociopolíticas y culturales». Este seu livro, publicado no âmbito da sua colaboração com o Instituto de Estudos Ibéricos da Universidade de Valladolid, foi apresentado em 1992, e já juntamente com outro semelhante sobre o caso grego, num concurso académico na Universidade de Saragoça.

Nele se pretendem «analizar las circunstancias en que tiene lugar el golpe de Estado de 1926 (...) que, por una serie de especiales razones, que pasamos a estudiar, se consolidará como una de las dictaduras conservadoras y aun "parafascistas" de mayor duración en el mundo», e mais especificamente «qué factores influyen en esa singularidad, qué obstáculos y qué apoyos encuentra en el seno de la sociedad portuguesa de mediados de los años veinte y, en fin, como se prepara para encarar la gran crisis de los años treinta».

A opção metodológica assumida parte de uma talvez demasiadamente clássica distinção entre «las coyunturas» - entre as quais o autor descreve «una economía dependente», enumera as «fuerzas precursoras» do golpe militar de Maio de 1926 e narra «la ascensión de Oliveira Salazar» até à «instauración definitiva del Estado Novo» - e «las estructuras» - em cuja análise o autor compila citações e dados extraídos das obras clássicas da historiografia económica portuguesa publicadas até final da década de 1980, sobre «el capital humano» e os grandes «sectores» da actividade económica, categorizados em «primario», «industrial», «servicios», «exterior» (no qual ocupa o lugar mais destacado a dimensão colonial portuguesa) e «público».

Da exposição das grandes ideias contidas na política económica de Salazar, expostas numa conjuntura política muito bem circunscrita - a da conquista, relativamente lenta e cautelosa, da hegemonia política no seio de um sistema de Poder, o da Ditadura Militar, ainda muito fluido -, conclui Eloy Fernández tratar-se de «un capitalismo matizado y de cierta orientación social (...), el fomento económico y la buena administración, un decidido anticomunismo y una visión de su gobierno autoritaria y corporativista, aunque confesándose "apolítico"». A questão inevitável teria sempre que ser colocada: «puede llamarse estrictamente fascismo a ese conglomerado [de ideas]?» Ainda que o seu lugar possa aqui ser demasiadamente precoce, já que nunca antes de meados da II Guerra Mundial poderá ser definido um modelo consolidado de Salazarismo, mais essencial e menos estratégico, chamemos-lhe assim, para o autor «la discusión sigue, pero parece claro que, aunque *sui generis* y adaptable, lo fue [fascismo]. Como él diría al compararse con Mussolini, "la diferencia es una cuestión de grado", y algo parecido ocurre con Primo de Rivera y Franco».

Desta evidentemente útil viagem pela produção historiográfica sobre a questão, juntamente com fontes documentais em boa parte reunidas num anexo próprio, fica o autor com «la sensación de que la coyuntura portuguesa de los años veinte, con no ser un período especialmente brillante y destacado (...), supone posiblemente el punto de despegue de algunas constantes que se van a desarrollar en las décadas siguientes, el punto de inflexión de un estilo y comienzo de otro que ha marcado profundamente a Portugal hasta nuestros días». Seria interessante conhecer as conclusões, por provisórias que sejam, do trabalho de investigação comparada entre os vários modelos de desenvolvimento das sociedades da Europa meridional neste transe tão interessante do período de entre guerras mundiais, para podermos avaliar as potencialidades das conclusões reunidas nesta obra.

Manuel LOFF

Instituto de História Contemporânea da F.L.U.P.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	3
REENCONTRO PENINSULAR: PREDOMÍNIO DOS FACTORES EXÓGENOS	5
ADRIANO MOREIRA	
ANÁLISIS COMPARATIVO DEL MERCADO DE TRABAJO Y FISCALIDAD ENTRE PORTUGAL Y ESPAÑA	15
PALOMA DE VILLOTA	
A ESPECIFICIDADE DEMOGRÁFICA DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA. O EXEMPLO DE BRAGANÇA E ZAMORA (1860-1991)	51
MARIA JOÃO GUARDADO MOREIRA e TERESA RODRIGUES	
AS RELAÇÕES ESPANHA-PORTUGAL E A ACÇÃO DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA — O CASO DA IMIGRAÇÃO NA BACIA DE LEÓN	73
JORGE ARROTEIA	
A SOLIDARIEDADE E A CONFLITUALIDADE NA FRONTEIRA PORTUGUESA DO ALENTEJO (SÉCULOS XIII-XVIII)	83
JOÃO COSME	
RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E ESPANHA NO 3.º QUARTEL DO SÉCULO XIX – OS ASPECTOS CULTURAL E ECONÓMICO	101
MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA	
EL IBERISMO EN EL CONTEXTO DE LA EXPANSIÓN DEL NACIONALISMO EN LA PENÍNSULA IBÉRICA	113
JOSÉ ANTONIO ROCAMORA	
FRANCO Y SALAZAR, DOS DICTADORES A LA BÚSQUEDA DE RECONOCIMIENTO (1942-1949) CELSO ALMUIÑA	123
ESTRUTURAS, ALIANÇAS E REGIMES. AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A ESPANHA (1926-1974)	165
CARLOS GASPAR	
PORTUGAL, ESPANHA, O VOLFRÂMIO E OS BELIGERANTES DURANTE E APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	211
JOÃO PAULO AVELÁS NUNES	
LAS RELACIONES ECONÓMICAS PORTUGAL-ESPAÑA (Segunda mitad s. XX)	243
ELOY FERNÁNDEZ CLEMENTE	
LA COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA HISPANO-PORTUGUESA. NUEVOS INSTRUMENTOS INTERNACIONALES	263
ALBERTO A. HERRERO DE LA FUENTE	
EXPERIÊNCIA DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NORTE DE PORTUGAL/CASTELA E LEÃO	283
ÁLVARO SANTOS	
EL NUEVO MARCO TERRITORIAL DE LA REGIÓN DEL DUERO/DOURO	293
LORENZO LÓPEZ TRIGAL	
AS RELAÇÕES DO NORTE DE PORTUGAL COM A REGIÃO DE CASTELA E LEÃO	301
FERNANDO DE SOUSA	
NOTÍCIA: II ENCONTRO INTERNACIONAL RELAÇÕES PORTUGAL - ESPANHA	336
RECENSÃO	337

Colaboraram neste número:

ADRIANO MOREIRA

ALBERTO A. HERRERO DE LA FUENTE

ÁLVARO SANTOS

CARLOS GASPAS

CELSO ALMUIÑA

ELOY FERNÁNDEZ CLEMENTE

FERNANDO DE SOUSA

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES

JOÃO COSME

JORGE ARROTEIA

JOSÉ ANTONIO ROCAMORA

LORENZO LÓPEZ TRIGAL

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

MARIA JOÃO GUARDADO MOREIRA

PALOMA DE VILLOTA

TERESA RODRIGUES